ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 247

Brasília - DF, sexta-feira, 20 de dezembro de 2013

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 6
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 15
Ministério da Fazenda 29
Ministério da Integração Nacional 45
Ministério da Justiça 47
Ministério da Pesca e Aquicultura 50
Ministério da Previdência Social 54
Ministério da Saúde 55
Ministério das Cidades 99
Ministério das Comunicações 103
Ministério das Relações Exteriores 110
Ministério de Minas e Energia 110
Ministério do Desenvolvimento Agrário 128
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 132
Ministério do Esporte 134
Ministério do Meio Ambiente 136
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 137
Ministério do Trabalho e Emprego 142
Ministério dos Transportes 144
Conselho Nacional do Ministério Público 145
Ministério Público da União 148
Tribunal de Contas da União 156
Poder Judiciário 157
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 164

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.900, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013(*)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de dezembro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Miriam Belchior

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº 12.900, de 18 de dezembro de 2013)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Tecnologia da Informação	82
TOTAL	82

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 19 de dezembro de 2013, Seção 1, páginas 3 e 4.

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 12.897, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
(Publicada no Diário Oficial de 19 de dezembro de 2013, Seção 1)

Na página 2, 3ª coluna, nas assinaturas, **leia-se:** DILMA ROUSSEFF, *Antônio Andrade*, *Miriam Belchior* e *Gilberto José Spier Vargas*.

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIADA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 18 de dezembro de 2013

Entidade: AR SERASA, vinculada à AC SERASA RFB
Processo nº: 00100.000313/2003-91

Acolhe-se as Notas nºs 457 e 574/2013/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU, que opinam pelo deferimento do pedido de descredenciamento de Instalações Técnicas da AR SERASA, vinculada à AC AC SERASA RFB, nas localizações citadas abaixo.

IT	Endereço da Instalação Técnica
BLUMENAU	Rua Nereu Ramos, 463, Sala 103. Vila Formosa. Blumenau-SC
ARACAJU	Rua Pacatuba, 254, 4º andar, Salas 406 a 408, Edifício Paulo Figueiredo. Aracaju-SE
JOINVILLE	Rua Abdon Batista, 121, Salas 1008/1009. Centro. Joinville-SC
MACEIÓ	Rua Professor José da Silveira Camerino, 1085, 2º andar, Salas 1001, 1002 e 1003. Pinheiro. Maceió-AL
PIRACICABA	Rua Alferes José Caetano, 720, 1º andar, Sala 11/13/15. Centro. Piracicaba-SP
PRESIDENTE PRUDENTE	Rua Siqueira Campos, 699, 7º andar, Salas 71 e 72. Centro. Presidente Prudente-SP
SANTOS	Avenida Ana Costa, 151, 7º andar, Sala 71. Gonzaga. Santos-SP
UBERLÂNDIA	Rua Martinesia, 303, Sala 301 a 306. Nossa Senhora Aparecida. Uberlândia-MG
CASCAVEL	Rua Souza Naves, 3546, 2º andar, Sala 22, Centro. Cascavel- PR
CHAPECÓ	Rua Marechal Deodoro, 400-E, 8 andar, Sala 807. Centro. Chapecó-SC
JUIZ DE FORA	Av. Barão Do Rio Branco, 2390, Salas 1101 a 1103. Centro. Juiz de Fora-MG
PALMAS	Quadra 104 Sul, Rua SE 01, 25 - Salas 401,403 e 405 - Condomínio Centro Empresarial Norte. Plano Diretor Sul. Palmas-TO
PASSO FUNDO	Rua Coronel Chicuta, 416, Sala 201. Centro. Passo Fundo-RS
TERESINA	Rua São Pedro, 2071, Ed. Doutor Raimundo Martins de Sousa, 6 andar, Salas 601 e 602. Centro. Teresina-PI
VARGINHA	Rua Santa Cruz, 789, SALA 803 e 804. Centro. Varginha-MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107



Entidade: AR SERASA, vinculada à SERASA CD
Processo nº: 00100.000029/2003-14

Acolhe-se as Notas nºs 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543/2013/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU, que opinam pelo deferimento do pedido de descredenciamento de Instalações Técnicas da AR SERASA, vinculada à SERASA CD, nas localizações citadas abaixo.

IT	Endereço da Instalação Técnica
BLUMENAU	Rua Nereu Ramos, 463, Sala 103. Vila Formosa. Blumenau-SC
ARACAJU	Rua Pacatuba, 254, 4º andar, Salas 406 a 408, Edifício Paulo Figueiredo. Aracaju-SE
JOINVILLE	Rua Abdon Batista, 121, Salas 1008/1009. Centro. Joinville-SC
MACEIÓ	Rua Professor José da Silveira Camerino, 1085, 2º andar, Salas 1001, 1002 e 1003. Pinheiro. Maceió-AL
PIRACICABA	Rua Alferes José Caetano, 720, 1º andar, Sala 11/13/15. Centro. Piracicaba-SP
PRESIDENTE PRUDENTE	Rua Siqueira Campos, 699, 7º andar, Salas 71 e 72. Centro. Presidente Prudente-SP
SANTOS	Avenida Ana Costa, 151, 7º andar, Sala 71. Gonzaga. Santos-SP
UBERLÂNDIA	Rua Martinesia, 303, Sala 301 a 306. Nossa Senhora Aparecida. Uberlândia-MG

Entidade: AR SERASA, vinculada à SERASA AC
Processo nº: 00100.000015/2003-09

Acolhe-se as Notas nºs 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558/2013/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU, que opinam pelo deferimento do pedido de descredenciamento de Instalações Técnicas da AR SERASA, vinculada à SERASA AC, nas localizações citadas abaixo.

IT	Endereço da Instalação Técnica
BLUMENAU	Rua Nereu Ramos, 463, Sala 103. Vila Formosa. Blumenau-SC
ARACAJU	Rua Pacatuba, 254, 4º andar, Salas 406 a 408, Edifício Paulo Figueiredo. Aracaju-SE
JOINVILLE	Rua Abdon Batista, 121, Salas 1008/1009. Centro. Joinville-SC
MACEIÓ	Rua Professor José da Silveira Camerino, 1085, 2º andar, Salas 1001, 1002 e 1003. Pinheiro. Maceió-AL
PIRACICABA	Rua Alferes José Caetano, 720, 1º andar, Sala 11/13/15. Centro. Piracicaba-SP
PRESIDENTE PRUDENTE	Rua Siqueira Campos, 699, 7º andar, Salas 71 e 72. Centro. Presidente Prudente-SP
SANTOS	Avenida Ana Costa, 151, 7º andar, Sala 71. Gonzaga. Santos-SP
UBERLÂNDIA	Rua Martinesia, 303, Sala 301 a 306. Nossa Senhora Aparecida. Uberlândia-MG
CASCAVEL	Rua Souza Naves, 3546, 2º andar, Sala 22, Centro. Cascavel- PR
CHAPECÓ	Rua Marechal Deodoro, 400-E, 8 andar, Sala 807. Centro. Chapecó-SC
JUIZ DE FORA	Av. Barão Do Rio Branco, 2390, Salas 1101 a 1103. Centro. Juiz de Fora-MG
PALMAS	Quadra 104 Sul, Rua SE 01, 25 - Salas 401,403 e 405 - Condomínio Centro Empresarial Norte. Plano Diretor Sul. Palmas-TO
PASSO FUNDO	Rua Coronel Chicuta, 416, Sala 201. Centro. Passo Fundo-RS
TERESINA	Rua São Pedro, 2071, Ed. Doutor Raimundo Martins de Sousa, 6 andar, Salas 601 e 602. Centro. Teresina-PI
VARGINHA	Rua Santa Cruz, 789, SALA 803 e 804. Centro. Varginha-MG

Entidade: AR SERASA, vinculada à SERASA JUS
Processo nº: 00100.000002/2008-36

Acolhe-se as Notas nºs 459/2013/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU e 565/2013/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU, que opinam pelo deferimento do pedido de descredenciamento de Instalações Técnicas da AR SERASA, vinculada à AC SERASA JUS, nas localizações citadas abaixo.

IT	Endereço da Instalação Técnica
BLUMENAU	Rua Nereu Ramos, 463, Sala 103. Vila Formosa. Blumenau-SC
ARACAJU	Rua Pacatuba, 254, 4º andar, Salas 406 a 408, Edifício Paulo Figueiredo. Aracaju-SE
JOINVILLE	Rua Abdon Batista, 121, Salas 1008/1009. Centro. Joinville-SC
MACEIÓ	Rua Professor José da Silveira Camerino, 1085, 2º andar, Salas 1001, 1002 e 1003. Pinheiro. Maceió-AL
PIRACICABA	Rua Alferes José Caetano, 720, 1º andar, Sala 11/13/15. Centro. Piracicaba-SP
PRESIDENTE PRUDENTE	Rua Siqueira Campos, 699, 7º andar, Salas 71 e 72. Centro. Presidente Prudente-SP
SANTOS	Avenida Ana Costa, 151, 7º andar, Sala 71. Gonzaga. Santos-SP
UBERLÂNDIA	Rua Martinesia, 303, Sala 301 a 306. Nossa Senhora Aparecida. Uberlândia-MG
CASCAVEL	Rua Souza Naves, 3546, 2º andar, Sala 22, Centro. Cascavel- PR
CHAPECÓ	Rua Marechal Deodoro, 400-E, 8 andar, Sala 807. Centro. Chapecó-SC
JUIZ DE FORA	Av. Barão Do Rio Branco, 2390, Salas 1101 a 1103. Centro. Juiz de Fora-MG
PALMAS	Quadra 104 Sul, Rua SE 01, 25 - Salas 401,403 e 405 - Condomínio Centro Empresarial Norte. Plano Diretor Sul. Palmas-TO
PASSO FUNDO	Rua Coronel Chicuta, 416, Sala 201. Centro. Passo Fundo-RS
TERESINA	Rua São Pedro, 2071, Ed. Doutor Raimundo Martins de Sousa, 6 andar, Salas 601 e 602. Centro. Teresina-PI
VARGINHA	Rua Santa Cruz, 789, SALA 803 e 804. Centro. Varginha-MG

Entidade: AR CNB-CF, vinculada à AC NOTARIAL RFB
Processo nº :00100.000127/2008-66

Acolhe-se a Nota nº 575/2013/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR CNB-CF, vinculada à AC NOTARIAL RFB, denominada 1 TAB Joinville, localizada na Rua Três de Maio, 31, Centro, Joinville-SC, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR FEBRANOR, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB
Processos nºs: 00100.000290/2013-96 e 00100.000294/2013-74

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI - 87/2013 e consoante Pareceres ICP 154/2013 e 156/2013 -PFE/ITI/PGF/AGU, DEFIRO os pedidos de credenciamento da AR FEBRANOR, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, com instalação técnica situada na SRTVS, Quadra 701, Lote 05, Bloco A, sala 517, Asa Sul, Brasília-DF, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR ARPENSP, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000126/2008-11

Acolhe-se a Nota nº 577/2013/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento da Instalação Técnica IT- 1º RCPN do Rio de Janeiro-RJ da AR ARPENSP, vinculada à AC BR RFB, localizada na Praia da Olaria, 155, Cocota, Bairro Ilha do Governador, Rio de Janeiro-RJ, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR ARPENSP, vinculada à AC BR RFB
Processo nº.: 00100.000126/2008-11

Acolhe-se a Nota nº 578/2013/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de descredenciamento de Instalação Técnica da AR ARPENSP, vinculada à AC BR RFB, denominada Cartório Mendes Soares, localizada na Avenida Weyne Cavalcante, 563, Centro, Canaa dos Carajas-PA.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 73, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inc. XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inc. II, e 43, caput, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1°, inc. II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º, do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU n.º 1, de 02 de julho de 2008.

Tendo em vista o contido no Processo Administrativo Nº 00407.005085/2013-72, resolve alterar a Súmula nº 66, da AGU, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Nas ações judiciais movidas por servidor público federal contra a União, as autarquias e as fundações públicas federais, o cálculo dos honorários de sucumbência deve levar em consideração o valor total da condenação, conforme fixado no título executado, sem exclusão dos valores pagos na via administrativa."

Legislação Pertinente: Art. 24, § 4º da Lei nº 8.906/94.
Precedentes: **Superior Tribunal de Justiça**: AgRg no REsp 1.250.945-RS, Relator Min. Benedito Gonçalves, DJe de 01/07/2011 (**Primeira Turma**); AgRgAg no REsp 31.791-RS, Relator Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 26/09/2011; AgRg nos AI 1.093.583-RS, Relator Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 24/09/2009; AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1.241.913-RS, Relator Min. Humberto Martins, DJe de 04/11/2011 (**Segunda Turma**); AgRgAg no REsp 1.097.033-RS, Relatora Min. Laurita Vaz, DJe de 01/08/2011, AgRg no REsp 1.179.907-RS, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho; AgRg no REsp 1.173.974-RS, Relator Min. Gilson Dipp, DJe de 09/03-2011 e AgRg no REsp 1.169.978-RS, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 14/06/2010 (**Quinta Turma**); AgRg no REsp 998.673-RS, Relator Min. Celso Limongi, Dje de 03/08/2009 (**Sexta Turma**). **Supremo Tribunal Federal:** ADI 2527 MC/DF, Relatora Min. Ellen Gracie, DJ de 23/11/2007, (**Tribunal Pleno**).

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÕES DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 00190.001819/2012-46

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto a Nota Técnica nº 2.068/2013/CGU/CRG/CPAF e o Parecer nº 294/2013/AS-

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

JUR/CGU-PR como fundamentos deste ato para DECLARAR A INIDONEIDADE das empresas CIRÚRGICA ERECHIM LTDA., CNPJ: 04.532.342/0001-03, e EQUIFARMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ nº 04.716.286/0001-67, pela prática de manobras fraudulentas, conluio, pagamento de propina a servidores públicos, dentre outros atos ilícitos, visando frustrar os objetivos do Pregão nº 40/2009 do Município de Mariano Moro/RS, incorrendo nas previsões contidas no artigo 88, incisos II e III, c/c artigo 87, IV, e § 3º, todos da Lei nº 8.666, de 1993.

Quanto às empresas PRESTOMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. e CENTROMEDI COMÉRCIO DE PRODUTO**s Hospitalares**, tendo em vista a ausência de elementos que comprovem que elas tenham participado de algum ajuste fraudulento, decido pela **ABSOLVIÇÃO** de ambas.

Processo nº 00190.013658/2012-33

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto a Nota Técnica nº 1554/2013/CGU/CRG/CPAF e o Parecer nº 296/2013/AS-JUR/CGU-PR como fundamentos deste ato para DECLARAR A INIDONEIDADE da empresa CONSULTORIA DE ENGENHARIA HSZ LTDA., CNPJ nº 07.297.328/0001-60, pela prática de ilícitos consubstanciados na concessão de favores, vantagens e outros benefícios indevidos, caracterizados como suborno ou propina, a servidores públicos do DNIT, responsáveis por fiscalizar os serviços de consultoria e supervisão de obras por ela executados, demonstrando a inidoneidade da referida empresa para contratação com a Administração Pública, nos termos do art. 88, incisos III, c/c art. 87, inciso IV e § 3º, ambos da Lei nº 8.666, de 1993.

JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 108, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera o art. 1º da Resolução CAMEX nº 57, de 24 de julho de 2013 e dá outras providências.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003**,**

Considerando o contido na Nota Técnica nº 91/2013/CGAC/DECOM/SECEX do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução CAMEX nº 57, de 24 de julho de 2013, publicada em 29 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º .....

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Provisório (em US$/kg)
China	.....	.....
	.....	.....
	.....	.....
	Shenzhen Evergrowing Industrial Co Ltd; Guangxi Beiliu Zhongli Ceramics Co., Ltd.; Champion Enterprises International Limited; Qingdao Power Source Co., Ltd.; e Dasen Industrial Co.,Limited.	4,66
	.....	.....
	.....	....."

(NR)

Art. 2º Tendo em vista o disposto no artigo anterior, fica prejudicado o pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, apresentado pela empresa GUANGXI CHENGDAHANG IMP. & EXP. CO., LTD. em face da Resolução CAMEX nº 57, de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nºº 109, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Nega provimento aos pedidos de reconsideração apresentados em face da Resolução CAMEX nº 57, de 24 de julho de 2013.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, resolve:

Art. 1º Negar provimento aos pedidos de reconsideração apresentados pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPORTADORES, PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DE BENS DE CONSUMO, pela COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO e pela empresa GUANGXI BEILIU ZHONGLI CERAMICS CO., LTD. em face da Resolução CAMEX nº 57, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 29 de julho de 2013, tendo em vista o contido, respectivamente, nas Notas Técnicas nº 88/2013/CGAC/DECOM/SECEX, nº 89/2013/CGAC/DECOM/SECEX e nº 90/2013/CGAC/DECOM/SECEX, do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado em face da Resolução CAMEX nº 76, 30 de setembro de 2013.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003**,**

Considerando o contido na Nota Técnica nº 109/2013/CGMC/DECOM/SECEX do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ÓPTICA - ABIÓPTICA em face da Resolução CAMEX nº 76, de 30 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 1º de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 111, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Nega provimento aos pedidos de reconsideração apresentados em face da Resolução CAMEX nº 77, de 2 de outubro de 2013.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, resolve:

Art. 1º Negar provimento aos pedidos de reconsideração apresentados pela empresa HYUNDAI STEEL COMPANY e pela empresa POSCO em face da Resolução CAMEX nº 77, de 2 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 3 de outubro de 2013, tendo em vista o contido, respectivamente, nas Notas Técnicas nº 111/2013/CGSC/DECOM/SECEX e nº 112/2013/CGSC/DECOM/SECEX, do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 112, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Nega provimento aos pedidos de reconsideração apresentados em face da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, resolve:

Art. 1º Negar provimento aos pedidos de reconsideração apresentados pelo SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE TREFILAÇÃO E LAMINAÇÃO DE METAIS FERROSOS - SICETEL e pelas empresas YC INOX CO. LTD.; YIEH UNITED STEEL CORPORATION; POSCO; e POSCO VST em face da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 4 de outubro de 2013, tendo em vista o contido, respectivamente, nas Notas Técnicas nº 114/2013/CGMC/DECOM/SECEX; nº 115/2013/CGMC/DECOM/SECEX; nº 116/2013/CGMC/DECOM/SECEX; nº 117/2013/CGMC/DECOM/SECEX; e nº 118/2013/CGMC/DECOM/SECEX do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 113, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Nega provimento ao pedido de reconsideração apresentado em face da Resolução CAMEX nº 80, de 3 de outubro de 2013.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003**,**

Considerando o contido na Nota Técnica nº 120/2013/CGAC/DECOM/SECEX do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, resolve:

Art. 1º Negar provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela CHINA CHAMBER OF GARLIC em face da Resolução CAMEX nº 80, de 3 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 4 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AVISO

CIRCULOU EM 19/12/2013 A EDIÇÃO EXTRA Nº 246-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

RESOLUÇÃO Nº 114, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera o Anexo I da Resolução CAMEX nº 56, 24 de julho de 2013, que trata do direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de pneus novos de borracha para automóveis de passageiros, originárias da China.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da competência conferida pelo art. 2º, inciso XV do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003,

Considerando o que consta na Nota Técnica nº 121/2013/CGSC/DECOM/SECEX, do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Resolução CAMEX nº 56, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 29 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

País: República Popular da China Produtor/Exportador:	Direito Antidumping (US$/kg)
GITI Radial Tire (Anhui) Company Ltd.; GITI Tire (Hualin) Company Ltd.; e GITI Tire (Fujian) Company Ltd.	1,31
Shandong Jinyu Industrial Co. Ltd.	1,08
Shandong Yongsheng Rubber Group Co. Ltd.	1,30
South China Tire & Rubber Co. Ltd.	2,17
Apollo Internacional FZC	1,54
Beijing Capital Tire Co., Ltd.	
Cheng Shin Tire & Rubber (China) Co. Ltd.	
Cooper Chengshan (Shandong) Tire Company Ltd.	
Double Coin Holding Ltd.	
Federal Tire (Jiangxi) Ltd.	
Goodfriend Tyres Co., Ltd.	
Guangzhou Bolex Tyre Ltd.	
Hangzhou Zhongce Rubber Co., Ltd.	
Kenda Rubber Co., Ltd.	
Kumho Tire (Chang Chun) Co., Inc.	
Kumho Tire (Tianjin) Co., Ltd.	
Kumho Tire Co., Inc.	
Kumho Tire (Nanjing) Co. Ltd.	
Liaoning Permanent Tyre Co. Ltd.	
Pneuma Overseas Co. Ltd.	
Qingdao Cenchelyn Tyre Co., Ltd.	
Qingdao Jianfu Tire Co., Ltd.	
Sailun Co., Ltd.	
Shandong Changfeng Tyre Co., Ltd.	
Shandong Fenglun Tyre Co., Ltd.	
Shandong Guofeng Rubber Co., Ltd.	
Shandong Hengfeng Rubber & Plastic Co., Ltd.	
Shandong Linglong Rubber Co., Ltd.	
Shandong Linglong Tyre Co., Ltd.	
Shandong Shuangwang Rubber Co., Ltd.	
Shandong Yongtai Chemical Group Co., Ltd.	
Shengtai Group Co., Ltd.	
Sichuan Tyre & Rubber Co. Ltd.	
Triangle Tyre Co., Ltd.	
Zhao Qing Junhong Co., Ltd.	
Demais empresas	2,17

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO DA MATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no art. 3º, inciso I do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o art. 1º da Resolução CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012,

Considerando o que consta do Processo SEAE/MF nº 18101.000724/2013-11, resolve:

Art. 1º Suspender, pelo prazo de um ano, a cobrança do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 43, de 19 de junho de 2013, às importações brasileiras de resina de policarbonato, em formas de pó, floco, grânulo ou ***pellet***, com índice de fluidez entre 1 e 59,9 g/10 min., originárias da Tailândia, comumente classificadas no item 3907.40.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

Art. 2º A suspensão referida no art. 1º foi determinada em razão de interesse público, considerando a interrupção da produção nacional da referida resina.

Art. 3º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão conforme o Anexo desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

ANEXO

1. Da petição

Em 1º de outubro de 2013, a UNIGEL S.A. protocolou junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) expediente informando da suspensão temporária da produção de resina de policarbonato, comumente classificadas no item 3907.40.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM. A empresa está localizada no Polo Petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia.

A Resolução CAMEX nº 43, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2013 aplicou direito antidumping para às importações da resina de policarbonato, em formas de pó, floco, grânulo ou *pellet*, com índice de fluidez entre 1 e 59,9 g/10 min., item 3907.40.90 da NCM, originárias da Tailândia. O direito aplicado às importações da Tailândia tem duração até 20 de junho de 2018. Para esta medida, submeteu-se o caso à análise do Grupo Técnico de Interesse Público (GTIP), com base no inciso I do art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, para que fosse avaliada a possibilidade de suspensão da cobrança do direito antidumping vigente enquanto perdurar a interrupção da síntese de resina de policarbonato pela indústria doméstica.

1.1. Da justificativa do pleito

A empresa informou a respeito da interrupção temporária da etapa de síntese química de policarbonato, a partir de 30 de setembro de 2013. A Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM informou que a UNIGEL é a única produtora de policarbonatos na América do Sul.

A empresa Bayer S.A., na qualidade de importadora e revendedora de resina de policarbonato, NCM 3907.40.90, e parte interessada no processo de investigação de dumping nas exportações do produto originárias da Coréia do Sul e da Tailândia, requereu a análise da conveniência de recomendar a suspensão do direito antidumping definitivo aplicado pela Resolução CAMEX nº 43, de 19 de junho de 2013 para as importações brasileiras de resina de policarbonato de origem da Tailândia, por interesse público, tendo em vista que a indústria doméstica suspendeu temporariamente a síntese da resina de policarbonato no Brasil.

2. Do posicionamento

Para a análise do pedido de suspensão de medidas antidumping definitivas, por razões de interesse público, conforme o disposto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012, considerou-se que:

a) o direito antidumping definitivo aplicado ao produto, conforme o disposto na Resolução CAMEX nº 43, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de junho de 2013 encontra-se em vigor;

b) o direito aplicado tem duração prevista até 20 de junho de 2018;

c) a indústria doméstica informou não mais sintetizar a resina de policarbonato no Brasil; e

d) a indústria doméstica é constituída de uma única empresa produtora.

3. Da conclusão

Considerando o exposto, recomendou-se suspender, pelo prazo de um ano, a cobrança do direito antidumping instituído pela Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 43, de 19 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de junho de 2013, aplicado às importações brasileiras de resina de policarbonato, comumente classificadas no item 3907.40.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Tailândia.

RESOLUÇÃO Nº 116, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no art. 3º, inciso I do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o art. 1º da Resolução CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012,

Considerando o que consta do Processo SEAE/MF nº 18101.000838/2013-53, resolve:

Art. 1º Suspender, até 8 de abril de 2014, a cobrança do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 20, de 8 de abril de 2009, às importações brasileiras de fibras de viscose de comprimento de 32 mm a 120 mm, originárias da Áustria, da Indonésia, da China, da Tailândia e de Taipé Chinês, comumente classificadas no item 5504.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

Art. 2º A suspensão referida no art. 1º foi determinada em razão de interesse público, considerando a interrupção da produção nacional das referidas fibras.

Art. 3º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão conforme o Anexo desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

ANEXO

1. Da petição

Em 2 de outubro de 2013, a empresa Jofege solicitou ao Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a suspensão do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 20, de 8 de abril de 2009, tendo em vista o encerramento da produção de fibras de viscose no Brasil. A requerente está localizada na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, operando no ramo têxtil desde 1991, e utiliza de fibras de viscose para suas atividades de fiação, tecelagem, malharia e tinturaria.

Submeteu-se o caso ao Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP), com base no inciso I do art. 3º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, para análise do pedido de suspensão da cobrança do direito antidumping aplicado às importações de fibras de viscose de 32 mm a 120 mm de comprimento, de código tarifário 5504.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), originárias da Áustria, Indonésia, China, Tailândia e de Taipé Chinês, que vigoraria até 8 de abril de 2014 e cuja peticionária foi a empresa Vicunha Têxtil S.A.

1.1. Da justificativa do pleito

A empresa Jofege comunicou a interrupção da produção de fibras de viscose pela Vicunha, única produtora nacional da fibra de viscose. O Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo confirmou ser a Vicunha a única produtora nacional das referidas fibras.

As empresas Fiação Fides, Santaconstancia Tecelagem Ltda., Adatex S.A. Industrial e Comercial, Indústria de Feltros Santa Fé S.A. e Têxtil Carmem Ltda. e a Associação Brasileira da Indústria de Não-tecidos e Tecidos Técnicos (ABINT) manifestaram apoio ao pleito.

Consultada, a empresa Vicunha informou ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e ao Ministério da Fazenda que a retomada da produção de fibras de viscose estaria condicionada ao atendimento de algumas medidas pleiteadas junto ao governo.

2. Do Posicionamento

Para o pedido de suspensão de medida antidumping definitiva, por razões de interesse público, conforme o disposto no art. 1º da Resolução CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012, considerou-se que:

a) a indústria doméstica é constituída de uma única empresa produtora;

b) a produção nacional da fibra de viscose foi interrompida;

c) o direito aplicado tem vigência até 8 de abril de 2014.

3. Da conclusão

Considerando o exposto, recomendou-se suspender a cobrança do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 9 de abril de 2009, aplicado às importações de fibras de viscose de comprimento de 32 mm a 120 mm, classificadas no item 5504.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da Áustria, Indonésia, China, Tailândia e Taipé Chinês, até 8 de abril de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 117, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Nega pedido de suspensão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de produtos laminados planos de aços inoxidáveis, de que trata a Resolução CAMEX nº 79, de 2013.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no art. 3º, inciso I do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o art. 1º da Resolução CAMEX nº 13, de 29 de fevereiro de 2012,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o que consta do Processo SEAE/MF nº 18101.000334/2013-33, resolve:

Art. 1º Negar o pedido de suspensão do direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de produtos laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35mm, mas inferior a 4,75mm, originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã, comumente classificadas no(s) itens 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, por meio da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013.

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão conforme o Anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

ANEXO

1. Da Petição

Em 15 de dezembro de 2011, a Aperam protocolizou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de laminados planos a frio de aço inoxidável, originárias da África do Sul, Alemanha, China, Coréia do Sul, dos EUA, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã, e de dano decorrente de tal prática.

O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior, considerando o que consta dos autos do Processo MDIC/SECEX 52000.041246/2011-04, por meio da Resolução nº 79, de 3 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, resolveu encerrar a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 anos, às importações brasileiras de produtos laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35mm, mas inferior a 4,75mm, originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã, comumente classificadas no(s) itens 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM (doravante laminados planos de aço inoxidável 304 e 430).

O Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos (Sicetel, ou requerente) solicitou ao Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP), no âmbito da CAMEX, a suspensão ou alteração do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de laminados planos de aço inoxidável.

Em sua petição, o Sicetel argumenta que a aplicação de direito antidumping geraria perdas para a economia brasileira em termos de valor da produção, emprego e massa salarial. O efeito líquido seria negativo, apresentando perda de R$ 76 milhões em produção, redução de 1.545 postos de trabalho e retração de R$ 17 milhões na massa salarial anual.

O Sicetel afirma ainda que a Aperam abusa de posição dominante no mercado de produção e distribuição de laminados planos a frio de aço inoxidável, praticando preços diferenciados para sua própria distribuidora, desrespeitando a decisão emanada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica no Ato de Concentração nº 08012.005092/2000-89. Alega-se que a discriminação de preços entre distribuidores está formalizada em contrato, que impõe aos distribuidores condições abusivas (lotes mínimos e restrições às importações), contrariando a decisão do CADE supracitada.

2. Da Análise

Os laminados de aço inoxidável tipo 304 e 430 são utilizados por diversas indústrias. Sua participação no custo de alguns produtos finais seria de: 2,17% para eletrodomésticos; 69,61% para itens de cutelaria; e 80% para produção de tubos. Os aços 304 e 430 são muito pouco utilizados na indústria automotiva. Todavia, os dados apresentados não permitem conclusões precisas sobre o efeito da medida antidumping nestes setores.

A Aperam responde pela totalidade da produção de laminados planos a frio de aço 304 e 430 no Brasil. Nos últimos cinco anos (2008-2012), o nível de utilização da capacidade instalada da empresa reduziu-se 1,57%, a produção, 3,8% e as vendas internas aumentaram 6%. No mesmo período, as importações cresceram 70% (de 39 mil para 67 mil toneladas) e o consumo nacional aparente, 40,5% (de 142 mil para 199 mil toneladas).

Em 2012, as importações das origens afetadas (Alemanha, China, Coréia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã) corresponderam a 52% do volume total importado. Não foram apresentados dados de preço ou custo de internação que comprovassem a impossibilidade de substituição de origens na importação desses produtos.

Verificou-se que os preços praticados no mercado doméstico de laminados a frio de aço inoxidável acompanham os preços internacionais. No período 2008-2013, os dados apresentados apontam para redução de 10% nos custos de produção da Aperam de laminados a frio de aço 304 e aumento de 6% para o aço 430, tendo sido observada queda de 23% no preço médio nacional do primeiro e de 14% no segundo.

Por fim, o Sicetel alega que a Aperam abusa de posição dominante no mercado de produção e distribuição de laminados planos a frio de aço inoxidável. O Cade instaurou o Processo Administrativo nº 08700.010789/2012-73 em face da Aperam, e ressalta haver nos autos "fortes indícios de infração à ordem econômica". Entretanto, a aplicação de medida antidumping não tem o condão de afetar contratos de distribuição, cabendo ao Cade a aplicação de medidas julgadas convenientes se restar comprovada a infração.

3. Da Conclusão

Do exposto, verifica-se não haver elementos, neste momento, para suspender o direito antidumping em vigor, conforme estabelecido na Resolução CAMEX nº 79/2013, aplicado às importações brasileiras laminados planos de aço inoxidável, originárias da Alemanha, da China, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã. Todavia, considerando a relevância destes produtos para diversas cadeias produtivas e o fato de haver uma única produtora nacional, sugere-se o acompanhamento de preços com reavaliações semestrais a partir de junho de 2014 e enquanto o direito antidumping estiver em vigor.

RESOLUÇÃO Nº 118, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera o art. 1º da Resolução CAMEX nº 50, de 2010.

O CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no exercício da competência conferida pelo inciso I e § 2º do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 136 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução CAMEX nº 50, de 27 de julho de 2010, alterada pelas Resoluções CAMEX nº 93, de 24 de novembro de 2011; nº 26, de 25 de abril de 2012; nº 71, de 28 de setembro de 2012; nº 93, de 18 de dezembro de 2012; e nº 32, de 9 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:

Titular: .....
Suplente: Marcelo Simões dos Reis
Suplente: Jônatas Kreuz

II - .....

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Titular: Marcelo Junqueira Ferraz
Suplente: .....
Suplente: ....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIAS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com a redação que lhe foi dada pela Resolução nº 291, de 30 de outubro de 2013, resolve:

Nº 3.359 - Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A. e nos termos da Nota Técnica nº 61/2013/GGCP/SAR, o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.1317(b), do RBAC 25, emenda 25-127, para o avião EMB-550, referente aos Campos Irradiados de Alta Intensidade (High Intensity Radiated Fields - HIRF). Processo nº 00066.060244/2013-18.

Nº 3.360 - Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A. e nos termos da Nota Técnica nº 55/2013/GGCP/SAR, o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.1383(b), do RBAC 25, emenda 25-127, para o avião EMB-550, referente à utilização de um único interruptor para o acionamento das luzes de pouso. Processo nº 00066.060210/2013-15.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

DINO ISHIKURA

PORTARIA Nº 3.370, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o Manual de Procedimentos MPR - 400/SAR Revisão 01.

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 23, de 23 de junho de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Procedimentos - MPR-400/SAR, Revisão 01, intitulado "Certificação Suplementar de Tipo".

Parágrafo único. O inteiro teor do Manual de que trata este artigo encontra-se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência, disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, conforme previsto no RBAC nº 139, e tendo em vista o que consta do processo nº 60800.030031/2010-81, resolve:

Nº 3.371 - Conceder o Certificado Operacional de Aeroporto no 003/SBMO/2013 à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, operador do Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares (SBMO).

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e tendo em vista o que consta do processo nº 00065.176298/2013-04, resolve:

Nº 3.372 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público Ministro Victor Konder - Navegantes/SC (SBNF) no cadastro de aeródromos.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, nos termos do disposto na Instrução de Aviação Civil - IAC 107-1001 - Programa de Segurança Aeroportuária, de 28 de abril de 2004, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e tendo em vista as responsabilidades estabelecidas pelo Decreto nº 7.168, de 05 de maio de 2010, resolve:

Nº 3.373 - Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (PSA) do Aeroporto Internacional de Cabo Frio (SBCB).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

RODRIGO FLÓRIO MOSER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 60, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto nos arts. 9º, 17 e 46 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, nos arts. 11, 23 e 226 do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 21000.015605/2011-36, resolve:

Art. 1º Alterar a tabela aprovada pelo art. 1º da Instrução Normativa nº 36, de 28 de dezembro de 2004, que fixa os valores dos serviços públicos de que trata a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

Parágrafo único. Os valores dos serviços públicos a que se refere o caput deste artigo passam a ser estabelecidos na forma da tabela anexa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO ANDRADE

ANEXO

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Serviço	Usuário	Taxa de Serviço (R$)	Unidade de cobrança
1. Registro de cultivar no RNC	Pessoa Física ou Jurídica		
1.1 Inscrição		228,00	cultivar
1.2 Alteração de inscrição		75,00	
1.3 Alteração de área de indicação de uso (extensão de uso)		105,00	
1.4 Transferência de cultivares entre mantenedores		75,00	
1.5 Alteração de cadastro de Mantenedor		75,00	cadastro
2. Inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM	produtor, armazenador, beneficiador, reembalador ou comerciante		
2.1 Inscrição		150,00	inscrição
2.2 Renovação de inscrição		150,00	
2.3 Alteração de inscrição		38,00	
3. Credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM	amostrador, certificador, coletor, laboratório ou responsável técnico		
3.1 Credenciamento	certificador ou laboratório	305,00	credenciamento
	amostrador, coletor ou responsável técnico	75,00	
3.2 Renovação de credenciamento	certificador ou laboratório	305,00	renovação
	amostrador, coletor ou responsável técnico	75,00	
3.3 Alteração de credenciamento	amostrador, coletor, certificador, laboratório ou responsável técnico	38,00	credenciamento
4. Inscrição de Campos, de Viveiros e de áreas de multiplicação de materiais de propagação vegetal	produtor de semente ou de mudas		
4.1 Inscrição de campos ou áreas de produção de sementes ou de áreas de coleta de sementes:	produtor		
4.1.1 Área ≤ 10 ha		150,00	campo ou área
4.1.2 Área > 10 ha		150,00 + 3,00/ha ou fração que ultrapassar 10 ha	
4.2 Inscrição de viveiro			
4.2.1 Área ≤ 10 ha*		150,00	Viveiro
4.2.2 Área > 10 ha*		150,00 + 3,00/ha ou fração que ultrapassar 10 ha	
4.3 Inscrição da produção de mudas in vitro	produtor	150,00	unidade de propagação in vitro/ano
4.4 Inscrição ou renovação de Jardim Clonal ou de Borbulheira		75,00	cultivar/ano
4.5 Inscrição ou renovação de Planta ou Campo de Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada:			cultivar ou espécie
4.5.1 Até 50 plantas		75,00	grupo de 50 ou fração
4.5.2 Acima de 50 plantas		75,00 + 3,00/grupo ou fração	grupo de 50 ou fração
4.6 Transferência de titularidade de campo ou de viveiro		75,00	campo ou viveiro
5. Certificação de sementes ou de mudas	produtor ou certificador		
5.1 Certificação de sementes		12,00	tonelada ou fração
5.2 Certificação de mudas		20,00	Lote
5.3 Certificação de sementes pelo sistema OECD:	produtor		
5.3.1 Certificação definitiva		12,00	tonelada ou fração
5.3.2 Certificação não definitiva		12,00	tonelada ou fração
6. Transferência da titularidade de Jardim Clonal, de Borbulheira, de planta fornecedora de material de propagação sem origem genética comprovada ou de campo de plantas fornecedoras de material de propagação sem origem genética comprovada		75,00	Jardim Clonal, Borbulheira, planta ou campo de plantas fornecedoras de material de propagação sem origem genética comprovada
7. Autorização de transporte de sementes entre Unidades da Federação		75,00	Autorização
8. 2ª Via de Documentos	usuários em geral	20,00	Documento

*Inclui a inscrição para produção de mudas que se caracterizam pela produção em campo aberto a exemplo de: abacaxi, alho, batata, cana-de-açúcar, cebola, gengibre, grama, mandioca, palma-forrageira, sisal e as demais espécies cuja produção de material de propagação se dê na forma de bulbo, bulbilhos, tubérculos e rizomas.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 158, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA 21020.002357/2012-14, resolve:

Art. 1º Suspender a entidade Certificadora Tracer Certificação de Origem Animal Ltda, CNPJ 04.994.346/0001-03, estabelecida à Avenida Drº Jaime Ribeiro da Luz nº 971, Sala 31, Uberlândia - MG, CEP 38408-188, em razão das não-conformidades encontradas no processo 21020.002357/2012-14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 159, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA 21024.000148/2013-79, resolve:

Art. 1º Suspender a entidade Certificadora WQS Certificações de Produtos Ltda, CNPJ 67.664.797/0001-00, estabelecida à Avenida Deputado Dante Delmanto nº 2660, Bairro Vila Paulista, Botucatu - SP, CEP 18608-393, em razão das não-conformidades encontradas no processo 21024.000148/2013-79.

.Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 160, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA 21020.001428/2013-34, resolve:

Art. 1º Suspender a entidade Certificadora Global Certificadora e Rastreabilidade Ltda., CNPJ 06.295.244/0001-25, estabelecida à Rua Quintino Bocaiúva nº 232, Centro, Santa Cruz do Rio Pardo-SP, CEP 18900-000, em razão das não conformidades encontradas no processo 21020.001428/2013-34.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.298, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001934/2013-06, de 14/05/2013, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Omnisys Engenharia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 01.773.463/0001-59, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho de radar próprio para vigilância de tráfego aéreo.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001934/2013-06, de 14/05/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.299, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001894/2012-11, de 14/06/2012, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Omegaport Equipamentos de Segurança Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.288.010/0001-98, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Central de alarme de uso comercial contra roubo;

II - Sensor de detecção de presença por variação de temperatura, baseado em técnica digital;

III - Controle remoto por rádiofrequência, baseado em técnica digital;

IV - Aparelho discador telefônico para sistema de alarme, em rede sem fio, baseado em técnica digital; e

V - Eletrificador de cerca, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001894/2012-11, de 14/06/2012.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.300, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.004428/2012-80, de 09/11/2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Genialtec Soluções em Tecnologia Ltda. - ME, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 10.234.700/0001-02, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Terminal de autoatendimento para uso não bancário.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.004428/2012-80, de 09/11/2012.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.301, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.000598/2013-76, de 04/03/2013, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa D-Tech Indústria e Comércio de Produtos de Informática, Áudio, Vídeo e Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.624.700/0001-21, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Terminal portátil de telefonia celular.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.000598/2013-76, de 04/03/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
COMISSÃO DELIBERATIVA

RESOLUÇÃO Nº 160, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto nº 5.667, publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2006, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 612ª Sessão, realizada em 17 de dezembro de 2013, e considerando que:

a) a CNEN expediu a Norma Controle de Materiais Nucleares (CNEN-NN-2.02), publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 1999, que se aplica a todas as atividades com material nuclear que se realizam no território nacional;

b) a Norma CNEN-NN-2.02 estabelece que as instalações nucleares e outros lugares mantenham registros de contabilidade do material nuclear e enviem à CNEN os relatórios correspondentes;

c) a CNEN desenvolveu o sistema eletrônico Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (e-Gamma), para gerenciamento dos inventários de material nuclear das instalações e outros lugares, para autorização de transferências de material nuclear, para registro de inventários e de variações de inventário e para geração dos relatórios de contabilidade previstos na Norma CNEN-NN-2.02;

d) o sistema e-Gamma está em homologação desde março de 2011 nas instalações e outros lugares que manuseiam material nuclear fiscalizados pela CNEN, com resultados positivos. RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o sistema eletrônico Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (e-Gamma), para uso obrigatório por todas as instalações e outros lugares que manuseiam material nuclear para o gerenciamento de seus inventários, solicitações de autorizações de transferências, manutenção de registros e emissão de relatórios, conforme os requisitos da Norma CNEN-NN-2.02.

Art. 2º - Aprovar os documentos de transferência e os relatórios de material nuclear introduzidos pelo sistema eletrônico e-Gamma em substituição aos documentos referidos nas subseções 3.5, 3.28 e 6.8.1 e na seção 5 da Norma CNEN-NN-2.02.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANGELO FERNANDO PADILHA
Presidente do CNEN

REX NAZARÉ ALVES
Membro

ISAAC JOSÉ OBADIA
Membro

CRISTÓVÃO ARARIPE MARINHO
Membro

IVAN PEDRO SALATI DE ALMEIDA
Membro

RESOLUÇÃO Nº 161, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), criada pela Lei no. 4.118 de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe conferem a Lei no. 6.189 de 16 de dezembro de 1974, com alterações introduzidas pela Lei no. 7.781 de 17 de junho de 1989 e pelo Decreto no. 5.667, publicado no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2006, por decisão de sua Comissão Deliberativa, anotada na 612ª Sessão, realizada em 17 de dezembro de 2013, e considerando que:

a) a CNEN autorizou a execução da descontaminação do terreno da USIN em conformidade com o documento "Plano de Descontaminação da USIN-SP", rev. 04, de dezembro de 2009, através da Portaria CNEN/PR n° 087, de 30/10/2009, publicada no DOU n° 209, pág. 6, seção 1, de 03/11/2009;

b) a Diretoria de Radioproteção e Segurança da CNEN, através dos Ofícios n° 55/CGRC, de 15/05/2007, e n° 34/2007/CNEN-DRS, de 28/12/2007, estabeleceu os limites para a liberação irrestrita da área do terreno da USIN e os limites para o gerenciamento dos rejeitos sólidos;

c) o interesse da Prefeitura Municipal de São Paulo em desapropriar a faixa do terreno da USIN, conforme Decreto n° 51.579, de 23/06/2010, para construir vias de acesso da Avenida Interlagos à Avenida Miguel Yunes;

d) a INB realizou a remediação de uma faixa do terreno de 40 metros de largura em que se encontra a instalação da USIN. Essa faixa é localizada nos lados opostos do terreno aos definidos pelas avenidas Interlagos e Miguel Yunes, e é considerada a partir da divisa da USIN com os terrenos vizinhos adjacentes. A área total remediada perfaz aproximadamente 18.400 m^2.

e) a remediação realizada pela INB na faixa delimitada seguiu as premissas estabelecidas no Plano de Descontaminação, aprovado pela CNEN, bem como foi verificado, com 95% de nível de confiança, que as concentrações na área remediada é inferior ao limite estabelecido pela CNEN para as concentrações de ^{226}Ra e ^{228}Ra (500 Bq/kg). A avaliação independente, realizada pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD/CNEN), verificou que a área remediada pela INB apresentou concentrações de ^{226}Ra e ^{228}Ra abaixo do nível de liberação para uso irrestrito estabelecido pela CNEN, com nível de confiança de 95%;

f) a estimativa do cálculo de dose para o cenário mais restritivo previsto no Plano de Descontaminação, utilizando os dados analíticos obtidos pela INB, apresentou resultados abaixo do nível de referência de 1 mSv/ano, estabelecido pela CNEN para liberação irrestrita do terreno da USIN. RESOLVE:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Liberar para uso irrestrito a faixa de terreno remediada da USIN e de interesse da Prefeitura Municipal de São Paulo, após satisfeita a seguinte condição:

1.1) A INB deve construir uma nova cerca divisória para garantir a proteção física da instalação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO FERNANDO PADILHA
Presidente do CNEN

REX NAZARÉ ALVES
Membro

ISAAC JOSÉ OBADIA
Membro

CRISTÓVÃO ARARIPE MARINHO
Membro

IVAN PEDRO SALATI DE ALMEIDA
Membro

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.899, de 04/02/2013, e em conformidade com decisão da Diretoria Executiva em sua 26ª (vigésima sexta) reunião de 18/11/2013, resolve:

Alterar a Norma Específica da Bolsa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional da RN-016/2006 - Bolsas Individuais no País.

Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.

http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343

GLAUCIUS OLIVA

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Credenciamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE/UFRJ), como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCT n° 01200.002439/2013-14, de 14 de Junho de 2013, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE/UFRJ), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF nº 33.663.683/0039-99, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 1° A Universidade Federal do Rio de Janeiro indica como unidade capacitada a receber os benefícios previstos no caput deste artigo:

a) Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia - COPPE, unidade credenciada desde 14 de novembro de 2002 por meio da Resolução CATI nº 089/2002;

b) Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE/UFRJ).

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º As aplicações realizadas na instituição de que trata o art. 1o não poderão ser contabilizadas para os efeitos do cumprimento da obrigação prevista no § 3o do art. 11 da Lei no 8.248, de 1991.

Art. 4º Esta Resolução revoga a Resolução CATI n° 089/2002.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA
Secretário Executivo

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Credenciamento da Universidade Federal da Paraíba - Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR), como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCT n° 01200.001984/2013-85, de 15 de Maio de 2013, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade Federal da Paraíba - Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF nº 24.098.477/0001-10, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 1° A Universidade Federal do Rio de Janeiro indica como unidade capacitada a receber os benefícios previstos no caput deste artigo:

a) Departamento de Informática, unidade credenciada desde 27 de janeiro de 2005 por meio da Resolução CATI nº 002/2005;

b) Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR).

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º As aplicações realizadas na instituição de que trata o art. 1o não poderão ser contabilizadas para os efeitos do cumprimento da obrigação prevista no § 3o do art. 11 da Lei no 8.248, de 1991.

Art. 4º Esta Resolução revoga a Resolução CATI n° 002/2005.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA
Secretário Executivo

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10º, I, da MP 2228/2001 e considerando o disposto no art. 5º da lei 11.437 de 2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGF-SA, resolve:

Tornar pública a autorização do remanejamento do saldo de recursos da Chamada Pública PRODECINE 03/2012 para a Chamada Pública PRODAV 01/2012, no valor de R$ R$ 9.049.888,00 (nove milhões, quarenta e nove mil e oitocentos e oitenta e oito reais), aprovada pelo Comitê Gestor do FSA em sua reunião realizada em 16 de dezembro de 2013.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 229, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0505 - 18
Processo: 01580.043574/2013-84
Proponente: Disposable Dreams Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.743.601/0001-73
Valor total aprovado: R$ 999.764,84
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 110.000,00
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 24.324-8
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 839.776,60
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 24.325-6
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0503 - Até o Caminho
Processo: 01580.043564/2013-49
Proponente: Tokyo Filmes Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 10.468.552/0001-82
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 900.000,00
Banco: 001- agência: 1249-1 conta corrente: 51.442-X
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0501 - Fotógrafos Contemporâneos
Processo: 01580.046957/2013-12
Proponente: Zola Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.874.608/0001-07
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 570.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 26.698-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0506 - Belezas Seculares
Processo: 01580.043210/2013-02
Proponente: Cristiano Sensi Figueiredo ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.284.229/0001-84
Valor total aprovado: R$ 384.278,30
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 360.278,30
Banco: 001- agência: 2445-7 conta corrente: 17.437-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0507 - Zoo Park
Processo: 01580.044063/2013-80
Proponente: Plateau Marketing e Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 74.425.067/0001-04
Valor total aprovado: R$ 3.917.093,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.721.238,35
Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 44872-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0497 - Letras Cariocas
Processo: 01580.043662/2013-86
Proponente: Bossa Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.876.666/0001-69
Valor total aprovado: R$ 765.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 726.750,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 40.536-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0496 - Mover
Processo: 01580.044068/2013-11
Proponente: Hy Brazil 2001 Filmes e Livros Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.262.633/0001-91
Valor total aprovado: R$ 430.400,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 408.000,00
Banco: 001- agência: 0876-1 conta corrente: 17.639-7
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0494 - O Segredo do Violinista
Processo: 01580.033631/2013-17
Proponente: Um Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.231.569/0001-93
Valor total aprovado: R$ 4.427.350,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 37.927-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.
13-0493 - Kombato.doc
Processo: 01580.044050/2013-19
Proponente: Parafuso Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.299.103/0001-80
Valor total aprovado: R$ 305.612,46
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 290.331,83
Banco: 001- agência: 3071-6 conta corrente: 16.687-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº. 10.454 de 13/05/ 2002.

13-0498 - Nocaute
Processo: 01580.043669/2013-06
Proponente: Boutique Filmes e Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.729.130/0001-08
Valor total aprovado: R$ 1.619.695,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Valor aprovado no artigo 39 da MP 2.228/01: R$ 1.538.710,25
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 21.906-1
Prazo de captação: até 31/12/2017.
Art. 4º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.
13-0499 - Sítio do Picapau Amarelo - 3ª Temporada
Processo: 01580.043559/2013-36
Proponente: RT2A Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.998.046/0001-28
Valor total aprovado: R$ 5.383.071,25
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.113.917,68
Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.661-4
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 6987-6 conta corrente: 8.662-2
Prazo de captação: até 31/12/2016.
Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 7 DE MARÇO DE 2013

Recomenda a imediata retomada do Colegiado Setorial do Audiovisual.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com o inciso II, do art. 21 do Regimento Interno do CNPC:

Art. 1º Considerando que já foi votado e aprovado pela maioria do Plenário do CNPC, durante a realização da 6ª Reunião Extraordinária, em 28 e 29 de fevereiro de 2012, recomenda e apoia a imediata retomada do Colegiado Setorial do Audiovisual.

DAVY ALEXANDRISKY
p/Conselho

RECOMENDAÇÃO Nº 2, DE 7 DE MARÇO DE 2013

Recomenda ao governo do Estado do Pará e ao Conselho Nacional de Arquivos a salvaguarda do Arquivo Público do Estado do Pará e de seu patrimônio documental.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com o inciso II, do art. 21 do Regimento Interno do CNPC:

Art. 1º Ao governo do Estado do Pará que cumpra o disposto no Artigo 216 da Constituição Federal, no Artigo 286 da constituição estadual e no Artigo 17 da Lei n° 8159, de 8 de janeiro de 1991, e garanta a salvaguarda do patrimônio documental e do edifício do APEP, por meio de uma ampla reforma estrutural, de modo a assegurar a preservação da memória do povo paraense.

Art. 2º Ao Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Ministério da Justiça, que interceda junto ao governo do estado do Pará para que este último empreenda as reformas necessárias ao bom funcionamento do APEP.

BERNARDO NOVAIS DA MATA MACHADO
p/Conselho

RECOMENDAÇÃO Nº 3, DE 31 DE JULHO DE 2013

Recomenda ao Sistema Estadual de Cultura a reavaliação dos procedimentos do Programa de Incentivo a Projetos Culturais.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com o inciso II, do art. 21 do Regimento Interno do CNPC:

Art.1º Recomendar ao Sistema Estadual de Cultura de Santa Catarina que reavalie os procedimentos do Programa de Incentivo a Projetos Culturais, no que tange principalmente a antecipação de contrapartida, considerando que o sistema exige 10% de antecipação para Difusão Circulação e 30% para festivais, mostras, feiras e congêneres.

FLÁVIO VIANA E SILVA
p/ Conselho

RECOMENDAÇÃO Nº 4, DE 31 DE JULHO DE 2013

Recomenda ao Ministério da Cultura a realização de concursos públicos emergenciais no IPHAN e no IBRAM, para o fortalecimento institucional necessário para atendimento de demandas represadas e para o bom cumprimento de suas funções cotidianas.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com o inciso II, do art. 21 do Regimento Interno do CNPC:

Art.1º Recomendar ao Ministério da Cultura que, realize emergencialmente novos concursos públicos para provimentos de cargos técnicos no IPHAN e no IBRAM, destinando especialmente um número bastante significativo de vagas para o cargo de Conservador-Restaurador de Bens Móveis e Integrados.

MARCOS OLENDER
p/Conselho

RECOMENDAÇÃO Nº 5, DE 31 DE JULHO DE 2013

Recomenda que a Ministra do Estado da Cultura Marta Suplicy articule politicamente no Congresso Nacional a aprovação da PEC 150/2013.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com o inciso II, do art. 21 do Regimento Interno do CNPC:

Art.1º Recomendar a Ministra do Estado da Cultura Marta Suplicy que articule politicamente no Congresso Nacional a aprovação da PEC 150/2003.

MARIA DO SOCORRO SAMPAIO FLORES
p/Conselho

MARILA ANNIBELLE VELLOZO
p/Conselho

RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 31 DE JULHO DE 2013

Recomendação de ampliação da representação das culturas afro-brasileiras no Conselho Nacional de Política Cultural, nos conselhos estaduais e municipais de cultura e demais instâncias de participação e controle social do Sistema Nacional de Cultura.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973 de 7 de outubro de 2009, combinado com o inciso II, do art. 21 do Regimento Interno do CNPC:

Art.1º. A ampliação da representação das artes e manifestações culturais afro-brasileiras no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC/MinC), nos conselhos estaduais e municipais de cultura e demais instâncias de controle social do SNC, com a criação de assentos para conselheiros e outras formas de representação para:

a) CULTURA HIP HOP,
b) CAPOEIRA,
c) CULTURAS QUILOMBOLA,
d) CULTURAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA;

Art.2º. Transformar a cadeira de Culturas Afro-Brasileiras em Expressões Artísticas Culturais Afro-Brasileiras.

Art.3º. A inclusão de representante da SEPPPIR no Conselho Nacional de Políticas Culturais;

ARTHUR LEANDRO DE MORAES MAROJA
p/Conselho

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 706, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar público o(s) projeto(s) relacionado(s) no anexo abaixo, incentivado(s) por meio da Lei 8.313/91 que teve/tiveram sua(s) APROVAÇÃO (ÕES) quanto ao cumprimento do objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 80 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 24/06/2013, publicada no Diário da Oficial União de 01/07/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	CNPJ / CPF	Objeto
110644	Musicâmara	Lucia de Moura Passos Simon	07.863.377/0001-13	Realização de 12 concertos de música de câmara na região de São Leopoldo/Vale dos Sinos - RS, precedidos de encontros preparatórios em escolas ou centros comunitários, com acesso universal e gratuito ao público em geral em todas as atividades desenvolvidas pelo projeto.
121087	Valadares Jazz Festival 14	Alpeniano Silva Filho	465.304.606-91	O Valadares Jazz Festival 14 é um evento musical dedicado à divulgação da música instrumental brasileira e do jazz, realizado anualmente em Governador Valadares, desde 1999, de forma ininterrupta. Na edição 2012 vai homenagear o grupo brasileiro Azimuth e guitarrista John McLaughlin. Vai realizar 8 shows, com ingresso pago no Teatro Atiaia e 2 shows gratuitos gratuitos na Capela do Imaculada.
1012187	Fim de Semana Cultural - Para pais e filhos	Brasil Música e Artes - BM&A	04.723.989/0001-12	O projeto Fim de Semana Cultural - Para pais e filhos pretende realizar apresentações de música erudita e de teatro infantil, totalmente gratuitas, aos sábados e domingos, durante 08 meses, totalizando 32 apresentações de música erudita e 32 (trinta e duas) de teatro infantil, na cidade de Campinas, em espaço fechado e privado, ainda a definir.
102874	Balanganguéri	Ludens Produçoes Artisticas e Cinematograficas Ltda	11.580.092/0001-42	Este projeto pretende captar recursos para a montagem e temporada de dois meses da peça Balanganguéri em um teatro ou espaço alternativo da cidade de São Paulo. A peça é o resultado da dramaturgia realizada pelo diretor artístico da Cia Ludens, Domingos Nunez, a partir do original do dramaturgo irlandês Tom Murphy. Trata-se de peça inédita no Brasil, a quinta montada pela Cia Ludens, de um dos mais importantes autores irlandeses da atualidade.
127848	130 anos de Gibran Khalil Gibran	Arte A Produções Ltda.	08.325.271/0001-29	A Associação Cultural Brasil-Líbano junto à comunidade líbano-brasileira preparam-se para comemorar os 130 anos de nascimento de um dos mais consagrados escritores e pintores do século XX: Gibran Khalil Gibran, grande líder intelectual, filósofo, poeta, pintor, ensaísta e romancista.
114040	A Casa de Todos os Tempos - Dormitórios	COMITE BRASILEIRO DE CORES S/C LTDA ME	58.418.013/0001-65	Edição de um livro de autoria de Elisabeth Way sobre a história da evolução do dormitório, seu surgimento desde a fase Pré-Historia, passando pela Idade Média, Renascimento até a fase Contemporânea.
121246	Festival de Joinville 2012	Instituto Festival de Dança de Joinville	02.979.605/0001-00	Seletiva - Seleção dos grupos inscritos na Mostra Competitiva. Noites Especiais (Abertura e Gala) - espetáculos com companhias profissionais convidadas. Noite dos Campeões - apresentação dos grupos premiados em 1º lugar. Mostra Competitiva - apresentação dos grupos selecionados. Mostra Contemporânea de Dança - apresentação de espetáculos com companhias convidadas. Cursos e Oficinas - com ampla programação de cursos. Eventos Especiais - debates, palestras, exposições, outros

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

098282.	SEM MEDIDA	Monteiro & Sá Produções Artísticas Ltda.	01.107.543/0001-75	Sem medida é um espetáluco teatral do genero comédia, que aborda de forma divertida, porém não menos preocupada com o tema dos transtornos alimentares, compulsivos da bebida e sexo. As cobranças que a sociedade consumista "impõe" no tocante à magreza, a boa forma, o sucesso, geram nas pessoas uma louca competição na qual são usados meios perigosos para se atingir o objetivo e paliativos para minimizar as dores que isso causa. Serão aproximadamente 42 espetaculos com 4 apresentações por semana.
123548	Aquisição de Expositores d Quipamento de Projeção de Audiovisual para o Museu da Rede Amazônica	Fundação Rede Amazônica	05.554.944/0001-24	Este projeto tem o objetivo de adquirir painéis e expositores para abrigar no salão de exposição do Museu da Rede Amazônica, objetos antigos e raros como: fotografias, artefato e Jornais da década de 1950 que abordam sobre a histórica descoberta do petróleo no Amazonas. Além, da aquisição de equipamento para projeção em áudio e vídeo.
128969	7ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul	Carlos Henrique Schroeder	004.468.399-57	Realizar a sétima edição da Feira do Livro de Jaraguá do Sul, no período de 06 a 16 de junho de 2013, com acesso gratuito para toda a comunidade e atrações para todas as idades.
091914.	Circuito Cultural Obra Viva	Vila Rica Serviços de Agenciamento de Propriedades Artísticas S/S Ltda.	04.884.087/0001-68	O projeto Circuito Cultural Obra Viva promoverá uma série de oficinas de arte para alunos da rede pública de ensino de São Paulo por meio de um circuito de obras de arte que serão instaladas no Parque Villa-Lobos. Gratuita, a iniciativa transmitirá conhecimentos de arte e meio-ambiente para o público infanto-juvenil, de 07 a 12 anos, com o intuito de despertar o interesse pelas artes plásticas e pela preservação da natureza no cenário urbano das grandes cidades.
1111763	MACBETH - TURNÊ	B. F. Produções Ltda.	01.135.772/0001-01	Turnê do espetáculo MACBETH, texto de William Shakespeare, direção de GABRIEL VILLELA, com JOSÉ WILKER, MARCELLO ANTONY, CLAUDIO FONTANA e ELIAS ANDREATO. Turnê prevista por 8 principais cidades brasileiras com cerca de no mínimo 16 apresentações
1111414	Exposição Anna Paola Protasio- Mube - São Paulo	Anna Paola de Souza Campos Protasio	919.030.767-49	Exposição de esculturas em madeira,alumínio,concreto e acrílico anteriormente expostas nos museus do Rio de Janeiro tais com: Museu Nacional de Belas Artes e Casa França Brasil, além dos Sescs de Bauru,São José do Rio Preto,São José dos Campos serão montadas no Mube(Museu Brasileiro da escultura). A video -instalação que foi exposta no Centro Cultural dos Correios no Rio de Janeiro também será montada nesta nova exposição.Terão instalações inéditas fabricadas em aço e cones de trânsito.
112450	Estruturação da Reserva Técnica do Museu Sacro São José de Ribamar.	Associação dos Amigos do Museu do Ceará	01.437.414/0001-45	A proposta consiste em melhor preservar o acervo do Museu Sacro São José de Ribamar, por meio da restruturação da sua reserva técnica, com a aquisição de mobiliário adequado, equipamentos de controle ambiental e materiais que permitam o melhor acondicionamento dos objetos aos novos móveis, após higienização de todo acervo e revisão do inventário.
101518	INTRÉPIDA TRUPE 25 ANOS	Intrépida Trupe	31.926.975/0001-79	Projeto amplia a qualificação técnica e artística do elenco da Intrépida Trupe para produção de espetáculo comemorativo de seus 25 anos. Na fase I (2010/11) seus integrantes participam de 5 oficinas, realizam 4 apresentações gratuitas do repertório no Espaço Intrépida Trupe, e iniciam pesquisa de conteúdo. Na fase II (2011), ocorre a produção e estreia do espetáculo dos 25 anos, com 26 apresentações. Ingressos terão preço popular e o projeto já tem patrocínio do programa Petrobras Cultural 2009
110619	KABANA NA ESTRADA - CONTINUIDADE	Mauro Lúcio de Figueiredo Xavier	325.473.906-04	Circulação do espetáculo de Teatro de Bonecos nas Águas "Os Olhos do Surubim Rei" em 11 cidades que compõem as Bacias do Rio Grande e do Rio Paranaiba. Os espetáculos serão realizados em tenda/teatro, com capacidade para 180 pessoas por sessão, que será montada na praça central das cidades, com apresentações gratuitas para estudantes e público em geral.
127891	Céu sobre chuva ou Botequim, de Guarnieri	Bloco Pi Produções e Eventos Culturais Ltda - ME	13.469.723/0001-86	Realizar montagem e temporada no Rio de Janeiro, do referido texto de Gianfrancesco Guanieri, importante ator e autor do Teatro Brasileiro. O referido projeto pretende realizar 32 apresentações no Rio de Janeiro.
111591	DRAGÃO FASHION BRASIL - ARTESANIAS	GIFFONI PROPAGANDA, MARKETING E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA	03.018.867/0001-62	- Realizar o DRAGÃO FASHION BRASIL 2011 - Artesanias, um grande encontro da cultura da moda e sua relação com o artesanato do Ceará, mostrando manifestações nas áreas de artes plásticas, artes visuais e patrimônio cultural de artistas locais e de diversos pontos do país. O evento será realizado em 05 dias, em Fortaleza, no Centro de Convenções do Ceará

PORTARIA Nº 707, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 909 de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de Março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

139597 - A INÚTIL BIOGRAFIA DE UM HOMEM QUALQUER
MINIATURA 9 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.346.382/0001-96
Processo: 01400035125201333
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.024.540,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Montagem e temporada de 2 meses no Rio de Janeiro mais 2 meses em São Paulo, do espetáculo inédito A Inútil Biografia de um Homem Qualquer escrito por Luiz Felipe Reis. Realizaremos 48 apresentações.

138471 - MOCIDADE ALEGRE - CARNAVAL 2014
GREMIO RECREAT CULT E ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE ALEGRE
CNPJ/CPF: 43.220.052/0001-86
Processo: 01400023779201314
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 2.301.025,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Elaboração, desenvolvimento, produção, promoção e realização do desfile de Carnaval do G.R.C.E.S. Mocidade Alegre, entidade carnavalesca, atual Bi campeã do carnaval 2012/2013 de São Paulo, pertencente ao Grupo Especial, no Pólo Cultural Grande Otelo, Sambódromo do Anhembi, São Paulo / SP, no dia 01 de Março de 2014. O Projeto em questão viabilizará a distribuição de fantasias para Comunidade.

1310899 - Plano Anual de Atividades 2014
ASSOCIAÇÃO DO PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ
CNPJ/CPF: 04.716.375/0001-03
Processo: 01400038478201395
Cidade: Carambeí - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 1.168.832,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Planejamento de custeio das atividades e insumos necessários para manutenção da continuidade cultural do proponente em 2013, com vistas ao posicionamento como destino turístico-cultural da Copa do Mundo de 2014, expressando-se através de meios multimídias (eventos, impressos, site etc)

1310083 - Viradalata Espaço Cultural
Viradalata Espaço Capital Ltda - ME
CNPJ/CPF: 55.223.994/0001-05
Processo: 01400035694201389
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 794.475,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: O projeto Viradalata Espaço Cultural tem como objetivo realizar uma programação de espetáculos cênicos ao longo de doze meses em sua própria sede, agora ampliada e situada à rua Apinajés, 1.387 - São Paulo/SP. Dentre os espetáculos está prevista a estréia de um espetáculo teatral de humor intitulado "A Graça do Vira". O projeto contempla ao todo 112 apresentações de espetáculos adultos e infantis que atenderão a 270 espectadores, totalizando um público de 30.240 pessoas

1310098 - EM REDE
RIO MS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.111.428/0001-08
Processo: 01400035711201388
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 721.100,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Objetivamos a montagem e manutenção de temporada por 3 meses na cidade do Rio de Janeiro mais 3 meses em São Paulo, do espetáculo "Em Rede", com direção de Marcelo Serrado, e atuação de Rafael Infante. Realizaremos 72 apresentações.

1310058 - O amor e outras verdades... sobre os homens! (TÍTULO PROVISÓRIO)
S.Rezende Produções Artisticas e Cinematograficas Ltda
CNPJ/CPF: 03.588.232/0001-09
Processo: 01400035669201303
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 570.515,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo "O amor e outras verdades... sobre os homens!" (título provisório) e temporada de 3 meses de apresentações nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Os pontos de vista de um homem "contemporâneo" são o ponto de partida para um reflexão bem humorada sobre alguns valores e comportamentos determinados pela sociedade principalmente no relacionamento homem x mulher e a obsessão de ambos os sexos em seguir os padrões de beleza.

134833 - PROJETO: "EXPRESSARTE" - TEATRO, DANÇA E CIRCO
Grupo Teatral Limpando o Olho
CNPJ/CPF: 01.824.624/0001-96
Processo: 01400015946201353
Cidade: Uruaçu - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 159.783,70
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: - Realizar 03 oficinas sendo uma de teatro, uma de dança e uma de artes circenses durante 06 meses na região norte do estado de Goiás, nas cidades de Campinorte/GO, Alto Horizonte/GO e Nova Iguaçu de Goiás/GO. - Montar um espetáculo durante as oficinas e apresentar nas cidades aonde serão realizadas as oficinas.

137617 - IV MOSTRA INTERNACIONAL DE JAZZ
MARIANA FEITOSA DANCA E APRESENTACOES CULTURAIS SOCIEDADE SIMPLES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.967.849/0001-27
Processo: 01400019515201366
Cidade: Telêmaco Borba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 854.680,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: A IV MOSTRA INTERNACIONAL DE JAZZ acontecerá nas cidades de Curitiba (11/04/14 a 20/04/14), São Paulo (22/04/14 a 27/04/14) e Rio de Janeiro (02/05/14 a 04/05/14) contará com a presença do renomado bailarino e coreógrafo internacional o americano Brian Thomas que já trabalhou com Michael Jackson, Beyoncé, Whitney Houston, George Michael. O evento terá o formato de mostra de dança e além dos cursos teremos 4 apresentações em Curitiba, 1 apresentação em São Paulo e 1 no Rio de Janeiro.

1310855 - Sambrasília - Carnaval 2014 - Desfile da ASSOCIACAO RECREATIVA E CULTURAL UNIDOS DO VARJAO
ASSOCIACAO RECREATIVA E CULTURAL UNIDOS DO VARJAO
CNPJ/CPF: 11.465.633/0001-91
Processo: 01400038269201341
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado R$: R$ 137.465,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Trata-se do Desfile da da ARC UNIDOS DO VARJÃO nos desfiles oficiais da União das Escolas de Samba e Blocos de Enredo do DF - UNIESBE/DF, nos desfiles carnavalescos oficiais do DF, no ano de 2014. O desfile de uma escola de samba, dentre outras coisas, propicia a geração de empregos, a divulgação da cultura brasileira, mas gera, acima de tudo, no caso do DF, o acesso da população, notadamente a mais carente, a bens culturais expressivos.(APRESENTAÇÃO ÚNICA NO DIA 03/03/2014)

1310076 - ENTULHOS
Sopro Escritório de Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 16.877.605/0001-03
Processo: 01400035687201387
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 301.540,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Montagem e temporada de 2 meses do espetáculo Entulhos, uma produção baseada no documentário "Irmãos Collyer - Uma fábula do acúmulo", de Alfeu França. A ideia é produzir uma obra criando um questionamento sobre "O que o homem descarta e o que o homem entulha". A obra interpretará de maneira lúdica e acrobática a história de dois irmãos que não conseguem se desfazer de nada. Serão realizadas 32 apresentações em teatro com média de 400 lugares, totalizando 12.800 pessoas.

137863 - Cínica
Nota Jazz Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 16.716.576/0001-90
Processo: 01400019858201321
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 201.120,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a montagem do espetáculo CÍNICA, uma compilação de textos da obra ?A vida como ela é?, de Nelson Rodrigues. Em um jogo narrativo de caminho cômico, os cinco contos - Feia Demais, Os noivos, Casal de três,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mausoléu e O Justo - se mesclam com depoimentos reais dos atores, compondo com vigor a natureza do universo rodriguiano. Previsão de 32 apresentações na cidade do Rio de Janeiro.

1310068 - A Mulher do Judeu
NOI TRE CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.335.449/0001-76
Processo: 01400035679201331
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 500.755,36
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Realização da montagem e temporada de 04 meses do espetáculo "A mulher do Judeu", de Clarice Niskier, com direção de Leonardo Talarico. O espetáculo terá sua estréia e temporada realizadas na cidade do Rio de Janeiro no teatro "Solar de Botafogo" e posteriormente temporada na cidade de São Paulo no teatro "Eva Herz". Serão realizadas 51 apresentações, para uma média de 10.200 pessoas.

1310188 - Desfile de Carnaval 2014-Embaixada de Samba Cidade de Macapá
ASSOCIACAO CULTURAL EMBAIXADA DE SAMBA CIDADE DE MACAPA - ACESCIMAC
CNPJ/CPF: 05.985.379/0001-50
Processo: 01400035805201357
Cidade: Macapá - AP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.789.450,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Produção do desfile de carnaval 2014, com enredo "DO MARANHÃO PARA O AMAPÁ, A VIAGEM DE UM POETA VENCEDOR." composto por 16 alas com 100 componentes cada, 06 alegorias, sendo 04 carros e 02 tripés, bateria com 200 ritmistas, alem dos pontos técnicos, total de 2.100 brincantes.

1310054 - A História do Futebol
UM OITO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 15.460.796/0001-32
Processo: 01400035664201372
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.031.357,60
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Criar um espetáculo teatral de rua que contará a História do Futebol, com 40 atores e grandes adereços, para ser apresentado durante a COPA DO MUNDO na cidade de São Paulo. Serão realizadas 18 apresentações gratuitas do espetáculo.

138812 - SEMEADOR DAS ARTES
O SEMEADOR
CNPJ/CPF: 41.409.897/0001-99
Processo: 01400024162201316
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 127.580,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: O Projeto SEMEADOR DAS ARTES é uma proposta de educação em arte que visa promover o pensamento artístico e a percepção estética, através de oficinas de musica, teatro e dança para 130 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, atendidos pele ONG O Semeador, na localidade Paripueira - Sítio Correia, Beberibe - Ceará.

1310128 - Carnaval Cultural 2014- Uma viagem aos blocos tradicionais do interior de Minas
Associação das Empresas do Turismo e do Artesanato de Resende Costa - ASSETURC
CNPJ/CPF: 07.651.837/0001-40
Processo: 01400035741201394
Cidade: Resende Costa - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 360.838,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: O Projeto prevê a realização do carnaval de Resende Costa que é uma das principais festa do Município, resgatado a tradição dos antigos carnavais, realizando os blocos caricatos, que a cada dia apresenta um tema diferente e circula pelas principais ruas da cidade, subindo e descendo as ladeiras da cidade das lajes.Os blocos são conduzidos pela antiga banda de música do município, que no carnaval é chamada carinhosamente de A Furiosa e da tradicional bateria do Rifugo.

139407 - ALIANÇA FRANCESA DE FLORIANÓPOLIS - Plano anual de atividades 2014
Associação de Cultura Franco Brasileira
CNPJ/CPF: 82.518.762/0001-49
Processo: 01400034832201311
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 696.492,10
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: O projeto cultural em questão consiste no Plano Anual de Atividades da Aliança Francesa de Florianópolis para o ano de 2014, que pretende promover na cidade de Florianópolis/SC aproximadamente 6 eventos de apresentações musicais, 3 exposições de artes visuais; 3 apresentações de artes cênicas; 1 difusão de acervo audiovisual. As ações vão ocorrer no decorrer do ano de 2014 e buscam aproximar o intercâmbio cultural entre Brasil e França.

134145 - Evento natalino
TAILOR BATISTA TROJAN - EPP
CNPJ/CPF: 94.014.792/0001-05
Processo: 01400014957201316
Cidade: Muçum - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 102.947,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Trata-se de um evento natalino que envolve a comunidade em apresentações culturais realizadas por entidades do município, seja em canto coral, seja em dança, seja em teatro, além de realizar mais uma etapa da Cantilena de Natale, um evento de âmbito regional com a participação de coros de vários municípios da região.

139249 - CORTEJOS DE BONECOS GIGANTES DE PERNAMBUCO
LUIZ CARLOS COELHO NEVES FILHO
CNPJ/CPF: 007.813.334-31
Processo: 01400024661201311
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 328.580,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Apresentação em forma de cortejo com 10 Bonecos Gigantes de Pernambuco + Orquestra de Frevo composta por 10 músicos e uma equipe de passistas com 10 dançarinos. São Bonecos representando nossa cultura popular como: Boi Gigante, Burrinha Gigante, Caboclo de Lança, Lampião, Papangús, Pierrô, Alceu Valença, Miguel Arraes, Luiz Gonzaga.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

138819 - Muhpan Itinerante: Sons e Tons
FUNDAÇÃO BARBOSA RODRIGUES
CNPJ/CPF: 15.529.019/0001-05
Processo: 01400024169201338
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado R$: R$ 481.055,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Realizar , em Escolas e Instituições como APAE nos municípios de Ladário e Corumbá no MS, entre fevereiro a dezembro de 2014, Exposição Patrimônio Itinerante do Muhpan, Concertos Didáticos e Oficinas de Arte voltadas para o público escolar , familiares e comunidades do entorno dos locais atendidos, pois aos poucos pretende - se desmistificar a ideia de que a arte e a cultura, e consequentemente o Museu de História do Pantanal são da "Elite" - a ideia é tornar o museu de todos.

139474 - Exposição Vik Muniz - Porto Alegre
imago escritório de arte ltda
CNPJ/CPF: 31.983.232/0001-30
Processo: 01400034973201325
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.168.200,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Realizar exposição do artista plástico Vik Muniz na cidade de Porto Alegre. Com curadoria de Ligia Canongia, o projeto prevê ainda ações educativas para estudantes e a publicação de catálogo com texto inédito da curadoria e imagens da obras expostas.

133380 - Rio Rindo
Alessandra Levtschenko
CNPJ/CPF: 261.515.488-50
Processo: 01400011454201399
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 232.045,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: O Projeto Rio Rindo da fotógrafa Alessandra Levtchenko entende a importância que a arte pode trazer, e pretende sugerir com imagens, como seriam os rios Pinheiros e Tietê se estivessem limpos. Para isso fotografará situações hipotéticas de interação social e desfrute da população com esses rios.

137584 - 50 anos do Teatro Aliança Francesa
SYN CRIATIVA - COMUNICACAO E PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.948.170/0001-04
Processo: 01400019482201354
Cidade: Valinhos - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 418.075,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Realizar como produto principal exposição de artes visuais sobre os 50 anos do Teatro Aliança Francesa, com entrada gratuita, entre outubro e novembro de 2014, na sede da Aliança Francesa, na cidade de São Paulo. O objetivo é valorizar e compartilhar, com o público em geral, a trajetória do Teatro, sua importância política, social e cultural para a cidade. Como produto secundário, produzir livro com informações complementares (texto, entrevistas e imagens).

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

103939 - Culturas e Meio Ambiente pré coloniais da baía da Babitonga - etapa III. Os sambaquis do rio Palmital e foz do Rio Cubatão, região de Joinville - SC
FUNDACAO CULTURAL DE JOINVILLE
CNPJ/CPF: 83.796.227/0001-12
Processo: 01400010030201064
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 133.540,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Dar sequencia a projetos arqueológicos, cuja área de abrangência, objetivos e metodologia são comuns, desenvolvidos pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

1310391 - FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE - PLANO ANUAL 2014
Fundação Gilberto Freyre
CNPJ/CPF: 11.869.674/0001-43
Processo: 01400036033201371
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 681.317,68
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: O projeto em questão trata-se da gestão das atividades desenvolvidas nos diverso Núcleos da Fundação Gilberto Freyre, que tem entre seus objetivos manter reunido, preservado e à disposição do público o acervo pessoal e intelectual de Gilberto Freyre, além de promover e difundir a obra freyriana.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

1310034 - Obras Completas Cirne Lima
CULT ASSESSORIA E PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 00.612.755/0001-47
Processo: 01400035636201355
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 664.133,60
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Publicação da obra completa do filósofo brasileiro Prof.Carlos Roberto Velho Cirne Lima em suas diferentes fases, (neotomista até a atual), na qual o autor trabalha a fundamentação ética, revelando o desenvolvimento e a originalidade do seu pensamento e sua importância à filosofia nacional e internacional. A obra, esgotada, será reunida em uma coleção com seis volumes. A coleção será publicada em papel e no formato e-book. Será disponibilizada em Mecdaisy, contribuindo assim com as políticas de inclusão. Será criado um aplicativo para acesso em tablet do trabalho Dialética para todos. Este trabalho será igualmente disponibilizado em site para ser utilizado em sala de aula. Também serão disponibilizados no site conferências, aulas e debates do autor.

137715 - Vitrinas: História, Arte e Consumo em São Paulo
Via das Artes Assessoria Projetos e Marketing Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 06.045.303/0001-07
Processo: 01400019641201311
Cidade: Pirenópolis - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 209.928,40
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: O livro tem como proposta reconstituir uma parcela importante da historia da capital paulista através da evolução dos modos de expor produtos comerciais na cidade de São Paulo, propondo um percurso cronológico de suas manifestações. Por meio de imagens recuperadas em diversos tipos de acervo e cuidadosamente comentadas, dada a sua relevância para diversas áreas do conhecimento humano.

1310026 - Cadernos Baianos de Economia Criativa
PINAUNA IDEIAS INTEGRADAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.971.494/0001-30
Processo: 01400035628201317
Cidade: Camaçari - BA;
Valor Aprovado R$: R$ 177.850,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Publicação de série editorial, com distribuição gratuita de fascículos impressos e em versão digital, os quais têm, como temática, setores da Economia Criativa, no contexto do mercado baiano, buscando equilíbrio entre a apresentação de teoria e experiências práticas. Propõem-se a edição de 05 números: 01 (téorico-conceitual) - CriATIVAR Bahia; 02 - Editorial; 03 - Gastronomia; 04 - Ilustração e Animação; 05 - Moda. O projeto será coordenado pela Pinaúna Editora, que formará Conselho Editorial específico, com nomes representativos do estado, profissionais/estudiosos da área. Os Conselheiros indicarão pautas/fontes, produzirão alguns textos para o fascículo a que se relacionam e serão os editores do conteúdo produzido pela equipe técnica.

130189 - 4 Grandes Brasileiros: o Imperador, o Duque, o Barão e o Pai da Aviação
Wallace Barbosa Lima
CNPJ/CPF: 990.542.807-00
Processo: 01400002588201319
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 219.881,14
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Publicar 3.000 (três mil) exemplares de minha autoria sobre: D. Pedro II, Manuel de Araújo Porto-alegre, Duque de Caxias e Santos-Dumont. Todos os exemplares serão doados ao: Patrocinador, Prefeitura de Rio Pardo, Museu Nacional, Museu Imperial, Instituto Ronald Mcdonald`s, além dos inúmeros colaboradores em todo o Brasil, perfazendo um total de: 81 (oitenta e um). Portanto, será um Projeto Filantrópico-Cultural e sem fins lucrativos.

1310062 - Livro "Grafites do Brasil"
Mcle Edição e Artes Gráficas Ltda-ME
CNPJ/CPF: 05.459.947/0001-89
Processo: 01400035673201363
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 217.470,00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: O objetivo do projeto é reunir diversos grafites estampados em paredes e muros de várias cidades brasileiras, elaborando um livro fotográfico de arte, que capte o panorama do grafite Norte a Sul do Brasil. O propósito é apresentar como os traços e a temática se diferenciam conforme as peculiaridades culturais e sociais das regiões do país

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)

1310916 - Trio Independente de Jau - Carnaval Salvador
NOME DO PROPONENTE: Novo Palco Eventos e Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 10.177.252/0001-44
Processo: 01400038498201366
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 302500.00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013

Resumo do Projeto: Viabilizar a apresentação musical do cantor Jau durante o carnaval de Salvador. O artista percorrerá as ruas da cidade em cima de um trio elétrico no dia 01 de março, no circuito Barra Ondina. A apresentação será 100% gratuita não havendo nenhum tipo de comercialização do acesso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
138212 - Turnê para Gravação do DVD e divulgação do Cantor Ruy Mello
NOME DO PROPONENTE: Ruy G. Cano Produções Artísticas - ME
CNPJ/CPF: 18.590.010/0001-90
Processo: 01400023391201313
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 2007760.00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Turnê para Gravação do DVD e divulgação do Cantor Ruy Mello, retratando além da música sertaneja, os pontos turísticos e polos culturais do Brasil. Prensagem 2.000 DVD`s a titulo promocional, destinados a divulgação e distribuição para emissoras de rádio e televisão em todo País.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
1311129 - Festival CCBB de Carnaval - Original PE e Olinda
NOME DO PROPONENTE: OLIVEIRA E GUIMARAES PRODUTORA ARTISTICA E CULTURAL LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.878.752/0001-61
Processo: 01400044480201301
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado R$: 504115.00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: A Mostra Musical Original PE e o Carnaval de Olinda, traz para os CCBBs de São Paulo e Brasília os artistas mais consagrados da cena atual Pernambucana, uma Tradicional Orquestra de Frevo de Olinda com 1 Casal de Passistas de Frevo, Boneco Gigante e toda a essência do Carnaval de Olinda. Os artistas comtemplados são; Siba, Mombojó, Banda Eddie, Academia da Berlinda e Orquestra de Frevo Henrique Dias - Frevo de Rua no entorno dos CCBBs com a participação de Passistas de Frevo e 1 Boneco Gigante de Olinda.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
138251 - NATAL EM NATAL 2013
NOME DO PROPONENTE: FUNDACAO CULTURAL CAPITANIA DAS ARTES
CNPJ/CPF: 70.302.401/0001-81
Processo: 01400023462201388
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado R$: 5603100.00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: O projeto Natal em Natal - edição 2013 - consiste em um macro evento de caráter polifônico e multicultural que propõe a celebração da data de fundação da cidade. Os festejos reúnem múltiplas manifestações culturais que contemplam a diversidade de tradições, identidades, ritos, mitos, hábitos, saberes e expressões contemporâneas da população local. Serão quatro espetáculos contemplados via edital público a serem selecionados por uma comissão ainda a ser definida.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
138005 - Projeto Palavra através do Espelho
NOME DO PROPONENTE: Somar Produção de Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 18.421.432/0001-31
Processo: 01400023073201352
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 418830.00
Prazo de Captação: 20/12/2013 à 31/12/2013
Resumo do Projeto: Realização de duas oficinas de criação literária gratuitas, com duração de quatro meses (16 encontros com três horas de duração, carga horária total de 48h por oficina), totalizando até 40 participantes (2 turmas de 20 pessoas); Realização de quatro palestras com tema voltado à criação literária; Realização de três saraus; Edição de livro com textos produzidos pelos participantes da oficina, com tiragem de 3.000 exemplares. As palestras e os saraus serão eventos gratuitos e abertos ao público. Os livros serão distribuídos aos participantes, escolas, bibliotecas, centros culturais e todas as cópias serão vendidas à preços populares.O projeto pretende beneficiar cerca de 3500 pessoas.

PORTARIA Nº 708, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1° - Aprovar a complementação de valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 3310 - Portinari Arte Itinerante
Associação Cultural Candido Portinari
CNPJ/CPF: 35.798.198/0001-85
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 300.000,00

PORTARIA Nº 709, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
13 1323 - CTG Laço Velho na rota dos festivais
Centro de Tradições Gaúchas Laço Velho
CNPJ/CPF: 89.341.770/0001-01
RS - Bento Gonçalves
Período de captação: 19/12/2013 a 31/12/2013
12 4188 - Projeto Oficinas Culturais do Programa Campeões da Vida
Instituto Guga Kuerten
CNPJ/CPF: 04.003.206/0001-26
SC - Florianópolis
Período de captação: 19/12/2013 a 31/12/2013
07 7553 - Laranja Azul
Leme Produções Artísticas S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 57.806.200/0001-53
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 09/11/2012
12 8594 - É COM ESSE QUE EU VOU
SINERGIA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 04.366.573/0001-94
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/11/2013 a 31/12/2013
12 7906 - O Menino do Dedo Verde
Instituto Cultural Ritornelo
CNPJ/CPF: 15.529.460/0001-89
RS - Passo Fundo
Período de captação: 19/12/2013 a 31/12/2013
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
12 5988 - Influências - Camerata Latino Americana
Conect - Educação, Cultura e Tecnologia Ltda
CNPJ/CPF: 13.763.841/0001-00
SP - Campinas
Período de captação: 12/11/2013 a 31/12/2013
12 6714 - FICA 2013 - III Festival Itajubense de Cultura e Arte
PAULO CEZAR NUNES JUNIOR
CNPJ/CPF: 015.037.576-09
MG - Itajubá
Período de captação: 16/12/2013 a 31/12/2013
13 0412 - Luau Itinerante
A Dois Esporte e Entretenimento Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 10.641.733/0001-69
SP - São Paulo
Período de captação: 01/10/2013 a 31/12/2013
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
12 8946 - EDDY TRICERRI - Divagações
EDDY TRICERRI ANDRE
CNPJ/CPF: 998.682.298-04
SP - São Paulo
Período de captação: 16/12/2013 a 31/12/2013
13 0743 - OS ÚLTIMOS 100 ANOS DE HISTÓRIA NA REGIÃO DA UVA E DO VINHO
FRANCISCO MICHIELIN
CNPJ/CPF: 060.437.630-87
RS - Caxias do Sul
Período de captação: 01/12/2013 a 31/12/2013

PORTARIA Nº 710, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
12 10231 - Festival da Vida - 2013
ACL - Associação de Cultura Livre
CNPJ/CPF: 07.847.976/0001-43
MG - Belo Horizonte
Valor reduzido em R$: 589.890,00

PORTARIA Nº 711, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Aprovar as alterações dos nomes dos projetos abaixos relacionados:
PRONAC 12 7906 - "O Menino do Dedo Verde - 2013", publicado na portaria n. 0673/12 de 27/11/2012, publicada no D.O.U. em 28/11/2012, para "O Menino do Dedo Verde".
PRONAC 11 3138 - "Circuito Brasil Instrumental", publicado na portaria n. 0341/11 de 21/06/2011, publicada no D.O.U. em 22/06/2011, para "Conexão".
PRONAC 13 0535 - "II Semana Internacional de Música de Câmara do Rio de Janeiro", publicado na portaria n. 0183/13 de 12/04/2013, publicada no D.O.U. em 15/04/2013, para "III Semana Internacional de Música de Câmara do Rio de Janeiro".
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

PORTARIA Nº 712, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013. conforme anexo:
Art. 2º Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	ÁREA	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
07-8578	Criatura	Maria Consuelo Ulhoa Aguiar	O projeto tem como proposta de trabalho a circulação dos espetáculos "Concessa Tecendo Prosa", "Concessa Pendura e Cai" e "Adelaide Pinta e Borda"	Artes Cênicas	131.673,47	126.773,31	46.500,00
08-9059	Arte da Fotografia e os Paraísos Naturais (A)	Editora Expressão Ltda.	Edição de um livro com imagens produzidas por artistas da fotografia, nos principais santuários dos estados do Paraná, do Rio grande do Sul e de Santa Catarina.	Humanidades	472.499,00	349.541,50	235.000,00
09-4070	O Fantasma da Mascara	João Pedro Bosnich pontes	Realização em todas as etapas de produção do espetáculo musical infantil O Fantasma da mascara de Victor Stoltz.	Artes Cênicas	462.500,00	448.900,00	428.700,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

09-4806	De olho no clima	Marcus Vinicius Loureiro	Este espetáculo terá temporada de 08 apresentações em Belo Horizonte e circulação por 4 cidades do interior de Minas Gerais com 5 apresentações em cada cidade. São elas: Nova Era, Araxá, Manhuaçu, Contagem .	Artes Cênicas	183.150,00	180.070,00	175.000,00
10-0693	A ARTE VISIONÁRIA DE RANCHINHO	ASSOCIACAO RAIZ	Edição de livro bilíngüe (português, inglês) de valor artístico sobre a vida e obra de Sebastião Teodoro Paulino da Silva.	Humanidades	302.500,00	261.679,00	110.336,00
10-7689	Guia Cultural de São Paulo - Guia Catraca Livre	A & A Comunicação Ltda.	Este projeto propõe a edição e distribuição gratuita de 100.000 exemplares do Guia Cultural, que apresenta informações de atividades, eventos e manifestações culturais na cidade de São Paulo, com acesso gratuito ou a preços populares.	Humanidades	429.800,00	291.346,50	130.000,00
10-12428	3º Japan Matsuri	Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira de Osasco - ACENBO	O Japan Matsuri é um Festival da Cultura Japonesa, de realização da ACENBO, com apoio da Prefeitura do Município de Osasco.	Patrimônio Cultural	481.003,50	444.280,00	245.000,00
10-1875	Sonarte	Um Gestão e Projetos Culturais	O projeto prevê aulas de instrumentos e musicalização para 140 jovens das cidades de São Leopoldo e Guaíba no RS. Serão formadas Orquestras Jovens em ambas cidades.	Música	232.950,00	232.045,00	68.500,00
10-2097	Canta Pra Sarar	Felipe Glebocki	Permitir que pacientes de hospitais que ficam internados por longos períodos tenham acesso à cultura, música e artes cênicas.	Música	230.058,00	158.058,00	100.629,00
10-0265	BR 101 - A ESTRADA DO BRASIL	Casa Maior Produções Culturais Ltda. - ME	Livro baseado em viagem documental pelos 4.456 km da rodovia BR-101. A equipe de 4 pessoas (motorista, produtor, jornalista e fotógrafo) vai percorrer a estrada por 60 dias, entrevistando caminhoneiros, policiais rodoviários, habitantes das margens, pessoal dos postos etc.	Humanidades	486.840,00	274.560,00	225.000,00
10-7191	Bichos do Coração	Track & Marketing - Comunicação e Eventos Ltda	Publicação do livro "Apito apitô, pito pitô" do autor João Proteti, um poema escrito com lirismo e humor para crianças na faixa etária de 6 a 10 anos.	Humanidades	95.620,00	73.007,00	73.007,00
11-8513	Festival de Artes Cênicas Infarto Juvenil de Araxá	Fundação Cultural Acia	Realizar na cidade de Araxá, MG, o Festival de Artes Cênicas Infanto Juvenil de Araxá, pautado em artes cênicas voltadas para público infanto-juvenil.	Artes Cênicas	324.012,00	304.962,00	260.000,00
11-9707	Stefan Zweig no Brasil - Cabaré Multimídia e exposição	Casa Stefan Zweig	Será um Cabaré literário: "Stefan Zweig no Brasil" e uma Exposição: "Stefan Zweig vive e continua apostando no Brasil" (60 dias) Cabaré Literário Stefan Zweig.	Artes Integradas	169.160,00	147.660,00	39.000,00
12-0527	CD Bruna Caram 3	Rogério Bastos Bolzan	objetivo do projeto é produzir 12 faixas em um CD com tiragem de 3.000 unidades de artista Bruna Caram.	Música	133.831,99	133.831,99	52.000,00
11-14299	Parte Cultural da Expofeira de São Miguel das Missões	Associação da Expofeira de São Miguel das Missões	Este projeto tem a intenção de viabilizar a realização da parte cultural da Expofeira de São Miguel das Missões.	Artes Cênicas	110.200,00	110.200,00	25.000,00
11-8025	ESPÍRITO COMÉDIA - CIRCUITO DE TEATRO	Ulisses Franklin Nery Calenti Mariani	O Espírito Comédia será um mini circuito teatral que apresentará no mínimo três sessões de um grande espetáculo nacional de comédia passando pelas cidades de Vitória e Linhares e/ou Colatina.	Artes Cênicas	15.308,00	15.308,00	4.000,00
11-5100	BICHONÁRIO- PEQUENO PRINCIPE	CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	Produção de um livro intitulado Bichonário -Pequeno Príncipe,que será desenvolvido com o público infanto- juvenil do Hospital Pequeno Príncipe.	Artes Integradas	189.480,00	155.848,00	155.848,00
11-7902	Arquitetura Lúdica	Infra Consult Desenvolvimentos de Mercados S/S Ltda	Exibição de Vídeo Mapping (Mapeamento de Vídeo), do VJ Spetto, renomado VJ da cena brasileira.	Artes Visuais	502.250,00	462.040,00	244.000,00
12-10271	Encenação da Paixão de Cristo 2013	Associação Cultural Lirius	Durante o Período da Quaresma Cristã realizar duas (2) apresentações da Encenação da Paixão de Cristo.	Artes Cênicas	439.555,55	435.050,00	435.050,00
12-5102	"A Volta ao Mundo em 80 Vozes"	Associação de Cultura Franco-Brasileira	O projeto "A Volta ao Mundo em 80 Vozes" promoverá 01 (um) espetáculo teatral do artista franco-marroquino Khalid K no mês de outubro de 2012.	Artes Cênicas	51.940,00	50.295,00	31.961,00
12-8732	Arte e Cultura no Horti Serra 2013	Comissão da Festa da Uva e Feiras Agro-Industriais.	Realizar 8 apresentações de canto coral étnico italiano, 18 apresentações de peça "Ficus e Margarida Precisam de Você".	Artes Cênicas	94.470,00	94.470,00	30.000,00
12-9687	Carnaval Arte e Cultura - Olinda 2013	PRODUCAO E ARTE E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - ME	Realizar no mês de fevereiro de 2013, atividades culturais ligadas ao ciclo carnavalesco da cidade de Olinda.	Música	1.246.700,00	1.120.700,00	250.000,00
12-3315	PIPOCAS DE HISTÓRIAS	Ety Cristina Forte Carneiro	Este projeto propõe a produção e realização de 48 apresentações cênicas de contação de histórias que irão delinear um percurso interno no Hospital Pequeno Príncipe.	Artes Cênicas	304.580,00	266.580,00	266.580,00
12-6961	PORTELA-90 ANOS DE HISTORIA	DETUR EVENTOS E TURISMO LTDA	Trata-se de um livro sobre a história do GRES Portela,com fatos culturais que se misturam a origem e musicalidade dos bairros de sua vizinhança, no RJ, no ano em que se comemora os 90 anos de sua fundação.	Humanidades	187.900,00	164.890,00	164.890,00
12-5596	Sassaricando - temporada 2013	Tema Eventos Culturais S/C Ltda.	O objetivo deste projeto eì viabilizar uma nova temporada do musical - Sassaricando e o Rio inventou a marchinha - de janeiro a março de 2013.	Artes Cênicas	745.600,00	650.700,00	500.000,00
12-1171	Todas as Cores de Itá	Denise Becker	Todas as Cores de Ita, é um livro fotográfico de 120 páginas ilustrado com fotos artísticas da vida cotidiana e natural da cidade de Ita -	Humanidades	72.800,00	72.800,00	72.800,00

RETIFICAÇÃO

Na portaria de prorrogação nº 0001/13 de 02/01/2013, publicada no D.O.U. em 03/01/2013, Seção 1, referente ao Projeto "Festival de História - 2ª Edição"- Pronac: 12 1705:

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2013 a 30/12/2013

Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2013 a 31/12/2013

A cidade do projeto na portaria de aprovação n. 557 de 17/10/2013, publicada no D.O.U. em 18/10/2013, Seção 1, referente ao Projeto "Vitória do Riso 2014" - Pronac: 13 7183:

Onde se lê: SP de São Paulo

Leia-se: ES/Vitória

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº3.461/MD, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a publicação "Garantia da Lei e da Ordem".

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e observado o disposto nos incisos III, VI e IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a publicação "Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10 (1ª Edição/2013)", na forma do anexo a esta Portaria Normativa.

Parágrafo único. O Anexo de que trata o caput deste artigo estará disponível na Assessoria de Doutrina e Legislação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO AMORIM

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 2.198/GC4, 17 DE NOVEMBRO DE 2013

Ajusta a área do Sítio Aeroportuário de Florianópolis - SC, sob a jurisdição patrimonial do COMAER.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 junho de 1999, em conformidade com o previsto no inciso I do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.006407/2013-59, resolve:

Art. 1º Ajustar a área do Sítio Aeroportuário de Florianópolis - SC, de maneira a acrescentar a área de 1.282.994,42 m² à jurisdição técnica, administrativa e operacional da INFRAERO, passando, dessa forma, a área civil a totalizar 4.349.272,26 m² , conforme consta nos Memoriais Descritivos relativos à Planta nº 01/003.03/3649/00, apensos ao Processo, permanecendo a área remanescente sob a jurisdição técnica, administrativa e operacional do COMAER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEN BRIG AR JUNITI SAITO

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 380/DPC, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem as embarcações empregadas na navegação de apoio marítimo, supridoras de plataforma marítima, abaixo listadas, com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atendem ao preconizado no inciso 5, alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
BRAM BOA VISTA	4430482446	DelItajaí	Rio de Janeiro - RJ
BRAM BUCCANEER	4430483248	DelItajaí	Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada ao porto mencionado ao lado do nome da embarcação, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características do respectivo porto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 381/DPC, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispensa embarcações do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, supridora de plataforma marítima, abaixo listada, com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
FAR SCOUT	381-E00434-1	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Vitória-ES

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada ao porto mencionado ao lado do nome da embarcação, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características do respectivo porto.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem, sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 382/DPC, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispensa embarcações do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, supridora de plataforma marítima, abaixo listada, com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
BRUCE KAY	443-048191-1	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro-RJ

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada ao porto mencionado ao lado do nome da embarcação, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características do respectivo porto.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem, sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS
Vice-Almirante

TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6862ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

24.983/2010, 25.457/2010, 27.139/2012, 27.493/2012, 27.530/2012, 27.729/2013 do Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves; 24.258/2009, 25.991/2011, 26.972/2012 do Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras; 27.201/2012, 27.728/2013, 27.749/2013 do Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos; 25.109/2010, 25.219/2010, 26.703/2012, 27.572/2012, 27.686/2012, 27.913/2013, 28.030/2013 do Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho; 26.774/2012, 27.342/2012, 27.372/2012, 27.386/2012, 27.561/2012, 27.644/2012, do Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.150/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "SÃO FRANCISCO VI" e a moto aquática "NENENZINHO", ocorridos no rio São Francisco, Juazeiro, Bahia, em 02 de novembro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Max Marrone Ferreira do Nascimento (Condutor inabilitado da moto aquática "NENENZINHO").

Nº 28.201/2013 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "DIMITRI", não inscrito, e uma embarcação não identificada, ocorrido no rio Negro, Manaus, Amazonas, em 24 de abril de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Robson Vianna Barreto (Proprietário do Estaleiro Roraima).

Nº 28.151/2013 - Fato da navegação envolvendo a balsa "CV-08-70-02", um tripulante e o Rb "SÃO PEDRO", ocorrido no rio São Francisco, entre os municípios de Ubaí e São Romão, Minas Gerais, em 24 de outubro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Reginaldo Rodrigues de Oliveira (Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés).

Nº 28.315/2013 - Acidente da navegação envolvendo o NM "MARCOS DIAS" com o cais de barcos de pesca da cidade de São José do Norte, Rio Grande do Sul, ocorrido em 23 de outubro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Unilson Damião de Menezes Filho (Comandante).

Nº 28.361/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "ARABAIANA", ocorridos no canal de saída do município de Areia Branca, Rio Grande do Norte, em 03 de maio de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: SERMAPRA Serviços Marítimos de Apoio à Praticagem Ltda. (Armadora) e Wanderley Carlos de Souza Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN.

JULGAMENTOS

Nº 23.961/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo as balsas "DONA ALDORA", não inscrita, e "MISS RONDÔNIA", ocorridos no rio Negro, Manaus, Amazonas, em 04 de setembro de 2008.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representadas: Navegação Ana Carolina Ltda. - EPP (Proprietária da balsa "DONA ALDORA"), Advª Drª Elizabeth Cavalieri Campos (OAB/AM 7.228). HILNAVE - Transportes e Navegação Ltda. - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência das representadas, Navegação Ana Carolina Ltda. e HILNAVE - Transportes e Navegação Ltda, condenando cada uma à pena de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), na forma do art. 121, inciso VII. Custas processuais divididas.

Nº 25.256/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "JADE" com pedras, ocorridos na barra do rio Jacuípe, Salvador, Bahia, em 05 de setembro de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Vinicius Monteiro de Carvalho (Condutor inabilitado), Adv. Dr. Elmano Branco Coelho (OAB/BA 16.571) Smith Pereira da Silva Neto (Proprietário) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência dos Representados e de imperícia do 1° Representado, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha e considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, inciso I, 127, e 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei n° 2.180/54, aplicar a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) ao 1° Representado, Vinícius Monteiro de Carvalho, condutor não habilitado, e pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) ao 2° representado, Smith Pereira da Silva Neto, proprietário da moto aquática "JADE", cumulativamente com a pena de Repreensão para ambos. Custas processuais proporcionais às penas de multa.

Nº 24.942/2010 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "CABINESS TIDE", de bandeira vanuatuense, e a plataforma "PETROBRAS 52", de bandeira das Ilhas Marshall, ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 08 de janeiro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Sergey Kaznin (Comandante em treinamento do Rb "CABINESS TIDE"), Advª Drª Maria Izabel Gomes Sant'Anna (DPU/RJ), Pedro Antonio Gonzalez Infante (Comandante do Rb "CABINESS TIDE"), Adv. Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência do 2° Representado, responsabilizando Pedro Antônio Gonzalez Infante, condenando-o à pena de multa de R$ 700,00 (setecentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5°, art. 124, inciso I e art. 127, § 2°, todos da mesma lei. Exculpar Sergey Kaznin por insuficiência de provas. Custas na forma da lei.

Nº 26.254/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BM "DEUS QUE ME DEU", ocorridos no rio Curral Panema, nas proximidades do município de Ponta de Pedras, Pará, em 16 de outubro de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: José Nélio da Silva Lima, Advª Drª Kátia Maria Mendes Martins (OAB/PA 5.121). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a" e art. 15, alíneas "c" e "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imperícia, negligência e imprudência do condutor da embarcação, José Nélio da Silva Lima, à pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) acumulada com a pena de repreensão, de acordo com o art. 121, incisos I e VII, art. 124, inciso I da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e pagamento das custas processuais. Oficiar a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, as seguintes infrações ao RLESTA: artigos 11, 15, inciso I, 16, inciso I e a infração ao art. 15 da Lei n° 8.374/9l, cometidas pelo proprietário.

Nº 26.425/2011 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "SANTO ANTONIO II" com a balsa "SANTO ANTONIO V" e o BM "ISRAEL I", ocorrido no rio Matapi, Santana, Amapá, em 17 de março de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Jacivaldo Ferreira Brito (Comandante do comboio), Adv. Dr. Max Gonçalves Alves Júnior (OAB/AP 1.185). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência, condenando Jacivaldo Ferreira Brito, à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Isento de pagamento de custas processuais em face da Lei nº 1.060/50 e por ser hipossuficiente economicamente.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO:

Nº 27.945/2013 - Acidente da navegação envolvendo o NM "JS PHOENIX", de bandeira coreana, ocorrido no rio Amazonas, fundeadouro de Macapá, Amapá, em 19 de novembro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (encalhe), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Diretoria de Hidrografia e Navegação, enviando cópia do Acórdão, para as devidas providências.

Nº 28.008/2013 - Fato da navegação envolvendo o BP "NOSSA SENHORA DE FÁTIMA" e um tripulante, ocorrido nas proximidades da praia de Caúra, São José de Ribamar, Maranhão, em 05 de março de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos do Maranhão, agente da Autoridade Marítima, para as sanções aplicáveis, a infração ao art. 8º, inciso V, letra "b", da LESTA, c/c o art. 24, do RLESTA (por não ter comunicado tempestivamente o fato em pauta, na Capitania), da responsabilidade do condutor e proprietário do B/M "NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", Jorge Silva Frasão, POP.

Nº 28.050/2013 - Acidente da navegação envolvendo a LM "ITAPUCA", ocorrido nas proximidades do terminal de passageiros de Niterói, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 06 de dezembro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b" (avaria), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mandando arquivar os presentes autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente da Autoridade Marítima, as divergências nas informações da embarcação, quanto às arqueações bruta e líquida e ano de construção (no REN, fl. 13, no Registro de Propriedade Marítima, fl. 15, e no CTS, fl. 17, contam 608 AB e 328,4 AL, ano de construção 1963, mas em todos os Certificados da Classificadora constam 1065 AB. 542 AL e ano de construção 1962. fls. 16, 21, 30, 32, 34, 36, 38. 40 e 43), para apurar possível alteração de projeto na embarcação ou erro de informação, enviando cópias das citadas folhas dos autos, as providências devidas e correção de registro perante o Tribunal Marítimo.

Nº 28.094/2013 - Fato da navegação envolvendo o ferry boat "CIDADE DE TUTÓIA I" e um passageiro, ocorrido no terminal da Ponta da Espera, baía de São Marcos, São Luís, Maranhão, em 19 de setembro de 2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e" (exposição a risco), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa indeterminada, mas com indícios de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 26.505/2011 - Acidente da navegação envolvendo a LM "CARPE DIEM", ocorrido nas proximidades da praia da Avenida Soares Lopes, Ilhéus, Bahia, em 16 de abril de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.755/2013 - Acidente da navegação envolvendo o NM "ALIANÇA MARACANÃ", ocorrido no rio de La Plata, entre as cidades de Buenos Aires, Argentina, e Montevidéu, Uruguai, em 19 de setembro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.884/2013 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "CAVALIER II", de bandeira paraguaia, com dezesseis barcaças, ocorrido no rio Paraguai, Mato Grosso do Sul, em 01 de outubro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 27.960/2013 - Acidente da navegação envolvendo o NM "BRUGGE MAX", de bandeira da Ilha do Homem, ocorrido no canal do porto de Santos, São Paulo, em 12 de outubro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Esteve presente, pela Procuradoria, o(a) Advogado(a) da União, Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h15min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 17 de dezembro de 2013.
Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.226, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2012 e o disposto no Processo nº 23000.008471/2013-94, resolve:

Art. 1º Ficam distribuídas, para as Instituições Federais de Ensino, as Funções Gratificadas descritas no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

CÓD. DA IFE	NOME DA INSTITUIÇÃO	FG-01	FG-02	FG-03
26235	Universidade Federal de Goiás	0	3	0
26237	Universidade Federal de Juiz de Fora	0	0	26
26238	Universidade Federal de Minas Gerais	0	0	60
26240	Universidade Federal da Paraíba	3	2	0
26244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	10	10	10
26245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	0	0	3
26249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	3	7	0
26263	Universidade Federal de Lavras	2	16	0
26269	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	0	3	0
26271	Universidade Federal de Brasília	0	10	0
26272	Universidade Federal do Maranhão	0	29	0
26286	Universidade Federal do Amapá	0	1	0

PORTARIA Nº 1.227, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 99/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073194, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia Senai Blumenau, com sede na Rua São Paulo, nº 1.147, Caixa Postal nº 178, Bairro Victor Konder, no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2.765, Compl. 2º andar, Bairro Itacorubi, no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.228, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 108/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077433, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Projeção de Ceilândia - FACEB, com sede na QNM 30, módulos H, I, J, Ceilândia Norte, Região Administrativa IX, Brasília, Distrito Federal, mantida pela Guatag Associação de Assistência Educacional, com sede no Setor C Norte, Área Especial nº 4, Taguatinga, Região Administrativa III, Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.229, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 131/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20074919, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Pará de Minas, com sede na Rua Ricardo Marinho, nº 110, Bairro São Geraldo, no Município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Confraria de Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Pará de Minas, com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.230, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 106/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200902552, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru - FAFICA, com sede na Rua Azevedo Coutinho s/nº, Bairro de Petrópolis, no Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.231, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 95/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201102141, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Vitoriana de Tecnologia (FAVI), com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 1.800, Bairro Barro Vermelho, no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, mantida pela Associação Vitoriana de Ensino Superior (AVIES), com sede no mesmo Município e Estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.232, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 97/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200906635, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade SENAC Pernambuco, com sede na Av. Visconde de Suassuna, nº 500, bairro de Santo Amaro, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Departamento Regional de Pernambuco, com sede no mesmo Município e Estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.233, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 98/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201101410, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Instituto Paraibano de Ensino Renovado (INPER), com sede na Rua Afonso Barbosa de Oliveira, nº 2011, Bairro Jardim Marisópolis, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, mantido pela Associação Paraibana de Ensino Renovado (ASPER), com sede no mesmo Município e Estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.234, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 107/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20077333, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade Sul Fluminense (FASF), com sede na Rua Alberto Rodrigues, nº 39, Bairro Jardim Amália I, no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pelo Instituto de Cultura Técnica Sociedade Civil Ltda., com sede no mesmo Município e Estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LOIZIO MERCADANTE OLIVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.235, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 125/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201101425, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Informática do Recife (FACIR), com sede na Avenida Ministro Marcos Freire, nº 2.855, Bairro Casa Caiada, no Município de Olinda, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Pernambucana de Ensino Superior (APESU), com sede no mesmo Município e Estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.236, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 126/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073096, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia SENAI Chapecó, com sede na Rua Frei Bruno, nº 201 E, Bairro Jardim América, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com sede no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 136/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20076860, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciada a Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, com sede na Avenida Jataí, nº 110, Quadra 56, Lote 12, Bairro Centro, no Município de Rubiataba, no Estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Rubiataba (CESUR), com sede no mesmo Município e Estado.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

PORTARIA Nº 1.238, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e no Parecer nº 267/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 200809567, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Tecnologia de Teresina para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Firmino Pires, nº 527, bairro Centro, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pelo Centro de Educação Tecnológica de Teresina Francisco Alves de Araújo Ltda., com sede no mesmo Município e Estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas nos polos de apoio presencial relacionados no Anexo desta Portaria.

Art. 3º Nos termos do Art. 2º da Portaria Normativa MEC nº 01, de 25 de janeiro de 2013, Anexo III, este ato autorizativo é válido por 3 (três) anos a partir da publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO

Polo	Endereço
CET Centro	Rua Firmino Pires, 527 Centro, Teresina - PI. CEP: 64001-070
CET São Cristovão	Avenida João XXIII, 4.500 São Cristóvão, Teresina - PI. CEP: 64045-000

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 18 de dezembro de 2013

Processo nº: 23000.006172/2013-15
Interessada:Instituto Doctum de Educação e Tecnologia Ltda.
Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos - Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 2075/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão nº 1/2013-SESu/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2013.

Processo nº: 23000.006045/2013-16
Interessada: Protécnica Paulista Ltda.
Assunto: Recurso em face de decisão que desvinculou a entidade do Programa Universidade para Todos - Prouni.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 2076/2013/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, mas lhe nego provimento, mantendo a Decisão nº 1/2013-SESu/MEC, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2013.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 318/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reenvio da questão à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), para que proceda às verificações exigíveis, analisando, finalmente, caso a caso, por meio de banca examinadora, as dissertações das requerentes e, por exclusivo exame do mérito acadêmico-científico, possa exarar decisões relativas aos reconhecimentos dos títulos obtidos no mestrado em Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação expedidos pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), conforme consta do Processo nº 23001.000015/2011-24.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 318/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável às alterações nos programas de pós-graduação stricto sensu solicitadas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelas Instituições de Educação Superior conforme segue: (1) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), alteração da nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos - código 28006011004P6 - para Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciência de Alimentos, nível de mestrado acadêmico; e (2) na Universidade de São Paulo (USP), alteração da nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Odontologia (Materiais Dentários) - Código 33002010146P4 - para Programa de Pós-Graduação em Odontologia (Biomateriais e Biologia Oral), níveis de mestrado acadêmico e doutorado, e desativação dos Programas de Pós-Graduação em Medicina (Cirurgia do Aparelho Digestivo) - Código 33002010153P0 - e Gastroenterologia Clínica - Código 33002010063P0 - retroativo a maio de 2010, tendo em vista a fusão dos mesmos em um único programa de Ciências em Gastroenterologia, conforme consta do Processo nº 23001.000072/2013-75.

Em 19 de dezembro de 2013

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 267/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia de Teresina, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Firmino Pires, nº 527, bairro Centro, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pelo Centro de Educação Tecnológica de Teresina Francisco Alves de Araújo Ltda., com sede na Avenida João XXIII, nº 4.500, bairro São Cristovão, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º , do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º , do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e no seguinte polo de apoio presencial: Avenida João XXIII, nº 4.500, bairro São Cristovão, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, a partir da oferta dos cursos de licenciatura em Computação e Informática e bacharelado em Administração, com 150 (cento e cinquenta) vagas anuais cada um, conforme consta do processo e-MEC nº 200809567.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 95/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Vitoriana de Tecnologia (FAVI), com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 1.800, Bairro Barro Vermelho, no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, mantida pela Associação Vitoriana de Ensino Superior (AVIES), com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201102141.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 97/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade SENAC Pernambuco, com sede na Av. Visconde de Suassuna, nº 500, bairro de Santo Amaro, no Município de Recife, no Estado de Pernambuco, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Departamento Regional de Pernambuco, com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200906635.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 98/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Instituto Paraibano de Ensino Renovado (INPER), com sede na Rua Afonso Barbosa de Oliveira, nº 2011, Bairro Jardim Marisópolis, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, mantido pela Associação Paraibana de Ensino Renovado (ASPER), com sede na Rua Joaquim Francisco Veloso Galvão, nº 1.860, no Município e Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201101410.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 107/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Sul Fluminense (FASF), com sede na Rua Alberto Rodrigues, nº 39, Bairro Jardim Amália I, no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pelo Instituto de Cultura Técnica Sociedade Civil Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20077333.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 125/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Informática do Recife (FACIR), com sede na Avenida Ministro Marcos Freire, nº 2.855, Bairro Casa Caiada, no Município de Olinda, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Pernambucana de Ensino Superior (APESU), com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201101425.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 126/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAI Chapecó, com sede na Rua Frei Bruno, nº 201 E, Bairro Jardim América, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2,765, 2º andar, Bairro Itacorubi, no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20073096.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 136/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, com sede na Avenida Jataí, nº 110, Quadra 56, Lote 12, Bairro Centro, no Município de Rubiataba, no Estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Rubiataba (CESUR), com sede no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20076860.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 99/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Senai Blumenau, com sede na Rua São Paulo, nº 1.147, Caixa Postal nº 178, Bairro Victor Konder, no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2.765, Compl. 2º andar, Bairro Itacorubi, no Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20073194.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 108/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade Projeção de Ceilândia - FACEB, com sede na QNM 30, módulos H, I, J, Ceilândia Norte, Região Administrativa IX, Brasília, Distrito Federal, mantida pela Guatag Associação de Assistência Educacional, com sede no Setor C Norte, Área Especial nº 4, Taguatinga, Região Administrativa III, Brasília, Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20077433.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 131/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento institucional da Faculdade de Pará de Minas, com sede na Rua Ricardo Marinho, nº 110, Bairro São Geraldo, no Município de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Confraria de Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Pará de Minas, com sede no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20074919.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 106/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru - FAFICA, com sede na Rua Azevedo Coutinho s/nº, Bairro de Petrópolis, no Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, com sede no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200902552.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União nº 214, de 4 de novembro de 2013, Seção 1, pág. 45, referente ao indeferimento do pedido de credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAC - Concórdia, onde se lê: "...dar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão veiculada no Parecer CNE/CES nº 231/2008, ..."; leia-se: "...negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão veiculada no Parecer CNE/CES nº 231/2008, ...".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas em 02 de dezembro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.005550/2013-35, resolve:

Nº 5.570 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 36/2013, de 26 de julho, publicado no DOU de 29.07.2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Adjunto A, nível 1, área Matemática, em que foi aprovado o candidato Flávio Almeida Lemos. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas em 02 de dezembro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.006214/2013-18, resolve:

Nº 5.571 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 39/2013, de 16 de agosto, publicado no DOU de 19. 08. 2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Assistente A, nível 1, área Ensino de Química e Química Geral, em que foi aprovada a candidata Nilmara Braga Mozzer. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas em 02 de dezembro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.006215/2013-54, resolve:

Nº 5.572 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 39/2013, de 16 de agosto, publicado no DOU de 19. 08. 2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Assistente A, nível 1, área Química Tecnológica, em que foi aprovado o candidato Bruno Eduardo Lobo Baêta. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas em 02 de dezembro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.006216/2013-07, resolve:

Nº 5.573 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 39/2013, de 16 de agosto, publicado no DOU de 19. 08. 2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Adjunto A, nível 1, área Bioquímica e Biologia Molecular, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos, Camila Carrião Machado Garcia, Maísa Silva, Clara Guerra Duarte e Leonardo Barbosa Leiria. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Humanas e Sociais em 27 de novembro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP nº 23109.005552/2013-24, resolve:

Nº 5.574 - Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 36/2013, de 26 de julho, publicado no DOU de 29.07.2013, realizado para o cargo de Professor, classe A, denominação Adjunto A, nível 1, área História/História do Brasil República, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos, Andre de Lemos Freixo e Francisco Gouvea de Sousa. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

CÉLIA MARIA FERNANDES NUNES
Presidente do Conselho
Em exercício

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 95, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, em exercício, da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 19/2013-CCS/UFPI, de 12/11/2013, publicado na Seção 3, do DOU, de 18/11/2013 e o Processo nº. 23111.024547/2013-71; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do processo seletivo, para contratação de um Professor Substituto, com lotação no Departamento de Morfologia, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial TP - 20 (vinte horas semanais), na área de Anatomia Humana, habilitando ANA ÉRICA GARCIA VALE E NASCIMENTO (1ª colocada), ELIAMARA BARROSO SABINO (2ª colocada), AÍKA BARROS BARBOSA (3ª colocada) e classificando para contratação a 1ª colocada.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO LUIZ GALAN RIBEIRO

PORTARIA Nº 96, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, em exercício, da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 19/2013-CCS/UFPI, de 12/11/2013, publicado na Seção 3, do DOU, de 18/11/2013 e o Processo nº. 23111.024547/2013-71; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do processo seletivo, para contratação de um Professor Substituto, com lotação no Departamento de Morfologia, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial TP - 20 (vinte horas semanais), na área de Histologia e Embriologia, habilitando GUSTAVO WILSON DE SOUSA MELLO (1º colocado), HATAWA MELO DE ALMEIDA MONTEIRO (2ª colocada), ANGELA PIAUILINO CAMPOS (3ª colocada), KLEVERTON RIBEIRO DA SILVA (4º colocado) e LUANA DE OLIVEIRA LOPES (5ª colocada) e classificando para contratação o 1º colocado.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO LUIZ GALAN RIBEIRO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, Professor José Ricardo Martins da Silva, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 15/08/2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 16/08/2012, e considerando: - a deliberação do Conselho Superior em reunião extraordinária realizada nesta data, resolve:

Art. 1°. Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFNMG - PDI - 2014 a 2018.

JOSÉ RICARDO MARTINS DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N º 83, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29/12/2008 e, conforme deliberação do Conselho Superior, na reunião ordinária realizada em 05 de dezembro de 2013, no câmpus Bagé; Considerando o Regimento Geral do IFSul, publicado no DOU de 29 de maio de 2013, Seção I, página 14, resolve:

Aprovar a alteração do Art. 159 do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como segue: onde se lê: "... até o final do ano de 2013 ..." leia-se: "... até o final do mês de setembro de 2014 ..."

MARCELO BENDER MACHADO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 81, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil aos municípios e ao Distrito Federal que pleitearam e estão aptos para pagamento, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas e que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata a Lei nº 12.722 de 3 de outubro de 2012, e conforme informações declaradas pelos municípios e Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Novas Turmas de Educação Infantil.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU WELITON CAPUTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO							
UF	Municípios	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em estabelecimentos públicos e /ou conveniados com o poder público				Valor do Repasse
			Creche Púb/Conv Parcial	Creche Púb/Conv Integral	Pré-Escola Púb/Conv Parcial	Pré-Eescola Púb/Conv Integral	
AC	Rodrigues Alves	1200427	428	0	102	0	R$ 21.476,71
CE	Fortaleza	2304400	721	752	764	5	R$ 38.028,63
CE	Maracanaú	2307650	1062	18	289	0	R$ 17.773,80
MA	Olho d'Água das Cunhãs	2107407	141	0	152	0	R$ 230.837,50
MA	Pio XII	2108702	515	0	38	0	R$ 41.768,43
MG	Ipatinga	3131307	0	239	1107	60	R$ 329.556,64
MG	Itabira	3131703	0	131	155	0	R$ 96.274,96
MG	Nanuque	3144300	20	0	112	0	R$ 12.774,96
MG	São Francisco de Paula	3161205	0	55	0	0	R$ 9.627,50
MG	Uberlândia	3170206	1276	1076	852	0	R$ 10.830,94
MS	Ponta Porã	5006606	102	249	298	0	R$ 132.044,83
MT	Campo Verde	5102678	54	17	116	5	R$ 37.769,41
MT	Sinop	5107909	6	21	288	0	R$ 72.206,24
PA	Barcarena	1501303	530	0	385	1	R$ 29.437,92
PR	Campina Grande do Sul	4104006	4	240	224	83	R$ 95.756,60
PR	Pinhalão	4119202	6	57	26	9	R$ 10.590,25
RJ	Saquarema	3305505	0	338	126	0	R$ 48.137,52
SC	Forquilhinha	4205456	0	114	0	4	R$ 7.331,70
SC	Itapiranga	4208401	0	60	11	0	R$ 28.882,51
SC	Tigrinhos	4217956	8	0	6	0	R$ 2.369,84
TO	Araguaína	1702109	24	1019	257	0	R$ 286.899,50
TO	Muricilândia	1713957	5	1	16	4	R$ 35.862,42
TO	Palmeirópolis	1715754	0	54	0	221	R$ 74.131,77

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 709, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a abertura de processo administrativo em face do curso de Medicina (cód. 18472) ofertado pela UNIVERSIDADE DE CUIABÁ - UNIC / PITÁGORAS (cód. 780). Processo MEC nº 23000.017022/2011-75.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 826/2013-CGSE/DISUP/SERES/MEC, resolve:

Art.1º Fica instaurado processo administrativo para aplicação de penalidades ao curso de Medicina (cód. 18472) da UNIVERSIDADE DE CUIABÁ - UNIC / PITÁGORAS (cód. 780), ofertado no município de Cuiabá/MT, nos termos do art. 50 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art.2º Ficam mantidas as medidas cautelares aplicadas ao curso de curso de Medicina (cód. 18472) da UNIVERSIDADE DE CUIABÁ - UNIC / PITÁGORAS (cód. 780), por meio do Despacho SERES/MEC nº 234, de 2011.

Art. 3º Fica notificada a UNIVERSIDADE DE CUIABÁ - UNIC / PITÁGORAS (cód. 780) quanto à instauração do processo administrativo, para apresentação de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados de seu recebimento, nos termos do art. 51 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art.4º Fica notificada a UNIVERSIDADE DE CUIABÁ - UNIC / PITÁGORAS (cód. 780) do teor da Portaria, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 710, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Integrada do Brasil - FAIBRA, com sede no Município de Teresina, Estado do Piauí, mantida pela Associação Educacional Cristã do Brasil, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201303952	(90611) Pedagogia, Licenciatura.	Autorização: Portaria MEC nº 115, de 12/01/2006, D.O.U de 13/01/2006.	Rua Simplício Mendes, nº 867, Centro Sul, Teresina/PI.	Rua das Orquídeas, nº 830, Jóquei, Teresina/PI.
02	201303955	(90613) Pedagogia, Licenciatura.	Autorização: Portaria MEC nº 115, de 12/01/2006, D.O.U de 13/01/2006.	Rua Simplício Mendes, nº 867, Centro Sul, Teresina/PI.	Rua das Orquídeas, nº 830, Jóquei, Teresina/PI.
03	201303956	(90614) Pedagogia, Licenciatura	Autorização: Portaria MEC nº 115, de 12/01/2006, D.O.U de 13/01/2006..	Rua Simplício Mendes, nº 867, Centro Sul, Teresina/PI.	Rua das Orquídeas, nº 830, Jóquei, Teresina/PI.

PORTARIA Nº 711, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III e § 2, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Unigran Capital - UNIGRAN CAPITAL, com sede no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pela Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados, conforme planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201353158	(1109838) Psicologia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 466, de 22/11/2011, D.O.U. de 24/11/2011.	Rua José Antônio, nº 1.941, Monte Castelo, Campo Grande/MS.	Rua Abrão Júlio Rahe, nº 325, Centro, Campo Grande/MS.
02	201353159	(1150634) Gestão Ambiental, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 280, de 19/12/2012, D.O.U. de 28/12/2012.	Rua José Antônio, nº 1.941, Monte Castelo, Campo Grande/MS.	Rua Abrão Júlio Rahe, nº 325, Centro, Campo Grande/MS.
03	201353160	(1114706) Sistema de Informação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 502, de 22/12/2011, D.O.U. de 26/12/2011.	Rua José Antônio, nº 1.941, Monte Castelo, Campo Grande/MS.	Rua Abrão Júlio Rahe, nº 325, Centro, Campo Grande/MS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 712, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III e § 2, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Ateneu - FATE, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, mantida pela Sociedade Educacional Édice Portela LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201353251	(1153943) Design de Moda, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 318, de 02/08/2011, D.O.U. de 04/08/2011.	Avenida Coletor Antônio Gadelha, nº 621, Messejana, Fortaleza/CE.	Rua Manuel Arruda, nº 70, Messejana, Fortaleza/CE.
02	201353252	(1153595) Marketing, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 322, de 02/08/2011, D.O.U. de 04/08/2011.	Avenida Coletor Antônio Gadelha, nº 621, Messejana, Fortaleza/CE.	Rua Manuel Arruda, nº 70, Messejana, Fortaleza/CE.
03	201353253	(1151555) Redes de Computadores, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 385, de 19/09/2011, D.O.U. de 21/09/2011.	Avenida Coletor Antônio Gadelha, nº 621, Messejana, Fortaleza/CE.	Rua Manuel Arruda, nº 70, Messejana, Fortaleza/CE.

PORTARIA Nº 713, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade Estácio de Sá de Goiás - FESGO, com sede no Município de Goiânia, Estado de Goiás, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201353303	(71995) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 479, de 25/11/2011, D.O.U. de 30/11/2011.	Rua 67-A, Quadra 140, nº 216, Setor Norte Ferroviário, Goiânia/GO.	Avenida T-3, Qd.108 Lt. 5E, nº 2.736, Setor Bueno, Goiânia/GO.
02	201353304	(79784) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Renovação: Portaria SETEC nº 91, de 09/02/2011, D.O.U. de 10/02/2011.	Rua 67-A, Quadra 140, nº 216, Setor Norte Ferroviário, Goiânia/GO.	Avenida T-3, Qd.108 Lt. 5E, nº 2.736, Setor Bueno, Goiânia/GO.
03	201353305	(1177420) Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 278, de 19/12/2012, D.O.U. de 28/12/2012.	Rua 67-A, Quadra 140, nº 216, Setor Norte Ferroviário, Goiânia/GO.	Avenida T-3, Qd.108 Lt. 5E, nº 2.736, Setor Bueno, Goiânia/GO.
04	201353306	(1177419) Design de Moda, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 114, de 07/03/2013, D.O.U. de 08/03/2013.	Rua 67-A, Quadra 140, nº 216, Setor Norte Ferroviário, Goiânia/GO.	Avenida T-3, Qd.108 Lt. 5E, nº 2.736, Setor Bueno, Goiânia/GO.
05	201353307	(1177433) Design Gráfico, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 280, de 19/12/2012, D.O.U. de 28/12/2012.	Rua 67-A, Quadra 140, nº 216, Setor Norte Ferroviário, Goiânia/GO.	Avenida T-3, Qd.108 Lt. 5E, nº 2.736, Setor Bueno, Goiânia/GO.
06	201353308	(1177422) Marketing, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 279, de 19/12/2012, D.O.U. de 28/12/2012.	Rua 67-A, Quadra 140, nº 216, Setor Norte Ferroviário, Goiânia/GO.	Avenida T-3, Qd.108 Lt. 5E, nº 2.736, Setor Bueno, Goiânia/GO.

PORTARIA Nº 714, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelo Centro de Ensino Superior de Vitória - CESV, com sede no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, mantido pela União Capixaba de Ensino Superior LTDA - UCES, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201355251	(107672) Comunicação Social, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 936, de 13/11/2007, D.O.U. de 14/11/2007.	Rua Wellington de Freitas, nº 265, Jardim Camburi, Vitória/ES.	Rua Doutor Eurico de Aguiar, nº 1.003, Santa Lúcia, Vitória/ES.
02	201355252	(107673) Comunicação Social, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 936, de 13/11/2007, D.O.U. de 14/11/2007.	Rua Wellington de Freitas, nº 265, Jardim Camburi, Vitória/ES.	Rua Doutor Eurico de Aguiar, nº 1.003, Santa Lúcia, Vitória/ES.
03	201355253	(21079) Direito, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.374, de 05/07/2005, D.O.U. de 07/07/2005.	Rua Wellington de Freitas, nº 265, Jardim Camburi, Vitória/ES.	Rua Doutor Eurico de Aguiar, nº 1.003, Santa Lúcia, Vitória/ES.
04	201355254	(107282) Letras - Espanhol, Licenciatura.	Autorização: Portaria SESU nº 907, de 30/10/2007, D.O.U. de 31/10/2007	Rua Wellington de Freitas, nº 265, Jardim Camburi, Vitória/ES.	Rua Doutor Eurico de Aguiar, nº 1.003, Santa Lúcia, Vitória/ES.
05	201355255	(29680) Letras - Inglês, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.120, de 06/08/2003, D.O.U. de 08/08/2003.	Rua Wellington de Freitas, nº 265, Jardim Camburi, Vitória/ES.	Rua Doutor Eurico de Aguiar, nº 1.003, Santa Lúcia, Vitória/ES.
06	201355256	(18269) Letras, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.120, de 06/08/2003, D.O.U. de 08/08/2003.	Rua Wellington de Freitas, nº 265, Jardim Camburi, Vitória/ES.	Rua Doutor Eurico de Aguiar, nº 1.003, Santa Lúcia, Vitória/ES.
07	201355257	(27815) Letras - Língua Portuguesa, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2.120, de 06/08/2003, D.O.U. de 08/08/2003.	Rua Wellington de Freitas, nº 265, Jardim Camburi, Vitória/ES.	Rua Doutor Eurico de Aguiar, nº 1.003, Santa Lúcia, Vitória/ES.

PORTARIA Nº 715, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade do Instituto Nacional de Pós-Graduação de São José dos Campos - FACULDADE INPG - SJC, com sede no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, mantida pelo INPG - Instituto Nacional de Pós-graduação LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201355527	(1153353) Gestão da Tecnologia da Informação, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 318, de 02/08/2011, D.O.U. de 18/08/2011.	Avenida Nove de Julho, Conjunto 21, nº 95, Jardim Apolo, São José dos Campos/SP.	Avenida Alfredo Ignácio Nogueira Penido, nº 678, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP.
02	201355528	(1153356) Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 321, de 02/08/2011, D.O.U. de 04/08/2011.	Avenida Nove de Julho, Conjunto 21, nº 95, Jardim Apolo, São José dos Campos/SP.	Avenida Alfredo Ignácio Nogueira Penido, nº 678, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP.
03	201355529	(1153352) Relações Internacionais, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 318, de 02/08/2011, D.O.U. de 18/08/2011.	Avenida Nove de Julho, Conjunto 21, nº 95, Jardim Apolo, São José dos Campos/SP.	Avenida Alfredo Ignácio Nogueira Penido, nº 678, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP.
04	201355531	(101102) Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria MEC nº 2.357, de 11/08/2004, D.O.U. de 12/08/2004.	Avenida Nove de Julho, Conjunto 21, nº 95, Jardim Apolo, São José dos Campos/SP.	Avenida Alfredo Ignácio Nogueira Penido, nº 678, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP.
05	201355532	(73565) Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria MEC nº 2.357, de 11/08/2004, D.O.U. de 12/08/2004.	Avenida Nove de Julho, Conjunto 21, nº 95, Jardim Apolo, São José dos Campos/SP.	Avenida Alfredo Ignácio Nogueira Penido, nº 678, Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos/SP.

PORTARIA Nº 716, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina - FATESC, com sede no Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, mantida pela FATESC Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201358333	(108810) Comércio Exterior, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 30, de 24/01/2008, D.O.U. de 25/01/2008.	Rodovia Antônio Heil, n° 250, km 30, Centro, Brusque/SC.	Avenida Otto Renaux, nº 445, São Luiz, Brusque/SC.
02	201358334	(108812) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 30, de 24/01/2008, D.O.U. de 25/01/2008.	Rodovia Antônio Heil, n° 250, km 30, Centro, Brusque/SC.	Avenida Otto Renaux, nº 445, São Luiz, Brusque/SC.
03	201358335	(108815) Gestão da Produção Industrial, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 30, de 24/01/2008, D.O.U. de 25/01/2008.	Rodovia Antônio Heil, n° 250, km 30, Centro, Brusque/SC.	Avenida Otto Renaux, nº 445, São Luiz, Brusque/SC.
04	201358336	(108819) Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 30, de 24/01/2008, D.O.U. de 25/01/2008.	Rodovia Antônio Heil, n° 250, km 30, Centro, Brusque/SC.	Avenida Otto Renaux, nº 445, São Luiz, Brusque/SC.
05	201358337	(108817) Marketing, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 30, de 24/01/2008, D.O.U. de 25/01/2008.	Rodovia Antônio Heil, n° 250, km 30, Centro, Brusque/SC.	Avenida Otto Renaux, nº 445, São Luiz, Brusque/SC.
06	201358338	(109436) Processos Gerenciais, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 32, de 30/01/2008, D.O.U. de 31/01/2008.	Rodovia Antônio Heil, n° 250, km 30, Centro, Brusque/SC.	Avenida Otto Renaux, nº 445, São Luiz, Brusque/SC.

PORTARIA Nº 717, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Negócios de Belo Horizonte - ESN, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantida pela Anhanguera Educacional LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201115151	(79036) Direito, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 248, de 31/05/2013, D.O.U. de 03/06/2013.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
02	201115153	(54106) Psicologia, Bacharelado.	Autorização: Portaria MEC nº 1.146, de 17/04/2002, D.O.U. de 18/04/2002.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
03	201115158	(54107) Psicologia, Bacharelado.	Autorização: Portaria MEC nº 1.146, de 17/04/2002, D.O.U. de 18/04/2002.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
04	201115159	(68604) Turismo, Bacharelado.	Autorização: Portaria MEC nº 31, de 09/01/2004, D.O.U. de 12/01/2004.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
05	201115160	(68599) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 1.145, de 29/07/2009, D.O.U. de 30/07/2009.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
06	201115161	(46427) Comunicação Social, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 807, de 11/03/2005, D.O.U. de 14/03/2005.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
07	201115162	(97201) Pedagogia, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 507, de 17/08/2006, D.O.U. de 18/08/2006.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
08	201115163	(46428) Publicidade e Propaganda, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 807, de 11/03/2005, D.O.U. de 14/03/2005.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.
09	201115164	(46425) Sistemas de Informação, Bacharelado.	Renovação: Portaria SESU nº 256, de 28/01/2011, D.O.U. de 31/01/2011.	Rua Paracatu, nº 1.385, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG.	Rua dos Guajajaras, nº 591, Centro, Belo Horizonte/MG.

PORTARIA Nº 718, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Universidade São Francisco - USF, com sede no Município de São Paulo (campus fora de sede), Estado de São Paulo, mantida pela Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201116933	(915464) Administração, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 478, de 22/11/2011, D.O.U. de 24/11/2011.	Rua Hannemann, nº 352, Pari, São Paulo/SP.	Rua Antonieta Leitão, nº 129, Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP.
02	201116934	(118504) Design de Moda, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 196, de 10/05/2013, D.O.U. de 14/05/2013.	Rua Hannemann, nº 352, Pari, São Paulo/SP.	Rua Antonieta Leitão, nº 129, Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP.
03	201116935	(15484) Direito, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 521, de 15/10/2013, D.O.U. de 17/10/2013.	Rua Hannemann, nº 352, Pari, São Paulo/SP.	Rua Antonieta Leitão, nº 129, Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP.
04	201116936	(26652) Psicologia, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 178, de 22/02/1996, D.O.U. de 23/02/1996.	Rua Hannemann, nº 352, Pari, São Paulo/SP.	Rua Antonieta Leitão, nº 129, Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP.
05	201116938	(15465) Serviço Social, Bacharelado.	Reconhecimento: Decreto Federal nº 79.945, de 13/07/1977, D.O.U. de 14/07/1977.	Rua Hannemann, nº 352, Pari, São Paulo/SP.	Rua Antonieta Leitão, nº 129, Nossa Senhora do Ó, São Paulo/SP.

PORTARIA Nº 719, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Tecnologia e Gestão - FATEG, com sede no Município de Cascavel, Estado do Paraná, mantida pela União Alfa de Educação e Ensino Superior LTDA - EPP, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201202120	(82772) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 276, de 14/12/2012, D.O.U. de 18/12/2012.	Rua Jacarezinho, nº 800, São Cristóvão, Cascavel/PR.	Rua Paraná, nº 4.294, Centro, Cascavel/PR.
02	201202123	(88218) Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 176, de 18/04/2013, D.O.U. de 19/04/2013.	Rua Jacarezinho, nº 800, São Cristóvão, Cascavel/PR.	Rua Paraná, nº 4.294, Centro, Cascavel/PR.
03	201202124	(88216) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 533, de 17/12/2008, D.O.U. de 19/12/2008.	Rua Jacarezinho, nº 800, São Cristóvão, Cascavel/PR.	Rua Paraná, nº 4.294, Centro, Cascavel/PR.
04	201202125	(88212) Marketing, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 532, de 17/12/2008, D.O.U. de 19/12/2008.	Rua Jacarezinho, nº 800, São Cristóvão, Cascavel/PR.	Rua Paraná, nº 4.294, Centro, Cascavel/PR.

PORTARIA Nº 720, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Tecnologia IBTA - São José dos Campos - IBTA, com sede no Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, mantida pelo Grupo IBMEC Educacional S.A, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201208581	(120408) Ciência da Computação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 511, de 07/04/2009, D.O.U. de 08/04/2009.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
02	201208582	(1118149) Engenharia da Computação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 276, de 20/07/2011, D.O.U. de 21/07/2011.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
03	201208583	(1119928) Engenharia da Produção, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 253, de 07/07/2011, D.O.U. de 08/07/2011.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
04	201208584	(96936) Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, D.O.U. de 27/12/2012.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
05	201208585	(74837) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Renovação: Portaria SETEC nº 92, de 10/02/2011, D.O.U. de 11/02/2011.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
06	201208586	(74826) Gestão Financeira, Tecnológico.	Renovação: Portaria SETEC nº 261, de 31/03/2011, D.O.U. de 04/04/2011.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
07	201208589	(74832) Marketing, Tecnológico.	Renovação: Portaria SETEC nº 261, de 31/03/2011, D.O.U. de 04/04/2011.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
08	201208590	(55536) Redes de Computadores, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, D.O.U. de 27/12/2012.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
09	201302008	(86560) Sistemas para Internet, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 1.534, de 05/05/2005, D.O.U. de 06/05/2002.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.
10	201302009	(74828) Logística, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 500, de 05/09/2007, D.O.U. de 10/09/2007.	Rua Laurent Martins, nº 329, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP.	Rua Francisco Paes, nº 84, Centro, São José dos Campos/SP.

PORTARIA Nº 721, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, com sede no Município de Maringá (campus fora de sede), Estado do Paraná, mantida pela (10) Associação Paranaense de Cultura - APC, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201216296	(19312) Administração, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 475, de 22/11/2011, D.O.U. de 24/11/2011.	Rua Padre Marcelino Champagnat, nº 130, Zona 1, Maringá/PR.	Avenida Prudente de Morais, nº 633, Zona 07, Maringá/PR
02	201303368	(92129) Filosofia, Licenciatura.	Renovação: Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, D.O.U. de 27/12/2012.	Rua Padre Marcelino Champagnat, nº 130, Zona 1, Maringá/PR.	Avenida Prudente de Morais, nº 633, Zona 07, Maringá/PR
03	201303369	(47028) Direito, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 29, de 26/03/2012, D.O.U. de 28/03/2012.	Rua Padre Marcelino Champagnat, nº 130, Zona 1, Maringá/PR.	Avenida Prudente de Morais, nº 633, Zona 07, Maringá/PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

04	201303370	(25322) Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 575, de 12/03/2004, D.O.U. de 16/03/2004.	Rua Padre Marcelino Champagnat, nº 130, Zona 1, Maringá/PR.	Avenida Prudente de Morais, nº 633, Zona 07, Maringá/PR
05	201353669	(65720) Nutrição, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 01, de 06/01/2012, D.O.U. de 09/01/2012.	Rua Padre Marcelino Champagnat, nº 130, Zona 1, Maringá/PR.	Avenida Prudente de Morais, nº 633, Zona 07, Maringá/PR

PORTARIA Nº 722, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela FAL ESTÁCIO - Faculdade Estácio de Natal, com sede no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201302588	(108226) Negócios Imobiliários, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 24, de 12/03/2012, D.O.U. de 16/03/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
02	201302590	(84963) Gestão de Segurança Privada, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 11, de 02/03/2012, D.O.U. de 06/03/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
03	201302592	(72473) Banco de Dados, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 201, de 28/02/2011, D.O.U. de 03/03/2011.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
04	201302593	(111098) Gestão Comercial, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 47, de 22/05/2012, D.O.U. de 24/05/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
05	201302594	(84965) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 273, de 15/12/2010, D.O.U. de 27/12/2010.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
06	201302595	(18804) Ciências Contábeis, Bacharelado.	Renovação: Portaria SERES nº 113, de 27/06/2012, D.O.U. de 28/06/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
07	201303566	(1174606) Comércio Exterior, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 279, de 19/12/2012, D.O.U. de 28/12/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
08	201303567	(1174602) Gestão Ambiental, Tecnológico	Autorização: Portaria SERES nº 278, de 19/12/2012, D.O.U. de 28/12/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
09	201303569	(1174586) Gestão Financeira, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 322, de 28/12/2012, D.O.U. de 31/12/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
10	201303570	(1174625) Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 322, de 28/12/2012, D.O.U. de 31/12/2012.	Alameda das Mansões, nº 2.110, Candelária, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
11	201353569	(1188738) Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 295, de 09/07/2013, D.O.U. de 10/07/2013.	Rua Maria José Lira, s/nº, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
12	201353570	(1189590) Eventos, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 295, de 09/07/2013, D.O.U. de 10/07/2013.	Rua Maria José Lira, s/nº, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.
13	201353571	(1193192) Segurança no Trabalho, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 295, de 09/07/2013, D.O.U. de 10/07/2013.	Rua Maria José Lira, s/nº, Natal/RN.	Rua Henrique Dias, s/nº, Igapó, Natal/RN.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 723, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena - FAEV, com sede no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, mantida pela Associação Educacional de Rondônia, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201302937	(1013900) Biomedicina, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 112, de 02/02/2010, D.O.U. de 04/02/2010.	Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.425, Estrada do Aeroporto Vilhena/RO.	Avenida 7.601, Quadra 37, nº 8.735, Residencial Orleans, Vilhena/RO.
02	201302938	(1009393) Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SESU nº 111, de 02/02/2010, D.O.U. de 04/02/2010.	Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.425, Estrada do Aeroporto Vilhena/RO.	Avenida 7.601, Quadra 37, nº 8.735, Residencial Orleans, Vilhena/RO.
03	201302939	(1159841) Enfermagem, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 323, de 28/12/2012, D.O.U. de 31/12/2012.	Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.425, Estrada do Aeroporto Vilhena/RO.	Avenida 7.601, Quadra 37, nº 8.735, Residencial Orleans, Vilhena/RO.
04	201302940	(1159840) Farmácia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 323, de 28/12/2012, D.O.U. de 31/12/2012.	Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.425, Estrada do Aeroporto Vilhena/RO.	Avenida 7.601, Quadra 37, nº 8.735, Residencial Orleans, Vilhena/RO.

PORTARIA Nº 724, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelo Instituto de Ensino Superior de Teresina - IEST, com sede no Município de Teresina, Estado do Piauí, mantido pela Associação de Ensino Superior do Piauí - AESPI, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201356966	(68309) Comércio Exterior, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 364, de 18/05/2007, D.O.U. de 22/05/2007.	Rua Riachuelo, nº 352, Centro, Teresina/PI.	Rua Paissandu, nº 1.600, Centro, Teresina/PI.
02	201356967	(71927) Gestão Empreendedora, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 124, de 09/07/2012, D.O.U. de 10/07/2012.	Rua Riachuelo, nº 352, Centro, Teresina/PI.	Rua Paissandu, nº 1.600, Centro, Teresina/PI.
03	201356968	(79780) Gestão Hospitalar, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 364, de 12/06/2009, D.O.U. de 15/06/2009.	Rua Riachuelo, nº 352, Centro, Teresina/PI.	Rua Paissandu, nº 1.600, Centro, Teresina/PI.
04	201356969	(71518) Gestão Mercadológica, Tecnológico.	Autorização: Portaria MEC nº 927, de 01/04/2004, D.O.U. de 05/04/2004.	Rua Riachuelo, nº 352, Centro, Teresina/PI.	Rua Paissandu, nº 1.600, Centro, Teresina/PI.
05	201356970	(68303) Marketing, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 220, de 27/06/2011, D.O.U. de 29/06/2011.	Rua Riachuelo, nº 352, Centro, Teresina/PI.	Rua Paissandu, nº 1.600, Centro, Teresina/PI.

06	201356971	(71925) Sistema de Informação, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 2, de 10/01/2013, D.O.U. de 14/01/2013.	Rua Riachuelo, nº 352, Centro, Teresina/PI.	Rua Paissandu, nº 1.600, Centro, Teresina/PI.
07	201356972	(71926) Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Autorização: Portaria MEC nº 1.196, de 11/05/2004, D.O.U. de 12/05/2004.	Rua Riachuelo, nº 352, Centro, Teresina/PI.	Rua Paissandu, nº 1.600, Centro, Teresina/PI.

PORTARIA Nº 725, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, bem como o artigo 61, III, da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e os artigos 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, de forma provisória, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela Faculdade INED de Rio Claro - CBTA, com sede no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, mantida pelo IERC - Instituto de Ensino de Rio Claro e Representações LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de curso(s) implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo INEP, para análise e expedição do(s) próximo(s) ato(s) regulatório(s) do(s) curso(s).

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo processo de renovação de ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201357476	(1172375) Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 246, de 31/05/2013, D.O.U. de 03/06/2013.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.
02	201357477	(72433) Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 144, de 18/01/2007, D.O.U. de 24/01/2007.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.
03	201357478	(72155) Gestão Ambiental, Tecnológico.	Renovação: Portaria SERES nº 1, de 06/01/2012, D.O.U. de 09/01/2012.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.
04	201357479	(72157) Gestão da Produção Industrial, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 143, de 18/01/2007, D.O.U. de 24/01/2007.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.
05	201357480	(59852) Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 689, de 02/03/2005, D.O.U. de 03/03/2005.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.
06	201357481	(59856) Gestão Financeira, Tecnológico.	Autorização: Portaria MEC nº 3.596, de 19/12/2002, D.O.U. de 20/12/2002.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.
07	201357482	(59854) Logística, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 690, de 02/03/2005, D.O.U. de 03/03/2005.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.
08	201357483	(72153) Marketing, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SETEC nº 141, de 18/01/2007, D.O.U. de 24/01/2007.	Rodovia Washington Luiz Km 173,3, s/nº, Chácara Lusa, Centro, Rio Claro/SP.	Rodovia Washington Luiz Km 171, s/nº, Chácara São João, Jardim Anhanguera, Rio Claro/SP.

PORTARIA Nº 726, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e considerando o disposto na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e na Instrução Normativa n° 4, de 31 de maio de 2013, republicada em 29 de julho de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação, presencial, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no artigo 32, Inciso III, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Autorização de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201204529	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE JK - BRASÍLIA - UNIDADE PLANO PILOTO	CENACAP CENTRO NACIONAL DE CAPACITACAO PROFISSIONAL LTDA - EPP	QUADRA QN 401 CONJUNTO D, LOTES 1 E 2 - SAMAMBAIA, SAMAMBAIA NORTE (SAMAMBAIA), BRASÍLIA/DF
2.	201208256	LOGÍSTICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR	AEJ - ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE JAU	AV. HABIB GABRIEL, 1360, RESIDENCIAL OLIVIO BENASSI, MATÃO/SP
3.	201012980	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO	ASSOCIACAO BRASILIENSE DE EDUCACAO	RUA JOSÉ POSSER, 275, PELEGRINO, MARAU/RS
4.	201203129	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE MONTESSORIANO DE SALVADOR	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-CULTURAL DA COMUNIDADE DA BOCA DO RIO	RUA ABELARDO ANDRADE DE CARVALHO, 05, PRÉDIO, BOCA DO RIO, SALVADOR/BA
5.	201209953	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	110 (cento e dez)	FACULDADES DE SÃO VICENTE	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA CAPITÃO MOR AGUIAR, 798, CENTRO, SÃO VICENTE/SP
6.	201203583	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	ASSOCIACAO CULTURAL E CIENTIFICA VIRVI RAMOS	RUA ALEXANDRE FLEMING, 454, MADUREIRA, CAXIAS DO SUL/RS
7.	201203381	LOGÍSTICA (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	FACULDADE EVANGÉLICA DE TAGUATINGA	FACULDADE EVANGELICA DE TAGUATINGA LTDA - ME	ÁREA ESPECIAL - REGIÃO ADMINISTRATIVA III, 04, SETOR "J" NORTE, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
8.	201207346	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MODELO	INSTITUTO MODELO DE ENSINO SUPERIOR LTDA - EPP	RUA ENGENHEIRO BENEDITO MÁRIO DA SILVA, 95, PRÉDIO TÉRREO, CAJURU, CURITIBA/PR
9.	201203343	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO MEDIO PARNAIBA LTDA - ME	RUA SIMPLÍCIO MENDES, 865, (ZONA NORTE), CENTRO, TERESINA/PI
10.	201112707	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS STELLA MARIS DE ANDRADINA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE ANDRADINA	RUA AMAZONAS, 571, STELLA MARIS, ANDRADINA/SP
11.	201302569	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MUNDIAL	FUNDACAO MUNDIAL	AVENIDA PAULISTA, 2.200, EDIFÍCIO CENTRAL PARK - 7º ANDAR, CERQUEIRA CÉSAR, SÃO PAULO/SP
12.	201203339	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE MONTESSORIANO DE SALVADOR	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-CULTURAL DA COMUNIDADE DA BOCA DO RIO	RUA ABELARDO ANDRADE DE CARVALHO, 05, PRÉDIO, BOCA DO RIO, SALVADOR/BA
13.	201209928	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ARACAJU	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	RUA OSCAR VALOIS GALVÃO, 355, GRAGERU, ARACAJU/SE
14.	201200709	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS E EMPREENDEDORISMO - FACIGE	SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DO NORTE DE MINAS LTDA - EPP	RUA LÍRIO BRANT, 511, MELO, MONTES CLAROS/MG
15.	201209920	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE PALMAS	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	ACSU-SE 40 CONJ. 2 LOTE 07/08, S/N, CENTRO, PALMAS/TO
16.	201202174	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE ITABUNA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	PRAÇA JOSÉ BASTOS, 55, CENTRO, ITABUNA/BA
17.	201113023	QUÍMICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DE ITAPETININGA	FUNDACAO KARNIG BAZARIAN	RODOVIA RAPOSO TAVARES KM 162, S/N, CAMPUS, NOVA ITAPETININGA, ITAPETININGA/SP
18.	201208911	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE UNIÃO CULTURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	UNIAO CULTURAL E EDUCACIONAL DE ANGELES	ESTRADA MUNICIPAL CARAM REZEK, KM 1.35, - LADO ÍMPAR, CHÁCARAS SOSSEGO, ARAÇATUBA/SP
19.	201202206	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADES INTEGRADAS MARIA THEREZA	INSTITUTO DE CIENCIA E TECNOLOGIA MARIA THEREZA LIMITADA	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 869, SÃO DOMINGOS, NITERÓI/RJ
20.	201210342	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTENSIVA DE PARNAÍBA	SOCIEDADE UNIVERSITARIA DO PIAUI & CIA S/S - ME	CONJUNTO MORADA UNIVERSIDADE, 51, PIAUÍ, PARNAÍBA/PI
21.	201202180	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE FEIRA DE SANTANA	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	RUA ARTEMIA PIRES FREITAS, S/N, SIM, FEIRA DE SANTANA/BA
22.	201201133	GASTRONOMIA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA 67-A, 216, QUADRA 140, SETOR NORTE FERROVIÁRIO, GOIÂNIA/GO
23.	201200530	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE VIÇOSA	ASSOCIACAO VICOSENSE DE ENSINO E PESQUISA LTDA - AVEP - VICOSA - EPP	RUA GOMES BARBOSA, 870, CENTRO, VIÇOSA/MG
24.	201302013	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANOPOLIS - AESGF	RUA SALVADOR DI BERNARDI, 503, CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC
25.	201111549	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE JUAZEIRO	INSTITUTO AVANCADO DE ENSINO SUPERIOR DE BARREIRAS - IAESB	RUA PARAÍSO, 800, SANTO ANTÔNIO, JUAZEIRO/BA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26.	201206925	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO VICENTE	SOC EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL DA PAR DE PAO DE ACUCAR	RUA PADRE SOARES PINTO, 314, CENTRO, PÃO DE AÇÚCAR/AL
27.	201109677	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE SANTA EMÍLIA	CENTRO EDUCACIONAL E DESPORTIVO FASE LTDA	AV. MARCOS FREIRE, 3707, CASA CAIADA, OLINDA/PE
28.	201202300	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA 67-A, 216, QUADRA 140, SETOR NORTE FERROVIÁRIO, GOIÂNIA/GO
29.	201111648	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR
30.	201112429	FILOSOFIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CATÓLICA DE FORTALEZA	ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA	AVENIDA DOM MANUEL, 03, SEMINÁRIO DA PRAINHA, CENTRO, FORTALEZA/CE
31.	201211155	AGRONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANGLO-AMERICANO DE CHAPECÓ	SESAT SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E ASSESSORIA TECNICA	AVENIDA NEREU RAMOS, 1191, D, PALMITAL, CHAPECÓ/SC
32.	201203379	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	FACULDADE EVANGÉLICA DE TAGUATINGA	FACULDADE EVANGELICA DE TAGUATINGA LTDA - ME	SGAS QD 910, CONJUNTO E, CONJUNTO E, ASA ASUL, BRASÍLIA/DF
33.	201206178	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE BETIM	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS	RUA JOSÉ DA CONCEIÇÃO, 189, ANGOLA, BETIM/MG
34.	201115181	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU	ASSOCIACAO RANIERI DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA RODOLFINA DIAS DOMINGUES, 11, QUINTA RANIERI, JARDIM FERRAZ, BAURU/SP
35.	201014993	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE CATÓLICA PAULISTA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA	RUA COMENDADOR FRAGATA, 58, - ATÉ 570/571, FRAGATA, MARÍLIA/SP

PORTARIA Nº 727, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, em cumprimento da Decisão Judicial da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, nos autos do Processo n° 15781-46.2013.4.01.3200, conforme consta do registro e-MEC nº 201110565, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de autorização do curso de Odontologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Metropolitana de Manaus, com sede na Avenida Constantino Nery, nº 3204, Chapada, no Município de Manaus, Estado do Amazonas, mantida pelo IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda, com sede no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 728, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica n° 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC n° 078731.2012-11, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2° A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1° O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2° A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 3° O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Reconhecimento de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201211023	HISTÓRIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE INTERNACIONAL DO DELTA	ASSOCIACAO DOS EDUCADORES DO DELTA DO PARNAIBA - ADP	RUA BEL. BENJAMIN CONSTANT, 540, CENTRO, PARNAÍBA/PI
2.	201203185	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, S/N, ALTO UNIVERSITÁRIO., S/N, GUARAREMA, ALEGRE/ES
3.	201211069	LETRAS - PORTUGUÊS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	ESTRADA DO CAMINHO VELHO, 333, PIMENTAS, GUARULHOS/SP
4.	201208852	ENFERMAGEM (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA ELISEU UCHOA BECCO, 600, ÁGUA FRIA, FORTALEZA/CE
5.	201204394	FABRICAÇÃO MECÂNICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ENSITEC	SOCIEDADE DE ENSINO TECNICO ENSITEC LTDA	RUA ANTONIO PIETRUZA, 83, PORTÃO, CURITIBA/PR
6.	201202561	INFORMÁTICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2501, TERRA FIRME, BELÉM/PA
7.	201203859	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, S/N, ALTO UNIVERSITÁRIO., S/N, GUARAREMA, ALEGRE/ES
8.	201210080	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA PREFEITA ELIANE BARROS, 2000, TIROL, NATAL/RN
9.	201210478	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	RODOVIA BR 158, KM 405, S/N, ÁREA RURAL, LARANJEIRAS DO SUL/PR
10.	201210039	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE DIVINÓPOLIS - FPD	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA SANTOS DUMONT, 1.001, DO CARMO, DIVINÓPOLIS/MG
11.	201209062	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE POÇOS DE CALDAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA JOÃO PINHEIRO, 1.046, JARDIM DO GINÁSIO, POÇOS DE CALDAS/MG
12.	201216698	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE EDUCACIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO	UNISEP-UNIAO DE ENSINO DO SUDOESTE DO PARANA S/C LTDA	AV UNIÃO DA VITÓRIA, 14, MINIGUAÇU, FRANCISCO BELTRÃO/PR
13.	201210401	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	SOCIEDADE DE EDUCACAO NOSSA SENHORA DO PATROCINIO S/S LTDA	PRAÇA ANTÔNIO VIEIRA TAVARES, 73, CAMPUS V, CENTRO, SALTO/SP
14.	201200624	SAÚDE COLETIVA (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA JAGUARIAÍVA, 512, CAIOBÁ, MATINHOS/PR
15.	201203611	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	RODOVIA SALINAS/TAIOBEIRAS, KM 02, S/N, FAZENDA VARGINHA, SALINAS/MG
16.	201112992	FARMÁCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA BINGEN, 50, BINGEN, PETRÓPOLIS/RJ
17.	201208717	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ	MODERNO-CENTRO DE ENSINO, EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA FELICIANO COELHO, 125, TREM, MACAPÁ/AP
18.	201210671	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE ROLIM DE MOURA	SOCIEDADE ROLIMOURENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RODOVIA 383, KM 01, SAIDA PARA SANTA LUZIA D`OESTE, ZONA RURAL, ROLIM DE MOURA/RO
19.	201210188	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1286, APARECIDA, UBERLÂNDIA/MG
20.	200909256	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	220 (duzentas e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA LUIS CARLOS DE ALMEIDA, 113, GRANJA DOS CAVALEIROS, MACAÉ/RJ
21.	201204143	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DE GUARULHOS	ESCOLA SUPERIOR DE CIENCIAS, SAUDE E TECNOLOGIA LTDA - ME	AVENIDA GUARULHOS, 1844, TERREO, VILA AUGUSTA, GUARULHOS/SP
22.	201208952	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA S.A	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 1.610, LAGOA NOVA, NATAL/RN
23.	201204776	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	RODOVIA TEOTÔNIO VILELA, KM 8,5, BAIRRO ALVORADA, ARAÇATUBA/SP
24.	201205072	QUÍMICA (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, S/N, ALTO UNIVERSITÁRIO., S/N, GUARAREMA, ALEGRE/ES
25.	201207796	ENGENHARIA DE MATERIAIS (Bacharelado)	40 (quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	SOC CARIT E LIT SAO FRANCISCO DE ASSIS ZONA NORTE	RUA DOS ANDRADAS, 1.614, CENTRO, SANTA MARIA/RS
26.	201208478	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA PREFEITA ELIANE BARROS, 2000, TIROL, NATAL/RN
27.	201210002	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS	CENTRO BRASILEIRO DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RODOVIA MG 188, KM 167. FAZENDINHA. CAIXA POSTAL., S/N, FAZENDINHA, PARACATU/MG

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

28.	201210988	FÍSICA (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	AVENIDA JACOB REINALDO HAUPENTHAL, 1580, CENTRO, CERRO LARGO/RS
29.	201206522	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	BR 285, KM 335, S/Nº, BLOCO B, SALA 203., S/Nº, OURO PRETO, CARAZINHO/RS
30.	201202636	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	115 (cento e quinze)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA CARLOS CONSONI, 10, JARDIM CANADÁ, RIBEIRÃO PRETO/SP
31.	201210815	QUÍMICA (Licenciatura)	36 (trinta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	RUA MONSENHOR JOSÉ AUGUSTO, 204, SÃO JOSÉ, BARBACENA/MG
32.	201210166	LOGÍSTICA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SÃO JOSÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. JOÃO BATISTA DE SOUZA SOARES, 4.009, BAIRRO COMPRIDO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
33.	201204971	ENGENHARIA AGROINDUSTRIAL INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	RUA BARÃO DO CAHY, 125, CIDADE ALTA, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS

PORTARIA Nº 729, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica n° 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC n° 078731.2012-11, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2° A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1° O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2° A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 3° O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Reconhecimento de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201205193	MÚSICA - TROMPETE (Bacharelado)	10 (dez)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121, REITORIA, SANTA MÔNICA, UBERLÂNDIA/MG
2.	201208053	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA INDUSTRIAL, 3300, CAMPESTRE, SANTO ANDRÉ/SP
3.	201202495	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N, KM 3,5, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ANÁPOLIS/GO
4.	201210397	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE METODISTA DE SANTA MARIA	INSTITUTO METODISTA CENTENARIO	RUA DOUTOR TURI, 2003, CENTRO, SANTA MARIA/RS
5.	201206129	LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121, REITORIA, SANTA MÔNICA, UBERLÂNDIA/MG
6.	201210459	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	ACESSO CANÁRIOS DE TERRA, S/N, S/N, (ANTIGO SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS), SEMINÁRIO, CHAPECÓ/SC
7.	201210104	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AV. PARÁ, 1720, UMUARAMA, UBERLÂNDIA/MG
8.	201210341	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADE CAPIXABA DE NOVA VENÉCIA	EMPRESA CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO S/A	RUA JACOBINA, 165, SÃO FRANCISCO, NOVA VENÉCIA/ES
9.	201204424	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	ROD. BR 472 KM 592, S/N, DISTRITO, URUGUAIANA/RS
10.	201211177	JORNALISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO POVO	ASSOCIACAO EDUC E ASSISTENCIAL GRACA DE DEUS-PROGRACA	RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 163, PRIMEIRO ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP
11.	201205623	ENFERMAGEM (Bacharelado)	64 (sessenta e quatro)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA	FUNDACAO EDUCACIONAL D ANDRE ARCOVERDE	RUA SARGENTO VITOR HUGO, 219, FÁTIMA, VALENÇA/RJ
12.	201200645	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA CORONEL JOSÉ PORFÍRIO, 2515, CAMPUS UNIVERSITARIO DE ALTAMIRA, SÃO SEBASTIÃO, ALTAMIRA/PA
13.	201114026	ZOOTECNIA (Bacharelado)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, NÃO, CAPÃO DO LEÃO/RS
14.	201205669	HOTELARIA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ALAMEDA PROF. BARROS TERRA, S/Nº, CENTRO DE ESTUDOS GERAIS, CENTRO , NITERÓI/RJ
15.	201202961	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
16.	201210476	MATEMÁTICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	RODOVIA MG - KM 6, 318, CAMPUS, FLORESTAL/MG
17.	201200423	CIÊNCIAS EXATAS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	AV. PEDRO ANUNCIAÇÃO, S/N, VILA BATISTA, CAÇAPAVA DO SUL/RS
18.	201210619	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	AVENIDA DOM JOÃO HOFFMAN, 313, FÁTIMA, ERECHIM/RS
19.	201208651	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE LINHARES	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA SÃO MATEUS, 1458, ARAÇÁ, LINHARES/ES
20.	201208917	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DA PARAÍBA	VERA CLAUDINO EDUCACAO SUPERIOR LIMITADA - ME	AVENIDA BRASIL, S/N, RODOVIA 393, JARDIM ADALGISA, CAJAZEIRAS/PB
21.	201207570	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE POÇOS DE CALDAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA JOÃO PINHEIRO, 1.046, JARDIM DO GINÁSIO, POÇOS DE CALDAS/MG
22.	201210964	ENFERMAGEM (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	QUADRA SCRN 502 BLOCO B, ENTRADA 81 - EDIFÍCIO MARILDA FIGUEIREDO, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
23.	201201693	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZONIA S/C LTDA - ESAMAZ	RUA MUNICIPALIDADE, 530, REDUTO, BELÉM/PA
24.	201210859	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
25.	201203806	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AV. SENADOR CÉSAR LACERDA DE VERGUEIRO, 87, PONTA DA PRAIA, SANTOS/SP
26.	201202390	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA PADRE SAPORITI, 717, RIO DA AREIA, UNIÃO DA VITÓRIA/PR
27.	201205363	BIOMEDICINA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE PARANAENSE	ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA	PRAÇA MASCARENHAS DE MORAES, 4282, CENTRO, UMUARAMA/PR
28.	201209172	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	MITRA DIOCESANA DE PETROPOLIS	RUA BENJAMIN CONSTANT, 213, CENTRO, PETRÓPOLIS/RJ
29.	201115778	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, 1478, ITANGUÁ, SOROCABA/SP
30.	201209430	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	46 (quarenta e seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AV. RODRIGO OTÁVIO, 6200, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, COROADO II, MANAUS/AM
31.	201210901	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
32.	201208992	FÍSICA (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	VIA WASHINGTON LUIS, KM 235, S/Nº, MONJOLINHO, SÃO CARLOS/SP
33.	201208715	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE EQUIPE	ASSOCIACAO TECNICO EDUCACIONAL EQUIPE	AVENIDA SAPUCAIA, 1.376, CENTRO, SAPUCAIA DO SUL/RS
34.	201209411	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE MACAPÁ	INSTITUTO APOENA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL LTDA. - ME	RUA GENERAL RONDON, 209, JULIÃO RAMOS, MACAPÁ/AP
35.	201204728	PSICOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS GERAIS	FUNDACAO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO FELUMA	ALAMEDA EZEQUIEL DIAS, 275, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG
36.	201217326	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE EDUCACIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO	UNISEP-UNIAO DE ENSINO DO SUDOESTE DO PARANA S/C LTDA	AV UNIÃO DA VITÓRIA, 14, MINIGUAÇU, FRANCISCO BELTRÃO/PR
37.	201208206	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	INSTITUTO DE EDUCACAO SECULO XXI LTDA - ME	AVENIDA ÂNGELO ALTOÉ, 888, SANTA CRUZ, VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 730, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica n° 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC n° 078731.2012-11, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2° A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1° O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2° A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exaradas pela presente Portaria.

Art. 3° O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

Reconhecimento de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201209049	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE	INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT	AVENIDA DOM ORLANDO CHAVES, 2655, CRISTO REI, VÁRZEA GRANDE/MT
2.	201201633	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE DE MINAS BH	LAEL VARELLA EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA CRISTIANO MACHADO, 12001, LARANJEIRAS, BELO HORIZONTE/MG
3.	201205012	FONOAUDIOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC
4.	201209438	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ALVES FARIA	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	RUA JOÃO MOURA, 313, SALA 3, PINHEIROS, SÃO PAULO/SP
5.	201210566	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE LITERATUS	CENTRO DE ASSISTENCIA AO DESENVOLVIMENTO DE FORMACAO PROFISSIONAL UNICEL LTDA	AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.693, CHAPADA, MANAUS/AM
6.	201208056	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE REABILITAÇÃO DA ASCE	ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE A CRIANCA EXCEPCIONAL ASCE	RUA UARUMÃ, 80, HIGIENÓPOLIS, RIO DE JANEIRO/RJ
7.	201208475	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA OSCAR YOSHIAKI MAGÁRIO, 185, TÉRREO, JARDIM DAS PALMEIRAS, REGISTRO/SP
8.	201209673	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO SANTA CECILIA	RUA OSWALDO CRUZ, 266, BOQUEIRÃO, SANTOS/SP
9.	201208972	LETRAS - PORTUGUÊS E FRANCÊS (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ	MODERNO-CENTRO DE ENSINO, EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA FELICIANO COELHO, 125, TREM, MACAPÁ/AP
10.	201207980	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AV. DR. ALBERTO BENEDETTI, 444, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRÉ/SP
11.	201211158	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE VILA VELHA	SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO	AV. COMISSÁRIO JOSÉ DANTAS DE MELLO, 21, BOA VISTA II, VILA VELHA/ES
12.	201210998	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	UNIAO SOCIAL CAMILIANA	RUA SÃO CAMILO DE LELLIS, 01, PARAISO, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
13.	201206569	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
14.	201211106	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE JUNDIAÍ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA SÃO BENTO, 41, CENTRO, JUNDIAÍ/SP
15.	201206604	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	AV. ENGENHEIRO EUSÉBIO STEVAUX, Nº 823, JURUBATUBA, SÃO PAULO/SP
16.	201206412	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA LEANDRO RIBEIRO, S/Nº, CENTRO, BRAGANÇA/PA
17.	201205435	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	IPTAN- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES LTDA	AVENIDA LEITE DE CASTRO, 1.101, FÁBRICAS, SÃO JOÃO DEL REI/MG
18.	201203783	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, 1.010, JARDIM UNIVERSITÁRIO , FÁTIMA DO SUL/MS
19.	201205565	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA - ESUCRI	ESUCRI - ESCOLA SUPERIOR DE CRICIUMA LTDA	RUA GONÇALVES LEDO, 185, CENTRO, CRICIÚMA/SC
20.	201202668	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	115 (cento e quinze)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AV RANGEL PESTANA, 147, VILA MATHIAS, SANTOS/SP
21.	201205663	ENFERMAGEM (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DESEMBARGADOR PLINIO PINTO COELHO LTDA - EPP	RUA DEOMAR JAEGGER, S/Nº, ALEQUICIS, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ
22.	201203825	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	RODOVIA BR 153, KM 503, FAZ. BOTAFOGO, GOIÂNIA/GO
23.	201204135	GESTÃO DESPORTIVA E DO LAZER (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA JAGUARIAÍVA, 512, CAIOBÁ, MATINHOS/PR
24.	201210948	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA	AVENIDA SANTO ANTONIO MARIA CLARET, 1724, CIDADE CLARET, RIO CLARO/SP
25.	201205540	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DO PLANALTO NORTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO PLANALTO NORTE LTDA - ME	RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 1355, CENTRO, CANOINHAS/SC
26.	201209694	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS ASMEC	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	AVENIDA PROF. DR. ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO, 100, JARDIM DOS IPÊS, OURO FINO/MG
27.	201204368	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AV. RECIFE, 4390, PARQUE 10 DE NOVEMBRO, MANAUS/AM
28.	201210864	EVENTOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SUMARÉ	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA	RUA CORONEL LUIS BARROSO, 566, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
29.	201205164	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E DA SAÚDE DO CENTRO EDUC. N. SRª AUXILIADORA	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	RUA SALVADOR CORREA, 139, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
30.	201208800	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE LINHARES	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA SÃO MATEUS, 1458, ARAÇÁ, LINHARES/ES
31.	201208734	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS SANTA RITA DE CÁSSIA	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SANTA RITA DE CASSIA	AVENIDA JAÇANÃ, 648, JAÇANÃ, SÃO PAULO/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 731, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2013, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista a Lei n° 12.871, de 22 de outubro de 2013, a Portaria Normativa n° 13, de 9 de julho de 2013, e o Edital nº 3, de 22 de outubro de 2013, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Fica divulgada a relação final dos municípios pré-selecionados no âmbito do Edital nº 3, de 22 de outubro de 2013, do Ministério da Educação, Primeiro Edital de Pré-seleção de municípios para implantação de curso de graduação em medicina por instituição de educação superior privada.

Art. 2º Os municípios pré-selecionados receberão visita in loco por comissão de especialista para verificação da estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes no município, conforme projeto de melhorias apresentado para pré-seleção nos termos do Edital MEC nº 03, de 2013.

Art. 3º Os pareceres referentes aos recursos analisados estarão disponíveis após a publicação desta Portaria no endereço simec.mec.gov.br, no módulo PAR MAIS MÉDICOS.

Parágrafo único. Os pareceres poderão ser acessados pelo gestor municipal, utilizando a mesma senha utilizada no procedimento de inscrição do município.

Art. 4º A relação final dos municípios pré-selecionados consta do Anexo desta Portaria.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

UF	CÓDIGO - REGIÃO DE SAÚDE	CÓDIGO IBGE - MUNICÍPIO	MUNICÍPIO
BA	29001	290070	Alagoinhas
BA	29018	291072	Eunápolis
BA	29007	291170	Guanambi
BA	29012	291480	Itabuna
BA	29014	291750	Jacobina
BA	29016	291840	Juazeiro
CE	23020	230420	Crato
ES	32004	320120	Cachoeiro de Itapemirim
GO	52002	520140	Aparecida de Goiânia
MA	21002	210120	Bacabal
MG	31015	311860	Contagem
MG	31045	314390	Muriaé
MG	31050	314790	Passos
MG	31055	315180	Poços de Caldas
MG	31067	316720	Sete Lagoas
PA	15006	150080	Ananindeua
PA	15004	150810	Tucuruí
PE	26010	260790	Jaboatão dos Guararapes
PI	22009	220800	Picos
PR	41011	410430	Campo Mourão
PR	41005	410940	Guarapuava
PR	41007	411850	Pato Branco

PR	41012	412810	Umuarama
RJ	33001	330010	Angra dos Reis
RJ	33006	330190	Itaboraí
RJ	33003	330600	Três Rios
RO	11006	110030	Vilhena
RS	43016	430700	Erechim
RS	43013	431020	Ijuí
RS	43007	431340	Novo Hamburgo
RS	43007	431870	São Leopoldo
SC	42011	420890	Jaraguá do Sul
SP	35018	350280	Araçatuba
SP	35010	350330	Araras
SP	35011	350400	Assis
SP	35014	350600	Bauru
SP	35013	351350	Cubatão
SP	35013	351870	Guarujá
SP	35007	351880	Guarulhos
SP	35016	352050	Indaiatuba
SP	35032	352530	Jaú
SP	35036	352690	Limeira
SP	35027	352940	Mauá
SP	35051	353440	Osasco
SP	35061	353800	Pindamonhangaba
SP	35047	353870	Piracicaba
SP	35049	354390	Rio Claro
SP	35027	354870	São Bernardo do Campo
SP	35008	354990	São José dos Campos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 28, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Protocolado nº 23068.784924/2013-06, resolve:

Prorrogar, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 03/01/2014, a validade do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto, de que trata o Edital nº 45/2012-DGP, publicado no DOU de 24/10/2012, homologado conforme edital 57/2013-DGP, publicado no DOU em 03/01/2013, na parte referente ao Departamento de Medicina Veterinária/CCA, Área/Subárea: Fisiopatologia e Biotecnologia da Reprodução dos Animais de Produção e Animais de Companhia.

SOLANGE VIANNA DALL'ORTO MARQUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 6.183 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor Assistente, Nível 1, Área: Gestão de Projetos e Processos Organizacionais, realizado pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, objeto do Edital Complementar nº 02, publicado no D.O.U. de 25/01/2012 ao Edital nº 28, publicado no D.O.U. de 28/03/2011, homologado através do Edital nº 162, publicado no D.O.U. de 10/12/2012, seção 3, pág. 101, que de acordo com a Lei nº 12.772/2012, alterada pela Medida Provisória nº 614, de 14/05/2013, passa a ser Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A. (Processo nº 23070.004443/2011-11)

EDWARD MADUREIRA BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 1.096, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologação do Resultado do Concurso Público Regulado pelo Edital nº 06/2013

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, no Decreto n.º 6.944, de 21/08/2009, Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 22, de 30/04/2007, DOU de 02/05/2007, Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 405, de 30/08/2012, DOU de 31/08/2012, Portaria Interministerial Nº 24, de 05/02/2013, DOU de 06/02/2013, Lei nº 12.772, de 28/12/2012, DOU de 31/12/2012, Lei nº 12.863, de 24/09/2013, DOU de 25/09/2013, bem como o Edital nº 06/2013, de 09/04/2013, publicado o extrato no DOU de 10/04/2013, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos realizado por esta Universidade, para os cargos da carreira do Magistério Superior, para exercício no Centro de Formação de Professores, conforme Edital nº 06/2013, de 09/04/2013, publicado o extrato no DOU de 10/04/2013 e completo no sítio www.ufrb.edu.br/concursos

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
Matéria: Lingüística
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.020081/2013-22
1º lugar: FABRÍCIO DA SILVA AMORIM
2º lugar: ADIELSON RAMOS DE CRISTO
Matéria: Ensino de Química
Vaga: 02
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.019873/2013-54
1º lugar: FÁBIO WELLIGTON ANDRADE DE JESUS
2º lugar: MARA APARECIDA ALVES DA SILVA
3º lugar: LUCAS VIVAS DE SÁ
4º lugar: RAFAEL MOREIRA SIQUEIRA
Matéria: Química Geral e Orgânica
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.019872/2013-18
1º lugar: AMENSON TRINDADE GOMES
2º lugar: ELIEZER PEREIRA DA SILVA
Matéria: Matemática
Vaga: 02
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.019796/2013-32
1º lugar: JOSÉ OLÍVIO DA SILVA SANTANA
2º lugar: RENATO DOS SANTOS DINIZ
3º lugar: ÍCARO VITAL FREIRE
Matéria: Educação de Jovens e Adultos
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.018342/2013-44
1º lugar: IDALINA SOUZA MASCARENHAS BORGHI
2º lugar: MARIA EURÁCIA BARRETO DE ANDRADE
3º lugar: ANA CÉLIA SILVA MENEZES
Matéria: Psicologia da Educação
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.018330/2013-10
1º lugar: FERNANDA DO CARMO GONÇALVES
2º lugar: HUGO JULIANO DUARTE MATIAS
3º lugar: TERESINHA ZÉLIA PINTO DE QUEIROZ
Matéria: Currículo e Didática
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.018725/2013-12
1º lugar: CARLA CAROLINA COSTA DA NOVA
2º lugar: ANTONIO ALMERICO BIONDI LIMA
3º lugar: MAICELMA MAIA SOUZA
Matéria: Geografia
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.018726/2013-67
1º lugar: KÁSSIA AGUIAR NORBERTO RIOS
2º lugar: MAIRA LOPES DOS REIS
3º lugar: MARIANA MARTINS DE MEIRELES
Matéria: AGROECOLOGIA
Vaga: 01
Nível: Auxiliar
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.020253/2013-68
1º lugar: RAUL LOMANTO NETO
2º lugar: FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO
3º lugar: ÉLCIO RIZÉRIO CARMO
4º lugar: FLAVIO ANDRÉ PEREIRA BASTOS
5º lugar: MICHELA KATIUSCIA CALAÇA ALVES DOS SANTOS

1. Os candidatos deverão manter atualizados seus endereços para correspondência, informando-os em caso de alteração, à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, através do e-mail ingresso@progep.ufrb.edu.br. Serão excluídos deste processo seletivo os candidatos não localizados em tempo hábil.

2. Este concurso terá validade de 01(um) ano, a contar da data de publicação desta homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

3. No ato da admissão o candidato deverá comprovar atendimento a todos os requisitos exigidos para o cargo por ele concorrido, conforme o que consta no Edital nº 06/2013, de 09/04/2013, publicado o extrato no DOU de 10/04/2013.

4. O candidato convocado para admissão que não atender à convocação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial da União será excluído do concurso, cabendo à Administração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, convocar o candidato seguinte.

5. Não haverá segunda convocação para o mesmo candidato em nenhuma hipótese. Também não será facultado ao candidato optar por sua inclusão no final da lista de aprovados.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria da UFRB.

PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 202, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 032/2013-PROGESP, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento/Unidade	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E APLICADAS - CAMPUS DE CAICÓ/RN	Administração e Gestão de Tecnologia da Informação	Adjunto A/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- CAMPUS DE CAICÓ/RN	Fundamentos Políticos e Filosóficos da Educação	Adjunto A/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
	Ensino de Ciências Físicas e Biológicas	Adjunto A/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
DEPARTAMENTO DE LETRAS- CAMPUS DE CURRAIS NOVOS/RN	Língua e Literatura Espanholas	Adjunto A/DE	1º lugar	MÁRCIA REJANE DE OLIVEIRA	8,25
	Língua Espanhola e Ensino de Língua Espanhola	Adjunto A/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA -CAMPUS DE CAICÓ/RN	História Contemporânea	Adjunto A/DE	1º lugar	ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR	8,46
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - CAMPUS DE CAICÓ/RN	Geografia Humana	Adjunto A/DE	1º lugar	JOÃO MANOEL DE VASCONCELOS FILHO	8,24
	Administração Geral/Marketing	Assistente A/DE	1º lugar	MARCELO HENRIQUE NEVES PEREIRA	7,60

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CAMPUS DE CURRAIS NOVOS/RN	Administração de Materiais/Gestão da Qualidade/Logística	Assistente A/DE	1º lugar	ÍRIS LINHARES PIMENTA	8,60
			2º lugar	Pio Marinheiro de Souza Neto	7,37
DEPARTAMENTO DE DIREITO - CAMPUS DE CAICÓ/RN	Prática Jurídica	Assistente A/40h	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 203, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 024/2013-PROGESP, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento/Unidade	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE NATAL - CAMPUS DE NATAL/RN	Gestão de Pessoas e da Qualidade de Vida no Trabalho em Serviços de Saúde	DI1./ DE	1º lugar	ROSIRES MAGALI BEZERRA DE BARROS	8,92

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 204, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 023/2013-PROGESP, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento/Unidade	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SÚDE DO TRAIRI - CAMPUS DE SANTA CRUZ/RN	Fisioterapêutica em Cardiologia, Pneumologia e Angiologia	Adjunto A/DE	1º lugar	VANESSA REGIANE RESQUETI FREGONEZI	9,20

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 205, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 030/2013-PROGESP, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento/Unidade	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL - CAMPUS DE NATAL/RN	Geotecnia	Adjunto A/DE	1º lugar	FAGNER ALEXANDRE NUNES DE FRANÇA	8,04
			2º lugar	Osvaldo de Freitas Neto	7,86

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 206, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 031/2013-PROGESP, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento/Unidade	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS - CAMPUS DE NATAL/RN	Língua Inglesa e Literaturas	Adjunto A/DE	1º lugar	JENNIFER SARAH COOPER	7,76
DEPARTAMENTO DE ARTES - CAMPUS DE NATAL/RN	Expressão Visual I e II/Fundamentos da Linguagem Visual	Adjunto A/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		
DEPARTAMENTO DE LETRAS - CAMPUS DE NATAL/RN	Leitura e Produção de Textos	Adjunto A/DE	1º lugar	ANA VIRGÍNIA LIMA DA SILVA	7,93

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 207, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 033/2013-PROGESP, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento/Unidade	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
DEPARTAMENTO DE TOCO-GINECOLOGIA - CAMPUS DE NATAL/RN	Expressão Visual I e II/Fundamentos da Linguagem Visual	Adjunto A/20h	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

PORTARIA Nº 5.719, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

A Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas através da portaria 187, de 30/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 136 de 17 de julho de 2002 e no BUFRJ n0 04 de 14 de fevereiro de 2008, resolve:

Tornar público o término da seleção dos candidatos aos cursos de mestrado e/ou doutorado do edital n0 304, de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U 177, seção 3, página 94, de 12/09/2013, bem como no BUFRJ n0 38, de 19/09/2013, informando que a relação dos candidatos aprovados encontra-se disponível no endereço: www.eean.ufrj.br; http://posgraduacaoeean.blogspot.com

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA DE ASSUNÇÃO FERREIRA

COORDENAÇÃO DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS, DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA

PORTARIA Nº 15.594, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O Coordenador do Programa de Pós-graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas através da portaria 4766, de 15/07/2013, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2013, resolve:

Tornar público o término da seleção dos candidatos aos cursos de mestrado e/ou doutorado do edital nº 320 e 321 de 23 de setembro de 2013, publicado no DOU nº 185, Seção 3, página 86, de 24/09/2013, bem como no BUFRJ 39, de 26/09/2013, informando que a relação dos candidatos aprovados encontra-se disponível no endereço: http://www.hcte.ufrj.br/selecao.html

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SILVA KUBRUSLY

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

PORTARIA Nº 15.757, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Profª. Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de professor substituto, referente ao Edital nº 384, de 11 de dezembro de 2013, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados nas áreas de

Direito Internacional Publica/ Instituições Jurídicas Internacionais/ Direito Internacional Humanitário.

1º MELINA MOREIRA LIMA.

2º MIGUEL FARIA DE SOUZA.

MARIA LUCIA TEIXEIRA WERNECK VIANNA

CENTRO DE LETRAS E ARTES FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 15.734, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 5083, de 14/12/2009, publicada no DOU nº 239, Seção 2, de 15/12/2009, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 185, de 26/06/2013, publicado no DOU nº 123, págs 88-90, de 28/06/2013, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Letras Anglo-Germânicas

Setorização: Língua Inglesa

1-Michael Luiz Freitas

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

PORTARIA Nº 15.735, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 5083, de 14/12/2009, publicada no DOU nº 239, Seção 2, de 15/12/2009, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 185, de 26/06/2013, publicado no DOU nº 123, págs 88-90, de 28/06/2013, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Letras Anglo-Germânicas

Setorização: Literatura Inglesa

1-Davi Ferreira de Pinho

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 18 de dezembro de 2013

Processo nº: 17944.001179/2013-98.
Interessado: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CENTRAL CRESOL BASER.
Assunto: Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF. Minuta de Contrato de Obrigações Recíprocas para atuação como Agente Financeiro relativamente à Subvenção Econômica no âmbito do PGPAF, a ser celebrado entre a União e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CENTRAL CRESOL BASER. Leis nº 8.427/1992, nº 11.326/2006 e nº 12.058/2009; Decreto nº 5.996/2006.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, mediante o cumprimento das exigências legais e regulamentares pertinentes.

Em 19 de dezembro de 2013

Processo nº: 10951.000485/2013-79.
Interessados: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relativo a Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, firmado entre a FINEP e o BNDES, no valor de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), cujos recursos serão destinados ao financiamento de projetos de natureza tecnológica, no âmbito do "Plano Inova Empresa", conforme regulamentado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.170, de 20/12/2012.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem assim o disposto na Lei nº10.552, de 13 de novembro de 2002, autorizo a concessão da garantia, observadas as formalidades legais.

Processo nº: 17944.001803/2013-57.

Interessado: Estado do Rio Grande Do Sul.

Assunto: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul. Pleito de manutenção de operações de crédito a contratar remanescentes do Programa 2012-2014, no âmbito da 10ª revisão do Programa, para o triênio 2013-2015.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a 10ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul.

GUIDO MANTEGA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de dezembro de 2013

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2013/10321
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de José Gustavo de Souza Costa por descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução 358/02 c/c art. 157, §4º da Lei 6404/76, art. 3º, caput, da Instrução 358/02 c/c art. art. 157, §4º da Lei 6404/76, Leonardo Pimenta Gadelha, Eduardo Karrer, Samir Zraick, Aziz Ben Ammar, Luiz do Amaral de França Pereira, Rodolfo Tourinho Neto e Eike Fuhrken Batista por descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução 358/02 c/c art. 157, §4º da Lei 6404/76.
Assunto: Pedido de unificação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogado
Aziz Ben Ammar	Não constituiu advogado
Eduardo Karrer	Dr. Luiz Felipe Gonçalves Cordeiro OAB/RJ nº 182.123
Eike Fuhrken Batista	Não constituiu advogado
José Gustavo de Souza Costa	Não constituiu advogado
Leonardo Pimenta Gadelha	Dr. Luiz Felipe Gonçalves Cordeiro OAB/RJ nº 182.123
Luiz do Amaral de Franca Pereira	Dra. Renata Moritz Serpa Coelho OAB/RJ nº 80.133
Rodolpho Tourinho Neto	Dra. Renata Moritz Serpa Coelho OAB/RJ nº 80.133
Samir Zraick	Dra. Renata Moritz Serpa Coelho OAB/RJ nº 80.133

Trata-se de pedido de unificação de prazo para apresentação de defesa formulado por RODOLPHO TOURINHO NETO, LUIZ DO AMARAL DE FRANCA PEREIRA E SAMIR ZRAICK nos autos do PAS CVM nº RJ2013/10321.

Determino a unificação, e fixo o novo prazo para apresentação de defesas em 10/01/2014 para todos os acusados do processo.

MARCO ANTÔNIO PAPERA MONTEIRO
Em exercício

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 5º ANDAR, SALA 504, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

1 - Processo nº: 10803.000039/2009-81 - Recorrente: MARCIONIL XAVIER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10070.001200/2007-94 - Recorrente: PAULO DE FIGUEIREDO MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 10183.000101/2008-07 - Recorrente: MEYRE APARECIDA PEREIRA DE ASSUNCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10183.002004/2007-60 - Recorrente: SUSAN MEIRE BRIGIDA DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 10183.002596/2007-10 - Recorrente: MARISSANDRA CORTEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 10183.003855/2008-19 - Recorrente: MILTON ANTONIO DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008 RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 10215.720012/2007-77 - Recorrente: NEUSA DE FREITAS DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

8 - Processo nº: 10680.004256/2008-01 - Recorrente: MARCELO COSTA FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10680.013768/2008-51 - Recorrente: MARIA CELIA BASTOS PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 10665.002962/2008-07 - Recorrente: MARIA APARECIDA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

11 - Processo nº: 10380.005439/2003-14 - Recorrente: JOSE MARIA DE VASCONCELOS MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 10675.004428/2004-84 - Recorrente: GUIDO VILELA JUNQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 11080.722996/2011-42 - Recorrente: ERNESTO ODERICH SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

14 - Processo nº: 12571.720114/2011-45 - Recorrente: MARCOS TAQUES MARGRAF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 11080.730990/2011-49 - Recorrente: JULIANO GUZZO ZECHIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 13899.000434/2009-31 - Recorrente: CATARINO RODRIGUES DA ARRUDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

17 - Processo nº: 10665.001528/2008-00 - Recorrente: NEIDE SILVA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10665.001529/2008-46 - Recorrente: NEIDE SILVA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 10665.001530/2008-71 - Recorrente: NEIDE SILVA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 10680.010621/2008-17 - Recorrente: VINICIUS RAMOS MAXIMIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10840.001937/2009-19 - Recorrente: YUMIKO USHIROBIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 10840.002233/2006-11 - Recorrente: TEREZINHA DARLI NAZAR BERGAMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 10215.720003/2007-86 - Recorrente: OLAVO ROGERIO BASTOS DAS NEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24 - Processo nº: 11060.000076/2005-60 - Recorrente: JOSE ADEODATO DOS SANTOS CIRNE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 10183.004889/2007-31 - Recorrente: ELY WAGNER CORRAL MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

26 - Processo nº: 10166.010861/2008-22 - Recorrente: FERUCCIO BILICH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 10166.000418/2011-49 - Recorrente: FERUCCIO BILICH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10166.003202/2009-11 - Recorrente: FERUCCIO BILICH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 10166.003203/2009-65 - Recorrente: FERUCCIO BILICH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

30 - Processo nº: 10680.015926/2008-15 - Recorrente: LUIZ CARLOS ALVIM DE LARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 10930.001902/2008-81 - Recorrente: JAIRO JOSE RANTIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

32 - Processo nº: 19311.720100/2012-12 - Recorrente: ROBERTO WILL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 10070.000040/2007-66 - Recorrente: OSCAR BODRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 10380.013188/2007-67 - Recorrente: NEUZA RODRIGUES DE LIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10510.724476/2011-02 - Recorrente: ARMANDO BATALHA DE GOIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

36 - Processo nº: 10530.720090/2007-07 - Recorrente: FABRICIANO DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 10530.720094/2007-87 - Recorrente: FABRICIANO DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10530.720098/2007-65 - Recorrente: FABRICIANO DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 10640.004724/2008-14 - Recorrente: LUIZ CARLOS MAZOCOLI SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10680.003132/2001-24 - Recorrente: GILBERTO TADEU RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10830.002225/2005-02 - Recorrente: LIA MARA NUNES DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 13706.002400/2008-10 - Recorrente: MARIANO ROSTEY NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 10530.001987/2003-04 - Recorrente: ANTONIO CARNEIRO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

44 - Processo nº: 10665.000758/2009-24 - Recorrente: JOSE DE DEUS FARIA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 10510.002341/2003-74 - Recorrente: JOSE EULER ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 10410.724447/2011-61 - Recorrente: SYRLANE MARIA DE CERQUEIRA BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 10410.723303/2011-97 - Recorrente: SHIRLEY SARMENTO DE CARVALHO BREDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

48 - Processo nº: 11065.720383/2007-82 - Recorrente: CESAR TODESCHINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 11831.001077/2009-87 - Recorrente: JOAO ROMERO FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 16004.000754/2009-14 - Recorrente: MARIA CLEUZA DUTRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

51 - Processo nº: 10680.014843/2008-09 - Recorrente: ERNANI GERALDO BOTELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 11060.002220/2009-26 - Recorrente: JUCARA SALETE GUBIANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 13161.000277/2009-88 - Recorrente: LAURO SATOSHI IGUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

54 - Processo nº: 10840.720607/2008-37 - Recorrente: LUIZA ARRAES MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 10166.720038/2009-18 - Embargante: ROSILENE MANGUEIRA ASSIS FIGUEIREDO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

56 - Processo nº: 18471.002489/2004-13 - Embargante: JOAO DIAS DE OLIVEIRA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

57 - Processo nº: 10805.720812/2012-13 - Recorrente: FRANCISCO ANTONIO PINHEIRO VILAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 10935.004113/2010-77 - Recorrente: ROSANE ZAMPIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo nº: 10945.720679/2011-10 - Recorrente: ROSANE BOHNEN RACHOW e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 10945.720680/2011-36 - Recorrente: ELIRIA MUNDEL RACHOW e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo nº: 10945.720681/2011-81 - Recorrente: JOAO PEDRO RACHOW e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

62 - Processo nº: 10384.004397/2007-80 - Recorrente: PAULO HUMBERTO MOREIRA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo nº: 10120.729161/2011-37 - Recorrente: SIGUIMI TANIGUTE JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 10166.721016/2010-09 - Recorrente: MARA CELIA DE TOLEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 11516.003695/2010-78 - Recorrente: ICURITI PEREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

66 - Processo nº: 10120.014596/2008-88 - Recorrente: KETY MONTEIRO LOUREIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JULIANNA BANDEIRA TOSCANO

67 - Processo nº: 10580.720447/2009-15 - Recorrente: DALVA GARCIA SANT ANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo nº: 10882.002380/2009-39 - Recorrente: KLEBER VIEIRA DE MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

69 - Processo nº: 10580.732706/2011-75 - Recorrente: ANTONIO SANTANA NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo nº: 10730.012103/2010-10 - Recorrente: PETRUCIO MALAFAIA VICENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo nº: 10580.003929/2008-26 - Recorrente: MARIA HELENA SOUZA GONCALVES MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo nº: 10980.006498/207-66 - Recorrente: NEUZA MARIA D'HIPOLITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

73 - Processo nº: 10640.005336/2008-42 - Embargante: JOSE VIEIRA DA SILVA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

74 - Processo nº: 19647.007156/2007-29 - Recorrente: MARIA DO CARMO COSTA LIMA CAVALCANTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

75 - Processo nº: 13707.000493/2004-12 - Recorrente: MARIA DA PENHA MORENA SABATINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

76 - Processo nº: 13839.002530/2004-13 - Recorrente: JOSE NOTINI NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 302, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

1 - Processo nº: 10166.729496/2012-18 - Recorrente: IVAN D APREMONT LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 19515.000557/2006-72 - Recorrente: MU HAK YOU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 19515.003731/2008-09 - Recorrente: MAURO ANTONIO SALERMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 16095.000270/2006-42 - Embargante: AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOGI DAS CRUZES/SP e Interessado: VALDEMAR COSTA NETO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA

5 - Processo nº: 10907.002048/2009-49 - Recorrente: GERSINO DE SOUZA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 10530.000520/2004-10 - Recorrente: ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

7 - Processo nº: 15940.000523/2009-50 - Recorrente: VITAPELLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 10970.000502/2008-82 - Recorrente: DEBORA CORREA DOS SANTOS NERY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10980.002394/2008-63 - Recorrente: RICARDO DE ALMEIDA CESAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA

10 - Processo nº: 10680.723078/2012-90 - Recorrente: ANA CRISTINA PENNA WANDERLEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 10680.723076/2012-09 - Recorrente: ANDREYA PENNA WANDERLEY BOAVENTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 12448.726462/2012-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DANIEL VALENTE DANTAS - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

13 - Processo nº: 13654.000308/2004-44 - Recorrente: MARCELO PAULO SALGADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

14 - Processo nº: 10218.720937/2007-98 - Recorrente: PAULO FERNANDES DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10218.720974/2007-04 - Recorrente: PAULO FERNANDES DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 10218.721010/2007-75 - Recorrente: PAULO FERNANDES DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA

17 - Processo nº: 16045.000216/2005-10 - Recorrente: BOCAINA DO SUL PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 13855.722588/2012-99 - Recorrente: SUCOCITRICO CUTRALE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 13855.722589/2012-33 - Recorrente: SUCOCITRICO CUTRALE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

20 - Processo nº: 10183.003834/2005-42 - Embargante: GUAVIRA INDUSTRIAL E AGROFLORESTAL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

21 - Processo nº: 19311.000752/2010-75 - Recorrente: AGROPECUARIA SANTA BARBARA XINGUARA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 10166.727557/2011-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EDUARDO ANTONIO NINA OLIVEIRA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

23 - Processo nº: 10240.720158/2007-13 - Embargante: EMPRESA RURAL DO GUAPORE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

24 - Processo nº: 19515.001275/2006-92 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ADRIANA TAUB RUSU - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA
25 - Processo nº: 13116.721910/2012-16 - Recorrente: JANINE DE ALMEIDA SAFE CARNEIRO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
26 - Processo nº: 13116.721911/2012-61 - Recorrente: JANINE DE ALMEIDA SAFE CARNEIRO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
27 - Processo nº: 13116.721912/2012-13 - Recorrente: JANINE DE ALMEIDA SAFE CARNEIRO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH
28 - Processo nº: 13819.002967/2002-23 - Recorrente: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA
29 - Processo nº: 13161.720041/2007-08 - Recorrente: JAIME TEOPISTO BARBOSA ABATH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
30 - Processo nº: 13161.720043/2007-99 - Recorrente: JAIME TEOPISTO BARBOSA ABATH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
31 - Processo nº: 13161.720300/2008-73 - Recorrente: JAIME TEOPISTO BARBOSA ABATH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 304, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ
1 - Processo nº: 13851.720290/2011-01 - Recorrente: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TATU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
2 - Processo nº: 10980.726419/2011-13 - Recorrente: BRUNO LACOMBE MIRAGLIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo nº: 10980.729320/2012-54 - Recorrentes: RENATO RIBAS VAZ e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO
4 - Processo nº: 11060.724059/2011-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: HERMINDO FRACAO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
5 - Processo nº: 11060.724061/2011-39 - Recorrente: JOAO FLAVIO BISSACOTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
6 - Processo nº: 11060.722117/2011-11 - Recorrente: FABIO PINTO HERTER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
7 - Processo nº: 13411.720018/2008-05 - Recorrentes: EDILBERTO DE CARVALHO COELHO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ
8 - Processo nº: 10540.002293/2008-71 - Recorrente: JOSE BORGES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
9 - Processo nº: 10875.001650/2003-98 - Recorrente: HELIO THOMAZ MESQUITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo nº: 10930.003307/2008-81 - Recorrente: TEREZA CRISTINA AGOSTINHO PALERMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo nº: 10930.006028/2008-79 - Recorrente: PAOLA GUARISO CREPALDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
12 - Processo nº: 10930.006312/2008-45 - Recorrente: ARMANDO DIAS DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo nº: 10980.720175/2008-60 - Recorrente: CLELIA ERZELI MARQUES MEHL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
14 - Processo nº: 11808.000930/2002-64 - Recorrente: USINA PEDROZA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
15 - Processo nº: 13227.720257/2012-11 - Recorrente: MARIA LUCIA MOURA GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

ANTONIO LOPO MARTINEZ
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS QUADRA 01 BLOCO "J" EDIFICIO ALVORADA PLENÁRIO 202.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO
1 - Processo nº: 10920.721540/2012-44 - Recorrentes: INDUSTRIAS ARTEFAMA S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO
2 - Processo nº: 10920.721539/2012-10 - Recorrentes: INDUSTRIAS ARTEFAMA S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO
3 - Processo nº: 15504.019403/2009-75 - Recorrente: VIACAO REAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
4 - Processo nº: 15504.019402/2009-21 - Recorrente: VIACAO REAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
5 - Processo nº: 12898.000221/2010-90 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
6 - Processo nº: 12898.000222/2010-34 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
7 - Processo nº: 35301.012562/2003-47 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
8 - Processo nº: 10650.001297/2007-12 - Recorrente: COOP.AGROPEC.DO VALE DO RIO GRANDE LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
9 - Processo nº: 10650.001303/2007-23 - Recorrente: COOP.AGROP.DO VALE DO RIO GRANDE LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
10 - Processo nº: 10650.001298/2007-59 - Recorrente: COOP.AGROP.DO VALE DO RIO GRANDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: CAROLINA WANDERLEY LANDIM
11 - Processo nº: 10680.720932/2010-02 - Recorrente: FLAPA MINERACAO E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
12 - Processo nº: 10380.011154/2009-08 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
13 - Processo nº: 10380.014906/2009-84 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
14 - Processo nº: 10380.014905/2009-30 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
15 - Processo nº: 12898.002341/2009-98 - Recorrente: LABO CINE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
16 - Processo nº: 12898.002342/2009-32 - Recorrente: LABO CINE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
17 - Processo nº: 12898.002343/2009-87 - Recorrente: LABO CINE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
18 - Processo nº: 12898.002344/2009-21 - Recorrente: LABO CINE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
19 - Processo nº: 12898.002394/2009-17 - Recorrente: LABO CINE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
20 - Processo nº: 12898.002396/2009-06 - Recorrente: LABO CINE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: IGOR ARAUJO SOARES
21 - Processo nº: 13931.000728/2008-38 - Recorrente: INDUSTRIAS JOAO JOSE ZATTAR S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
22 - Processo nº: 13931.000730/2008-15 - Recorrente: INDUSTRIAS JOAO JOSE ZATTAR S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO
23 - Processo nº: 16682.720039/2010-35 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
24 - Processo nº: 16682.720040/2010-60 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
25 - Processo nº: 16682.720041/2010-12 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
26 - Processo nº: 16682.720042/2010-59 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
27 - Processo nº: 19740.000050/2009-06 - Recorrente: BANCO UBS PACTUAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
28 - Processo nº: 19740.000051/2009-42 - Recorrente: BANCO UBS PACTUAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
29 - Processo nº: 19740.000052/2009-97 - Recorrente: BANCO UBS PACTUAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
30 - Processo nº: 10805.722297/2012-06 - Recorrente: FUNDACAO DO ABC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
31 - Processo nº: 10805.722298/2012-42 - Recorrente: FUNDACAO DO ABC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
32 - Processo nº: 12259.000762/2009-18 - Recorrente: WARNER MUSIC BRASIL LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
33 - Processo nº: 12259.004303/2009-03 - Recorrente: WARNER MUSIC BRASIL LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
34 - Processo nº: 19515.721657/2011-01 - Recorrente: LEDERVIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
35 - Processo nº: 19515.721693/2011-67 - Recorrente: LEDERVIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: CAROLINA WANDERLEY LANDIM
36 - Processo nº: 19515.004527/2010-11 - Recorrente: AMAZONAS LESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
37 - Processo nº: 19515.004524/2010-88 - Recorrente: AMAZONAS LESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
38 - Processo nº: 19515.004526/2010-77 - Recorrente: AMAZONAS LESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
39 - Processo nº: 19515.004528/2010-66 - Recorrente: AMAZONAS LESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
40 - Processo nº: 19515.004530/2010-35 - Recorrente: AMAZONAS LESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
41 - Processo nº: 19515.004531/2010-80 - Recorrente: AMAZONAS LESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
42 - Processo nº: 19515.004532/2010-24 - Recorrente: AMAZONAS LESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: IGOR ARAUJO SOARES
43 - Processo nº: 14041.000636/2007-64 - Recorrente: SA CORREIO BRAZILIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
44 - Processo nº: 14041.000638/2007-53 - Recorrente: SA CORREIO BRAZILIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
45 - Processo nº: 14041.000640/2007-22 - Recorrente: SA CORREIO BRAZILIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
46 - Processo nº: 14041.000641/2007-77 - Recorrente: SA CORREIO BRAZILIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO
47 - Processo nº: 37280.001313/2003-47 - Recorrente: PLANTACOES MICHELIN DA BAHIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
48 - Processo nº: 16682.720028/2010-55 - Recorrente: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
49 - Processo nº: 16682.720030/2010-24 - Recorrente: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
50 - Processo nº: 16682.720031/2010-79 - Recorrente: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

51 - Processo nº: 16682.720032/2010-13 - Recorrente: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
52 - Processo nº: 16682.720092/2010-36 - Recorrente: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
53 - Processo nº: 16682.720093/2010-81 - Recorrente: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
54 - Processo nº: 16682.720094/2010-25 - Recorrente: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
55 - Processo nº: 10970.720201/2012-55 - Recorrente: MATABOI ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
56 - Processo nº: 10970.720203/2012-44 - Recorrente: MATABOI ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
57 - Processo nº: 10970.720200/2012-19 - Recorrente: MATABOI ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
58 - Processo nº: 10970.720202/2012-08 - Recorrente: MATABOI ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: CAROLINA WANDERLEY LANDIM
59 - Processo nº: 14751.000422/2008-62 - Recorrentes: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO
60 - Processo nº: 14751.000423/2008-15 - Recorrente: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
61 - Processo nº: 14751.000424/2008-51 - Recorrente: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
62 - Processo nº: 14751.000425/2008-04 - Recorrente: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
63 - Processo nº: 14751.000426/2008-41 - Recorrente: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
64 - Processo nº: 14751.000427/2008-95 - Recorrente: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
65 - Processo nº: 14751.000458/2008-46 - Recorrente: COMPANHIA USINA SÃO JOÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO
66 - Processo nº: 11330.001111/2007-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessada: FUNDACAO EDUCACIONAL UNIFICADA CAMPOGRANDENSE - RECURSO DE OFÍCIO
67 - Processo nº: 11330.001113/2007-91 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL UNIFICADA CAMPOGRANDENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
68 - Processo nº: 19515.003913/2010-96 - Recorrente: RODRIMAR S/A TRANSP. EQUIP. INDUSTRIAIS E ARM.GERAIS - RECURSO VOLUNTARIO
69 - Processo nº: 19515.003914/2010-31 - Recorrente: RODRIMAR S/A TRANSP. EQUIP. INDUSTRIAIS E ARM.GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
70 - Processo nº: 18184.000030/2008-36 - Recorrente: SANTO ANDRE MONTAGENS E TERRAPLENAGEM S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO
71 - Processo nº: 16327.001845/2008-35 - Recorrente: UNICARD BANCO MULTIPLO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
72 - Processo nº: 16327.001846/2008-80 - Recorrente: UNICARD BANCO MULTIPLO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
73 - Processo nº: 13609.001718/2008-81 - Recorrente: EMBRASIL-EMPRESA BRASILEIRA DISTRIBUIDORA LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
74 - Processo nº: 13896.721090/2011-41 - Recorrente: ALTRAN CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
75 - Processo nº: 11444.000188/2010-73 - Recorrente: BEL S.A. - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
76 - Processo nº: 11444.000189/2010-18 - Recorrente: BEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
77 - Processo nº: 19515.005659/2008-46 - Recorrente: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: CAROLINA WANDERLEY LANDIM
78 - Processo nº: 12897.000610/2009-91 - Recorrente: CONTROLES GRAFICOS DARU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
79 - Processo nº: 12897.000517/2009-87 - Recorrente: CONTROLES GRAFICOS DARU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
80 - Processo nº: 16624.001464/2006-30 - Recorrente: KOBA IND E COM DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
81 - Processo nº: 16191.000382/2011-72 - Recorrente: TURISMO SACI LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
82 - Processo nº: 11634.000360/2008-37 - Recorrente: R I J - EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
83 - Processo nº: 11634.000361/2008-81 - Recorrente: R I J - EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
84 - Processo nº: 11634.000362/2008-26 - Recorrente: R I J - EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
85 - Processo nº: 11634.000363/2008-71 - Recorrente: R I J - EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
86 - Processo nº: 11634.000364/2008-15 - Recorrente: R I J - EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO
87 - Processo nº: 10882.001824/2007-57 - Recorrente: COMERCIAL SANTISTA LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
88 - Processo nº: 13964.000574/2009-88 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
89 - Processo nº: 11020.002051/2009-09 - Recorrente: CIRCULO OPERARIO CAXIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
90 - Processo nº: 11020.002052/2009-45 - Recorrente: CIRCULO OPERARIO CAXIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
91 - Processo nº: 11020.002054/2009-34 - Recorrente: CIRCULO OPERARIO CAXIENSE - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
92 - Processo nº: 11020.002055/2009-89 - Recorrente: CIRCULO OPERARIO CAXIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
93 - Processo nº: 11020.002057/2009-78 - Recorrente: CIRCULO OPERARIO CAXIENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: CAROLINA WANDERLEY LANDIM
94 - Processo nº: 10935.006506/2010-15 - Recorrente: DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
95 - Processo nº: 10935.006503/2010-81 - Recorrente: DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
96 - Processo nº: 10935.006504/2010-26 - Recorrente: DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
97 - Processo nº: 10935.006507/2010-60 - Recorrente: DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
98 - Processo nº: 10935.006508/2010-12 - Recorrente: DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
99 - Processo nº: 15504.004728/2009-53 - Recorrente: PROSEGUR SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
100 - Processo nº: 15504.020105/2009-28 - Recorrente: PROSEGUR SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
101 - Processo nº: 15504.020107/2009-17 - Recorrente: PROSEGUR SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
102 - Processo nº: 15504.020109/2009-14 - Recorrente: PROSEGUR SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
103 - Processo nº: 11030.722245/2012-01 - Recorrente: PROSERVI SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
104 - Processo nº: 11030.722246/2012-47 - Recorrente: PROSERVI SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
105 - Processo nº: 12259.000098/2008-18 - Recorrente: ESSENCE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
106 - Processo nº: 12259.000099/2008-62 - Recorrente: ESSENCE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
107 - Processo nº: 12267.000126/2008-06 - Recorrente: ESSENCE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO
108 - Processo nº: 15956.000143/2010-80 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
109 - Processo nº: 15956.000144/2010-24 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
110 - Processo nº: 15956.000145/2010-79 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
111 - Processo nº: 15956.000379/2008-00 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
112 - Processo nº: 18108.002284/2007-11 - Embargante: SUDESTE ENGENHARIA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
113 - Processo nº: 10925.001664/2009-64 - Recorrente: COTRAMOL COOPER TRANSP CARGA M O CATAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
114 - Processo nº: 10925.001666/2009-53 - Recorrente: COTRAMOL COOPER TRANSP CARGA M O CATAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
115 - Processo nº: 10925.001665/2009-17 - Recorrente: COTRAMOL COOPER TRANSP CARGA M O CATAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
116 - Processo nº: 10925.001667/2009-06 - Recorrente: COTRAMOL COOPER TRANSP CARGA M O CATAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
117 - Processo nº: 13525.000093/2008-61 - Recorrente: ASSOCIACAO JACOBINENSE DE ASSISTENCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
118 - Processo nº: 10530.722510/2009-43 - Recorrente: ASSOCIACAO JACOBINENSE DE ASSISTENCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
119 - Processo nº: 11020.722010/2012-20 - Recorrente: COOPERATIVA VINICOLA AURORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: IGOR ARAUJO SOARES
120 - Processo nº: 10830.015790/2009-55 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
121 - Processo nº: 10830.015784/2009-06 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
122 - Processo nº: 10830.015788/2009-86 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
123 - Processo nº: 10830.015786/2009-97 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
124 - Processo nº: 10830.015777/2009-04 - Recorrente: LUCENT TECHNOL DO BRASIL IND COM LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
125 - Processo nº: 10830.015775/2009-15 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
126 - Processo nº: 10830.013160/2008-65 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
127 - Processo nº: 10830.013157/2008-41 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

ELIAS SAMPAIO FREIRE
Presidente da Turma

CLAUDIA DOLORES ROSA
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS QUADRA 01 BLOCO 'J ' - EDIFICIO ALVORADA PLENARIO 204 - BRASILIA-DF

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: RONALDO DE LIMA MACEDO
1 - Processo nº: 17883.000049/2009-13 - Recorrente: SOBEU ASSOC BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
2 - Processo nº: 17883.000282/2010-30 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo nº: 17883.000283/2010-84 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
4 - Processo nº: 17883.000284/2010-29 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5 - Processo nº: 17883.000285/2010-73 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
6 - Processo nº: 17883.000286/2010-18 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
7 - Processo nº: 17883.000287/2010-62 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
8 - Processo nº: 17883.000288/2010-15 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
9 - Processo nº: 17883.000289/2010-51 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo nº: 17883.000290/2010-86 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo nº: 17883.000291/2010-21 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
12 - Processo nº: 17883.000292/2010-75 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JULIO CESAR VIEIRA GOMES
13 - Processo nº: 10166.724227/2011-76 - Recorrente: BANCORBRAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO
14 - Processo nº: 16045.000476/2010-44 - Recorrente: FINQUIMICA IND E COMERC DE PRODUTOS QUIMICOS FINOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
15 - Processo nº: 18108.000959/2007-97 - Recorrente: CENTRO ACADEMICO XI DE AGOSTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: THIAGO TABORDA SIMOES
16 - Processo nº: 19515.000228/2008-93 - Recorrente: MUNIC DE SP SEC MUN DE TRANSPORTES SMT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RONALDO DE LIMA MACEDO
17 - Processo nº: 19311.720407/2011-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
18 - Processo nº: 19311.720408/2011-87 - Recorrentes: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFICIO
19 - Processo nº: 19311.720409/2011-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
20 - Processo nº: 19311.720410/2011-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
21 - Processo nº: 19311.720411/2011-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
22 - Processo nº: 19311.720412/2011-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
23 - Processo nº: 19311.720413/2011-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
24 - Processo nº: 19311.720414/2011-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
25 - Processo nº: 19311.720415/2011-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
26 - Processo nº: 19311.720416/2011-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
27 - Processo nº: 19311.720417/2011-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
28 - Processo nº: 19311.720418/2011-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
29 - Processo nº: 19311.720419/2011-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
30 - Processo nº: 19311.720420/2011-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
31 - Processo nº: 19311.720421/2011-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
32 - Processo nº: 19311.720422/2011-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
33 - Processo nº: 19311.720478/2011-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
34 - Processo nº: 19311.720480/2011-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - RECURSO DE OFICIO
Relator: JULIO CESAR VIEIRA GOMES
35 - Processo nº: 10410.723773/2011-51 - Recorrente: CORURIPE PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
36 - Processo nº: 35437.000603/2006-60 - Embargante: MASSAFERA APEN LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO
37 - Processo nº: 15954.000132/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO MARTINHO S/A - RECURSO VOLUNTÁRIO
38 - Processo nº: 10865.002247/2007-29 - Recorrente: SAO MARTINHO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO
Relator: THIAGO TABORDA SIMOES
39 - Processo nº: 10935.721783/2011-32 - Recorrente: MANGUEIRINHA PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: RONALDO DE LIMA MACEDO
40 - Processo nº: 18050.007948/2008-21 - Recorrente: WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
41 - Processo nº: 18050.007956/2008-78 - Recorrente: WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
42 - Processo nº: 44000.000139/2006-22 - Recorrente: ASSOCIACAO DE EDUCACAO DO HOMEM DE AMANHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JULIO CESAR VIEIRA GOMES
43 - Processo nº: 10580.724102/2009-31 - Recorrente: PORTINARI EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
44 - Processo nº: 10580.724104/2009-20 - Recorrente: PORTINARI EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
45 - Processo nº: 10580.724105/2009-74 - Recorrente: PORTINARI EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
46 - Processo nº: 10580.724107/2009-63 - Recorrente: PORTINARI EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: NEREU MIGUEL RIBEIRO DOMINGUES
47 - Processo nº: 16327.001640/2010-74 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
48 - Processo nº: 16327.001643/2010-16 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
49 - Processo nº: 16327.001641/2010-19 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
50 - Processo nº: 16327.001642/2010-63 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
51 - Processo nº: 16327.001644/2010-52 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
52 - Processo nº: 16327.001645/2010-05 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
53 - Processo nº: 16327.001646/2010-41 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO
54 - Processo nº: 11444.000505/2009-18 - Recorrente: SINDICATO RURAL DE PALMITAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
55 - Processo nº: 11444.001068/2009-50 - Recorrente: SINDICATO RURAL DE PALMITAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
56 - Processo nº: 11444.001069/2009-02 - Recorrente: SINDICATO RURAL DE PALMITAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: THIAGO TABORDA SIMOES
57 - Processo nº: 11516.006368/2008-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SC - RECURSO OFICIO
58 - Processo nº: 11516.006371/2008-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SC - RECURSO OFICIO
59 - Processo nº: 11516.006380/2008-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SC - RECURSO OFICIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RONALDO DE LIMA MACEDO
60 - Processo nº: 14041.000165/2009-56 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
61 - Processo nº: 14041.000166/2009-09 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
62 - Processo nº: 14041.000180/2009-02 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
63 - Processo nº: 14041.000181/2009-49 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
64 - Processo nº: 14041.000201/2009-81 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
65 - Processo nº: 14041.000202/2009-26 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
66 - Processo nº: 14041.000209/2009-48 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
67 - Processo nº: 14041.000210/2009-72 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
68 - Processo nº: 14041.000211/2009-17 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
69 - Processo nº: 14041.000212/2009-61 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
70 - Processo nº: 14041.000215/2009-03 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
71 - Processo nº: 14041.000216/2009-40 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
72 - Processo nº: 14041.000217/2009-94 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
73 - Processo nº: 14041.000218/2009-39 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JULIO CESAR VIEIRA GOMES
74 - Processo nº: 10283.720828/2011-73 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO
75 - Processo nº: 11020.725047/2011-29 - Recorrente: RIO GRANDE ENERGIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
76 - Processo nº: 11020.725048/2011-73 - Recorrente: RIO GRANDE ENERGIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: THIAGO TABORDA SIMOES
77 - Processo nº: 11020.720384/2012-19 - Recorrente: B G MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
78 - Processo nº: 13016.000513/2010-73 - Recorrente: B G MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
79 - Processo nº: 13016.000514/2010-18 - Recorrente: B G MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
80 - Processo nº: 13016.000515/2010-62 - Recorrente: B G MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NEREU MIGUEL RIBEIRO DOMINGUES
81 - Processo nº: 10972.720019/2012-84 - Recorrente: CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE UBERABA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
82 - Processo nº: 10972.720020/2012-17 - Recorrente: CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE UBERABA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
83 - Processo nº: 10972.720025/2012-31 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SACRAMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
84 - Processo nº: 10972.720026/2012-86 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SACRAMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO
85 - Processo nº: 35366.002312/2002-63 - Recorrente: SOC BENEF DE SRAS HOSPITAL SIRIO-LIBANES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: THIAGO TABORDA SIMOES
86 - Processo nº: 11020.721813/2012-67 - Recorrente: IRMAOS AMALCABURIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LOURENCO FERREIRA DO PRADO
87 - Processo nº: 10120.005319/2007-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES E DERIVADOS BOI BRASIL LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
88 - Processo nº: 11330.001096/2007-92 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LABORATORIO DAUDT OLIVEIRA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

JULIO CESAR VIEIRA GOMES
Presidente da Turma

CLAUDIA DOLORES ROSA
Secretária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS QUADRA 01 BLOCO 'J ' - EDIFICIO ALVORADA PLENARIO 306 - BRASILIA-DF

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

1 - Processo nº: 11444.001051/2008-11 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE ESPIRITA DE GARCA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 11444.001053/2008-19 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE ESPIRITA DE GARCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 11444.001052/2008-66 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE ESPIRITA DE GARCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 15586.000298/2008-57 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO ES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 15586.000299/2008-00 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DECREDITO DO ES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

6 - Processo nº: 15504.014635/2008-56 - Recorrente: TALENTO JOIAS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 15504.014639/2008-34 - Recorrente: TALENTO JOIAS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 15504.014640/2008-69 - Recorrente: TALENTO JOIAS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 15504.014641/2008-11 - Recorrente: TALENTO JOIAS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

10 - Processo nº: 16327.721041/2011-51 - Recorrente: MARITIMA SAUDE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 15979.000294/2007-74 - Recorrente: JOAO GOMES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10865.720755/2012-50 - Recorrente: DA FAZENDA-COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

13 - Processo nº: 36266.007285/2006-30 - Recorrentes: FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

14 - Processo nº: 14479.000225/2007-39 - Recorrente: FUND ARMANDO ALVARES PENTEADO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10665.722489/2011-75 - Embargante: FAZENDA NACIONAL(DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE DIVINÓPOLIS) e Interessado: PASSOS PREFEITURA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 21 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

16 - Processo nº: 13118.000211/2006-71 - Recorrente: HUMBERTO GARCEZ LIMA - SIMPLES E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 13603.722742/2012-94 - Recorrente: INSTITUTO ELIZABETH KALIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 15586.720653/2012-94 - Recorrente: MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

19 - Processo nº: 10830.724374/2012-47 - Recorrente: MATERNIDADE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10830.724375/2012-91 - Recorrente: MATERNIDADE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 10865.721017/2012-20 - Recorrente: MOCOCA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 11080.722146/2012-25 - Recorrente: ZANON COMERCIO, SERVICOS E TRANSPORTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

23 - Processo nº: 11444.000171/2009-82 - Recorrente: BRASILIA ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 15983.720149/2012-10 - Recorrente: M. M. A. GLEREAN MARMORARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

25 - Processo nº: 15504.003920/2010-66 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 15504.003922/2010-55 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 15504.003923/2010-08 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 15504.003924/2010-44 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 15504.003925/2010-99 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 15504.003926/2010-33 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 15504.003928/2010-22 - Recorrente: SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

32 - Processo nº: 10384.720532/2010-33 - Recorrente: PORTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 10384.720528/2010-75 - Recorrente: PORTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 10384.720530/2010-44 - Recorrente: PORTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 10384.720534/2010-22 - Recorrente: PORTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 10384.720533/2010-88 - Recorrente: PORTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

37 - Processo nº: 11020.001879/2010-75 - Recorrente: ICARO ARTEFATOS DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 11020.001880/2010-08 - Recorrente: ICARO ARTEFATOS DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 13830.720776/2012-61 - Recorrente: FLORINEA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 13830.720777/2012-13 - Recorrente: FLORINEA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 13830.720778/2012-50 - Recorrente: FLORINEA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

42 - Processo nº: 19515.003845/2010-65 - Recorrente: MALHARIA E TINTURARIA PAULISTANA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 19515.003848/2010-07 - Recorrente: MALHARIA E TINTURARIA PAULISTANA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 19515.003850/2010-78 - Recorrente: MALHARIA E TINTURARIA PAULISTANA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 19515.003852/2010-67 - Recorrente: MALHARIA E TINTURARIA PAULISTANA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 19515.003853/2010-10 - Recorrente: MALHARIA E TINTURARIA PAULISTANA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

47 - Processo nº: 10552.000327/2007-73 - Recorrentes: COPESUL CIA PETROQUIMICA DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO e RECURSO DE OFÍCIO

DIA 22 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

48 - Processo nº: 13603.723649/2011-16 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 15586.720703/2012-33 - Recorrentes: VILA VELHA PREFEITURA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

50 - Processo nº: 15586.720699/2012-11 - Recorrentes: VILA VELHA PREFEITURA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

51 - Processo nº: 19515.006262/2009-52 - Recorrente: NUBE NUCLEO BRASILEIRO DE ESTAGIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 19515.006263/2009-05 - Recorrente: NUBE NUCLEO BRASILEIRO DE ESTAGIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 19515.006264/2009-41 - Recorrente: NUBE NUCLEO BRASILEIRO DE ESTAGIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 19515.006265/2009-96 - Recorrente: NUBE NUCLEO BRASILEIRO DE ESTAGIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 19515.006266/2009-31 - Recorrente: NUBE NUCLEO BRASILEIRO DE ESTAGIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

56 - Processo nº: 17460.000662/2007-40 - Recorrente: BEL PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator:MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

57- Processo: 16045.000284/2009-02 - Recorrente: AREVALE DISTRIBUIDORA DE AREIA E PEDRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo:16045.000285/2009-49 - Recorrente: AREVALE DISTRIBUIDORA DE AREIA E PEDRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IVACIR JULIO DE SOUZA

59 - Processo nº: 11065.721410/2012-00 - Recorrente: CALCADOS DI CRISTALLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 11065.721414/2012-80 - Recorrente: CALCADOS DI CRISTALLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

61 - Processo nº: 11080.728411/2012-89 - Recorrente: SELTEC VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 11080.728417/2012-56 - Recorrente: SELTEC VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI

63 - Processo nº: 15758.000409/2010-21 - Recorrente: ARCLAN - SERVICOS, TRANSPORTES E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

64 - Processo: 11330.000010/2007-12 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL- RECURSO VOLUNTARIO

DIA 23 DE JANEIRO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PAULO MAURICIO PINHEIRO MONTEIRO

65 - Processo nº: 18050.004723/2008-13 - Recorrente: FEDERACAO BAHIANA DE FUTEBOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo nº: 15956.720067/2011-11 - Recorrente: ROMASUL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 14485.003282/2007-91 - Recorrente: ASSOC PRINCESA ISABEL DE EDUC E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI
Presidente da Turma

CLAUDIA DOLORES ROSA
Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 10 de dezembro de 2013
(Publicado no DOU de 11-12-2013)

Nº 252 -

PROTOCOLO ICMS 141, de 6 de dezembro de 2013(*)

Altera o Protocolo ICMS 91/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos.

Os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) e no art. 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto nos Convênios ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, e 70/97, de 25 de julho de 1997, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os itens 5, 11, 15, 23 e 27 do Anexo Único do Protocolo ICMS 91/09, de 23 de julho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
"5.	85.17	Aparelhos elétricos para telefonia; outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, incluídos os aparelhos para comunicação em redes por fio ou redes sem fio (tal como uma rede local (LAN) ou uma rede de área estendida (WAN)), incluídas suas partes, exceto os de uso automotivo e os das subposições 8517.62.51, 8517.62.52, 8517.62.53"
"11.	85.31	Aparelhos elétricos de sinalização acústica ou visual, exceto os previstos nos códigos 8531.10 e 8531.80.00 - Exceto os de uso automotivo"
"15.	8534.00	Circuitos impressos - Exceto os de uso automotivo"
"23.	85.44 76.05 76.14	Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados ou não, para usos elétricos (incluídos os de cobre ou alumínio, envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; fios e cabos telefônicos e para transmissão de dados; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão; cordas, cabos, tranças e semelhantes, de alumínio, não isolados para uso elétricos - Exceto para uso automotivo"
"27.	90.32 9033.00.00	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos, suas partes e acessórios - exceto os classificados na posição 9032.89.2, os de uso automotivo e os reguladores de voltagem eletrônicos classificados na posição 9032.89.11"

Cláusula segunda Fica acrescentado o item 35 ao Anexo Único do Protocolo ICMS 91/09, de 23 de julho de 2009:

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
"35.	85.32	Condensadores elétricos, fixos, variáveis ou ajustáveis"

Cláusula terceira Este Protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir:

I - do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação, nas operações destinadas ao Estado de São Paulo;

II - da data prevista em Decreto do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, nas operações destinadas a este Estado.

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 240, de 11-12-2013, Seção 1, página 41, com incorreção no original.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 19 de dezembro de 2013

Publica atualização do Roteiro de Análise do SAT, referido no Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT.

Nº 260 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 2º do Ato COTEPE/ICMS nº 06, de 13 de março de 2012, publica atualização do Roteiro de Análise do SAT.

O Roteiro atualizado estará disponível no site do CONFAZ, endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/confaz, identificado como Roteiro_Analise_SAT_v_1_1_6.pdf e terá como chave de codificação digital a sequência C09477D046EA0C5743F39A1807B897EB obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5.

Publica o Credenciamento de Empresa Fabricante - Convertedora de Bobina de Papel para uso em equipamento ECF.

Nº 261 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento deste Conselho, e em cumprimento ao disposto no art. 11 do Ato COTEPE ICMS 4/10, de 11 de março de 2010, publica o credenciamento das empresas fabricantes - convertedoras a seguir identificadas para fabricação de bobinas de papel para uso em equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF:

DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	CNPJ	INSC. ESTADUAL
Veríssimo Coelho de Souza Fernandes	Rua Leite de Barros, 70 - Bairro do Limão São Paulo-SP CEP: 02558-040	11.451.590/0001-95	148.953.597.110
R.A. da Silva - Suprimentos - ME	Rua dos Palmares, 562 Jardim América Cruzeiro-SP CEP: 12702-000	07.636.516/0001-76	282.075.190.112
A K C Barros	Rua Governador Silvestre Pericles, 375 C, Brasilia, Arapiraca/AL CEP: 57313-390	17.189.492/0001-08	24276830-0

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 262 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Carsoft Sistemas Ltda EPP	10.592.434/0001-81	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3512013, nome: CTC - ContaCerta - SN, versão: 8.3.1.0, código MD-5: 41EC9931BCF7EAF582D0325F403C312D *ctc_paf
Carsoft Sistemas Ltda EPP	10.592.434/0001-81	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3482013, nome: CTC - CONTA CERTA, versão: 8.3.0.0, código MD-5: 00394F812440661F902EE460F09D69DC *ctc_paf
Rensoftware Desenvolvimento de Sistema Ltda	02.277.201/0001-66	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3452013, nome: SUPERSCE, versão: 4.3.2, código MD-5: BB25823AE7F51189357753F1091BA7E8 *SCEW
Prodata Informática e Cadastro Ltda	22.058.192/0001-20	Laudo de Análise Funiconal de PAF-ECF número: POL3492013, nome: PROECF, versão: 2.5.0, código MD5: 56DC520CE266082BAEE373B1FB064CC4 * PROECF
Prodata Informática e Cadastro Ltda	22.058.192/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3502013, nome: PPPF, versão: 2.05.00, código MD-5: F9A9201E1946955D1B74A9EE231F326D *PPPF
Murilo Farias de Melo Junior - Me	01.031.894/0001-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2912013, nome: Mirage - Módulo PDV, versão: 1.0.4.2, código MD-5: 18C4676425778D8FDEB8B938C724F526 *PDV
PDV NET LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA-EP	06.910.563/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3552013, nome: PDVNET, versão: 02.00, código MD-5: 0FFC8EEF0183A2A51A325B36C320FFEA *PDVECF
Brasildata Ltda	03.866.392/0001-64	Laudo de Análise Funiconal de PAF-ECF número: POL3252013, nome: MEGA PDV, versão: 1.0, código MD5: AC6101A7C88D0E3DC70EBE616F4989EE * MEGAPDV
RAMILSON DA SILVA RAMOS	01.960.380/0001-79	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3052013, nome: SPPAFECF, versão: 2.0, código MD-5: 1A6369307B3815BB6008BE9AF0F6D9BB *SPPAFECF
JGS Automação Comercial Ltda	03.358.010/0001-91	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3402013, nome: JGS FRENTE DE CAIXA, versão: 3.0, código MD-5: 0B4A0304F7A3B83653E6A9E318EB15F1 *MRP0M500X
Claudia Lúcia Gurgel Barbosa ME	05.213.425/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3582013, nome: Autocom PDV, versão: 3.1.1.1, código MD-5: BCB0D7B1B4C259AECD539273E1CDADB9 *PDV
BRUNO VINICIUS FLORENCIO 06440451405	15.500.066/0001-18	Laudo de Análise Funiconal de PAF-ECF número: POL2952013, nome: CONTROL PDV, versão: 2.0, código MD5: 819F634F7FC88DF98FD3CEF8EBAB4609 *CONTROL_PDV
VICTOR HUGO CALDAS MARINHO 08732459467	15.760.320/0001-17	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2802013, nome: WEBFLITS, versão: 1.001, código MD-5: 0FA29EE0C2C91C805BCDCDAAD12D4548 *caixa

2. Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SGBR SISTEMAS	17.089.484/0001-90	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: URB0322013, nome: SG Master, versão: 2014, código MD-5: 3969b29d0f41b85c66666c6b6ea81d07 *MasterPDV
SMALLSOFT TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA EIRELI	07.426.598/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: URB0342013, nome: Small Commerce, versão: 2014.0.0.4, código MD-5: eb11352f682e3b0addcadb9f937ac27d *frente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
HYPERSOFT INFORMATICA LTDA	05.975.981/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PSP0222013, nome: HyperSys, versão: 5.0, código MD-5: cfe7157fb02c84840710418 51dd8ff02

4. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
EBASE SISTEMAS EIRELI	05.730.744/0001-85	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FAE0092013, nome: ATIVO SIMPLES, versão: 1.03, código MD-5: F8632E98BFFF9358261E6ADC9FF36A16

5. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
UNISYSTEM INFORMATICA LTDA ME	04.388.600/0001-20	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UDB0142013, nome: UNIPDV, versão: 1.01.000, código MD-5: 62327CBDFDFF49E85495F540D8ADC23A

6. Universidade Federal do Piauí - UFPI

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
INFOCOMPANY INFORMÁTICA E CIA LTDA	00.173.679/0001-10	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UPI0082013, nome: xCompany, versão: 3.0, código MD-5: 14F122EB46188DEFB93EBC384D9850CF

7. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Alterdata Tecnologia em Informática LTDA	36.462.778/0001-60	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FSO0362013, nome: PDV Alterdata, versão: 6.1353, código MD-5: f3854cfeca7e08aa92a477cba73613e1

8. Fundação Percival Farquhar - FPF

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
QUALITY NET COM E TEC LTDA	05.141.349/0001-67	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FPF0202013, nome: Matrinet ECF, versão: 2.0, código MD-5: 5a5c67aa01ec752c8aee301dd1319c0a

9. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

SOFTNIELS LTDA ME	07.383.521/0001-14	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNO1322013, nome: ONIX ECF, versão: 1, código MD-5: 7C2EE83D3028B1A352FFC46EDD42C376 - ONIX_ECF

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 263 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Poligonsoft Soluções Tecnológicas Ltda	12.085.491/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL3292013, nome: POLIGONSOFT PDV, versão: 2014.01, código MD-5: a60fee4042f0ff7275ec8d2e074a27f9 *PDV2010

2. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MNT AUTOMAÇÃO COMERCIAL LTDA	02.558.267/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0422013, nome: AUTOIMP, versão: 4.0, código MD-5: B2A4205EC50BF2F0E6CF6DD3BD7FA29D
GERENCIAL SOFTWARE LTDA	07.536.439/0001-82	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0402013, nome: GERENCIAL SOFTWARE, versão: 13.0, código MD-5: aec10617159cafc16e3f25bd32b96ec8

3. Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
BKS SISTEMAS E CONSUTORIA LTDA	73.851.198/0001-90	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: URB0352013, nome: BKS, versão: 2.02, código MD-5: d241dc79e1a401314de08e534a9191ce *Mago
SOFTECSUL TECNOLOGIA LTDA	73.922.916/0001-72	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: URB0332013, nome: Company, versão: 8.8, código MD-5: 2b0418c36d78b34446763f281530054b *Company

4. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PSP0262013, nome: P2K-ELETRO, versão: 06.00.00, código MD-5: 53F85BB119455096ACDC7FBB4675FAC7

5. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0312013, nome: D-PDV LINUX, versão: 02.0.9, código: MD-5: af7dc509019ee6f128539125abf4fa57 *dpdv

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 264 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que estão habilitadas a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) os seguintes estabelecimentos:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
MARIA VALDEISA BARBOSA TORRES - EPP	07.158.485/0001-95	R Tristao Goncalves, nº 317 - Centro Crato - CE CEP: 63.100-100
AILTON MARCIEL DE SOUZA - ME	03.835.206/0001-20	R Silvestre Goncalves, 91 - 1 e 2 Piso, Sala 01 - Centro Taua - CE CEP: 63.660-000
BR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A	16.564.682/0001-03	Rua Wilhelm Winter, 301 (parte) - Distrito Industrial Jundiaí - SP CEP: 13.213-907
R. ALVES MEIRELES	01.453.433/0001-65	Rua Cel. Virgilio Correia, 42 Loja G - Magno Center Centro Iguatu - CE CEP: 63.500-035

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVES DIAS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA	07.896.847/0001-45	Av. Dom João VI, 503 Brotas Salvador/BA CEP: 40.285-000

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Anexo único do Ato COTEPE/ICMS 49/13, de 21 de novembro de 2013, publicado no DOU de 27 de novembro de 2013, Seção 1, pág. 73.

onde se lê:

"...

65	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	66.970.229/0001-67	São Paulo - SP	AL, AM, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO

...";

leia-se:

"...

65	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	66.970.229/0001-67	São Paulo - SP	AL, AM, AP, BA CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, MS,, PA, PR, PE, PI, PB, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP e TO

...";

onde se lê:

"...

67	OI MÓVEL S/A	05.423.963/0001-11	Rio de Janeiro - RJ	AC, AL, AM, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO

...";

leia-se:

"...

67	OI MÓVEL S/A	05.423.963/0001-11	Brasília - DF	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MS, MG, MT, PA, PB, PE, PR, PI, , RN, RO, RJ, RR, RS, SC, SE, SP e TO

...";

onde se lê:

"...

68	OI S/A	76.535.764/0001-43	Rio de Janeiro - RJ	AC, AL, AM, AP, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO

...";

leia-se:

"...

68	OI S/A	76.535.764/0001-43	Rio de Janeiro - RJ	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MS, MT, MA, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO

...";

No Convênio ICMS 174/13, de 6 de dezembro de 2013, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2013, Seção 1, pág. 35:

a) Na ementa:

onde se lê:

"... optantes pelo Simples Nacional juros e multa incidentes sobre os créditos..."

leia-se:

"... optantes pelo Simples Nacional multa incidente sobre os créditos..." ;

b)no § 1º da cláusula primeira:

onde se lê:

"... previstas nesta cláusula aplicam-se aos fatos geradores..."

leia-se:

" ... prevista nesta cláusula aplica-se aos fatos geradores..." ;

c)no § 2º da cláusula primeira:

onde se lê:

"... A anistia previstas ficam condicionadas à adesão do contribuinte..."

leia-se:

" ... A anistia prevista fica condicionada à adesão do contribuinte...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.420, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos de que trata o caput deverão ser assinados digitalmente, utilizando-se de certificado de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

Art. 3º Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

I - as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no lucro real;

II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; e

III - as pessoas jurídicas imunes e isentas.

§ 1º Fica facultada a entrega da ECD às demais pessoas jurídicas.

§ 2º As declarações relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) exigidas das pessoas jurídicas que tenham apresentado a ECD, em relação ao mesmo período, serão simplificadas, com vistas a eliminar eventuais redundâncias de informação.

Art. 4º A ECD deverá ser submetida ao Programa Validador e Assinador (PVA), especificamente desenvolvido para tal fim, a ser disponibilizado na página da RFB na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br/sped>, contendo, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

I - validação do arquivo digital da escrituração;

II - assinatura digital;

III - visualização da escrituração;

IV - transmissão para o Sped; e

V - consulta à situação da escrituração.

Art. 5º A ECD será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração.

§ 1º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

§ 2º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

§ 3º A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no § 1º, não se aplica à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 4º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorridos de janeiro a maio do ano da entrega da ECD para situações normais, o prazo de que trata o § 1º será até o último dia útil do mês de junho do referido ano.

Art. 6º A apresentação dos livros digitais, nos termos desta Instrução Normativa e em relação aos períodos posteriores a 31 de dezembro de 2007, supre:

I - em relação às mesmas informações, a exigência contida na Instrução Normativa SRF no 86, de 22 de outubro de 2001, e na Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20 de junho de 2006.

II - a obrigatoriedade de escriturar o Livro Razão ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário, prevista no art. 14 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991.

III - a obrigatoriedade de transcrever no Livro Diário o Balancete ou Balanço de Suspensão ou Redução do Imposto, de que trata o art. 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, disciplinada na alínea "b" do § 5º do art. 12 da Instrução Normativa SRF nº 93, de 24 de dezembro de 1997.

Art. 7º As informações relativas à ECD, disponíveis no ambiente nacional do Sped, serão compartilhadas com os órgãos e entidades de que tratam os incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 6.022, de 2007, no limite de suas respectivas competências e sem prejuízo da observância à legislação referente aos sigilos comercial, fiscal e bancário, nas seguintes modalidades de acesso:

I - integral, para cópia do arquivo da escrituração;

II - parcial, para cópia e consulta à base de dados agregados, que consiste na consolidação mensal de informações de saldos contábeis e nas demonstrações contábeis.

Parágrafo único. Para o acesso previsto no inciso I do caput, o órgão ou a entidade deverá ter iniciado procedimento fiscal ou equivalente, junto à pessoa jurídica titular da ECD.

Art. 8º O acesso ao ambiente nacional do Sped fica condicionado a autenticação mediante certificado digital credenciado pela ICP-Brasil, emitido em nome do órgão ou entidade de que trata o art. 7º.

§ 1º O acesso previsto no caput também será possível às pessoas jurídicas em relação às informações por elas transmitidas ao Sped.

§ 2º O ambiente nacional do Sped manterá o registro dos eventos de acesso, pelo prazo de 6 (seis) anos, contendo, no mínimo:

a) identificação do usuário;

b) autoridade certificadora emissora do certificado digital;

c) número de série do certificado digital;

d) data e a hora da operação; e

e) tipo da operação realizada, de acordo com o art. 7º.

Art. 9º As informações sobre o acesso à ECD pelos órgãos e entidades de que trata o art. 7º ficarão disponíveis para a pessoa jurídica titular da ECD, em área específica no ambiente nacional do Sped, com acesso mediante certificado digital.

Art. 10. A não apresentação da ECD nos prazos fixados no art. 5º, ou a sua apresentação com incorreções ou omissões, acarretará aplicação, ao infrator, das multas previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 11. A Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) editará as normas complementares a esta Instrução Normativa, em especial:

I - as regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos;

II - as tabelas de código internas ao Sped; e

III - as fichas de lançamento de que trata o inciso III do art. 2º.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.421, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, que dispõe sobre o registro especial a que estão obrigados os fabricantes e importadores de cigarros, bem assim sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 46 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, no Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos arts. 45 a 54 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e nos arts. 284 a 322 e 330 a 335 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), resolve:

Art. 1º Os arts. 3º, 7º, 11, 17 e 60 da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

II - possuir, na data do pedido, capital social integralizado de valor não inferior a:

a) R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), quando se tratar de estabelecimento fabricante de cigarros; ou

b) R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), quando se tratar de estabelecimento fabricante de cigarrilhas;

....." (NR)

"Art. 7º .....

.....

IV - a pessoa jurídica requerente possuir no seu quadro societário:

a) pessoa física que tenha participado, na qualidade de sócio, diretor, gerente ou administrador, de pessoa jurídica que teve registro especial cancelado nos últimos 5 (cinco) anos-calendário, contados da data da protocolização do pedido de registro especial de que trata o art. 4º;

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, das pessoas físicas mencionadas na alínea "a";

c) pessoa jurídica que teve registro especial cancelado nos últimos 5 (cinco) anos-calendário, contados da data da protocolização do pedido de registro especial de que trata o art. 4º." (NR)

"Art. 11. .....

.....

III - prática de conluio ou fraude, como definidos na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, ou de crime contra a ordem tributária previsto na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, ou de crime de falsificação de selos de controle previsto no art. 293 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, ou de qualquer outra infração cuja tipificação decorra do descumprimento de normas reguladoras da produção, importação e comercialização de cigarros, depois da decisão transitada em julgado.

.....

§ 10. Para fins de caracterização da infração descrita no inciso II do caput, deverão ser consideradas as seguintes práticas reiteradas por parte da pessoa jurídica detentora do registro especial:

I - comercialização de cigarros sem a emissão de nota fiscal;

II - não recolhimento ou recolhimento de tributos menor que o devido; e

III - omissão ou erro nas declarações de informações exigidas pela RFB.

§ 11. Para fins do disposto no § 10 considera-se prática reiterada a reincidência no cometimento das infrações ali elencadas, independentemente de ordem ou cumulatividade.

§ 12. A caracterização das práticas descritas nos incisos II e III do caput, para fins de cancelamento do registro especial, independe da prova de regularidade fiscal da pessoa jurídica perante a Fazenda Nacional.

§ 13. Fica vedada:

I - a concessão de novo registro especial, pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário, a fabricantes e importadores que tiveram o registro especial cancelado; e

II - a produção e importação de marcas de cigarros anteriormente comercializadas por fabricantes ou importadores que tiveram o registro especial cancelado." (NR)

"Art. 17. .....

.....

V - saídos do estabelecimento industrial para exportação ou em operação equiparada a exportação." (NR)

"Art. 60. .....

.....

§ 2º .....

.....

III - produzidos ou importados em desacordo com o disposto no inciso II do § 13 do art. 11.

....." (NR)

Art. 2º A alteração dos valores de capital social integralizado de que trata o inciso II do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 770, de 2007, não se aplica:

I - aos pedidos de registro especial protocolados nesta Secretaria até a data de publicação desta Instrução Normativa;

II - aos detentores de registro especial na data de publicação desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados a alínea "b" do inciso I do art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 770, de 2007, e o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.155, de 13 de maio de 2011.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.422, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos §§ 2º e 3º do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e nos arts. 15 a 17 e 24 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2014, todas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, deverão apresentar a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) de forma centralizada pela matriz.

§ 1º No caso de pessoas jurídicas que foram sócias ostensivas de Sociedades em Conta de Participação (SCP), a ECF deverá ser transmitida separadamente, para cada SCP, além da transmissão da ECF da sócia ostensiva.

§ 2º A obrigatoriedade a que se refere este artigo não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e

III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB no 1.306, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 2º O sujeito passivo deverá informar, na ECF, todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), especialmente quanto:

I - à recuperação do plano de contas contábil e saldos das contas, para pessoas jurídicas obrigadas a entregar a Escrituração Contábil Digital (ECD) relativa ao mesmo período da ECF;

II - à recuperação de saldos finais da ECF do período imediatamente anterior, quando aplicável;

III - à associação das contas do plano de contas contábil recuperado da ECD com plano de contas referencial, definido pela Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), por meio de Ato Declaratório Executivo (ADE);

IV - ao detalhamento dos ajustes do lucro líquido na apuração do Lucro Real, mediante tabela de adições e exclusões definida pela Cofis, por meio de Ato Declaratório Executivo;

V - ao detalhamento dos ajustes da base de cálculo da CSLL, mediante tabela de adições e exclusões definida pela Cofis, por meio de Ato Declaratório Executivo;

VI - aos registros de controle de todos os valores a excluir, adicionar ou compensar em exercícios subsequentes, inclusive prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL; e

VII - aos registros, lançamentos e ajustes que forem necessários para a observância de preceitos da lei tributária relativos à determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, quando não devam, por sua natureza exclusivamente fiscal, constar da escrituração comercial, ou sejam diferentes dos lançamentos dessa escrituração.

Art. 3º A ECF será transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira.

§ 1º A ECF deverá ser assinada digitalmente mediante utilização de certificado digital válido.

§ 2º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECF deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

§ 3º A obrigatoriedade de entrega da ECF, na forma prevista no § 2º, não se aplica à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 4º Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, ocorrido de janeiro a maio junho do ano-calendário, o prazo de que trata o § 2º será até o último dia útil do mês de julho do referido ano, mesmo prazo da ECF para situações normais relativas ao ano-calendário anterior.

§ 5º O prazo para entrega da ECF será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia fixado para entrega da escrituração.

Art. 4º O Manual de Orientação do Leiaute da ECF, contendo informações de leiaute do arquivo de importação, regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos, tabelas de códigos utilizadas e regras de retificação da ECF, será divulgado pela Cofis por meio de Ato Declaratório Executivo publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 5º As pessoas jurídicas ficam dispensadas, em relação aos fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) e da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

Art. 6º A não apresentação da ECF nos prazos fixados no art. 2º, ou a sua apresentação com incorreções ou omissões, acarretará aplicação, ao infrator, das multas previstas no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 1.353, de 30 de abril de 2013, e os arts. 4º, 5º e 19 e o inciso II do art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.423, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova o programa gerador da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed 2014).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 985, de 22 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o programa gerador da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed 2014), nos termos desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O programa de que trata o caput deverá ser utilizado para apresentação das informações relativas ao ano-calendário 2013, bem como das informações relativas ao ano-calendário 2014, nos casos de extinção de pessoa jurídica decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total.

Art. 2º A Dmed 2014 será apresentada pela matriz da pessoa jurídica, contendo as informações de todos os seus estabelecimentos.

§ 1º A assinatura digital, efetivada mediante certificado digital válido, é obrigatória para a transmissão da Declaração, exceto para optantes pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

§ 2º O Programa Gerador da Dmed 2014 (PGD Dmed 2014) gera um arquivo contendo declaração em condições de transmissão à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

§ 3º Cada arquivo gerado conterá somente uma declaração.

§ 4º Durante a transmissão, a Dmed 2014 será submetida a validações que poderão impedir sua entrega.

§ 5º O recibo de entrega da Dmed 2014 será gravado somente nos casos de validação sem erros.

§ 6º A transmissão da Dmed 2014, na forma prevista no § 1º, possibilitará ao declarante acompanhar o processamento da declaração por meio do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (eCAC), disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br >.

Art. 3º A Dmed 2014, contendo informações relativas ao ano-calendário de 2013, deverá ser apresentada até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia útil do mês de março de 2014.

§ 1º No caso de extinção decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total ocorrida no ano-calendário de 2014, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Dmed 2014 relativa ao ano-calendário de 2014 até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento, exceto quando o evento ocorrer no mês de janeiro, caso em que a Dmed 2014 poderá ser entregue até o último dia útil do mês de março de 2014.

§ 2º Para alterar a Dmed 2014 já apresentada à RFB, é necessário apresentar Dmed 2014 retificadora, que deverá conter todas as informações anteriormente declaradas, alteradas ou não, exceto as que o declarante pretenda excluir, e todas as informações a serem adicionadas.

§ 3º Depois da entrega, a Dmed 2014 será classificada em uma das seguintes situações:

I - "Em Processamento", indicando que a declaração foi entregue e que o processamento ainda está sendo realizado;

II - "Aceita", indicando que o processamento da declaração foi encerrado com sucesso;

III - "Rejeitada", indicando que durante o processamento foram detectados erros e que a declaração deverá ser retificada;

IV - "Retificada", indicando que a declaração foi substituída integralmente por outra; ou

V - "Cancelada", indicando que a declaração foi cancelada, encerrando todos os seus efeitos legais.

Art. 4º O programa de que trata o art. 1º é de reprodução livre e estará disponível a partir de 2 de janeiro de 2014, no sítio da RFB na Internet, no endereço informado no § 6º do art. 2º.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.424, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e a Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, no que se refere à suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e do IPI pelas pessoas jurídicas preponderantemente exportadoras.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, no § 5º do art. 17 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, no art. 4º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, no art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º O art. 9º da Instrução Normativa SRF nº 595, de 27 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"Art. 9º .....

.....

II - venda no mercado interno da MP, do PI e do ME;

III - furto, roubo, inutilização, deterioração, destruição em sinistro ou incorporação a produto que tenha tido um desses fins; e

IV - venda no mercado interno de produto ao qual tenham sido incorporados a MP, o PI ou o ME.

....." (NR)

Art. 2º O art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. O direito à aquisição ou à importação com suspensão do IPI, de que tratam os arts. 5º, 6º, 11, 12, 13 e 21 desta Instrução Normativa, pelos adquirentes que atendam aos requisitos da preponderância, aplica-se somente a matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que forem utilizados no processo produtivo dos respectivos estabelecimentos." (NR)

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os incisos I a IV do art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.425, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Instrução Normativa SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001, que dispõe sobre as declarações de espólio, e a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 165, 168, 169 e 170 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, nos §§ 15 e 18 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no § 2º do art. 57-A da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nos arts. 15 e 16 da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, nos arts. 7º, 8º e 15, IV, da Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, no art. 20 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, no art. 1º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, no § 6º do art. 31 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e no inciso III do § 1º do art. 15 do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Os arts. 3º, 21, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 42, 49, 50, 51, 53, 54, 61, 77, 85 e 113 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 7º .....

I - havendo outros bens e direitos sujeitos a inventário ou arrolamento:

a) mediante alvará judicial expedido pela autoridade judicial; ou

b) mediante escritura pública expedida no processo extrajudicial de inventário;

II - não havendo bens ou direitos sujeitos a inventário ou arrolamento, ao cônjuge, companheiro, filho e demais dependentes do contribuinte falecido, nos termos do art. 13 do Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986, e do art. 34 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; ou

III - não havendo bens ou direitos sujeitos a inventário ou arrolamento e não sendo aplicável o disposto no inciso II, mediante alvará judicial expedido pela autoridade judicial ou escritura pública expedida no processo extrajudicial de inventário.

§ 7º -A Para fins do disposto no inciso II do § 7º, considera-se dependente do contribuinte falecido a pessoa habilitada na forma da legislação previdenciária ou militar.

....." (NR)

"Art. 21 . .....

§ 1º .....

.....

II - créditos decorrentes de estímulos fiscais na área do IPI a que se refere o art. 1º da Portaria MF nº 134, de 18 de fevereiro de 1992;

III - créditos do IPI passíveis de transferência a filial atacadista nos termos do item "6" da Instrução Normativa SRF nº 87, de 21 de agosto de 1989; e

IV - créditos presumidos do IPI de que tratam os incisos III a VIII do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, apurados pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica habilitada ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - Inovar-Auto, nos termos do art. 15 do mesmo Decreto.

.....

§ 3º .....

.....

II - os créditos presumidos de IPI a que se refere o inciso I do § 1º, escriturados no trimestre-calendário, excluídos os valores recebidos por transferência da matriz;

III - o crédito presumido de IPI de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997; e

IV - os créditos presumidos de IPI de que tratam os incisos III a VIII do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 2012, na forma prevista nesta Instrução Normativa, nos termos do art. 15 do mesmo Decreto.

....." (NR)

"Art. 27 . .....

I - às receitas resultantes das operações de exportação de mercadorias para o exterior, prestação de serviços a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas, e vendas a empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação;

II - às vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência; ou

III - às receitas decorrentes da venda de álcool, inclusive para fins carburantes, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013." (NR)

.....

§ 3º O disposto nos incisos II e III do caput aplica-se aos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação apurados na forma do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, observado o disposto no art. 16 da mesma Lei.

.....

§ 7º O disposto no inciso III do caput aplica-se exclusivamente aos créditos apurados entre 11 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2016." (NR)

"Art. 28 . .....

.....

V - no art. 5º da Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012;

VI - no art. 6º da Lei nº 12.599, de 2012, vinculados a exportação;

VII - no art. 15 da Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013, vinculados a exportação; e

VIII - no art. 31 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. " (NR)

"Art. 29 . O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, em relação aos bens classificados nos códigos 01.02, 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29 da NCM, vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existentes em 14 de outubro de 2009, poderá ser objeto de ressarcimento.

....." (NR)

"Art. 31 . .....

.....

VI - de que trata o art. 58-R da Lei nº 10.833, de 2003;

VII - apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000; e

VIII - de que trata o art. 1º da Lei nº 12.859, de 2013." (NR)

"Art. 32 . O pedido de ressarcimento a que se referem os arts. 27 a 30 será efetuado mediante a utilização do programa PER/DCOMP ou, na impossibilidade de sua utilização, mediante formulário acompanhado de documentação comprobatória do direito creditório.

.....???.....?....." (NR)

"Art. 35 . .....

.....

§ 9º O Reintegra será aplicado às exportações realizadas até 31 de dezembro de 2013." (NR)

"Art. 42 . O crédito do sujeito passivo, para com a Fazenda Nacional, que exceder ao total dos débitos por ele compensados mediante a entrega da Declaração de Compensação somente será restituído ou ressarcido pela RFB caso tenha sido requerido pelo sujeito passivo mediante pedido de restituição ou pedido de ressarcimento formalizado dentro do prazo previsto no art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN)." (NR)

"Art. 49 . .....

.....

II - custos, despesas e encargos vinculados às vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência;

III - aquisições de embalagens para revenda pelas pessoas jurídicas comerciais a que se referem os §§ 3º e 4º do art. 51 da Lei nº 10.833, de 2003, desde que os créditos tenham sido apurados a partir de 1º de abril de 2005; ou

IV - custos, despesas e encargos vinculados às receitas decorrentes da venda de álcool, inclusive para fins carburantes, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.859, de 2013.

§ 1º A compensação a que se refere este artigo será efetuada pela pessoa jurídica na forma prevista no § 1º do art. 41.

.....

§ 4º O disposto nos incisos II e IV do caput aplica-se aos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação apurados na forma do art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, observado o disposto no art. 16 da mesma Lei.

.....

§ 6º A compensação dos créditos de que tratam os incisos II a IV do caput e o § 4º poderá ser efetuada somente depois do encerramento do trimestre-calendário.

.....

§ 10. A compensação de créditos de que tratam os incisos I, II e IV do caput e o § 4º, efetuada depois do encerramento do trimestre-calendário, deverá ser precedida do pedido de ressarcimento formalizado de acordo com o art. 32.

.....

§ 16. O disposto no inciso IV do caput aplica-se exclusivamente aos créditos apurados entre 11 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2016." (NR)

"Art. 50 . .....

.....

V - no art. 5º da Lei nº 12.599, de 2012;

VI - no art. 6º da Lei nº 12.599, de 2012, vinculados à exportação;

VII - no art. 15 da Lei nº 12.794, de 2013, vinculados à exportação; e

VIII - no art. 31 da Lei nº 12.865, de 2013.

....." (NR)

"Art. 51 . O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, em relação aos bens classificados nos códigos 01.02, 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29 da NCM, vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existentes em 14 de outubro de 2009, poderá ser objeto de compensação.

....." (NR)

"Art. 53 . Às compensações dos créditos de que tratam os arts. 49-A a 52 aplica-se o disposto nos §§ 1º e 11 a 13 do art. 49." (NR)

"Art. 54 . .....

.....

VI - de que trata o art. 58-R da Lei nº 10.833, de 2003;

VII - apurados na forma do art. 3º da Lei nº 10.147, de 2000; e

VIII - de que trata o art. 1º da Lei nº 12.859, de 2013." (NR)

"Art. 61 . A restituição e o ressarcimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a restituição de pagamentos efetuados mediante DARF e GPS cuja receita não seja administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil será efetuada depois de verificada a ausência de débitos em nome do sujeito passivo credor perante a Fazenda Nacional.

.....

§ 1º -A A compensação de ofício de débito parcelado restringe-se aos parcelamentos não garantidos.

....." (NR)

"Art. 77 . É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão que indeferiu seu pedido de restituição, ressarcimento ou reembolso ou, ainda, da data da ciência do despacho que não homologou a compensação por ele efetuada, apresentar manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido ou a não homologação da compensação.

.....

§ 6º Ocorrendo manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido de ressarcimento ou contra a não homologação da compensação e impugnação da multa de ofício respectiva, a que se referem os arts. 36 e 45, as peças serão reunidas em um único processo para serem decididas simultaneamente.

§ 6º -A No caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação, fica suspensa a exigibilidade da multa de ofício de que trata o inciso I do § 1º do art. 45, ainda que não impugnada essa exigência.

..... " (NR)

"Art. 85 . .....

.....

§ 3º Quando a restituição for devida a contribuinte residente no exterior que não possua conta bancária no Brasil, o pagamento será efetuado a pessoa indicada em instrumento público de procuração.

§ 4º Quando a restituição for devida a contribuinte incapaz que não possua conta bancária no Brasil, o pagamento será efetuado a seu representante legal, que deverá apresentar documentação comprobatória dessa condição." (NR)

"Art. 113 . .....

.....

§ 3º A RFB caracterizará como impossibilidade de utilização do programa PER/DCOMP a ausência de previsão da hipótese de restituição, de ressarcimento, de reembolso ou de compensação no aludido programa, bem como a existência de falha no programa que impeça a geração do Pedido Eletrônico de Restituição, do Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou da Declaração de Compensação.

..... " (NR)

Art. 2º Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 2012, fica acrescida dos arts. 27-A, 29-A, 29-B, 49-A, 51-A e 51-B:

"Art. 27-A . Os créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados nos termos dos arts. 57 e 57-A, caput e § 2º, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que não puderem ser utilizados no desconto de débitos das respectivas Contribuições, poderão ser objeto de ressarcimento, somente depois do encerramento do trimestre-calendário, se decorrentes:

I - de aquisição ou importação de nafta petroquímica pelas centrais petroquímicas;

II - de aquisição de etano, propano, butano, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves de refino pelas centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo na produção de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno; e

III - de aquisição eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno pelas indústrias químicas para serem utilizados como insumo produtivo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente aos créditos apurados a partir de 8 de maio de 2013."

"Art. 29-A . O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, em relação aos bens classificados no código 0805.10.00 da Tipi, vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existentes em 21 de setembro de 2012, poderá ser objeto de ressarcimento.

Parágrafo único. O ressarcimento do saldo de créditos presumidos de que trata o caput poderá ser solicitado somente para créditos apurados até 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido."

"Art. 29-B . O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, em relação aos bens classificados nos códigos 01.04, 02.04 e 0206.80.00 da NCM, vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existentes em 8 de março de 2013, poderá ser objeto de ressarcimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. O ressarcimento do saldo de créditos presumidos de que trata o caput poderá ser solicitado somente para créditos apurados até 5 (cinco) anos anteriores, contados da data do pedido."

"Art. 49-A . Os créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados nos termos dos arts. 57 e 57-A, caput e § 2º, da Lei nº 11.196, de 2005, que não puderem ser utilizados no desconto de débitos das respectivas contribuições até o final de cada trimestre-calendário, poderão sê-lo na compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos de que trata esta Instrução Normativa, desde que os créditos tenham sido apurados a partir de 8 de maio de 2013 e sejam decorrentes:

I - de aquisição ou importação de nafta petroquímica pelas centrais petroquímicas;

II - de aquisição de etano, propano, butano, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves de refino pelas centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo na produção de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno; e

III - de aquisição eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno pelas indústrias químicas para serem utilizados como insumo produtivo.

Parágrafo único. A compensação a que se refere este artigo deverá ser precedida de pedido de ressarcimento formalizado de acordo com o art. 32."

"Art. 51-A . O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, em relação aos bens classificados no código 0805.10.00 da Tipi, vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existentes em 21 de setembro de 2012, poderá ser objeto de compensação.

§ 1º A compensação do saldo de créditos presumidos de que trata o caput poderá ser declarada somente para créditos apurados até 5 (cinco) anos anteriores contados da data do pedido.

§ 2º A compensação do saldo de créditos de que trata este artigo deverá ser precedida do pedido de ressarcimento formalizado de acordo com o art. 32."

"Art. 51-B . O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, em relação aos bens classificados no código 01.04, 02.04 e 0206.80.00 da NCM, vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, existentes em 8 de março de 2013, poderá ser objeto de compensação.

§ 1º A compensação do saldo de créditos presumidos de que trata o caput poderá ser declarada somente para créditos apurados até 5 (cinco) anos anteriores contados da data do pedido.

§ 2º A compensação do saldo de créditos de que trata este artigo deverá ser precedida do pedido de ressarcimento formalizado de acordo com o art. 32."

Art. 3º Ficam revogados os incisos II, III e V do art. 31 e os incisos II, III e V do art. 54 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 2012.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

PORTARIA Nº 1.844, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a dispensa de apresentação de procuração com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que especifica.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Fica dispensada a apresentação de procuração com firma reconhecida junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, exceto quando:

I - houver dúvida fundada quanto à autenticidade do documento apresentado; e

II - existir imposição legal.

Art. 2º Verificada, em qualquer tempo, falsificação de assinatura em documento público ou particular, a repartição considerará não satisfeita a exigência documental e dará conhecimento do fato à autoridade competente, dentro do prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, para instauração do processo criminal.

Art. 3º No prazo de 60 (sessenta) dias deverão ser revogados expressamente todos os dispositivos normativos contrários ao disposto nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

PORTARIA Nº 1.850, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Portaria RFB nº 1.098, de 8 de agosto de 2013, que dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º O art. 13 da Portaria RFB nº 1.098, de 8 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. .....

.....

§ 2º A Solução de Consulta e a Solução de Divergência serão divulgadas na Internet, com exceção do número do e-processo, dos dados cadastrais do consulente ou de qualquer outra informação que permita a identificação do consulente e de outros sujeitos passivos.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Desliga o Banco Rural S/A da Rede Arrecadadora de Receitas Federais e da Rede Arrecadadora de Receitas Previdenciárias.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 297 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 479, de 29 de dezembro de 2000, nos arts. 11 e 14 da Portaria SRF nº 2.609, de 20 de setembro de 2001, e nos arts. 12 e 15 da Portaria RFB nº 1.976, de 19 de novembro de 2008, e considerando o que consta no Processo MF nº 10680.725086/2013-51, resolve:

Art. 1º Desligar da Rede Arrecadadora de Receitas Federais (Rarf) e da Rede Arrecadadora de Receitas Previdenciárias (Rarp) o Banco Rural S/A, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 927, 14º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 33.124.959/0001-98 e na Câmara Nacional de Compensação sob o nº 453, por estar sob liquidação extrajudicial e por não estar mais prestando, desde 5 de agosto de 2013, os serviços de arrecadação de receitas federais via Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e via Guia da Previdência Social (GPS).

Art. 2º Os valores relativos às receitas arrecadadas e ainda em poder da instituição financeira referida no art. 1º deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional na forma da Portaria MF nº 479, de 29 de dezembro de 2000, da Portaria SRF nº 2.609, de 20 de setembro de 2001, e da Portaria RFB nº 1.976, de 19 de novembro de 2008.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Desliga o Banco Schahin S/A da Rede Arrecadadora de Receitas Federais.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 297 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 479, de 29 de dezembro de 2000, e nos arts. 11 e 14 da Portaria SRF nº 2.609, de 20 de setembro de 2001, e considerando o que consta no Processo MF nº 16327.720509/2013-52, resolve:

Art. 1º Desligar da Rede Arrecadadora de Receitas Federais (Rarf) o Banco Schahin S/A, com sede na Rua Vergueiro, nº 2.009, Vila Mariana, São Paulo/SP, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 50.585.090/0001-06 e na Câmara Nacional de Compensação sob o nº 250, por haver solicitado seu desligamento e por não estar mais prestando, desde 31 de agosto de 2012, os serviços de arrecadação de receitas federais via Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Os valores relativos às receitas arrecadadas e ainda em poder da instituição financeira referida no art. 1º deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional na forma da Portaria MF nº 479, de 29 de dezembro de 2000, e da Portaria SRF nº 2.609, de 20 de setembro de 2001.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 368, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

Declara o Abandono de Mercadorias Apreendidas.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando o item 07, letra B da IN SRF nº 80, de 04 de novembro de 1981, art. 2º da Portara MF nº 159, de 03 de fevereiro de 2010 e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720603/2012-80.

DECLARA O ABANDONO das mercadorias discriminadas no Edital de Abandono e Guarda Fiscal nº 0130100/SAA-NA000024/2013, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 376, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013

Declara o Perdimento do Veículo Apreendido.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando o item 07, letra B da IN SRF nº 80, de 04 de novembro de 1981, Art. 104, inciso V, do Decreto-Lei n°37/66 e arts 2 3, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei n° 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art 688, inciso V, do Decreto nº 6.759/09; arts 94, 95, 96, inciso I, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts 23, 24, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts 673, 674, 675, inciso I, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759 /09. e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.720041/2013-55.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, o veículo (motocicleta) discriminada no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000093/2013 , do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MARCELA MARIA DE MATOS BARROS DA ROCHA

PORTARIA Nº 221, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

O Delegado Substituto da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria/MF nº 203, de 14.05.2012, publicada no DOU de 17.05.2012, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 068292009-10001180, emitida em nome de Milton Rodrigues da Silva, CEI 70.002.02457/60.

RODOLFO COSTA MARQUES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, e no art. 810 do Decreto nº 6.759 de 05/02/2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010, e o constante do processo nº 10120.730462/2013-75, declara:

Art. 1º- Inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a Srª. FERNANDA MENDES QUEIROZ, CPF nº 999.768.031-68.

Art. 2º- Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO DE PAULA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013**

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, e no art. 810 do Decreto nº 6.759 de 05/02/2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213 de 15/06/2010, e o constante do processo nº 10120.730391/2013-19, declara:

Art. 1º- Inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros o Sr. FERNANDO RODRIGUES DO NASCIMENTO, CPF nº 376.952.311-34.

Art. 2º- Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013**

Declara Inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona, por motivo de não ser localizada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 302 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 e artigo 82 da Lei nº 9.430/96 e inciso II do art. 37 c/c com inciso II e parágrafo 2º do art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, considerando ainda o que consta no processo nº 14751.720.434/2013-74, resolve declarar:

Art. 1º - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa CARLOS ALBERTO DA SILVA RESTAURANTE - ME (CNPJ nº 01.206.613/0001-42) por não ser localizada, conforme inciso II do artigo 37 e II do art. 39 da IN/RFB nº 1.183/2011 e registros constantes do processo acima indicado;

Art. 2º - Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 17/06/2013.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013**

Declara Inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona, por motivo de não ser localizada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 302 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 e artigo 82 da Lei nº 9.430/96 e inciso II do art. 37 c/c com inciso II e parágrafo 2º do art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, considerando ainda o que consta no processo nº 14751.720.447/2013-43, resolve declarar:

Art. 1º - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa RGM CONSTRUTORA LTDA (CNPJ nº 01.318.315/0001-44) por não ser localizada, conforme inciso II do artigo 37 e II do art. 39 da IN/RFB nº 1.183/2011 e registros constantes do processo acima indicado;

Art. 2º - Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 24/10/2012.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013**

Declara Inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona, por motivo de não ser localizada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 302 e inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 e artigo 82 da Lei nº 9.430/96 e inciso II do art. 37 c/c com inciso II e parágrafo 2º do art. 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, considerando ainda o que consta no processo nº 14751.720.468/2013-69, resolve declarar:

Art. 1º - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa NEGO EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA - ME (CNPJ nº 07.516.028/0001-25) por não ser localizada, conforme inciso II do artigo 37 e II do art. 39 da IN/RFB nº 1.183/2011 e registros constantes do processo acima indicado;

Art. 2º - Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir de 09/11/2013.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013**

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 243, da Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e no inciso VIII, do artigo 3º, da Portaria DRF/NAT nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica I. NORMAN A. DINIZ - EPP, CNPJ nº 35.644.665/0001-12, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal/RN, na Esplanada Silva Jardim, 83, Ribeira.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ABEL LUIZ TAVARES LOPES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE
SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 224, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO, Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005 e o que consta do processo nº 10480.734841/2013-45, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 726(setecentos e vinte e seis) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
CHIVAS REGAL 18 YEARS	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade 18 anos	726

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 225, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO, Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005 e o que consta do processo nº 10480.734840/2013-09, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 6.648(seis mil, seiscentos e quarenta e oito) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
BALLANTINES 12 YEARS	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 12 anos	6.648

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 226, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO, Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005 e o que consta do processo nº 10480.734839/2013-76, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 46.272(quarenta e seis mil, duzentos setenta e dois) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 03 anos	46.272

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 227, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO, Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005 e o que consta do processo nº 10480.734838/2013-21, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Autorizar o fornecimento de 26.064(vinte e seis mil e sessenta e quatro) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
CHIVAS REGAL 12 YEARS	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade 12 anos	26.064

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 228, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO, Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005 e o que consta do processo nº 10480.735240/2013-50, resolve:

1.Autorizar o fornecimento de 345.816 (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa DIAGEO BRASIL LTDA., CNPJ nº 62.166.848/0003-04, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/034, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
JW GOLD LABEL RESERVE	Caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	3.048
JW RED LABEL	Caixas de 6 garrafas de 1.500 ml, 40 GL, idade até 8 anos	16.920
GRAN OLD PARR -AGED 12 YEARS	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos	215.760
LOGAN	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos	5.424
VAT 69	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	39.720
WHITE HORSE FINE OLD SCOTCH WHISKY	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	63.480
CARDHU	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, Single Malt, idade de 8 a 12 anos	1.464

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 229, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO, Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SAPAC, Matrícula Siapecad nº 1220854, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 030, de 30 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2012, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005 e o que consta do processo nº 10480.734546/2013-99, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 63(sessenta e três) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
CHIVAS REGAL 25 YEARS	Caixas de 3 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade 125 anos	63

JANAÍNA CAVALCANTI BEZERRA DE MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no art. 37, incisos I e II, e no art. 39, incisos I e II, c/c o art. 38, § 2º, e o art. 39, § 3º, todos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 08.860.875/0001-75, em nome da pessoa jurídica DIEGO FREITAS DOS SANTOS - ME, em face da ocorrência das situações previstas nos incisos I e II do artigo 37 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, observado o que consta do processo administrativo nº 13502-721.287/2013-29.

Art. 2º Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima citada, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, em face do disposto no artigo 43 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GLADISTOM MATOS SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Divulga enquadramento de bebida para efeito do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, MG, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 (Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - RIPI), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo, para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobe Produtos Industrializados (IPI), de que trata o artigo 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, são classificados conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento divulgadas neste Ato Declaratório Executivo aplicam-se somente aos produtos fabricados no País.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
16.730.137/0001-31	CAVE D'MARC CABERNET (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.730.137/0001-31	ALBA BAGACEIRA	De 376ml até 670ml	2208.20.00	L

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara NULIDADE de inscrição no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE VARGINHA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302, III do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e da competência conferida pelo Artigo 33, I da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e considerando o que consta do processo administrativo nº 10660.721853/2013-9158, declara:

Art. 1º Fica NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do contribuinte PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA, CNPJ 07.965.723/0001-74, em virtude da atribuição de mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento.

Art. 2º São considerados inidôneos, não produzindo efeitos a favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir de 30 de março de 2006.

Art. 3º O CNPJ 18.240.119/0012-50 é o estabelecimento remanescente.

NEWTON KLEBER DE ABREU JÚNIOR

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.001, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO SUBSTITUTIVA. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. RETENÇÃO. ALÍQUOTA. 1. A empresa contratante de serviços sujeitos à retenção previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços apurado de acordo com os artigos 121 a 124 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, e recolher o valor retido, em nome da contratada, caso a atividade principal da empresa contratada esteja inserida no inciso IV do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 18, DE 04/11/2013.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, I e III, e art. 31; Lei nº 12.546, de 2011, art. 7º, § 6º, Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 121 a 124; Solução de Consulta Cosit nº 18, de 2013.

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara suspensos os benefícios de imunidade e isenção tributárias.

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso da competência prevista no art. 5º, da Portaria nº 196/2012, de 27 de dezembro de 2012, no art. 302, inciso III, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e considerando o disposto no art. 32, § 4º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e o que consta no Processo Administrativo Fiscal nº 15586.720.747/2013-44, declara:

1. SUSPENSA a imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, da pessoa jurídica URBIS - INSTITUTO DE GESTÃO PÚBLICA, CNPJ nº 05.417.517/0001-02, sendo o termo inicial da suspensão o dia 1º de janeiro de 2010 e o termo final, o dia 31 de dezembro de 2010.

2. SUSPENSA a isenção tributária prevista no art. 15 da Lei nº 9.532/97, da pessoa jurídica URBIS - INSTITUTO DE GESTÃO PÚBLICA, CNPJ nº 05.417.517/0001-02, sendo o termo inicial da suspensão o dia 1º janeiro de 2011 e o termo final o dia 31 de dezembro de 2011.

3. Que a interessada poderá no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência, apresentar impugnação a este Ato Declaratório.

ZENILDA DAL'COL BENEVIDES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 213, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara cancelada inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 30 da Instrução Normativa RFB n° 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1° Fica cancelada a inscrição no CPF no 118.108.977-85, em nome de JOÃO CARLOS LARA MARCELINO, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 416, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluídos como Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

Nome	CPF	Processo
LILIAN DOS SANTOS E SANTOS	002.047.177.79	10074.723303/2013-17

Art 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBSON DO COUTO ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara inscrita no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, a pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ-SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, pela IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e pela IN RFB nº 1.153, de 11 de maio de 2011, conforme o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, fundamentados na alínea "d" do inc. VI do art. 150, da Constituição Federal, em face do que consta no processo nº 10805.722751/2011-30, declara:

Art. 1º Fica a pessoa jurídica, a seguir identificada, inscrita no Registro Especial, sob o nº GP 08114/00149, na atividade de Gráfica: impressor de livros jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária.

INTERESSADO: F FRANCHIN GRÁFICA E EDITORA LTDA
CPF/CNPJ: 07.568.460/0001-60
ENDEREÇO: RUA CHUÍ, Nº 393, VILA PIRES
CEP: 09121-440 - SANTO ANDRÉ - SP

Art. 2º O estabelecimento está obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976/09, com todas as suas alterações, e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 7º.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GYSELLE BERNARDO ABDULMASSIH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Exclui o sujeito passivo do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SECAT/DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS - SP no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, artigos 1° a 7° e 48° da Lei n° 11.457, de 16.03.2007 DOU 19.03.2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º- O artigo 7º da Lei nº 10.684 de 2003 estipula que o sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta Lei na hipótese de inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (DEZ) dias, contados da data da publicação deste ato declaratório, apresentar recurso administrativo, com efeito suspensivo, dirigido ao Senhor Delegado a Receita Federal em Santos - SP, na Delegacia da Receita Federal de Santos localizada à Rua do Comércio, 86 - Centro - Santos - SP CEP 11.010-140.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Os pagamentos efetuados após a ciência, pela publicação deste ato, da exclusão não regularizam o inadimplemento anterior a esta (§ 2º do artigo 15º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de Agosto de 2004).

Art. 6ª O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 7º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

AILTON NEVES DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

CPF	CPF	CPF	CPF
017.635.398-49	562.786.166-53	**********	**********

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

CNPJ	CNPJ	CNPJ	CNPJ
45.092.632/0001-60	59.713.552/0001-90	65.419.236/0001-02	67.496.539/0001-54
**********	**********	**********	**********

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 535, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

A DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - II - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
60.761.889/0001-51	LICEU DE ARTES E OFICIOS DE SÃO PAULO	16191.720705/2013-18	01/01/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA CONCEIÇÃO GOMES DE OLIVEIRA VALENÇA
Delegada Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 268, DE 19 DE DEZEMBRO 2013.

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOUde 17 de maio de 2012, combinado com o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo digital nº 10909.723075/2013-15, de 11 de novembro de 2013, declara:

Artigo 1º - Inscrita no Registro especial como estabelecimento importador de bebidas alcoólicas, sob o número 09201/135, o estabelecimento da Pessoa Jurídica OPEN MARKET COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ nº 03.209.338/0001-46, situada na Rua Ezio Lima, nº 25, Bairro Pio Correa, Criciúma,SC, CEP 88811-506.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.413, de 28 de novembro de 2013, declara:

Art. 1º Autorizado, em caráter precário, o comércio de subsistência fronteiriço, nos termos da instrução Normativa SRF nº 104, de 17 de outubro de 1984, na localidade de Porto Soberbo, no município de Tiradentes do Sul, no Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A entrada de bens no País, ou a sua saída, somente poderá ocorrer pelo ponto de fronteira não alfandegado localizado no Km 142,2 da BR 468.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SILVA DA PAZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.413, de 28 de novembro de 2013, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Autorizado, em caráter precário, o comércio de subsistência fronteiriço, nos termos da instrução Normativa SRF nº 104, de 17 de outubro de 1984, no município de Porto Vera Cruz, no Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A entrada de bens no País, ou a sua saída, somente poderá ocorrer pelo ponto de fronteira não alfandegado localizado na Av. do Porto, nº 44.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SILVA DA PAZ

PORTARIA Nº 731, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4 da Instrução Normativa SRF nº 104, de 17 de outubro de 1984, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 1984, e

Considerando o movimento característico dos habitantes das cidades fronteiriças relacionado com a aquisição de bens especialmente vinculados à subsistência dessas populações; e

Considerando a necessidade de uniformizar procedimentos em todas as localidades fronteiriças desta Região Fiscal, resolve:

Art. 1º Os habitantes das cidades fronteiriças da 10ª Região Fiscal poderão, sem prejuízo dos controles exercidos pelos demais órgão da administração, adquirir na cidade adjacente até US$ 300,00 (trezentos dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, em produtos para sua subsistência, observados os termos e condições estabelecidos na IN SRF nº 104, de 1984.

§1º O limite de valor de que trata o caput será considerado a cada intervalo de 30 (trinta) dias.

§2º Entende-se por produtos destinados à subsistência, os bens estritamente necessários ao uso ou consumo pessoal e doméstico da unidade familiar, conforme disposto no parágrafo único do art. 170 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

§3º O benefício de que trata esta Portaria somente alcança bens produzidos nos países limítrofes, conforme disposto no item 3, letra "a", da Instrução Normativa SRF nº 104, de 1984.

Art. 2º O limite de valor de que trata o art. 1º aplica-se em conjunto com os seguintes limites quantitativos:

I - bebidas alcoólicas: até 12 litros, no total; e

II - outros produtos com valor por quilograma, por litro ou por unidade:

a) inferior a US$ 5,00 (cinco dólares dos Estados Unidos da América): até 10 quilogramas, 10 litros e 10 unidades de cada tipo; e

b) maior ou igual a US$ 5,00 (cinco dólares dos Estados Unidos da América): até 3 quilogramas, 3 litros e 3 unidades de cada tipo.

Parágrafo único. É vedado ao menor de dezoito anos introduzir no País bebidas alcoólicas, fumo e seus sucedâneos.

Art. 3º Ficam revogadas a Ordem de Serviço nº 5, de 24 de outubro de 1984, e a Ordem de Serviço nº 2, de 18 de julho de 1989, ambas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SILVA DA PAZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 291, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara a nulidade do CNPJ 14.419.966/0001-72, e restabelece, de ofício, a inscrição no CNPJ de nº 10.714.073/0001-07, conforme estabelecido nos incisos I e II, do art.33 (nulidade), e art. 32, inciso II (restabelecimento), ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 (DOU de 22/08/2011).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 , publicada no DOU de 17/05/2012 e tendo em vista o disposto no art. 33, incisos I e II (nulidade), art. 32, inciso I, (restabelecimento), ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 (DOU de 22/08/2011), declara:

Art. 1º- Fica declarada a nulidade do CNPJ nº 14.419.966/0001-72 no cadastro da Receita Federal do Brasil, em virtude de ter sido atribuído mais de um número de inscrição de CNPJ para a mesma empresa individual;

Nome Empresarial: ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA - NIRE 43 1 08447257.

Art. 2º - Fica restabelecida a inscrição no CNPJ nº 10.714.073/0001-07, no Cadastro da Receita Federal do Brasil, em virtude do restabelecimento da isncrição perante a JUCERGS;

Nome Empresarial: ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA - NIRE 43 1 0777188-3.

Processo Administrativo nº 11020724181/2013-74

Art. 3º- Os efeitos da nulidade dar-se-ão a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, ou seja, 22/06/2011, conforme disposto no § 2º do art.33, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 (DOU de 22/08/2011).

Art. 4º- Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALBERTO JOSÉ ROTH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 103, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), instituído pelos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE-RS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Instrução Normativa SRF nº 605, de 04 de janeiro de 2006, e o constante no processo administrativo nº 11080.732.144/2013-25, resolve:.

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), de que trata o art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 605, de 04 de janeiro de 2006.

Nome empresarial: ARAUPEL S.A.

Nº de inscrição no CNPJ: 87.102.810/0001-37

Art. 2º O prazo para fruição do beneficio de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o art. 14 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LAURA YAMACHITA HERMAN

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 697, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 4.716.317 (quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e dezessete) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 13.736.546,78 (treze milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/12/2013	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2006	1º/1/2036	2,912558	1.035.368	3.015.569,35
1º/1/2008	1º/1/2038	2,912558	1.006.982	2.932.893,47
1º/1/2009	1º/1/2039	2,912558	788.094	2.295.369,48
1º/1/2010	1º/1/2040	2,912558	133.356	388.407,08
1º/1/2011	1º/1/2041	2,912558	917.717	2.672.903,99
1º/1/2012	1º/1/2042	2,912558	4.544	13.234,66
1º/1/2013	1º/1/2043	2,912558	830.256	2.418.168,75
TOTAL			4.716.317	13.736.546,78

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR Nº 480, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Disciplina a oferta de planos de seguro por organizações varejistas em nome de sociedades seguradoras.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma prevista na alínea "b", do artigo 36 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, no item 2 da Resolução CNSP n.º 16, de 25 de outubro de 1979 e nos artigos 9º e 10 da Resolução CNSP n.º 244, de 06 de dezembro de 2011, considerando o que consta do Processo SUSEP n.º 15414.001674/2013-60, resolve:

Art. 1º Disciplinar a oferta de planos de seguro por organizações varejistas em nome de sociedades seguradoras.

§1º Para efeitos desta Circular, entende-se como "organização varejista" qualquer organização que pratique as atividades de venda, revenda ou distribuição de mercadorias, novas ou usadas, em loja ou por outros meios, incluindo meios remotos, preponderantemente para o consumidor final para consumo pessoal ou não comercial.

§2º As empresas somente serão consideradas como organizações varejistas enquanto estiverem no exercício de sua atividade fim, e não quando estiverem representando outras sociedades por força de contratos celebrados nos termos da legislação em vigor.

§3º Para os efeitos desta Circular, equiparam-se às organizações varejistas e subordinam-se ao aqui disposto, os fabricantes que ofertarem planos de seguro em nome de sociedades seguradoras quando praticarem a atividade da venda direta ao consumidor final.

Art. 2º Para ofertar e promover planos de seguro em nome de sociedade seguradora, as organizações varejistas deverão, obrigatoriamente e previamente ao início das operações, estabelecer contrato na condição de representante de seguros, na forma definida pelo CNSP.

§1º É expressamente vedado às organizações varejistas, de que trata esta Circular, a atuação como estipulante ou subestipulante de seguros.

§2º A vedação a que se refere o parágrafo anterior não se aplica aos empregadores que estipulem seguro em favor de seus empregados.

Art. 3º A organização varejista, por ocasião da contratação do plano de seguro em suas dependências, deverá fornecer ao segurado o documento contratual físico: a apólice individual ou bilhete de seguro, conforme o caso.

§1º No caso de contratação por apólice individual em que a seguradora exerça o prazo de até 15 (quinze) dias para aceitação da proposta, a organização varejista deverá fornecer ao segurado a cópia física integral das condições gerais, a cópia física da proposta assinada, informando o valor do prêmio pago discriminado por cobertura contratada, e o protocolo de entrega da proposta com data de seu recebimento.

§2º O documento contratual a que se refere o caput e, quando for o caso, a proposta deverão incluir, além dos elementos mínimos obrigatórios definidos em legislação específica, o CNPJ da organização varejista.

§3º A efetivação da comercialização de qualquer plano de seguro deverá, obrigatoriamente, ocorrer por documento em separado, com a emissão de comprovante próprio, bem como com a individualização do(s) respectivo(s) pagamento(s), seja com cartão de crédito, boleto bancário ou outro meio de pagamento admitido, com exceção daquele(s) realizado(s) em espécie.

Art. 4º É vedado às organizações varejistas que atuem como representantes de seguros:

I - vincular a aquisição de bem à contratação compulsória de qualquer tipo de seguro; e

II - ofertar bens em condições mais vantajosas para quem contrata plano de seguro.

Parágrafo único. Na apresentação de plano de seguro ao consumidor pela organização varejista deverá, obrigatoriamente, constar, de forma clara e ostensiva, o termo "opcional".

Art. 5º As organizações varejistas que atuem como representantes de seguros deverão manter em suas dependências, local de referência devidamente sinalizado para orientação ao consumidor, com estrutura compatível à complexidade e à operação dos planos de seguro ofertados, e deverão, ainda:

I - manter, em local de ampla visibilidade e, quando for o caso, junto ao caixa, as seguintes informações:

a)"A contratação de seguro é opcional, sendo possível a desistência do contrato em até 7 (sete) dias corridos com a devolução integral do valor pago"; e

b) "É proibido condicionar desconto no preço do bem à aquisição do seguro".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - disponibilizar a relação dos preços dos planos de seguros ofertados, com a indicação do nome da seguradora responsável por cada seguro;

III - manter, em local de ampla visibilidade, os telefones dos serviços de atendimento e de ouvidoria e o endereço físico e eletrônico da(s) sociedade seguradora(s), por meio de painel instalado onde sejam ofertados os planos de seguro, e por outras formas, caso necessário, para atendimento ao público; e

IV - exibir, nos locais de oferta de seguros, a seguinte informação: "A comercialização de seguro é fiscalizada pela SUSEP", seguida da informação sobre o portal na rede mundial de computadores da Autarquia e do número de telefone de atendimento gratuito.

§1º A oferta de seguros por organizações varejistas com a utilização de meios remotos deverá contemplar, na forma adequada, serviço permanente de orientação ao consumidor, no mínimo, pelos mesmos meios utilizados para a oferta, capaz de fornecer as informações requeridas neste artigo.

§2º As sociedades seguradoras e as organizações varejistas deverão promover, na forma definida pelo CNSP, a capacitação dos funcionários de organizações varejistas envolvidos nas atividades de atendimento ao consumidor de seguros, visando à adequada orientação sobre os planos de seguros ofertados.

§3º É vedada a oferta de seguros por atendentes dos caixas de organizações varejistas, por ocasião do pagamento das compras pelos consumidores.

Art. 6º O segurado poderá desistir do seguro contratado no prazo de 7 (sete) dias corridos a contar da assinatura da proposta, no caso de contratação por apólice individual, ou da emissão do bilhete, no caso de contratação por bilhete.

§ 1º A apólice individual ou o bilhete, conforme o caso, deverá conter a previsão do direito de arrependimento e informar, de forma expressa e ostensiva, os meios adequados e eficazes para o exercício do direito de arrependimento pelo segurado.

§ 2º O segurado poderá exercer seu direito de arrependimento pelo mesmo meio utilizado para contratação junto à organização varejista, sem prejuízo de outros meios disponibilizados pela sociedade seguradora.

§ 3º A organização varejista ou a sociedade seguradora, conforme for o caso, fornecerão ao segurado confirmação imediata do recebimento da manifestação de arrependimento, sendo obstada, a partir desse momento, qualquer possibilidade de cobrança.

§ 4º. Caso o segurado exerça o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo a que se refere o caput, serão devolvidos, de imediato.

§ 5º. A devolução a que se refere o parágrafo anterior será realizada pelo mesmo meio e forma de efetivação do pagamento do prêmio, sem prejuízo de outros meios ou formas disponibilizados pela sociedade seguradora, desde que expressamente aceito pelo segurado.

§ 6º. O disposto neste artigo não se aplica ao "seguro viagem" se o segurado houver iniciado a viagem, dentro do período de arrependimento.

Art. 7º No caso de rescisão total ou parcial de plano de seguro ofertado por organização varejista em nome de sociedade seguradora, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes e mediante concordância recíproca, após o período de arrependimento previsto no artigo anterior, deverá ser observada a legislação pertinente a cada ramo de seguro específico.

Art. 8º É vedada a renovação automática de qualquer plano de seguro ofertado por organização varejista.

Art. 9º Os planos de seguros ofertados por organizações varejistas deverão estar em conformidade com os requisitos estabelecidos na Resolução CNSP nº297, de 24 de outubro de 2013, que disciplina as operações das sociedades seguradoras por meio de seus representantes de seguros, observando o prazo limite para adequação.

Art. 10. Os planos de seguro de pessoas ofertados por organizações varejistas em nome de sociedades seguradoras deverão ter vigência mínima de um ano.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos seguros de viagem, aos seguros prestamistas e aos microsseguros.

Art. 11. As sociedades seguradoras elaborarão, em até 90 dias a contar da publicação desta Circular, manual de boas práticas em seguros para orientação às organizações varejistas que atuem como seus representantes de seguros.

Art. 12. As sociedades seguradoras e as organizações varejistas deverão se adequar ao disposto nesta Circular em até 180 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 13. Sem prejuízo da responsabilidade solidária das sociedades seguradoras, prevista no Art. 34 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, as organizações varejistas serão responsáveis administrativamente pelos atos que praticarem, estando sujeitas às penalidades cabíveis.

Art. 14. A falta de cumprimento do disposto nesta Circular sujeitará o infrator às penas previstas em lei e demais normas em vigor.

Art. 15. Esta Circular se aplica, no que couber, aos planos de microsseguro ofertados por organizações varejistas em nome de sociedades seguradoras autorizadas a operar em microsseguros.

Art. 16. Aos casos não previstos nesta Circular aplicam-se as disposições legais e regulamentares em vigor.

Art. 17. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

PORTARIAS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei N.º 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar N.º 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no Artigo 4º da Resolução CNSP N.º 173, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo SUSEP n.º 15414.001603/2013-67, resolve:

Nº 5.650 Art. 1º Cancelar, a pedido, a autorização para funcionamento como corretora de resseguros concedida a ARTHUR J. GALLAGHER BRASIL CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ n° 09.636.429/0001-44, com sede social na cidade de São Paulo - SP, nos termos dos artigos 18 e 19, da Resolução CNSP N° 173, de 17 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n° 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414. 100563/2013-35, resolve:

Nº 5.651 Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ n° 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de agosto de 2013:

I - renúncia de administradora; e

II - alteração do artigo 7º do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n° 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP n° 15414.001220/2013-99, 15414.100393/2013-99 e 15414.100394/2013-33, resolve:

Nº 5.652 Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas e conselheiros de MARÍTIMA SEGUROS S.A, CNPJ n° 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 11 de junho de 2013 e nas reuniões do conselho de administração realizadas em 28 de março de 2013 e 11 de junho de 2013:

I - renúncia e eleição de administradores;

II - criação do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Aprovar a transferência do controle acionário direto de MARÍTIMA SEGUROS S.A. para YASUDA SEGUROS S.A, CNPJ nº 60.405.925/0001-44, com sede na cidade de São Paulo - SP, na forma do contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 25 de janeiro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

PORTARIA Nº 5.653, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n° 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP n° 15414.100062/2013-59, 15414.100179/2013-32 e 15414.100449/2013-13, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ACE SEGURADORA S.A., CNPJ n° 03.502.099/0001-18, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de julho de 2013, rerratificadora das assembleias gerais extraordinárias realizadas em 8 de janeiro de 2013, 4 de março de 2013 e 24 de junho de 2013:

I - Aumento do capital social em R$ 109.458.633,75, elevando-o de R$ 89.195.909,03 para R$ 198.654.542,78, dividido em 2.448.522 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 5° e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

PORTARIA Nº 5.658, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n° 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.003181/2013-64, resolve:

Art. 1º Conceder a CAPEMISA SEGURADORA DE RAMOS ELEMENTARES S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, autorização para operar seguros de danos em todo o território nacional.

Art. 2º Aprovar o estatuto social adotado por CAPEMISA SEGURADORA DE RAMOS ELEMENTARES S.A., na forma da escritura pública de constituição lavrada em 11 de novembro de 2013, no 15° Ofício de Notas do Rio de Janeiro, livro 2.954, folhas 150, ato 083.

Art. 3º Ratificar que o capital social de CAPEMISA SEGURADORA DE RAMOS ELEMENTARES S.A. é de R$ 18.750.000,00, dividido em 18.750.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Art. 4º Ratificar que o controle acionário e a ingerência efetiva nos negócios de CAPEMISA SEGURADORA DE RAMOS ELEMENTARES S.A. são exercidos por CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n° 08.602.745/0001-32, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA

Ministério da Integração Nacional

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 74, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 072/2013, referente à Programação de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE para o exercício de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, INTERINO, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, combinado com o estabelecido no inciso XVI e no parágrafo único do art. 11 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como, o preconizado pelas alíneas "d" e "e", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, juntamente com o pedido do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE, resolveu:

Art. 1º. Aprovar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 072/2013, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 159ª reunião, de 06 de dezembro de 2013, tratando do "Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE" para o exercício de 2014.

Art. 2º. Determinar ao BNB, com base no Parecer Conjunto nº 017/SFRI/SUDENE, de 06 de dezembro de 2013, que encaminhe à SUDENE e à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, nova versão do programa de aplicação dos recursos do FNE para o ano de 2014, com a incorporação dos ajustes recomendados.

Art. 3º. Autorizar a SUDENE a encaminhar a programação de financiamento de 2014, apresentada pelo Banco do Nordeste do Brasil, juntamente com o referido parecer Conjunto, à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal.

Art. 4º. A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 073/2013, referente aos Resultados das Aplicações e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no primeiro semestre de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, INTERINO, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º, art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, combinado com o estabelecido no inciso XVI e no parágrafo único do art. 11 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como, o que estabelece a alínea "c", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE, resolveu:

Art. 1º. Aprovar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 073/2013, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 159ª reunião, de 06 de dezembro de 2013, que trata da avaliação dos resultados das aplicações e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no primeiro semestre de 2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º. Autorizar a SUDENE a encaminhar o Relatório de Resultados e Impactos - Primeiro Semestre de 2013, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil, acompanhado da decisão deste colegiado, e do Parecer Conjunto nº 18/2013/SFRI-SUDENE/MI, de 06 de dezembro de 2013, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara Federal e no Senado Federal em cumprimento ao que reza o § 4º, art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, e em obediência ao § 5º, art. 20 da mesma lei.

Art. 3º. A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 84, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos, designado pela Portaria nº 303 de 29/03/2012, publicada no DOU de 29/03/2012, seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 449, de 02 de outubro de 2013, publicada no DOU de 04/10/2013, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Município de Navegantes - SC, cujo objeto é a Execução de Drenagem Urbana Sustentável - Obras de Controle de Inundação.

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente ao Termo de Compromisso e ao Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º Os recursos financeiros necessários para a execução do objeto são neste ato, fixados em R$ 2.221.787,67 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos), sendo R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), à conta das dotações orçamentárias da União e R$ 221.787,67 (duzentos e vinte e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos) a título de Contrapartida Municipal, na forma prevista no Termo de Compromisso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme Nota de Empenho nº 2013NE000111, de 25 de novembro de 2013, no Programa de Trabalho 15.451.2040.127A.0001, Fonte 0100, Natureza da Despesa 4440.42.

Art. 5º A liberação dos recursos da União, somente será efetuada após o atendimento, pelo ente federado das condições estabelecidas na Portaria MI nº 507, de 30 de agosto de 2012, alterada pela Portaria MI nº 541, de 19 de setembro de 2012.

Art. 6º O prazo de execução do objeto será de acordo com o consignado no Plano de Trabalho, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBSON AFONSO BOTELHO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 146, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado do Piauí

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 15.446, de 20 de novembro de 2013, do Estado do Piauí,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.001345/2013-61, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Acauã
2	Agricolândia
3	Água Branca
4	Alagoinha do Piauí
5	Alegrete do Piauí
6	Alto Longá
7	Altos
8	Alvorada do Gurguéia
9	Amarante
10	Angical do Piauí
11	Anísio de Abreu
12	Aroazes
13	Aroeiras do Itaim
14	Arraial
15	Assunção do Piauí
16	Avelino Lopes
17	Barra D'Alcântara
18	Barras
19	Barro Duro
20	Batalha
21	Bela Vista do Piauí
22	Belém do Piauí
23	Beneditinos
24	Betânia do Piauí
25	Boa Hora
26	Bocaina
27	Bom Jesus
28	Bom Princípio do Piauí
29	Bonfim do Piauí
30	Boqueirão do Piauí
31	Brejo do Piauí
32	Buriti dos Lopes
33	Buriti dos Montes
34	Cabeceiras do Piauí
35	Cajazeiras do Piauí
36	Cajueiro da Praia
37	Caldeirão Grande do Piauí
38	Campinas do Piauí
39	Campo Alegre do Fidalgo
40	Campo Grande do Piauí
41	Campo Largo do Piauí
42	Campo Maior
43	Canavieira
44	Canto do Buriti
45	Capitão de Campos
46	Capitão Gervásio Oliveira
47	Caracol
48	Caraúbas do Piauí
49	Caridade do Piauí
50	Castelo do Piauí
51	Caxingó
52	Cocal
53	Cocal de Telha
54	Cocal dos Alves
55	Coivaras
56	Colônia do Gurguéia
57	Colônia do Piauí
58	Conceição do Canindé
59	Coronel José Dias
60	Corrente
61	Cristalândia do Piauí
62	Curimatá
63	Currais
64	Curralinhos
65	Curral Novo do Piauí
66	Demerval Lobão
67	Dirceu Arcoverde
68	Dom Expedito Lopes
69	Dom Inocêncio
70	Domingos Mourão
71	Elesbão Veloso
72	Eliseu Martins
73	Esperantina
74	Fartura do Piauí
75	Flores do Piauí
76	Floresta do Piauí
77	Floriano
78	Francinópolis
79	Francisco Ayres
80	Francisco Macedo
81	Francisco Santos
82	Fronteiras
83	Geminiano
84	Gilbués
85	Guaribas
86	Hugo Napoleão
87	Ilha Grande
88	Inhuma
89	Ipiranga do Piauí
90	Isaías Coelho
91	Itainópolis
92	Itaueira
93	Jacobina do Piauí
94	Jaicós
95	Jardim do Mulato
96	Jatobá do Piauí
97	Jerumenha
98	João Costa
99	Joaquim Pires
100	Joca Marques
101	José de Freitas
102	Juazeiro do Piauí
103	Júlio Borges
104	Jurema
105	Lagoa do Barro do Piauí
106	Lagoa do Piauí
107	Luís Correia
108	Luzilândia
109	Madeiro
110	Manoel Emídio
111	Marcolândia
112	Marcos Parente
113	Massapê do Piauí
114	Matias Olímpio
115	Miguel Alves
116	Miguel Leão
117	Milton Brandão
118	Monsenhor Gil
119	Monsenhor Hipólito
120	Monte Alegre do Piauí
121	Morro Cabeça no Tempo
122	Morro do Chapéu do Piauí
123	Murici dos Portelas
124	Nazaré do Piauí
125	Nazária
126	Nossa Senhora de Nazaré
127	Nossa Senhora dos Remédios
128	Nova Santa Rita
129	Novo Oriente do Piauí
130	Novo Santo Antônio
131	Oeiras
132	Olho D'Água do Piauí
133	Padre Marcos
134	Paes Landim
135	Pajeú do Piauí
136	Palmeira do Piauí
137	Palmeirais
138	Paquetá
139	Parnaguá
140	Passagem Franca do Piauí
141	Patos do Piauí
142	Pau D'Arco do Piauí
143	Paulistana
144	Pavussu
145	Pedro II
146	Pedro Laurentino
147	Picos
148	Pimenteiras
149	Pio IX
150	Piracuruca
151	Piripiri
152	Porto
153	Prata do Piauí
154	Queimada Nova
155	Redenção do Gurguéia
156	Regeneração
157	Riacho Frio
158	Ribeira do Piauí
159	Rio Grande do Piauí
160	Santa Cruz do Piauí
161	Santa Cruz dos Milagres
162	Santa Filomena
163	Santa Luz
164	Santana do Piauí
165	Santa Rosa do Piauí
166	Santo Antônio de Lisboa
167	Santo Inácio do Piauí
168	São Braz do Piauí
169	São Félix do Piauí
170	São Francisco de Assis do Piauí
171	São Francisco do Piauí
172	São Gonçalo do Piauí
173	São João da Canabrava
174	São João da Fronteira
175	São João da Serra
176	São João da Varjota
177	São João do Arraial
178	São João do Piauí
179	São José do Divino
180	São José do Peixe
181	São José do Piauí
182	São Julião
183	São Lourenço do Piauí
184	São Luis do Piauí
185	São Miguel da Baixa Grande
186	São Miguel do Fidalgo
187	São Miguel do Tapuio
188	São Pedro do Piauí
189	São Raimundo Nonato
190	Sebastião Barros
191	Sigefredo Pacheco
192	Simões
193	Simplício Mendes
194	Socorro do Piauí
195	Sussuapara
196	Tamboril do Piauí
197	Tanque do Piauí
198	União
199	Valença do Piauí
200	Várzea Branca
201	Várzea Grande
202	Vera Mendes
203	Vila Nova do Piauí
204	Wall Ferraz

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 147, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado da Paraíba.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 34.519, de 18 de novembro de 2013, do Estado da Paraíba,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.001346/2013-13, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº	Município
1	Alagoa Grande
2	Araçagi
3	Areia
4	Belém
5	Caldas Brandão
6	Capim
7	Cuité de Mamanguape
8	Duas Estradas
9	Guarabira
10	Gurinhém
11	Lagoa de Dentro
12	Mamanguape
13	Matinhas
14	Mulungu
15	Pilar
16	Pilões
17	Pirpirituba
18	Pedro Régis
19	Rio Tinto
20	São José dos Ramos
21	São Miguel de Taipu
22	Serra da Raiz
23	Serra Redonda
24	Sertãozinho
25	Sobrado

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 150, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Brejolândia	Estiagem - 1.4.1.1.0	79/2013	30/10/13	59050.001418/2013-14
BA	Castro Alves	Seca - 1.4.1.2.0	500/2013	10/10/13	59050.001332/2013-91
BA	Itabuna	Enxurradas - 1.2.2.0.0	10685	28/11/13	59050.001438/2013-95
BA	Itaquara	Estiagem - 1.4.1.1.0	132/2013	13/11/13	59050.001437/2013-41
ES	Jaguaré	Estiagem - 1.4.1.1.0	097	14/11/13	59050.001417/2013-70
MG	Almenara	Estiagem - 1.4.1.1.0	069	18/11/13	59050.001413/2013-91
MG	Bonito de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	440	21/11/13	59050.001429/2013-02
MG	Novorizonte	Estiagem - 1.4.1.1.0	560	09/09/13	59050.001416/2013-25
MG	Varzelândia	Seca - 1.4.1.2.0	61	01/11/13	59050.001415/2013-81
RJ	São João de Meriti	Inundações - 1.2.1.0.0	5595/13	12/12/13	59050.001436/2013-04
RS	Agudo	Enxurradas - 1.2.2.0.0	146/2013	14/11/13	59050.001325/2013-90

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução N° 173/2013, de 15 de outubro de 2013, da Diretoria Colegiada desta Superintendência, publicada à pág. 56, Seção 1 no DOU Nº 203, de 18 de outubro de 2013,

I - Onde se lê: Art. 2º (...); § 2° (...); leia-se: "Art. 2º (...); § 1º Os documentos comprobatórios dos lançamentos efetuados serão separados e ordenados de forma a facilitar sua verificação, devendo ser agrupados em pastas correspondentes às contas abertas e subcontas, com indicação da fonte de financiamento na contabilidade do beneficiário;" e

II - Onde se lê: Art. 2º (...);§ 3° (...); leia-se: "Art. 2º(...); § 2º. A comprovação da veracidade dos lançamentos será feita pela verificação de notas fiscais, faturas, folhas de pagamento, contratos e demais documentos comprobatórios, observado o procedimento de lançamento estabelecido neste artigo".

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.690, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Sistema Prisional na região metropolitana de São Luis, Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, no Convenio de Cooperação Federativa n°10 de 18 de maio de 2012, celebrado entre a União e o Estado do Maranhão; e

Considerando a manifestação expressa da Senhora Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, por intermédio do Ofício nº 166/2013-GG, de 05 de novembro de 2013, quanto à necessidade de prorrogar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, com o propósito de dar continuidade ao apoio ao Sistema Prisional na região metropolitana de São Luis, Estado do Maranhão, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em caráter episódico e planejado, nos termos da Portaria nº 3.381, de 24 de outubro de 2013, por mais 30 (trinta) dias, a contar da data de término da portaria anterior.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de segurança pública do Ente Federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, bem como permissão de acesso aos sistemas de informações e ocorrências no âmbito da Segurança Pública, durante a vigência da portaria autorizativa.

Art. 3° O número de policiais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.691, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a SOCIEDADE ESPÍRITA DE RESTINGA, com sede na cidade de Restinga, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 51.820.991/0001-90 (Processo MJ nº 08071.017797/2013-85).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.692, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL-AMAS-S.B.C, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ sob o nº 44.383.164/0001-10 (Processo MJ nº 08071.003047/2013-26).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 3.693, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração do Título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL JOSÉ LÁZARO HENRIQUES-ASSOCIAÇÃO CULTURAL HENRIQUES, com sede na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ sob o nº 11.122.834/0001-96 (Processo MJ nº 08071.003646/2012-69).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 19 de dezembro de 2013

Nº 1.367 - Ato de Concentração nº 08700.010779/2013-19. Requerentes: Brasilterm Participações S.A., Cibe Energia e Participações S.A. e Thermes Participações S.A. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.368 - Ato de Concentração nº 08700.010412/2013-03. Requerentes: Fundo de Investimento em Participações Caixa Incorporação Imobiliária e Rossi Residencial S.A. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Fabio Francisco Beraldi e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.372 - Ato de Concentração nº 08700.010667/2013-68. Requerentes: Emerson Electriv Co. e SPX Holding, Inc. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.373 - Ato de Concentração nº 08700.010406/2013-48. Requerentes: Crown Holdings, Inc. e Mivisa Envases S.A.U. Advogados: Ricardo Inglez de Souza, Marina Bleeke e Cristiana Luscher. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 78, de 4 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 5 de dezembro de 2013, Seção 1, págs. 176 e 177, Onde se lê: (...) Vagas 15 ADM e 5 ADF. Leia-se: (...) Vagas 15 ADM e 5 ADLM.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PORTARIAS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, por delegação do senhor DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, resolve:

Nº 32.936 - Revogar a Portaria nº 12.037/2013-CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U., em 09 de agosto de 2012, tornando-a sem efeito, determinando o arquivamento do feito em provimento ao recurso administrativo interposto pelo Banco Itaú S/A Ag. 4074 Rio Leme-RJ, CNPJ nº 60.701.190/1468-18, com base no Parecer nº 330/2013-DELP/CGCSP/DIREX, no âmbito do processo nº 08455.050959/2009-04;

Nº 32.937 - Revogar a Portaria 11.804/2013-CGCSP/DIREX, publicada no D.O.U., em 09 de agosto de 2012 e tornando-a sem efeito, determinando o arquivamento do feito em provimento ao recurso administrativo interposto pelo Banco Itaú S/A Ag. São Mateus/ES, CNPJ nº 60.701.190/3068-74, com base no Parecer nº 278/2013-DELP/CGCSP/DIREX, no âmbito do processo nº08081.000210/2010-37.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 9 de dezembro de 2013

Nº 7318 - Auto de Infração nº 10 - BANCO DO BRASIL S.A, de 03/02/2010. Protocolo nº 08081.000629/2010-99.ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO DO BRASIL S.A.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 58/60, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão.3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Em 10 de dezembro de 2013

Nº 7.364 - Auto de Infração nº 082/2009 - BANCO SANTANDER S.A, de 13/08/2009. Protocolo nº 08508.002402/2009-96
ASSUNTO: Recurso Administrativo. Segurança Privada.
INTERESSADO: BANCO SANTANDER S.A.

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva, com fulcro na manifestação de fls. 45/47, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão.3. Com efeito, restitua-se à CGCSP/DIREX/DPF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

LEANDRO DAIELLO COIMBRA

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.560, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/3218 - DPF/FIG/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATAQUE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.201.112/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1663/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.662, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/9916 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0010-51, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre 38
300 (trezentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.670, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10009 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEFESA SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 09.526.285/0002-54, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
50 (cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.678, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/9885 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0021-04, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
504 (quinhentas e quatro) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.729, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/5274 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PORTUÁRIA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 05.082.408/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1725/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.735, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10051 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0086-24, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
7434 (sete mil e quatrocentas e trinta e quatro) Munições calibre 38
6525 (seis mil e quinhentas e vinte e cinco) Munições calibre .380
5460 (cinco mil e quatrocentas e sessenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.736, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10403 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0020-02, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
96 (noventa e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.741, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/8468 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARDINER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.231.029/0001-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2061/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.742, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/8848 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, CNPJ nº 00.444.232/0004-81 para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2045/2013 (CNPJ nº 00.444.232/0004-81) e nº 2085/2013 (CNPJ nº 00.444.232/0007-24).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.748, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/7680 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PARGEX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA-EPP, CNPJ nº 14.266.939/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2272/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.750, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/7728 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACESSE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.537.039/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1994/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.759, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10386 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CACTUS - CENTRO DE INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 16.151.730/0001-23, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
14400 (quatorze mil e quatrocentas) Munições calibre 38
12113 (doze mil e cento e treze) Munições calibre .380
14418 (quatorze mil e quatrocentas e dezoito) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE BENFEITORIAS

RESOLUÇÃO Nº 240, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE BENFEITORIAS - CPAB, instituída pela Instrução Normativa nº 2, de 03/02/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06/02/2012, em consonância com o § 6º do Art. 231 da Constituição Federal e nos termos do Relatório Técnico nº 11/CPAB/2013, aprovado na 16ª reunião ordinária, resolve:

Art.1º Atendendo ao disposto no Art. 13, inciso IV da Instrução Normativa nº 2, de 03/02/2012 e considerando os Laudos Fundiários autuados ao Processo nº 08620.000360/2004-58, considerar como marco temporal para definição da boa-fé na instalação da ocupação e das benfeitorias realizadas por não índios na Terra Indígena Las Casas, localizada nos municípios de Redenção, Pau d'Arco e Floresta do Araguaia, todos no estado do Pará, a Portaria Declaratória nº 1.991/MJ, de 23 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de novembro de 2006, Seção 1, página 152, que declarou a referida terra indígena como de posse permanente do grupo indígena Kayapó.

Art. 2º Considerar como derivada da ocupação de boa-fé, em conformidade com o estabelecido no Art. 1º desta resolução, as benfeitorias implantadas pelos ocupantes não índios abaixo relacionados, cuja ocupação tem sua origem no estudo fundiário da identificação e delimitação da Terra Indígena Las Casas, que fundamentado no Art.23 da Instrução Normativa nº 2, de 03/02/2012, são passíveis de indenização:

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Id
01	122	José Maurício de Andrade Cavalcanti Júnior	14337
02	123	Jair Machado da Costa	14336
03	124	Gonçalves Aires Nogueira	18587
04	125	Heber Dailan Martins	18586
05	126	Domingos Braz da Silva	18588
06	127	Antônio Carlos do Carmo	18589

Art. 3º A presente resolução poderá ser objeto de recurso fundamentado à Presidenta da FUNAI, no prazo de 30 dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 18 da Instrução Normativa nº 2 de 03/02/2012. A interposição do recurso deverá ser comprovada por meio do protocolo junto a qualquer unidade descentralizada ou na sede da FUNAI.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALUÍSIO LADEIRA AZANHA
Presidente da Comissão

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 241, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE BENFEITORIAS - CPAB, instituída pela Instrução Normativa nº 2, de 03/02/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06/02/2012, em consonância com o § 6º do Art. 231 da Constituição Federal e nos termos do Relatório Técnico nº 12/CPAB/2013, aprovado na 16ª reunião ordinária, resolve:

Art.1º Atendendo ao disposto no Art. 13, inciso IV da Instrução Normativa nº 2, de 03/02/2012 e considerando os Laudos Fundiários autuados ao Processo nº 08620.002117/1998-75, considerar como marco temporal para definição da boa-fé na instalação da ocupação e das benfeitorias realizadas por não índios na Terra Indígena São Sebastião, localizada no município de Tonantins, no estado do Amazonas, a Portaria Declaratória nº 368/MJ, de 20 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de abril de 2001, Seção 1, página 08, que declarou a referida terra indígena como de posse permanente dos grupos indígenas Kaixana e Kokama.

Art. 2º Considerar como derivada da ocupação de boa-fé, em conformidade com o estabelecido no Art. 1º desta resolução, as benfeitorias instaladas pelos ocupantes não índios abaixo relacionados, cuja ocupação tem sua origem no estudo fundiário da identificação delimitação da Terra Indígena São Sebastião, que fundamentado no Art.23 da Instrução Normativa nº 2, de 03/02/2012, são passíveis de indenização os ocupantes cadastrados pelo Grupo Técnico da Portaria nº 962/PRES, de 25 de agosto de 2005:

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Id
01	02	Edgar Mendes de Carvalho	868
02	03	Sérgio Francisco de Araújo	870
03	04	Sérgio Francisco de Araújo	871
04	05	Sérgio Francisco de Araújo	872
05	06	Arthur Mendes de Castro	873

Art. 3º Não caberá o direito a indenização das benfeitorias erigidas na ocupação cadastrada no Laudo de Fundiário nº 01, de interesse do Sr. Naval Cornélio, por este se autodeclarar indígena, sendo tal situação confirmada por documento expresso de duas lideranças da Terra Indígena São Sebastião, como aceito e pertencente aquela comunidade.

Art. 4º A presente resolução poderá ser objeto de recurso fundamentado à Presidenta da FUNAI, no prazo de 30 dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 18 da Instrução Normativa nº 2 de 03/02/2012. A interposição do recurso deverá ser comprovada por meio do protocolo junto a qualquer unidade descentralizada ou na sede da FUNAI.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALUISIO LADEIRA AZANHA
Presidente da Comissão

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3º do Decreto 86.715/81:

Processo Nº 08000.004589/2013-50 - THORSTEN KARL KAEMPF, até 10/03/2014

Processo Nº 08000.002664/2013-48 - RUI MANUEL DE ASCENSAO ANTUNES, até 11/03/2014

Processo Nº 08000.005261/2013-51 - POUL ERIK HYLTOFT ANDERSEN, até 01/04/2015

Processo Nº 08000.001793/2013-19 - ALBERTO VALDIVIESO MEDINA, até 30/01/2015.

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08296.003092/2013-46 - TEODORA CONCEPICION OLMEDO PENA

Processo Nº 08505.052517/2013-38 - PANFILO BRAVILO CABANAS GODOY

Processo Nº 08505.066332/2013-19 - LETICIA MAMANI LUQUE

Processo Nº 08505.066485/2013-58 - NAYDA MAYANA CUQUI

Processo Nº 08505.066505/2013-91 - SONIA VALDEZ CAMACHO, JHOEL ROJAS VALDEZ e RAFAEL ROJAS VALDEZ

Processo Nº 08505.052533/2013-21 - RONALD CHOQUE ENCINAS

Processo Nº 08505.052666/2013-05 - JANETT ELENA MARCA LEOCA

Processo Nº 08505.066206/2013-56 - WILFREDO CALLE HUANCA

Processo Nº 08505.066201/2013-23 - BLANCA DELIA QUISPE FLORES

Processo Nº 08505.052530/2013-97 - ADELIO PACHECO CONDORI

Processo Nº 08505.052483/2013-81 - DARIA CANAZA SANCHEZ

Processo Nº 08505.052569/2013-12 - ROSMERY PATZI CONDORI

Processo Nº 08505.052668/2013-96 - ROLANDO CAPCHA MAYNAZO

Processo Nº 08505.052514/2013-02 - MARIO QUENTA QUISPE

Processo Nº 08505.052522/2013-41 - IVAN CALLISAYA MAMANI

Processo Nº 08505.052847/2013-23 - MARIELA QUINO FRIAS

Processo Nº 08505.066200/2013-89 - ISABEL CALLE VILLCA

Processo Nº 08505.066217/2013-36 - MICAELA TICONA HUALLPA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 16/10 / 2012, Seção 1, pág 36, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.004585/2012-18 - UZOMA FRANKLIN NWOSU.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente tendo em vista que o requerente não observou o prazo descrito no art. 7º, caput, da Lei nº 11.961/2009, nos termos da legislação vigente. Processo Nº 08505.093309/2011-27 - PEDRO VILLALBA GALEANO.

INDEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente tendo em vista que o requerente não observou o prazo descrito no art. 7º, caput, da Lei nº 11.961/2009, nos termos da legislação vigente. Processo Nº 08505.091289/2011-50 - ERNESTO ARTURO VALDIVIA FRANCIA.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO
Chefe

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.117675/2012-60 - GRAHAM WATT

Processo Nº 08505.006577/2013-89 - MIN ZHANG

Processo Nº 08505.015535/2013-39 - MASASHI SHIOZAKI

Processo Nº 08390.009022/2012-42 - MARINA BERAZ

Processo Nº 08505.026163/2013-76 - VICENTE ROCHETA CAEIRO MENDONCA PEGADO

Processo Nº 08505.030251/2013-72 - CIARAN PATRICK MELLETT

Processo Nº 08505.088346/2012-02 - SERGIO RAMON ARZAMENDI CORRAL

Processo Nº 08505.092971/2012-41 - JONNY LEPPIN

Processo Nº 08505.093525/2012-53 - JAVIER FERNANDO ARACENA ROLDAN, ALVARO ANDRES ARACENA ALVIAL, JAVIERA FERNANDA ARACENA ALVIAL e MARCELLA ANDREA ALVIAL BETANCOURT

Processo Nº 08505.068386/2012-20 - REBECA MURILLO BENAVIDES

Processo Nº 08461.007633/2012-75 - DAVID ROSS DUBOIS

Processo Nº 08505.015845/2013-53 - LI BIN e LIU HAINING

Processo Nº 08505.092895/2012-73 - ALEJANDRO ROBLEDO PEREZ

Processo Nº 08240.006387/2012-39 - ALBERTO CORONA CARDENAS, CLAUDIA IRENE CORONA MACIAS, ELIA CAROLINA CORONA MACIAS e PATRICIA MACIAS RIVERA

Processo Nº 08096.001778/2012-78 - CARLOS ENRIQUE NUNEZ GONZALEZ

Processo Nº 08505.092896/2012-18 - JUAN DAVID GARCIA QUINTANA

Processo Nº 08240.026348/2012-58 - THOMAS ANDREAS ATZKERN

Processo Nº 08505.014699/2013-49 - EDUARD JAN CHRISTIAAN VAN DER LANDE e MARIE LOUISE HAARMAN

Processo Nº 08505.011260/2013-64 - XUE LI

Processo Nº 08506.010849/2012-54 - JACK CLARENCE HEBERLIG JR e JENNIFER LAMPERT HEBERLIG.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo(s), por ter(em) o(s) estrangeiro(s) retornado ao País de origem. Processo Nº 08505.092720/2012-66 - BAOQIU ZHANG.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.023168/2013-28 - AMILTON CESAR HENRIQUE GOMES LEAL, até 07/10/2014

Processo Nº 08270.017073/2013-95 - AUGUSTO GOMES, até 15/08/2014

Processo Nº 08270.019150/2013-41 - ESTEVAO LEANDRO SPENCER SILVA DE CARVALHO, até 20/09/2014

Processo Nº 08270.019165/2013-18 - ALEXANDRE BACAR FATI, até 14/09/2014

Processo Nº 08270.019195/2013-16 - ZINHA MARNA, até 24/08/2014

Processo Nº 08270.019199/2013-02 - MANUEL ADAO DA CUNHA, até 31/08/2014

Processo Nº 08270.021786/2013-53 - SAMUEL SANHA MANE, até 21/09/2014

Processo Nº 08270.022667/2013-18 - ALEXANDRINA PEREIRA DIAS FATI, até 12/09/2014

Processo Nº 08270.022691/2013-57 - INOQUE NANQUE, até 31/10/2014

Processo Nº 08270.022696/2013-80 - VITORINA JUSTADO SOUTO AMADO, até 14/09/2014

Processo Nº 08270.022744/2013-30 - ASCENSIONE AIDLER MENDES, até 21/09/2014

Processo Nº 08270.022776/2013-35 - GINO PEREIRA, até 14/09/2014

Processo Nº 08270.022813/2013-13 - LAI BAGUMESSO MANGA, até 11/09/2014

Processo Nº 08286.002196/2013-52 - ELIANE GERZELJ, até 24/09/2014

Processo Nº 08286.002295/2013-34 - ALEXCINA MONICA CASSAMA, até 01/09/2014

Processo Nº 08460.027925/2013-15 - YINGYING WANG e JIANDONG GU, até 03/10/2014

Processo Nº 08505.068454/2013-31 - DANIEL EDUARDO MENDOZA GARCIA, até 15/01/2014

Processo Nº 08505.082611/2013-11 - MOHAMMAD MATIN JELODARZADEH RAVANDI, até 10/08/2014

Processo Nº 08505.083195/2013-79 - ADELINO NEVES TCHIPIA, até 03/09/2014

Processo Nº 08505.083333/2013-10 - LIGIA MARIA DE JESUS CIPRIANO, até 31/10/2014.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 253, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Conjunto de Episodios: A BÍBLIA (THE BIBLE, Brasil - 2013)
Episódio(s): 10
Produtor(es): Crispin Reece
Diretor(es): The History Channel
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.008391/2013-66
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: GRACE: A PRINCESA DE MÔNACO (GRACE OF MONACO, Mônaco - 2013)
Produtor(es): Arash Amel
Diretor(es): Olivier Dahan
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.009492/2013-54
Requerente: Playarte Pictures

Show Musical: THE TRUTH ABOUT LOVE TOUR - LIVE IN MERLBOURNE (Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es):
Diretor(es): Larn Poland
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.009600/2013-99
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: JFK - A HISTÓRIA NÃO CONTADA (+ ADICIONAIS) (PARKLAND, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Tom Hanks/Bill Paxton/Gary Gowtzman/Nigel Sinclair/Matt Jackson
Diretor(es): Peter Landesman
Distribuidor(es): FOX SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.009716/2013-28
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SOS: MULHERES AO MAR (Brasil - 2013/2014)
Produtor(es):
Diretor(es): Cris D`Amato

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.009737/2013-43
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: VIRGÍNIA (TWIXT, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Francis Ford Coppola
Diretor(es): Francis Ford Coppola
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.009760/2013-38
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: DE REPENTE PAI (DELIVERY MAN, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Ken Scott
Diretor(es): Dreamworks SGK
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Digital
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.009762/2013-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ATIVIDADE PARANORMAL - MARCADOS PELO MAL (PARANORMAL ACTIVITY - THE MARKED ONES, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Oren Peli
Diretor(es): Christopher Landon
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: Digital
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo impactante
Processo: 08017.009784/2013-97
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PHILOMENA (Estados Unidos da América / França / Reino Unido - 2014)
Produtor(es): Steve Coogan/Tracey Seaward/Gabrielle Tana
Diretor(es): Stephen Frears
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Processo: 08017.009786/2013-86
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

RETIFICAÇÃO

No Despacho publicado no Diário Oficial da União de 19/12/2013, Seção 1, página 278, Processo MJ nº 08017.008222/2013-26, onde se lê: "Em 14 de março de 2013" leia-se "Em 17 de dezembro de 2013".

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 807, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, nomeado pelo Decreto da Presidência da República de 13 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 2012, Seção 2, Página 01, no uso de suas competências e consoante a delegação contida na Portaria nº 523, de 01/12/2010, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2011, seção 1, Páginas 80 a 88 e o disposto no art. 67, da Lei 8.666/93, resolve:

Art. 1º- Autorizar a cessão não onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.003491/2013-01, demarcadas no Reservatório da UHE de Ilhas Solteira para fins de aquicultura no Estado do Mato Grosso do Sul, participantes da Concorrência nº 21/2013-MPA:

AREA	LICITANTE	CPF	PARQUE
1639	AGNALDO RODRIGUES DA SILVA	142.023.968-63	RIBEIRÃO FORMOSO
1640	ALESSANDRO RICARDO DE SOUZA	536.005.921-49	RIBEIRÃO FORMOSO
1641	ANGELO ANTONIO DE SOUZA	137.881.081-34	RIBEIRÃO FORMOSO
1642	CLAUDIO ROGERIO DE SOUZA	596.114.051-20	RIBEIRÃO FORMOSO
1643	ELIAS DE CAMARGO	030.188.408-01	RIBEIRÃO FORMOSO
1644	EURIPEDES GONÇALVES DE OLIVEIRA	139.963.041-53	RIBEIRÃO FORMOSO
1645	FABIANA MARITZA DE SOUZA	607.963.591-72	RIBEIRÃO FORMOSO
1646	GILMAR BORGES CARVALHO	357.313.201-44	RIBEIRÃO FORMOSO
1647	JOÃO BATISTA PEREIRA	446.853.781-72	RIBEIRÃO FORMOSO
1648	JONOEL VALERIANO DA SILVA	894.407.061-04	RIBEIRÃO FORMOSO
1649	LUCIANA MARIA GONÇALVES	950.519.701-25	RIBEIRÃO FORMOSO
1650	LUCIANA REGINA MARQUES RIBEIRO	002.640.621-75	RIBEIRÃO FORMOSO
1651	MARCO ANTONIO DE FREITAS SILVA	542.407.431-68	RIBEIRÃO FORMOSO
1652	MARCOS LEMOS LEAL	475.045.101-06	RIBEIRÃO FORMOSO
1653	MARCOS LOPES MARTINS	894.477.351-34	RIBEIRÃO FORMOSO
1654	OLIVAR FERNANDES CAPELLA FILHO	272.988.501-30	RIBEIRÃO FORMOSO
1655	OSVALDO ALVES DA SILVA	450.445.461-00	RIBEIRÃO FORMOSO
1656	SEBASTIÃO CARLOS ALVES PEREIRA	294.349.631-68	RIBEIRÃO FORMOSO
1657	SEBASTIÃO NUNES VIEIRA	321.198.871-87	RIBEIRÃO FORMOSO
1658	SERGIO PAULO FAUSTINO	939.018.871--72	RIBEIRÃO FORMOSO
1659	CLAUDINEIA DE PAULA DA SILVA	220.108.648-67	RIBEIRÃO FORMOSO
1660	ROBERTO ANTONIO DE SOUZA	475.767.151-20	RIBEIRÃO FORMOSO
1661	OSMAILDO ALVES FERREIRA	519.240.131-34	RIBEIRÃO FORMOSO
1662	JOÃO DIVINO DA SILVA	304.532.671-49	RIBEIRÃO FORMOSO
1663	ADALBERTO FREITAS SANTANA	446.251.541-20	RIBEIRÃO FORMOSO
1664	JAIME TIAGO DA MAIA DIAS	309.103.901-34	RIBEIRÃO FORMOSO
1665	AKEMI MORE	357.314.511-68	RIBEIRÃO FORMOSO
1666	JOÃO PEDRO DA SILVA	156.584.061-53	RIBEIRÃO FORMOSO
1667	SANDRO SHIQUENOBRO MORE	133.455.498-67	RIBEIRÃO FORMOSO
1668	REGINALDO COELHO NEVES	265.872.098-07	RIBEIRÃO FORMOSO
1669	DEOCLIDES GOMES SANTANA	142.879.351-87	RIBEIRÃO FORMOSO
1670	NILDA APARECIDA ALMEIDA PAULA	867.925.981-00	RIBEIRÃO FORMOSO
1671	ALLVILMAR DONIZETH MIRANDA DE MORAIS	703.496.221-91	RIBEIRÃO FORMOSO
1672	TIEME CLAUDIA MORE BAGGIO	321.884.801-63	RIBEIRÃO FORMOSO
1673	MARINO DE FARIA DOMINGOS	604.746.616-87	RIBEIRÃO FORMOSO
1674	MIGUEL RAMOS DO PRADO	313.895.701-34	RIBEIRÃO FORMOSO
1675	GENERINDO CANDIDO DA ROCHA	036.349.778-17	RIBEIRÃO FORMOSO
1676	AGNALDO ALVES DA SILVA	716.199.921-91	RIBEIRÃO FORMOSO
1677	GILMAR SOARES GOIS	394.846.296-87	RIBEIRÃO FORMOSO
1678	RAFAEL CLAUDINO PEDRO	965.868.501-34	RIBEIRÃO FORMOSO
1679	VALDECI SILVA DE SOUZA	357.488.341-20	RIBEIRÃO FORMOSO
1680	JORGE INÁCIO DE OLIVEIRA	715.987.661-04	RIBEIRÃO FORMOSO
1681	CATIA FERNANDA COUTINHO	994.257.181-72	RIBEIRÃO FORMOSO
1682	SANDRA APARECIDA ALVES	652.915.221-00	RIBEIRÃO FORMOSO
1683	VALDEMIRA MENDES DE OLIVEIRA	465.393.101-10	RIBEIRÃO FORMOSO
1684	ATAIDES NUNES DE OLIVEIRA	257.021.731-04	RIBEIRÃO FORMOSO
1685	SELMAR GARCIA DE FREITAS	475.093.091-15	RIBEIRÃO FORMOSO
1686	GILSON MENDES DA SILVA	582.318.201-59	RIBEIRÃO FORMOSO
1688	ROGERIO MARCONDES CASTANHEIRA	700.576.641-53	RIBEIRÃO FORMOSO
1689	COSMO DAMIAO DA SILVA	102.836.938-78	RIO DO PÂNTANO

Art. 2º- A cessão a que se refere o art. 1º- destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º- O prazo da cessão será de vinte anos, contados da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - D.O.U., de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁTILA MAIA DA ROCHA

PORTARIA Nº 808, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, nomeado pelo Decreto da Presidência da República de 13 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 2012, Seção 2, Página 01, no uso de suas competências e consoante a delegação contida na Portaria nº 523, de 01/12/2010, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2011, seção 1, Páginas 80 a 88 e o disposto no art. 67, da Lei 8.666/93, resolve:

Art. 1º- Autorizar a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas/onerosas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004217/2013-41, demarcadas no Reservatório da UHE de Cana Brava no Estado de Goiás, participantes da Concorrência nº 27/2013-MPA:

PARQUE	Número da Área aquícola	Nº DE ORDEM	CPF	LICITANTE	VALOR PARA 20 ANOS
Porto 01	223	18	026.483.011-35	Marcielli Bajarano da Cruz Santana	30.001,00
Porto 01	224	18	026.483.011-35	Marcielli Bajarano da Cruz Santana	30.001,00
Porto 01	225	18	026.483.011-35	Marcielli Bajarano da Cruz Santana	30.001,00
Porto 01	226	18	026.483.011-35	Marcielli Bajarano da Cruz Santana	30.001,00
Porto 01	227	18	026.483.011-35	Marcielli Bajarano da Cruz Santana	30.001,00
Porto 01	228	18	026.483.011-35	Marcielli Bajarano da Cruz Santana	30.001,00
Três Pontes	296	3	190.336.900.001-03	Associação Brasileira. de Pescadores e Piscicultores	300.000,00
Três Pontes	297	19	051.737.601-68	Reges Borges Campo	15.000,00
Três Pontes	298	22	147.467.511-53	Silvio Batista	21.000,00
Três Pontes	299	6	377.297.051-68	Castro e Borges Restaurante Ltda-Me	50.000,00
Três Pontes	300	1	414.760.851-53	Adilson Cascão Ribeiro	20.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º- A cessão a que se refere o art. 1º- destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º- O prazo da cessão será de vinte anos, contados da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - D.O.U., de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁTILA MAIA DA ROCHA

PORTARIA Nº 809, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, nomeado pelo Decreto da Presidência da República de 13 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 2012, Seção 2, Página 01, no uso de suas competências e consoante a delegação contida na Portaria nº 523, de 01/12/2010, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2011, seção 1, Páginas 80 a 88 e o disposto no art. 67, da Lei 8.666/93, resolve:

Art. 1º- Autorizar a cessão onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.004708/2013-92, para fins de aquicultura nos Estados do Paraná, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, participantes da Concorrência nº 33/2013-MPA:

RESERVATÓRIO UHE	ESTADO	ÁREA	LICITANTE	CPF/CGC	VALOR P/20 ANOS EM R$
CAPIVARA	PARANA	676	PAULO ROBERTO FERRO	032.934.138-38	2.240,00

Art. 2º- A cessão a que se refere o art. 1º- destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º- O prazo da cessão será de vinte anos, contados da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - D.O.U., de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁTILA MAIA DA ROCHA

PORTARIA Nº 810, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, nomeado pelo Decreto da Presidência da República de 13 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 14 de março de 2012, Seção 2, Página 01, no uso de suas competências e consoante a delegação contida na Portaria nº 523, de 01/12/2010, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2011, seção 1, Páginas 80 a 88 e o disposto no art. 67, da Lei 8.666/93, resolve:

Art. 1º- Autorizar a cessão não onerosa para os bens objeto das autorizações (áreas aquícolas) às pessoas/instituições abaixo listadas, conforme Processo Administrativo nº 00350.002317/2013-33, demarcadas no Reservatório da UHE de Luís Eduardo Magalhães (Lajeado) para fins de aquicultura no Estado do Tocantins, participantes da Concorrência nº 23/2013-MPA:

Nº Ordem	PARQUE	Área aquícola	LICITANTE	CPF
1	Brejinho 01	1	ALCIDES FERREIRA DE SOUZA	323.318.941-91
2	Brejinho 01	2	FIRMINO FERREIRA DE CASTRO	217.960.761-04
3	Brejinho 01	3	SIDERVAL DIAS DOS SANTOS	784.202.371-91
4	Brejinho 01	4	GIOVANE SOARES DOS SANTOS	940.753.871-00
5	Brejinho 01	5	JOELSON COSTA FERREIRA	962.287.251-49
6	Brejinho 01	6	GERALDO XAVIER DE MORAIS	006.618.951-90
7	Brejinho 01	7	SEBASTIÃO EUDES DE SOUZA	049.642.922-15
8	Brejinho 01	8	SILVINO DIAS DOS SANTOS	952.999.631-49
9	Brejinho 01	9	ANTÔNIO LUIZ FERREIRA DOS SANTOS	978.756.941-91
10	Brejinho 01	10	MARIA DO NATAL RAMOS SANTOS	440.153.641-04
11	Brejinho 01	11	ANGELINO REGIS DO OH	354.480.081-00
12	Brejinho 01	12	JACINTO DIAS LOPES	871.978.811-91
13	Brejinho 01	13	GERALDINO FERREIRA DE SOUZA	020.612.001-09
14	Brejinho 02	14	NELSON PEREIRA DOS SANTOS	364.245.521-20
15	Brejinho 02	15	TEREZINHA RIBEIRO DOS SANTOS	388.836.601-10
16	Brejinho 02	16	DOMINGOS MONTEIRO DE MOURA	938.782.221-49
17	Brejinho 02	17	JACINTO NETO FERREIRA PIRES	611.956.691-00
18	Brejinho 02	18	ROSENILTO DA CUNHA ARAÚJO	819.939.861-20
19	Brejinho 02	19	MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA	557.277.861-34
20	Brejinho 02	20	CASSIUS CLAY CUSTÓDIO AIRES	577.616.041-34
21	Brejinho 02	21	EDIMILSON FERREIRA DE SOUZA	018.371.971-99
22	Brejinho 02	22	ANTONIO NERES DO NASCIMENTO	254.095.061-20
23	Brejinho 02	23	JOÃO FERREIRA DE SOUZA	912.767.131-34
24	Brejinho 02	24	GUILHERMINA VIEIRA SOARES	979.497.871-04
25	Brejinho 02	25	SAMUEL DE ANDRADE COSTA	601.579.681-20
26	Brejinho 02	26	MARIA APARECIDA RAMALHO LOPES	004.069.111-00
27	Brejinho 02	27	ALBERTO ROCHA NUNES	311.131.681-53
28	Brejinho 02	28	SALVADOR PEREIRA RIBEIRO	192.317.921-72
29	Brejinho 02	30	MANOEL JOSÉ DE OLIVEIRA	169.209.101-87
30	Brejinho 02	31	EDINALVA BARBOSA DE OLIVEIRA	885.552.401-15
31	Brejinho 02	32	RAIMUNDA SUELY MEDEIROS	385.730.831-15
32	Brejinho 02	33	VANALDO BISPO DOS SANTOS	546.945.821-00
33	Brejinho 02	34	ANTÔNIO RODRIGUES CHAVES	012.695.801-75
34	Brejinho 02	35	JOÃO CARLOS RIBEIRO MOURA	031.422.331-21
35	Miracema- Lajeado	53	MARISÓRIA DA CRUZ CARVALHO	527.536.891-72
36	Miracema- Lajeado	54	HÉLIO DE SOUSA VIEIRA	251.589.101-20
37	Miracema- Lajeado	55	CLEONICE FERREIRA LIMA	052.315.721-52
38	Miracema- Lajeado	56	VALDINEZ FERREIRA DE ARAUJO	425.843.101-04
39	Miracema- Lajeado	57	DARCI FERREIRA DE ARAUJO	981.856.831-15
40	Miracema- Lajeado	58	DEUSAMAR SOARES DA SILVA	946.863.781-68
41	Miracema- Lajeado	59	MILTON FRANCISCO DE SOUZA	643.165.051-49
42	Miracema- Lajeado	60	JURACY MORAES LOPES	098.059.358-17
43	Miracema- Lajeado	61	JUVENAL BARBOSA RODRIGUES	289.915.401-04
44	Miracema- Lajeado	62	ERCIVANE PEREIRA CAMPOS	586.679.111-00
45	Miracema- Lajeado	63	WANILSON CORREIA DA SILVA	832.712.101-44
46	Miracema- Lajeado	64	GEANIO LOPES ABREU	772.810.981-20
47	Miracema- Lajeado	65	JANES LOURENÇO RODRIGUES DA SILVA	557.253.411-00
48	Miracema- Lajeado	66	JOÃO MENDES ROCHA	546.823.201-49
49	Miracema- Lajeado	67	JOÃO BATISTA SOUSA DA SILVA	134.122.801-00
50	Sucupira	112	MOIZES LOPES IRMÃO	037.365.121-04
51	Sucupira	113	VENAL CANUTO FERREIRA	569.952.705-25
52	Sucupira	114	JOSÉ LUIS MARTINS MARINHO	762.214.311-15
53	Sucupira	115	NAYANE PEREIRA DA SILVA	037.913.531-01
54	Sucupira	116	LUIZ FLAVIO PEREIRA	183.708.101-87
55	Sucupira	117	EDSON RODRIGUES DE SOUSA	022.585.401-51
56	Sucupira	118	JOSE HUMBERTO DA ALMEIDA	334.099.191-04
57	Sucupira	119	ADAILTON VOGADO TORRES	694.724.161-87
58	Sucupira	121	EVANDRIANE AMARAL MIRANDA	028.461.631-15
59	Sucupira	123	OSVALDO DA ROCHA	370.249.909-10
60	Sucupira	124	RENILSON JARDIM DE OLIVEIRA	025.563.455-27
61	Sucupira	125	ELISABETH JARDIM DE OLIVEIRA	852.252.311-87
62	Sucupira	126	MARIA JOSE DE SOUSA CHAVES	621.986.612-68
63	Sucupira	127	VALDICLEITON FRANCISCO DOS SANTOS	884.495.481-87
64	Sucupira	128	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA	016.429.491-08
65	Sucupira	129	DEMIVAL GONÇALVES NARDES	418.311.441-15
66	Sucupira	130	JOSÉ SOARES DE SENA	697.516.841-53
67	Sucupira	131	RITA MARIA FERREIRA DA SILVA	022.090.161-93
68	Sucupira	132	MERYE INÊS NASCIMENTO PEREIRA	899.179.011-91
69	Sucupira	133	MARILENE COELHO DE SOUZA	682.029.702-53
70	Sucupira	134	HILTON FRANCISCO MESSIAS	626.613.451-91
71	Sucupira	136	LUIZ MAR PEREIRA DA SILVA	277.443.532-34

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

72	Sucupira	137	MARIA CREUSA NUNES DE BARROS	948.802.121-72
73	Sucupira	138	JUSCELINO DIAS DA SILVA	566.543.161-34
74	Sucupira	139	LUIS GONZAGA ALVES	943.004.374-91
75	Sucupira	140	JOSE AFRANIO GONÇALVES	117.542.571-00
76	Sucupira	141	ANTONIA DA SILVA SOUSA	290.813.511-68
77	Sucupira	142	RAIMUNDO TOSTA DE LACERDA	268.191.041-20
78	Sucupira	143	MARIA JOSE BUENO PEIXOTO	946.490.221-34
79	Sucupira	144	SILVIA MARIA PEREIRA O. DOS REIS	008.190.395-27
80	Sucupira	145	EUGENIO BISPO DE SOUSA	565.639.141-87
81	Sucupira	146	ROSA CLEIA LOPES DA SILVA	028.153.901-40
82	Sucupira	147	FRANCISCO SILVA GALVÃO	279.359.573-04
83	Sucupira	148	ANTONIO ALEXANDRE	153.331.593-00
84	Sucupira	149	RAIMUNDO ARAUJO PAÉ	759.159.011-15
85	Sucupira	150	HAINNAN SOUZA ROCHA	032.639.861-98
86	Sucupira	151	NALVO BARBOSA RIBEIRO	383.026.321-04
87	Sucupira	152	JOSE VILMAR DE SOUSA LOPES	345.458.243-15
88	Sucupira	153	LUCIA ALVES DE ALMEIDA	563.564.392-20
89	Sucupira	154	ANTONIO DOURIVAL QUEIROZ LUZ	250.274.682-53
90	Sucupira	155	MANOEL RIBEIRO SANTANA	252.226.002-20
91	Sucupira	157	SUELI VAZ	242.973.991-72
92	Sucupira	158	FRANCIVETE NASCIMENTO COSTA	789.275.011-87
93	Sucupira	159	FRANCISCO DE ASSIS SOUZA PEREIRA	756.437.823-91
94	Sucupira	160	JOSE SOARES DE MELO	190.321.701-63
95	Sucupira	161	JORDANO SOUSA CORREA	146.521.881-53
96	Sucupira	162	MOIZES MOTTA WANZELER	087.433.202-87
97	Sucupira	164	JOAO HAROLDO GOMES ALMEIDA	166.073.331-68
98	Sucupira	165	AMERICO ANTONIO F. FERNANDES	178.027.253-72
99	Sucupira	166	ALCIDES CAMPOS DE OLIVEIRA	270.386.372 -15
100	Sucupira	167	ANTÔNIA DO NASCIMENTO COSTA	576.002.791-37
101	Sucupira	168	CESAR FELIPE DE SOUZA	133.006.101-25
102	Sucupira	169	ADIMAR MARCELINO DA CRUZ	996.031.791-91
103	Sucupira	170	DIEYSON MARINHO BAIA	009.031.101-99
104	Sucupira	171	ALESSANDRO MOREIRA DE CARVALHO	041.103.281-01
105	Sucupira	172	ÂNGELO MARCOS DOMINGOS CHAVES	028.253.591-81
106	Sucupira	173	MARCELINO PEREIRA DA SILVA NETO	441.363.741-00
107	Sucupira	175	ALBA CARDOSO DA SILVA	691.393.501-34
108	Sucupira	176	VANILDO JOÃO DE SOUZA	846.906.401-06
109	Sucupira	177	EDMUNDO BISPO DE SOUSA	157.049.472-04
110	Sucupira	180	MARIA IVETE MARQUES DE SOUZA	472.728.801-04
111	Sucupira	181	GILSON ONORIO DA SILVA	911.045.305-97
112	Sucupira	183	JOSE WILSON PEREIRA	347.951.461 - 87
113	Sucupira	184	MARINALVA ANDRADE DA SILVA	028.927.051-00
114	Sucupira	185	SILVIA PINHEIRO DA ROCHA	623.425.171-49
115	Sucupira	186	MARCIR CARVALHO RIBEIRO	701.548.191-07
116	Sucupira	187	JOSE CARDOSO	742.759.333-20
117	Sucupira	189	LUCIO DE PAULA	608.187.516-49
118	Sucupira	190	ALOIZIO REZENDE TRECE	822.685.411-34
119	Sucupira	191	HUELITON BARBOSA CAMINHA	549.568.541-53
120	Sucupira	192	EBERLEZ PAIVA REIS	878.952.261-34
121	Sucupira	193	SANDRA LUCIA KOBAYASHI	033.657.819-94
122	Sucupira	194	RAIMUNDO NAZARIO DE SOUSA	107.510.608-79
123	Sucupira	195	JOSE DO NASCIMENTO PEREIRA	813.918.543-49
124	Sucupira	196	JOSE DE ASSIS DOS SANTOS	478.648.473-15
125	Sucupira	197	NEUZA APARECIDA FERREIRA BORGES	985.262.861-53
126	Sucupira	198	JOSE ERIVAN SOUSA ARAUJO	925.729.443-91
127	Sucupira	199	JOSE CARVALHO LEITE	037.546.819-66
128	Sucupira	200	SIVIRINO CORREIA BEZERRA	730.177.361-72
129	Sucupira	201	ANATANIEL LOPES	238.841.001-06
130	Sucupira	202	JIMMES RODRIGUES FARIAS	014.140.991-69
131	Sucupira	203	JOSE CARLOS ALVES SILVA LIMA	388.374.711-49
132	Sucupira	204	NIVALDO ALVES DA CRUZ	430.628.061-68
133	Sucupira	206	JOVANE PEREIRA DA SILVA	280.455.562-34
134	Sucupira	207	MARIA DE LOURDES PEDRO DA SILVA	920.609.001-15
135	Sucupira	208	ALEON DIOCLECIANA DA SILVA	012.279.135-59
136	Sucupira	209	EDIVALTON MENDONÇA GOMES	777.727.171-72
137	Sucupira	210	WILTON GOMES DA SILVA	564.688.751-04
138	Sucupira	211	MARIA LUIZA BARBOSA DA SILVA	311.193.361-04
139	Sucupira	212	ITELVINA ALVES DA SILVA	618.853.801-78
140	Sucupira	213	MANOEL DOS SANTOS FERNANDES	244.659.333-04
141	Sucupira	214	LAZARO RODRIGUES SABIA	323.811.071-34
142	Sucupira	215	ROBLEDO DA SILVA GUIMARÃES	857.246.371-20
143	Sucupira	216	ANTONIO DE ARRUDA VIEIRA	067.408.123-49
144	Sucupira	217	ISMAR TAVARES DA SILVA	301.145.511-20
145	Sucupira	218	CLEONICE BRAGA LOPES	368.139.661-04
146	Sucupira	219	MANOEL LINO DE SOUSA	190.010.021-53
147	Sucupira	220	JOSIMAR SANTANA MENDES	659.962.753-68
148	Sucupira	221	NILSON ANTONIO MUTZ	389.158.201-34
149	Sucupira	222	ROSANGELA CRISTINA DE SOUZA	980.485.111-34
150	Sucupira	223	EDIONICE LIMA DA SILVA	504.719.451-53
151	Sucupira	224	RAFAEL RODRIGUES MOREIRA NETO	025.016.921-52
152	Sucupira	225	MACIEL POVOAS CARVALHO	238.251.623-20
153	Sucupira	226	SOILA PEREIRA DA SILVA	028.147.771-06
154	Sucupira	227	PAMELLA LEMES BABOSA FERRO	033.204.401-79
155	Sucupira	228	FRANCISCO GOMES	129.316.673-15
156	Sucupira	229	VALMIR SERGIO NEGRI	031.456.887-58
157	Sucupira	230	BENTO CARDOSO DA SILVA BRITO	294.915.331-34
158	Sucupira	231	GILDEMAR XAVIER DOS SANTOS	017.704.451-96
159	Sucupira	232	DOMINGAS MARCIA PINHEIRO DA ROCHA	872.561.341-34
160	Sucupira	233	JANAINA DE SOUSA SILVA	750.831.752-15
161	Sucupira	234	MAURINA RODRIGUES DA SILVA	547.137.901-25
162	Sucupira	235	WANDERLEY RODRIGUES DA SILVA	490.559.172-49
163	Sucupira	236	CLEBSON PEREIRA DA SILVA	984.795.041-53
164	Sucupira	237	DAVI RODRIGUES DE SOUSA	386.496.673-68
165	Sucupira	238	NELCILENE DOS SANTOS ROCHA	808.373.603-15
166	Sucupira	239	TALISTONE DA SILVA EVANGELISTA	050.815.956-32
167	Sucupira	240	MARINALVA FERREIRA MOURA DE ASSIS	625.005.974-15
168	Sucupira	241	ADILSON RIBEIRO DA SILVA	503.797.551-49
169	Sucupira	242	JOACI MENDES VIEIRA	036.513.608-57
170	Sucupira	243	JOÃO ALVES MARTINS	576.091.957-15
171	Sucupira	244	JOSE LEONIS DE SOUZA	088.389.091-72
172	Sucupira	245	LAYNE SILVA CUNHA	009.432.971-09
173	Sucupira	246	REGINALDO LIMA DA SILVA	480.698.764-68
174	Sucupira	247	JOSE CARLOS DE CARVALHO	633.725.584-04
175	Sucupira	248	LUIZ CARLOS PEREIRA DE SOUZA	985.246.401-97
176	Sucupira	249	MANOEL DOS SANTOS ARAUJO	373.077.623-15
177	Sucupira	250	CLAUDENOR PIRES DA SILVA	879.766.251-87
178	Sucupira	251	LOURIVALDO BORGES DOS SANTOS	858.266.691-87
179	Sucupira	252	JOÃO LUIZ FERREIRA DE CARVALHO	925.758.701-00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

180	Sucupira	253	DEMETRO CASTRO LOPES	262.023.522-72
181	Sucupira	254	NERIA FRANCISCA DE ALMEIDA	607.255.161-00
182	Sucupira	255	VINICIUS RODRIGUES NERES	037.848.071-51
183	Sucupira	256	CLAUDECI SILVA	985.121.703-44
184	Sucupira	257	VALMIR BEZERRA LIMA	917.163.573-49
185	Sucupira	258	VALDEMIR BARBOSA BEZERRA	016.770.493-16
186	Sucupira	259	DAGMA CORCINO LOPES	021.372.341-73
187	Sucupira	260	SUELY SILVA BOMTEMPO	853.049.301-00
188	Sucupira	261	ROSELI MARIA DE SOUZA DA SILVA	871.402.091-20
189	Sucupira	262	VALTEMIR BEZERRA LIMA	343.511.243-34
190	Sucupira	263	ALDIVAN JOSE DE ALMEIDA SILVA	526.543.111-04
191	Sucupira	264	TELMA RODRIGUES DE SOUZA	870.221.842-91
192	Sucupira	265	VALDENIR BORGES DE OLIVEIRA	170.058.841-91
193	Sucupira	266	MURILO HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS	017.873.741-06
194	Sucupira	267	ADRIANO DIVINO FERREIRA	024.941.461-94
195	Sucupira	268	ARTU CONRADO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR	052.966.971-46
196	Sucupira	269	EDNA MARIA SANTOS SILVA DE CARVALHO	850.688.371-72
197	Sucupira	270	MARILDA RIBEIRO DE SOUSA	012.349.301-37
198	Sucupira	271	MARIA DAS MERCÊS RIBEIRO DE SOUSA	007.700.281-44
199	Sucupira	272	EURIJAN MARTINS BARROS	797.230.801.25
200	Sucupira	273	APARECIDO BRAZ ANASTÁCIO	626.563.921-87
201	Sucupira	274	MARIA APARECIDA MENDES DA SILVA	037.911.451-85
202	Sucupira	275	ANA CÉLIA SILVA LIMA SANTOS	698.307.701-68
203	Sucupira	276	OLGA RIBEIRO DE SOUZA	029.419.751-60
204	Sucupira	277	ANDRÉIA FERREIRA DA CARMO ARAÚJO	037.912.471-82
205	Sucupira	278	ORIVALDO TOMAZ DA SILVA	528.074.286-49
206	Sucupira	279	ERIVAN FERREIRA PASSOS	757.314.443-15
207	Sucupira	280	FRANCISCO ALVES DA SILVA	913.881.981-34
208	Sucupira	281	MANOEL MESSIAS BARBOSA PEREIRA	306.592.991-00
209	Sucupira	282	ELANIO MOREIRA DANTAS	863.065.531-34
210	Sucupira	283	RUTH PINHEIRO COSTA	024.057.961-55
211	Sucupira	284	THIAGO LIMA DA SILVA	022.502.431-40
212	Sucupira	285	ANTONIO VILAR DE CARVALHO	358.481.972-53
213	Sucupira	286	WENDER CÉLIO DE LIMA CASTILHO	057.667.286-62
214	Sucupira	287	LILIANE MARTINS	050.006.796-10
215	Sucupira	288	JOSE DE OLIVEIRA SOUSA	026.946.576-64
216	Sucupira	289	GILBERTO PEREIRA DA SILVA	019.530.741-03
217	Sucupira	290	FRANCISCO SALES DA SILVA	460.530.501-72
218	Sucupira	291	DIVINO FERREIRA DE SOUZA	454.696.791-87
219	Sucupira	292	ERIVAN DINIZ DA SILVA	373.863.431-87
220	Sucupira	293	EVA FEITOSA FREIRE DA SILVA	505.833.281-72
221	Sucupira	294	EDVAN DINIZ DA SILVA	428.671.341-53
222	Sucupira	295	MARLUPE KRUTSCHOK DE SOUZA	906.973.911-91
223	Sucupira	296	HOMERO JULIANI BARBOSA	363.333.606-00
224	Sucupira	297	REJANE BARROS CAVALCANTE	863.268.481-72
225	Sucupira	298	TUMASA RODRIGUES DA SILVA	546.702.411-68
226	Sucupira	299	MARIA ZILMA DA CUNHA SILVA	328.501.821-68
227	Sucupira	300	JOSÉ DA PAIXÃO BARROS SILVA	781.230.971-15
228	Sucupira	301	JUSCELINO BARBOSA LIMA	307.497.511-34
229	Sucupira	302	ADRIANO MENDES DE SOUSA	932.125.771-34
230	Sucupira	303	FRANCISCA DO NASCIMENTO VIEIRA	176.681.153-15
231	Sucupira	304	MARCELO DO NASCIMENTO VIEIRA	042.812.651-04
232	Sucupira	305	GEAN NASCIMENTO VIEIRA	044.583.371-81
233	Sucupira	306	JOQUEBEDE DO NASCIMENTO VIEIRA	025.253.091-89
234	Sucupira	307	GEOVANE DO NASCIMENTO VIEIRA	044.589.971-90
235	Sucupira	308	MARIA DA GLORIA GOMES LOPES	833.917.386-34
236	Sucupira	309	BINIDITA BARBOSA LIMA	323.452.161-15
237	Sucupira	310	ODILENE TAVARES BARRENSE MAGALHÃES	418.263.295-87
238	Sucupira	311	THAIZ LIMA DA SILVA	046.950.311-40
239	Sucupira	312	ENOQUE MENDES FERREIRA	794.073.231-53
240	Sucupira	313	DOMINGAS DA SILVA REIS FERREIRA	867.530.701-25
241	Sucupira	314	LEIVANI DO NASCIMENTO COSTA	005.964.441-92
242	Sucupira	315	AZENATE DO NASCIMENTO COSTA	870.789.101-68
243	Sucupira	316	FRANCISCO DA SILVA COSTA	299.039.393-53
244	Sucupira	317	NATANAEL NASCIMENTO COSTA	644.304.801-68
245	Sucupira	318	VANESSA DE JESUS RODRIGUES PEREIRA COSTA	009.462.951-07
246	Sucupira	319	ANA KELLEN M. NASCIMENTO COSTA	013.499.901-08
247	Sucupira	320	EFLAIN DO NASCIMENTO COSTA	925.541.721-53

Art. 2º- A cessão a que se refere o art. 1º- destina-se à implantação de unidades produtivas para o cultivo de organismos aquáticos.

Art. 3º- O prazo da cessão será de vinte anos, contados da publicação dos Extratos dos respectivos contratos no Diário Oficial da União - D.O.U., de acordo com os prazos definidos no Art. 15 do Decreto 4.895/2003, podendo ser renovados, por igual período, a critério da Concedente.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÁTILA MAIA DA ROCHA

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 123, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012, e do que constam nos processos nº 21014.000548/2004-11, 00356.001228/2010-77, 00356.002989/2012-16, 00356.002895/2005-18, 00356.000731/2009-71, 00356.000797/2009-61 e 21014.004141/2004-54, resolve:

Art. 1º Determinar com fundamento no inciso I, do art. 17, da Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, o cancelamento dos registros de pescadores profissionais, efetivados no Estado do Ceará, conforme relação nominal a seguir:

N°	NOME	CPF	UF	MOTIVO DE CANCELAMENTO
1	Diana Alves Galvão	968.473.443-34	CE	A Pedido do Interessado
2	Henia Maria de Lima	583.979.653-00	CE	A Pedido do Interessado
3	Jose Raimundo Cassiano Saturno	004.039.762-94	CE	A Pedido do Interessado
4	Cristovão da Costa Mesquita	959.218.003-25	CE	A Pedido do Interessado
5	Francisco Chagas Venancio	091.815.803-63	CE	A Pedido do Interessado
6	Jose Antonio da Silva	526.316.213-87	CE	A Pedido do Interessado
7	Paulo Sergio Barbosa da Silva	620.411.933-87	CE	A Pedido do Interessado

Art. 2° Esta Portaria, com o respectivo motivo de cancelamento, será divulgada no sitio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (www.mpa.gov.br), assim como será afixada na sede da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 523, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Disciplina os critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho individual e institucional, para fins de aferição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP, devida aos integrantes da Carreira de Perito Médico Previdenciário e Supervisor Médico-Pericial.

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no § 4º do art. 38, no § 1º do art. 46, ambos da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e no art. 6º do Decreto nº 8.068, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam disciplinados os critérios e procedimentos específicos para as avaliações de desempenho institucional e individual, para os fins de aferição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Médico Previdenciário - GDAPMP.

Parágrafo único. Observa-se-á, quanto aos critérios gerais, as disposições contidas no Decreto nº 8.068, de 2013.

Art. 2º Os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de que trata esta Portaria são devidos aos titulares de cargos de provimento efetivo das seguintes carreiras:

I - carreira de Perito Médico Previdenciário, composta pelo cargo de Perito Médico Previdenciário, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009; e

II - carreira de Supervisor Médico-Pericial, composta pelo cargo de Supervisor Médico-Pericial, de que tratam as Leis nº 9.620, de 2 de abril de 1998 e nº 11.907, de 2009.

Art. 3º São princípios norteadores do processo de avaliação de desempenho do INSS:

I - ênfase no desenvolvimento das pessoas;

II - gestão participativa;

III - mensuração do desempenho pactuado;

IV - compatibilização da necessidade da Organização com os direitos dos servidores;

V - foco nos aspectos críticos do trabalho;

VI - responsabilidade conjunta, baseada na confiança e no respeito mútuo;

VII - redução de custos e praticidade para melhorar a qualidade dos serviços prestados;

VIII - transparência baseada no diálogo aberto e construtivo; e

IX - processo cotidiano e natural de administração.

Art. 4º As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, com a identificação de aspectos do desempenho que possam ser inseridos no planejamento de programas que ofereçam ações e oportunidades de capacitação e de desenvolvimento profissional.

Art. 5º Para efeito de aplicação do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - avaliação de desempenho - monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com a finalidade de aprimorar as ações médico-periciais e o alcance das metas, considerando a missão e os objetivos do INSS;

II - ciclo de avaliação - período de seis meses considerado para realização da avaliação de desempenho individual dos servidores alcançados pelo art. 2º e da avaliação de desempenho institucional do INSS;

III - chefia imediata administrativa - chefia a qual o servidor está regimentalmente subordinado em função de sua lotação ou seu exercício; e

IV - chefia imediata técnica - chefia a qual o servidor está tecnicamente subordinado.

Art. 6º A GDAPMP será atribuída aos servidores em função de seu desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional do INSS.

Parágrafo único. Somente farão jus à GDAPMP os ocupantes dos cargos referidos no art. 2º que estiverem em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, ressalvado o disposto no art. 25.

Art. 7º As avaliações de desempenho individual e institucional serão realizadas semestralmente e utilizadas como instrumento de gestão.

§ 1º O primeiro ciclo de avaliação terá início trinta dias após a data de publicação das metas de desempenho a que se refere o § 1º do art. 9º.

§ 2º O resultado da primeira avaliação de desempenho gerará efeitos financeiros a partir do início do primeiro período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 3º A avaliação individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício das atividades por, no mínimo, dois terços de um ciclo de avaliação completo.

§ 4º Os resultados de cada período de avaliação institucional e individual terão, após o primeiro ciclo, efeitos financeiros mensais, durante igual período, a partir do mês subsequente ao de processamento das avaliações.

§ 5º O ciclo da avaliação de desempenho terá a duração de seis meses, exceto o primeiro ciclo que poderá ter duração inferior à estabelecida neste parágrafo.

§ 6º São consideradas unidades de avaliação as Agências da Previdência Social, Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central, existentes na estrutura organizacional do INSS.

Art. 8º A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 1º A avaliação de desempenho individual será realizada em duas dimensões:

I - funcional, para servidores membros das equipes de trabalho que não atuem na gestão de equipes; e

II - gerencial, para servidores que atuem na gestão de equipes de trabalho.

§ 2º A avaliação de que trata o caput será feita com base em critérios e fatores de desempenho que reflitam os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias ao adequado exercício das tarefas e das atividades funcionais ou gerenciais dos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 2º.

§ 3º Na avaliação de desempenho individual serão considerados os seguintes critérios:

I - dimensão funcional:

a) flexibilidade às mudanças;

b) relacionamento interpessoal;

c) trabalho em equipe;

d) comprometimento com o trabalho e participação para o alcance das metas; e

e) conhecimento e autodesenvolvimento.

II - dimensão gerencial:

a) liderança;

b) planejamento;

c) comprometimento com o trabalho e participação para o alcance das metas;

d) gestão das condições de trabalho e desenvolvimento de pessoas; e

e) relacionamento interpessoal.

§ 4º Os critérios de avaliação de desempenho individual poderão variar segundo as condições específicas de cada Gerência-Executiva ou unidade de avaliação a que estiver vinculado o servidor.

§ 5º A avaliação de desempenho individual será realizada pela chefia imediata do servidor, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 5º.

§ 6º Para fins de subsidiar a avaliação individual, recomenda-se que seja realizada auto-avaliação, avaliação pela equipe, e avaliação das Chefias pela equipe.

Art. 9º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance das metas organizacionais, considerando a missão e os objetivos do INSS.

§ 1º A parcela da GDAPMP referente à avaliação de desempenho institucional será paga conforme parâmetros relativos ao alcance das metas organizacionais, a serem definidos em ato do Ministro de Estado da Previdência Social.

§ 2º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas semestralmente em ato do Presidente do INSS, e poderão ser revistas, a qualquer tempo, na superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o INSS não tenha dado causa a tais fatores.

§ 3º As metas referidas no § 2º devem ser objetivamente mensuráveis, com a utilização de parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados às atividades finalísticas do INSS, observado o disposto no § 3º do art. 5º do Decreto nº 8.068, de 2013.

§ 4º As metas de desempenho institucional e os resultados apurados a cada período deverão ser amplamente divulgados pelo INSS, inclusive em seu sítio eletrônico, acessíveis a qualquer tempo.

Art. 10. O limite máximo da GDAPMP é de cem pontos e o limite mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVI da Lei nº 11.907, de 2009.

§ 1º A pontuação referente à GDAPMP será assim distribuída:

I - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

§ 2º A parcela referente à avaliação de desempenho institucional no valor correspondente ao atribuído à Gerência-Executiva ou unidade de avaliação à qual o servidor estiver vinculado, será composta pelas metas estabelecidas para própria Gerência-Executiva, para a correspondente Superintendência Regional e a meta Nacional, as quais serão definidas a cada ciclo de avaliação por ato do Ministro de Estado da Previdência Social.

Art. 11. No início de cada ciclo de avaliação, será divulgado, em ato do Presidente do INSS, o resultado atual e a meta institucional das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e a meta Nacional.

Parágrafo único. A divulgação de que trata este artigo deverá observar o prazo de até quinze dias, contados da data da publicação do ato do Ministro de Estado da Previdência Social fixando parâmetros e indicadores de avaliação institucional do período.

Art. 12. A pontuação da avaliação de desempenho institucional, limitada a oitenta pontos, será atribuída da seguinte forma:

I - aos servidores lotados na Administração Central do INSS, correspondente à média da avaliação das Superintendências Regionais;

II - aos servidores lotados nas Superintendências Regionais, correspondente à média da avaliação das Gerências-Executivas vinculadas às Superintendências Regionais; e

III - aos servidores lotados nas diversas unidades das Gerências-Executivas correspondente à média das Agências da Previdência Social de sua circunscrição.

Art. 13. A avaliação de desempenho individual abrange todos os servidores integrantes da Carreira de Perito Médico Previdenciário e Supervisor Médico-Pericial, em efetivo exercício no INSS.

Art. 14. Fica instituído o Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho dos Peritos Médicos Previdenciários - CGNADPMP, com a finalidade de propor e revisar critérios de avaliação, visando o aperfeiçoamento da sistemática do processo, observado o disposto no art. 24 do Decreto nº 8.068, de 2013 e composto por representantes do INSS e por membros indicados pelas representações nacionais dos seus servidores.

§ 1º Ato do Presidente do INSS disporá sobre o funcionamento do CGNADPMP, bem como da instituição e funcionamento dos Comitês Gestores Regionais de Avaliação de Desempenho dos Peritos Médicos Previdenciários - CGRADPMP.

§ 2º O CGNADPMP poderá propor outros fatores de desempenho nas dimensões funcional e gerencial, os quais só poderão entrar em vigor depois de decorridos pelo menos doze meses contados da data de sua aprovação.

Art. 15. A avaliação de cada fator de que trata o § 2º do art. 8º será efetuada de acordo com conceitos e pontuações definidos em ato do Presidente do INSS.

Art. 16. A avaliação será realizada pela chefia imediata do servidor, ou pelo respectivo substituto regimental nos casos de afastamento, impedimentos legais ou regulamentares do titular, ou ainda, quando couber, por ocupante de cargo em comissão ou função gratificada designado formalmente pelo Gerente-Executivo.

Art. 17. As informações e notas referentes à avaliação têm caráter sigiloso, sendo permitido o acesso aos registros gravados somente ao avaliador, ao avaliado, aos membros das Comissões de Avaliação de Recursos e aos chefes das Unidades de Gestão de Pessoas.

Art. 18. Serão compostas Comissões de Avaliação de Recursos de Peritos Médicos Previdenciários - CARPMP, no âmbito das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central do INSS, com a finalidade de julgar, em única instância, os eventuais recursos interpostos quanto aos resultados da avaliação de desempenho individual.

§ 1º As comissões de que trata o caput serão compostas por cinco servidores ativos e estáveis, que não estejam em estágio probatório ou respondendo a Processo Administrativo Disciplinar, sendo:

I - três representantes da administração, indicados pelo Presidente, pelos Superintendentes Regionais e pelos Gerentes-Executivos, respectivamente, sendo:

a) o Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, no âmbito da Administração Central, os titulares da área de Gestão de Pessoas no âmbito das Superintendências Regionais e Gerências-Executivas, que a presidirá; e

b) o Coordenador-Geral de Perícias Médicas no âmbito da Administração Central, e os representantes técnicos da Pericia Médica no âmbito das Superintendências Regionais e Gerências-Executivas.

II - dois representantes dos servidores da carreira, escolhidos em processo eleitoral, sendo que durante o primeiro período de avaliação, as atribuições das comissões de avaliação de recursos e dos comitês gestores da avaliação de desempenho poderão ficar a cargo da unidade de gestão de pessoas.

§ 2º As normas de funcionamento das Comissões de Avaliação de Recursos serão fixadas em ato do Presidente do INSS.

Art. 19. Cada titular da CARPMP terá dois suplentes, exceto seu Presidente, que terá como suplente seu substituto legal.

§ 1º O primeiro suplente substituirá o titular em seus afastamentos e impedimentos legais.

§ 2º O segundo suplente atuará na ocorrência de afastamentos e impedimentos legais, simultâneos, do titular e do primeiro suplente.

Art. 20. A CARPMP reunir-se-á, ordinariamente, no início da fase de julgamento do recurso, de acordo com o cronograma definido.

§ 1º As reuniões poderão ser convocadas por iniciativa do Presidente ou por deliberação da maioria simples de seus integrantes.

§ 2º A decisão será por maioria simples, observado o quorum mínimo de três membros para deliberação.

§ 3º Em caso de empate o presidente exercerá o voto de qualidade.

Art. 21. A partir da disponibilização do resultado de sua avaliação individual, o servidor terá o prazo de cinco dias para dar-se por ciente.

§ 1º O servidor poderá aceitar os termos da avaliação ou, discordando:

I - Apresentar Pedido de Reconsideração, no prazo de dez dias, contados do término do prazo de que trata o caput;

II - Apresentar recurso à CARPMP.

§ 2º O Pedido de Reconsideração será apreciado pela Chefia Avaliadora no prazo de até cinco dias, devendo comunicar o servidor do resultado no dia seguinte ao da decisão.

§ 3º O Recurso poderá ser apresentado no prazo de até dez dias, contados da comunicação da decisão de que trata o parágrafo 2º ou, na hipótese do inciso II, contados da ciência de que trata o caput.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair no sábado, domingo ou em feriado.

Art. 22. O não registro de ciência do servidor no prazo estabelecido no caput do art. 21 implicará na manutenção da pontuação obtida.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao servidor que não der ciência da sua avaliação por motivo de licença ou de afastamento legal, sendo-lhe assegurado o prazo de cinco dias para recurso, a contar da data de seu retorno.

Art. 23. A decisão da CARPMP que der provimento, total ou parcial, ao recurso, produzirá efeitos financeiros retroativos ao primeiro mês do ciclo de avaliação.

Art. 24. O servidor titular do cargo de Perito Médico Previdenciário ou do cargo de Supervisor Médico-Pericial em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS perceberá a parcela da GDAPMP referente à avaliação de desempenho institucional no valor correspondente ao atribuído à Gerência-Executiva ou à Unidade de Avaliação, a qual estiver vinculado, e a parcela da GDAPMP referente à avaliação de desempenho individual segundo critérios e procedimentos de avaliação estabelecidos nesta Portaria.

Art. 25. Os ocupantes de cargos efetivos da Carreira de Perito Médico Previdenciário ou da Carreira de Supervisor Médico-Pericial quando investidos em cargos em comissão ou função de confiança farão jus à GDAPMP na forma dos artigos 13, 14 e 15 do Decreto nº 8.068, de 2013.

Art. 26. Os demais atos necessários ao cumprimento do disposto na presente Portaria serão definidos em ato do Presidente do INSS, no prazo de dez dias, contados da sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

PORTARIA Nº 524, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a Portaria MPS/GM nº 204, de 10 de julho de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

Art. 1º A Portaria MPS/GM nº 204, de 10 de julho de 2008, passa a vigorar com o acréscimo do art. 5º-A, com a seguinte redação:

"Art. 5º-A Poderá ser emitido o CRP do Estado, do Distrito Federal ou do Município que tenha submetido à SPPS, com a finalidade de atendimento aos critérios de que tratam os incisos I e VI do art. 5º, termos de acordo de parcelamento formalizados com fundamento nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS/GM nº 402, de 2008, que contemplem todo o período dos débitos e estejam na situação de "aguardando análise" no CADPREV-WEB.

Parágrafo único. A emissão do CRP será permitida quando não existirem impedimentos em critérios diversos daqueles referidos no caput e não afastará a posterior verificação, pela SPPS, da conformidade dos termos de acordo de parcelamento apresentados ao disposto nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS/GM nº 402, de 2008." (NR)

Art. 2º Revoga-se o art. 2º da Portaria MPS/GM nº 312, de 2 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 2, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

.O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CNPC, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 17 do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, bem como o parágrafo único do art. 14, anexo à Portaria MPS Nº 132, de 14 de março de 2011, resolve:

Prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo de encerramento dos trabalhos da Comissão Temática nº 2, instituída pela Portaria MPS/CNPC nº 383 de 03 de setembro de 2013, publicada no DOU de 04 de setembro de 2013, Seção 1, página 42.

.GARIBALDI ALVES FILHO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 374, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social São Mateus do Maranhão - APSSMM, tipo D, código 09.001.30.0, vinculada à Gerência Executiva São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA SALES

RESOLUÇÃO Nº 375, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS Nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS Nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Pedra Branca - APSPEB, tipo D, código 05.021.21.0, vinculada à Gerência-Executiva Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

CINARA WAGNER FREDO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.005361/86, sob o comando nº 367231601 e juntada nº 374623446, resolve:

Nº 710 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a BASF Agricultural Specialties Ltda., na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria BASF, CNPB nº 1986.0008-18, e a BASF Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000171/2010-65, sob o comando nº 366932449 e juntada nº 374418109, resolve:

Nº 711 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Aguassanta Participações S/A, Cosan Biomassa S/A, Logispot Armazéns Gerais S/A. e Rio das Pedras Administração e Participações Ltda., na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Futura, CNPB nº 2011.0009-47, e a Futura II Entidade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00440.000002/1119-94, sob o comando nº 367805281 e juntada nº 374482175, resolve:

Nº 712 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da Sercomtel S.A. - Telecomunicações, incorporadora da Sercomtel Celular S.A., patrocinadora do Plano Misto de Benefícios - CNPB nº 2000.0070-74, administrado pela SUPRE - Fundação de Suplementação Previdenciária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.159, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Certifica 6 (seis) unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.400/MS/MEC, de 2 de outubro de 2007, que estabelece os critérios obrigatórios para a certificação como Hospitais de Ensino das instituições hospitalares que servirem de campo para a prática de atividades curriculares na área da saúde, sejam Hospitais Gerais e/ou Especializados, vinculados a Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, ou, ainda, formalmente conveniados com Instituição de Ensino Superior; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.129/MS/MEC, de 7 de junho de 2013, que revoga a Portaria Interministerial nº 2.758/MS/MEC, de 23 de novembro de 2011, que constitui a Comissão de Certificação dos Hospitais de Ensino e o Grupo de Técnicos Certificadores, resolvem:

Art. 1º Ficam certificadas, como Hospital de Ensino, as unidades hospitalares descritas a seguir:

UF	MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNPJ	CNES
SP	São Paulo	Santa Casa de São Paulo	62.779.145/0001-90	2688689
MG	Juiz de Fora	Hospital Maternidade Therezinha de Jesus	21.583.042/0001-72	2153084
SP	Presidente Prudente	Hospital Domingos Leonardo Cerávolo Presidente Prudente	46.374.500/0168-64	2755130
MG	Belo Horizonte	Hospital Júlia Kubitscheck	19.843.929/0028-20	0027022
PA	Belém	Hospital Ophir Loyola	08.109.444/0001-71	2334321
MG	Viçosa	Hospital São João Batista	17.989.187/0001-09	2099438

Art. 2º A certificação de que trata este ato terá a validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar, conforme § 3º do art. 4º da Portaria Interministerial nº 2.400/MEC/MS, de 2 de outubro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Educação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 3.151, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Habilita o Município de Chorozinho (CE) a receber o incentivo financeiro de investimento para implantação do componente Sala de Estabilização (SE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.338/GM/MS, de 3 de outubro de 2011, que estabelece diretrizes e cria mecanismos para a implantação do componente Sala de Estabilização (SE) da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/CE), conforme Resolução nº 377, de 4 de dezembro de 2012, para implantação de Sala de Estabilização no Município de Chorozinho (CE);

Considerando a pactuação realizada na Comissão Intergestores Regional (CIR/CE), conforme a Resolução nº 12-A, de 31 de janeiro de 2012, para implantação de Sala de Estabilização nos Município de Chorozinho (CE);

Considerando a Proposta nº 11420.962000/1120-07 cadastrada no Sistema de Pagamentos (SISPAG) do Fundo Nacional de Saúde pelo Gestor/Proponente Fundo Municipal de Saúde de Chorozinho (CE); e

Considerando Parecer Técnico nº 1.790/2013, constante do Processo nº 25000.215278/2013-33, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Chorozinho (CE) a receber o incentivo financeiro de investimento para implantação do componente Sala de Estabilização (SE).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, regular e automática, do incentivo financeiro de investimento, no montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais), estabelecido no art. 7º da Portaria nº 2.338/GM/MS, de 3 de outubro de 2011, na forma definida no art. 8º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Chorozinho (CE).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando a Funcional Programática 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar (PO 0002).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 3.154, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Habilita os Estados, Municípios e o Distrito Federal a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve;

Art. 1º Ficam habilitados os Estados, Municípios e Distrito Federal descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; e

II - 10.302.2015.8933. Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	SÃO SEBASTIÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO	12247.631000/1130-01	27260002	24.000,00	10.302.2015.8535.0027
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023.582000/1130-01	29190005	1.660.360,00	10.302.2015.8535.0016
AP	MACAPÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACAPÁ	05995.766000/3130-24	24110024	429.429,00	10.302.2015.8535.0016
BA	AMARGOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARGOSA	13825.484000/1130-01	28790022	243.190,75	10.302.2015.8535.0029
BA	IUIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IUIU	16416.158000/1130-01	27390005	299.960,00	10.302.2015.8535.0029
BA	MURITIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MURITIBA	11453.233000/1130-12	27440003	700.000,00	10.302.2015.8535.0029
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	13937.131000/1130-02	28790022	376.600,00	10.302.2015.8535.0029
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1130-16	24370001	98.728,00	10.302.2015.8535.0023
DF	BRASÍLIA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	00394.700000/1130-05	28260004	411.924,00	10.302.2015.8535.0053
GO	AMERICANO DO BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMERICANO DO BRASIL	08624.711000/1130-01	18460003	200.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	CACHOEIRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA ALTA	08288.700000/1130-02	28340009	320.000,00	10.302.2015.8535.5460
GO	IPORÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPORÁ	01157.536000/1130-01	28910014	167.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	MAIRIPOTABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAIRIPOTABA	01933.462000/1130-02	20210005	150.000,00	10.302.2015.8535.0052
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS	03133.408000/1130-05	24810012	270.000,00	10.302.2015.8535.0031
MG	NATÉRCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATÉRCIA	17935.412000/1130-01	27650012	199.919,80	10.302.2015.8535.0031
MG	SERRA DO SALITRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA DO SALITRE	18468.058000/1130-01	26610003	100.000,00	10.302.2015.8535.0031
MT	MIRASSOL D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRASSOL D'OESTE	11240.344000/1130-15	25480005	145.995,00	10.302.2015.8535.5342
PA	SANTARÉM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM	17556.659000/1130-11	24130008	148.600,00	10.302.2015.8535.0363
PA	SANTARÉM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM	17556.659000/1130-12	26800003	399.300,00	10.302.2015.8535.0015
PB	BREJO DA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJO DA CRUZ	12452.534000/1130-04	12770004	150.000,00	10.302.2015.8535.0025
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABO DE SANTO AGOSTINHO	11168.783000/1130-01	24560008	1.399.987,00	10.302.2015.8933.0026
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA LONDRINA	81044.984000/1130-01	32200007	200.000,00	10.302.2015.8535.0041
RJ	ARMAÇÃO DE BÚZIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARMAÇÃO DE BÚZIOS	11962.794000/1130-01	29560002	951.500,00	10.302.2015.8535.3278
RJ	SÃO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	28909.604000/1130-01	25920011	1.368.400,00	10.302.2015.8535.3351
RN	SÃO MIGUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL	08355.463000/1130-02	31460005	100.000,00	10.302.2015.8535.0024
RO	JI PARANÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JI PARANÁ	04092.672000/2130-07	29170002	327.200,00	10.302.2015.8535.0011
RO	VILHENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILHENA	04092.706000/1130-01	29170002	240.000,00	10.302.2015.8535.0011
RS	DOM PEDRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM PEDRITO	10566.741000/1130-05	28640006	75.000,00	10.302.2015.8535.0043
SP	BOTUCATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUCATU	46634.101000/1130-01	31350012	280.650,00	10.302.2015.8535.0035
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA BARBARA D'OESTE	13898.306000/1130-02	23660011	200.000,00	10.302.2015.8535.0035
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTONIO DE POSSE	45331.196000/1130-01	25390006	199.460,00	10.302.2015.8535.0035

PORTARIA Nº 3.155, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Habilita os Estados e Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve;

Art. 1º Ficam habilitados os Estados e Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

ESTADOS E MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	TEOTÔNIO VILELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEOTÔNIO VILELA	12842.829000/1130-03	27260002	599.653,61	10.302.2015.8535.0027
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA	11193.442000/1130-17	24110024	49.700,00	10.302.2015.8535.0016
BA	AMÉRICA DOURADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMÉRICA DOURADA	13813.887000/1130-05	13550006	199.600,00	10.302.2015.8535.0029
BA	DIAS D'AVILA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAS D'AVILA	13394.044000/1130-02	28790022	249.812,65	10.302.2015.8535.0029
BA	ITACARÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITACARÉ	13846.902000/1130-01	28790022	350.000,00	10.302.2015.8535.0029
BA	LAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJE	11714.799000/1130-08	27370005	300.000,00	10.302.2015.8535.0029
BA	SÃO FELIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FELIPE	13827.027000/1130-01	28790022	700.000,00	10.302.2015.8535.0029
BA	UTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UTINGA	11524.969000/1130-08	13550007	350.000,00	10.302.2015.8535.0029
GO	IPAMERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPAMERI	07777.639000/1130-04	20210005	300.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	NIQUELÂNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NIQUELÂNDIA	02215.895000/1130-01	28910014	150.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRANHA	02441.185000/1130-08	28340002	400.000,00	10.302.2015.8535.5601
GO	POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POSSE	01743.335000/1130-02	28910014	100.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	QUIRINÓPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUIRINÓPOLIS	04752.947000/1130-09	18460003	249.984,00	10.302.2015.8535.0052
GO	TRINDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRINDADE	11329.685000/1130-11	19610004	1.979.000,00	10.302.2015.8535.5650
MG	CORONEL FABRICIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FABRICIANO	19875.046000/1130-01	35950008	200.000,00	10.302.2015.8535.0031
MG	MATEUS LEME	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATEUS LEME	18715.433000/1130-02	27670001	266.950,00	10.302.2015.8535.0031
MG	OURO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO BRANCO	18295.329000/1130-01	27670001	99.000,00	10.302.2015.8535.0031
MG	RECREIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RECREIO	17735.754000/1130-01	27650012	63.000,00	10.302.2015.8535.0031
MT	NOVA XAVANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA XAVANTINA	10523.136000/1130-05	25500009	200.000,00	10.302.2015.8535.0051
MT	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA	11860.994000/1130-02	25500009	100.000,00	10.302.2015.8535.0051
PA	DOM ELISEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM ELISEU	11415.068000/1130-06	11290005	1.500.000,00	10.302.2015.8535.0015
PA	SANTARÉM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM	17556.659000/1130-07	34910003	300.000,00	10.302.2015.8535.0363
PA	MARABÁ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARABÁ	05853.163000/3130-19	16070004	143.980,00	10.302.2015.8535.7420
PA	OBIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OBIDOS	05131.180000/4130-12	32600006	1.431.825,00	10.302.2015.8535.0015
PE	BARREIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARREIROS	11514.360000/1130-06	24560005	598.200,00	10.302.2015.8535.0026
PE	CALCADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALCADO	11384.276000/1130-07	24560005	200.640,00	10.302.2015.8535.0026
PE	SAIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAIRE	13428.757000/1130-01	32040009	150.000,00	10.302.2015.8535.0026
PE	SANHARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANHARO	10725.387000/1130-03	27230015	297.300,00	10.302.2015.8535.1703
PE	SÃO JOÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO	03061.099000/1130-05	24530005	600.000,00	10.302.2015.8535.0026
PE	TABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TABIRA	10687.065000/1130-06	28840010	300.000,00	10.302.2015.8535.0026
RN	BARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARAUNA	12512.241000/1130-09	31460005	99.880,00	10.302.2015.8535.0024
RN	JANDIUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANDIUS	11257.347000/1130-05	31460005	250.000,00	10.302.2015.8535.0024
RO	ARIQUEMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIQUEMES	04104.816000/1130-02	29170002	200.000,00	10.302.2015.8535.0011
RO	JARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARU	04279.238000/1130-02	29170002	198.140,00	10.302.2015.8535.0011
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO	00733.062000/1130-01	20480003	496.000,00	10.302.2015.8535.0011
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO	04287.520000/1130-02	34990006	1.999.994,00	10.302.2015.8535.0011
SP	BRAGANÇA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAGANÇA PAULISTA	11226.130000/1130-06	25390006	365.000,00	10.302.2015.8535.0035
SP	ILHA SOLTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHA SOLTEIRA	59754.648000/1130-01	31350012	200.000,00	10.302.2015.8535.0035
SP	MOGI DAS CURZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOGI DAS CRUZES	12336.008000/1130-08	25420009	3.000.000,00	10.302.2015.8535.3709
SP	OSVALDO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSVALDO CRUZ	53300.356000/1130-01	28040009	200.000,00	10.302.2015.8535.7354
SP	PORTO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO FERREIRA	11204.937000/1130-10	15270003	180.000,00	10.302.2015.8535.3820
SP	SANTO ANDRÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANDRÉ	11243.645000/1130-08	28030017	600.000,00	10.302.2015.8535.3900
SP	SERRA NEGRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA	14499.793000/1130-03	15270014 15270005	478.840,00	10.302.2015.8535.3941
SP	SUMARÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUMARÉ	11309.083000/1130-14	15270006	180.000,00	10.302.2015.8535.035
SP	VALINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALINHOS	13992.930000/1130-03	25180001	365.102,00	10.302.2015.8535.0035
SP	VÁRZEA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA PAULISTA	13786.887000/1130-06	28060005	468.808,00	10.302.2015.8535.0035

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 3.156, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Habilita os Estados e Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve;

Art. 1º Ficam habilitados os Estados e Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

ESTADOS E MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1130-03	27010004	12.695.137,00	10.302.2015.8535.7394
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1130-14	24370001	200.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1130-61	24370001	179.273,00	10.302.2015.8535.0023
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1130-43	24370001	130.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	BARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRO	12675.634000/1130-03	20830002	250.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	MIRAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRAIMA	11787.063000/1130-02	27030004	484.575,00	10.302.2015.8535.1102
MA	ACAILÂNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACAILÂNDIA	11816.419000/1130-12	26960008	200.000,00	10.302.2015.8535.0021
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPORA	03156.999000/1130-01	14450007	200.000,00	10.302.2015.8535.0054
PB	CUITÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUITÉ	11404.674000/1130-01	23670010	499.000,00	10.302.2015.8535.0025
PB	SUME	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUME	11285.069000/1130-07	12770004	500.000,00	10.302.2015.8535.0025
PR	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZEIRO DO SUL	09174.628000/1130-04	28740007	165.000,00	10.302.2015.8535.0041
PR	ITAÚNA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAÚNA DO SUL	09272.190000/1130-03	28740007	100.000,00	10.302.2015.8535.0041
PR	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	08546.480000/1130-01	28740007	100.000,00	10.302.2015.8535.0041
PR	PORTO RICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO RICO	75461.970000/1130-01	32200007	97.900,00	10.302.2015.8535.0041
RJ	CASIMIRO DE ABREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASIMIRO DE ABREU	08772.020000/1130-02	31840004	321.220,00	10.302.2015.8535.3294
RJ	ITAOCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAOCARA	14999.490000/1130-10	27840008	492.980,00	10.302.2015.8535.7050
RJ	ITAOCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAOCARA	14999.490000/1130-17	27840008	1.000.000,00	10.302.2015.8535.7050
RJ	PETRÓPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETRÓPOLIS	11129.492000/1130-19	17750010	989.500,00	10.302.2015.8535.3328
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESENDE	11800.731000/1130-20	24950020	300.000,00	10.302.2015.8535.3336
RR	CARACARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARACARAI	13939.816000/1130-13	26700003	449.000,00	10.302.2015.8535.0014

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013122000057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.157, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Habilita propostas a receberem recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) componente Construção e Aquisição de Equipamento e Material Permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos;

Considerando as Portarias nº 1.625/GM/MS, de 2 de agosto de 2013, nº 1.662/GM/MS, de 8 de agosto de 2013, nº 1.678/GM/MS, de 9 de agosto de 2013, nº 1.816/GM/MS, de 26 de agosto de 2013, nº 2.413/GM/MS, de 14 de outubro de 2013, nº 2.429/GM/MS, de 15 de outubro de 2013, nº 2.666/GM/MS, de 6 de novembro de 2013 e nº 2.683/GM/MS, de 8 de novembro de 2013, que autorizam a emissão de empenhos para propostas cadastradas no Sistema de Cadastramento de Propostas do Fundo Nacional de Saúde;

Considerando a Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013 que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS); e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Habilitar a proposta descrita no anexo I a esta Portaria a receber recursos referentes ao Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Art. 2º Habilitar as propostas descritas no anexo II a esta Portaria a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro para os Fundos Estaduais/Municipais de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal conforme estabelecido:

I - no art. 9º da Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013; e

II - no art. 13 da Portaria n.º 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma dos anexos a esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS);

UF	MUNICIPIO	Nº DA PROPOSTA	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	PRAIA GRANDE	11252940000113018	408.000,00	28030014	10301201585813825
TOTAL		1 proposta	408.000,00		

ANEXO II

PROPOSTAS HABILITADAS A RECEBER RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA

UF	MUNICIPIO	Nº DA PROPOSTA	VALOR (R$)	CÓD. EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	CRUZEIRO DO SUL	11370229000113007	R$ 396.170,00	24240005	10301201585810157
AC	TARAUACA	11507430000113001	R$ 742.000,00	26880005	10301201585810012
AL	BOCA DA MATA	11226439600011300 1	R$ 299.018,00	13040008	10301201585810027
AL	BOCA DA MATA	11323039000113010	R$ 295.998,00	27280007	10301201585810027
AL	CRAIBAS	11343711000113007	R$ 300.000,00	27280007	10301201585810027
AL	MARIBONDO	11264135000113003	R$ 102.650,00	13030005	10301201585810027
AL	NOVO LINO	11272216000113007	R$ 8.000,00	22890006	10301201585810027
AL	OLIVENCA	11248030000113006	R$ 99.981,90	27280007	10301201585810027
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	11891087000113007	R$ 799.980,00	13030005	10301201585810027
AM	PARINTINS	11429713000113009	R$ 699.181,50	29100006	10301201585810219
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	11831471000113008	R$ 200.000,00	24110023	10301201585810016
AP	VITORIA DO JARI	12456167000113003	R$ 751.162,90	24110023 24100006 26760001 34850007	10301201585810016 10301201585810409
BA	ARACAS	11533245000113002	R$ 180.000,00	13620015	10301201585810029
BA	BAIANOPOLIS	11283327000113006	R$ 170.000,00	27480013	10301201585810029
BA	CAMACARI	11432780000113001	R$ 800.000,00	35640025	10301201585811996
BA	CANAPOLIS	12442432000113006	R$ 70.000,00	27480013	10301201585810029
BA	CANDEIAS	10869131000113002	R$ 800.000,00	31660008	10301201585810029
BA	CATOLANDIA	11281576000113003	R$ 170.000,00	27480013	10301201585810029
BA	EUNAPOLIS	13879364000113018	R$ 191.900,00	23790003	10301201585812053
BA	IBICUI	13884435000113005	R$ 70.000,00	27370003	10301201585810029
BA	ITAJU DO COLONIA	11861365000113004	R$ 146.460,00	13620015	10301201585810029
BA	ITAMBE	11850239000113011	R$ 99.970,00	27450002	10301201585810029
BA	ITANAGRA	13603920000113004	R$ 200.000,00	13620015	10301201585810029
BA	JUAZEIRO	11145615000113030	R$ 10.410,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113036	R$ 7.980,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113053	R$ 16.430,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113057	R$ 15.430,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113058	R$ 14.140,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113059	R$ 14.630,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113061	R$ 11.760,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113062	R$ 14.910,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113068	R$ 16.455,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113069	R$ 10.600,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113070	R$ 15.990,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113071	R$ 10.250,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113074	R$ 11.360,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113075	R$ 9.630,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113079	R$ 11.720,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113080	R$ 9.580,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113083	R$ 14.600,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113084	R$ 11.710,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113085	R$ 15.800,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113095	R$ 6.500,00	35640024	10301201585812143
BA	JUAZEIRO	11145615000113098	R$ 10.430,00	35640024	10301201585812143
BA	MAIRI	10830605000113019	R$ 150.000,00	27480013	10301201585810029
BA	RETIROLANDIA	11377650000113007	R$ 20.000,00	27400009	10301201585810029
BA	RIACHAO DAS NEVES	11246331000113015	R$ 80.000,00	27480013	10301201585810029
BA	VARZEA NOVA	11337134000113005	R$ 99.970,00	13550005	10301201585810029
BA	VEREDA	12508926000113003	R$ 200.000,00	13550005	10301201585810029
CE	AIUABA	13537713000113003	R$ 120.000,00	31250013	10301201585810023
CE	CANINDE	11422579000113023	R$ 92.000,00	24420004	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113011	R$ 134.680,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113013	R$ 131.100,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113017	R$ 138.669,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113019	R$ 137.487,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113020	R$ 138.600,00	31380005	10301201585810023

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CE	FORTALEZA	74031865000113021	R$ 138.751,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113022	R$ 137.801,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113024	R$ 138.124,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113027	R$ 104.870,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113028	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113030	R$ 104.932,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113038	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113044	R$ 136.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113046	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113048	R$ 140.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113050	R$ 100.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113051	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113053	R$ 140.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113056	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113057	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113058	R$ 140.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113060	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113066	R$ 120.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113073	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113074	R$ 105.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113077	R$ 120.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113080	R$ 120.000,00	31380005	10301201585810023
CE	FORTALEZA	74031865000113091	R$ 99.995,00	31380005	10301201585810023
CE	REDENCAO	12640339000113015	R$ 92.000,00	26990007	10301201585810023
ES	ALTO RIO NOVO	14395805000113001	R$ 407.243,00	13010006	10301201585810032
ES	BAIXO GUANDU	11682696000113008	R$ 76.000,00	24930006	10301201585810032
ES	CASTELO	14830853000113003	R$ 298.795,00	27700012	10301201585813213
ES	GUACUI	27174135000113001	R$ 97.900,00	28980022	10301201585810032
ES	ITAPEMIRIM	27174168000113001	R$ 248.900,00	24910004	10301201585810032
ES	ITARANA	27104363000113003	R$ 140.000,00	28980022	10301201585810032
ES	PANCAS	11125915000113004	R$ 90.730,00	13010006	10301201585810032
ES	SOORETAMA	11400251000113007	R$ 499.580,00	28990007	10301201585810032
GO	ABADIA DE GOIAS	08654446000113005	R$ 96.870,00	28330008	10301201585810052
GO	CALDAZINHA	12225915000113001	R$ 250.000,00	28320002	10301201585810052
GO	CIDADE OCIDENTAL	11332874000113012	R$ 88.000,00	25900004	10301201585817012
GO	CRISTIANOPOLIS	13356264000113003	R$ 68.170,00	18460004	10301201585810052
GO	MIMOSO DE GOIAS	11326817000113001	R$ 250.000,00	28320002	10301201585810052
GO	NOVA AURORA	05628919000113002	R$ 200.000,00	28320002	10301201585810052
GO	SILVANIA	01068030000113001	R$ 199.640,00	32650005	10301201585810052
GO	URUACU	04755973000113009	R$ 298.100,00	36720011	10301201585810052
MA	ACAILANDIA	11816419000113018	R$ 1.199.975,00	26960007 25980005	10301201585810021
MA	AXIXA	13654382000113004	R$ 398.962,00	16490005	10301201585810021
MA	CHAPADINHA	11844664000113027	R$ 29.000,00	26950005	10301201585810021
MA	CURURUPU	11395730000113023	R$ 580.580,00	21130002	10301201585810021
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	13877696000113019	R$ 220.000,00	25980005	10301201585810021
MA	JOSELANDIA	11261444000113015	R$ 996.100,00	11590003	10301201585810021
MA	LAGO DA PEDRA	97550981000113017	R$ 120.000,00	25980005	10301201585810021
MA	NOVA COLINAS	11848497000113003	R$ 80.000,00	23880004	10301201585810021
MA	PASTOS BONS	11885239000113014	R$ 300.000,00	25980005	10301201585810021
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	12281734000113026	R$ 1.020.000,00	35100004	10301201585810021
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	11517066000113001	R$ 299.490,00	25980005	10301201585810021
MA	TASSO FRAGOSO	97551531000113007	R$ 300.000,00	16490005	10301201585810021
MA	TURILANDIA	13937584000113001	R$ 400.000,00	21130002	10301201585810021
MG	AIMORES	97520031000113005	R$ 596.555,94	13710001	10301201585812353
MG	ALVINOPOLIS	12824692000113002	R$ 296.742,00	33110003	10301201585810031
MG	ARAPUA	11503809000113001	R$ 47.260,00	26610002	10301201585810031
MG	BOM DESPACHO	00390877000113001	R$ 147.999,00	27560007	10301201585810031
MG	BOM DESPACHO	18301002000113002	R$ 100.000,00	27570011	10301201585810031
MG	CANAPOLIS	18457200000113001	R$ 150.000,00	24830010	10301201585810031
MG	CONCEICAO DO PARA	64479876000113003	R$ 300.000,00	33110003	10301201585810031
MG	CORACAO DE JESUS	11268861000113003	R$ 250.000,00	27640007	10301201585810031
MG	FORMIGA	01155430000113006	R$ 100.000,00	28880003	10301201585810031
MG	GOVERNADOR VALADARES	73964934000113007	R$ 300.000,00	24850004	10301201585810031
MG	ITAJUBA	11433888000113016	R$ 99.750,00	28880003	10301201585810031
MG	JECEABA	10665494000113002	R$ 41.800,00	27640007	10301201585810031
MG	JEQUITIBA	14257664000113003	R$ 67.000,00	27580001	10301201585810031
MG	JEQUITIBA	14257664000113006	R$ 253.000,00	27580001	10301201585810031
MG	JOAO PINHEIRO	12136070000113028	R$ 389.203,90	27580001	10301201585810031
MG	LARANJAL	12563245000113005	R$ 149.900,00	27640007	10301201585810031
MG	LAVRAS	01417029000113007	R$ 148.000,00	27560007	10301201585810031
MG	MACHACALIS	18404921000113001	R$ 300.000,00	20750003	10301201585810031
MG	MANHUACU	00996849000113003	R$ 200.000,00	27640007	10301201585810031
MG	MONTES CLAROS	11495687000113054	R$ 400.000,00	28880003	10301201585810031
MG	MORRO DA GARCA	17695040000713005	R$ 99.500,00	32300003	10301201585810031
MG	NOVA LIMA	11181004000113006	R$ 99.920,00	28880003	10301201585810031
MG	NOVORIZONTE	11740219000113003	R$ 179.999,00	17300009	10301201585810031
MG	PADRE CARVALHO	11333493000113003	R$ 292.885,00	33110003	10301201585810031
MG	PEDRO LEOPOLDO	12237669000113001	R$ 100.000,00	28880003	10301201585810031
MG	RIACHINHO	13029419000113005	R$ 90.000,00	26610002	10301201585810031
MG	RIO PARANAIBA	11482116000113002	R$ 99.570,00	26610002	10301201585810031
MG	SABARA	11462882000113016	R$ 199.980,46	28880003	10301201585810031
MG	SANTA HELENA DE MINAS	11366026000113001	R$ 99.121,00	27520012	10301201585810031
MG	SARDOA	13677165000113003	R$ 240.950,00	27660002	10301201585810031
MG	VARGINHA	11234223000113001	R$ 499.970,50	27580001	10301201585810031
MG	VESPASIANO	18715425000213003	R$ 100.000,00	28880003	10301201585810031
MS	AGUA CLARA	11443806000113001	R$ 150.000,00	28360015	10301201585810054
MS	AGUA CLARA	11443806000113002	R$ 296.987,00	28390012	10301201585810054
MS	AMAMBAI	03568433000113002	R$ 199.838,00	28360018	10301201585810054
MS	ANASTACIO	11332999000113006	R$ 240.150,00	29340001	10301201585815202
MS	ANGELICA	11343940000113005	R$ 256.175,00	29340003	10301201585815204
MS	ANTONIO JOAO	11208632000113003	R$ 150.000,00	29340008	10301201585810054
MS	APARECIDA DO TABOADO	11291694000113009	R$ 319.658,40	28370005	10301201585810054
MS	BANDEIRANTES	03501491000113001	R$ 100.000,00	28380017	10301201585810054
MS	BATAGUASSU	10836939000113007	R$ 180.000,00	29340004	10301201585815210
MS	BELA VISTA	12457020000113011	R$ 300.000,00	28380011	10301201585810054
MS	BONITO	11803371000113005	R$ 149.346,00	28360015	10301201585810054
MS	BRASILANDIA	10411736000113003	R$ 198.535,00	28390012	10301201585810054
MS	CAARAPO	97536097000113001	R$ 200.000,00	29340008	10301201585810054
MS	CAMPO GRANDE	11228564000113071	R$ 2.000,00	29340008	10301201585810054
MS	CARACOL	11812857000113005	R$ 150.000,00	29340008	10301201585810054
MS	CASSILANDIA	14540893000113006	R$ 119.520,00	28360015	10301201585810054
MS	COSTA RICA	13996218000113003	R$ 149.250,00	29340008	10301201585810054
MS	ITAPORA	11749846000113009	R$ 99.932,50	28360015	10301201585810054
MS	ITAQUIRAI	15403041000113001	R$ 91.250,00	28380017	10301201585810054
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	10474017000113005	R$ 149.847,00	28360017	10301201585810054
MS	RIO BRILHANTE	12237028000113004	R$ 100.000,00	28390012	10301201585810054
MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	03354560000113001	R$ 95.244,00	28380017	10301201585810054

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MS	SAO GABRIEL DO OESTE	13659627000113016	R$ 120.000,00	28360018	10301201585810054
MS	SIDROLANDIA	03501574000113001	R$ 591.700,00	28380017	10301201585810054
MT	CUIABA	12063872000113048	R$ 23.815,00	25500010	10301201585810051
MT	PARANAITA	13898131000113001	R$ 114.870,00	29360007	10301201585810051
MT	PONTES E LACERDA	04330355000113008	R$ 200.000,00	25500010	10301201585810051
MT	RONDONOPOLIS	05543314000113040	R$ 95.660,00	28920021	10301201585817116
MT	VERA	97538013000113005	R$ 100.000,00	29360007	10301201585810051
PA	ALMEIRIM	11372925000113020	R$ 140.000,00	26790010	10301201585810015
PA	ANAJAS	13715424000113012	R$ 247.292,00	26800002	10301201585810015
PA	AURORA DO PARA	11850438000113005	R$ 359.804,00	22630005 26790010	10301201585810015
PA	BONITO	11759577000113007	R$ 404.050,00	23850008	10301201585817066
PA	CUMARU DO NORTE	11406652000113019	R$ 300.000,00	22630005	10301201585810015
PA	CURUA	12095721000113006	R$ 150.000,00	26800002	10301201585810015
PA	FARO	12403819000113005	R$ 399.400,00	22630005	10301201585810015
PA	GARRAFAO DO NORTE	12112888000113015	R$ 199.709,00	26790010	10301201585810015
PA	IPIXUNA DO PARA	12846471000113007	R$ 300.000,00	26790010	10301201585810015
PA	ITAITUBA	11291166000113030	R$ 638.280,00	26800001	10301201585810015
PA	MAE DO RIO	12051023000113014	R$ 249.858,00	26790010	10301201585810015
PA	MAGALHAES BARATA	13711955000113009	R$ 149.990,00	26800002	10301201585810015
PA	PLACAS	12566342000113005	R$ 200.000,00	26800001	10301201585810015
PA	PRAINHA	01391942000113027	R$ 350.000,00	34910005 26800002	10301201585810015
PA	QUATIPURU	12710684000113003	R$ 150.000,00	26800002	10301201585810015
PA	SANTA ISABEL DO PARA	11745308000113009	R$ 49.634,00	26800002	10301201585810015
PA	SANTAREM	17556659000113015	R$ 115.990,00	26800001	10301201585810015
PA	SAO CAETANO DE ODIVELAS	12082788000113008	R$ 145.871,00	26800002	10301201585810015
PA	TAILANDIA	10257028000113007	R$ 145.609,46	26800002	10301201585810015
PA	TRAIRAO	10221760000213003	R$ 378.464,00	22630005	10301201585810015
PA	TUCUMA	11234776000113022	R$ 10.000,00	11290004	10301201585810015
PB	ALCANTIL	08448753000113003	R$ 100.000,00	12770003	10301201585810025
PB	BAYEUX	11685421000113004	R$ 250.000,00	24490008	10301201585810025
PB	CATINGUEIRA	12401524000113002	R$ 80.000,00	12770003	10301201585810025
PB	CONGO	11436548000113002	R$ 123.000,00	27130004	10301201585810025
PB	CUITEGI	11780026000113004	R$ 80.000,00	12770003	10301201585810025
PB	MONTE HOREBE	12445872000113001	R$ 150.000,00	24490008	10301201585810025
PB	NOVA PALMEIRA	08579944000113006	R$ 166.100,00	12770003	10301201585810025
PB	PEDRA BRANCA	12051399000113003	R$ 80.000,00	12770003	10301201585810025
PB	SANTA CRUZ	11181651000113004	R$ 150.661,00	27160002	10301201585810025
PB	SANTA HELENA	11245287000113003	R$ 550.000,00	24490008	10301201585810025
PB	SAO DOMINGOS	01612691000213002	R$ 227.900,00	12770003	10301201585810025
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	13491027000113003	R$ 319.374,00	12770003	10301201585810025
PB	SAO MAMEDE	04223191000113001	R$ 250.000,00	24490008	10301201585810025
PE	ALTINHO	08470342000113005	R$ 70.000,00	25730011	10301201585810026
PE	BOM CONSELHO	10800021000113012	R$ 219.550,00	25730011 32040008	10301201585810026
PE	CAETES	12398801000113006	R$ 250.000,00	25730011	10301201585810026
PE	CAMARAGIBE	08260663000113001	R$ 500.000,00	29210004	10301201585811600
PE	CAMARAGIBE	41230038000113012	R$ 998.090,00	32510005	10301201585811600
PE	MANARI	11819732000113003	R$ 149.338,80	24570018	10301201585810026
PE	MORENO	11049822000113001	R$ 291.472,00	27170003	10301201585810026
PE	PASSIRA	11294475000113009	R$ 70.000,00	25730011	10301201585810026
PE	RECIFE	10572048000113005	R$ 887.730,00	27170003	10301201585810026
PE	RECIFE	10572048000113008	R$ 312.950,00	27170003	10301201585810026
PE	RECIFE	10572048000113030	R$ 714.310,00	27170003	10301201585810026
PE	SALGADINHO	13167387000113002	R$ 249.926,00	25730011	10301201585810026
PE	SAO CAITANO	12775279000113016	R$ 120.000,00	32990008	10301201585810026
PE	SAO CAITANO	12775279000113019	R$ 199.934,00	28850003	10301201585810026
PE	SERTANIA	10373890000113005	R$ 260.000,00	28850003 27180015	10301201585810026
PE	SURUBIM	08937139000113014	R$ 199.055,00	28850003	10301201585810026
PE	TABIRA	10687065000113007	R$ 353.240,00	25730011 28850003	10301201585810026
PE	TUPANATINGA	10106250000113001	R$ 100.000,00	35410021	10301201585817094
PI	ACAUA	11247157000113005	R$ 100.000,00	23600001	10301201585810022
PI	ANISIO DE ABREU	11984007000113001	R$ 100.000,00	23600001	10301201585810022
PI	AROAZES	06554984000113001	R$ 220.000,00	27060007	10301201585810022
PI	BURITI DOS LOPES	06554455001013012	R$ 49.750,00	12460006	10301201585810022
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	11783421000113001	R$ 100.000,00	23600001	10301201585810022
PI	COCAL	13737800000113015	R$ 100.000,00	12460006	10301201585810022
PI	CRISTINO CASTRO	12925942000113005	R$ 250.000,00	12460006	10301201585810022
PI	MIGUEL ALVES	11586541000113010	R$ 300.000,00	27060007	10301201585810022
PI	MONSENHOR GIL	11980140000113008	R$ 320.000,00	27070004	10301201585810022
PI	PAVUSSU	11896666000113002	R$ 100.000,00	23600001	10301201585810022
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	13856359000113006	R$ 200.000,00	12460006	10301201585810022
PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	06716906000113001	R$ 297.000,00	27060007	10301201585810022
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	11510944000113011	R$ 285.851,00	27070004	10301201585810022
PI	VARZEA GRANDE	13885135000113005	R$ 98.220,00	23600001	10301201585810022
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	10513064000113007	R$ 499.951,62	33090003 29400025	10301201585810041
PR	ASSAI	09611017000113004	R$ 150.000,00	22810001	10301201585810041
PR	BARBOSA FERRAZ	09303602000113002	R$ 146.340,00	22810001	10301201585810041
PR	CAPANEMA	09157931000113003	R$ 59.999,99	18740008	10301201585810041
PR	CIANORTE	09263750000113004	R$ 433.370,00	28420015	10301201585810041
PR	CORONEL VIVIDA	08906533000113016	R$ 240.990,00	22810001	10301201585810041
PR	DOIS VIZINHOS	08889455000113007	R$ 560.000,00	18740008 36450004 22810001	10301201585810041
PR	ITAMBARACA	10015707000113001	R$ 120.000,00	28450017	10301201585810041
PR	JAGUAPITA	09152857000113002	R$ 250.000,00	28410012	10301201585810041
PR	JANIOPOLIS	08563196000113003	R$ 194.345,00	36500015	10301201585810041
PR	JESUITAS	08958005000113002	R$ 250.000,00	28450017	10301201585810041
PR	LOANDA	09136850000113012	R$ 169.941,00	36800010	10301201585810041
PR	NOVO ITACOLOMI	11301919000113026	R$ 99.990,00	22810001	10301201585810041
PR	PALOTINA	08878760000113004	R$ 247.980,00	31760001	10301201585810041
PR	PALOTINA	08878760000113006	R$ 60.000,00	18740008	10301201585810041
PR	PARANAGUA	10428937000113002	R$ 300.000,00	28420015	10301201585810041
PR	PEROLA	09350598000113004	R$ 147.070,00	28450017	10301201585810041
PR	PONTAL DO PARANA	09515395000113003	R$ 308.056,00	19620001 28420015	10301201585810041
PR	RIO BRANCO DO SUL	10409046000113009	R$ 191.825,00	28430004	10301201585810041
PR	SANTANA DO ITARARE	09300003000113002	R$ 100.000,00	22810001	10301201585810041
PR	SAO CARLOS DO IVAI	09235678000113003	R$ 60.000,00	18740008	10301201585810041
PR	VERE	09213457000113004	R$ 250.000,00	33090003	10301201585810041
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	11384874000113022	R$ 499.699,00	27770003	10301201585810033
RJ	CARDOSO MOREIRA	11389387000113008	R$ 466.690,00	27920003	10301201585810033
RJ	CARMO	11762815000113007	R$ 478.000,00	26160003	10301201585813293
RJ	CORDEIRO	03716759000113002	R$ 535.624,00	33220005	10301201585810033

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

				27930014	10301201585813296
RJ	MACUCO	11504310000113006	R$ 294.760,00	23970002	10301201585810033
RJ	MANGARATIBA	12349225000113005	R$ 153.040,00	27860009	10301201585813313
RJ	MARICA	04311955000113009	R$ 394.450,00	13100014	10301201585813314
RJ	NATIVIDADE	28920304000113002	R$ 350.000,00	28810015	10301201585813319
RJ	NILOPOLIS	11390042000113004	R$ 1.000.000,00	27930020	10301201585813320
RJ	NITEROI	11249035000113018	R$ 200.000,00	13100012	10301201585810033
RJ	PORCIUNCULA	28920999000113002	R$ 350.000,00	28810020	10301201585813331
RJ	RIO DE JANEIRO	42498733000213001	R$ 599.699,60	27900008	10301201585810033
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	04249257000113002	R$ 576.660,00	33220005	10301201585810033
RN	FLORANIA	10310587000113020	R$ 199.716,00	27100003	10301201585810024
RN	JARDIM DO SERIDO	11341171000113008	R$ 149.350,00	29030005	10301201585810024
RN	LAGOA DE VELHOS	11623854000113007	R$ 199.820,00	29020008	10301201585810024
RN	PUREZA	11924499000113006	R$ 249.906,84	12550005	10301201585810024
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	12165795000113004	R$ 189.300,00	29020008	10301201585810024
RN	SEVERIANO MELO	08358046000213001	R$ 297.625,00	24090010	10301201585810024
RN	TAIPU	17712304000113001	R$ 299.541,36	29030005	10301201585810024
RN	TIBAU DO SUL	11863962000113004	R$ 876.668,00	24460002	10301201585810024
RO	CABIXI	22855159000313002	R$ 90.000,00	29470003	10301201585810011
RO	CEREJEIRAS	04914925000313006	R$ 138.813,00	29470003	10301201585810011
RO	GUAJARA-MIRIM	05893631000113002	R$ 200.000,00	26850009	10301201585810011
RR	ALTO ALEGRE	04056206000213010	R$ 134.559,00	26720001	10301201585810014
RR	ALTO ALEGRE	04056206000213011	R$ 134.559,00	26720001	10301201585810014
RR	ALTO ALEGRE	04056206000213012	R$ 134.559,00	26720001	10301201585810014
RR	ALTO ALEGRE	04056206000213014	R$ 74.359,00	26720001	10301201585810014
RR	ALTO ALEGRE	04056206000213023	R$ 55.350,00	26720001	10301201585810014
RR	AMAJARI	12322548000113010	R$ 92.000,00	23700006	10301201585810014
RR	BOA VISTA	05943030000113002	R$ 319.168,00	22820001	10301201585810238
RR	CANTA	11856913000113003	R$ 49.309,00	26720001	10301201585810014
RR	CANTA	11856913000113007	R$ 84.459,00	23190002	10301201585810014
RR	CANTA	11856913000113008	R$ 131.609,00	23190002	10301201585810014
RR	CANTA	11856913000113009	R$ 49.259,00	26720001	10301201585810014
RR	RORAINOPOLIS	12236981000113001	R$ 193.530,00	23190002	10301201585810014
RR	RORAINOPOLIS	12236981000113009	R$ 135.560,00	26720001	10301201585810014
RR	RORAINOPOLIS	12236981000113010	R$ 113.760,00	26720001	10301201585810014
RR	RORAINOPOLIS	12236981000113011	R$ 105.130,00	26720001	10301201585810014
RR	RORAINOPOLIS	12236981000113013	R$ 105.600,00	26720001	10301201585810014
RR	RORAINOPOLIS	12236981000113014	R$ 193.110,00	26720001	10301201585810014
RS	CACHOEIRA DO SUL	11965721000113001	R$ 194.500,00	25620010	10301201585810043
RS	CAMBARA DO SUL	12100062000113001	R$ 200.000,00	28600002	10301201585814770
RS	CANUDOS DO VALE	11963245000113001	R$ 100.000,00	28580011	10301201585810043
RS	CARAA	12140784000113001	R$ 119.800,00	25650006	10301201585810043
RS	DOIS IRMAOS	11437296000113006	R$ 250.000,00	28690011	10301201585810043
				34030005	
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	12330951000113001	R$ 100.000,00	25650006	10301201585810043
RS	ESTANCIA VELHA	11287173000113004	R$ 50.000,00	34030005	10301201585810043
RS	GETULIO VARGAS	12149128000113001	R$ 100.000,00	25680010	10301201585810043
RS	GUAIBA	12391928000113001	R$ 414.890,00	19840012	10301201585814890
				20230007	10301201585810043
RS	MACHADINHO	11920818000113002	R$ 99.910,00	28650012	10301201585810043
RS	MUITOS CAPOES	12128072000113003	R$ 99.400,00	20980003	10301201585810043
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	13550555000113010	R$ 143.899,70	90480004	10301201585810043
RS	PAULO BENTO	11979091000113003	R$ 150.000,00	20770007	10301201585810043
RS	PORTO XAVIER	14097425000113001	R$ 100.000,00	90480004	10301201585810043
RS	RONDA ALTA	12366774000113004	R$ 100.000,00	28650012	10301201585810043
RS	SANTO ANGELO	10836490000113005	R$ 99.684,53	25650006	10301201585810043
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	11232497000113003	R$ 300.000,00	28690011	10301201585810043
				25650006	
RS	SAO JORGE	12435025000113003	R$ 100.000,00	25650006	10301201585810043
RS	SEBERI	12150332000113004	R$ 100.000,00	20230007	10301201585810043
RS	VESPASIANO CORREA	12819755000113002	R$ 100.000,00	28600012	10301201585810043
SC	ALFREDO WAGNER	08560651000113002	R$ 99.889,00	28520007	10301201585810042
SC	ANCHIETA	11243552000113004	R$ 99.484,00	28510011	10301201585810042
SC	ANITA GARIBALDI	14016436000113004	R$ 200.000,00	28540005	10301201585810042
SC	BARRA VELHA	01877528000113004	R$ 96.900,00	28520007	10301201585810042
SC	BOM JARDIM DA SERRA	12102905000113005	R$ 100.000,00	28510011	10301201585810042
SC	BRACO DO NORTE	01349236000113002	R$ 350.000,00	28520007	10301201585810042
				29050004	
SC	CACADOR	11583495000113008	R$ 50.000,00	29050004	10301201585810042
SC	GALVAO	11224030000113003	R$ 100.000,00	28520007	10301201585810042
SC	GUARAMIRIM	11293409000113004	R$ 200.000,00	28530004	10301201585810042
SC	ITA	11417287000113004	R$ 99.500,00	28520007	10301201585810042
SC	ITAJAI	08259606000113010	R$ 97.632,97	28530004	10301201585810042
SC	JAGUARUNA	01746653000113002	R$ 199.350,00	19730003	10301201585810042
SC	LAURENTINO	11344334000113003	R$ 100.000,00	22530007	10301201585810042
SC	LONTRAS	17756464000113001	R$ 99.980,00	28520007	10301201585810042
SC	LONTRAS	17756464000113003	R$ 199.990,00	28540005	10301201585810042
SC	MIRIM DOCE	10511686000113003	R$ 100.000,00	28520007	10301201585810042
SC	OURO	82777228000113001	R$ 100.000,00	28520007	10301201585810042
SC	RIO RUFINO	11599943000113001	R$ 100.000,00	28510011	10301201585810042
SC	SALTINHO	11444466000113001	R$ 100.000,00	28520007	10301201585810042
SC	SANTA CECILIA	11416993000113008	R$ 117.220,00	18860013	10301201585810042
SC	SANTA ROSA DE LIMA	11342435000113002	R$ 99.000,00	28520007	10301201585810042
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	11360515000113002	R$ 99.100,00	28510011	10301201585810042
SC	SAO MARTINHO	12334083000113003	R$ 100.000,00	28520007	10301201585810042
SC	SEARA	11672134000113003	R$ 93.645,00	28520007	10301201585810042
SC	SOMBRIO	10618855000113017	R$ 27.000,00	28510011	10301201585810042
SC	TAIO	11433441000113005	R$ 100.000,00	28520007	10301201585810042
SC	TANGARA	10639346000113002	R$ 98.980,00	28520007	10301201585810042
SC	TIJUCAS	11607006000113007	R$ 111.250,00	29050004	10301201585810042
SC	URUPEMA	15505421000113001	R$ 195.525,00	29050004	10301201585810042
SC	WITMARSUM	11766503000113002	R$ 99.260,00	28520007	10301201585810042
SE	CARIRA	11402080000113011	R$ 250.000,00	26080014	10301201585810028
SE	CARMOPOLIS	11417909000113004	R$ 496.856,18	27330013	10301201585810028
SE	ITABAIANA	12219015000113009	R$ 300.000,00	29080010	10301201585810028
SE	MALHADOR	11216362000113004	R$ 50.000,00	29080010	10301201585810028
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	11389851000113021	R$ 500.000,00	29080010	10301201585810028
SE	PORTO DA FOLHA	10319517000113004	R$ 179.978,00	29080010	10301201585810028
SE	PROPRIA	11478938000113003	R$ 219.980,00	29080010	10301201585810028
SE	TELHA	11443189000113002	R$ 100.000,00	29080010	10301201585810028
SE	UMBAUBA	11623979000113004	R$ 119.860,00	29080010	10301201585810028
SP	ALTINOPOLIS	11600927000113003	R$ 294.930,00	21830017	10301201585810035
SP	ALVINLANDIA	44518405000113001	R$ 1.850,00	18080009	10301201585817062
SP	ARAPEI	07241356000113002	R$ 100.000,00	28010001	10301201585810035
SP	BANANAL	12069270000113004	R$ 150.000,00	36200004	10301201585810035
				28010001	
SP	CAJOBI	12106682000113002	R$ 100.000,00	15930001	10301201585810035
SP	CANAS	11943646000113001	R$ 100.000,00	28010001	10301201585810035

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	CARAPICUIBA	11154498000113022	R$ 246.800,00	25200010	10301201585810035
SP	CARAPICUIBA	11154498000113023	R$ 392.142,00	25320008	10301201585810035
SP	CARAPICUIBA	11154498000113024	R$ 959.453,00	29440004	10301201585810035
SP	CHAVANTES	44563575000113001	R$ 220.000,00	18080006	10301201585817060
SP	CONCHAS	11991412000113013	R$ 50.000,00	28010001	10301201585810035
SP	COTIA	11997758000113013	R$ 392.165,00	36080004	10301201585810035
SP	EMBU-GUACU	11408997000113013	R$ 187.520,00	36080004 25200010	10301201585810035
SP	FERNANDO PRESTES	11580190000113006	R$ 100.000,00	15930001	10301201585810035
SP	FLORA RICA	13846352000113004	R$ 99.988,00	26250009	10301201585810035
SP	IPERO	11141482000113004	R$ 196.230,12	28860004	10301201585810035
SP	ITABERA	11164468000113012	R$ 99.750,00	25340014	10301201585810035
SP	ITAPEVA	13694379000113016	R$ 296.900,00	28010001	10301201585810035
SP	JANDIRA	11399249000113020	R$ 112.279,65	27970016	10301201585813649
SP	JUNDIAI	13875759000113031	R$ 500.000,00	25200010	10301201585810035
SP	LORENA	10872126000113008	R$ 390.066,00	28860004 28000002	10301201585810035
SP	MARILIA	14278219000113029	R$ 194.400,00	15930001	10301201585810035
SP	MAUA	13848859000113021	R$ 929.780,00	25190004	10301201585810035
SP	MIRA ESTRELA	12067832000113001	R$ 138.499,00	90410014	10301201585810035
SP	MIRACATU	12078884000113009	R$ 200.000,00	15810008	10301201585810035
SP	MIRACATU	12078884000113010	R$ 100.000,00	25340014	10301201585810035
SP	MONTE AZUL PAULISTA	12183698000113008	R$ 148.491,00	28860004	10301201585810035
SP	MONTE CASTELO	13860785000113004	R$ 400.000,00	22110001	10301201585817024
SP	MOTUCA	11999795000113004	R$ 49.731,00	28010001	10301201585810035
SP	NOVA CAMPINA	12025475000113001	R$ 50.000,00	28010001	10301201585810035
SP	ORLANDIA	11368924000113005	R$ 294.700,00	23560009	10301201585810035
SP	PARANAPANEMA	14161907000113002	R$ 368.662,00	23960011	10301201585813768
SP	PARANAPUA	12374272000113001	R$ 200.000,00	25390007	10301201585810035
SP	PIQUETE	12118681000113001	R$ 300.000,00	36200004 28010001	10301201585810035
SP	PIRAPORA DO BOM JESUS	13894983000113005	R$ 199.783,98	28000002	10301201585810035
SP	PIRASSUNUNGA	45731650000113001	R$ 832.350,00	33490006	10301201585810035
SP	PONTAL	11864245000113006	R$ 349.410,00	21830017 28010001	10301201585810035
SP	PROMISSAO	13261761000113007	R$ 88.090,00	28150003	10301201585810035
SP	RUBINEIA	12293160000113001	R$ 94.081,00	25390007	10301201585810035
SP	SANTA LUCIA	12273871000113007	R$ 20.000,00	28010001	10301201585810035
SP	SANTO ANDRE	11243645000113017	R$ 200.000,00	28100018	10301201585810035
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	11370092000113006	R$ 92.600,00	36080004	10301201585810035
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	13011161000113002	R$ 99.400,00	28010001	10301201585810035
SP	SAO PAULO	13864377000113204	R$ 500.000,00	25340014	10301201585810035
SP	SAO VICENTE	11899413000113004	R$ 126.870,00	36200004	10301201585810035
SP	TACIBA	14239467000113001	R$ 99.109,00	26250009	10301201585810035
SP	TIETE	46634598000113001	R$ 192.537,00	28000002	10301201585810035
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	15741597000113003	R$ 399.976,00	15310003	10301201585810035
TO	AXIXA DO TOCANTINS	11326203000113001	R$ 70.000,00	26050009	10301201585810017
TO	BARROLANDIA	11391015000113004	R$ 120.000,00	20450001	10301201585810017
TO	BREJINHO DE NAZARE	11608295000113007	R$ 239.315,00	26910002	10301201585810017
TO	COLMEIA	11328248000113001	R$ 422.000,00	26050009 26920003	10301201585810017
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	12463676000113004	R$ 250.000,00	26910002	10301201585810017
TO	DIANOPOLIS	11301094000113013	R$ 100.000,00	26900004	10301201585810017
TO	GOIATINS	11432480000113010	R$ 149.440,00	26050009	10301201585810017
TO	PINDORAMA DO TOCANTINS	11490763000113004	R$ 180.000,00	26910002	10301201585810017
TOTAL		414 propostas	86.483.953,80		

PORTARIA Nº 3.158, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados do Ceará e São Paulo - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.300/SAS/MS, de 23 de novembro de 2012, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), e altera atributos referentes a nome, descrição e habilitação dos procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.286/GM/MS, de 22 de junho de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha no Estado do Ceará, e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria nº 1.996/GM/MS, de 12 de setembro de 2012, que aprova a Etapa III do Plano de Ação da Rede Cegonha no Estado de São Paulo, e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a Portaria nº 1.327/SAS/MS, de 26 de novembro de 2013, que habilita leitos de Unidade de Cuidados Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa) nos Estados do Ceará e São Paulo, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos a serem incorporados ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Ceará, Município de Fortaleza (CE), e do Estado de São Paulo, Município de Jundiaí (SP), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor estabelecido no anexo a esta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos Municipais de Saúde de Fortaleza (CE) e Jundiaí (SP).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0025 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0004 - Rede Cegonha (RCE-RCEG).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR APROVADO
230440	FORTALEZA	MUNICIPAL	246.375,00
352590	JUNDIAI	MUNICIPAL	246.375,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.593, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico - em liquidação extrajudicial.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 11 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 e o inciso IV do art. 82, da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, da RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.288983/2013-14, adota a seguinte Resolução Operacional e determina a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo até 20 de janeiro de 2014, para que os beneficiários da operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico - em liquidação extrajudicial, inscrita no CNPJ sob o nº 00.510.909/0001-90, registro cancelado ANS nº 35.357-4, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico - em liquidação extrajudicial, pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade extraordinária de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Na portabilidade extraordinária de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º O beneficiário, para exercer a portabilidade extraordinária, poderá identificar um plano compatível na tabela disponibilizada pela ANS, no endereço eletrônico da ANS na internet www.ans.gov.br, elaborada com fundamento nos preços máximos dispostos na Nota Técnica de Registro de Produtos - NTRP em vigor no dia 18 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.594, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da Operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 11 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 e o inciso IV do art. 82, da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, da RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, considerando os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.437695/2013-08, adota a seguinte Resolução Operacional e determina a sua publicação:

Art. 1º Fica restabelecida a comercialização de planos ou produtos da Operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico, registro ANS nº 36.377-4 e CNPJ 39.447.149/0001 - 59, revogando-se o disposto no art. 2º da Resolução Operacional nº 1.448, de 06 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa nº 343, de 17 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 246, de 19 de dezembro de 2013, Seção 1, páginas 298 e 299; ONDE SE LÊ:

"Art. 10 .....

§ 2º Ainda que o consumidor não efetue o retorno conforme o caput ou o § 1º deste artigo, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos II a V do art. 11 importará no encaminhamento da demanda, aplicando-se conforme o caso, o disposto nos artigos 12 ou 16."

LEIA-SE:

"Art. 10 .....

§ 2º Ainda que o consumidor não efetue o retorno conforme o caput ou o § 1º deste artigo, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos II a IV do art. 11 importará no encaminhamento da demanda, aplicando-se conforme o caso, o disposto nos artigos 12 ou 16."

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, vem por meio deste dar ciência às Operadoras relacionadas abaixo, da decisão proferida nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.041036.2009-09	UNIMED DE ARARAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Deixar de garantir cobertura de osteotomia Lefort I, segmentação do maxilar superior e osteoplastia da mandíbula solicitada em 05/09/2008 para a beneficiária M.C.G.P. - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.000325.2007-88	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIGES	Deixar de cumprir as obrigações previstas no artigo 18 de contrato não regul. cob. gar. mediante liminar judicial - Art. 25 da Lei 9656/98.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.048767.2009-77	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	DIGES	Deixar de garantir cobertura para "urodinâm. compl." à benefic. J. S. C. - Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.006562.2005-91	LINCX SISTEMAS DE SAÚDE LTDA, INCORPORADA POR AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A	DIGES	Reajustar o produto identificado como "Plano 35 Hospitalar com exames" em percentual acima do contratado - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, incisos XVII e XXI, ambos da Lei 9961/00.	18.234,00 (dezoito mil, duzentos e trinta e quatro reais)
25773.010800.2009-65	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Aplicar em set/09 reajuste por mudança de faixa etária, sem previsão contratual, na mensalidade de M.L.K., beneficiário de plano de saúde individual firmado antes da Lei 9656/98 - Art. 25 da Lei 9656/98	R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 386ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 02 de outubro de 2013, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.312131/2012-92	AMHPLA COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.107390/2006-37	AMIL PLANOS POR ADMINISTRAÇÃO LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436160/2011-40	ASSOCIAÇÃO POLICIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.082200/2011-29	ASSISTÊNCIA MÉDICA SÃO PAULO S/A.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298576/2005-13	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no Voto Relator SUS nº 385/2013/DIGES, observando a retificação do valor das AIHS 2451930547, 2452796280, 2596243518, 2599154327, 2601218037, 2607717684 e 2607739266 (05/2002) determinada em juízo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.294134/2005-90	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BANESE	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2339863779 (04/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.349941/2010-14	FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085605/2012-08	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.119978/2006-33	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.082715/2011-29	ITÁLICA SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816841/2011-98	MARÍTIMA SAÚDE SEGUROS S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.119789/2006-61	MARÍTIMA SEGUROS S/A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2433349666 (01/2002), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436466/2011-04	MED-TOUR ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.082819/2011-33	OPERADORA IDEAL SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.282945/2010-13	PRO-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902. 297674/2005-25	SAMHO INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2480923820 (12/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087157/2012-79	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860775/2011-93	SIND. DOS ASSAL ATIVOS, APOSENTADOS E PENS. NAS EMPRESAS GERADORAS, OU TRANSM.S, OU DISTR., OU AFINS DE ENERGIA ELÉTRICA NO EST. DO RS E ASS. POR FUND. DE SEG. PRIVADAS ORIG. NO SETOR ELÉTRICO - SENERGISUL.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295924/2005-92	SERVITAL ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIHS.
33902.497045/2011-41	SISTEMA IPIRANGA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296821/2005-40	SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA - SAÚDE CONCEIÇÃO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2457442581 (09/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.108177/2006-42	UNIÃO HOSPITALAR OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2895809433 (05/2005), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.177649/2010-93	UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902. 497135/2011-32	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no Despacho nº 1043/2013/DIPRO/ANS, observando a retificação do valor da AIH 4108100836751 (07/2008), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.083310/2011-16	UNIMED DE DOURADOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 5007101293392 (12/2007), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.120334/2006-98	UNIMED DUQUE DE CAXIAS RJ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.120379/2006-62	UNIMED JOÃO MONLEVADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2540583727 (04/2002), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.054628/2005-33	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087408/2012-15	UNIMED DE PITANGUEIRAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087545/2012-50	UNIMED RECIFE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436982/2011-21	UNIMED RECIFE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.297004/2005-17	UNIMED VARGINHA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no Voto Relator SUS nº 383/2013/DIGES, observando a retificação das AIHS 2396471517 (08/2001) e 2398899570 (10/2001), determinada em juízo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816486/2011-57	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento referente as AIHS listadas no Voto Relator SUS nº 366/2013/DIGES, e pelo não conhecimento do recurso, referente às AIHS 3109115579625 (03/2005), 3308107005577, 4109100084199 e 5308500162625 (01/2005), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085507/2012-62	CÍRCULO OPERÁRIO CAXIENSE	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no Voto Relator SUS nº 379/2013/DIGES, observando a retificação do valor da AIH 4309105426417 (08/2009), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.294196/2005-00	CLINIPAM CLÍNICA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2412305687 (04/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387674/2012-45	CRUSAM CRUZEIRO DO SUL SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.157084/2007-22	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375676/2011-19	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298651/2005-38	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232665/2002-46	LUMINA SAÚDE S/A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.149722/2005-70	MED CARD SAÚDE S/C LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296732/2005-01	MEDICAMP ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2472549816 (09/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.388144/2012-14	MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.436582/2011-15	RN METROPOLITAN LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375997/2011-13	SAMED - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E HOSPITALAR S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497029/2011-59	SEMEG SAÚDE LTDA..	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298961/2005-52	SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312774/2012-18	SICARD E SICARD ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561884/2011-21	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no Voto Relator SUS nº 361/2013/DIGES, observando a retificação do valor das AIHS 2908101067443 (11/08), 2908101503010 (10/08), 2908101557680 (11/08), 2908101350088 (10/08) e 2908101540014 (11/08), determinada no juízo de retratação, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054428/2005-81	UNIMED ALTO PARANAÍBA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296062/2005-15	UNIMED BRASÍLIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2369705272 (05/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497167/2011-38	UNIMED DE CASCAVEL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.101102/2010-17	UNIMED DE JABOTICABAL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147828/2013-49	UNIMED DE MONTE ALTO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.297581/2005-09	UNIMED DO OESTE DO PARANÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2417236690 (11/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH.
33902.298941/2005-81	UNIMED EXTREMO OESTE CATARINENSE	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.156832/2005-98	UNIMED FRANCISCO BELTRÃO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.177810/2010-29	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.297126/2005-03	UNIMED PONTAL DO TRIÂNGULO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente a AIH 2398315953 (10/2001), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562278/2011-22	UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente às AIHS 2908101221058 (10/2008), 2908101350396 (11/2008) e 2908101319398 (11/2008), observando a retificação do valor das AIHS nº 2908101067443 (11/2008), 2908101503010 (10/2008), 2908101557680 (11/2008), 2908101350088 (10/2008) e 2908101540014 (11/2008), determinada em juízo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313011/2012-94	UNIMED DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no Voto Relator SUS nº 384/2013/DIGES, observando a retificação da revisão ex officio para retornar a cobrança para o original da AIH 3509125110997 (11/2009), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087529/2012-67	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.361349/2010-91	UNIMED VALE DO PIRIQUI - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO VALE DO PIRIQUI	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, anulando as identificações representadas pelas AIHS 4107106782196 (08/2007) e 4107106783660 (09/2007), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO DE 2 DE NOVEMBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, vem por meio deste dar ciência às Operadoras relacionadas abaixo, da decisão proferida nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25785.000907.2009-66	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "c" da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.002262.2008-54	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.004594.2008-73	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98.	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.005263.2009-47	CAIXA DE ASSISTENCIA À SAÚDE - CABERJ	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 382ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 14 de agosto de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.200598/2005-43	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS - CAA/MG	DIDES	Pela procedência da revisão administrativa do processo de cobrança Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS), posto que, a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS - CAA/MG, não se caracteriza como operadora de plano de saúde, determinando assim, o cancelamento da NFLD e seu posterior arquivamento.
33902.004901/2007-41	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS - CAA/MG	DIDES	Pela procedência da revisão administrativa do processo de cobrança Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS), posto que, a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS - CAA/MG, não se caracteriza como operadora de plano de saúde, determinando assim, o cancelamento da NFLD e seu posterior arquivamento.
33902.264487/2006-46	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS - CAA/MG	DIDES	Pela procedência da revisão administrativa do processo de cobrança Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS), posto que, a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS - CAA/MG, não se caracteriza como operadora de plano de saúde, determinando assim, o cancelamento da NFLD e seu posterior arquivamento.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 389ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 13 de novembro de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.160972/2008-11	BRADESCO SAÚDE S/A	DIGES	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária em desacordo com o ato administrativo da SUSEP e em desacordo com o contrato - Art. 25 da Lei 9656/98.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.018962/2009-72	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA LTDA	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "a" da Lei 9656/98.	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.035360/2008-07	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Negativa de cobertura - art. 17, parágrafo quarto, da Lei 9656/98.	164.947,37 (cento e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos)
25783.011546/2009-01	OPS - PLANOS DE SAÚE S.A.	DIGES	Negativa de cobertura, em descumprimento de cláusula contratual - Art. 25 da Lei 9656/98.	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25785.006504/2009-21	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	DIGES	Exclusão indevida de beneficiário, em descumprimento de cláusula contratual - Art. 25 da Lei 9656/98.	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.017149/2010-38	CASA DE SAUDE SÃO BERNARDO S/A	DIGES	Deixar de informar reajuste aplicado em 10/10, cont. coletivo c/ Interative Informática Ltda ME (CNPJ 08.116275/0001-05), prod. 448959044, contrato 051514 - Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 13 da RN 171.	20.000,00 (vinte mil reais)
25779.000660/2011-81	CASA DE SAUDE SÃO BERNARDO S/A	DIGES	Deixar de informar reajuste aplicado em 10/10, cont. coletivo c/ Rovetta e Battestin Ltda ME (CNPJ 09.201.699/0001-22), prod. 448959044, contrato 16800 - Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 13 da RN 171.	20.000,00 (vinte mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 389ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 13 de novembro de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.021702/2010-18	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAS	DIGES	Aplicar reajuste por variação de custo em novembro de 2009 e fevereiro de 2010, informando à ANS índice diverso do aplicado e, ainda, deixando de observar a periodicidade anual para aplicação dos reajustes - Art. 20, caput, da Lei 9656/98 c/c art. 13, inciso I, da RN 171/08, e art. 19 da RN 195/09.	36.666,95 (trinta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos) e advertência
33902.301892/2005-71	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	DIDES	Reajustar por mudança de faixa etária a mensalidade da usuária I.S.P., participante de seguro saúde familiar firmado em 09/11/94, Produto 302 - Básico, com base na cláusula 13 do contrato, a qual não prevê o percentual de reajuste por mudança de faixa etária ao completar 61 anos. - Art. 25 da Lei 9656/98.	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25789.002069/2008-44	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIDES	Reajustar a mensalidade da beneficiária F.S.L., sob alegação de mudança de faixa etária ao completar 40 anos, utilizando percentual não previsto no documento referente ao processo 001.004621/91, registrado na SUSEP, em descumprimento à cláusula contratual 12.5 do contrato. - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c Súmula Normativa 03/01.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.002554/2010-92	EXCELSIOR MED S/A	DIDES	Recusar a participação de consumidores em planos de assistência à saúde, em razão da idade, doença ou lesão preexistente. - Art. 14 da Lei 9656/98.	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.214146/2007-19	SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIDES	Reajustar mensalidade por variação de faixa etária sem previsão contratual. - Art. 25 da Lei 9656/98.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25772.000182/2005-21	COOPERATIVA ODONTOLÓGICA REGIÃO SUL DA BAHIA - UNIODONTO	DIDES	Restringir, por qualquer meio, a liberdade do exercício da atividade profissional dos prestadores de serviço, exigindo exclusividade desses. - Art. 18, inciso III, da Lei 9656/98.	10.000,00 (dez mil reais)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.043890/2007-14	SUL AMÉRICA SERVIÇOS MÉDICOS S.A	DIPRO	Deixar de adotar para o aposentado D.G.S., participante do plano contratado pela estipulante EDS - Eletronic Data Systems do Brasil Ltda., valor de pagamento ao plano igual à média das doze últimas contribuições integrais, a partir do seu desligamento. - Art. 31 da Lei 9656/98 c/c art. 3º, §§ 4º e 6º da Resolução CONSU 21/99.	12.000,00 (doze mil reais)
33902.093485/2008-28	LINK ASSISTENCIAL S/C LTDA.	DIGES	Deixar de encaminhar à ANS, no prazo estabelecido, os Documentos de Informações Periódicas das Operadoras - DIOPS referente ao 3º trimestre de 2007. - Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 3º da RE DIOPE 1/01.	Arquivamento

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.208150/2008-11	AME - ASSISTÊNCIA MÉDICA E EMPRESAS LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.798648/2011-68	UNIMED PATOS DE MINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.222224/2008-21	UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.113368/2009-79	FUNDAÇÃO SANEPAR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.208158/2008-87	UNIMED JUIZ DE FORA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.799114/2011-59	FUNDAÇÃO SANEPAR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.218972/2008-18	UNIMED GOVERNADOR VALADARES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.798460/2011-10	UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.110478/2008-06	UNIMED PONTE NOVA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento, mantendo a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de débito de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, vem por meio deste dar ciência às Operadoras relacionadas abaixo, da decisão proferida nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.054842/2010-72	HBC SAÚDE S/C LTDA.	DIGES	Rajuste por mudança de faixa etária em desacordo com a regulamentação da ANS, e não informar à ANS reajuste aplicado na mensalidade da beneficiária M.R.C., plano contratado pela empresa FNECESP - art. 15 da Lei nº 9.656/98 c/c art. 3º da RN 63/2003, e art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 14 da RN 171/2008.	116.019,00(cento e dezesseis mil e dezenove reais) e advertência
33902.088229/2009-08	PLAMER PLANO MEDICO RESENDE LTDA.	DIGES	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b", Lei 9.656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.002486/2005-63	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIGES	Reajustar em 74,45%, em junho/2005, a mensalidade do consumidor inscrito no produto identificado pela operadora pelo nº 410.525/99-7, em percentual acima dos 11,69% autorizados pela ANS para aplicação no período de maio/05 a abril/06. - Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, inciso XVII, da Lei 9961/00 c/c art. 2º da RN99/05.	232.020,83 (duzentos e trinta e dois mil vinte reais e oitenta e três centavos)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

O Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 135, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.001370/2012-77	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA - FASSINCRA	358720.	00.431.403/0001-95	Não restou comprovada a infração ao artigo 4º, incisos II e IV da Lei 9.656/98.	Anulação do auto nº 52960
25783.014609/2010-15	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	Proceder a alterações contratuais de planos de assist. à saúde em desacordo com a legislação vigente. (Art.4º, XXIV, XXXV e XXXVII da Lei 9.961 c/c Art.2º da RDC 25)	Advertência
25783.020893/2010-51	OPERADORA IDEAL SAUDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	412171.	03.516.381/0001-54	Não restou configura a infração ao art. 25 c/c art. 35-G da Lei nº 9.656/98 c/c arts. 46 e 51 da Lei nº 8.078/90, descrita no auto e referente ao descumprimento de cláusula contratual.	Anulação do auto nº 37321
25783.012791/2011-42	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	Suspender ou denunciar de maneira unilateral os contratos com os consumidores, em desrespeito ao disposto nos incisos II do § único do art. 13 da Lei 9656/98 (Art.13, parágrafo único, II da Lei nº 9.656)	64000 (sessenta e quatro mil reais)
25783.019000/2011-13	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15 e 25 da Lei 9.656)	45000 (quarenta e cinco mil reais)
25783.020242/2011-41	UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS	347361.	01.409.581/0001-82	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	24000 (vinte e quatro mil reais)
25783.025482/2011-32	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	60000 (sessenta mil reais)
25783.005347/2012-51	UNIMED CARUARU-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	340952.	24.449.225/0001-98	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde. (Art.12, II da Lei 9.656)	48000 (quarenta e oito mil reais)

RICARDO FABIANO PONTE NUNES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

No D.O.U de 12 de agosto de 2013, Seção 1, página 31, processo nº 25772.006699/2010-91.
Onde consta: Valor da Multa: R$ 90270 (noventa mil duzentos e setenta reais)
Leia-se: Valor da Multa R$ 90.630,00 (noventa mil seiscentos e trinta reais).

DECISÃO DE 2 DE AGOSTO DE 2013

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.458406/2012-15	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.118814/2010-75	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Ao incluir indevidamente beneficiário em contrato não adaptado pela RN 195/09 (Art.25 da Lei 9.656 c/c Art. 26 da RN 195/09)	Anulação do AI 45939 / ARQUIVAMENTO
33902.484117/2012-71	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir remoção hospitalar solicitada em atendimentos de urgência e emergência. (Art.35-C da Lei 9.656/98 c/c Art.7º da CONSU 13/08)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

JACQUELINE FIGUEIRÊDO DE LIMA PAUXIS

DECISÃO DE 26 DE AGOSTO DE 2013

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.608067/2011-43	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de garantir remoção para unidade do SUS, após atendimento de emergência (Art.35-C da Lei 9.656/98 c/c Art.7º, § 2º da CONSU 13)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.203514/2012-52	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	357391.	27.578.434/0001-20	Impedir a portabilidade de plano (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c art. 3º da RN 186/09)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

JACQUELINE FIGUEIRÊDO DE LIMA PAUXIS

DECISÃO DE 27 DE AGOSTO DE 2013

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.240810/2012-34	PORTO SEGURO - SEGURO SAUDE S/A	000582.	04.540.010/0001-70	Deixar de reembolsar integralmente os honorários do anestesista (Art.12, II, "c" da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 41203 / ARQUIVAMENTO
33902.134570/2010-78	RN METROPOLITAN LTDA	414131.	04.467.112/0001-08	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas (Art.12, II da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 39920 / ARQUIVAMENTO
33902.265965/2013-64	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas (Art.12, I da Lei 9.656/98 c/c art. 16 §3º da RN 162)	Anulação do AI 44717 / ARQUIVAMENTO
33902.676405/2011-70	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Ao encaminhar à ANS, informações contendo incorreções ou omissões (Art. 20, caput da Lei 9656/98) e ao não garantir cobertura em atendimento de emergência (Art.35-C, I, da Lei 9.656/98)	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
33902.305423/2010-99	ITAUSEG SAÚDE S.A.	000884.	04.463.083/0001-06	Aplicar em fev. de 2008, 2009 e 2010, reajuste por mudança de faixa etária sem previsão contratual (Art.25 da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 47029 / ARQUIVAMENTO

JACQUELINE FIGUEIREDO DE LIMA PAUXIS

DECISÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.793152/2011-06	UNIMED CENTRO SUL FLUMINENSE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	320897.	39.210.844/0001-00	Constatou-se que a ops. infringiu os seguintes disp. legais: Art. 25 da Lei 9656/98, c/c art. 18, §5º da RN 211/10; Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 2º, VII da CONSU 08/98; Art.12, II, "c" da Lei 9.656/98 e Art. 25 da Lei 9656/98.	ADVERTÊNCIA / 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

LEONARDO FICH

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 30 de outubro de 2013

A Gerência-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, VEM TORNAR SEM EFEITO o Despacho da Gerência-Geral, de 16 de novembro de 2011, publicado no DOU nº 221, de 18 de novembro de 2011, seção 01, pág. 95, referente(s) ao(s) processo(s) administrativo(s) sanitário(s) abaixo relacionados:

AUTUADO: POLYMAR INDÚSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.

PROCESSO: 25351.365429/2005-11 - AIS: 434389/05-1 - GFIMP/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

Em 16 de dezembro de 2013

A Gerência-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXX, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as decisões de retratação proferidas no processo administrativo abaixo relacionados:

AUTUADO: CANDAL & FLORINDO LTDA ME.

25351.095964/2006-72 - AIS: 126823/06-6 - GFIMP1/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA.

25351.098182/2009-50 - AIS: 124322/09-5 - GPROP/ANVISA.

NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.

BRUNO GONÇALVES ARAUJO RIOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.432, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Rio de Janeiro.

O Secretário de Atenção à Saúde-Substituto, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite, por meio do Ofício SES/SG/CIB nº 13/2013, de 28/11/2013 e Deliberação CIB-RJ nº 2.608, de 28/11/2013, resolvem:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Rio de Janeiro, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 3.123.933.010,97, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	557.739.559,61	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	2.487.431.225,73	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	78.762.225,63	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 9.893.400,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 55.278.204,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0033 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de dezembro de 2013.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - DEZEMBRO/2013

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	404.187.866,50
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	153.551.693,11
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	557.739.559,61

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - DEZEMBRO/2013

(TOTALIZADOR) VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (VALORES ANUAIS)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
330010	ANGRA DOS REIS	13.744.619,34	1.284.289,00	3.148.696,12	42.311.464,89	0,00	0,00	0,00	0,00	60.489.069,35
330015	APERIBE	546.384,53	34.335,36	0,00	359.548,76	0,00	940.268,65	0,00	0,00	0,00
330020	ARARUAMA	7.908.427,86	1.306.132,72	239.122,08	6.469.368,96	0,00	9.526.016,62	0,00	0,00	6.397.035,00
330022	AREAL	570.584,77	30.282,89	132.000,00	196.557,47	0,00	0,00	0,00	0,00	929.425,13
330023	ARMACAO DE BUZIOS	1.699.578,36	33.377,44	0,00	505.948,86	0,00	1.899.304,66	0,00	0,00	339.600,00
330025	ARRAIAL DO CABO	1.679.690,56	128.829,96	158.400,00	224.898,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2.191.818,59
330030	BARRA DO PIRAI	9.265.777,96	554.256,00	2.645.789,40	609.179,64	0,00	0,00	0,00	0,00	13.075.003,00
330040	BARRA MANSA	17.706.961,98	10.602.249,81	2.670.168,09	7.050.833,93	0,00	0,00	0,00	0,00	38.030.213,81
330045	BELFORD ROXO	33.268.370,78	9.304.329,02	1.093.800,00	8.990.797,66	0,00	0,00	0,00	0,00	52.657.297,46
330050	BOM JARDIM	1.719.797,01	52.446,63	417.087,38	561.994,70	0,00	0,00	0,00	0,00	2.751.325,72
330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	3.630.929,63	1.114.545,16	1.292.036,99	5.518.290,09	0,00	10.543.123,01	0,00	0,00	1.012.678,86
330070	CABO FRIO	17.902.753,48	15.300.775,19	667.339,25	10.015.783,60	0,00	34.807.256,52	0,00	0,00	9.079.395,00
330080	CACHOEIRAS DE MACACU	3.741.308,11	26.451,91	132.000,00	538.349,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.438.109,92
330090	CAMBUCI	904.602,28	50.205,99	330.866,80	440.061,73	0,00	1.725.736,80	0,00	0,00	0,00
330093	CARAPEBUS	457.536,46	501,58	0,00	115.947,41	0,00	573.985,45	0,00	0,00	0,00
330095	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	359.944,71	1.482,02	118.800,00	660.393,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.619,82
330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	62.535.363,48	25.539.122,74	7.939.159,76	4.125.863,61	0,00	3.905.502,88	0,00	0,00	96.234.006,71
330110	CANTAGALO	1.453.404,57	135.845,13	285.768,49	628.043,70	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503.061,89
330115	CARDOSO MOREIRA	444.359,28	138,60	0,00	337.188,22	0,00	781.686,10	0,00	0,00	0,00
330120	CARMO	1.469.091,58	24.839,93	256.953,97	2.748.352,68	0,00	0,00	0,00	0,00	4.499.238,16
330130	CASIMIRO DE ABREU	1.957.746,90	50.481,50	99.000,00	1.295.832,04	0,00	3.304.060,44	0,00	0,00	99.000,00
330140	CONCEICAO DE MACABU	834.382,73	20.557,28	0,00	1.858.860,18	0,00	2.374.140,19	0,00	0,00	339.660,00
330150	CORDEIRO	1.618.206,11	354.132,47	211.062,67	411.067,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.594.469,07
330160	DUAS BARRAS	648.878,15	6.193,13	0,00	88.937,13	0,00	0,00	0,00	0,00	744.008,41
330170	DUQUE DE CAXIAS	61.964.083,69	15.061.177,03	2.580.000,00	43.825.370,48	0,00	261.360,00	0,00	0,00	123.169.271,20
330180	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	531.261,69	70.031,22	0,00	2.534.007,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.135.300,75

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

330185	GUAPIMIRIM	2.269.871,76	7.858,02	0,00	368.857,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.646.587,41
330187	IGUABA GRANDE	812.935,45	14.899,32	0,00	353.438,11	0,00	1.181.272,88	0,00	0,00	0,00
330190	ITABORAI	13.147.571,21	2.765.591,60	619.500,00	5.796.184,03	0,00	0,00	0,00	0,00	22.328.846,84
330200	ITAGUAI	6.333.499,35	175.796,42	751.500,00	8.504.553,97	0,00	0,00	0,00	0,00	15.765.349,74
330205	ITALVA	547.599,56	45.922,59	0,00	1.291.044,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.884.567,04
330210	ITAOCARA	1.294.252,30	593.296,94	0,00	1.089.245,71	0,00	2.637.134,95	0,00	0,00	339.660,00
330220	ITAPERUNA	14.693.867,74	24.141.817,99	5.412.027,88	17.495.211,61	0,00	0,00	0,00	0,00	61.742.925,22
330225	ITATIAIA	2.436.783,91	0,00	289.500,00	417.124,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.143.408,08
330227	JAPERI	6.096.742,26	1.559.480,15	751.500,00	594.916,67	0,00	0,00	0,00	0,00	9.002.639,08
330230	LAJE DO MURIAE	342.139,67	0,00	0,00	212.021,12	0,00	554.160,79	0,00	0,00	0,00
330240	MACAE	14.520.497,55	1.357.663,90	766.938,92	7.954.647,37	0,00	0,00	0,00	0,00	24.599.747,74
330245	MACUCO	191.324,22	6.135,67	0,00	194.013,59	0,00	391.473,48	0,00	0,00	0,00
330250	MAGE	13.216.063,89	372.539,95	1.173.000,00	3.559.481,79	0,00	0,00	0,00	0,00	18.321.085,63
330260	MANGARATIBA	2.610.247,00	82.289,64	909.000,00	377.157,41	0,00	0,00	0,00	0,00	3.978.694,05
330270	MARICA	5.884.709,98	169.897,20	802.500,00	6.597.791,80	0,00	6.652.398,98	0,00	0,00	6.802.500,00
330280	MENDES	985.560,82	52.572,74	0,00	921.179,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.959.312,75
330285	MESQUITA	9.009.187,66	2.067.610,28	909.000,00	625.637,02	0,00	0,00	0,00	0,00	12.611.434,96
330290	MIGUEL PEREIRA	1.776.696,23	824.962,66	157.500,00	356.216,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.115.375,01
330300	MIRACEMA	2.063.841,22	85.488,07	347.968,13	700.562,40	0,00	2.771.149,82	0,00	0,00	426.710,00
330310	NATIVIDADE	1.066.322,55	2.163.036,07	458.925,28	2.233.401,94	0,00	0,00	0,00	0,00	5.921.685,84
330320	NILOPOLIS	6.479.090,63	496.969,39	1.213.500,00	10.385.179,44	0,00	0,00	0,00	0,00	18.574.739,46
330330	NITEROI	46.718.900,77	32.345.340,17	14.120.035,93	38.711.345,39	0,00	0,00	20.438.158,52	0,00	111.457.463,74
330340	NOVA FRIBURGO	19.679.333,18	8.910.908,02	0,00	6.651.161,44	0,00	0,00	0,00	0,00	35.241.402,64
330350	NOVA IGUACU	55.044.038,37	16.893.835,06	6.181.710,17	102.721.484,02	0,00	0,00	0,00	0,00	180.841.067,62
330360	PARACAMBI	3.703.769,85	4.422.312,59	157.500,00	13.944.097,34	0,00	0,00	0,00	0,00	22.227.679,78
330370	PARAIBA DO SUL	2.554.253,72	99.964,70	627.560,01	950.622,04	0,00	0,00	0,00	0,00	4.232.400,47
330380	PARATI	1.837.872,14	7.686,64	473.400,00	390.225,11	0,00	1.879.864,73	0,00	0,00	829.319,16
330385	PATY DO ALFERES	1.029.992,19	117,39	0,00	725.329,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.755.438,98
330390	PETROPOLIS	43.177.024,17	17.170.546,48	1.227.120,56	21.057.203,66	0,00	36.000,00	0,00	0,00	82.595.894,87
330395	PINHEIRAL	1.239.935,26	594,92	256.500,00	870.358,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.367.388,21
330400	PIRAI	2.030.215,76	930.700,77	1.272.932,15	644.879,87	0,00	0,00	0,00	0,00	4.878.728,55
330410	PORCIUNCULA	1.057.413,66	7.283,01	277.234,02	501.832,48	0,00	1.372.103,17	0,00	0,00	471.660,00
330411	PORTO REAL	1.289.679,60	30.580,48	315.900,00	1.453.225,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.089.385,76
330412	QUATIS	941.353,00	3.667.468,86	343.063,54	8.920,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.960.806,29
330414	QUEIMADOS	8.110.761,21	2.088.883,94	447.000,00	13.560.897,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.207.542,15
330415	QUISSAMA	2.082.058,10	649.565,59	0,00	669.266,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400.890,22
330420	RESENDE	11.716.651,99	1.372.181,84	2.110.773,77	8.174.099,75	0,00	0,00	0,00	0,00	23.373.707,35
330430	RIO BONITO	5.351.961,44	9.983.767,10	2.243.019,81	9.679.850,90	0,00	0,00	0,00	0,00	27.258.599,25
330440	RIO CLARO	1.135.293,69	0,00	958.980,00	144.338,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.238.611,85
330450	RIO DAS FLORES	550.632,38	0,00	157.500,00	61.720,34	0,00	0,00	0,00	0,00	769.852,72
330452	RIO DAS OSTRAS	6.212.732,65	215.627,69	0,00	193.318,89	0,00	6.522.019,23	0,00	0,00	99.660,00
330455	RIO DE JANEIRO	599.122.233,59	88.930.542,63	56.628.178,93	339.790.396,84	0,00	21.000.000,00	58.324.067,11	0,00	1.005.147.284,88
330460	SANTA MARIA MADALENA	653.241,69	5.832,14	0,00	452.488,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.111.562,67
330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	3.370.680,95	148.818,69	118.800,00	537.690,59	0,00	3.717.472,69	0,00	0,00	458.517,54
330475	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2.957.862,16	0,00	0,00	341.252,72	0,00	2.959.454,88	0,00	0,00	339.660,00
330480	SAO FIDELIS	2.801.789,21	152.133,69	864.751,68	1.115.421,15	0,00	4.594.435,93	0,00	0,00	339.659,80
330490	SAO GONCALO	90.473.136,48	4.721.729,57	2.296.334,23	12.434.414,15	0,00	0,00	0,00	0,00	109.925.614,43
330500	SAO JOAO DA BARRA	1.680.823,08	23.864,86	0,00	255.365,09	0,00	1.960.053,03	0,00	0,00	0,00
330510	SAO JOAO DE MERITI	29.154.781,46	745.216,03	1.407.900,00	4.760.411,90	0,00	0,00	0,00	0,00	36.068.309,39
330513	SAO JOSE DE UBA	263.329,11	0,00	0,00	159.872,32	0,00	423.201,43	0,00	0,00	0,00
330515	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	1.006.856,86	57.464,61	158.400,00	579.713,73	0,00	1.644.035,20	0,00	0,00	158.400,00
330520	SAO PEDRO DA ALDEIA	5.522.084,90	747.390,50	513.734,94	376.486,61	0,00	6.661.636,95	0,00	0,00	498.060,00
330530	SAO SEBASTIAO DO ALTO	733.548,11	116.316,34	223.917,27	987.003,55	0,00	0,00	0,00	0,00	2.060.785,27
330540	SAPUCAIA	618.309,64	7.258,88	157.500,00	402.667,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.185.736,42
330550	SAQUAREMA	4.076.344,02	60.516,47	132.000,00	1.226.647,50	0,00	5.023.907,99	0,00	0,00	471.600,00
330555	SEROPEDICA	3.548.132,09	0,00	447.000,00	2.392.482,27	0,00	0,00	0,00	0,00	6.387.614,36
330560	SILVA JARDIM	1.263.011,41	5.223,35	157.500,00	2.133.108,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.558.843,41
330570	SUMIDOURO	983.146,06	0,00	0,00	570.063,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.553.210,00
330575	TANGUA	1.905.388,50	2.212.543,78	157.500,00	186.858,50	0,00	4.304.790,78	0,00	0,00	157.500,00
330580	TERESOPOLIS	18.748.769,92	6.685.861,83	4.733.176,87	7.185.390,33	0,00	0,00	0,00	0,00	37.353.198,95
330590	TRAJANO DE MORAIS	136.196,59	26.662,75	0,00	1.005.602,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.461,76
330600	TRES RIOS	8.031.369,10	4.169.805,14	1.281.900,00	6.975.421,36	0,00	0,00	0,00	0,00	20.458.495,60
330610	VALENCA	7.714.203,57	624.338,59	2.239.731,19	4.317.515,79	0,00	0,00	0,00	0,00	14.895.789,14
330615	VARRE-SAI	456.970,13	0,00	0,00	13.262,29	0,00	470.232,42	0,00	0,00	0,00
330620	VASSOURAS	4.946.248,13	12.077.892,46	1.387.068,29	508.628,94	0,00	0,00	0,00	0,00	18.919.837,82
330630	VOLTA REDONDA	32.660.342,71	11.071.505,38	2.248.200,00	10.073.112,35	0,00	6.152.452,46	0,00	0,00	49.900.707,98
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										2.487.431.225,73

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - DEZEMBRO/2013

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (VALORES ANUAIS)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	330330 - NITEROI	Hospital Universitário Antônio Pedro/UFF	12505	30	05-01-2005	20.438.158,52
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto De Doenças do Torax	5358833	000	02-01-2008	20.622,90
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	2708361	000	20-10-2010	105.176,81
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Maternidade Escola da UFRJ	2270021	1892	13-10-2005	7.624.633,84
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Gafree Guinle/UNIRIO	2295415	1888	13-10-2005	8.499.698,38
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	2269430	1891	13-10-2005	5.213.330,77
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Ginecologia da UFRJ	2296594	000	20-10-2010	10.998,88
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Escola São Francisco de Assis	2270668	000	20-10-2010	10.311,45
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	2280167	2726	28-12-2004	32.087.517,50
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Martagão Gesteira/UFRJ	2296616	144	13-10-2005	4.751.776,58
TOTAL						78.762.225,63

PORTARIA Nº 1.433, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado da Bahia.

O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, por meio do Ofício GASEC nº 2.391/2013, de 28/11/2013, e Resoluções CIB/BA nº 410/2013, de 2/10/2013, nº 532/2013, de 26/11/2013 e nº 540/2013 e nº 541/2013, de 28/11/2013, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado da Bahia, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.463.444.835,63, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	1.156.086.265,56	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.160.336.734,02	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	147.021.836,05	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 11.002.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 86.200.308,00.

§ 3° O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0029 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de dezembro de 2013.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA - DEZEMBRO/2013

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	374.331.074,06
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	928.777.027,55
Valores a receber referentes a PCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	147.021.836,05
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	1.156.086.265,56

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
290010	ABAIRA	13.116,12	170,00	0,00	30.340,21	0,00	43.626,33	0,00	0,00	0,00
290020	ABARE	199.522,83	19.983,25	0,00	281.139,13	0,00	500.645,21	0,00	0,00	0,00
290030	ACAJUTIBA	111.828,63	0,00	0,00	42.217,04	0,00	154.045,67	0,00	0,00	0,00
290035	ADUSTINA	39.258,21	0,00	0,00	49.885,53	0,00	89.143,74	0,00	0,00	0,00
290040	AGUA FRIA	218.818,89	0,00	52.067,30	245.300,46	0,00	516.186,65	0,00	0,00	0,00
290050	ERICO CARDOSO	50.820,29	0,00	0,00	43.626,46	0,00	94.446,75	0,00	0,00	0,00
290060	AIQUARA	43.622,90	0,00	157.500,00	110.105,61	0,00	153.728,51	0,00	0,00	157.500,00
290070	ALAGOINHAS	6.423.191,53	6.313.650,21	1.360.200,00	4.435.862,83	0,00	6.979.715,60	0,00	0,00	11.553.188,97
290080	ALCOBACA	612.244,09	17.008,03	276.300,00	281.240,58	0,00	910.492,70	0,00	0,00	276.300,00
290090	ALMADINA	665,46	0,00	0,00	18.124,59	0,00	18.790,05	0,00	0,00	0,00
290100	AMARGOSA	1.548.552,13	306.944,87	276.300,00	771.629,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.903.426,85
290110	AMELIA RODRIGUES	418.867,69	0,00	194.436,00	819.267,23	0,00	1.092.910,92	0,00	0,00	339.660,00
290115	AMERICA DOURADA	301.448,46	7.256,52	0,00	229.521,86	0,00	538.226,84	0,00	0,00	0,00
290120	ANAGE	521.131,00	42.853,93	258.000,00	423.183,23	0,00	987.168,16	0,00	0,00	258.000,00
290130	ANDARAI	351.905,02	0,00	0,00	261.701,58	0,00	613.606,60	0,00	0,00	0,00
290135	ANDORINHA	6.779,32	0,00	157.500,00	48.047,73	0,00	54.827,05	0,00	0,00	157.500,00
290140	ANGICAL	8.829,67	0,00	157.500,00	42.371,56	0,00	51.201,23	0,00	0,00	157.500,00
290150	ANGUERA	45.630,19	0,00	0,00	228.802,48	0,00	274.432,67	0,00	0,00	0,00
290160	ANTAS	288.041,17	1.578.478,79	497.597,71	1.809.625,44	0,00	4.173.743,11	0,00	0,00	0,00
290170	ANTONIO CARDOSO	43.824,49	0,00	0,00	16.990,42	0,00	60.814,91	0,00	0,00	0,00
290180	ANTONIO GONCALVES	55.343,06	0,00	0,00	34.286,33	0,00	89.629,39	0,00	0,00	0,00
290190	APORA	185.045,21	0,00	157.500,00	164.887,35	0,00	349.932,56	0,00	0,00	157.500,00
290195	APUAREMA	3.105,76	0,00	157.500,00	20.734,99	0,00	23.840,75	0,00	0,00	157.500,00
290200	ARACATU	409.327,95	61.783,55	0,00	417.692,41	0,00	549.143,91	0,00	0,00	339.660,00
290205	ARACAS	247.362,75	5.788,73	157.500,00	212.948,01	0,00	466.099,49	0,00	0,00	157.500,00
290210	ARACI	1.670.977,20	89.367,61	0,00	1.193.607,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.953.952,70
290220	ARAMARI	34.184,38	0,00	157.500,00	22.987,50	0,00	0,00	0,00	0,00	214.671,88
290225	ARATACA	20.659,81	0,00	0,00	29.008,37	0,00	49.668,18	0,00	0,00	0,00
290230	ARATUIPE	5.383,23	0,00	0,00	22.289,35	0,00	27.672,58	0,00	0,00	0,00
290240	AURELINO LEAL	388.333,63	97.973,72	0,00	555.914,08	0,00	1.042.221,43	0,00	0,00	0,00
290250	BAIANOPOLIS	292.741,13	33.788,86	157.500,00	237.560,24	0,00	564.090,23	0,00	0,00	157.500,00
290260	BAIXA GRANDE	405.942,06	0,00	0,00	321.509,16	0,00	727.451,22	0,00	0,00	0,00
290265	BANZAE	40.383,00	0,00	0,00	69.189,83	0,00	109.572,83	0,00	0,00	0,00
290270	BARRA	2.028.585,52	1.414.036,16	619.500,00	743.774,98	0,00	3.846.736,66	0,00	0,00	959.160,00
290280	BARRA DA ESTIVA	452.054,46	468.619,11	0,00	950.605,62	0,00	1.531.619,19	0,00	0,00	339.660,00
290290	BARRA DO CHOCA	1.150.992,36	42.928,76	0,00	1.674.922,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.868.843,13
290300	BARRA DO MENDES	312.344,02	12.385,21	0,00	185.698,15	0,00	510.427,38	0,00	0,00	0,00
290310	BARRA DO ROCHA	27.027,06	0,00	157.500,00	156.856,71	0,00	183.883,77	0,00	0,00	157.500,00
290320	BARREIRAS	7.936.965,39	18.443.489,67	1.600.200,00	36.863.826,62	0,00	18.673.465,44	0,00	0,00	46.171.016,24
290323	BARRO ALTO	182.705,55	6.712,69	0,00	220.583,00	0,00	410.001,24	0,00	0,00	0,00
290327	BARROCAS	295.482,35	0,00	0,00	523.229,24	0,00	479.051,59	0,00	0,00	339.660,00
290330	BARRO PRETO	126.964,47	0,00	15.885,38	165.090,36	0,00	307.940,21	0,00	0,00	0,00
290340	BELMONTE	741.310,87	84.117,32	157.500,00	721.225,22	0,00	1.206.993,41	0,00	0,00	497.160,00
290350	BELO CAMPO	376.139,71	25.049,35	258.000,00	1.508.214,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2.167.403,56
290360	BIRITINGA	263.023,51	0,00	53.704,94	144.875,85	0,00	461.604,30	0,00	0,00	0,00
290370	BOA NOVA	11.538,11	0,00	0,00	46.587,44	0,00	58.125,55	0,00	0,00	0,00
290380	BOA VISTA DO TUPIM	378.792,47	1.312,80	174.636,92	223.208,52	0,00	678.950,71	0,00	0,00	99.000,00
290390	BOM JESUS DA LAPA	2.720.595,11	566.040,76	1.255.500,00	4.160.827,82	0,00	0,00	0,00	0,00	8.702.963,69
290395	BOM JESUS DA SERRA	252.066,78	251.669,90	0,00	29.521,54	0,00	533.258,22	0,00	0,00	0,00
290400	BONINAL	274.465,19	15.991,99	7.690,62	183.340,77	0,00	481.488,57	0,00	0,00	0,00
290405	BONITO	274.147,10	0,00	114.894,00	173.830,11	0,00	562.871,21	0,00	0,00	0,00
290410	BOQUIRA	610.851,61	7.122,28	157.500,00	583.189,17	0,00	861.503,06	0,00	0,00	497.160,00
290420	BOTUPORA	235.088,16	160.646,32	157.500,00	983.363,03	0,00	1.039.437,51	0,00	0,00	497.160,00
290430	BREJOES	239.824,23	38.023,59	157.500,00	239.726,09	0,00	517.573,91	0,00	0,00	157.500,00
290440	BREJOLANDIA	25.255,78	0,00	157.500,00	30.003,14	0,00	55.258,92	0,00	0,00	157.500,00
290450	BROTAS DE MACAUBAS	37.415,70	0,00	157.500,00	121.791,75	0,00	159.207,45	0,00	0,00	157.500,00
290460	BRUMADO	3.150.285,49	2.654.535,43	1.574.700,00	814.115,73	0,00	0,00	0,00	0,00	8.193.636,65
290470	BUERAREMA	172.285,09	9.240,00	0,00	401.036,47	0,00	582.561,56	0,00	0,00	0,00
290475	BURITIRAMA	4.208,09	0,00	157.500,00	63.616,96	0,00	67.825,05	0,00	0,00	157.500,00
290480	CAATIBA	247.683,90	1.525,73	0,00	107.969,08	0,00	357.178,71	0,00	0,00	0,00
290485	CABACEIRAS DO PARAGUACU	6.466,61	62,80	0,00	50.722,07	0,00	57.251,48	0,00	0,00	0,00
290490	CACHOEIRA	805.956,88	407.711,30	806.712,39	1.661.303,42	0,00	3.183.623,99	0,00	0,00	498.060,00
290500	CACULE	797.309,73	130.485,50	99.000,00	703.919,98	0,00	1.292.055,21	0,00	0,00	438.660,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

290510	CAEM	354.480,26	47.225,02	0,00	291.239,05	0,00	692.944,33	0,00	0,00	0,00
290515	CAETANOS	60.991,30	0,00	0,00	32.899,69	0,00	93.890,99	0,00	0,00	0,00
290520	CAETITE	2.218.342,24	441.520,70	157.500,00	3.790.948,71	0,00	0,00	0,00	0,00	6.608.311,65
290530	CAFARNAUM	665.322,04	28.306,21	0,00	140.022,21	0,00	833.650,46	0,00	0,00	0,00
290540	CAIRU	37.895,63	0,00	0,00	42.027,57	0,00	79.923,20	0,00	0,00	0,00
290550	CALDEIRAO GRANDE	535.544,55	26.253,77	0,00	132.515,77	0,00	694.314,09	0,00	0,00	0,00
290560	CAMACAN	1.210.525,42	1.360.670,22	0,00	1.386.271,07	0,00	3.617.806,71	0,00	0,00	339.660,00
290570	CAMACARI	11.085.844,02	2.811.882,85	2.496.900,00	3.007.760,70	0,00	8.077.167,13	0,00	0,00	11.325.220,44
290580	CAMAMU	318.053,41	34.087,40	0,00	88.825,08	0,00	440.965,89	0,00	0,00	0,00
290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	597.681,99	72.696,24	157.500,00	687.741,29	0,00	1.018.459,52	0,00	0,00	497.160,00
290600	CAMPO FORMOSO	2.828.404,72	355.285,66	1.056.913,29	1.161.269,29	0,00	3.631.013,37	0,00	0,00	1.770.859,59
290610	CANAPOLIS	384.333,74	1.250,61	132.000,00	191.952,67	0,00	577.537,02	0,00	0,00	132.000,00
290620	CANARANA	729.305,61	13.104,28	0,00	222.345,33	0,00	964.755,22	0,00	0,00	0,00
290630	CANAVIEIRAS	1.787.414,27	56.989,30	0,00	699.622,51	0,00	2.204.366,08	0,00	0,00	339.660,00
290640	CANDEAL	17.154,58	0,00	0,00	225.409,38	0,00	242.563,96	0,00	0,00	0,00
290650	CANDEIAS	3.154.904,52	133.270,77	909.000,00	5.541.950,35	0,00	1.378.713,60	0,00	0,00	8.360.412,04
290660	CANDIBA	178.842,46	0,00	157.500,00	179.842,73	0,00	358.685,19	0,00	0,00	157.500,00
290670	CANDIDO SALES	806.399,45	30.213,01	357.000,00	1.120.979,60	0,00	1.617.932,06	0,00	0,00	696.660,00
290680	CANSANCAO	786.762,58	174,67	0,00	573.706,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.360.643,32
290682	CANUDOS	424.266,13	49.322,12	0,00	347.335,07	0,00	820.923,32	0,00	0,00	0,00
290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	198.662,15	2.412,85	0,00	561.947,04	0,00	0,00	0,00	0,00	763.022,04
290687	CAPIM GROSSO	870.372,81	543.556,16	99.000,00	2.313.662,37	0,00	177.406,15	0,00	0,00	3.649.185,19
290689	CARAIBAS	49.285,21	0,00	0,00	28.547,00	0,00	77.832,21	0,00	0,00	0,00
290690	CARAVELAS	536.721,58	6.100,24	157.500,00	778.659,08	0,00	981.820,90	0,00	0,00	497.160,00
290700	CARDEAL DA SILVA	45.315,74	0,00	0,00	24.178,81	0,00	69.494,55	0,00	0,00	0,00
290710	CARINHANHA	1.020.109,41	48.815,48	157.500,00	454.570,83	0,00	1.183.835,72	0,00	0,00	497.160,00
290720	CASA NOVA	1.168.602,46	0,00	157.500,00	608.308,73	0,00	1.437.251,19	0,00	0,00	497.160,00
290730	CASTRO ALVES	781.279,56	166.119,16	303.211,22	830.958,16	0,00	1.584.708,10	0,00	0,00	496.860,00
290740	CATOLANDIA	11.142,09	0,00	0,00	10.956,24	0,00	22.098,33	0,00	0,00	0,00
290750	CATU	1.598.158,63	13.190,37	158.400,00	2.225.981,26	0,00	0,00	0,00	0,00	3.995.730,26
290755	CATURAMA	109.902,63	1.599,67	70.704,00	94.235,35	0,00	276.441,65	0,00	0,00	0,00
290760	CENTRAL	612.048,10	554,69	0,00	232.193,16	0,00	844.795,95	0,00	0,00	0,00
290770	CHORROCHO	17.679,94	0,00	619.500,00	36.428,65	0,00	54.108,59	0,00	0,00	619.500,00
290780	CICERO DANTAS	773.338,73	802.244,30	0,00	675.939,21	0,00	1.911.862,24	0,00	0,00	339.660,00
290790	CIPO	341.904,43	11.519,45	0,00	797.835,22	0,00	811.599,10	0,00	0,00	339.660,00
290800	COARACI	368.449,06	34.589,62	0,00	1.877.266,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280.305,09
290810	COCOS	526.314,22	116.379,72	157.500,00	96.749,73	0,00	739.443,67	0,00	0,00	157.500,00
290820	CONCEICAO DA FEIRA	94.467,31	0,00	150.246,00	643.494,92	0,00	0,00	0,00	0,00	888.208,23
290830	CONCEICAO DO ALMEIDA	589.010,51	118.448,84	0,00	714.258,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.421.717,79
290840	CONCEICAO DO COITE	2.309.280,82	246.103,83	310.559,44	1.233.694,64	0,00	3.660.978,73	0,00	0,00	438.660,00
290850	CONCEICAO DO JACUIPE	697.809,34	6.175,46	0,00	1.036.387,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.740.372,74
290860	CONDE	526.431,27	2.600,87	334.260,00	269.948,66	0,00	975.740,80	0,00	0,00	157.500,00
290870	CONDEUBA	115.967,91	0,00	258.000,00	46.404,40	0,00	162.372,31	0,00	0,00	258.000,00
290880	CONTENDAS DO SINCORA	1.798,56	0,00	0,00	11.210,14	0,00	13.008,70	0,00	0,00	0,00
290890	CORACAO DE MARIA	319.588,61	2.781,85	0,00	827.176,18	0,00	809.886,64	0,00	0,00	339.660,00
290900	CORDEIROS	39.566,42	0,00	0,00	220.365,82	0,00	259.932,24	0,00	0,00	0,00
290910	CORIBE	359.921,19	27.015,01	157.500,00	280.016,59	0,00	666.952,79	0,00	0,00	157.500,00
290920	CORONEL JOAO SA	101.695,71	270,40	0,00	412.721,91	0,00	175.028,02	0,00	0,00	339.660,00
290930	CORRENTINA	1.004.892,56	43.034,19	289.500,00	106.939,69	0,00	1.154.866,44	0,00	0,00	289.500,00
290940	COTEGIPE	3.916,67	0,00	157.500,00	43.974,08	0,00	47.890,75	0,00	0,00	157.500,00
290950	CRAVOLANDIA	139.668,04	554,69	0,00	183.385,45	0,00	323.608,18	0,00	0,00	0,00
290960	CRISOPOLIS	388.629,97	0,00	157.500,00	893.325,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439.455,05
290970	CRISTOPOLIS	4.938,94	0,00	157.500,00	43.760,87	0,00	48.699,81	0,00	0,00	157.500,00
290980	CRUZ DAS ALMAS	3.012.081,10	2.107.676,31	1.046.343,22	2.973.175,48	0,00	70.000,00	0,00	0,00	9.069.276,11
290990	CURACA	578.669,81	441,91	157.500,00	525.119,14	0,00	764.570,86	0,00	0,00	497.160,00
291000	DARIO MEIRA	47.755,09	0,00	157.500,00	45.504,20	0,00	93.259,29	0,00	0,00	157.500,00
291005	DIAS D'AVILA	2.227.767,25	9.005,39	256.500,00	2.492.880,76	0,00	0,00	0,00	0,00	4.986.153,40
291010	DOM BASILIO	115.735,76	0,00	185.447,87	213.868,00	0,00	357.551,63	0,00	0,00	157.500,00
291020	DOM MACEDO COSTA	2.412,85	0,00	0,00	9.955,21	0,00	12.368,06	0,00	0,00	0,00
291030	ELISIO MEDRADO	233.095,42	0,00	0,00	118.105,94	0,00	351.201,36	0,00	0,00	0,00
291040	ENCRUZILHADA	529.102,23	37.993,42	0,00	1.355.912,62	0,00	1.583.348,27	0,00	0,00	339.660,00
291050	ENTRE RIOS	937.371,18	110.322,22	157.500,00	94.171,15	0,00	1.141.864,55	0,00	0,00	157.500,00
291060	ESPLANADA	807.053,97	418.031,45	1.164.809,14	1.185.689,04	0,00	2.616.423,60	0,00	0,00	959.160,00
291070	EUCLIDES DA CUNHA	2.152.964,22	239.530,11	0,00	1.107.622,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500.116,76
291072	EUNAPOLIS	4.918.725,50	2.401.692,27	1.801.500,00	5.429.107,80	0,00	565.305,84	0,00	0,00	13.985.719,73
291075	FATIMA	80.011,48	2.993,88	150.246,00	501.407,12	0,00	734.658,48	0,00	0,00	0,00
291077	FEIRA DA MATA	8.655,56	0,00	157.500,00	22.248,49	0,00	30.904,05	0,00	0,00	157.500,00
291080	FEIRA DE SANTANA	35.380.974,11	35.733.214,91	3.501.766,19	20.489.682,10	0,00	23.359.813,41	0,00	0,00	71.745.823,90
291085	FILADELFIA	488.043,17	21.898,30	0,00	182.398,93	0,00	692.340,40	0,00	0,00	0,00
291090	FIRMINO ALVES	2.793,53	0,00	0,00	17.116,35	0,00	19.909,88	0,00	0,00	0,00
291100	FLORESTA AZUL	40.707,77	2,96	0,00	350.508,19	0,00	391.218,92	0,00	0,00	0,00
291110	FORMOSA DO RIO PRETO	544.753,14	15.931,19	157.500,00	226.570,22	0,00	787.254,55	0,00	0,00	157.500,00
291120	GANDU	1.445.043,62	801.447,87	0,00	1.309.446,32	0,00	0,00	0,00	0,00	3.555.937,81
291125	GAVIAO	957,46	0,00	0,00	12.050,52	0,00	13.007,98	0,00	0,00	0,00
291130	GENTIO DO OURO	214.742,52	3.327,03	0,00	164.560,34	0,00	382.629,89	0,00	0,00	0,00
291140	GLORIA	14.799,39	0,00	157.500,00	68.654,16	0,00	83.453,55	0,00	0,00	157.500,00
291150	GONGOGI	71.101,89	1.024,69	88.380,00	58.784,22	0,00	219.290,80	0,00	0,00	0,00
291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	46.188,82	0,00	157.500,00	543.357,26	0,00	0,00	0,00	0,00	747.046,08
291165	GUAJERU	3.692,36	0,00	157.500,00	21.612,10	0,00	25.304,46	0,00	0,00	157.500,00
291170	GUANAMBI	4.459.969,02	8.200.351,68	1.601.100,00	945.288,34	0,00	4.525.883,56	0,00	0,00	10.680.825,48
291180	GUARATINGA	747.796,85	28.694,85	157.500,00	272.478,90	0,00	1.048.970,60	0,00	0,00	157.500,00
291185	HELIOPOLIS	43.919,77	0,00	0,00	47.155,07	0,00	91.074,84	0,00	0,00	0,00
291190	IACU	1.269.736,65	17.358,96	99.000,00	575.949,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.962.045,48
291200	IBIASSUCE	370.914,52	720.383,60	0,00	161.894,88	0,00	1.253.193,00	0,00	0,00	0,00
291210	IBICARAI	794.226,85	95.420,55	0,00	996.368,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.886.015,91
291220	IBICOARA	12.024,87	0,00	157.500,00	46.188,92	0,00	58.213,79	0,00	0,00	157.500,00
291230	IBICUI	468.345,23	55.338,95	0,00	158.121,03	0,00	681.805,21	0,00	0,00	0,00
291240	IBIPEBA	188.577,98	8.642,28	0,00	429.320,81	0,00	626.541,07	0,00	0,00	0,00
291250	IBIPITANGA	132.021,05	0,00	157.500,00	46.543,23	0,00	178.564,28	0,00	0,00	157.500,00
291260	IBIQUERA	12.163,99	0,00	0,00	17.660,56	0,00	29.824,55	0,00	0,00	0,00
291270	IBIRAPITANGA	396.526,10	22.625,93	0,00	868.297,43	0,00	947.789,46	0,00	0,00	339.660,00
291280	IBIRAPUA	41.789,80	0,00	157.500,00	21.571,72	0,00	63.361,52	0,00	0,00	157.500,00
291290	IBIRATAIA	666.505,16	100.285,62	0,00	2.109.894,33	0,00	0,00	0,00	0,00	2.876.685,11
291300	IBITIARA	392.334,76	331.296,86	0,00	385.680,31	0,00	1.109.311,93	0,00	0,00	0,00
291310	IBITITA	433.447,27	735,11	0,00	206.919,92	0,00	641.102,30	0,00	0,00	0,00
291320	IBOTIRAMA	821.954,09	1.040.531,94	738.300,00	1.833.890,08	0,00	1.963.089,06	0,00	0,00	2.471.587,05
291330	ICHU	122.703,22	13.409,25	0,00	143.227,47	0,00	279.339,94	0,00	0,00	0,00
291340	IGAPORA	536.970,23	32.152,23	289.500,00	569.671,92	0,00	799.134,38	0,00	0,00	629.160,00
291345	IGRAPIUNA	8.909,39	0,00	0,00	330.585,75	0,00	339.495,14	0,00	0,00	0,00
291350	IGUAI	884.437,33	29.495,63	290.732,00	1.271.343,49	0,00	2.136.348,45	0,00	0,00	339.660,00
291360	ILHEUS	14.454.435,71	8.084.697,27	3.865.887,16	8.827.634,42	0,00	9.355.941,32	0,00	0,00	25.876.713,24
291370	INHAMBUPE	1.152.657,27	75.799,78	157.500,00	885.038,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.270.995,83
291380	IPECAETA	6.318,59	0,00	0,00	506.068,96	0,00	172.727,55	0,00	0,00	339.660,00
291390	IPIAU	1.632.743,83	947.237,03	751.500,00	687.600,29	0,00	2.927.921,15	0,00	0,00	1.091.160,00
291400	IPIRA	2.226.913,96	370.379,96	132.000,00	1.748.268,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4.477.562,08
291410	IPUPIARA	137.012,66	32.109,10	619.500,00	149.760,24	0,00	318.882,00	0,00	0,00	619.500,00
291420	IRAJUBA	146.189,09	18.146,85	0,00	888.088,58	0,00	712.764,52	0,00	0,00	339.660,00
291430	IRAMAIA	333.624,69	480,73	157.500,00	380.106,90	0,00	714.212,32	0,00	0,00	157.500,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

291440	IRAQUARA	841.881,75	568.074,50	99.000,00	458.933,15	0,00	1.529.229,40	0,00	0,00	438.660,00
291450	IRARA	423.994,96	13.794,29	0,00	1.106.759,70	0,00	1.204.888,95	0,00	0,00	339.660,00
291460	IRECE	3.800.011,26	8.992.254,42	1.255.500,00	9.673.565,03	0,00	13.926.909,38	0,00	0,00	9.794.421,33
291465	ITABELA	869.293,50	60.048,98	256.500,00	1.343.598,06	0,00	0,00	0,00	0,00	2.529.440,54
291470	ITABERABA	2.972.559,51	2.400.773,50	158.400,00	4.451.578,76	0,00	480.000,00	0,00	0,00	9.503.311,77
291480	ITABUNA	15.347.173,61	36.256.455,69	5.462.805,89	28.645.895,71	0,00	1.578.511,67	0,00	0,00	84.133.819,23
291490	ITACARE	699.149,96	3.621,93	0,00	588.869,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.291.641,60
291500	ITAETE	280.800,06	8.793,50	238.056,00	180.769,57	0,00	576.419,13	0,00	0,00	132.000,00
291510	ITAGI	204.013,96	0,00	0,00	383.898,00	0,00	587.911,96	0,00	0,00	0,00
291520	ITAGIBA	385.739,35	205.019,85	0,00	381.288,95	0,00	972.048,15	0,00	0,00	0,00
291530	ITAGIMIRIM	67.573,79	0,00	219.366,00	211.516,81	0,00	340.956,60	0,00	0,00	157.500,00
291535	ITAGUACU DA BAHIA	274.985,66	729,91	0,00	266.874,24	0,00	542.589,81	0,00	0,00	0,00
291540	ITAJU DO COLONIA	101.520,42	327,41	0,00	293.862,79	0,00	395.710,62	0,00	0,00	0,00
291550	ITAJUIPE	446.735,76	133.191,75	158.400,00	382.271,80	0,00	962.199,31	0,00	0,00	158.400,00
291560	ITAMARAJU	2.507.446,80	205.357,52	751.500,00	6.157.172,65	0,00	0,00	0,00	0,00	9.621.476,97
291570	ITAMARI	132.024,32	61.483,30	0,00	359.785,83	0,00	553.293,45	0,00	0,00	0,00
291580	ITAMBE	751.084,35	142.056,99	537.786,18	1.298.525,89	0,00	2.131.793,41	0,00	0,00	597.660,00
291590	ITANAGRA	15.134,49	0,00	157.500,00	17.918,51	0,00	33.053,00	0,00	0,00	157.500,00
291600	ITANHEM	521.183,69	61.485,90	256.500,00	1.013.800,96	0,00	1.256.810,55	0,00	0,00	596.160,00
291610	ITAPARICA	604.695,63	301.606,16	0,00	406.512,25	0,00	1.312.814,04	0,00	0,00	0,00
291620	ITAPE	124.265,46	0,00	0,00	161.534,84	0,00	285.800,30	0,00	0,00	0,00
291630	ITAPEBI	15.739,51	8,00	157.500,00	33.571,36	0,00	49.318,87	0,00	0,00	157.500,00
291640	ITAPETINGA	3.072.593,92	755.137,99	1.073.100,00	5.293.723,65	0,00	0,00	0,00	0,00	10.194.555,56
291650	ITAPICURU	735.814,65	88.936,79	157.500,00	952.080,80	0,00	1.437.172,24	0,00	0,00	497.160,00
291660	ITAPITANGA	106.280,65	4.588,48	0,00	187.409,62	0,00	298.278,75	0,00	0,00	0,00
291670	ITAQUARA	225.285,14	2.204,00	0,00	128.448,19	0,00	355.937,33	0,00	0,00	0,00
291680	ITARANTIM	542.030,74	28.222,00	0,00	167.651,19	0,00	737.903,93	0,00	0,00	0,00
291685	ITATIM	199.588,24	1.313,53	177.550,42	250.517,47	0,00	471.469,66	0,00	0,00	157.500,00
291690	ITIRUCU	456.000,48	45.240,79	0,00	349.282,04	0,00	850.523,31	0,00	0,00	0,00
291700	ITIUBA	1.430.941,84	60.131,72	157.500,00	790.684,91	0,00	1.942.098,47	0,00	0,00	497.160,00
291710	ITORORO	489.429,33	228.978,53	258.000,00	730.887,45	0,00	1.109.635,31	0,00	0,00	597.660,00
291720	ITUACU	391.557,80	7.367,13	193.547,78	307.064,05	0,00	742.036,76	0,00	0,00	157.500,00
291730	ITUBERA	787.227,25	422.185,59	0,00	518.559,92	0,00	1.388.312,76	0,00	0,00	339.660,00
291733	IUIU	103.418,25	0,00	157.500,00	40.298,20	0,00	143.716,45	0,00	0,00	157.500,00
291735	JABORANDI	295.166,43	62.863,67	157.500,00	104.437,27	0,00	462.467,37	0,00	0,00	157.500,00
291740	JACARACI	297.952,93	33.495,00	0,00	346.048,53	0,00	677.496,46	0,00	0,00	0,00
291750	JACOBINA	3.842.122,39	3.026.821,19	99.000,00	3.038.738,90	0,00	0,00	0,00	0,00	10.006.682,48
291760	JAGUAQUARA	1.909.435,14	188.248,07	617.438,12	1.057.029,02	0,00	3.116.590,35	0,00	0,00	655.560,00
291770	JAGUARARI	659.952,71	5.555,43	157.500,00	793.885,06	0,00	1.119.733,20	0,00	0,00	497.160,00
291780	JAGUARIPE	6.595,96	0,00	0,00	47.348,09	0,00	53.944,05	0,00	0,00	0,00
291790	JANDAIRA	64.182,07	0,00	0,00	28.496,25	0,00	92.678,32	0,00	0,00	0,00
291800	JEQUIE	9.024.790,92	8.713.400,63	1.831.200,00	3.529.483,47	0,00	7.105.353,04	0,00	0,00	15.993.521,98
291810	JEREMOABO	1.468.696,17	346.463,74	157.500,00	3.621.574,27	0,00	0,00	0,00	0,00	5.594.234,18
291820	JIQUIRICA	401.306,03	0,00	157.500,00	195.032,64	0,00	596.338,67	0,00	0,00	157.500,00
291830	JITAUNA	120.239,34	0,00	0,00	42.463,05	0,00	162.702,39	0,00	0,00	0,00
291835	JOAO DOURADO	475.281,41	913,92	0,00	259.320,42	0,00	735.515,75	0,00	0,00	0,00
291840	JUAZEIRO	13.337.749,13	17.940.987,92	3.027.900,00	45.525.886,97	0,00	27.725.844,75	0,00	0,00	52.106.679,27
291845	JUCURUCU	32.410,81	0,00	0,00	253.346,80	0,00	285.757,61	0,00	0,00	0,00
291850	JUSSARA	387.687,58	3.982,65	0,00	197.574,17	0,00	589.244,40	0,00	0,00	0,00
291855	JUSSARI	112.376,71	2.692,65	0,00	103.481,35	0,00	218.550,71	0,00	0,00	0,00
291860	JUSSIAPE	226.959,20	657,28	184.991,80	262.393,61	0,00	517.501,89	0,00	0,00	157.500,00
291870	LAFAIETE COUTINHO	1.625,33	0,00	157.500,00	8.850,26	0,00	10.475,59	0,00	0,00	157.500,00
291875	LAGOA REAL	62.213,95	0,00	0,00	42.282,68	0,00	104.496,63	0,00	0,00	0,00
291880	LAJE	998.781,32	317.142,19	157.500,00	1.235.217,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.708.641,22
291890	LAJEDAO	1.710,36	0,00	0,00	9.574,44	0,00	11.284,80	0,00	0,00	0,00
291900	LAJEDINHO	5.669,07	0,00	0,00	13.279,10	0,00	18.948,17	0,00	0,00	0,00
291905	LAJEDO DO TABOCAL	222.979,81	940,65	0,00	280.659,80	0,00	504.580,26	0,00	0,00	0,00
291910	LAMARAO	4.983,08	0,00	0,00	38.219,78	0,00	43.202,86	0,00	0,00	0,00
291915	LAPAO	702.465,05	4.332,36	0,00	225.963,78	0,00	932.761,19	0,00	0,00	0,00
291920	LAURO DE FREITAS	5.604.539,51	2.095.113,41	835.500,00	3.402.166,84	0,00	2.975.456,64	0,00	0,00	8.961.863,12
291930	LENCOIS	223.399,03	0,00	0,00	172.492,39	0,00	395.891,42	0,00	0,00	0,00
291940	LICINIO DE ALMEIDA	395.658,20	6.156,58	0,00	102.625,83	0,00	504.440,61	0,00	0,00	0,00
291950	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	2.106.782,18	588.656,79	751.500,00	580.375,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.027.314,68
291955	LUIS EDUARDO MAGALHAES	2.294.241,70	14.152,00	738.300,00	1.982.087,89	0,00	0,00	0,00	0,00	5.028.781,59
291960	MACAJUBA	333.443,16	5.736,37	0,00	147.603,41	0,00	486.782,94	0,00	0,00	0,00
291970	MACARANI	600.923,67	9.409,49	258.000,00	579.114,37	0,00	849.787,53	0,00	0,00	597.660,00
291980	MACAUBAS	1.766.519,68	350.594,11	619.500,00	3.727.625,64	0,00	0,00	0,00	0,00	6.464.239,43
291990	MACURURE	6.837,36	0,00	157.500,00	25.666,51	0,00	32.503,87	0,00	0,00	157.500,00
291992	MADRE DE DEUS	624.952,61	758.231,74	718.500,00	1.179.148,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.280.832,86
291995	MAETINGA	170.397,71	20.176,48	683.100,00	126.485,70	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.159,89
292000	MAIQUINIQUE	181.342,07	0,00	0,00	96.861,92	0,00	278.203,99	0,00	0,00	0,00
292010	MAIRI	855.888,07	400.279,97	99.000,00	469.168,23	0,00	1.385.676,27	0,00	0,00	438.660,00
292020	MALHADA	355.212,27	9.001,61	157.500,00	275.480,25	0,00	639.694,13	0,00	0,00	157.500,00
292030	MALHADA DE PEDRAS	10.358,07	0,00	157.500,00	19.901,79	0,00	30.259,86	0,00	0,00	157.500,00
292040	MANOEL VITORINO	5.928,02	0,00	157.500,00	37.134,62	0,00	43.062,64	0,00	0,00	157.500,00
292045	MANSIDAO	31.919,94	0,00	157.500,00	41.121,98	0,00	73.041,92	0,00	0,00	157.500,00
292050	MARACAS	1.321.545,08	173.725,32	157.500,00	584.531,28	0,00	1.740.141,68	0,00	0,00	497.160,00
292060	MARAGOGIPE	365.454,80	0,00	0,00	485.555,51	0,00	511.350,31	0,00	0,00	339.660,00
292070	MARAU	88.995,78	0,00	0,00	46.205,17	0,00	135.200,95	0,00	0,00	0,00
292080	MARCIONILIO SOUZA	239.535,90	5.421,40	0,00	142.834,39	0,00	387.791,69	0,00	0,00	0,00
292090	MASCOTE	17.217,71	0,00	0,00	42.148,70	0,00	59.366,41	0,00	0,00	0,00
292100	MATA DE SAO JOAO	1.530.259,35	78.018,67	276.300,00	786.800,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2.671.378,38
292105	MATINA	296.024,07	1.937,68	157.500,00	157.669,40	0,00	455.631,15	0,00	0,00	157.500,00
292110	MEDEIROS NETO	1.053.531,03	196.076,84	256.500,00	891.062,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.397.170,13
292120	MIGUEL CALMON	999.327,36	141.447,87	0,00	1.072.451,63	0,00	1.873.566,86	0,00	0,00	339.660,00
292130	MILAGRES	447.598,45	57.731,88	157.500,00	80.100,48	0,00	585.430,81	0,00	0,00	157.500,00
292140	MIRANGABA	112.213,96	0,00	0,00	50.925,65	0,00	163.139,61	0,00	0,00	0,00
292145	MIRANTE	29.351,92	0,00	0,00	24.820,44	0,00	54.172,36	0,00	0,00	0,00
292150	MONTE SANTO	2.140.889,37	220.274,94	0,00	520.166,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.881.331,08
292160	MORPARA	29.185,19	0,00	157.500,00	227.427,70	0,00	256.612,89	0,00	0,00	157.500,00
292170	MORRO DO CHAPEU	1.332.455,89	394.188,05	289.500,00	2.454.762,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.470.906,17
292180	MORTUGABA	370.941,15	50.127,12	0,00	212.920,96	0,00	633.989,23	0,00	0,00	0,00
292190	MUCUGE	584.869,10	348.439,32	0,00	130.078,90	0,00	1.063.387,32	0,00	0,00	0,00
292200	MUCURI	1.038.547,48	1.499,15	157.500,00	650.127,13	0,00	1.350.513,76	0,00	0,00	497.160,00
292205	MULUNGU DO MORRO	374.273,93	1.109,38	0,00	242.925,83	0,00	618.309,14	0,00	0,00	0,00
292210	MUNDO NOVO	665.860,55	34.896,53	0,00	318.053,69	0,00	1.018.810,77	0,00	0,00	0,00
292220	MUNIZ FERREIRA	9.734,52	0,00	0,00	18.284,27	0,00	28.018,79	0,00	0,00	0,00
292225	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	24.288,41	0,00	157.500,00	36.121,06	0,00	60.409,47	0,00	0,00	157.500,00
292230	MURITIBA	635.697,43	616.378,03	0,00	1.274.953,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.527.029,29
292240	MUTUIPE	721.686,56	57.906,90	157.500,00	877.216,16	0,00	1.656.809,62	0,00	0,00	157.500,00
292250	NAZARE	1.152.263,30	692.295,75	793.079,75	1.285.459,49	0,00	3.425.938,29	0,00	0,00	497.160,00
292260	NILO PECANHA	26.251,39	0,00	0,00	38.398,79	0,00	64.650,18	0,00	0,00	0,00
292265	NORDESTINA	191.886,20	0,00	106.056,00	121.651,97	0,00	419.594,17	0,00	0,00	0,00
292270	NOVA CANAA	569.839,18	12.253,08	132.000,00	198.719,09	0,00	780.811,35	0,00	0,00	132.000,00
292273	NOVA FATIMA	3.411,29	8.683,59	0,00	20.792,64	0,00	32.887,52	0,00	0,00	0,00
292275	NOVA IBIA	20.541,36	13.470,68	0,00	64.519,27	0,00	98.531,31	0,00	0,00	0,00
292280	NOVA ITARANA	2.753,04	0,00	0,00	23.870,13	0,00	26.623,17	0,00	0,00	0,00
292285	NOVA REDENCAO	5.702,41	0,00	0,00	31.142,80	0,00	36.845,21	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

292290	NOVA SOURE	426.298,84	0,00	0,00	407.036,07	0,00	833.334,91	0,00	0,00	0,00
292300	NOVA VICOSA	1.317.420,59	6.760,79	157.500,00	536.752,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2.018.434,33
292303	NOVO HORIZONTE	42.517,87	0,00	0,00	35.907,66	0,00	78.425,53	0,00	0,00	0,00
292305	NOVO TRIUNFO	6.205,21	0,00	0,00	47.597,18	0,00	53.802,39	0,00	0,00	0,00
292310	OLINDINA	393.597,50	11.293,22	157.500,00	918.869,63	0,00	984.100,35	0,00	0,00	497.160,00
292320	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	188.696,25	0,00	157.500,00	943.117,33	0,00	792.153,58	0,00	0,00	497.160,00
292330	OURICANGAS	164.346,50	0,00	4.593,15	138.764,88	0,00	307.704,53	0,00	0,00	0,00
292335	OUROLANDIA	82.127,73	1.895,90	0,00	50.972,17	0,00	134.995,80	0,00	0,00	0,00
292340	PALMAS DE MONTE ALTO	579.416,80	35.626,71	157.500,00	280.414,92	0,00	895.458,43	0,00	0,00	157.500,00
292350	PALMEIRAS	17.636,92	0,00	0,00	28.247,46	0,00	45.884,38	0,00	0,00	0,00
292360	PARAMIRIM	1.031.884,14	1.311.612,59	619.500,00	4.377.223,96	0,00	1.554.667,40	0,00	0,00	5.785.553,29
292370	PARATINGA	920.829,03	64.134,53	157.500,00	888.531,01	0,00	1.533.834,57	0,00	0,00	497.160,00
292380	PARIPIRANGA	363.357,54	0,00	0,00	435.002,08	0,00	458.699,62	0,00	0,00	339.660,00
292390	PAU BRASIL	169.448,81	8.968,44	0,00	234.446,54	0,00	412.863,79	0,00	0,00	0,00
292400	PAULO AFONSO	4.918.952,26	3.355.812,72	1.413.000,00	6.900.529,10	0,00	0,00	0,00	0,00	16.588.294,08
292405	PE DE SERRA	66.033,61	4.676,20	0,00	307.087,60	0,00	377.797,41	0,00	0,00	0,00
292410	PEDRAO	108.333,05	0,00	0,00	17.459,59	0,00	125.792,64	0,00	0,00	0,00
292420	PEDRO ALEXANDRE	9.503,18	0,00	157.500,00	54.986,82	0,00	64.490,00	0,00	0,00	157.500,00
292430	PIATA	694.372,46	123.083,13	0,00	175.728,85	0,00	993.184,44	0,00	0,00	0,00
292440	PILAO ARCADO	452.527,82	0,00	157.500,00	92.584,96	0,00	545.112,78	0,00	0,00	157.500,00
292450	PINDAI	291.516,52	43.228,46	157.500,00	115.751,00	0,00	450.495,98	0,00	0,00	157.500,00
292460	PINDOBACU	687.677,80	73.211,10	157.500,00	997.016,73	0,00	1.418.245,63	0,00	0,00	497.160,00
292465	PINTADAS	173.447,02	0,00	121.357,46	221.532,39	0,00	397.536,87	0,00	0,00	118.800,00
292467	PIRAI DO NORTE	5.138,76	0,00	0,00	27.228,48	0,00	32.367,24	0,00	0,00	0,00
292470	PIRIPA	47.512,11	0,00	0,00	36.580,09	0,00	84.092,20	0,00	0,00	0,00
292480	PIRITIBA	799.987,02	104.958,60	0,00	81.866,46	0,00	986.812,08	0,00	0,00	0,00
292490	PLANALTINO	155.514,39	28,91	157.500,00	316.537,09	0,00	472.080,39	0,00	0,00	157.500,00
292500	PLANALTO	557.914,52	3.044,10	0,00	601.548,20	0,00	822.846,82	0,00	0,00	339.660,00
292510	POCOES	1.422.035,50	391.040,29	732.296,57	1.432.952,78	0,00	3.380.665,14	0,00	0,00	597.660,00
292520	POJUCA	1.181.681,37	292.559,03	897.573,82	1.094.501,72	0,00	2.675.337,33	0,00	0,00	790.978,61
292525	PONTO NOVO	347.585,46	3.266,51	157.500,00	201.639,03	0,00	552.491,00	0,00	0,00	157.500,00
292530	PORTO SEGURO	6.879.307,47	2.291.009,58	993.000,00	12.953.218,41	0,00	9.394.343,23	0,00	0,00	13.722.192,23
292540	POTIRAGUA	96.211,91	0,00	56.759,59	140.608,59	0,00	293.580,09	0,00	0,00	0,00
292550	PRADO	1.042.995,69	17.756,39	256.500,00	780.381,81	0,00	0,00	0,00	0,00	2.097.633,89
292560	PRESIDENTE DUTRA	465.754,22	534,99	0,00	157.193,68	0,00	623.482,89	0,00	0,00	0,00
292570	PRESIDENTE JANIO QUADROS	98.905,02	0,00	0,00	379.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	478.597,54
292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	536.844,72	490,47	181.558,88	376.542,60	0,00	937.936,67	0,00	0,00	157.500,00
292580	QUEIMADAS	770.339,18	79.050,96	0,00	745.395,10	0,00	1.255.125,24	0,00	0,00	339.660,00
292590	QUIJINGUE	374.061,04	0,00	67.110,88	948.526,12	0,00	1.050.038,04	0,00	0,00	339.660,00
292593	QUIXABEIRA	53.016,28	0,00	0,00	26.267,88	0,00	79.284,16	0,00	0,00	0,00
292595	RAFAEL JAMBEIRO	341.467,22	0,00	46.346,43	835.903,79	0,00	884.057,44	0,00	0,00	339.660,00
292600	REMANSO	1.103.600,29	803.497,18	256.500,00	1.254.251,63	0,00	2.821.689,10	0,00	0,00	596.160,00
292610	RETIROLANDIA	414.825,72	12.677,84	0,00	157.989,67	0,00	585.493,23	0,00	0,00	0,00
292620	RIACHAO DAS NEVES	274.362,82	0,00	157.500,00	384.085,41	0,00	658.448,23	0,00	0,00	157.500,00
292630	RIACHAO DO JACUIPE	1.166.553,79	551.855,31	155.648,30	972.251,85	0,00	2.506.649,25	0,00	0,00	339.660,00
292640	RIACHO DE SANTANA	1.085.070,88	3.590,00	157.500,00	571.360,58	0,00	1.320.361,46	0,00	0,00	497.160,00
292650	RIBEIRA DO AMPARO	80.050,14	1.424,80	106.056,00	189.762,19	0,00	377.293,13	0,00	0,00	0,00
292660	RIBEIRA DO POMBAL	1.729.023,34	4.148.117,36	0,00	163.701,40	0,00	6.040.842,10	0,00	0,00	0,00
292665	RIBEIRAO DO LARGO	56.884,27	0,00	0,00	38.769,57	0,00	95.653,84	0,00	0,00	0,00
292670	RIO DE CONTAS	104.611,18	0,00	263.556,00	191.666,89	0,00	402.334,07	0,00	0,00	157.500,00
292680	RIO DO ANTONIO	3.512,01	0,00	0,00	385.919,68	0,00	49.771,69	0,00	0,00	339.660,00
292690	RIO DO PIRES	274.838,37	69.315,50	157.500,00	250.828,52	0,00	594.982,39	0,00	0,00	157.500,00
292700	RIO REAL	1.428.416,88	280.671,39	157.500,00	755.810,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.622.399,06
292710	RODELAS	3.073,36	0,00	157.500,00	36.667,51	0,00	39.740,87	0,00	0,00	157.500,00
292720	RUY BARBOSA	1.295.332,92	1.105.559,20	1.096.983,74	1.557.923,47	0,00	4.617.139,33	0,00	0,00	438.660,00
292730	SALINAS DA MARGARIDA	156.847,43	3.722,58	245.880,00	191.705,16	0,00	440.655,17	0,00	0,00	157.500,00
292740	SALVADOR	244.010.129,19	195.115.912,11	62.183.362,35	289.265.677,61	0,00	468.532.949,44	0,00	0,00	322.042.131,82
292750	SANTA BARBARA	395.595,34	33.965,16	0,00	277.540,73	0,00	707.101,23	0,00	0,00	0,00
292760	SANTA BRIGIDA	49.776,23	1.275,12	157.500,00	49.784,63	0,00	100.835,98	0,00	0,00	157.500,00
292770	SANTA CRUZ CABRALIA	922.739,16	23.241,66	157.500,00	1.019.620,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.123.101,07
292780	SANTA CRUZ DA VITORIA	4.823,87	0,00	0,00	17.313,86	0,00	22.137,73	0,00	0,00	0,00
292790	SANTA INES	269.502,78	4.070,39	157.500,00	264.136,03	0,00	537.709,20	0,00	0,00	157.500,00
292800	SANTALUZ	1.157.400,66	76.360,29	0,00	1.359.317,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.593.078,22
292805	SANTA LUZIA	51.186,96	0,00	0,00	42.457,35	0,00	93.644,31	0,00	0,00	0,00
292810	SANTA MARIA DA VITORIA	1.675.478,92	837.232,46	835.500,00	4.651.993,71	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000.205,09
292820	SANTANA	864.173,99	15.267,61	157.500,00	684.240,30	0,00	1.224.021,90	0,00	0,00	497.160,00
292830	SANTANOPOLIS	159.441,94	0,00	0,00	159.175,40	0,00	318.617,34	0,00	0,00	0,00
292840	SANTA RITA DE CASSIA	648.635,97	105.901,57	718.500,00	719.731,50	0,00	1.134.609,04	0,00	0,00	1.058.160,00
292850	SANTA TERESINHA	259.820,21	0,00	157.500,00	205.554,21	0,00	465.374,42	0,00	0,00	157.500,00
292860	SANTO AMARO	1.771.739,66	420.601,56	1.082.507,45	1.918.822,84	0,00	4.878.671,51	0,00	0,00	315.000,00
292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	4.453.207,19	4.545.867,27	2.854.766,65	37.060.917,71	0,00	35.801.610,45	0,00	0,00	13.113.148,37
292880	SANTO ESTEVAO	1.283.161,18	314.180,77	158.400,00	887.657,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.643.398,96
292890	SAO DESIDERIO	423.474,51	3.122,64	276.300,00	326.326,58	0,00	752.923,73	0,00	0,00	276.300,00
292895	SAO DOMINGOS	169.296,86	7.494,93	0,00	835.383,34	0,00	672.515,13	0,00	0,00	339.660,00
292900	SAO FELIX	946.996,02	6.077.867,73	1.920.574,18	956.771,85	0,00	0,00	0,00	0,00	9.902.209,78
292905	SAO FELIX DO CORIBE	242.202,49	62.121,14	289.500,00	324.864,86	0,00	629.188,49	0,00	0,00	289.500,00
292910	SAO FELIPE	495.517,52	26.968,14	246.597,91	925.570,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.694.653,72
292920	SAO FRANCISCO DO CONDE	384.027,91	7.466,08	619.500,00	654.552,52	0,00	1.046.046,51	0,00	0,00	619.500,00
292925	SAO GABRIEL	713.796,21	8.514,53	0,00	250.331,06	0,00	972.641,80	0,00	0,00	0,00
292930	SAO GONCALO DOS CAMPOS	968.104,92	265.386,37	0,00	1.026.984,43	0,00	1.920.815,72	0,00	0,00	339.660,00
292935	SAO JOSE DA VITORIA	1.086,66	0,00	0,00	6.155,95	0,00	7.242,61	0,00	0,00	0,00
292937	SAO JOSE DO JACUIPE	23.853,03	2.574,10	0,00	258.824,81	0,00	285.251,94	0,00	0,00	0,00
292940	SAO MIGUEL DAS MATAS	179.378,38	61.584,73	0,00	343.865,33	0,00	584.828,44	0,00	0,00	0,00
292950	SAO SEBASTIAO DO PASSE	1.574.528,74	25.134,39	256.500,00	1.764.626,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.620.789,32
292960	SAPEACU	413.235,94	237.843,56	0,00	1.423.280,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074.360,13
292970	SATIRO DIAS	561.954,14	68.749,01	157.500,00	302.685,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.090.888,18
292975	SAUBARA	126.606,85	0,00	0,00	253.860,59	0,00	380.467,44	0,00	0,00	0,00
292980	SAUDE	393.651,68	97.992,34	0,00	389.351,00	0,00	880.995,02	0,00	0,00	0,00
292990	SEABRA	1.767.311,09	1.255.735,68	0,00	3.509.036,30	0,00	4.992.423,07	0,00	0,00	1.539.660,00
293000	SEBASTIAO LARANJEIRAS	286.883,80	519,67	157.500,00	167.184,78	0,00	454.588,25	0,00	0,00	157.500,00
293010	SENHOR DO BONFIM	3.749.851,49	2.655.832,71	1.768.500,00	2.120.247,04	0,00	0,00	0,00	0,00	10.294.431,24
293015	SERRA DO RAMALHO	1.022.786,44	12.977,72	157.500,00	737.961,51	0,00	1.434.065,67	0,00	0,00	497.160,00
293020	SENTO SE	1.327.805,78	0,00	157.500,00	457.125,42	0,00	1.445.271,20	0,00	0,00	497.160,00
293030	SERRA DOURADA	458.538,17	77.444,42	157.500,00	909.779,63	0,00	1.106.102,22	0,00	0,00	497.160,00
293040	SERRA PRETA	184.963,32	0,00	114.894,00	228.564,33	0,00	528.421,65	0,00	0,00	0,00
293050	SERRINHA	3.084.804,40	1.325.825,96	563.940,26	3.522.252,94	0,00	0,00	0,00	0,00	8.496.823,56
293060	SERROLANDIA	386.572,43	22.234,76	0,00	126.022,80	0,00	534.829,99	0,00	0,00	0,00
293070	SIMOES FILHO	3.779.483,98	39.948,37	777.000,00	40.999,07	0,00	3.860.431,42	0,00	0,00	777.000,00
293075	SITIO DO MATO	104.476,65	1.712,08	212.897,15	180.222,60	0,00	341.808,48	0,00	0,00	157.500,00
293076	SITIO DO QUINTO	10.499,72	0,00	0,00	47.281,69	0,00	57.781,41	0,00	0,00	0,00
293077	SOBRADINHO	106.301,84	0,00	157.500,00	889.821,81	0,00	656.463,65	0,00	0,00	497.160,00
293080	SOUTO SOARES	731.231,48	81.344,35	0,00	189.849,65	0,00	1.002.425,48	0,00	0,00	0,00
293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	243.085,55	52.884,49	157.500,00	107.018,87	0,00	402.988,91	0,00	0,00	157.500,00
293100	TANHACU	196.949,43	0,00	157.500,00	1.005.797,31	0,00	863.086,74	0,00	0,00	497.160,00
293105	TANQUE NOVO	478.982,06	10.943,10	0,00	244.607,81	0,00	734.532,97	0,00	0,00	0,00
293110	TANQUINHO	143.918,08	71.406,99	0,00	123.758,22	0,00	339.083,29	0,00	0,00	0,00
293120	TAPEROA	327.227,39	503,72	0,00	262.821,14	0,00	590.552,25	0,00	0,00	0,00
293130	TAPIRAMUTA	382.462,15	16.248,62	0,00	174.963,84	0,00	573.674,61	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

293135	TEIXEIRA DE FREITAS	8.098.086,60	9.109.896,68	1.574.700,00	17.583.769,78	0,00	192.955,96	0,00	0,00	36.173.497,10
293140	TEODORO SAMPAIO	19.900,80	0,00	0,00	35.026,80	0,00	54.927,60	0,00	0,00	0,00
293150	TEOFILANDIA	269.045,25	241,60	0,00	393.400,21	0,00	323.027,06	0,00	0,00	339.660,00
293160	TEOLANDIA	286.569,78	26.921,12	0,00	216.239,82	0,00	529.730,72	0,00	0,00	0,00
293170	TERRA NOVA	33.728,24	0,00	0,00	33.423,88	0,00	67.152,12	0,00	0,00	0,00
293180	TREMEDAL	450.982,46	43.582,67	0,00	858.850,35	0,00	1.013.755,48	0,00	0,00	339.660,00
293190	TUCANO	1.463.476,77	119.043,25	0,00	763.145,48	0,00	2.006.005,50	0,00	0,00	339.660,00
293200	UAUA	795.793,66	27.654,51	157.500,00	598.889,37	0,00	1.082.677,54	0,00	0,00	497.160,00
293210	UBAIRA	951.621,09	276.107,74	651.134,11	859.388,32	0,00	2.580.751,26	0,00	0,00	157.500,00
293220	UBAITABA	466.177,14	539.516,78	0,00	1.317.699,72	0,00	1.983.733,64	0,00	0,00	339.660,00
293230	UBATA	503.764,75	82.057,73	0,00	854.050,07	0,00	1.100.212,55	0,00	0,00	339.660,00
293240	UIBAI	425.367,90	1.420,30	0,00	178.500,05	0,00	605.288,25	0,00	0,00	0,00
293245	UMBURANAS	96.047,36	0,00	0,00	46.862,32	0,00	142.909,68	0,00	0,00	0,00
293250	UNA	841.022,86	30.814,83	118.800,00	751.525,38	0,00	1.283.703,07	0,00	0,00	458.460,00
293260	URANDI	457.468,23	0,00	157.500,00	162.441,38	0,00	619.909,61	0,00	0,00	157.500,00
293270	URUCUCA	331.172,30	0,00	0,00	372.734,94	0,00	364.247,24	0,00	0,00	339.660,00
293280	UTINGA	526.385,84	0,00	132.000,00	390.973,30	0,00	577.699,14	0,00	0,00	471.660,00
293290	VALENCA	4.460.628,60	3.467.372,81	2.907.516,93	2.522.954,35	0,00	12.961.437,69	0,00	0,00	397.035,00
293300	VALENTE	813.230,91	251.391,18	0,00	856.594,09	0,00	1.581.556,18	0,00	0,00	339.660,00
293305	VARZEA DA ROCA	374.611,75	0,00	0,00	271.126,94	0,00	645.738,69	0,00	0,00	0,00
293310	VARZEA DO POCO	246.379,28	45.848,70	0,00	245.720,22	0,00	537.948,20	0,00	0,00	0,00
293315	VARZEA NOVA	376.903,70	9.018,46	0,00	275.114,23	0,00	661.036,39	0,00	0,00	0,00
293317	VARZEDO	19.074,97	0,00	157.500,00	22.725,54	0,00	41.800,51	0,00	0,00	157.500,00
293320	VERA CRUZ	531.921,84	44.323,55	1.155.377,33	3.337.100,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5.068.722,90
293325	VEREDA	158.618,67	20.050,79	0,00	89.053,74	0,00	267.723,20	0,00	0,00	0,00
293330	VITORIA DA CONQUISTA	20.309.001,00	27.370.109,69	5.557.868,29	39.675.310,16	0,00	11.875.796,43	0,00	0,00	81.036.492,71
293340	WAGNER	198.992,02	210.029,45	0,00	788.464,43	0,00	1.197.485,90	0,00	0,00	0,00
293345	WANDERLEY	191.001,40	15.990,24	157.500,00	254.271,17	0,00	461.262,81	0,00	0,00	157.500,00
293350	WENCESLAU GUIMARAES	915.754,65	236.234,07	99.000,00	636.122,80	0,00	1.788.111,52	0,00	0,00	99.000,00
293360	XIQUE-XIQUE	2.264.483,07	740.442,67	0,00	2.148.707,27	0,00	4.813.973,01	0,00	0,00	339.660,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.160.336.734,02

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA - DEZEMBRO/2013

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (VALORES ANUAIS)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	292740 - SALVADOR	HOSPITAL ANA NERY	387	000000	01-11-2007	88.600.568,04
Estadual	292740 - SALVADOR	HOSPITAL PROFESSOR EDGAR SANTOS	3816	000000	01-11-2006	46.518.979,32
Estadual	292740 - SALVADOR	MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA	431	000000	13-08-2007	11.902.288,69
TOTAL						147.021.836,05

PORTARIA Nº 1.434, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec. nº 805/2013, de 30/10/2013, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Minas Gerais, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 3.411.735.960,03, assim distribuídos:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	794.709.288,32	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	2.453.442.704,39	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	163.583.967,32	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 11.002.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 59.292.345,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de dezembro de 2013.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	113.976.749,32
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	666.406.744,24
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	14.325.794,76
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	794.709.288,32

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
310010	ABADIA DOS DOURADOS	237.724,71	70.081,54	0,00	3.663,27	0,00	311.469,52	0,00	0,00	0,00
310020	ABAETE	787.008,41	129.943,24	336.606,60	614,06	0,00	1.254.172,31	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

310030	ABRE CAMPO	395.775,44	168.311,18	90.000,00	3,78	0,00	564.090,40	0,00	0,00	90.000,00
310040	ACAIACA	6.928,64	0,00	90.000,00	119,66	0,00	7.048,30	0,00	0,00	90.000,00
310050	ACUCENA	96.072,04	17,38	0,00	767,75	0,00	96.857,17	0,00	0,00	0,00
310060	AGUA BOA	655.432,93	38.913,14	60.000,00	17.556,88	0,00	711.902,95	0,00	0,00	60.000,00
310070	AGUA COMPRIDA	7.650,78	180,00	0,00	0,63	0,00	7.831,41	0,00	0,00	0,00
310080	AGUANIL	11.390,27	0,00	0,00	1,26	0,00	11.391,53	0,00	0,00	0,00
310090	AGUAS FORMOSAS	724.036,35	823.516,73	590.850,61	24.729,18	0,00	1.900.432,87	0,00	0,00	262.700,00
310100	AGUAS VERMELHAS	494.277,76	103.414,75	0,00	824,05	0,00	598.516,56	0,00	0,00	0,00
310110	AIMORES	904.042,95	24.904,64	399.660,00	515,39	0,00	929.462,98	0,00	0,00	399.660,00
310120	AIURUOCA	299.713,00	245.595,42	0,00	413,09	0,00	545.721,51	0,00	0,00	0,00
310130	ALAGOA	69.403,63	0,00	0,00	2.399,33	0,00	71.802,96	0,00	0,00	0,00
310140	ALBERTINA	5.718,09	0,00	0,00	86,39	0,00	5.804,48	0,00	0,00	0,00
310150	ALEM PARAIBA	1.607.818,91	1.332.286,18	1.340.871,64	493,59	0,00	3.749.810,32	0,00	0,00	531.660,00
310160	ALFENAS	4.558.050,10	25.676.596,87	5.055.699,31	1.477.480,46	0,00	0,00	0,00	0,00	36.767.826,74
310163	ALFREDO VASCONCELOS	7.398,89	0,00	0,00	255,57	0,00	7.654,46	0,00	0,00	0,00
310170	ALMENARA	1.760.598,33	1.076.401,00	1.189.890,98	49.348,76	0,00	3.646.579,07	0,00	0,00	429.660,00
310180	ALPERCATA	7.858,08	0,00	60.000,00	0,00	0,00	7.858,08	0,00	0,00	60.000,00
310190	ALPINOPOLIS	680.617,40	85.118,56	339.660,00	1.438,09	0,00	767.174,05	0,00	0,00	339.660,00
310200	ALTEROSA	363.059,55	18,06	60.000,00	508,60	0,00	363.586,21	0,00	0,00	60.000,00
310205	ALTO CAPARAO	40.530,53	0,00	90.000,00	376,75	0,00	40.907,28	0,00	0,00	90.000,00
310210	ALTO RIO DOCE	309.403,06	74.775,28	0,00	928,49	0,00	385.106,83	0,00	0,00	0,00
310220	ALVARENGA	16.552,08	252,00	0,00	90,66	0,00	16.894,74	0,00	0,00	0,00
310230	ALVINOPOLIS	606.916,03	38.852,29	0,00	453,61	0,00	646.221,93	0,00	0,00	0,00
310240	ALVORADA DE MINAS	13.457,60	0,00	0,00	716,37	0,00	14.173,97	0,00	0,00	0,00
310250	AMPARO DO SERRA	7.320,51	0,00	0,00	38,36	0,00	7.358,87	0,00	0,00	0,00
310260	ANDRADAS	1.455.695,36	521.054,56	715.371,51	3.418,58	0,00	2.355.880,01	0,00	0,00	339.660,00
310270	CACHOEIRA DE PAJEU	267.746,55	17.906,74	59.800,73	22,90	0,00	345.476,92	0,00	0,00	0,00
310280	ANDRELANDIA	394.945,50	103.426,58	0,00	244,76	0,00	498.616,84	0,00	0,00	0,00
310285	ANGELANDIA	71.283,33	491,40	90.000,00	2,52	0,00	71.777,25	0,00	0,00	90.000,00
310290	ANTONIO CARLOS	230.511,06	6.033,00	90.000,00	751,89	0,00	0,00	0,00	0,00	327.295,95
310300	ANTONIO DIAS	33.513,97	109,57	60.000,00	1.386,78	0,00	35.010,32	0,00	0,00	60.000,00
310310	ANTONIO PRADO DE MINAS	3.962,82	0,00	0,00	173,42	0,00	4.136,24	0,00	0,00	0,00
310320	ARACAI	2.753,15	0,00	0,00	192,90	0,00	2.946,05	0,00	0,00	0,00
310330	ARACITABA	9.372,41	3.706,00	0,00	60,93	0,00	13.139,34	0,00	0,00	0,00
310340	ARACUAI	1.550.192,12	955.533,23	1.189.109,42	393.341,11	0,00	3.601.140,88	0,00	0,00	487.035,00
310350	ARAGUARI	5.346.908,82	3.856.902,58	339.660,00	261.978,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.805.449,70
310360	ARANTINA	5.764,39	0,00	0,00	181,47	0,00	5.945,86	0,00	0,00	0,00
310370	ARAPONGA	32.035,15	0,00	0,00	0,00	0,00	32.035,15	0,00	0,00	0,00
310375	ARAPORA	226.459,15	100,80	0,00	3,48	0,00	226.563,43	0,00	0,00	0,00
310380	ARAPUA	25.601,13	0,00	0,00	23,86	0,00	25.624,99	0,00	0,00	0,00
310390	ARAUJOS	114.631,09	146.083,13	0,00	903,60	0,00	261.617,82	0,00	0,00	0,00
310400	ARAXA	4.898.462,30	4.502.241,70	2.616.438,92	126.712,62	0,00	11.588.420,54	0,00	0,00	555.435,00
310410	ARCEBURGO	116.933,69	26,51	0,00	305,10	0,00	117.265,30	0,00	0,00	0,00
310420	ARCOS	1.165.511,01	23.829,06	582.477,13	86,73	0,00	1.432.243,93	0,00	0,00	339.660,00
310430	AREADO	340.761,94	0,00	0,00	15,83	0,00	340.777,77	0,00	0,00	0,00
310440	ARGIRITA	21.043,01	0,00	60.000,00	2,22	0,00	21.045,23	0,00	0,00	60.000,00
310445	ARICANDUVA	40.871,86	0,00	90.000,00	374,02	0,00	41.245,88	0,00	0,00	90.000,00
310450	ARINOS	630.912,56	174.524,83	0,00	44.839,26	0,00	850.276,65	0,00	0,00	0,00
310460	ASTOLFO DUTRA	339.906,02	16.579,65	60.000,00	825,56	0,00	357.311,23	0,00	0,00	60.000,00
310470	ATALEIA	442.335,77	119.495,43	60.000,00	4.987,18	0,00	566.818,38	0,00	0,00	60.000,00
310480	AUGUSTO DE LIMA	41.923,87	0,00	0,00	328,16	0,00	42.252,03	0,00	0,00	0,00
310490	BAEPENDI	767.494,21	1.707.536,91	0,00	8.397,13	0,00	2.483.428,25	0,00	0,00	0,00
310500	BALDIM	46.830,20	113,40	60.000,00	844,92	0,00	47.788,52	0,00	0,00	60.000,00
310510	BAMBUI	1.129.681,14	3.133.416,65	339.660,00	92.866,57	0,00	4.355.964,36	0,00	0,00	339.660,00
310520	BANDEIRA	47.839,86	0,00	0,00	90,62	0,00	47.930,48	0,00	0,00	0,00
310530	BANDEIRA DO SUL	67.154,55	0,00	0,00	1,26	0,00	67.155,81	0,00	0,00	0,00
310540	BARAO DE COCAIS	1.129.843,76	20.466,94	339.360,00	1.792,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.491.463,22
310550	BARAO DE MONTE ALTO	15.580,72	0,00	0,00	0,00	0,00	15.580,72	0,00	0,00	0,00
310560	BARBACENA	7.921.371,55	26.935.780,16	5.259.371,07	4.830.217,26	5.518.826,28	19.285,00	0,00	0,00	39.408.628,76
310570	BARRA LONGA	57.216,14	0,00	60.000,00	487,85	0,00	57.703,99	0,00	0,00	60.000,00
310590	BARROSO	809.343,83	595.235,68	0,00	1.536,87	0,00	1.406.116,38	0,00	0,00	0,00
310600	BELA VISTA DE MINAS	72.077,24	0,00	0,00	1.411,34	0,00	73.488,58	0,00	0,00	0,00
310610	BELMIRO BRAGA	5.772,78	0,00	90.000,00	0,63	0,00	5.773,41	0,00	0,00	90.000,00
310620	BELO HORIZONTE	160.475.307,37	412.546.929,22	187.862.172,78	248.313.619,08	0,00	560.873,99	61.993.964,04	0,00	946.643.190,42
310630	BELO ORIENTE	529.833,91	27.360,16	429.660,00	1.429,28	0,00	0,00	0,00	0,00	988.283,35
310640	BELO VALE	211.579,15	80.179,45	134.642,64	159,36	0,00	426.560,60	0,00	0,00	0,00
310650	BERILO	487.379,86	86.582,65	0,00	931,62	0,00	574.894,13	0,00	0,00	0,00
310660	BERTOPOLIS	5.171,35	0,00	0,00	100,00	0,00	5.271,35	0,00	0,00	0,00
310665	BERIZAL	37.714,27	0,00	150.000,00	533,88	0,00	188.248,15	0,00	0,00	0,00
310670	BETIM	23.563.294,60	19.007.035,39	17.072.136,00	16.506.957,42	0,00	2.963.532,00	0,00	0,00	73.185.891,41
310680	BIAS FORTES	23.935,85	0,00	0,00	1,26	0,00	23.937,11	0,00	0,00	0,00
310690	BICAS	464.661,19	377.773,20	339.660,00	73,98	0,00	842.508,37	0,00	0,00	339.660,00
310700	BIQUINHAS	27.137,18	2.393,14	0,00	40,83	0,00	29.571,15	0,00	0,00	0,00
310710	BOA ESPERANCA	1.468.867,26	238.078,43	512.865,28	1.420,87	0,00	1.881.571,84	0,00	0,00	339.660,00
310720	BOCAINA DE MINAS	12.997,45	0,00	0,00	447,03	0,00	13.444,48	0,00	0,00	0,00
310730	BOCAIUVA	1.735.041,56	649.990,47	967.020,00	5.425,78	0,00	2.540.457,81	0,00	0,00	817.020,00
310740	BOM DESPACHO	1.842.163,67	673.575,14	841.393,79	3.752,58	0,00	3.021.225,18	0,00	0,00	339.660,00
310750	BOM JARDIM DE MINAS	196.078,45	176.901,87	0,00	1.430,34	0,00	374.410,66	0,00	0,00	0,00
310760	BOM JESUS DA PENHA	64.000,56	987,86	0,00	4.778,64	0,00	69.767,06	0,00	0,00	0,00
310770	BOM JESUS DO AMPARO	26.422,07	0,00	0,00	363,57	0,00	26.785,64	0,00	0,00	0,00
310780	BOM JESUS DO GALHO	537.373,04	171.569,60	0,00	13.382,90	0,00	722.325,54	0,00	0,00	0,00
310790	BOM REPOUSO	109.830,14	0,00	0,00	818,26	0,00	110.648,40	0,00	0,00	0,00
310800	BOM SUCESSO	613.036,16	77.565,26	429.660,00	357,04	0,00	690.958,46	0,00	0,00	429.660,00
310810	BONFIM	57.063,57	2.881,74	0,00	1.499,49	0,00	61.444,80	0,00	0,00	0,00
310820	BONFINOPOLIS DE MINAS	78.867,91	1.409,46	0,00	391,08	0,00	80.668,45	0,00	0,00	0,00
310825	BONITO DE MINAS	22.875,51	3,51	240.000,00	1.705,74	0,00	174.584,76	0,00	0,00	90.000,00
310830	BORDA DA MATA	324.274,78	413.837,30	90.000,00	1.092,99	0,00	739.205,07	0,00	0,00	90.000,00
310840	BOTELHOS	353.115,80	1.505,42	0,00	257.886,26	0,00	612.507,48	0,00	0,00	0,00
310850	BOTUMIRIM	26.149,28	0,00	0,00	398,29	0,00	26.547,57	0,00	0,00	0,00
310855	BRASILANDIA DE MINAS	120.485,89	0,00	0,00	3,78	0,00	120.489,67	0,00	0,00	0,00
310860	BRASILIA DE MINAS	1.442.109,64	4.627.532,96	2.211.660,00	5.950.847,44	0,00	12.500.490,04	0,00	0,00	1.731.660,00
310870	BRAS PIRES	29.680,89	0,00	0,00	0,00	0,00	29.680,89	0,00	0,00	0,00
310880	BRAUNAS	41.827,21	12,60	0,00	1.294,10	0,00	43.133,91	0,00	0,00	0,00
310890	BRASOPOLIS	422.627,37	108,68	0,00	238,77	0,00	422.974,82	0,00	0,00	0,00
310900	BRUMADINHO	1.174.445,47	131.294,90	1.967.945,28	14.869,85	0,00	0,00	0,00	0,00	3.288.555,50
310910	BUENO BRANDAO	324.688,71	89.927,94	0,00	11.645,37	0,00	426.262,02	0,00	0,00	0,00
310920	BUENOPOLIS	85.691,02	0,00	0,00	985,01	0,00	86.676,03	0,00	0,00	0,00
310925	BUGRE	14.178,84	0,00	0,00	300,00	0,00	14.478,84	0,00	0,00	0,00
310930	BURITIS	923.835,40	294.498,02	399.660,00	6.998,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.624.992,16
310940	BURITIZEIRO	1.024.721,31	45.357,15	499.700,00	3.143,61	0,00	1.073.222,07	0,00	0,00	499.700,00
310945	CABECEIRA GRANDE	55.083,73	3,51	0,00	536,31	0,00	55.623,55	0,00	0,00	0,00
310950	CABO VERDE	424.145,45	77.941,21	0,00	145,62	0,00	502.232,28	0,00	0,00	0,00
310960	CACHOEIRA DA PRATA	33.279,90	0,00	0,00	1.344,60	0,00	34.624,50	0,00	0,00	0,00
310970	CACHOEIRA DE MINAS	22.328,19	822,00	0,00	222.739,71	0,00	245.889,90	0,00	0,00	0,00
310980	CACHOEIRA DOURADA	37.271,51	0,00	60.000,00	766,36	0,00	38.037,87	0,00	0,00	60.000,00
310990	CAETANOPOLIS	290.909,56	476.479,71	201.963,96	13.950,68	0,00	983.303,91	0,00	0,00	0,00
311000	CAETE	1.387.030,43	147.176,67	750.609,61	1.552.643,83	0,00	3.497.800,54	0,00	0,00	339.660,00
311010	CAIANA	41.195,09	0,00	0,00	33,14	0,00	41.228,23	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

311020	CAJURI	9.484,84	0,00	0,00	1,59	0,00	9.486,43	0,00	0,00	0,00
311030	CALDAS	533.342,86	50.276,92	0,00	1.282,97	0,00	584.902,75	0,00	0,00	0,00
311040	CAMACHO	25.541,05	0,00	60.000,00	140,59	0,00	25.681,64	0,00	0,00	60.000,00
311050	CAMANDUCAIA	808.684,39	70.105,48	0,00	3.452,75	0,00	882.242,62	0,00	0,00	0,00
311060	CAMBUI	1.115.322,68	448.598,96	409.622,86	38.087,83	0,00	2.011.632,33	0,00	0,00	0,00
311070	CAMBUQUIRA	419.176,27	202.829,93	0,00	16.555,50	0,00	638.561,70	0,00	0,00	0,00
311080	CAMPANARIO	6.268,98	201,60	60.000,00	342,05	0,00	6.812,63	0,00	0,00	60.000,00
311090	CAMPANHA	518.786,98	132.071,34	339.660,00	37.812,11	0,00	688.670,43	0,00	0,00	339.660,00
311100	CAMPESTRE	766.527,94	29.591,83	0,00	24.408,86	0,00	820.528,63	0,00	0,00	0,00
311110	CAMPINA VERDE	806.079,79	166,84	0,00	1.320,28	0,00	807.566,91	0,00	0,00	0,00
311115	CAMPO AZUL	7.975,76	0,00	0,00	521,36	0,00	8.497,12	0,00	0,00	0,00
311120	CAMPO BELO	2.502.452,84	2.110.191,46	1.284.642,82	187.399,92	0,00	0,00	0,00	0,00	6.084.687,04
311130	CAMPO DO MEIO	258.475,29	0,00	0,00	0,00	0,00	258.475,29	0,00	0,00	0,00
311140	CAMPO FLORIDO	27.625,19	210,00	0,00	0,00	0,00	27.835,19	0,00	0,00	0,00
311150	CAMPOS ALTOS	406.476,30	28.156,49	0,00	1.017,81	0,00	0,00	0,00	0,00	435.650,60
311160	CAMPOS GERAIS	1.034.587,33	73.530,85	271.873,37	293.536,09	0,00	1.673.527,64	0,00	0,00	0,00
311170	CANAA	26.157,97	0,00	0,00	24,54	0,00	26.182,51	0,00	0,00	0,00
311180	CANAPOLIS	400.763,67	65.164,70	0,00	1.059,86	0,00	466.988,23	0,00	0,00	0,00
311190	CANA VERDE	23.828,09	0,00	0,00	1,89	0,00	23.829,98	0,00	0,00	0,00
311200	CANDEIAS	481.087,77	12.102,71	429.660,00	156.596,27	0,00	649.786,75	0,00	0,00	429.660,00
311205	CANTAGALO	4.442,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.442,23	0,00	0,00	0,00
311210	CAPARAO	38.127,44	0,00	60.000,00	415,07	0,00	38.542,51	0,00	0,00	60.000,00
311220	CAPELA NOVA	33.464,38	0,00	0,00	720,40	0,00	34.184,78	0,00	0,00	0,00
311230	CAPELINHA	1.594.462,54	344.206,42	60.000,00	214.126,13	0,00	2.152.795,09	0,00	0,00	60.000,00
311240	CAPETINGA	167.370,67	75,60	0,00	921,61	0,00	168.367,88	0,00	0,00	0,00
311250	CAPIM BRANCO	83.430,26	113,40	0,00	4.735,03	0,00	88.278,69	0,00	0,00	0,00
311260	CAPINOPOLIS	549.637,92	48.490,24	0,00	1.180,74	0,00	599.308,90	0,00	0,00	0,00
311265	CAPITAO ANDRADE	5.785,98	436,00	0,00	39,28	0,00	6.261,26	0,00	0,00	0,00
311270	CAPITAO ENEAS	442.878,87	1.952,86	489.660,00	1.176,53	0,00	596.008,26	0,00	0,00	339.660,00
311280	CAPITOLIO	222.242,75	0,00	0,00	994,96	0,00	223.237,71	0,00	0,00	0,00
311290	CAPUTIRA	78.216,00	2.660,00	0,00	894,69	0,00	81.770,69	0,00	0,00	0,00
311300	CARAI	698.332,03	10.971,13	0,00	17,38	0,00	709.320,54	0,00	0,00	0,00
311310	CARANAIBA	21.613,67	0,00	0,00	0,00	0,00	21.613,67	0,00	0,00	0,00
311320	CARANDAI	798.216,53	168.270,03	0,00	348,77	0,00	966.835,33	0,00	0,00	0,00
311330	CARANGOLA	1.885.503,08	6.058.235,09	4.636.299,76	97.099,43	0,00	11.800.117,36	0,00	0,00	877.020,00
311340	CARATINGA	4.000.240,77	5.636.443,93	2.724.340,31	936.080,86	0,00	0,00	0,00	0,00	13.297.105,87
311350	CARBONITA	210.783,43	0,00	0,00	60,12	0,00	210.843,55	0,00	0,00	0,00
311360	CAREACU	194.504,39	56.226,63	0,00	7.477,62	0,00	258.208,64	0,00	0,00	0,00
311370	CARLOS CHAGAS	720.764,26	30.969,26	60.000,00	4.463,84	0,00	756.197,36	0,00	0,00	60.000,00
311380	CARMESIA	9.522,38	0,00	0,00	77,37	0,00	9.599,75	0,00	0,00	0,00
311390	CARMO DA CACHOEIRA	398.622,07	17.531,59	0,00	63,13	0,00	416.216,79	0,00	0,00	0,00
311400	CARMO DA MATA	155.072,15	0,00	0,00	205,99	0,00	155.278,14	0,00	0,00	0,00
311410	CARMO DE MINAS	301.731,12	257.928,28	0,00	18.194,73	0,00	577.854,13	0,00	0,00	0,00
311420	CARMO DO CAJURU	257.744,00	0,00	0,00	850,65	0,00	258.594,65	0,00	0,00	0,00
311430	CARMO DO PARANAIBA	1.349.225,47	306.846,49	339.660,00	1.917,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997.649,03
311440	CARMO DO RIO CLARO	734.593,55	1.477,01	0,00	350.045,52	0,00	1.086.116,08	0,00	0,00	0,00
311450	CARMOPOLIS DE MINAS	399.121,96	23.130,22	60.000,00	1.114,06	0,00	423.366,24	0,00	0,00	60.000,00
311455	CARNEIRINHO	155.566,77	0,00	0,00	8.661,89	0,00	164.228,66	0,00	0,00	0,00
311460	CARRANCAS	108.647,09	0,00	0,00	17,43	0,00	108.664,52	0,00	0,00	0,00
311470	CARVALHOPOLIS	3.884,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.884,90	0,00	0,00	0,00
311480	CARVALHOS	130.493,41	3.278,64	0,00	304,44	0,00	134.076,49	0,00	0,00	0,00
311490	CASA GRANDE	2.895,92	0,00	0,00	150,00	0,00	3.045,92	0,00	0,00	0,00
311500	CASCALHO RICO	6.474,51	0,00	0,00	85,36	0,00	6.559,87	0,00	0,00	0,00
311510	CASSIA	780.251,25	379.607,78	823.243,79	1.675,66	0,00	1.555.118,48	0,00	0,00	429.660,00
311520	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	30.900,96	0,00	0,00	770,25	0,00	31.671,21	0,00	0,00	0,00
311530	CATAGUASES	3.918.413,08	5.343.106,34	1.873.636,58	338.699,15	0,00	0,00	0,00	0,00	11.473.855,15
311535	CATAS ALTAS	58.184,54	264,52	0,00	1.151,12	0,00	59.600,18	0,00	0,00	0,00
311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA	15.916,16	0,00	0,00	0,00	0,00	15.916,16	0,00	0,00	0,00
311545	CATUJI	25.140,40	415,80	90.000,00	0,00	0,00	25.556,20	0,00	0,00	90.000,00
311547	CATUTI	10.522,51	550,00	896,00	488,83	0,00	11.561,34	0,00	0,00	896,00
311550	CAXAMBU	912.109,67	235.344,87	244.973,59	4.707,09	0,00	1.397.135,22	0,00	0,00	0,00
311560	CEDRO DO ABAETE	13.700,36	0,00	60.000,00	69,13	0,00	13.769,49	0,00	0,00	60.000,00
311570	CENTRAL DE MINAS	198.324,12	31.667,14	0,00	5.562,41	0,00	235.553,67	0,00	0,00	0,00
311580	CENTRALINA	169.428,49	67.461,20	0,00	1.225,31	0,00	238.115,00	0,00	0,00	0,00
311590	CHACARA	7.080,47	0,00	0,00	13,61	0,00	7.094,08	0,00	0,00	0,00
311600	CHALE	43.194,07	0,00	0,00	26,94	0,00	43.221,01	0,00	0,00	0,00
311610	CHAPADA DO NORTE	186.276,82	113,40	60.000,00	1.080,65	0,00	187.470,87	0,00	0,00	60.000,00
311615	CHAPADA GAUCHA	261.946,02	22.993,60	0,00	736,11	0,00	285.675,73	0,00	0,00	0,00
311620	CHIADOR	6.335,38	0,00	0,00	0,63	0,00	6.336,01	0,00	0,00	0,00
311630	CIPOTANEA	160.423,74	368,82	90.000,00	559,92	0,00	161.352,48	0,00	0,00	90.000,00
311640	CLARAVAL	81.051,15	37,80	0,00	1.427,66	0,00	82.516,61	0,00	0,00	0,00
311650	CLARO DOS POCOES	22.799,06	31,28	0,00	604,32	0,00	23.434,66	0,00	0,00	0,00
311660	CLAUDIO	962.229,97	53.538,98	399.660,00	604,63	0,00	1.016.373,58	0,00	0,00	399.660,00
311670	COIMBRA	20.044,61	92,00	90.000,00	606,63	0,00	20.743,24	0,00	0,00	90.000,00
311680	COLUNA	381.943,75	67.520,02	0,00	948,19	0,00	450.411,96	0,00	0,00	0,00
311690	COMENDADOR GOMES	6.511,64	0,00	0,00	170,91	0,00	6.682,55	0,00	0,00	0,00
311700	COMERCINHO	61.509,50	3.513,01	0,00	829,55	0,00	65.852,06	0,00	0,00	0,00
311710	CONCEICAO DA APARECIDA	320.354,47	40,00	0,00	19,18	0,00	320.413,65	0,00	0,00	0,00
311720	CONCEICAO DAS PEDRAS	18.734,11	0,00	0,00	2,22	0,00	18.736,33	0,00	0,00	0,00
311730	CONCEICAO DAS ALAGOAS	864.172,44	156.666,68	47.750,00	10.758,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.079.347,52
311740	CONCEICAO DE IPANEMA	97.007,24	36.926,01	0,00	1.263,85	0,00	135.197,10	0,00	0,00	0,00
311750	CONCEICAO DO MATO DENTRO	544.942,40	14.867,07	0,00	21.165,33	0,00	580.974,80	0,00	0,00	0,00
311760	CONCEICAO DO PARA	26.550,32	0,00	0,00	407,04	0,00	26.957,36	0,00	0,00	0,00
311770	CONCEICAO DO RIO VERDE	481.339,43	0,00	0,00	68,09	0,00	481.407,52	0,00	0,00	0,00
311780	CONCEICAO DOS OUROS	79.494,01	5.085,80	0,00	752,57	0,00	85.332,38	0,00	0,00	0,00
311783	CONEGO MARINHO	9.338,90	0,00	90.000,00	4,19	0,00	9.343,09	0,00	0,00	90.000,00
311787	CONFINS	32.263,32	315,00	0,00	223,19	0,00	32.801,51	0,00	0,00	0,00
311790	CONGONHAL	83.981,28	0,00	0,00	59,49	0,00	84.040,77	0,00	0,00	0,00
311800	CONGONHAS	2.158.189,18	207.813,81	1.406.531,19	42.004,56	0,00	0,00	0,00	0,00	3.814.538,74
311810	CONGONHAS DO NORTE	27.510,67	0,00	0,00	325,21	0,00	27.835,88	0,00	0,00	0,00
311820	CONQUISTA	128.582,10	0,00	0,00	652,52	0,00	129.234,62	0,00	0,00	0,00
311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	6.049.319,31	4.384.329,73	1.106.595,00	762.709,06	0,00	0,00	0,00	0,00	12.302.953,10
311840	CONSELHEIRO PENA	786.184,56	36.478,48	60.000,00	11.911,01	0,00	834.574,05	0,00	0,00	60.000,00
311850	CONSOLACAO	1.783,42	0,00	0,00	2,22	0,00	1.785,64	0,00	0,00	0,00
311860	CONTAGEM	26.132.100,41	9.773.267,86	13.970.513,61	14.611.891,82	0,00	0,00	0,00	0,00	64.487.773,70
311870	COQUEIRAL	132.062,76	1.123,07	0,00	254.786,77	0,00	387.972,60	0,00	0,00	0,00
311880	CORACAO DE JESUS	1.164.601,39	631.807,70	372.000,00	63.082,45	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.081.491,54
311890	CORDISBURGO	47.648,62	0,00	0,00	3.780,56	0,00	51.429,18	0,00	0,00	0,00
311900	CORDISLANDIA	8.457,29	46,78	0,00	109,44	0,00	8.613,51	0,00	0,00	0,00
311910	CORINTO	266.310,85	9.230,33	0,00	1.625,24	0,00	277.166,42	0,00	0,00	0,00
311920	COROACI	67.428,37	0,00	0,00	14.844,53	0,00	82.272,90	0,00	0,00	0,00
311930	COROMANDEL	1.158.191,46	6.671,90	90.000,00	414.850,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.669.713,68
311940	CORONEL FABRICIANO	3.193.256,55	2.310.389,53	589.035,00	3.016.185,47	0,00	8.519.831,55	0,00	0,00	589.035,00
311950	CORONEL MURTA	85.060,37	0,00	90.000,00	2.372,31	0,00	87.432,68	0,00	0,00	90.000,00
311960	CORONEL PACHECO	17.982,37	0,00	0,00	226,30	0,00	18.208,67	0,00	0,00	0,00
311970	CORONEL XAVIER CHAVES	27.559,49	0,00	0,00	43,22	0,00	27.602,71	0,00	0,00	0,00
311980	CORREGO DANTA	36.358,70	0,00	0,00	0,00	0,00	36.358,70	0,00	0,00	0,00
311990	CORREGO DO BOM JESUS	7.063,65	0,00	0,00	376,80	0,00	7.440,45	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

311995	CORREGO FUNDO	28.447,70	0,00	0,00	0,00	0,00	28.447,70	0,00	0,00	0,00
312000	CORREGO NOVO	5.967,36	0,00	90.000,00	3,81	0,00	5.971,17	0,00	0,00	90.000,00
312010	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	30.225,28	0,00	0,00	4,44	0,00	30.229,72	0,00	0,00	0,00
312015	CRISOLITA	10.819,67	0,00	84.000,00	101,38	0,00	10.921,05	0,00	0,00	84.000,00
312020	CRISTAIS	366.530,78	210.883,00	90.000,00	8.230,12	0,00	585.643,90	0,00	0,00	90.000,00
312030	CRISTALIA	38.888,20	0,00	150.000,00	910,17	0,00	189.798,37	0,00	0,00	0,00
312040	CRISTIANO OTONI	18.270,36	0,00	0,00	408,32	0,00	18.678,68	0,00	0,00	0,00
312050	CRISTINA	469.178,26	7.859,80	0,00	25.209,30	0,00	502.247,36	0,00	0,00	0,00
312060	CRUCILANDIA	37.437,18	0,00	0,00	2.978,82	0,00	40.416,00	0,00	0,00	0,00
312070	CRUZEIRO DA FORTALEZA	17.783,48	0,00	0,00	29,80	0,00	17.813,28	0,00	0,00	0,00
312080	CRUZILIA	600.197,60	32.131,47	0,00	94.384,56	0,00	726.713,63	0,00	0,00	0,00
312083	CUPARAQUE	28.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	28.843,46	0,00	0,00	0,00
312087	CURRAL DE DENTRO	68.505,73	0,00	90.000,00	1.341,27	0,00	69.847,00	0,00	0,00	90.000,00
312090	CURVELO	3.614.493,00	4.495.850,26	2.360.539,81	167.490,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10.638.373,78
312100	DATAS	92.881,41	213,23	0,00	39,62	0,00	93.134,26	0,00	0,00	0,00
312110	DELFIM MOREIRA	14.735,35	0,00	0,00	40,41	0,00	14.775,76	0,00	0,00	0,00
312120	DELFINOPOLIS	248.685,96	0,00	90.000,00	4.997,27	0,00	253.683,23	0,00	0,00	90.000,00
312125	DELTA	83.373,09	577,57	0,00	3.015,76	0,00	86.966,42	0,00	0,00	0,00
312130	DESCOBERTO	10.059,27	0,00	0,00	3.805,96	0,00	13.865,23	0,00	0,00	0,00
312140	DESTERRO DE ENTRE RIOS	62.297,83	0,00	0,00	32,64	0,00	62.330,47	0,00	0,00	0,00
312150	DESTERRO DO MELO	27.801,87	0,00	0,00	214,19	0,00	28.016,06	0,00	0,00	0,00
312160	DIAMANTINA	2.108.917,32	8.990.382,85	7.483.295,37	1.258.225,49	0,00	18.666.984,93	0,00	0,00	1.173.836,10
312170	DIOGO DE VASCONCELOS	14.499,48	0,00	0,00	4,44	0,00	14.503,92	0,00	0,00	0,00
312180	DIONISIO	176.772,94	0,00	0,00	602,52	0,00	177.375,46	0,00	0,00	0,00
312190	DIVINESIA	8.103,97	0,00	0,00	0,00	0,00	8.103,97	0,00	0,00	0,00
312200	DIVINO	795.194,09	273.744,00	339.660,00	2.177,87	0,00	1.071.115,96	0,00	0,00	339.660,00
312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	153.283,75	40,84	0,00	40,94	0,00	153.365,53	0,00	0,00	0,00
312220	DIVINOLANDIA DE MINAS	40.857,73	29.787,27	60.000,00	52,86	0,00	70.697,86	0,00	0,00	60.000,00
312230	DIVINOPOLIS	11.412.183,48	27.341.022,98	1.022.589,63	2.947.484,64	0,00	0,00	0,00	0,00	42.723.280,73
312235	DIVISA ALEGRE	53.294,34	18,38	0,00	393,55	0,00	53.706,27	0,00	0,00	0,00
312240	DIVISA NOVA	29.865,45	50,40	0,00	0,00	0,00	29.915,85	0,00	0,00	0,00
312245	DIVISOPOLIS	245.694,84	8.257,76	90.000,00	639,31	0,00	254.591,91	0,00	0,00	90.000,00
312247	DOM BOSCO	35.208,44	107,01	0,00	2,85	0,00	35.318,30	0,00	0,00	0,00
312250	DOM CAVATI	10.632,00	0,00	0,00	381,46	0,00	11.013,46	0,00	0,00	0,00
312260	DOM JOAQUIM	130.741,09	15.042,53	0,00	2.807,07	0,00	148.590,69	0,00	0,00	0,00
312270	DOM SILVERIO	143.154,28	69.178,26	0,00	968,26	0,00	213.300,80	0,00	0,00	0,00
312280	DOM VICOSO	29.429,33	0,00	0,00	606,04	0,00	30.035,37	0,00	0,00	0,00
312290	DONA EUZEBIA	14.882,72	0,00	0,00	1.259,38	0,00	16.142,10	0,00	0,00	0,00
312300	DORES DE CAMPOS	88.546,44	0,00	0,00	631,48	0,00	89.177,92	0,00	0,00	0,00
312310	DORES DE GUANHAES	29.274,15	3,51	0,00	409,22	0,00	29.686,88	0,00	0,00	0,00
312320	DORES DO INDAIA	425.149,03	65.321,93	0,00	16,75	0,00	490.487,71	0,00	0,00	0,00
312330	DORES DO TURVO	25.797,77	0,00	0,00	20,10	0,00	25.817,87	0,00	0,00	0,00
312340	DORESOPOLIS	8.015,16	0,00	0,00	2,22	0,00	8.017,38	0,00	0,00	0,00
312350	DOURADOQUARA	18.285,16	0,00	0,00	52,71	0,00	18.337,87	0,00	0,00	0,00
312352	DURANDE	13.844,31	0,00	0,00	1,89	0,00	13.846,20	0,00	0,00	0,00
312360	ELOI MENDES	951.788,81	237.842,62	339.660,00	1.104,23	0,00	1.190.735,66	0,00	0,00	339.660,00
312370	ENGENHEIRO CALDAS	81.921,45	50.935,97	0,00	574,86	0,00	133.432,28	0,00	0,00	0,00
312380	ENGENHEIRO NAVARRO	70.368,78	44,11	0,00	541,08	0,00	70.953,97	0,00	0,00	0,00
312385	ENTRE FOLHAS	14.631,21	0,00	0,00	855,15	0,00	15.486,36	0,00	0,00	0,00
312390	ENTRE RIOS DE MINAS	497.541,91	215.670,59	0,00	38.873,90	0,00	752.086,40	0,00	0,00	0,00
312400	ERVALIA	517.884,04	16.235,88	0,00	13.393,53	0,00	547.513,45	0,00	0,00	0,00
312410	ESMERALDAS	1.724.053,82	19.396,05	438.660,00	1.019,80	0,00	1.744.469,67	0,00	0,00	438.660,00
312420	ESPERA FELIZ	717.786,34	199.940,77	339.660,00	24.436,82	0,00	942.163,93	0,00	0,00	339.660,00
312430	ESPINOSA	1.210.162,26	74.840,58	157.500,00	2.459,56	0,00	1.444.962,40	0,00	0,00	0,00
312440	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	14.245,94	0,00	0,00	341,30	0,00	14.587,24	0,00	0,00	0,00
312450	ESTIVA	214.094,75	3.179,00	0,00	16,13	0,00	217.289,88	0,00	0,00	0,00
312460	ESTRELA DALVA	31.348,52	3,51	0,00	1.305,53	0,00	32.657,56	0,00	0,00	0,00
312470	ESTRELA DO INDAIA	129.206,43	41.336,93	0,00	17,42	0,00	170.560,78	0,00	0,00	0,00
312480	ESTRELA DO SUL	80.727,47	25,20	90.000,00	381,57	0,00	81.134,24	0,00	0,00	90.000,00
312490	EUGENOPOLIS	394.336,67	20.704,87	0,00	660,12	0,00	415.701,66	0,00	0,00	0,00
312500	EWBANK DA CAMARA	4.677,94	0,00	0,00	0,00	0,00	4.677,94	0,00	0,00	0,00
312510	EXTREMA	1.165.567,15	1.601.490,97	399.660,00	100.212,85	0,00	2.867.270,97	0,00	0,00	399.660,00
312520	FAMA	2.644,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.644,08	0,00	0,00	0,00
312530	FARIA LEMOS	17.250,34	0,00	0,00	548,46	0,00	17.798,80	0,00	0,00	0,00
312540	FELICIO DOS SANTOS	33.666,18	0,00	0,00	409,63	0,00	34.075,81	0,00	0,00	0,00
312550	SAO GONCALO DO RIO PRETO	26.914,16	0,00	90.000,00	152,33	0,00	27.066,49	0,00	0,00	90.000,00
312560	FELISBURGO	272.649,01	287.077,57	0,00	134,38	0,00	559.860,96	0,00	0,00	0,00
312570	FELIXLANDIA	144.114,38	100.850,57	0,00	6.016,98	0,00	250.981,93	0,00	0,00	0,00
312580	FERNANDES TOURINHO	4.309,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.309,50	0,00	0,00	0,00
312590	FERROS	270.436,92	23.446,64	0,00	3.331,70	0,00	297.215,26	0,00	0,00	0,00
312595	FERVEDOURO	233.403,45	8.476,71	60.000,00	603,15	0,00	242.483,31	0,00	0,00	60.000,00
312600	FLORESTAL	64.689,99	309,06	0,00	839,99	0,00	65.839,04	0,00	0,00	0,00
312610	FORMIGA	2.769.163,18	2.687.691,11	1.367.770,42	207.644,59	0,00	6.268.554,30	0,00	0,00	763.715,00
312620	FORMOSO	76.460,33	0,00	0,00	6,66	0,00	76.466,99	0,00	0,00	0,00
312630	FORTALEZA DE MINAS	60.259,37	0,00	0,00	1.689,08	0,00	61.948,45	0,00	0,00	0,00
312640	FORTUNA DE MINAS	4.430,21	0,00	60.000,00	1,59	0,00	4.431,80	0,00	0,00	60.000,00
312650	FRANCISCO BADARO	96.659,31	512,30	0,00	971,90	0,00	98.143,51	0,00	0,00	0,00
312660	FRANCISCO DUMONT	21.225,29	0,00	150.000,00	654,32	0,00	171.879,61	0,00	0,00	0,00
312670	FRANCISCO SA	972.072,53	325.753,70	150.000,00	46.696,23	0,00	1.494.522,46	0,00	0,00	0,00
312675	FRANCISCOPOLIS	31.590,94	0,00	60.000,00	304,77	0,00	31.895,71	0,00	0,00	60.000,00
312680	FREI GASPAR	44.022,34	604,80	0,00	70,01	0,00	44.697,15	0,00	0,00	0,00
312690	FREI INOCENCIO	256.779,34	87.983,23	60.000,00	2,52	0,00	344.765,09	0,00	0,00	60.000,00
312695	FREI LAGONEGRO	5.570,57	22,50	0,00	0,00	0,00	5.593,07	0,00	0,00	0,00
312700	FRONTEIRA	219.657,51	0,00	0,00	1.183,68	0,00	220.841,19	0,00	0,00	0,00
312705	FRONTEIRA DOS VALES	5.382,20	0,00	84.100,00	26,91	0,00	5.409,11	0,00	0,00	84.100,00
312707	FRUTA DE LEITE	39.886,98	0,00	0,00	396,45	0,00	40.283,43	0,00	0,00	0,00
312710	FRUTAL	2.355.995,62	1.328.189,67	563.185,00	30.911,83	0,00	0,00	0,00	0,00	4.278.282,12
312720	FUNILANDIA	15.993,09	88,20	60.000,00	507,48	0,00	16.588,77	0,00	0,00	60.000,00
312730	GALILEIA	210.233,59	5.337,58	0,00	11,34	0,00	215.582,51	0,00	0,00	0,00
312733	GAMELEIRAS	14.880,87	0,00	150.000,00	721,59	0,00	165.602,46	0,00	0,00	0,00
312735	GLAUCILANDIA	5.055,37	0,00	0,00	2,22	0,00	5.057,59	0,00	0,00	0,00
312737	GOIABEIRA	4.498,57	0,00	60.000,00	0,00	0,00	4.498,57	0,00	0,00	60.000,00
312738	GOIANA	8.002,64	0,00	0,00	1,26	0,00	8.003,90	0,00	0,00	0,00
312740	GONCALVES	7.925,13	0,00	0,00	16,79	0,00	7.941,92	0,00	0,00	0,00
312750	GONZAGA	7.301,27	0,00	60.000,00	115,90	0,00	7.417,17	0,00	0,00	60.000,00
312760	GOUVEA	352.158,37	138.980,65	0,00	2.957,69	0,00	494.096,71	0,00	0,00	0,00
312770	GOVERNADOR VALADARES	15.464.276,50	32.566.997,86	4.741.871,07	26.923.759,10	0,00	2.550,00	0,00	0,00	79.694.354,53
312780	GRAO MOGOL	476.615,77	252.318,69	921.631,33	13.209,95	0,00	1.225.115,74	0,00	0,00	438.660,00
312790	GRUPIARA	11.050,99	0,00	0,00	2,22	0,00	11.053,21	0,00	0,00	0,00
312800	GUANHAES	1.217.959,40	1.328.871,44	729.727,22	88.258,37	0,00	3.274.816,43	0,00	0,00	90.000,00
312810	GUAPE	451.862,49	157,70	0,00	946,84	0,00	452.967,03	0,00	0,00	0,00
312820	GUARACIABA	283.020,32	33.832,78	60.000,00	27.935,86	0,00	344.788,96	0,00	0,00	60.000,00
312825	GUARACIAMA	9.168,95	0,00	0,00	337,52	0,00	9.506,47	0,00	0,00	0,00
312830	GUARANESIA	584.038,31	254.772,70	0,00	488,35	0,00	839.299,36	0,00	0,00	0,00
312840	GUARANI	329.149,97	64.501,41	60.000,00	0,63	0,00	393.652,01	0,00	0,00	60.000,00
312850	GUARARA	7.727,42	0,00	0,00	1,26	0,00	7.728,68	0,00	0,00	0,00
312860	GUARDA-MOR	213.972,73	15.489,68	0,00	456,66	0,00	229.919,07	0,00	0,00	0,00
312870	GUAXUPE	2.119.538,84	1.581.771,90	1.378.527,47	131.580,80	0,00	4.871.759,01	0,00	0,00	339.660,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

312880	GUIDOVAL	59.438,99	0,00	72.000,00	2.069,25	0,00	61.508,24	0,00	0,00	72.000,00
312890	GUIMARANIA	71.405,81	0,00	0,00	0,00	0,00	71.405,81	0,00	0,00	0,00
312900	GUIRICEMA	94.361,72	534,43	60.000,00	5.441,24	0,00	100.337,39	0,00	0,00	60.000,00
312910	GURINHATA	203.720,22	63,00	0,00	391,08	0,00	204.174,30	0,00	0,00	0,00
312920	HELIODORA	52.399,32	0,00	0,00	196,67	0,00	52.595,99	0,00	0,00	0,00
312930	IAPU	90.306,96	107.803,87	0,00	1.954,10	0,00	200.064,93	0,00	0,00	0,00
312940	IBERTIOGA	216.451,26	298.687,17	152.591,44	58.538,23	0,00	0,00	0,00	0,00	726.268,10
312950	IBIA	891.406,09	214.941,82	0,00	12.442,74	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118.790,65
312960	IBIAI	37.430,09	0,00	150.000,00	1.009,58	0,00	188.439,67	0,00	0,00	0,00
312965	IBIRACATU	18.304,83	0,00	0,00	391,08	0,00	18.695,91	0,00	0,00	0,00
312970	IBIRACI	355.115,60	0,00	0,00	973,02	0,00	356.088,62	0,00	0,00	0,00
312980	IBIRITE	4.148.093,30	319.733,92	3.208.037,64	767.129,23	0,00	0,00	0,00	0,00	8.442.994,09
312990	IBITIURA DE MINAS	2.244,78	3,04	0,00	0,00	0,00	2.247,82	0,00	0,00	0,00
313000	IBITURUNA	3.622,18	0,00	0,00	0,63	0,00	3.622,81	0,00	0,00	0,00
313005	ICARAI DE MINAS	19.315,17	3.934,71	0,00	2.066,04	0,00	25.315,92	0,00	0,00	0,00
313010	IGARAPE	452.239,03	6.254,88	339.660,00	3.923,32	0,00	462.417,23	0,00	0,00	339.660,00
313020	IGARATINGA	102.826,31	23,51	0,00	592,32	0,00	103.442,14	0,00	0,00	0,00
313030	IGUATAMA	286.983,90	84.408,77	0,00	655,15	0,00	372.047,82	0,00	0,00	0,00
313040	IJACI	6.812,63	0,00	0,00	431,35	0,00	7.243,98	0,00	0,00	0,00
313050	ILICINEA	325.583,68	160,05	0,00	0,00	0,00	325.743,73	0,00	0,00	0,00
313055	IMBE DE MINAS	19.060,80	0,00	90.000,00	12,36	0,00	19.073,16	0,00	0,00	90.000,00
313060	INCONFIDENTES	20.798,08	0,00	0,00	456,36	0,00	21.254,44	0,00	0,00	0,00
313065	INDAIABIRA	67.921,72	0,00	60.000,00	542,67	0,00	68.464,39	0,00	0,00	60.000,00
313070	INDIANOPOLIS	47.608,81	25,20	0,00	454,77	0,00	48.088,78	0,00	0,00	0,00
313080	INGAI	13.394,57	0,00	0,00	0,63	0,00	13.395,20	0,00	0,00	0,00
313090	INHAPIM	632.155,72	1.053.601,19	399.660,00	528,10	0,00	1.686.285,01	0,00	0,00	399.660,00
313100	INHAUMA	38.848,57	8.520,60	0,00	823,36	0,00	48.192,53	0,00	0,00	0,00
313110	INIMUTABA	56.753,95	0,00	0,00	6,66	0,00	56.760,61	0,00	0,00	0,00
313115	IPABA	44.710,28	10,65	60.000,00	1.631,64	0,00	46.352,57	0,00	0,00	60.000,00
313120	IPANEMA	711.697,13	145.607,61	399.660,00	2.259,40	0,00	859.564,14	0,00	0,00	399.660,00
313130	IPATINGA	14.647.823,58	31.775.957,32	9.577.470,32	15.916.592,50	0,00	0,00	0,00	0,00	71.917.843,72
313140	IPIACU	63.807,35	415,80	0,00	2.316,66	0,00	66.539,81	0,00	0,00	0,00
313150	IPUIUNA	115.635,63	69.734,36	0,00	210,54	0,00	185.580,53	0,00	0,00	0,00
313160	IRAI DE MINAS	66.308,21	161.625,10	90.000,00	848,46	0,00	228.781,77	0,00	0,00	90.000,00
313170	ITABIRA	5.390.727,25	3.650.371,68	3.603.710,05	284.763,24	0,00	0,00	0,00	0,00	12.929.572,22
313180	ITABIRINHA DE MANTENA	409.268,53	112.462,60	0,00	759,69	0,00	522.490,82	0,00	0,00	0,00
313190	ITABIRITO	1.627.692,89	67.908,61	788.567,20	8.176,99	0,00	1.978.738,61	0,00	0,00	513.607,08
313200	ITACAMBIRA	13.995,24	3.996,86	150.000,00	77,47	0,00	168.069,57	0,00	0,00	0,00
313210	ITACARAMBI	676.531,29	138.761,21	763.360,00	343.027,83	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.771.680,33
313220	ITAGUARA	386.820,26	189.286,50	339.660,00	67,32	0,00	576.174,08	0,00	0,00	339.660,00
313230	ITAIPE	322.148,26	1.369,32	0,00	791,90	0,00	324.309,48	0,00	0,00	0,00
313240	ITAJUBA	4.662.239,17	6.863.500,96	2.397.756,87	140.270,62	0,00	14.063.767,62	0,00	0,00	0,00
313250	ITAMARANDIBA	1.474.602,98	154.407,90	564.302,64	23.425,26	0,00	1.787.078,78	0,00	0,00	429.660,00
313260	ITAMARATI DE MINAS	27.415,28	0,00	0,00	0,00	0,00	27.415,28	0,00	0,00	0,00
313270	ITAMBACURI	1.052.212,47	842.713,76	642.540,74	182.251,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.719.718,75
313280	ITAMBE DO MATO DENTRO	14.180,73	0,00	0,00	187,32	0,00	14.368,05	0,00	0,00	0,00
313290	ITAMOGI	382.359,46	335,73	0,00	14.516,33	0,00	397.211,52	0,00	0,00	0,00
313300	ITAMONTE	611.225,07	178.470,26	99.000,00	33.079,83	0,00	822.775,16	0,00	0,00	99.000,00
313310	ITANHANDU	692.192,48	209.120,61	159.000,00	3.421,95	0,00	904.735,04	0,00	0,00	159.000,00
313320	ITANHOMI	410.043,92	142.926,02	0,00	408,06	0,00	553.378,00	0,00	0,00	0,00
313330	ITAOBIM	879.059,83	770.292,24	935.521,80	101.685,68	0,00	2.346.899,55	0,00	0,00	339.660,00
313340	ITAPAGIPE	382.839,05	1.324,79	90.117,60	990,81	0,00	385.154,65	0,00	0,00	90.117,60
313350	ITAPECERICA	659.174,22	20.063,30	0,00	85,96	0,00	679.323,48	0,00	0,00	0,00
313360	ITAPEVA	40.013,58	0,00	0,00	730,45	0,00	40.744,03	0,00	0,00	0,00
313370	ITATIAIUCU	96.007,40	100,80	60.000,00	459,30	0,00	96.567,50	0,00	0,00	60.000,00
313375	ITAU DE MINAS	408.395,54	43,86	0,00	3.265,45	0,00	411.704,85	0,00	0,00	0,00
313380	ITAUNA	4.070.641,51	2.221.708,00	3.417.603,73	256.847,80	0,00	0,00	0,00	0,00	9.966.801,04
313390	ITAVERAVA	5.179,67	0,00	0,00	510,72	0,00	5.690,39	0,00	0,00	0,00
313400	ITINGA	102.581,73	99,15	0,00	1.981,29	0,00	104.662,17	0,00	0,00	0,00
313410	ITUETA	38.589,83	0,00	0,00	345,02	0,00	38.934,85	0,00	0,00	0,00
313420	ITUIUTABA	5.122.691,33	3.152.966,93	1.110.009,95	167.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	9.553.066,43
313430	ITUMIRIM	31.929,46	0,00	0,00	451,89	0,00	32.381,35	0,00	0,00	0,00
313440	ITURAMA	1.527.997,16	561.599,80	430.450,00	7.231,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2.527.278,32
313450	ITUTINGA	9.330,67	0,00	0,00	318,15	0,00	9.648,82	0,00	0,00	0,00
313460	JABOTICATUBAS	342.019,17	14.970,44	51.102,91	111,23	0,00	0,00	0,00	0,00	408.203,75
313470	JACINTO	532.969,13	465.817,16	399.660,00	43.257,51	0,00	1.042.043,80	0,00	0,00	399.660,00
313480	JACUI	204.716,49	347,31	0,00	663,40	0,00	205.727,20	0,00	0,00	0,00
313490	JACUTINGA	845.955,63	22.489,60	99.000,00	3.639,07	0,00	872.084,30	0,00	0,00	99.000,00
313500	JAGUARACU	19.895,34	0,00	90.000,00	67,58	0,00	19.962,92	0,00	0,00	90.000,00
313505	JAIBA	817.080,82	83.565,64	372.000,00	2.344,70	0,00	1.052.991,16	0,00	0,00	222.000,00
313507	JAMPRUCA	5.739,25	0,00	60.000,00	19,18	0,00	5.758,43	0,00	0,00	60.000,00
313510	JANAUBA	2.937.504,65	7.626.924,14	2.972.500,98	5.795.789,95	0,00	18.162.297,98	0,00	0,00	1.170.421,74
313520	JANUARIA	2.973.566,76	546.331,53	480.000,00	43.546,29	0,00	480.000,00	0,00	0,00	3.563.444,58
313530	JAPARAIBA	7.628,87	0,00	0,00	255,87	0,00	7.884,74	0,00	0,00	0,00
313535	JAPONVAR	61.123,61	0,00	61.187,20	1.793,72	0,00	62.917,33	0,00	0,00	61.187,20
313540	JECEABA	164.034,63	0,00	0,00	392,63	0,00	164.427,26	0,00	0,00	0,00
313545	JENIPAPO DE MINAS	66.263,63	0,00	0,00	281,76	0,00	66.545,39	0,00	0,00	0,00
313550	JEQUERI	102.978,21	0,00	0,00	11.442,91	0,00	114.421,12	0,00	0,00	0,00
313560	JEQUITAI	74.511,73	5,63	60.000,00	1.252,09	0,00	75.769,45	0,00	0,00	60.000,00
313570	JEQUITIBA	29.920,84	37,80	0,00	58,29	0,00	30.016,93	0,00	0,00	0,00
313580	JEQUITINHONHA	1.121.442,56	205.056,91	830.945,28	2.468,67	0,00	1.598.253,42	0,00	0,00	561.660,00
313590	JESUANIA	43.266,18	0,00	0,00	174,54	0,00	43.440,72	0,00	0,00	0,00
313600	JOAIMA	579.583,79	62.657,96	90.000,00	23.019,91	0,00	665.261,66	0,00	0,00	90.000,00
313610	JOANESIA	42.168,83	0,00	0,00	347,14	0,00	42.515,97	0,00	0,00	0,00
313620	JOAO MONLEVADE	3.880.351,47	2.289.191,73	1.513.766,05	448.355,70	0,00	0,00	0,00	0,00	8.131.664,95
313630	JOAO PINHEIRO	1.907.190,90	652.384,43	339.660,00	6.369,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2.905.604,97
313640	JOAQUIM FELICIO	40.502,42	0,00	0,00	14,24	0,00	40.516,66	0,00	0,00	0,00
313650	JORDANIA	332.315,35	381,22	86.342,81	777,31	0,00	359.816,69	0,00	0,00	60.000,00
313652	JOSE GONCALVES DE MINAS	45.417,54	0,00	0,00	153,26	0,00	45.570,80	0,00	0,00	0,00
313655	JOSE RAYDAN	25.400,33	0,00	0,00	1.036,82	0,00	26.437,15	0,00	0,00	0,00
313657	JOSENOPOLIS	26.003,16	0,00	0,00	4,44	0,00	26.007,60	0,00	0,00	0,00
313660	NOVA UNIAO	49.765,13	0,00	0,00	2.144,72	0,00	51.909,85	0,00	0,00	0,00
313665	JUATUBA	174.874,94	906,72	0,00	2.466,12	0,00	178.247,78	0,00	0,00	0,00
313670	JUIZ DE FORA	35.504.666,96	81.762.634,70	39.592.893,87	12.299.233,18	0,00	126.230,00	8.292.047,76	0,00	160.741.150,95
313680	JURAMENTO	43.390,42	201,60	0,00	2.333,41	0,00	45.925,43	0,00	0,00	0,00
313690	JURUAIA	348.190,50	64,48	0,00	2,52	0,00	348.257,50	0,00	0,00	0,00
313695	JUVENILIA	28.617,53	214,20	0,00	79,15	0,00	28.910,88	0,00	0,00	0,00
313700	LADAINHA	454.057,93	277,20	90.000,00	1.134,06	0,00	455.469,19	0,00	0,00	90.000,00
313710	LAGAMAR	121.701,14	25,20	0,00	1.696,47	0,00	123.422,81	0,00	0,00	0,00
313720	LAGOA DA PRATA	1.835.362,81	1.995.821,96	516.066,36	71.845,94	0,00	3.903.030,71	0,00	0,00	516.066,36
313730	LAGOA DOS PATOS	6.653,16	0,00	0,00	247,98	0,00	6.901,14	0,00	0,00	0,00
313740	LAGOA DOURADA	124.294,60	0,00	0,00	962,49	0,00	125.257,09	0,00	0,00	0,00
313750	LAGOA FORMOSA	490.401,39	160.282,97	0,00	28,53	0,00	650.712,89	0,00	0,00	0,00
313753	LAGOA GRANDE	92.435,17	0,00	0,00	466,37	0,00	92.901,54	0,00	0,00	0,00
313760	LAGOA SANTA	1.988.747,47	546.350,37	1.153.351,69	3.012,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.691.461,93
313770	LAJINHA	450.658,95	37.514,82	339.660,00	1.276,62	0,00	489.450,39	0,00	0,00	339.660,00
313780	LAMBARI	729.223,41	339.851,03	0,00	182,75	0,00	1.069.257,19	0,00	0,00	0,00
313790	LAMIM	30.001,28	0,00	0,00	0,00	0,00	30.001,28	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

313800	LARANJAL	228.393,99	12,73	0,00	562,73	0,00	228.969,45	0,00	0,00	0,00
313810	LASSANCE	62.579,56	12,60	0,00	1.150,26	0,00	63.742,42	0,00	0,00	0,00
313820	LAVRAS	4.814.288,26	9.371.375,05	2.959.514,16	581.719,03	0,00	0,00	0,00	0,00	17.726.896,50
313830	LEANDRO FERREIRA	16.087,02	0,00	0,00	77,54	0,00	16.164,56	0,00	0,00	0,00
313835	LEME DO PRADO	48.608,78	0,00	0,00	1.293,38	0,00	49.902,16	0,00	0,00	0,00
313840	LEOPOLDINA	2.251.221,45	3.405.428,87	1.281.088,55	293.146,39	0,00	7.071.885,26	0,00	0,00	159.000,00
313850	LIBERDADE	178.673,28	187.894,16	0,00	8.869,83	0,00	375.437,27	0,00	0,00	0,00
313860	LIMA DUARTE	522.022,01	239.683,58	339.660,00	3.327,08	0,00	765.032,67	0,00	0,00	339.660,00
313862	LIMEIRA DO OESTE	67.171,71	0,00	0,00	91,08	0,00	67.262,79	0,00	0,00	0,00
313865	LONTRA	45.802,44	0,00	0,00	866,65	0,00	46.669,09	0,00	0,00	0,00
313867	LUISBURGO	31.891,78	0,00	0,00	394,23	0,00	32.286,01	0,00	0,00	0,00
313868	LUISLANDIA	31.117,29	0,00	0,00	25.318,28	0,00	56.435,57	0,00	0,00	0,00
313870	LUMINARIAS	31.394,05	0,00	0,00	396,65	0,00	31.790,70	0,00	0,00	0,00
313880	LUZ	648.318,51	68.358,59	0,00	186,45	0,00	716.863,55	0,00	0,00	0,00
313890	MACHACALIS	228.965,93	345.751,60	492.086,37	20.424,93	0,00	687.568,83	0,00	0,00	399.660,00
313900	MACHADO	1.752.900,43	139.819,99	294.664,21	382.989,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.570.374,23
313910	MADRE DE DEUS DE MINAS	18.842,75	0,00	0,00	0,00	0,00	18.842,75	0,00	0,00	0,00
313920	MALACACHETA	728.419,42	456.444,89	60.000,00	3.553,53	0,00	1.188.417,84	0,00	0,00	60.000,00
313925	MAMONAS	66.298,74	0,00	60.582,40	1.647,07	0,00	67.945,81	0,00	0,00	60.582,40
313930	MANGA	792.780,65	459.658,24	150.000,00	2.291,25	0,00	1.404.730,14	0,00	0,00	0,00
313940	MANHUACU	4.075.226,43	6.141.215,34	4.910.814,06	1.537.031,16	0,00	0,00	0,00	0,00	16.664.286,99
313950	MANHUMIRIM	778.532,87	2.366.127,65	1.276.099,41	4.141,56	0,00	4.025.241,49	0,00	0,00	399.660,00
313960	MANTENA	1.181.752,00	283.850,84	404.145,87	34.702,60	0,00	1.904.451,31	0,00	0,00	0,00
313970	MARAVILHAS	61.907,86	8.336,11	0,00	2.897,93	0,00	73.141,90	0,00	0,00	0,00
313980	MAR DE ESPANHA	328.968,93	159.311,43	0,00	187,15	0,00	488.467,51	0,00	0,00	0,00
313990	MARIA DA FE	314.957,32	32,14	0,00	1.096,14	0,00	316.085,60	0,00	0,00	0,00
314000	MARIANA	1.969.988,29	87.805,68	1.114.796,89	108.400,50	0,00	2.783.831,36	0,00	0,00	497.160,00
314010	MARILAC	4.743,99	0,00	60.000,00	0,00	0,00	4.743,99	0,00	0,00	60.000,00
314015	MARIO CAMPOS	20.946,29	0,00	0,00	35,98	0,00	20.982,27	0,00	0,00	0,00
314020	MARIPA DE MINAS	7.515,70	0,00	0,00	0,63	0,00	7.516,33	0,00	0,00	0,00
314030	MARLIERIA	30.352,58	240,19	0,00	52,32	0,00	30.645,09	0,00	0,00	0,00
314040	MARMELOPOLIS	2.690,65	0,00	0,00	16,79	0,00	2.707,44	0,00	0,00	0,00
314050	MARTINHO CAMPOS	383.460,52	42.985,92	0,00	42,53	0,00	426.488,97	0,00	0,00	0,00
314053	MARTINS SOARES	10.452,87	0,00	0,00	162,32	0,00	10.615,19	0,00	0,00	0,00
314055	MATA VERDE	129.544,07	217,62	1.377,60	2.067,24	0,00	131.828,93	0,00	0,00	1.377,60
314060	MATERLANDIA	32.298,96	0,00	60.000,00	843,80	0,00	33.142,76	0,00	0,00	60.000,00
314070	MATEUS LEME	879.661,12	555.048,06	2.040.000,00	1.398.032,56	0,00	2.832.741,74	0,00	0,00	2.040.000,00
314080	MATIAS BARBOSA	126.107,01	48.271,82	340.606,40	1.313,19	0,00	175.692,02	0,00	0,00	340.606,40
314085	MATIAS CARDOSO	135.647,17	0,00	60.000,00	879,59	0,00	136.526,76	0,00	0,00	60.000,00
314090	MATIPO	554.622,21	51.198,40	535.700,12	3.533,45	0,00	759.494,18	0,00	0,00	385.560,00
314100	MATO VERDE	214.045,95	34.469,91	150.000,00	911,57	0,00	399.427,43	0,00	0,00	0,00
314110	MATOZINHOS	1.408.904,27	177.935,00	478.744,08	8.451,12	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074.034,47
314120	MATUTINA	57.784,77	0,00	0,00	0,00	0,00	57.784,77	0,00	0,00	0,00
314130	MEDEIROS	15.150,17	0,00	0,00	29,84	0,00	15.180,01	0,00	0,00	0,00
314140	MEDINA	842.637,40	304.627,58	707.122,97	1.782,08	0,00	1.426.510,03	0,00	0,00	429.660,00
314150	MENDES PIMENTEL	248.750,69	113.936,87	60.000,00	217,02	0,00	362.904,58	0,00	0,00	60.000,00
314160	MERCES	353.445,83	1.323,39	0,00	14,25	0,00	354.783,47	0,00	0,00	0,00
314170	MESQUITA	49.851,72	403,20	0,00	115,42	0,00	50.370,34	0,00	0,00	0,00
314180	MINAS NOVAS	1.304.431,14	353.066,11	1.147.955,46	118.299,28	0,00	2.362.091,99	0,00	0,00	561.660,00
314190	MINDURI	83.099,26	25.410,24	0,00	1,62	0,00	108.511,12	0,00	0,00	0,00
314200	MIRABELA	537.574,55	632.242,12	339.660,00	5.232,32	0,00	1.175.048,99	0,00	0,00	339.660,00
314210	MIRADOURO	323.890,13	337.288,91	0,00	56,31	0,00	661.235,35	0,00	0,00	0,00
314220	MIRAI	517.828,43	156.338,19	0,00	16.852,20	0,00	691.018,82	0,00	0,00	0,00
314225	MIRAVANIA	22.161,69	0,00	150.000,00	303,81	0,00	172.465,50	0,00	0,00	0,00
314230	MOEDA	52.720,68	2.272,88	0,00	707,55	0,00	55.701,11	0,00	0,00	0,00
314240	MOEMA	214.495,89	237.609,22	90.000,00	3.806,82	0,00	455.911,93	0,00	0,00	90.000,00
314250	MONJOLOS	14.799,03	0,00	0,00	41,24	0,00	14.840,27	0,00	0,00	0,00
314260	MONSENHOR PAULO	191.434,61	160.379,70	0,00	318,09	0,00	352.132,40	0,00	0,00	0,00
314270	MONTALVANIA	570.418,45	199.041,58	150.000,00	10.458,59	0,00	929.918,62	0,00	0,00	0,00
314280	MONTE ALEGRE DE MINAS	440.745,50	178.235,15	0,00	121,63	0,00	619.102,28	0,00	0,00	0,00
314290	MONTE AZUL	828.672,45	473.039,08	686.308,67	65.270,07	0,00	1.864.290,27	0,00	0,00	189.000,00
314300	MONTE BELO	339.112,04	45.224,70	0,00	0,00	0,00	384.336,74	0,00	0,00	0,00
314310	MONTE CARMELO	2.260.993,28	1.005.855,17	339.660,00	40.685,59	0,00	0,00	0,00	0,00	3.647.194,04
314315	MONTE FORMOSO	74.769,08	210,75	0,00	199,59	0,00	75.179,42	0,00	0,00	0,00
314320	MONTE SANTO DE MINAS	835.380,21	33.453,58	339.660,00	1.602,63	0,00	870.436,42	0,00	0,00	339.660,00
314330	MONTES CLAROS	23.382.599,11	75.640.361,05	19.641.901,80	26.300.582,26	0,00	4.441.628,00	0,00	0,00	140.523.816,22
314340	MONTE SIAO	256.027,89	18.828,35	0,00	17.113,26	0,00	291.969,50	0,00	0,00	0,00
314345	MONTEZUMA	90.864,74	13,56	150.000,00	547,58	0,00	241.425,88	0,00	0,00	0,00
314350	MORADA NOVA DE MINAS	207.792,49	104.660,37	134.642,64	542,67	0,00	447.638,17	0,00	0,00	0,00
314360	MORRO DA GARCA	20.150,41	2.400,00	0,00	0,00	0,00	22.550,41	0,00	0,00	0,00
314370	MORRO DO PILAR	25.852,66	1.215,78	0,00	3.295,62	0,00	30.364,06	0,00	0,00	0,00
314380	MUNHOZ	15.331,36	4,56	0,00	392,89	0,00	15.728,81	0,00	0,00	0,00
314390	MURIAE	5.817.737,11	37.791.272,55	3.683.983,31	1.154.546,62	0,00	47.951.504,59	0,00	0,00	496.035,00
314400	MUTUM	1.065.156,68	225.549,41	339.660,00	1.023,10	0,00	1.291.729,19	0,00	0,00	339.660,00
314410	MUZAMBINHO	739.649,15	111.633,83	0,00	5,04	0,00	851.288,02	0,00	0,00	0,00
314420	NACIP RAYDAN	14.400,50	0,00	0,00	633,41	0,00	15.033,91	0,00	0,00	0,00
314430	NANUQUE	1.883.862,18	308.847,98	0,00	67.598,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2.260.308,48
314435	NAQUE	16.864,82	7,40	0,00	391,08	0,00	17.263,30	0,00	0,00	0,00
314437	NATALANDIA	23.886,62	0,00	0,00	0,63	0,00	23.887,25	0,00	0,00	0,00
314440	NATERCIA	56.256,15	0,00	0,00	447,82	0,00	56.703,97	0,00	0,00	0,00
314450	NAZARENO	167.783,07	7.106,26	0,00	587,83	0,00	175.477,16	0,00	0,00	0,00
314460	NEPOMUCENO	750.394,53	166.243,22	0,00	330,26	0,00	916.968,01	0,00	0,00	0,00
314465	NINHEIRA	164.300,91	45,50	0,00	1.856,83	0,00	166.203,24	0,00	0,00	0,00
314467	NOVA BELEM	30.335,32	0,00	0,00	53,07	0,00	30.388,39	0,00	0,00	0,00
314470	NOVA ERA	539.087,86	49.283,70	0,00	109,62	0,00	588.481,18	0,00	0,00	0,00
314480	NOVA LIMA	2.533.315,55	1.351.848,88	1.560.797,17	3.737.552,55	0,00	8.617.033,20	0,00	0,00	566.480,95
314490	NOVA MODICA	7.628,04	0,00	0,00	1,26	0,00	7.629,30	0,00	0,00	0,00
314500	NOVA PONTE	310.352,33	8.719,71	0,00	24,88	0,00	319.096,92	0,00	0,00	0,00
314505	NOVA PORTEIRINHA	48.355,63	2.217,60	1.764,00	542,67	0,00	51.115,90	0,00	0,00	1.764,00
314510	NOVA RESENDE	449.172,02	478,97	0,00	276,02	0,00	449.927,01	0,00	0,00	0,00
314520	NOVA SERRANA	2.450.997,86	113.454,00	1.731.660,00	443,94	0,00	2.564.895,80	0,00	0,00	1.731.660,00
314530	NOVO CRUZEIRO	889.965,97	13.984,49	344.403,62	44.250,49	0,00	1.292.604,57	0,00	0,00	0,00
314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	74.716,16	151,20	60.000,00	3,15	0,00	74.870,51	0,00	0,00	60.000,00
314537	NOVORIZONTE	8.722,52	0,00	0,00	342,42	0,00	9.064,94	0,00	0,00	0,00
314540	OLARIA	5.222,07	0,00	0,00	150,63	0,00	5.372,70	0,00	0,00	0,00
314545	OLHOS-D'AGUA	10.136,09	3,51	0,00	527,64	0,00	10.667,24	0,00	0,00	0,00
314550	OLIMPIO NORONHA	14.767,58	0,00	0,00	393,83	0,00	15.161,41	0,00	0,00	0,00
314560	OLIVEIRA	1.487.486,48	1.813.699,21	1.284.135,49	128.138,03	0,00	3.797.439,21	0,00	0,00	916.020,00
314570	OLIVEIRA FORTES	16.451,58	0,00	0,00	150,63	0,00	16.602,21	0,00	0,00	0,00
314580	ONCA DE PITANGUI	23.099,89	0,00	60.000,00	15,20	0,00	23.115,09	0,00	0,00	60.000,00
314585	ORATORIOS	10.798,57	0,00	60.000,00	285,88	0,00	11.084,45	0,00	0,00	60.000,00
314587	ORIZANIA	13.531,02	0,00	0,00	0,00	0,00	13.531,02	0,00	0,00	0,00
314590	OURO BRANCO	1.422.611,95	32.604,31	613.150,00	5.090,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.456,43
314600	OURO FINO	1.109.066,90	800.847,15	356.770,48	3.221,47	0,00	2.269.906,00	0,00	0,00	0,00
314610	OURO PRETO	2.982.068,04	1.547.518,21	3.320.472,31	4.507,81	0,00	0,00	0,00	0,00	7.854.566,37
314620	OURO VERDE DE MINAS	71.777,06	12,60	90.000,00	3.020,18	0,00	74.809,84	0,00	0,00	90.000,00
314625	PADRE CARVALHO	46.834,62	302,40	0,00	327,68	0,00	47.464,70	0,00	0,00	0,00
314630	PADRE PARAISO	781.562,25	192.328,35	197.280,00	34.992,62	0,00	1.146.163,22	0,00	0,00	60.000,00

IMPRENSA NACIONAL
PILAR DE DOS SANTOS DA

314640	PAINEIRAS	43.989,01	0,00	0,00	355,63	0,00	44.344,64	0,00	0,00	0,00
314650	PAINS	218.055,69	591,64	0,00	53,37	0,00	218.700,70	0,00	0,00	0,00
314655	PAI PEDRO	6.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.849,00	0,00	0,00	0,00
314660	PAIVA	8.821,16	0,00	0,00	160,32	0,00	8.981,48	0,00	0,00	0,00
314670	PALMA	246.883,03	30.698,71	0,00	3.867,56	0,00	281.449,30	0,00	0,00	0,00
314675	PALMOPOLIS	75.212,91	2.071,88	90.000,00	6.421,99	0,00	83.706,78	0,00	0,00	90.000,00
314690	PAPAGAIOS	165.963,77	4.060,06	0,00	1.974,35	0,00	171.998,18	0,00	0,00	0,00
314700	PARACATU	3.829.012,36	1.417.531,37	397.035,00	141.918,22	0,00	0,00	0,00	0,00	5.785.496,95
314710	PARA DE MINAS	4.154.259,20	2.522.616,09	2.107.749,78	100.952,62	0,00	8.488.542,69	0,00	0,00	397.035,00
314720	PARAGUACU	615.506,58	89.738,65	0,00	122,99	0,00	0,00	0,00	0,00	705.368,22
314730	PARAISOPOLIS	693.726,06	559.335,77	0,00	460,98	0,00	1.253.522,81	0,00	0,00	0,00
314740	PARAOPEBA	193.765,76	43.345,91	0,00	60,65	0,00	237.172,32	0,00	0,00	0,00
314750	PASSABEM	38.182,00	20.784,93	0,00	67,32	0,00	59.034,25	0,00	0,00	0,00
314760	PASSA QUATRO	748.044,31	135.744,09	339.660,00	561,77	0,00	884.350,17	0,00	0,00	339.660,00
314770	PASSA TEMPO	244.427,43	2.302,59	0,00	603,45	0,00	247.333,47	0,00	0,00	0,00
314780	PASSA VINTE	15.192,69	0,00	0,00	1.322,40	0,00	16.515,09	0,00	0,00	0,00
314790	PASSOS	6.411.624,62	22.941.030,31	8.799.676,77	777.102,07	0,00	34.909.642,83	0,00	0,00	4.019.790,94
314795	PATIS	8.526,43	0,00	0,00	345,35	0,00	8.871,78	0,00	0,00	0,00
314800	PATOS DE MINAS	7.388.659,00	23.068.221,70	1.886.311,52	2.680.318,99	8.806.968,48	0,00	0,00	0,00	26.216.542,73
314810	PATROCINIO	4.455.179,93	3.332.964,62	3.146.522,25	316.697,48	0,00	0,00	0,00	0,00	11.251.364,28
314820	PATROCINIO DO MURIAE	49.249,45	8.950,72	99.000,00	52,26	0,00	58.252,43	0,00	0,00	99.000,00
314830	PAULA CANDIDO	82.518,06	0,00	60.000,00	1.220,45	0,00	83.738,51	0,00	0,00	60.000,00
314840	PAULISTAS	5.332,84	0,00	0,00	20,10	0,00	5.352,94	0,00	0,00	0,00
314850	PAVAO	116.859,93	16.224,09	146.710,42	131,64	0,00	219.926,08	0,00	0,00	60.000,00
314860	PECANHA	548.026,31	298.540,88	0,00	2.719,99	0,00	849.287,18	0,00	0,00	0,00
314870	PEDRA AZUL	1.228.290,37	344.056,88	1.009.838,63	2.045,14	0,00	2.064.571,02	0,00	0,00	519.660,00
314875	PEDRA BONITA	43.986,43	0,00	0,00	1,89	0,00	43.988,32	0,00	0,00	0,00
314880	PEDRA DO ANTA	14.845,96	0,00	0,00	1,66	0,00	14.847,62	0,00	0,00	0,00
314890	PEDRA DO INDAIA	28.190,97	0,00	0,00	1,26	0,00	28.192,23	0,00	0,00	0,00
314900	PEDRA DOURADA	9.444,25	0,00	60.000,00	164,57	0,00	9.608,82	0,00	0,00	60.000,00
314910	PEDRALVA	167.002,67	3,51	0,00	805,66	0,00	167.811,84	0,00	0,00	0,00
314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	51.734,46	61,38	0,00	909,11	0,00	52.704,95	0,00	0,00	0,00
314920	PEDRINOPOLIS	25.648,71	0,00	0,00	1,26	0,00	25.649,97	0,00	0,00	0,00
314930	PEDRO LEOPOLDO	2.542.593,55	334.194,86	539.660,00	1.594.470,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5.010.918,59
314940	PEDRO TEIXEIRA	3.322,95	0,00	0,00	0,63	0,00	3.323,58	0,00	0,00	0,00
314950	PEQUERI	7.074,17	0,00	0,00	150,63	0,00	7.224,80	0,00	0,00	0,00
314960	PEQUI	33.553,01	3.968,25	0,00	722,85	0,00	38.244,11	0,00	0,00	0,00
314970	PERDIGAO	97.035,47	0,00	0,00	1.263,16	0,00	98.298,63	0,00	0,00	0,00
314980	PERDIZES	518.459,85	16.144,29	0,00	37.247,23	0,00	571.851,37	0,00	0,00	0,00
314990	PERDOES	777.834,42	292.525,34	397.035,00	3.935,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.471.329,86
314995	PERIQUITO	7.719,84	176,40	0,00	433,07	0,00	8.329,31	0,00	0,00	0,00
315000	PESCADOR	18.669,90	0,00	90.000,00	0,00	0,00	18.669,90	0,00	0,00	90.000,00
315010	PIAU	6.250,88	0,00	0,00	0,63	0,00	6.251,51	0,00	0,00	0,00
315015	PIEDADE DE CARATINGA	59.871,71	0,00	180.000,00	28,31	0,00	59.900,02	0,00	0,00	180.000,00
315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	18.198,56	0,00	0,00	0,00	0,00	18.198,56	0,00	0,00	0,00
315030	PIEDADE DO RIO GRANDE	100.856,11	0,00	0,00	24,54	0,00	100.880,65	0,00	0,00	0,00
315040	PIEDADE DOS GERAIS	27.627,93	0,00	0,00	302,39	0,00	27.930,32	0,00	0,00	0,00
315050	PIMENTA	173.607,31	56,06	0,00	124,05	0,00	173.787,42	0,00	0,00	0,00
315053	PINGO D'AGUA	30.980,64	2,40	0,00	442,65	0,00	31.425,69	0,00	0,00	0,00
315057	PINTOPOLIS	20.000,18	3,51	0,00	611,63	0,00	20.615,32	0,00	0,00	0,00
315060	PIRACEMA	32.009,62	0,00	60.000,00	0,00	0,00	32.009,62	0,00	0,00	60.000,00
315070	PIRAJUBA	22.074,63	182,70	0,00	131,13	0,00	22.388,46	0,00	0,00	0,00
315080	PIRANGA	633.054,99	30.623,40	339.660,00	35.302,13	0,00	698.980,52	0,00	0,00	339.660,00
315090	PIRANGUCU	9.966,12	0,00	0,00	71,13	0,00	10.037,25	0,00	0,00	0,00
315100	PIRANGUINHO	11.563,49	4,05	0,00	90,78	0,00	11.658,32	0,00	0,00	0,00
315110	PIRAPETINGA	466.127,03	5.882,95	0,00	9.734,51	0,00	481.744,49	0,00	0,00	0,00
315120	PIRAPORA	2.345.747,89	2.667.786,30	1.265.220,00	3.480.611,14	0,00	480.000,00	0,00	0,00	9.279.365,33
315130	PIRAUBA	96.312,87	314.352,35	90.000,00	2.473,11	0,00	413.138,33	0,00	0,00	90.000,00
315140	PITANGUI	944.221,75	190.978,68	287.365,15	309,44	0,00	1.422.875,02	0,00	0,00	0,00
315150	PIUMHI	1.479.158,51	2.543.335,98	1.509.303,60	91.360,94	0,00	5.034.124,03	0,00	0,00	589.035,00
315160	PLANURA	121.854,65	0,00	0,00	9.444,69	0,00	131.299,34	0,00	0,00	0,00
315170	POCO FUNDO	558.390,68	9.716,58	99.000,00	6.848,99	0,00	574.956,25	0,00	0,00	99.000,00
315180	POCOS DE CALDAS	8.919.951,12	27.795.936,50	5.595.393,87	1.792.412,37	0,00	0,00	0,00	0,00	44.103.693,86
315190	POCRANE	192.829,50	0,00	90.000,00	205,68	0,00	193.035,18	0,00	0,00	90.000,00
315200	POMPEU	967.034,69	63.341,96	608.945,28	1.444,84	0,00	1.301.106,77	0,00	0,00	339.660,00
315210	PONTE NOVA	3.356.493,54	14.792.989,20	3.600.396,41	724.410,01	0,00	0,00	0,00	0,00	22.474.289,16
315213	PONTO CHIQUE	31.291,21	0,00	150.000,00	440,27	0,00	181.731,48	0,00	0,00	0,00
315217	PONTO DOS VOLANTES	79.645,78	88,42	60.000,00	3.025,48	0,00	82.759,68	0,00	0,00	60.000,00
315220	PORTEIRINHA	1.182.002,60	457.730,68	955.640,77	3.931,30	0,00	2.259.645,35	0,00	0,00	339.660,00
315230	PORTO FIRME	16.274,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.274,97	0,00	0,00	0,00
315240	POTE	482.651,98	22.897,19	60.000,00	34,50	0,00	505.583,67	0,00	0,00	60.000,00
315250	POUSO ALEGRE	7.141.660,80	28.968.680,77	5.442.434,81	682.418,03	0,00	41.651.771,66	0,00	0,00	583.422,75
315260	POUSO ALTO	229.202,53	35.638,49	0,00	24,17	0,00	264.865,19	0,00	0,00	0,00
315270	PRADOS	220.625,77	68.825,58	0,00	528,91	0,00	289.980,26	0,00	0,00	0,00
315280	PRATA	947.270,32	166.481,46	0,00	128,42	0,00	1.113.880,20	0,00	0,00	0,00
315290	PRATAPOLIS	179.615,10	83,34	0,00	9.541,61	0,00	189.240,05	0,00	0,00	0,00
315300	PRATINHA	18.232,27	0,00	0,00	1.391,80	0,00	19.624,07	0,00	0,00	0,00
315310	PRESIDENTE BERNARDES	104.414,46	1.489,31	0,00	4.018,78	0,00	109.922,55	0,00	0,00	0,00
315320	PRESIDENTE JUSCELINO	23.976,65	50,40	0,00	4,44	0,00	24.031,49	0,00	0,00	0,00
315330	PRESIDENTE KUBITSCHEK	13.099,55	0,00	0,00	102,31	0,00	13.201,86	0,00	0,00	0,00
315340	PRESIDENTE OLEGARIO	439.731,26	150.228,92	0,00	116,22	0,00	590.076,40	0,00	0,00	0,00
315350	ALTO JEQUITIBA	92.681,33	0,00	60.000,00	275,05	0,00	92.956,38	0,00	0,00	60.000,00
315360	PRUDENTE DE MORAIS	66.776,16	50,40	0,00	0,00	0,00	66.826,56	0,00	0,00	0,00
315370	QUARTEL GERAL	21.744,82	0,00	0,00	893,20	0,00	22.638,02	0,00	0,00	0,00
315380	QUELUZITA	3.491,82	0,00	0,00	316,28	0,00	3.808,10	0,00	0,00	0,00
315390	RAPOSOS	238.826,63	1.341,54	0,00	14.079,37	0,00	254.247,54	0,00	0,00	0,00
315400	RAUL SOARES	857.815,87	212.488,30	60.000,00	269,80	0,00	1.070.573,97	0,00	0,00	60.000,00
315410	RECREIO	373.642,52	29.875,53	0,00	1.397,95	0,00	404.916,00	0,00	0,00	0,00
315415	REDUTO	13.902,10	0,00	0,00	454,77	0,00	14.356,87	0,00	0,00	0,00
315420	RESENDE COSTA	463.376,85	241.085,59	0,00	820,63	0,00	705.283,07	0,00	0,00	0,00
315430	RESPLENDOR	663.703,77	657.657,48	911.321,06	67.413,76	0,00	1.900.436,07	0,00	0,00	399.660,00
315440	RESSAQUINHA	13.172,42	91,56	90.000,00	177,47	0,00	13.441,45	0,00	0,00	90.000,00
315445	RIACHINHO	86.994,99	0,00	0,00	163,33	0,00	87.158,32	0,00	0,00	0,00
315450	RIACHO DOS MACHADOS	75.036,42	0,00	0,00	640,31	0,00	75.676,73	0,00	0,00	0,00
315460	RIBEIRAO DAS NEVES	9.928.048,16	265.046,22	7.394.955,00	1.300.422,21	0,00	0,00	0,00	0,00	18.888.471,59
315470	RIBEIRAO VERMELHO	91.067,40	1.826,48	0,00	1,26	0,00	92.895,14	0,00	0,00	0,00
315480	RIO ACIMA	117.153,06	331,62	0,00	948,95	0,00	118.433,63	0,00	0,00	0,00
315490	RIO CASCA	425.023,50	240.250,47	0,00	439,95	0,00	665.713,92	0,00	0,00	0,00
315500	RIO DOCE	4.782,08	0,00	0,00	105,46	0,00	4.887,54	0,00	0,00	0,00
315510	RIO DO PRADO	53.771,39	482,10	0,00	757,32	0,00	55.010,81	0,00	0,00	0,00
315520	RIO ESPERA	152.437,42	1.602,30	0,00	7.207,39	0,00	161.247,11	0,00	0,00	0,00
315530	RIO MANSO	56.447,40	0,00	0,00	7.189,87	0,00	63.637,27	0,00	0,00	0,00
315540	RIO NOVO	296.479,31	86.964,26	60.000,03	27.413,32	0,00	410.856,89	0,00	0,00	60.000,03
315550	RIO PARANAIBA	231.213,75	3.785,73	60.000,00	67,32	0,00	235.066,80	0,00	0,00	60.000,00
315560	RIO PARDO DE MINAS	1.139.833,60	243.366,29	508.200,00	2.302,92	0,00	1.535.502,81	0,00	0,00	358.200,00
315570	RIO PIRACICABA	407.119,68	6.272,52	0,00	7.788,79	0,00	421.180,99	0,00	0,00	0,00
315580	RIO POMBA	624.764,11	531.506,94	429.660,00	12.195,72	0,00	1.168.466,77	0,00	0,00	429.660,00
315590	RIO PRETO	210.653,69	39.645,69	0,00	13.328,77	0,00	263.628,15	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

315600	RIO VERMELHO	516.748,13	34.072,51	429.660,00	138,61	0,00	550.959,25	0,00	0,00	429.660,00
315610	RITAPOLIS	44.008,42	350.901,13	0,00	1.205,86	0,00	396.115,41	0,00	0,00	0,00
315620	ROCHEDO DE MINAS	4.616,88	0,00	0,00	881,45	0,00	5.498,33	0,00	0,00	0,00
315630	RODEIRO	26.522,66	0,00	42.040,00	0,00	0,00	26.522,66	0,00	0,00	42.040,00
315640	ROMARIA	20.114,11	0,00	0,00	6.743,01	0,00	26.857,12	0,00	0,00	0,00
315645	ROSARIO DA LIMEIRA	32.878,44	0,00	90.000,00	0,00	0,00	32.878,44	0,00	0,00	90.000,00
315650	RUBELITA	66.097,88	0,00	0,00	34,86	0,00	66.132,74	0,00	0,00	0,00
315660	RUBIM	343.099,45	87.304,95	0,00	772,35	0,00	431.176,75	0,00	0,00	0,00
315670	SABARA	3.115.139,64	1.231.996,39	7.222.233,38	5.160.043,16	0,00	9.814.817,57	0,00	0,00	6.914.595,00
315680	SABINOPOLIS	580.177,54	272.565,14	0,00	1.135,47	0,00	853.878,15	0,00	0,00	0,00
315690	SACRAMENTO	929.466,90	175.528,47	464.920,00	25.108,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595.023,89
315700	SALINAS	1.772.620,24	1.571.676,63	621.660,00	191.747,44	0,00	150.000,00	0,00	0,00	4.007.704,31
315710	SALTO DA DIVISA	178.218,49	1.394,74	60.000,00	3.265,32	0,00	182.878,55	0,00	0,00	60.000,00
315720	SANTA BARBARA	990.162,35	101.472,94	0,00	84,85	0,00	1.091.720,14	0,00	0,00	0,00
315725	SANTA BARBARA DO LESTE	26.630,23	12,00	0,00	162,37	0,00	26.804,60	0,00	0,00	0,00
315727	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	1.952,99	0,00	0,00	0,63	0,00	1.953,62	0,00	0,00	0,00
315730	SANTA BARBARA DO TUGURIO	22.473,60	0,00	0,00	736,59	0,00	23.210,19	0,00	0,00	0,00
315733	SANTA CRUZ DE MINAS	80.355,86	1.037,04	0,00	536,55	0,00	81.929,45	0,00	0,00	0,00
315737	SANTA CRUZ DE SALINAS	38.995,34	0,00	90.000,00	162,75	0,00	39.158,09	0,00	0,00	90.000,00
315740	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	16.751,64	0,00	60.000,00	78,90	0,00	16.830,54	0,00	0,00	60.000,00
315750	SANTA EFIGENIA DE MINAS	5.003,25	0,00	0,00	0,00	0,00	5.003,25	0,00	0,00	0,00
315760	SANTA FE DE MINAS	31.971,92	252,00	210.000,00	739,16	0,00	182.963,08	0,00	0,00	60.000,00
315765	SANTA HELENA DE MINAS	6.857,36	0,00	60.000,00	0,00	0,00	6.857,36	0,00	0,00	60.000,00
315770	SANTA JULIANA	331.907,68	11.096,02	0,00	198,18	0,00	343.201,88	0,00	0,00	0,00
315780	SANTA LUZIA	8.099.805,05	1.766.912,33	2.949.201,39	4.185.596,47	0,00	0,00	0,00	0,00	17.001.515,24
315790	SANTA MARGARIDA	527.445,96	238.610,42	429.660,00	2.012,21	0,00	768.068,59	0,00	0,00	429.660,00
315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	188.978,13	22.009,38	0,00	1.324,11	0,00	212.311,62	0,00	0,00	0,00
315810	SANTA MARIA DO SALTO	36.023,22	24,68	90.000,00	174,61	0,00	36.222,51	0,00	0,00	90.000,00
315820	SANTA MARIA DO SUACUI	600.247,45	503.997,30	0,00	2.295,13	0,00	1.106.539,88	0,00	0,00	0,00
315830	SANTANA DA VARGEM	27.970,90	159.550,34	0,00	2.160,22	0,00	189.681,46	0,00	0,00	0,00
315840	SANTANA DE CATAGUASES	10.899,42	0,00	0,00	3,18	0,00	10.902,60	0,00	0,00	0,00
315850	SANTANA DE PIRAPAMA	44.328,25	0,00	0,00	36,20	0,00	44.364,45	0,00	0,00	0,00
315860	SANTANA DO DESERTO	21.740,69	0,00	90.000,00	2.312,26	0,00	24.052,95	0,00	0,00	90.000,00
315870	SANTANA DO GARAMBEU	17.235,92	0,00	0,00	173,86	0,00	17.409,78	0,00	0,00	0,00
315880	SANTANA DO JACARE	12.496,61	0,00	0,00	1,26	0,00	12.497,87	0,00	0,00	0,00
315890	SANTANA DO MANHUACU	26.667,55	0,00	0,00	173,25	0,00	26.840,80	0,00	0,00	0,00
315895	SANTANA DO PARAISO	142.099,70	0,00	99.000,00	3.716,10	0,00	145.815,80	0,00	0,00	99.000,00
315900	SANTANA DO RIACHO	5.116,90	0,00	0,00	118,15	0,00	5.235,05	0,00	0,00	0,00
315910	SANTANA DOS MONTES	8.396,61	0,00	0,00	103,10	0,00	8.499,71	0,00	0,00	0,00
315920	SANTA RITA DE CALDAS	35.012,33	3,00	0,00	145,80	0,00	35.161,13	0,00	0,00	0,00
315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	160.977,03	48,81	0,00	8.631,27	0,00	169.657,11	0,00	0,00	0,00
315935	SANTA RITA DE MINAS	18.767,97	0,00	0,00	60,58	0,00	18.828,55	0,00	0,00	0,00
315940	SANTA RITA DO IBITIPOCA	5.538,57	0,00	0,00	56,01	0,00	5.594,58	0,00	0,00	0,00
315950	SANTA RITA DO ITUETO	21.848,85	0,00	0,00	752,39	0,00	22.601,24	0,00	0,00	0,00
315960	SANTA RITA DO SAPUCAI	1.169.605,04	776.737,30	734.687,84	3.615,14	0,00	2.284.985,32	0,00	0,00	399.660,00
315970	SANTA ROSA DA SERRA	24.543,40	0,00	0,00	0,00	0,00	24.543,40	0,00	0,00	0,00
315980	SANTA VITORIA	639.867,17	234.916,03	83.000,00	1.267,27	0,00	876.050,47	0,00	0,00	83.000,00
315990	SANTO ANTONIO DO AMPARO	769.332,90	2.439.332,98	339.660,00	289.364,63	0,00	0,00	0,00	0,00	3.837.690,51
316000	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	4.317,58	81,69	0,00	2.986,31	0,00	7.385,58	0,00	0,00	0,00
316010	SANTO ANTONIO DO GRAMA	7.375,56	0,00	0,00	204,55	0,00	7.580,11	0,00	0,00	0,00
316020	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	23.624,57	0,00	0,00	84,43	0,00	23.709,00	0,00	0,00	0,00
316030	SANTO ANTONIO DO JACINTO	157.973,09	3.025,48	0,00	3.457,68	0,00	164.456,25	0,00	0,00	0,00
316040	SANTO ANTONIO DO MONTE	944.011,58	375.561,80	632.365,72	78.843,37	0,00	1.601.122,47	0,00	0,00	429.660,00
316045	SANTO ANTONIO DO RETIRO	59.504,60	75,00	90.000,00	562,73	0,00	60.142,33	0,00	0,00	90.000,00
316050	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	9.641,18	0,00	0,00	105,60	0,00	9.746,78	0,00	0,00	0,00
316060	SANTO HIPOLITO	14.824,89	0,00	0,00	356,07	0,00	15.180,96	0,00	0,00	0,00
316070	SANTOS DUMONT	1.896.821,48	1.014.213,63	927.122,78	4.696,10	0,00	3.371.193,99	0,00	0,00	471.660,00
316080	SAO BENTO ABADE	29.948,91	7,20	0,00	4,44	0,00	29.960,55	0,00	0,00	0,00
316090	SAO BRAS DO SUACUI	23.106,46	0,00	0,00	374,28	0,00	23.480,74	0,00	0,00	0,00
316095	SAO DOMINGOS DAS DORES	12.193,67	12,60	0,00	1.833,98	0,00	14.040,25	0,00	0,00	0,00
316100	SAO DOMINGOS DO PRATA	567.165,04	130.115,32	406.981,32	1.431,19	0,00	766.032,87	0,00	0,00	339.660,00
316105	SAO FELIX DE MINAS	4.068,84	817,50	399.660,00	40,57	0,00	4.926,91	0,00	0,00	399.660,00
316110	SAO FRANCISCO	2.097.498,35	391.997,12	489.660,00	5.196,88	0,00	2.644.692,35	0,00	0,00	339.660,00
316120	SAO FRANCISCO DE PAULA	16.012,71	6,60	90.000,00	63,51	0,00	16.082,82	0,00	0,00	90.000,00
316130	SAO FRANCISCO DE SALES	48.844,14	152,64	0,00	494,99	0,00	49.491,77	0,00	0,00	0,00
316140	SAO FRANCISCO DO GLORIA	27.738,89	0,00	0,00	174,61	0,00	27.913,50	0,00	0,00	0,00
316150	SAO GERALDO	47.490,84	0,00	60.000,00	658,80	0,00	48.149,64	0,00	0,00	60.000,00
316160	SAO GERALDO DA PIEDADE	5.352,22	0,00	0,00	0,00	0,00	5.352,22	0,00	0,00	0,00
316165	SAO GERALDO DO BAIXIO	3.795,08	0,00	60.000,00	0,00	0,00	3.795,08	0,00	0,00	60.000,00
316170	SAO GONCALO DO ABAETE	9.317,06	0,00	0,00	38,36	0,00	9.355,42	0,00	0,00	0,00
316180	SAO GONCALO DO PARA	113.545,62	0,00	0,00	134,30	0,00	113.679,92	0,00	0,00	0,00
316190	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	108.016,61	4,95	0,00	1.282,31	0,00	109.303,87	0,00	0,00	0,00
316200	SAO GONCALO DO SAPUCAI	922.140,77	292.023,36	309.158,16	3.019,71	0,00	1.466.342,00	0,00	0,00	60.000,00
316210	SAO GOTARDO	1.154.371,94	177.783,74	0,00	4.668,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.336.824,35
316220	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	220.679,75	4.365,29	0,00	977,94	0,00	226.022,98	0,00	0,00	0,00
316225	SAO JOAO DA LAGOA	16.977,84	0,00	0,00	324,42	0,00	17.302,26	0,00	0,00	0,00
316230	SAO JOAO DA MATA	18.512,17	0,00	0,00	109,83	0,00	18.622,00	0,00	0,00	0,00
316240	SAO JOAO DA PONTE	971.177,59	331.920,39	549.660,00	2.307,22	0,00	1.455.405,20	0,00	0,00	399.660,00
316245	SAO JOAO DAS MISSOES	114.154,80	0,00	0,00	834,24	0,00	114.989,04	0,00	0,00	0,00
316250	SAO JOAO DEL REI	4.715.006,14	8.492.239,45	6.993.962,18	493.836,81	0,00	0,00	0,00	0,00	20.695.044,58
316255	SAO JOAO DO MANHUACU	77.656,62	0,00	0,00	780,38	0,00	78.437,00	0,00	0,00	0,00
316257	SAO JOAO DO MANTENINHA	66.354,33	8,03	0,00	5.649,16	0,00	72.011,52	0,00	0,00	0,00
316260	SAO JOAO DO ORIENTE	21.314,93	81,15	0,00	299,86	0,00	21.695,94	0,00	0,00	0,00
316265	SAO JOAO DO PACUI	5.541,83	0,00	0,00	377,61	0,00	5.919,44	0,00	0,00	0,00
316270	SAO JOAO DO PARAISO	752.835,87	168.501,33	450.507,03	1.754,03	0,00	1.274.598,26	0,00	0,00	99.000,00
316280	SAO JOAO EVANGELISTA	585.100,96	702.893,24	0,00	1.069,04	0,00	1.289.063,24	0,00	0,00	0,00
316290	SAO JOAO NEPOMUCENO	939.975,69	205.519,10	99.000,00	2.398,61	0,00	1.147.893,40	0,00	0,00	99.000,00
316292	SAO JOAQUIM DE BICAS	682.435,87	1.362,72	422.810,00	6.526,09	0,00	690.324,68	0,00	0,00	422.810,00
316294	SAO JOSE DA BARRA	125.231,73	50,40	0,00	3.212,62	0,00	128.494,75	0,00	0,00	0,00
316295	SAO JOSE DA LAPA	283.589,15	456,37	0,00	8.290,05	0,00	292.335,57	0,00	0,00	0,00
316300	SAO JOSE DA SAFIRA	4.385,02	0,00	60.000,00	0,00	0,00	4.385,02	0,00	0,00	60.000,00
316310	SAO JOSE DA VARGINHA	29.358,94	0,00	0,00	423,57	0,00	29.782,51	0,00	0,00	0,00
316320	SAO JOSE DO ALEGRE	7.541,73	0,00	0,00	70,34	0,00	7.612,07	0,00	0,00	0,00
316330	SAO JOSE DO DIVINO	31.665,84	0,00	60.000,00	142,40	0,00	31.808,24	0,00	0,00	60.000,00
316340	SAO JOSE DO GOIABAL	57.291,33	25,54	0,00	534,45	0,00	57.851,32	0,00	0,00	0,00
316350	SAO JOSE DO JACURI	12.048,48	0,00	0,00	4.607,66	0,00	16.656,14	0,00	0,00	0,00
316360	SAO JOSE DO MANTIMENTO	14.190,02	0,00	0,00	138,07	0,00	14.328,09	0,00	0,00	0,00
316370	SAO LOURENCO	2.056.354,34	5.018.655,58	3.597.322,54	175.316,18	0,00	9.058.613,64	0,00	0,00	1.789.035,00
316380	SAO MIGUEL DO ANTA	33.904,44	0,00	0,00	5,40	0,00	33.909,84	0,00	0,00	0,00
316390	SAO PEDRO DA UNIAO	95.295,26	1,52	0,00	1,26	0,00	95.298,04	0,00	0,00	0,00
316400	SAO PEDRO DOS FERROS	86.053,61	37,80	60.000,00	10.706,31	0,00	96.797,72	0,00	0,00	60.000,00
316410	SAO PEDRO DO SUACUI	60.085,55	2.075,60	60.000,00	2.320,56	0,00	64.481,71	0,00	0,00	60.000,00
316420	SAO ROMAO	226.211,53	26.341,04	150.000,00	776,05	0,00	403.328,62	0,00	0,00	0,00
316430	SAO ROQUE DE MINAS	123.224,88	13.127,81	0,00	412,73	0,00	136.765,42	0,00	0,00	0,00
316440	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	4.939,15	0,00	0,00	56,07	0,00	4.995,22	0,00	0,00	0,00
316443	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	24.927,34	26,51	60.000,00	0,63	0,00	24.954,48	0,00	0,00	60.000,00
316447	SAO SEBASTIAO DO ANTA	13.162,74	0,00	0,00	52,20	0,00	13.214,94	0,00	0,00	0,00

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IM

316450	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	74.132,43	0,00	60.000,00	1.607,77	0,00	75.740,20	0,00	0,00	60.000,00
316460	SAO SEBASTIAO DO OESTE	72.429,53	12,60	0,00	96,65	0,00	72.538,78	0,00	0,00	0,00
316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.739.757,06	9.431.672,48	598.785,00	3.687.003,47	0,00	0,00	0,00	0,00	17.457.218,01
316480	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	10.743,71	0,00	0,00	606,01	0,00	11.349,72	0,00	0,00	0,00
316490	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	21.147,75	341,13	0,00	440,63	0,00	21.929,51	0,00	0,00	0,00
316500	SAO TIAGO	327.605,50	5.306,59	0,00	137,79	0,00	333.049,88	0,00	0,00	0,00
316510	SAO TOMAS DE AQUINO	128.641,49	50,40	0,00	2.298,39	0,00	130.990,28	0,00	0,00	0,00
316520	SAO TOME DAS LETRAS	25.921,48	0,00	0,00	6,66	0,00	25.928,14	0,00	0,00	0,00
316530	SAO VICENTE DE MINAS	222.608,10	351.044,29	406.981,32	95,63	0,00	573.748,02	0,00	0,00	406.981,32
316540	SAPUCAI-MIRIM	11.175,70	35.017,12	0,00	2.787,33	0,00	48.980,15	0,00	0,00	0,00
316550	SARDOA	7.650,39	0,00	60.000,00	19,18	0,00	7.669,57	0,00	0,00	60.000,00
316553	SARZEDO	281.648,27	30.462,82	60.000,00	3.488,59	0,00	315.599,68	0,00	0,00	60.000,00
316555	SETUBINHA	55.630,87	100,80	0,00	436,19	0,00	56.167,86	0,00	0,00	0,00
316556	SEM-PEIXE	19.156,53	0,00	0,00	49,40	0,00	19.205,93	0,00	0,00	0,00
316557	SENADOR AMARAL	28.566,14	0,00	0,00	414,67	0,00	28.980,81	0,00	0,00	0,00
316560	SENADOR CORTES	4.071,03	0,00	0,00	0,63	0,00	4.071,66	0,00	0,00	0,00
316570	SENADOR FIRMINO	149.731,19	300.660,10	0,00	361,28	0,00	450.752,57	0,00	0,00	0,00
316580	SENADOR JOSE BENTO	10.290,93	0,00	0,00	0,00	0,00	10.290,93	0,00	0,00	0,00
316590	SENADOR MODESTINO GONCALVES	12.712,56	0,00	0,00	301,26	0,00	13.013,82	0,00	0,00	0,00
316600	SENHORA DE OLIVEIRA	12.994,92	0,00	0,00	282,71	0,00	13.277,63	0,00	0,00	0,00
316610	SENHORA DO PORTO	4.268,49	457,80	0,00	67,84	0,00	4.794,13	0,00	0,00	0,00
316620	SENHORA DOS REMEDIOS	37.906,30	0,00	0,00	979,88	0,00	38.886,18	0,00	0,00	0,00
316630	SERICITA	60.052,11	0,00	0,00	541,75	0,00	60.593,86	0,00	0,00	0,00
316640	SERITINGA	19.882,11	0,00	0,00	152,22	0,00	20.034,33	0,00	0,00	0,00
316650	SERRA AZUL DE MINAS	38.654,00	0,00	0,00	78,40	0,00	38.732,40	0,00	0,00	0,00
316660	SERRA DA SAUDADE	5.342,11	0,00	90.000,00	245,07	0,00	5.587,18	0,00	0,00	90.000,00
316670	SERRA DOS AIMORES	42.837,56	196,70	0,00	102,98	0,00	43.137,24	0,00	0,00	0,00
316680	SERRA DO SALITRE	119.820,32	605,00	0,00	3.853,46	0,00	124.278,78	0,00	0,00	0,00
316690	SERRANIA	149.259,85	0,00	0,00	19,21	0,00	149.279,06	0,00	0,00	0,00
316695	SERRANOPOLIS DE MINAS	5.545,06	0,00	0,00	539,40	0,00	6.084,46	0,00	0,00	0,00
316700	SERRANOS	24.562,23	0,00	0,00	15,20	0,00	24.577,43	0,00	0,00	0,00
316710	SERRO	783.383,64	254.360,85	341.798,93	1.490,50	0,00	1.381.033,92	0,00	0,00	0,00
316720	SETE LAGOAS	11.163.574,87	14.531.649,33	4.404.329,47	2.079.078,80	0,00	0,00	0,00	0,00	32.178.632,47
316730	SILVEIRANIA	18.736,22	0,00	0,00	153,86	0,00	18.890,08	0,00	0,00	0,00
316740	SILVIANOPOLIS	197.956,63	140.989,82	0,00	371,90	0,00	339.318,35	0,00	0,00	0,00
316750	SIMAO PEREIRA	5.395,60	0,00	0,00	0,63	0,00	5.396,23	0,00	0,00	0,00
316760	SIMONESIA	195.667,44	31.188,52	339.660,00	1.924,34	0,00	228.780,30	0,00	0,00	339.660,00
316770	SOBRALIA	5.350,59	0,00	0,00	0,00	0,00	5.350,59	0,00	0,00	0,00
316780	SOLEDADE DE MINAS	34.636,22	190,66	0,00	45,33	0,00	34.872,21	0,00	0,00	0,00
316790	TABULEIRO	2.115,83	0,00	0,00	16,79	0,00	2.132,62	0,00	0,00	0,00
316800	TAIOBEIRAS	1.223.399,73	2.570.287,59	2.069.610,41	2.091.536,78	0,00	7.353.049,51	0,00	0,00	601.785,00
316805	TAPARUBA	16.937,27	0,00	0,00	0,63	0,00	16.937,90	0,00	0,00	0,00
316810	TAPIRA	33.739,67	0,00	0,00	15,83	0,00	33.755,50	0,00	0,00	0,00
316820	TAPIRAI	4.370,34	0,00	0,00	37,47	0,00	4.407,81	0,00	0,00	0,00
316830	TAQUARACU DE MINAS	12.517,65	0,00	0,00	519,83	0,00	13.037,48	0,00	0,00	0,00
316840	TARUMIRIM	343.739,77	352.835,52	90.000,00	83,44	0,00	696.658,73	0,00	0,00	90.000,00
316850	TEIXEIRAS	245.348,88	15.519,57	0,00	2.659,40	0,00	263.527,85	0,00	0,00	0,00
316860	TEOFILO OTONI	9.374.221,16	17.332.961,99	8.682.414,64	5.952.514,12	0,00	226.780,00	0,00	0,00	41.115.331,91
316870	TIMOTEO	3.470.039,85	2.433.878,43	1.560.696,70	9.646,11	0,00	7.252.261,09	0,00	0,00	222.000,00
316880	TIRADENTES	50.546,55	10,00	0,00	1.190,56	0,00	51.747,11	0,00	0,00	0,00
316890	TIROS	130.007,51	113,40	0,00	456,36	0,00	130.577,27	0,00	0,00	0,00
316900	TOCANTINS	120.047,52	235.327,24	0,00	1.516,39	0,00	356.891,15	0,00	0,00	0,00
316905	TOCOS DO MOJI	9.713,43	0,00	0,00	304,44	0,00	10.017,87	0,00	0,00	0,00
316910	TOLEDO	39.656,26	47,25	0,00	387,90	0,00	40.091,41	0,00	0,00	0,00
316920	TOMBOS	383.609,92	122.898,10	339.660,00	251,18	0,00	0,00	0,00	0,00	846.419,20
316930	TRES CORACOES	3.765.457,22	4.976.890,48	2.445.988,92	226.830,75	0,00	10.400.180,37	0,00	0,00	1.014.987,00
316935	TRES MARIAS	942.534,80	23.374,52	339.660,00	2.839,63	0,00	968.748,95	0,00	0,00	339.660,00
316940	TRES PONTAS	2.679.032,31	3.163.351,31	1.555.904,92	320.333,94	0,00	0,00	0,00	0,00	7.718.622,48
316950	TUMIRITINGA	16.122,40	0,00	0,00	139,42	0,00	16.261,82	0,00	0,00	0,00
316960	TUPACIGUARA	695.375,48	233.346,40	99.000,00	1.373,74	0,00	930.095,62	0,00	0,00	99.000,00
316970	TURMALINA	707.954,71	657.357,96	553.590,48	48.756,70	0,00	1.877.659,85	0,00	0,00	90.000,00
316980	TURVOLANDIA	28.874,40	0,00	0,00	343,72	0,00	29.218,12	0,00	0,00	0,00
316990	UBA	6.176.576,26	15.015.045,60	4.872.489,65	644.262,30	0,00	26.035.338,81	0,00	0,00	673.035,00
317000	UBAI	31.175,13	4.723,56	0,00	7.065,53	0,00	42.964,22	0,00	0,00	0,00
317005	UBAPORANGA	31.512,25	0,00	0,00	2.812,73	0,00	34.324,98	0,00	0,00	0,00
317010	UBERABA	19.491.529,51	41.358.524,39	30.631.273,90	4.712.605,81	0,00	513.318,62	33.321.191,47	0,00	62.359.423,52
317020	UBERLANDIA	42.321.018,10	56.496.806,38	28.832.172,24	58.414.410,63	0,00	0,00	59.976.764,05	0,00	126.087.643,30
317030	UMBURATIBA	1.991,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.991,56	0,00	0,00	0,00
317040	UNAI	3.247.033,72	1.343.424,85	339.660,00	128.371,48	0,00	4.718.830,05	0,00	0,00	339.660,00
317043	UNIAO DE MINAS	176.340,27	136.369,25	0,00	1.611,97	0,00	314.321,49	0,00	0,00	0,00
317047	URUANA DE MINAS	52.971,16	40,38	0,00	2.790,73	0,00	55.802,27	0,00	0,00	0,00
317050	URUCANIA	81.029,99	19,08	60.000,00	1.039,29	0,00	82.088,36	0,00	0,00	60.000,00
317052	URUCUIA	466.585,23	163.373,65	364,00	988,27	0,00	630.947,15	0,00	0,00	364,00
317057	VARGEM ALEGRE	16.938,43	13,68	0,00	3.161,22	0,00	20.113,33	0,00	0,00	0,00
317060	VARGEM BONITA	14.175,56	52,30	0,00	363,72	0,00	14.591,58	0,00	0,00	0,00
317065	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	34.799,10	34,03	0,00	1.318,04	0,00	36.151,17	0,00	0,00	0,00
317070	VARGINHA	6.171.142,76	35.015.781,34	9.063.878,90	1.141.032,20	0,00	44.168.494,36	0,00	0,00	7.223.340,84
317075	VARJAO DE MINAS	64.577,42	0,00	144.000,00	1,89	0,00	64.579,31	0,00	0,00	144.000,00
317080	VARZEA DA PALMA	1.371.290,19	119.467,78	1.066.020,00	83.068,84	0,00	1.723.826,81	0,00	0,00	916.020,00
317090	VARZELANDIA	420.502,71	19.705,19	150.000,00	3.803,86	0,00	594.011,76	0,00	0,00	0,00
317100	VAZANTE	613.471,30	43.762,37	339.660,00	1.609,32	0,00	0,00	0,00	0,00	998.502,99
317103	VERDELANDIA	81.961,91	48,26	0,00	1.187,46	0,00	83.197,63	0,00	0,00	0,00
317107	VEREDINHA	58.272,30	0,00	0,00	494,50	0,00	58.766,80	0,00	0,00	0,00
317110	VERISSIMO	29.114,83	0,00	0,00	108,79	0,00	29.223,62	0,00	0,00	0,00
317115	VERMELHO NOVO	11.643,17	0,00	0,00	4,44	0,00	11.647,61	0,00	0,00	0,00
317120	VESPASIANO	3.798.392,55	295.494,38	7.400.630,00	1.881.232,65	0,00	0,00	0,00	0,00	13.375.749,58
317130	VICOSA	4.584.355,10	6.977.943,55	2.793.182,47	273.048,20	0,00	0,00	0,00	0,00	14.628.529,32
317140	VIEIRAS	31.289,61	2,40	0,00	304,44	0,00	31.596,45	0,00	0,00	0,00
317150	MATHIAS LOBATO	6.456,63	1.308,00	60.000,00	0,00	0,00	7.764,63	0,00	0,00	60.000,00
317160	VIRGEM DA LAPA	513.506,42	59.206,42	90.000,00	613,49	0,00	573.326,33	0,00	0,00	90.000,00
317170	VIRGINIA	326.067,13	4.357,09	0,00	209,47	0,00	330.633,69	0,00	0,00	0,00
317180	VIRGINOPOLIS	244.291,20	174.536,11	0,00	63,70	0,00	418.891,01	0,00	0,00	0,00
317190	VIRGOLANDIA	22.777,23	126,00	0,00	1,26	0,00	22.904,49	0,00	0,00	0,00
317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	1.865.423,73	2.665.987,73	868.871,70	5.110,45	0,00	5.315.393,61	0,00	0,00	90.000,00
317210	VOLTA GRANDE	126.690,08	58,14	0,00	4.557,93	0,00	131.306,15	0,00	0,00	0,00
317220	WENCESLAU BRAZ	2.087,89	0,00	0,00	15,20	0,00	2.103,09	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										2.453.442.704,39

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	310620 - BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFMG	27049	066	04-02-2010	61.993.964,04
Municipal	313670 - JUIZ DE FORA	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF	2218798	394	15-07-2009	8.292.047,76
Municipal	317010 - UBERABA	HOSP. ESC. FAC. MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO	2206595	100	15-07-2011	33.321.191,47
Municipal	317020 - UBERLANDIA	HOSPITAL DAS CLINICAS DE UBERLANDIA	2146355	059	31-03-2011	59.976.764,05
TOTAL						163.583.967,32

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS).						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
310560 - BARBACENA	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena	2098946	00603857	20-10-2012	FES	2.830.799,64
310560 - BARBACENA	Hospital Regional de Barbacena	3698548	00503856	20-10-2012	FES	2.688.026,64
314800 - PATOS DE MINAS	Hospital Regional Antônio Dias	2726726	11111	19-08-2013	FES	8.806.968,48
TOTAL						14.325.794,76

PORTARIA Nº 1.435, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de São Paulo.

O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1. 097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº 59, de 26/11/2013, e Deliberações CIB nº 48, de 18/10/2013 e nº 57/2013, de 19/11/2013, resolvem:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 7.298.550.998,89, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	3.505.879.144,37	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	3.792.671.854,52	Anexo II

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 26.268.000,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 201.666.582,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento do recurso, por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de dezembro de 2013.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO -DEZEMBRO/2013

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	90.446.476,51
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	3.415.432.667,86
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	3.505.879.144,37

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	891.633,79	1.876.289,40	0,00	2.763.481,28	0,00	0,00	5.426.109,09
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	2.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	75.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	-1.032.279,17	0,00	0,00	0,00	0,00	767.369,66
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	-12.217,62	0,00	0,00	0,00	0,00	151.927,86
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	0,00	405.245,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.336.541,53
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	1.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	263.025,00	870.299,28	0,00	0,00	0,00	0,00	3.218.145,75
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	263.025,00	50.679,71	0,00	0,00	0,00	0,00	323.817,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	0,00	4.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	36.612,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	256.500,00	278.815,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.674.882,73
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	98.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	285.588,90
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	157.500,00	69.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	526.359,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	14.187,34	0,00	0,00	0,00	0,00	32.016,54
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	398.133,94	0,00	310.031,22	0,00	0,00	860.509,63
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	59.697,05	5.369.193,39	0,00	0,00	0,00	0,00	18.229.699,04
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	276.300,00	1.654.187,34	0,00	2.207.756,44	0,00	0,00	1.143.092,05
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	8.719,36	0,00	0,00	0,00	0,00	82.143,71

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	1.072.905,21	3.658.076,64	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000.716,57
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	765.469,75	2.416.803,00	0,00	4.708.072,05	0,00	0,00	1.513.512,55
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	263.025,00	543.499,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.371.376,10
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	263.025,00	4.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	289.753,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	1.413.941,63	286.917,23	0,00	4.188.732,61	0,00	0,00	886.871,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	157.500,00	26.191,33	0,00	0,00	0,00	0,00	358.158,54
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	1.254.420,64	497.526,40	0,00	12.552,96	0,00	0,00	3.610.923,49
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	157.500,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	363.527,71
350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	8.512.948,66	8.613.114,06	0,00	31.175.971,26	0,00	0,00	14.724.214,40
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	0,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	409.242,52
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	103.635,96	0,00	0,00	0,00	0,00	185.988,37
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	100.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	403.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	157.500,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	191.165,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	7.932.705,88	15.403.127,61	0,00	3.008.067,37	0,00	0,00	41.596.297,40
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	2.659.557,11	3.010.672,08	0,00	10.042.184,41	0,00	0,00	17.590.851,10
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	263.025,00	9.595,50	0,00	0,00	0,00	0,00	572.390,85
350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	263.025,00	63.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	428.128,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	99.000,00	110.276,92	0,00	0,00	0,00	0,00	408.495,68
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	403.490,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.174.914,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	270.528,00	602.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.207.593,04
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	1.043,65	0,00	0,00	0,00	0,00	15.997,81
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	1.316.778,63	3.689.573,47	0,00	7.417.387,38	0,00	0,00	10.074.153,06
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	1.088.654,99	2.941.192,38	0,00	118,23	0,00	0,00	7.828.497,39
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	0,00	68.332,62	0,00	849.912,84	0,00	0,00	112.645,69
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29
350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	-64.766,73	0,00	0,00	0,00	0,00	223.916,34
350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	3.527.572,95	2.702.062,42	0,00	0,00	0,00	0,00	15.163.539,92
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	98.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	232.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	20.066,19	0,00	0,00	0,00	0,00	66.416,17
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	115.055,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.356,12
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	562.333,18	381.798,19	0,00	0,00	0,00	0,00	2.664.721,30
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	647.195,42	476.167,67	0,00	0,00	0,00	0,00	2.661.938,82
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	1.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,16	54.217.001,84	12.204.415,71	62.360.533,85	0,00	119.523.556,12	0,00	0,00	26.576.526,44
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	157.500,00	47.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.349.223,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	10.060.975,96	0,00	0,00	0,00	0,00	25.677.333,36
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	99.000,00	169.606,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.523.907,26
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	1.727.537,85	5.532.472,78	0,00	0,00	0,00	0,00	11.597.618,10
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	17.316.265,78	52.412.495,23	0,00	96.936.376,21	0,00	0,00	27.614.112,87
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	0,00	1.719.675,58	0,00	91.682,58	0,00	0,00	7.058.339,23
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	61.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	67.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	45.102,27	0,00	0,00	0,00	0,00	732.632,97
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	439.500,00	310.284,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.154.445,53
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	140.205,96	0,00	0,00	0,00	0,00	516.949,78
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	781.661,63	554.312,06	0,00	6.022.258,43	0,00	0,00	1.349.021,77
350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	258.000,00	106.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.673.882,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	619.500,00	209.021,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.525.669,20
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	15.000,00	23.064,41	0,00	7.500,00	0,00	0,00	412.956,59
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	548.300,10	508.296,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075.314,06
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	157.500,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	702.941,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	46.434,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.405,77
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	77.875,12	0,00	0,00	0,00	0,00	86.174,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	60.970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	80.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,98	4.036,58	0,00	126.555,18	0,00	0,00	0,00	0,00	784.263,74
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	39.350,88	0,00	0,00	0,00	0,00	42.454,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	6.349.100,77	14.994.397,42	0,00	74.574.045,24	0,00	0,00	5.950.912,13
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	4.886.854,95	4.484.543,37	0,00	25.204.391,46	0,00	0,00	8.076.231,71
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	11.203,33	0,00	0,00	0,00	0,00	15.642,59
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	157.500,00	126.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	742.744,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	57.342,38	0,00	0,00	0,00	0,00	801.616,93
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-164.837,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773.965,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	99.000,00	457.661,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.513.996,50
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	122.511,18	0,00	0,00	0,00	0,00	144.750,98
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	6.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	38.401,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.552,91
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	132.000,00	1.381.350,44	0,00	0,00	0,00	0,00	6.664.009,62
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	99.000,00	452.625,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209.193,26
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	0,00	124.666,07	0,00	1.637.594,08	0,00	0,00	302.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	0,00	51.257,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.104.471,08
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	1.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	173.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.819,86
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	279.425,54	0,00	0,00	0,00	0,00	6.013.447,61
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	115.958,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.068.774,55
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	75.573,26	0,00	0,00	0,00	0,00	673.746,54
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	362.025,00	203.438,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.610.691,02
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,09	37.811.462,80	159.393.359,58	0,00	168.897.113,16	0,00	0,00	226.052.629,48
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	673.478,72	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436.985,66
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	3.250.303,39	135.603,82	0,00	7.727.400,41	0,00	0,00	3.746.684,27
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	14.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	308.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	60.333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	62.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	557.658,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.454.638,83
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	60.695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	134.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	99.478,02	0,00	0,00	0,00	0,00	100.682,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	625.859,91	601.099,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.993.879,51
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	157.500,00	99.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	514.144,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	1.089.183,84	1.221.870,73	0,00	0,00	0,00	0,00	5.817.159,82
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,24	845.149,49	1.033.500,00	4.004.407,00	0,00	856.010,71	0,00	0,00	9.957.467,02
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	861.000,00	9.013.050,75	0,00	19.440.173,46	0,00	0,00	7.165.493,78
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	157.500,00	105.505,83	0,00	1.174.310,41	0,00	0,00	382.854,30
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	258.000,00	2.171.723,55	0,00	8.874.204,97	0,00	0,00	763.958,61
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	0,00	-250.574,61	0,00	0,00	0,00	0,00	642.818,11
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	8.194.102,73	7.272.623,29	0,00	41.423.541,96	0,00	0,00	7.369.486,00
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	62.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	130.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	258.000,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	410.204,64

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	157.500,00	123.774,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.703,38
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	132.000,00	232.351,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.985.044,92
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	22.565,20	0,00	0,00	0,00	0,00	757.164,40
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	29.486,80	0,00	0,00	0,00	0,00	743.216,53
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	179.957,24	0,00	371.198,52	0,00	0,00	20.269,49
351200	COLINA	901.949,53	768,10	0,00	63.601,33	0,00	0,00	0,00	0,00	966.318,96
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	157.500,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	360.222,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	0,00	73.339,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.639.143,13
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	74.709,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.171.496,53
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	256.500,00	404.869,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.360.112,82
351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	36.886,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38.407,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	263.025,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	312.675,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	429.348,03	1.717.088,32	0,00	0,00	0,00	0,00	4.712.486,56
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	11.020,24	0,00	0,00	0,00	0,00	115.551,24
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	355.500,00	3.765.047,68	0,00	12.251.443,05	0,00	0,00	3.688.876,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	157.500,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	783.037,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	14.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	54.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46
351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	2.059.188,68	993.602,89	0,00	0,00	0,00	0,00	8.817.648,59
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	1.253.700,00	9.407.030,88	0,00	0,00	0,00	0,00	21.004.921,47
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	263.025,00	660.024,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889.093,26
351370	DESCALVADO	875.235,49	969,71	118.800,00	268.340,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.263.345,25
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	3.376.200,00	19.546.948,26	0,00	17.627.981,18	0,00	0,00	46.554.451,46
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	501,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502,14
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	4.286.380,92	2.815.311,43	0,00	14.255.079,90	0,00	0,00	73.222,04
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	1.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	17.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	0,00	324.502,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.521.371,89
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	2.023,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.101,97
351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	17.908,29	0,00	191.566,12	0,00	0,00	135.352,24
351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	1.265.879,02	1.769.545,93	0,00	0,00	0,00	0,00	7.344.126,17
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	263.025,00	264.538,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.745.163,62
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	157.500,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	461.772,97
351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	50.070,13	0,00	0,00	0,00	0,00	196.052,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	11.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	403.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	11.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	488.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	93.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	114.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	61.970,91	0,00	0,00	0,00	0,00	70.579,21
351500	EMBU DAS ARTES	7.259.749,68	46.389,16	2.554.863,00	1.691.680,64	0,00	0,00	0,00	0,00	11.552.682,48
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	615.000,00	421.362,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.527.010,02
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	820.669,95	1.835.184,50	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	3.869.040,37
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	212.581,54	0,00	0,00	0,00	0,00	213.511,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.232,38	0,00	61.396,09	0,00	0,00	583.550,62
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	0,00	0,00	0,00	284.427,53
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	157.500,00	44.681,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222.161,91
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	4.180.440,74	1.969.228,18	0,00	10.531.740,32	0,00	0,00	3.120.427,78
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	99.000,00	42.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	193.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	70.935,29	0,00	0,00	0,00	0,00	72.229,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,05	4.108.566,75	1.254.600,00	5.388.626,83	0,00	17.846.692,87	0,00	0,00	2.781.522,76
351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	31.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	34.712,30
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	94.978,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	90.830,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	8.768.679,70	9.382.522,11	0,00	45.080.932,83	0,00	0,00	13.551.463,52
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	1.244.029,48	2.646.229,63	0,00	6.817.560,16	0,00	0,00	9.978.572,07
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	0,00	4.789.176,73	0,00	14.864.794,41	0,00	0,00	4.026.331,42
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,90	54.414,21	0,00	63.915,12	0,00	0,00	0,00	0,00	473.938,23
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	771.129,45	2.938.781,23	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	6.971.388,18
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	7.778,39	0,00	0,00	0,00	0,00	40.816,59
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	60.768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	97.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	99.000,00	57.647,36	0,00	455.548,73	0,00	0,00	216.060,77
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	67.347,57	0,00	0,00	0,00	0,00	474.832,66
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	65.979,53	0,00	0,00	0,00	0,00	71.435,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	207.784,88	0,00	0,00	0,00	0,00	318.094,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	439.500,00	567.066,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.672.820,29
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	558.189,91	0,00	0,00	0,00	0,00	839.259,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	165.000,00	33.126,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.453,24
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	118.800,00	543.608,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.712.555,30
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	71.906,15	0,00	0,00	0,00	0,00	419.503,89
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	157.500,00	62.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	440.897,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-66.105,78	0,00	0,00	0,00	0,00	147.431,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	392.193,82	108.281,50	0,00	1.787.203,01	0,00	0,00	207.805,45
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	270.528,00	69.860,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.404.968,21
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,69	3.357.825,75	5.253.727,41	7.243.831,70	0,00	0,00	0,00	0,00	25.778.509,55
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	263.025,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	496.607,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	853.113,98	237.438,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.414.718,33
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	5.398.722,93	13.296.160,26	0,00	0,00	0,00	0,00	40.180.621,11
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,27	21.868.738,16	33.113.141,63	0,00	53.793.264,20	0,00	0,00	102.100.641,24
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	157.500,00	101.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	312.517,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	122.555,58	101.804,83	0,00	555.607,20	0,00	0,00	96.582,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	2.012.700,00	2.376.796,77	0,00	0,00	0,00	0,00	12.878.810,52
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	157.500,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	481.507,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	57.100,05	87.123,79	0,00	0,00	0,00	0,00	483.540,10
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	98.823,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413.747,43
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	263.025,00	108.325,98	0,00	0,00	0,00	0,00	709.998,90
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	91.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	174.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	635.296,70	606.111,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.470.113,09
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	157.500,00	264.976,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780.533,70
351980	ICEM	147.949,89	0,00	157.500,00	7.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	312.749,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	95.484,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.282,31
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	99.000,00	112.652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.048.192,20
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	99.000,00	212.578,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.704.336,87
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	100.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	914.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	157.500,00	417.467,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.979.874,43
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	63.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	271.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	0,00	217.569,31	0,00	2.094.719,21	0,00	0,00	338.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	2.659.975,03	7.227.132,32	0,00	152.402,28	0,00	0,00	22.799.286,09
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59

EXEMPLAR DESSIMANTE DA IMPRENSA NACIONAL

352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	81.551,54	0,00	407.096,70	0,00	0,00	88.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	94.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	138.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	0,00	124.145,76	0,00	0,00	0,00	0,00	852.924,85
352100	IPERO	69.588,83	0,00	157.500,00	585.226,02	0,00	0,00	0,00	0,00	812.314,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	263.025,00	4.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	330.109,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	61.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	78.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	3.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	39.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	0,00	100.998,72	0,00	561.352,98	0,00	0,00	167.487,67
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	15.000,00	23.797,84	0,00	7.500,00	0,00	0,00	218.187,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	104.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.421,37
352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	48.164,22	0,00	0,00	0,00	0,00	864.907,73
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	0,00	69.512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.094.965,54
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	112.961,43	0,00	0,00	0,00	0,00	690.065,88
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	2.970.888,00	1.591.091,87	0,00	2.143.469,19	0,00	0,00	7.437.204,78
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,40	8.656.008,20	1.188.300,00	9.844.532,59	0,00	22.847.772,32	0,00	0,00	8.534.632,87
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	2.127.990,00	3.961.098,83	0,00	2.010.054,04	0,00	0,00	14.270.605,10
352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	4.758.021,46	2.980.067,54	0,00	0,00	0,00	0,00	18.250.023,06
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	2.146.200,00	3.702.401,21	0,00	15.087.907,48	0,00	0,00	7.933.939,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	897.814,40	4.207.813,20	0,00	9.888.931,78	0,00	0,00	8.666.460,39
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	157.500,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	161.298,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	764.728,30	789.831,06	0,00	0,00	0,00	0,00	4.054.196,76
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	157.500,00	77.330,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.223.397,95
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	157.500,00	23.166,78	0,00	0,00	0,00	0,00	784.168,90
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	60.545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	87.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.411.200,00	4.600.522,63	0,00	16.209.878,23	0,00	0,00	3.961.118,59
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	927.286,12	807.189,04	0,00	0,00	0,00	0,00	4.546.620,38
352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	270.528,00	70.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	564.758,90
352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	1.433.406,88	3.316.964,30	0,00	0,00	0,00	0,00	10.508.322,34
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	69.363,53	0,00	0,00	0,00	0,00	567.618,32
352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	263.025,00	30.257,23	0,00	0,00	0,00	0,00	863.055,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,66	1.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,16
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	3.368.232,65	3.154.526,32	0,00	18.144.630,74	0,00	0,00	3.232.678,33
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	842.535,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.526.403,67
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	1.166.141,66	963.031,47	0,00	0,00	0,00	0,00	5.783.928,51
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	157.500,00	3.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405.455,22
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	658.307,48	436.992,24	0,00	0,00	0,00	0,00	4.950.775,79
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	1.936.097,93	11.532.867,09	0,00	110.781,01	0,00	0,00	29.713.591,39
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	0,00	145.017,13	0,00	4.226.910,46	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	73.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	584.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	99.000,00	2.400.647,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.932.330,23
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	2.930.781,45	3.958.932,73	0,00	9.895.666,57	0,00	0,00	2.827.174,19
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	157.500,00	944.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	7.704.397,56
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	157.500,00	126.081,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060.011,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	11.437,98	0,00	0,00	0,00	0,00	342.527,63
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	9.058.044,69	22.848.257,96	0,00	85.075.402,35	0,00	0,00	3.891.872,22
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	2.626,01	0,00	0,00	0,00	0,00	15.056,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	157.500,00	-22.947,02	0,00	0,00	0,00	0,00	506.369,66
352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	674.802,20	310.704,08	0,00	1.999.673,72	0,00	0,00	735.639,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	1.412.100,00	13.797.213,60	0,00	614.446,63	0,00	0,00	60.788.782,35
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	118.800,00	601.324,31	0,00	1.077.722,36	0,00	0,00	798.143,49
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	182.862,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110.354,35
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	516.000,00	394.336,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.235,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	0,00	106.526,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.494.537,13
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	1.578.904,16	1.206.949,44	0,00	0,00	0,00	0,00	8.328.842,23
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	898.984,39	771.229,14	0,00	0,00	0,00	0,00	4.842.441,67
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	8.795.876,80	11.058.517,58	0,00	892.523,67	0,00	0,00	51.873.276,45
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	158.400,00	393.186,32	0,00	1.929.648,07	0,00	0,00	474.430,32
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	1.361.298,37	3.484.728,32	0,00	5.481.277,49	0,00	0,00	9.916.562,65
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	2.041.699,51	2.812.483,14	0,00	0,00	0,00	0,00	11.012.529,27
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	75.380,12	0,00	0,00	0,00	0,00	89.258,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	76.556,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716.946,42
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	0,00	103.484,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.098.008,55
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	90.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	157.500,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	426.215,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	-27.056,91	0,00	0,00	0,00	0,00	196.233,83
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	72.168,04	0,00	0,00	0,00	0,00	95.147,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	99.000,00	400.678,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.492.282,15
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	116.315,80	0,00	0,00	0,00	0,00	345.841,01
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	42.738,49	0,00	0,00	0,00	0,00	53.133,13
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	132.000,00	82.548,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.228.187,46
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	1.175.969,15	631.259,95	0,00	0,00	0,00	0,00	5.201.271,71
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	582.854,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339.638,05
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	76.536,84	0,00	0,00	0,00	0,00	93.616,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	205.641,82	0,00	0,00	0,00	0,00	230.691,32
352900	MARILIA	27.754.093,09	18.954.807,54	6.596.192,45	17.118.560,31	0,00	38.699.059,31	0,00	0,00	31.724.594,08
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	1.398,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.935,10
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	0,00	1.269.405,61	0,00	1.486.295,07	0,00	0,00	1.488.746,50
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	2.745.138,69	2.202.994,06	0,00	7.816.961,63	0,00	0,00	1.840.224,25
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	2.989.085,32	47.965.227,43	0,00	127.323,68	0,00	0,00	70.302.628,73
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	263.025,00	75.279,55	0,00	0,00	0,00	0,00	350.923,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	95.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	117.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	5.172,66	0,00	0,00	0,00	0,00	28.687,81
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	151.927,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.253,10
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	63.748,02	0,00	0,00	0,00	0,00	146.995,72
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	80.597,90	0,00	0,00	0,00	0,00	759.172,95
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	193.332,00	0,00	2.055.559,21	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	908.314,97	510.430,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.809.507,25
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,25	388.241,05	1.597.806,48	3.514.731,10	0,00	0,00	0,00	0,00	9.777.329,88
353060	MOGI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	11.083.805,51	15.765.069,47	0,00	29.939.263,33	0,00	0,00	44.402.305,07
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	4.591.445,25	5.810.683,66	0,00	380,40	0,00	0,00	22.010.320,25

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	2.624.068,48	4.343.154,15	0,00	1.496.885,22	0,00	0,00	12.908.069,66
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	5.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	50.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	7.270,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.996,56
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	1.225.305,00	28.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.776.949,81
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	846.744,61	673.628,31	0,00	0,00	0,00	0,00	4.731.903,72
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	263.025,00	105.007,95	0,00	1.498.478,52	0,00	0,00	324.976,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	0,00	76.675,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.816,43
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53
353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	99.000,00	557.651,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.869.609,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	0,00	295.278,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.665.553,86
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.269,35	0,00	0,00	0,00	0,00	771.203,97
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	49.384,73	0,00	0,00	0,00	0,00	91.583,19
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	-95.974,96	0,00	0,00	0,00	0,00	82.404,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	3.928,92	0,00	0,00	0,00	0,00	21.822,13
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	157.500,00	28.271,93	0,00	0,00	0,00	0,00	799.949,29
353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	0,00	114.614,70	0,00	0,00	0,00	0,00	492.751,56
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	157.500,00	173.194,49	0,00	1.445.661,55	0,00	0,00	290.627,76
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	13.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	32.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	61.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	80.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	1.136,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.047,25
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	66.232,82	0,00	0,00	0,00	0,00	345.474,96
353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	157.500,00	300.044,35	0,00	2.937.753,39	0,00	0,00	379.997,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38
353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	61.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	105.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26
353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	250.145,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170.191,37
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	682.835,32	349.453,94	0,00	2.462.201,79	0,00	0,00	941.258,52
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	63.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	63.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	1.295.282,64	2.476.303,60	0,00	0,00	0,00	0,00	7.074.296,37
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	5.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	43.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	51.734,02	0,00	0,00	0,00	0,00	97.179,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	92.060,46	0,00	0,00	0,00	0,00	164.320,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	622.957,62	540.447,49	0,00	0,00	0,00	0,00	3.289.567,70
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	1.799.700,00	8.662.193,70	0,00	9.798.454,41	0,00	0,00	39.540.592,42
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	101.100,03	0,00	0,00	0,00	0,00	114.908,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	584.183,04	364.278,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.662.179,64
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	4.645.576,76	7.912.339,10	0,00	0,00	0,00	0,00	25.268.217,46
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	72.374,65	0,00	0,00	0,00	0,00	353.113,52
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60
353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	120.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	688.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	157.500,00	12.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	217.513,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	62.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	87.903,67
353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	157.500,00	42.425,98	0,00	0,00	0,00	0,00	919.226,20
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	433.920,65	210.649,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.162.607,04
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.651,81	0,00	0,00	0,00	0,00	604.724,11
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	906.277,68	1.294.826,91	0,00	0,00	0,00	0,00	5.520.890,15
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	144.306,92	0,00	0,00	0,00	0,00	346.245,05
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	93.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	153.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	157.500,00	21.236,23	0,00	0,00	0,00	0,00	718.687,40
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	465,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.732,99
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	102.863,99	0,00	0,00	0,00	0,00	572.157,76
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	263.025,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	366.966,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	4.074.833,06	0,00	12.413.295,42	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	8.982,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.761,02
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	0,00	59.271,61	0,00	739.145,03	0,00	0,00	131.422,09
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	1.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	1.755.737,91	0,00	0,00	0,00	0,00	7.076.610,88
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	36.437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	39.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	263.025,00	12.779,10	0,00	274.809,64	0,00	0,00	291.146,15
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	905.940,99	1.090.192,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.004.496,80
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	157.500,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	165.976,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	91.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	97.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	0,00	119.768,51	0,00	920.702,35	0,00	0,00	151.597,53
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	142.903,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.567.574,85
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	66.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	143.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	270.528,00	68.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	546.106,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	1.252.599,25	1.650.411,89	0,00	0,00	0,00	0,00	9.708.308,83
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	99.000,00	200.524,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.681.947,49
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	92.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	132.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	1.485.357,00	2.221.391,74	0,00	0,00	0,00	0,00	7.812.973,18
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	639.451,78	1.114.172,95	0,00	6.653.109,29	0,00	0,00	2.674.227,59
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	454.562,35	121.737,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.755.124,38
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	132.000,00	2.965.594,77	0,00	0,00	0,00	0,00	12.904.212,38
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	222.514,47	0,00	0,00	0,00	0,00	425.127,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	0,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	158.737,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	263.025,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	623.890,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	157.500,00	56.740,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.416.080,00
353870	PIRACICABA	33.151.995,01	9.198.312,26	9.741.866,48	15.781.556,59	0,00	0,00	0,00	0,00	67.873.730,34
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	726.367,78	238.618,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.042.805,43
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	263.025,00	95.109,48	0,00	1.581.451,59	0,00	0,00	859.860,14
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	99.000,00	198.261,88	0,00	276.364,78	0,00	0,00	385.748,33
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	157.500,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.978,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	0,00	688.777,26	0,00	996.114,27	0,00	0,00	989.358,52
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	981.971,40	2.895.538,90	0,00	0,00	0,00	0,00	6.853.760,38
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	15.679,49	0,00	0,00	0,00	0,00	283.150,84
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	157.500,00	323.247,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.504,26
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	263.025,00	90.300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	373.429,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	61.683,60	0,00	0,00	0,00	0,00	82.496,80
353980	POA	3.394.062,93	0,00	158.400,00	429.139,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.981.602,83
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	1.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	48.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	99.000,00	954.877,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237.099,56
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	157.500,00	103.578,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.979.024,34
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	92.389,78	0,00	0,00	0,00	0,00	106.744,71
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	9.515,81	0,00	0,00	0,00	0,00	74.534,50
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	114.660,99	0,00	335.107,25	0,00	0,00	111.320,40
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	91.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	103.071,47

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	782.114,78	310.263,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.224.345,99
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	652.697,72	562.015,86	0,00	0,00	0,00	0,00	3.290.119,85
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	157.500,00	434.856,24	0,00	0,00	0,00	0,00	709.835,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	124.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	634.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	157.500,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	643.388,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	1.792.764,00	8.400.844,36	0,00	64,91	0,00	0,00	33.247.785,62
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	0,00	29.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.769,08
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	729.634,19	155.736,48	0,00	3.589.483,97	0,00	0,00	109.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	4.615.107,06	16.314.516,18	0,00	63.339.343,25	0,00	0,00	2.783.884,03
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	755.425,12	1.257.591,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.823.054,84
354160	PROMISSAO	1.738.891,54	705.240,94	0,00	1.561.822,72	0,00	3.414.096,74	0,00	0,00	591.858,46
354165	QUADRA	1.786,64	0,00	263.025,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	265.825,94
354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	5.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	157.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	362.025,00	33.680,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.369.745,27
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	118.800,00	97.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	240.968,50
354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,91	1.202.828,34	1.086.049,17	1.219.782,77	0,00	4.310.608,90	0,00	0,00	1.342.957,29
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	124.356,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.755,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	91.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	106.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	1.228.716,36	3.557.271,48	0,00	8.853.627,03	0,00	0,00	1.475.755,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	63.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	92.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	135.406,58	0,00	0,00	0,00	0,00	589.819,81
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-80.639,29	0,00	0,00	0,00	0,00	851.426,87
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	134.687,13	0,00	0,00	0,00	0,00	180.328,21
354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	92.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	119.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	158.400,00	10.586.146,25	0,00	0,00	0,00	0,00	15.955.258,00
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	16.871.300,82	49.157.691,07	0,00	120.048.030,85	0,00	0,00	62.916.352,69
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	0,00	91.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	153.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	126.994,60	0,00	0,00	0,00	0,00	676.818,13
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	4.290.800,99	10.727.140,03	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	25.183.734,93
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	0,00	420.414,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.435.533,93
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	269.165,93	0,00	0,00	0,00	0,00	686.175,67
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	99.000,00	25.802,40	0,00	0,00	0,00	0,00	488.930,88
354425	ROSANA	1.427.905,04	553.745,90	0,00	184.646,85	0,00	1.537.686,89	0,00	0,00	628.610,90
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	72.015,60	0,00	0,00	0,00	0,00	72.429,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	61.054,66	0,00	0,00	0,00	0,00	104.478,66
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	74.493,59	0,00	0,00	0,00	0,00	74.899,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	54.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	108.486,98
354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	81.854,77	0,00	0,00	0,00	0,00	448.012,61
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	258.000,00	41.132,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.560.071,41
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	2.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	1.144.167,02	0,00	0,00	0,00	0,00	7.009.324,28
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	555.517,45	2.092.328,97	0,00	12.131.396,86	0,00	0,00	3.018.480,73
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	306.933,06	0,00	1.141.490,96	0,00	0,00	145.913,20
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	134.917,66	0,00	0,00	0,00	0,00	548.865,35
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	157.500,00	23.696,72	0,00	20.740,92	0,00	0,00	215.099,10
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	1.924.729,31	5.715.619,41	0,00	118.751,45	0,00	0,00	14.746.521,16
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	-286.839,28	0,00	0,00	0,00	0,00	177.841,70
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	1.992,38	0,00	0,00	0,00	0,00	11.203,82
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	157.500,00	3.790,33	0,00	0,00	0,00	0,00	180.404,51
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	1.062.780,00	195.148,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.530.750,48
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	1.625.361,05	3.484.623,68	0,00	0,00	0,00	0,00	8.299.047,41
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	60.979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	142.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	816.837,85	866.089,62	0,00	739.011,62	0,00	0,00	4.007.382,32
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	362.025,00	358.803,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.237,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	1.442.659,47	2.302.188,88	0,00	0,00	0,00	0,00	8.415.232,74
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	45.617,44	0,00	0,00	0,00	0,00	140.218,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	2.098,53	0,00	0,00	0,00	0,00	17.098,29
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	99.000,00	2.208.004,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.530.083,22
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	2.148,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.240,87
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	463.942,70	1.292.301,77	0,00	4.918.351,02	0,00	0,00	1.824.717,87
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	157.500,00	40.659,04	0,00	0,00	0,00	0,00	866.433,89
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	3.296,84	0,00	0,00	0,00	0,00	23.847,39
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	0,00	84.445,03	0,00	1.448.846,29	0,00	0,00	18.445,26
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	6.821.674,83	38.407.375,93	0,00	28.580.335,39	0,00	0,00	69.008.779,47
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	157.500,00	11.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	368.548,48
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	363.836,47	0,00	0,00	0,00	0,00	888.122,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACAN-GUA	2.728,30	0,00	0,00	3.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	0,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	111.082,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	120.099,30	0,00	0,00	0,00	0,00	137.911,50
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	2.409,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.512,75
354850	SANTOS	49.477.295,80	21.329.251,80	15.294.858,96	39.485.097,40	0,00	22.179.743,57	0,00	0,00	103.406.760,39
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	0,00	229.205,24	0,00	0,00	0,00	0,00	980.589,04
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	16.895.192,76	116.430.818,52	0,00	0,00	0,00	0,00	173.930.274,91
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	1.468.800,00	11.098.853,58	0,00	152.245,94	0,00	0,00	26.304.061,12
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	5.341.741,66	10.896.576,77	0,00	0,00	0,00	0,00	42.274.422,49
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	1.538,62	0,00	0,00	0,00	0,00	11.567,23
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	3.806.193,64	6.231.152,85	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	16.065.767,15
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	44.463,65	0,00	0,00	0,00	0,00	54.279,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	862.987,30	675.988,16	0,00	4.250.715,18	0,00	0,00	537.569,39
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	163.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	276.772,17
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	96.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	411.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	2.194.688,36	1.722.101,89	0,00	0,00	0,00	0,00	8.075.857,90
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	27.185.101,80	40.879.761,31	0,00	105.596.007,57	0,00	0,00	70.484.240,06
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	0,00	22.545.762,48	0,00	5.388.499,33	0,00	0,00	80.350.981,09
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	258.000,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	467.550,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.842,93	0,00	0,00	0,00	0,00	636.404,83

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PORTERCEIROS

355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	522.959,73	244.590,41	0,00	0,00	0,00	0,00	3.537.489,25
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	355.938,13	0,00	0,00	0,00	0,00	749.232,17
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,09	247.700.629,07	199.965.312,71	957.719.522,08	0,00	1.656.766.638,71	0,00	0,00	862.999.943,24
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	0,00	43.900,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314.687,01
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	97.292,54	0,00	0,00	0,00	0,00	196.119,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	942.612,27	1.176.092,89	0,00	0,00	0,00	0,00	6.460.939,75
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	3.203.769,52	1.167.697,19	0,00	41.687,83	0,00	0,00	9.373.947,04
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	0,00	124.719,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066.763,94
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	157.500,00	139.147,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.052.912,73
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.616.700,00	7.007.491,43	0,00	0,00	0,00	0,00	26.583.452,96
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	263.025,00	64.120,09	0,00	0,00	0,00	0,00	334.640,53
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	13.650,77	0,00	0,00	0,00	0,00	25.272,53
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	157.500,00	51.790,67	0,00	0,00	0,00	0,00	475.885,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	256.500,00	423.806,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.384.634,97
355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	487.323,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.818.034,14
355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	3.791.616,78	2.800.448,23	0,00	0,00	0,00	0,00	12.965.445,73
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	7.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	211.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.243,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.111,59
355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72
355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	0,00	430.894,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.343.459,50
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	12.160.033,98	24.978.164,75	0,00	46.701.410,83	0,00	0,00	88.824.621,13
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	273.077,12	0,00	0,00	0,00	0,00	651.415,70
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	1.134.350,84	6.341.403,27	0,00	22.922.249,45	0,00	0,00	5.387.779,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	4.114.911,54	7.587.064,42	0,00	144.180,57	0,00	0,00	23.169.579,74
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	94.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	116.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	99.000,00	119.995,19	0,00	317.267,82	0,00	0,00	227.335,11
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	124.935,93	0,00	0,00	0,00	0,00	711.696,90
355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.327.200,00	7.717.104,65	0,00	24.686.757,56	0,00	0,00	11.314.279,73
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	94.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	119.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	157.500,00	31.390,41	0,00	0,00	0,00	0,00	741.340,23
355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	94.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	194.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	1.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	118.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	263.025,00	93.094,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.226.453,13
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	263.025,00	46.244,87	0,00	831.820,59	0,00	0,00	399.723,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	50.895,69	0,00	0,00	0,00	0,00	757.813,60
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	2.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	29.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	256.500,00	1.833.219,65	0,00	0,00	0,00	0,00	6.285.725,01
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	157.500,00	49.994,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.455.192,59
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	91.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	95.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	4.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	32.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	0,00	520.429,42	0,00	0,00	0,00	0,00	809.813,68
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	2.510.716,09	1.184.649,82	0,00	0,00	0,00	0,00	10.766.439,69
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.619.538,96	16.855.663,66	0,00	52.986.435,15	0,00	0,00	6.320.059,88
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	0,00	85.388,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.227.229,16
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	57.791,23	0,00	0,00	0,00	0,00	324.442,04
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	478.844,54	204.473,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.746.455,54
355460	TIMBURI	600,00	0,00	0,00	40.221,54	0,00	0,00	0,00	0,00	40.821,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11
355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	38.795,95	0,00	0,00	0,00	0,00	44.073,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	91.391,94	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.118.364,20
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	1.273,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22.324,29
355495	TUIUTI	0,00	0,00	157.500,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.959,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	5.571.740,63	4.517.486,18	0,00	26.665.356,53	0,00	0,00	2.698.316,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	0,00	65.820,36	0,00	982.343,46	0,00	0,00	115.300,88
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	64.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.374,61
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	934.500,00	668.098,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.552.574,83
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	39.932,47	0,00	0,00	0,00	0,00	50.956,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	92.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	309.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	91.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	105.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	276.300,00	-78.026,59	0,00	0,00	0,00	0,00	612.127,82
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	121.245,61	0,00	576.246,72	0,00	0,00	241.684,43
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	30.861,27	0,00	0,00	0,00	0,00	329.169,82
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	980.858,40	1.535.642,81	0,00	0,00	0,00	0,00	6.494.457,21
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	99.000,00	366.153,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.182.669,77
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	157.500,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	169.883,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	814.259,99	200.189,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.903.819,72
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	157.500,00	345.081,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.619.777,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	132.000,00	2.242.797,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.963.638,94
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	62.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	88.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	1.014.230,28	2.077.653,54	0,00	0,00	0,00	0,00	6.548.190,94
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	132.000,00	100.176,07	0,00	0,00	0,00	0,00	968.267,06
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	50.803,87	0,00	0,00	0,00	0,00	247.608,82
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	1.633,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.019,50
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	289.500,00	984.384,54	0,00	0,00	0,00	0,00	6.724.341,84
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	4.901.615,32	5.377.788,37	0,00	15.449.055,52	0,00	0,00	5.720.785,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	91.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	101.405,79
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	136.646,66	0,00	1.071.082,57	0,00	0,00	133.000,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	519.180,00	14.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	624.154,97
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										3.792.671.854,52

EXEMPLAR DESSIGNANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.436, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado do Paraná.

O Secretário de Atenção à Saúde - Substituto, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 036/2013-CIB/PR, de 2/12/2013, e as Deliberações CIB/PR nº 419, de 30/10/2013 e nº 467, de 2/12/2013, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Paraná, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.063.160.925,20, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	781.517.740,52	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.212.566.779,26	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	69.076.405,42	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 8.289.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 56.812.821,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0041 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de dezembro de 2013.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites referentes aos recursos programados na SES	326.990.446,87
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	454.527.293,65
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem retidos pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	781.517.740,52

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras Ufs	Total
		Próprio	Referenciado							
410010	ABATIA	194.384,04	3.720,99	0,00	0,00	0,00	198.105,03	0,00	0,00	0,00
410020	ADRIANOPOLIS	38.213,02	0,00	0,00	0,00	0,00	38.213,02	0,00	0,00	0,00
410030	AGUDOS DO SUL	22.940,77	0,00	157.500,00	0,00	0,00	22.940,77	0,00	0,00	157.500,00
410040	ALMIRANTE TAMANDARE	2.155.011,30	658.813,71	0,00	0,00	0,00	2.416.790,01	0,00	0,00	397.035,00
410045	ALTAMIRA DO PARANA	217.451,64	12.883,68	0,00	26.212,44	0,00	0,00	0,00	0,00	256.547,76
410050	ALTONIA	965.219,56	37.200,00	0,00	121.968,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.124.388,52
410060	ALTO PARANA	320.238,96	28.404,00	0,00	0,00	0,00	348.642,96	0,00	0,00	0,00
410070	ALTO PIQUIRI	70.626,12	0,00	0,00	217.925,28	0,00	0,00	0,00	0,00	288.551,40
410080	ALVORADA DO SUL	107.063,10	0,00	40.980,48	0,00	0,00	148.043,58	0,00	0,00	0,00
410090	AMAPORA	85.596,67	24.402,51	22.963,80	0,00	0,00	132.962,98	0,00	0,00	0,00
410100	AMPERE	579.574,47	34.758,19	0,00	147.402,36	0,00	395.258,02	0,00	0,00	366.477,00
410105	ANAHY	3.397,01	0,00	0,00	0,00	0,00	3.397,01	0,00	0,00	0,00
410110	ANDIRA	1.015.428,94	45.456,44	0,00	0,00	0,00	631.225,38	0,00	0,00	429.660,00
410115	ANGULO	468,90	0,00	0,00	0,00	0,00	468,90	0,00	0,00	0,00
410120	ANTONINA	412.555,21	59.539,47	258.000,00	0,00	0,00	472.094,68	0,00	0,00	258.000,00
410130	ANTONIO OLINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410140	APUCARANA	13.466.192,93	8.105.505,24	5.007.876,00	1.512.467,30	0,00	0,00	0,00	0,00	28.092.041,47
410150	ARAPONGAS	13.650.803,70	7.680.098,48	5.698.402,19	0,00	0,00	25.673.004,37	0,00	0,00	1.356.300,00
410160	ARAPOTI	1.069.365,79	36.468,98	99.000,00	0,00	0,00	676.174,77	0,00	0,00	528.660,00
410165	ARAPUA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410170	ARARUNA	309.890,00	19.347,83	0,00	0,00	0,00	329.237,84	0,00	0,00	0,00
410180	ARAUCARIA	15.027.855,08	2.004.068,40	935.400,00	549.667,59	0,00	0,00	0,00	0,00	18.516.991,07
410185	ARIRANHA DO IVAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410190	ASSAI	511.277,00	277.831,83	263.025,00	0,00	0,00	789.108,83	0,00	0,00	263.025,00
410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	931.851,66	149.931,29	0,00	0,00	0,00	1.081.782,95	0,00	0,00	0,00
410210	ASTORGA	899.988,63	161.100,99	250.885,44	0,00	0,00	1.221.975,06	0,00	0,00	90.000,00
410220	ATALAIA	47.354,43	0,00	46.290,24	0,00	0,00	93.644,67	0,00	0,00	0,00
410230	BALSA NOVA	138.543,25	13.983,03	25.214,04	0,00	0,00	177.740,33	0,00	0,00	0,00
410240	BANDEIRANTES	1.543.157,51	141.802,79	438.466,32	0,00	0,00	1.783.766,62	0,00	0,00	339.660,00
410250	BARBOSA FERRAZ	585.797,27	44.411,89	0,00	0,00	0,00	630.209,16	0,00	0,00	0,00
410260	BARRACAO	578.121,60	40.914,84	0,00	234.521,16	0,00	0,00	0,00	0,00	853.557,60
410270	BARRA DO JACARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410275	BELA VISTA DO CAROBA	71.799,12	0,00	0,00	84.199,80	0,00	0,00	0,00	0,00	155.998,92
410280	BELA VISTA DO PARAISO	716.597,68	49.081,13	0,00	0,00	0,00	426.018,81	0,00	0,00	339.660,00
410290	BITURUNA	485.857,75	13.926,36	0,00	0,00	0,00	499.784,11	0,00	0,00	0,00
410300	BOA ESPERANCA	72.729,21	10.262,33	0,00	0,00	0,00	82.991,54	0,00	0,00	0,00
410302	BOA ESPERANCA DO IGUACU	26.216,40	0,00	0,00	40.199,16	0,00	0,00	0,00	0,00	66.415,56
410304	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	25.771,59	0,00	0,00	0,00	0,00	25.771,59	0,00	0,00	0,00
410305	BOA VISTA DA APARECIDA	130.339,09	0,00	0,00	0,00	0,00	40.339,09	0,00	0,00	90.000,00
410310	BOCAIUVA DO SUL	97.027,74	7.669,19	157.500,00	0,00	0,00	104.696,93	0,00	0,00	157.500,00
410315	BOM JESUS DO SUL	103.016,40	0,00	0,00	8.560,68	0,00	0,00	0,00	0,00	111.577,08
410320	BOM SUCESSO	93.598,90	0,00	37.714,44	0,00	0,00	131.313,34	0,00	0,00	0,00
410322	BOM SUCESSO DO SUL	9.092,30	0,00	0,00	0,00	0,00	9.092,30	0,00	0,00	0,00
410330	BORRAZOPOLIS	187.006,72	18.786,58	0,00	0,00	0,00	205.793,30	0,00	0,00	0,00
410335	BRAGANEY	2.435,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2.435,93	0,00	0,00	0,00
410337	BRASILANDIA DO SUL	12.428,64	0,00	0,00	5.839,56	0,00	0,00	0,00	0,00	18.268,20
410340	CAFEARA	10.249,39	0,00	0,00	0,00	0,00	10.249,39	0,00	0,00	0,00
410345	CAFELANDIA	287.953,39	131.732,21	0,00	0,00	0,00	419.685,60	0,00	0,00	0,00
410347	CAFEZAL DO SUL	20.273,76	0,00	0,00	8.716,80	0,00	0,00	0,00	0,00	28.990,56
410350	CALIFORNIA	18.643,61	0,00	0,00	0,00	0,00	18.643,61	0,00	0,00	0,00
410360	CAMBARA	868.239,73	8.721,33	0,00	0,00	0,00	876.961,07	0,00	0,00	-0,01
410370	CAMBE	6.403.873,12	655.392,27	2.637.603,22	0,00	0,00	5.317.513,61	0,00	0,00	4.379.355,00
410380	CAMBIRA	369.336,24	0,00	0,00	0,00	0,00	29.676,24	0,00	0,00	339.660,00
410390	CAMPINA DA LAGOA	440.797,78	35.587,82	0,00	0,00	0,00	476.385,61	0,00	0,00	-0,01
410395	CAMPINA DO SIMAO	11.889,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.889,94	0,00	0,00	0,00
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	5.329.178,77	46.594.395,83	6.148.978,32	0,00	0,00	57.732.892,92	0,00	0,00	339.660,00
410405	CAMPO BONITO	1.782,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.782,92	0,00	0,00	0,00
410410	CAMPO DO TENENTE	72.803,19	5.823,56	32.866,80	0,00	0,00	111.493,55	0,00	0,00	0,00
410420	CAMPO LARGO	13.118.899,68	6.596.526,66	637.500,00	0,00	0,00	18.841.031,34	0,00	0,00	1.511.895,00
410425	CAMPO MAGRO	425.859,31	0,00	157.500,00	0,00	0,00	86.199,31	0,00	0,00	497.160,00
410430	CAMPO MOURAO	10.112.421,88	11.445.021,12	2.052.795,60	1.535.573,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.145.811,95
410440	CANDIDO DE ABREU	491.307,03	17.016,41	0,00	0,00	0,00	508.323,45	0,00	0,00	-0,01

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

410442	CANDOI	539.298,51	170.416,68	99.000,00	0,00	0,00	619.715,19	0,00	0,00	189.000,00
410445	CANTAGALO	385.140,22	17.223,04	0,00	0,00	0,00	402.363,26	0,00	0,00	0,00
410450	CAPANEMA	447.567,32	108.800,43	0,00	192.737,52	0,00	382.027,31	0,00	0,00	367.077,96
410460	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	406.542,90	330.727,88	0,00	0,00	0,00	737.270,78	0,00	0,00	0,00
410465	CARAMBEI	144.026,05	7.257,38	0,00	0,00	0,00	151.283,43	0,00	0,00	0,00
410470	CARLOPOLIS	255.389,21	6.523,01	16.284,84	0,00	0,00	278.197,06	0,00	0,00	0,00
410480	CASCAVEL	29.966.060,78	21.450.689,74	4.189.373,52	0,00	0,00	51.323.343,60	0,00	0,00	4.282.780,44
410490	CASTRO	6.030.460,23	159.862,12	289.500,00	0,00	0,00	2.160.662,35	0,00	0,00	4.319.160,00
410500	CATANDUVAS	283.308,41	19.833,79	0,00	0,00	0,00	303.142,20	0,00	0,00	0,00
410510	CENTENARIO DO SUL	278.024,55	77.064,65	276.535,08	0,00	0,00	368.599,28	0,00	0,00	263.025,00
410520	CERRO AZUL	359.864,63	60.118,46	0,00	0,00	0,00	419.983,09	0,00	0,00	0,00
410530	CEU AZUL	234.366,54	12.543,85	0,00	0,00	0,00	246.910,39	0,00	0,00	0,00
410540	CHOPINZINHO	1.045.834,62	379.231,35	941.100,00	0,00	0,00	1.085.405,97	0,00	0,00	1.280.760,00
410550	CIANORTE	6.333.133,93	5.867.451,51	882.228,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.082.814,40
410560	CIDADE GAUCHA	307.104,42	72.213,90	0,00	0,00	0,00	379.318,33	0,00	0,00	-0,01
410570	CLEVELANDIA	590.075,67	0,00	258.000,00	0,00	0,00	590.075,67	0,00	0,00	258.000,00
410580	COLOMBO	5.211.506,96	1.710.724,02	1.119.358,92	0,00	0,00	7.035.194,90	0,00	0,00	1.006.395,00
410590	COLORADO	1.245.116,65	310.353,73	540.298,40	0,00	0,00	1.612.108,78	0,00	0,00	483.660,00
410600	CONGONHINHAS	158.135,96	0,00	3.945,96	0,00	0,00	162.081,92	0,00	0,00	0,00
410610	CONSELHEIRO MAIRINCK	71.533,57	0,00	41.298,24	0,00	0,00	112.831,81	0,00	0,00	0,00
410620	CONTENDA	272.731,40	20.955,08	13.713,60	0,00	0,00	307.400,08	0,00	0,00	0,00
410630	CORBELIA	421.151,55	348.599,94	0,00	0,00	0,00	769.751,49	0,00	0,00	0,00
410640	CORNELIO PROCOPIO	3.554.658,22	3.924.079,85	7.245.315,79	0,00	0,00	8.421.050,86	0,00	0,00	6.303.003,00
410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	31.402,06	0,00	0,00	0,00	0,00	31.402,06	0,00	0,00	0,00
410650	CORONEL VIVIDA	3.323.104,03	0,00	357.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.680.104,03
410655	CORUMBATAI DO SUL	90.628,12	0,00	0,00	0,00	0,00	628,12	0,00	0,00	90.000,00
410657	CRUZEIRO DO IGUACU	25.870,32	0,00	0,00	8.080,68	0,00	0,00	0,00	0,00	33.951,00
410660	CRUZEIRO DO OESTE	1.000.710,48	228.126,12	0,00	284.319,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.513.156,00
410670	CRUZEIRO DO SUL	155.209,28	0,00	0,00	0,00	0,00	155.209,28	0,00	0,00	0,00
410680	CRUZ MACHADO	465.889,75	0,00	0,00	0,00	0,00	465.889,75	0,00	0,00	0,00
410685	CRUZMALTINA	5.463,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.463,05	0,00	0,00	0,00
410690	CURITIBA	315.527.449,00	151.470.768,12	114.415.143,97	46.423.191,47	0,00	8.556.222,24	69.076.405,42	0,00	550.203.924,90
410700	CURIUVA	205.429,80	103.050,07	74.946,60	0,00	0,00	383.426,47	0,00	0,00	0,00
410710	DIAMANTE DO NORTE	159.875,18	0,00	8.674,56	0,00	0,00	168.549,74	0,00	0,00	0,00
410712	DIAMANTE DO SUL	841,64	0,00	0,00	0,00	0,00	841,64	0,00	0,00	0,00
410715	DIAMANTE D'OESTE	56.441,90	4.048,35	0,00	0,00	0,00	60.490,25	0,00	0,00	0,00
410720	DOIS VIZINHOS	2.616.253,84	442.415,09	357.000,00	188.879,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.604.548,33
410725	DOURADINA	310.194,33	269.991,19	0,00	24.734,16	0,00	405.723,99	0,00	0,00	199.195,69
410730	DOUTOR CAMARGO	119.171,21	18.547,22	0,00	0,00	0,00	137.718,43	0,00	0,00	0,00
410740	ENEAS MARQUES	43.664,28	0,00	0,00	58.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.666,28
410750	ENGENHEIRO BELTRAO	305.107,13	8.487,68	0,00	0,00	0,00	313.594,80	0,00	0,00	0,01
410752	ESPERANCA NOVA	2.625,12	0,00	0,00	3.624,72	0,00	0,00	0,00	0,00	6.249,84
410753	ENTRE RIOS DO OESTE	78.956,81	12.469,49	0,00	0,00	0,00	91.426,31	0,00	0,00	-0,01
410754	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	2.226,55	0,00	0,00	0,00	0,00	2.226,55	0,00	0,00	0,00
410755	FAROL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410760	FAXINAL	570.929,41	197.338,24	258.000,00	0,00	0,00	768.267,65	0,00	0,00	258.000,00
410765	FAZENDA RIO GRANDE	1.489.375,41	263.946,91	157.500,00	0,00	0,00	1.356.287,32	0,00	0,00	554.535,00
410770	FENIX	131.815,88	5.018,95	0,00	0,00	0,00	136.834,83	0,00	0,00	0,00
410773	FERNANDES PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
410775	FIGUEIRA	145.320,12	18.779,95	69.346,44	0,00	0,00	233.446,51	0,00	0,00	0,00
410780	FLORAI	107.402,78	3.384,48	0,00	0,00	0,00	110.787,26	0,00	0,00	0,00
410785	FLOR DA SERRA DO SUL	125.658,84	0,00	0,00	9.217,80	0,00	0,00	0,00	0,00	134.876,64
410790	FLORESTA	128.368,33	12.505,48	0,00	0,00	0,00	140.873,80	0,00	0,00	0,01
410800	FLORESTOPOLIS	133.933,10	0,00	61.118,88	0,00	0,00	195.051,98	0,00	0,00	0,00
410810	FLORIDA	4.717,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.717,15	0,00	0,00	0,00
410820	FORMOSA DO OESTE	265.886,33	103.587,89	0,00	0,00	0,00	369.474,21	0,00	0,00	0,01
410830	FOZ DO IGUACU	56.876.004,23	10.933.228,88	4.294.368,00	2.717.503,28	0,00	0,00	0,00	0,00	74.821.104,39
410832	FRANCISCO ALVES	194.437,92	0,00	0,00	36.214,56	0,00	0,00	0,00	0,00	230.652,48
410840	FRANCISCO BELTRAO	9.584.909,41	11.407.221,06	1.199.100,00	544.816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	22.736.047,43
410845	FOZ DO JORDAO	13.376,04	0,00	0,00	0,00	0,00	13.376,04	0,00	0,00	0,00
410850	GENERAL CARNEIRO	488.910,51	67.607,55	0,00	0,00	0,00	556.518,06	0,00	0,00	0,00
410855	GODOY MOREIRA	57.446,98	3.452,52	0,00	0,00	0,00	60.899,50	0,00	0,00	0,00
410860	GOIOERE	1.750.795,56	1.014.663,60	499.207,44	248.410,52	0,00	0,00	0,00	0,00	3.513.077,12
410865	GOIOXIM	11.265,67	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,67	0,00	0,00	0,00
410870	GRANDES RIOS	180.389,57	15.484,65	0,00	0,00	0,00	195.874,22	0,00	0,00	0,00
410880	GUAIRA	1.169.010,79	17.759,04	0,00	0,00	0,00	847.109,83	0,00	0,00	339.660,00
410890	GUAIRACA	121.258,19	0,00	18.700,56	0,00	0,00	139.958,75	0,00	0,00	0,00
410895	GUAMIRANGA	17.943,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.943,19	0,00	0,00	0,00
410900	GUAPIRAMA	18.908,17	0,00	60.000,00	0,00	0,00	78.908,17	0,00	0,00	0,00
410910	GUAPOREMA	4.485,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.485,54	0,00	0,00	0,00
410920	GUARACI	25.817,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.817,35	0,00	0,00	0,00
410930	GUARANIACU	525.071,99	306.919,00	0,00	0,00	0,00	831.990,99	0,00	0,00	0,00
410940	GUARAPUAVA	13.139.135,56	8.113.212,01	2.940.006,84	0,00	0,00	21.958.059,41	0,00	0,00	2.234.295,00
410950	GUARAQUECABA	115.551,10	9.446,87	0,00	0,00	0,00	124.997,97	0,00	0,00	0,00
410960	GUARATUBA	1.178.422,27	41.694,44	258.000,00	0,00	0,00	880.456,71	0,00	0,00	597.660,00
410965	HONORIO SERPA	177.324,30	0,00	9.267,12	0,00	0,00	186.591,42	0,00	0,00	0,00
410970	IBAITI	821.918,52	74.621,35	0,00	0,00	0,00	896.539,88	0,00	0,00	-0,01
410975	IBEMA	165.097,92	0,00	0,00	0,00	0,00	165.097,92	0,00	0,00	0,00
410980	IBIPORA	2.476.425,06	288.271,47	1.011.064,32	0,00	0,00	2.446.040,84	0,00	0,00	1.329.720,01
410990	ICARAIMA	735.928,32	0,00	0,00	19.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	755.509,80
411000	IGUARACU	53.011,10	88.108,99	1.501,20	0,00	0,00	142.621,29	0,00	0,00	0,00
411005	IGUATU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411007	IMBAU	1.579,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,86	0,00	0,00	0,00
411010	IMBITUVA	579.010,96	93.598,94	0,00	0,00	0,00	672.609,90	0,00	0,00	0,00
411020	INACIO MARTINS	207.040,55	0,00	10.939,80	0,00	0,00	217.980,35	0,00	0,00	0,00
411030	INAJA	52.628,62	0,00	42.070,80	0,00	0,00	94.699,42	0,00	0,00	0,00
411040	INDIANOPOLIS	112.702,36	37.481,64	0,00	0,00	0,00	150.184,01	0,00	0,00	-0,01
411050	IPIRANGA	401.060,60	6.712,53	0,00	0,00	0,00	407.773,14	0,00	0,00	-0,01
411060	IPORA	631.315,08	55.894,68	0,00	85.445,40	0,00	0,00	0,00	0,00	772.655,16
411065	IRACEMA DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411070	IRATI	3.052.928,19	1.459.479,94	1.794.496,20	0,00	0,00	5.909.869,33	0,00	0,00	397.035,00
411080	IRETAMA	244.042,68	353.384,04	0,00	62.834,76	0,00	0,00	0,00	0,00	660.261,48
411090	ITAGUAJE	68.229,13	139.464,11	0,00	0,00	0,00	207.693,24	0,00	0,00	0,00
411095	ITAIPULANDIA	103.621,96	0,00	0,00	0,00	0,00	103.621,96	0,00	0,00	0,00
411100	ITAMBARACA	154.216,24	0,00	0,00	0,00	0,00	154.216,24	0,00	0,00	0,00
411110	ITAMBE	103.358,47	21.270,96	27.306,00	0,00	0,00	151.935,43	0,00	0,00	0,00
411120	ITAPEJARA D'OESTE	22.275,12	0,00	0,00	78.583,20	0,00	0,00	0,00	0,00	100.858,32
411125	ITAPERUCU	748.266,53	249.206,81	0,00	0,00	0,00	657.813,34	0,00	0,00	339.660,00
411130	ITAUNA DO SUL	217.833,90	0,00	18.728,28	0,00	0,00	146.562,18	0,00	0,00	90.000,00
411140	IVAI	387.531,79	6.325,67	0,00	0,00	0,00	393.857,47	0,00	0,00	-0,01
411150	IVAIPORA	4.023.032,21	3.599.866,99	0,00	0,00	0,00	7.283.239,20	0,00	0,00	339.660,00
411155	IVATE	32.090,52	0,00	0,00	17.419,68	0,00	0,00	0,00	0,00	49.510,20
411160	IVATUBA	72.194,98	0,00	33.973,80	0,00	0,00	106.168,78	0,00	0,00	0,00
411170	JABOTI	124.541,81	45.410,44	0,00	0,00	0,00	169.952,25	0,00	0,00	0,00
411180	JACAREZINHO	2.367.000,39	1.828.251,07	1.037.338,04	0,00	0,00	4.892.929,50	0,00	0,00	339.660,00
411190	JAGUAPITA	241.515,61	0,00	8.747,88	0,00	0,00	250.263,49	0,00	0,00	0,00
411200	JAGUARIAIVA	1.590.880,05	122.699,10	0,00	0,00	0,00	1.229.919,16	0,00	0,00	483.659,99
411210	JANDAIA DO SUL	1.181.858,53	4.583.723,09	265.500,00	0,00	0,00	5.765.581,62	0,00	0,00	265.500,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

411220	JANIOPOLIS	175.290,72	5.884,32	0,00	40.023,60	0,00	0,00	0,00	0,00	221.198,64
411230	JAPIRA	12.020,31	0,00	0,00	0,00	0,00	12.020,31	0,00	0,00	0,00
411240	JAPURA	236.105,43	8.894,54	0,00	0,00	0,00	244.999,96	0,00	0,00	0,01
411250	JARDIM ALEGRE	313.362,78	7.633,39	0,00	0,00	0,00	320.996,16	0,00	0,00	0,01
411260	JARDIM OLINDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411270	JATAIZINHO	203.664,68	57.127,61	0,00	0,00	0,00	260.792,29	0,00	0,00	0,00
411275	JESUITAS	227.075,63	25.675,69	0,00	0,00	0,00	252.751,32	0,00	0,00	0,00
411280	JOAQUIM TAVORA	290.722,73	3.662,67	0,00	0,00	0,00	294.385,40	0,00	0,00	0,00
411290	JUNDIAI DO SUL	47.263,29	0,00	52.143,72	0,00	0,00	99.407,01	0,00	0,00	0,00
411295	JURANDA	288.416,07	4.288,54	0,00	0,00	0,00	202.704,62	0,00	0,00	89.999,99
411300	JUSSARA	78.708,43	0,00	38.350,32	0,00	0,00	117.058,75	0,00	0,00	0,00
411310	KALORE	99.830,55	48.883,95	19.789,92	0,00	0,00	168.504,42	0,00	0,00	0,00
411320	LAPA	1.607.858,40	137.866,34	157.500,00	581.120,52	0,00	1.987.185,26	0,00	0,00	497.160,00
411325	LARANJAL	7.060,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7.060,29	0,00	0,00	0,00
411330	LARANJEIRAS DO SUL	1.840.286,50	1.907.592,98	99.000,00	0,00	0,00	3.507.219,48	0,00	0,00	339.660,00
411340	LEOPOLIS	11.760,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,74	0,00	0,00	0,00
411342	LIDIANOPOLIS	5.111,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.111,37	0,00	0,00	0,00
411345	LINDOESTE	103.282,84	30.043,02	0,00	0,00	0,00	133.325,86	0,00	0,00	0,00
411350	LOANDA	1.301.442,62	738.275,54	0,00	0,00	0,00	1.700.058,16	0,00	0,00	339.660,00
411360	LOBATO	5.031,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.031,33	0,00	0,00	0,00
411370	LONDRINA	86.767.574,96	47.617.893,17	21.549.674,40	6.646.714,87	0,00	0,00	0,00	0,00	162.581.857,40
411373	LUIZIANA	14.725,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.725,45	0,00	0,00	0,00
411375	LUNARDELLI	157.895,97	204.038,32	0,00	0,00	0,00	361.934,29	0,00	0,00	0,00
411380	LUPIONOPOLIS	52.794,86	17.896,35	35.985,24	0,00	0,00	106.676,45	0,00	0,00	0,00
411390	MALLET	328.720,17	8.651,38	0,00	0,00	0,00	337.371,56	0,00	0,00	-0,01
411400	MAMBORE	249.810,45	117.385,80	0,00	101.543,24	0,00	12.134,96	0,00	0,00	456.604,53
411410	MANDAGUACU	712.876,05	277.624,66	0,00	0,00	0,00	900.500,71	0,00	0,00	90.000,00
411420	MANDAGUARI	2.288.239,46	1.042.587,54	281.300,27	207.207,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.819.334,97
411430	MANDIRITUBA	361.619,64	35.039,90	0,00	0,00	0,00	396.659,53	0,00	0,00	0,01
411435	MANFRINOPOLIS	12.340,56	0,00	0,00	5.949,96	0,00	0,00	0,00	0,00	18.290,52
411440	MANGUEIRINHA	507.100,75	33.053,31	258.000,00	0,00	0,00	540.154,06	0,00	0,00	258.000,00
411450	MANOEL RIBAS	199.726,66	4.851,74	51.015,84	0,00	0,00	255.594,24	0,00	0,00	0,00
411460	MARECHAL CANDIDO RONDON	1.846.575,87	4.269.342,51	0,00	0,00	0,00	6.115.918,38	0,00	0,00	0,00
411470	MARIA HELENA	92.210,52	0,00	0,00	36.794,16	0,00	0,00	0,00	0,00	129.004,68
411480	MARIALVA	1.266.780,31	200.452,74	0,00	0,00	0,00	1.127.573,05	0,00	0,00	339.660,00
411490	MARILANDIA DO SUL	35.312,65	0,00	0,00	0,00	0,00	35.312,65	0,00	0,00	0,00
411500	MARILENA	207.978,07	0,00	28.683,36	0,00	0,00	146.661,43	0,00	0,00	90.000,00
411510	MARILUZ	114.795,00	0,00	0,00	18.602,64	0,00	0,00	0,00	0,00	133.397,64
411520	MARINGA	67.404.343,79	46.224.539,79	9.072.798,12	4.101.326,95	0,00	0,00	0,00	0,00	126.803.008,65
411530	MARIOPOLIS	20.185,24	0,00	0,00	0,00	0,00	20.185,24	0,00	0,00	0,00
411535	MARIPA	155.858,31	17.561,99	0,00	0,00	0,00	173.420,30	0,00	0,00	0,00
411540	MARMELEIRO	453.252,12	206.383,08	0,00	155.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815.443,20
411545	MARQUINHO	6.097,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6.097,42	0,00	0,00	0,00
411550	MARUMBI	77.372,00	28.237,90	28.949,40	0,00	0,00	134.559,30	0,00	0,00	0,00
411560	MATELANDIA	658.947,56	375.622,45	263.025,00	0,00	0,00	1.034.570,01	0,00	0,00	263.025,00
411570	MATINHOS	535.365,86	51.371,83	258.000,00	0,00	0,00	586.737,69	0,00	0,00	258.000,00
411573	MATO RICO	9.283,99	0,00	0,00	0,00	0,00	9.283,99	0,00	0,00	0,00
411575	MAUA DA SERRA	14.262,98	0,00	0,00	0,00	0,00	14.262,98	0,00	0,00	0,00
411580	MEDIANEIRA	1.952.195,56	1.039.809,18	1.707.820,32	0,00	0,00	3.478.645,06	0,00	0,00	1.221.180,00
411585	MERCEDES	17.136,85	0,00	0,00	0,00	0,00	17.136,85	0,00	0,00	0,00
411590	MIRADOR	2.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175,15	0,00	0,00	0,00
411600	MIRASELVA	27.440,29	0,00	54.018,72	0,00	0,00	81.459,01	0,00	0,00	0,00
411605	MISSAL	338.150,86	14.952,37	263.025,00	0,00	0,00	353.103,23	0,00	0,00	263.025,00
411610	MOREIRA SALES	101.983,92	0,00	0,00	0,00	0,00	101.983,92	0,00	0,00	0,00
411620	MORRETES	381.327,86	85.697,32	258.000,00	0,00	0,00	467.025,18	0,00	0,00	258.000,00
411630	MUNHOZ DE MELO	55.650,95	26.219,61	39.057,48	0,00	0,00	120.928,04	0,00	0,00	0,00
411640	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	31.713,28	0,00	48.152,52	0,00	0,00	79.865,80	0,00	0,00	0,00
411650	NOVA ALIANCA DO IVAI	2.237,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,92	0,00	0,00	0,00
411660	NOVA AMERICA DA COLINA	8.699,57	0,00	0,00	0,00	0,00	8.699,57	0,00	0,00	0,00
411670	NOVA AURORA	350.337,53	80.943,51	0,00	0,00	0,00	431.281,04	0,00	0,00	0,00
411680	NOVA CANTU	191.445,37	9.048,90	0,00	0,00	0,00	200.494,27	0,00	0,00	0,00
411690	NOVA ESPERANCA	1.192.063,01	256.857,41	0,00	0,00	0,00	1.109.260,42	0,00	0,00	339.660,00
411695	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	164.960,97	12.216,00	14.449,56	47.987,64	0,00	120.614,25	0,00	0,00	118.999,92
411700	NOVA FATIMA	142.078,34	4.423,55	0,00	0,00	0,00	146.501,88	0,00	0,00	0,01
411705	NOVA LARANJEIRAS	276.367,99	62.722,43	0,00	0,00	0,00	339.090,42	0,00	0,00	0,00
411710	NOVA LONDRINA	342.106,13	0,00	0,00	0,00	0,00	342.106,13	0,00	0,00	0,00
411720	NOVA OLIMPIA	71.422,52	18.196,66	64.125,36	104.286,00	0,00	131.015,82	0,00	0,00	127.014,72
411721	NOVA SANTA BARBARA	9.533,02	0,00	0,00	0,00	0,00	9.533,02	0,00	0,00	0,00
411722	NOVA SANTA ROSA	109.498,43	0,00	26.478,12	0,00	0,00	135.976,55	0,00	0,00	0,00
411725	NOVA PRATA DO IGUACU	327.317,69	2.172,00	0,00	118.933,32	0,00	252.459,53	0,00	0,00	195.963,48
411727	NOVA TEBAS	241.762,98	3.902,91	0,00	0,00	0,00	245.665,89	0,00	0,00	0,00
411729	NOVO ITACOLOMI	7.584,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.584,28	0,00	0,00	0,00
411730	ORTIGUEIRA	706.606,13	148.231,54	0,00	0,00	0,00	854.837,68	0,00	0,00	-0,01
411740	OURIZONA	43.916,84	28.773,82	36.948,72	0,00	0,00	109.639,38	0,00	0,00	0,00
411745	OURO VERDE DO OESTE	7.149,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.149,24	0,00	0,00	0,00
411750	PAICANDU	1.107.992,19	0,00	0,00	0,00	0,00	768.332,19	0,00	0,00	339.660,00
411760	PALMAS	2.272.139,64	718.548,84	392.250,00	300.585,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.683.524,16
411770	PALMEIRA	1.019.304,45	71.151,02	151.556,28	0,00	0,00	1.242.011,75	0,00	0,00	0,00
411780	PALMITAL	414.085,16	20.011,76	99.000,00	0,00	0,00	434.096,92	0,00	0,00	99.000,00
411790	PALOTINA	1.192.901,18	4.511,04	0,00	0,00	0,00	857.752,22	0,00	0,00	339.660,00
411800	PARAISO DO NORTE	236.808,77	154.477,76	0,00	0,00	0,00	391.286,53	0,00	0,00	0,00
411810	PARANACITY	169.732,83	40.494,35	0,00	0,00	0,00	210.227,18	0,00	0,00	0,00
411820	PARANAGUA	5.123.184,33	1.737.431,28	1.957.065,00	0,00	0,00	6.520.955,61	0,00	0,00	2.296.725,00
411830	PARANAPOEMA	80.701,92	7.105,76	25.689,00	0,00	0,00	113.496,67	0,00	0,00	0,01
411840	PARANAVAI	5.197.466,35	4.728.343,31	1.656.374,16	0,00	0,00	10.608.788,82	0,00	0,00	973.395,00
411845	PATO BRAGADO	73.669,05	24.540,16	0,00	0,00	0,00	98.209,21	0,00	0,00	0,00
411850	PATO BRANCO	14.666.262,67	16.523.766,17	2.706.660,00	2.330.040,93	0,00	0,00	0,00	0,00	36.226.729,77
411860	PAULA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411870	PAULO FRONTIN	145.131,98	12.399,03	0,00	0,00	0,00	157.531,01	0,00	0,00	0,00
411880	PEABIRU	367.886,28	23.540,69	0,00	0,00	0,00	391.426,97	0,00	0,00	0,00
411885	PEROBAL	20.349,36	0,00	0,00	10.379,28	0,00	0,00	0,00	0,00	30.728,64
411890	PEROLA	268.042,45	0,00	0,00	190.968,24	0,00	0,00	0,00	0,00	459.010,69
411900	PEROLA D'OESTE	44.331,48	0,00	0,00	90.224,76	0,00	0,00	0,00	0,00	134.556,24
411910	PIEN	36.277,92	0,00	0,00	0,00	0,00	36.277,92	0,00	0,00	0,00
411915	PINHAIS	3.271.501,32	3.758.581,43	0,00	0,00	0,00	6.155.687,75	0,00	0,00	874.395,00
411920	PINHALAO	182.622,12	40.623,70	0,00	0,00	0,00	223.245,82	0,00	0,00	0,00
411925	PINHAL DE SAO BENTO	37.844,28	0,00	0,00	57.545,64	0,00	0,00	0,00	0,00	95.389,92
411930	PINHAO	1.170.252,22	119.635,05	0,00	0,00	0,00	950.227,27	0,00	0,00	339.660,00
411940	PIRAI DO SUL	627.318,01	25.122,59	0,00	0,00	0,00	652.440,60	0,00	0,00	0,00
411950	PIRAQUARA	2.792.672,51	8.570.540,15	1.210.218,96	0,00	0,00	11.699.036,62	0,00	0,00	874.395,00
411960	PITANGA	1.633.788,49	462.351,35	846.325,80	0,00	0,00	2.268.005,64	0,00	0,00	674.460,00
411965	PITANGUEIRAS	8.846,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,79	0,00	0,00	0,00
411970	PLANALTINA DO PARANA	79.709,17	10.343,19	28.844,52	0,00	0,00	118.896,87	0,00	0,00	0,01
411980	PLANALTO	445.868,32	0,00	0,00	308.212,92	0,00	372.506,92	0,00	0,00	381.574,32
411990	PONTA GROSSA	23.425.059,96	8.878.209,06	6.166.483,27	0,00	0,00	35.855.657,30	0,00	0,00	2.614.094,99
411995	PONTAL DO PARANA	109.741,36	0,00	258.000,00	0,00	0,00	109.741,36	0,00	0,00	258.000,00
412000	PORECATU	246.171,09	6.948,26	47.614,20	0,00	0,00	300.733,55	0,00	0,00	0,00
412010	PORTO AMAZONAS	136.220,35	2.177,81	29.855,76	0,00	0,00	168.253,92	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

412015	PORTO BARREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412020	PORTO RICO	64.438,13	1.730,89	37.933,08	0,00	0,00	104.102,10	0,00	0,00	0,00
412030	PORTO VITORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412033	PRADO FERREIRA	40.581,81	9.208,01	46.462,80	0,00	0,00	96.252,62	0,00	0,00	0,00
412035	PRANCHITA	283.593,40	621.202,51	0,00	103.273,32	0,00	820.190,86	0,00	0,00	187.878,37
412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	95.214,88	0,00	0,00	0,00	0,00	95.214,88	0,00	0,00	0,00
412050	PRIMEIRO DE MAIO	194.909,78	4.221,16	306.134,16	0,00	0,00	242.240,10	0,00	0,00	263.025,00
412060	PRUDENTOPOLIS	2.184.405,48	43.445,93	440.380,81	0,00	0,00	1.851.212,22	0,00	0,00	817.020,00
412065	QUARTO CENTENARIO	507,98	0,00	0,00	0,00	0,00	507,98	0,00	0,00	0,00
412070	QUATIGUA	184.374,79	106.678,71	0,00	0,00	0,00	291.053,50	0,00	0,00	0,00
412080	QUATRO BARRAS	136.950,75	44.071,05	0,00	0,00	0,00	181.021,80	0,00	0,00	0,00
412085	QUATRO PONTES	44.633,91	7.004,75	0,00	0,00	0,00	51.638,65	0,00	0,00	0,01
412090	QUEDAS DO IGUACU	853.418,60	121.357,47	0,00	0,00	0,00	974.776,07	0,00	0,00	0,00
412100	QUERENCIA DO NORTE	259.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	259.434,73	0,00	0,00	0,00
412110	QUINTA DO SOL	138.120,35	22.284,31	0,00	0,00	0,00	160.404,66	0,00	0,00	0,00
412120	QUITANDINHA	315.489,24	4.453,29	157.500,00	0,00	0,00	319.942,53	0,00	0,00	157.500,00
412125	RAMILANDIA	63.732,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.732,82	0,00	0,00	0,00
412130	RANCHO ALEGRE	34.307,32	0,00	0,00	0,00	0,00	34.307,33	0,00	0,00	-0,01
412135	RANCHO ALEGRE D'OESTE	4.965,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.965,39	0,00	0,00	0,00
412140	REALEZA	457.886,75	0,00	941.100,00	113.377,08	0,00	318.743,27	0,00	0,00	1.193.620,56
412150	REBOUCAS	423.689,13	158.698,41	0,00	0,00	0,00	582.387,54	0,00	0,00	0,00
412160	RENASCENCA	110.898,36	0,00	0,00	132.234,60	0,00	0,00	0,00	0,00	243.132,96
412170	RESERVA	633.858,56	53.463,09	0,00	0,00	0,00	687.321,66	0,00	0,00	-0,01
412175	RESERVA DO IGUACU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412180	RIBEIRAO CLARO	261.335,76	0,00	0,00	0,00	0,00	261.335,76	0,00	0,00	0,00
412190	RIBEIRAO DO PINHAL	400.808,39	23.150,23	0,00	0,00	0,00	423.958,62	0,00	0,00	0,00
412200	RIO AZUL	305.116,90	13.964,31	0,00	0,00	0,00	319.081,21	0,00	0,00	0,00
412210	RIO BOM	9.967,59	0,00	0,00	0,00	0,00	9.967,59	0,00	0,00	0,00
412215	RIO BONITO DO IGUACU	24.020,30	12.444,77	0,00	0,00	0,00	36.465,06	0,00	0,00	0,01
412217	RIO BRANCO DO IVAI	11.276,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.276,51	0,00	0,00	0,00
412220	RIO BRANCO DO SUL	894.731,30	89.799,37	0,00	0,00	0,00	644.870,67	0,00	0,00	339.660,00
412230	RIO NEGRO	690.444,53	251.762,94	157.500,00	0,00	0,00	602.547,47	0,00	0,00	497.160,00
412240	ROLANDIA	4.345.046,71	1.262.600,03	1.905.068,43	0,00	0,00	4.696.780,17	0,00	0,00	2.815.935,00
412250	RONCADOR	339.952,28	102.005,27	0,00	0,00	0,00	441.957,55	0,00	0,00	0,00
412260	RONDON	245.248,19	54.273,59	0,00	0,00	0,00	299.521,78	0,00	0,00	0,00
412265	ROSARIO DO IVAI	159.547,22	65.082,94	0,00	0,00	0,00	224.630,16	0,00	0,00	0,00
412270	SABAUDIA	12.001,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.001,04	0,00	0,00	0,00
412280	SALGADO FILHO	101.211,24	0,00	0,00	8.313,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.524,24
412290	SALTO DO ITARARE	106.334,03	5.727,06	120.000,00	0,00	0,00	232.061,09	0,00	0,00	0,00
412300	SALTO DO LONTRA	373.147,80	0,00	0,00	112.067,64	0,00	286.558,32	0,00	0,00	198.657,12
412310	SANTA AMELIA	105.929,92	0,00	0,00	0,00	0,00	105.929,92	0,00	0,00	0,00
412320	SANTA CECILIA DO PAVAO	25.174,54	0,00	60.000,00	0,00	0,00	85.174,54	0,00	0,00	0,00
412330	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	133.758,69	0,00	0,00	0,00	0,00	43.758,69	0,00	0,00	90.000,00
412340	SANTA FE	240.767,04	66.202,59	0,00	0,00	0,00	306.969,64	0,00	0,00	-0,01
412350	SANTA HELENA	531.332,59	36.984,08	0,00	0,00	0,00	568.316,67	0,00	0,00	0,00
412360	SANTA INES	5.890,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.890,88	0,00	0,00	0,00
412370	SANTA ISABEL DO IVAI	205.056,50	74.237,18	0,00	0,00	0,00	279.293,68	0,00	0,00	0,00
412380	SANTA IZABEL DO OESTE	544.570,08	0,00	0,00	179.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	723.923,76
412382	SANTA LUCIA	103.438,72	4.617,56	0,00	0,00	0,00	108.056,27	0,00	0,00	0,01
412385	SANTA MARIA DO OESTE	350.019,22	12.457,71	0,00	0,00	0,00	362.476,93	0,00	0,00	0,00
412390	SANTA MARIANA	138.507,53	0,00	75.360,84	0,00	0,00	213.868,37	0,00	0,00	0,00
412395	SANTA MONICA	3.577,65	0,00	0,00	0,00	0,00	3.577,65	0,00	0,00	0,00
412400	SANTANA DO ITARARE	123.794,99	0,00	35.186,04	0,00	0,00	158.981,03	0,00	0,00	0,00
412402	SANTA TEREZA DO OESTE	2.801,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.801,62	0,00	0,00	0,00
412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	320.046,33	664.580,44	421.425,00	0,00	0,00	984.626,77	0,00	0,00	421.425,00
412410	SANTO ANTONIO DA PLATINA	2.799.476,14	888.857,03	118.800,00	0,00	0,00	3.258.673,17	0,00	0,00	548.460,00
412420	SANTO ANTONIO DO CAIUA	44.843,97	0,00	43.556,88	0,00	0,00	88.400,85	0,00	0,00	0,00
412430	SANTO ANTONIO DO PARAISO	44.532,98	0,00	47.133,72	0,00	0,00	91.666,70	0,00	0,00	0,00
412440	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	978.904,34	17.431,96	258.000,00	198.888,12	0,00	518.944,98	0,00	0,00	934.279,44
412450	SANTO INACIO	115.036,95	104.320,42	0,00	0,00	0,00	219.357,37	0,00	0,00	0,00
412460	SAO CARLOS DO IVAI	103.927,64	0,00	26.626,68	0,00	0,00	130.554,32	0,00	0,00	0,00
412470	SAO JERONIMO DA SERRA	122.643,31	42.036,36	53.930,16	0,00	0,00	218.609,83	0,00	0,00	0,00
412480	SAO JOAO	271.201,18	37.536,61	0,00	0,00	0,00	308.737,79	0,00	0,00	0,00
412490	SAO JOAO DO CAIUA	110.348,04	0,00	19.398,72	0,00	0,00	129.746,76	0,00	0,00	0,00
412500	SAO JOAO DO IVAI	374.776,05	300.000,00	0,00	0,00	0,00	674.776,05	0,00	0,00	0,00
412510	SAO JOAO DO TRIUNFO	278.287,18	5.633,47	0,00	0,00	0,00	283.920,64	0,00	0,00	0,01
412520	SAO JORGE D'OESTE	322.641,17	0,00	0,00	132.742,56	0,00	223.118,09	0,00	0,00	232.265,64
412530	SAO JORGE DO IVAI	136.871,15	22.471,80	0,00	0,00	0,00	159.342,95	0,00	0,00	0,00
412535	SAO JORGE DO PATROCINIO	438.419,95	199.628,62	26.252,88	33.502,63	0,00	112.724,40	0,00	0,00	585.079,68
412540	SAO JOSE DA BOA VISTA	142.647,17	40.262,43	0,00	0,00	0,00	182.909,60	0,00	0,00	0,00
412545	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	83.177,82	50.590,83	0,00	0,00	0,00	133.768,64	0,00	0,00	0,01
412550	SAO JOSE DOS PINHAIS	22.129.198,32	4.004.269,86	1.554.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.688.368,18
412555	SAO MANOEL DO PARANA	5.221,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.221,44	0,00	0,00	0,00
412560	SAO MATEUS DO SUL	838.563,94	112.216,37	353.614,80	0,00	0,00	1.304.395,11	0,00	0,00	0,00
412570	SAO MIGUEL DO IGUACU	953.567,30	166.205,15	421.425,00	0,00	0,00	1.119.772,45	0,00	0,00	421.425,00
412575	SAO PEDRO DO IGUACU	138.572,08	9.435,11	0,00	0,00	0,00	148.007,19	0,00	0,00	0,00
412580	SAO PEDRO DO IVAI	311.693,22	80.245,71	0,00	0,00	0,00	391.938,93	0,00	0,00	0,00
412590	SAO PEDRO DO PARANA	5.784,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.784,39	0,00	0,00	0,00
412600	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	189.604,35	11.783,95	0,00	0,00	0,00	201.388,29	0,00	0,00	0,01
412610	SAO TOME	18.075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	18.075,60	0,00	0,00	0,00
412620	SAPOPEMA	53.224,63	11.480,97	0,00	0,00	0,00	64.705,60	0,00	0,00	0,00
412625	SARANDI	7.123.047,20	4.463.970,89	0,00	0,00	0,00	9.149.983,09	0,00	0,00	2.437.035,00
412627	SAUDADE DO IGUACU	11.557,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.557,94	0,00	0,00	0,00
412630	SENGES	475.251,52	8.764,65	0,00	0,00	0,00	484.016,17	0,00	0,00	0,00
412635	SERRANOPOLIS DO IGUACU	75.119,47	0,00	0,00	0,00	0,00	75.119,47	0,00	0,00	0,00
412640	SERTANEJA	43.287,93	0,00	48.356,16	0,00	0,00	91.644,08	0,00	0,00	0,01
412650	SERTANOPOLIS	346.005,25	11.549,61	263.025,00	0,00	0,00	357.554,86	0,00	0,00	263.025,00
412660	SIQUEIRA CAMPOS	522.533,34	71.675,52	0,00	0,00	0,00	594.208,86	0,00	0,00	0,00
412665	SULINA	11.698,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.698,89	0,00	0,00	0,00
412667	TAMARANA	145.327,96	4.514,50	289.930,44	0,00	0,00	176.747,90	0,00	0,00	263.025,00
412670	TAMBOARA	69.763,57	0,00	38.580,12	0,00	0,00	108.343,69	0,00	0,00	0,00
412680	TAPEJARA	306.844,26	11.689,28	0,00	0,00	0,00	318.533,54	0,00	0,00	0,00
412690	TAPIRA	203.475,72	0,00	0,00	12.888,24	0,00	0,00	0,00	0,00	216.363,96
412700	TEIXEIRA SOARES	162.465,99	30.605,98	0,00	0,00	0,00	193.071,98	0,00	0,00	-0,01
412710	TELEMACO BORBA	4.068.606,98	2.213.596,99	0,00	0,00	0,00	5.942.543,97	0,00	0,00	339.660,00
412720	TERRA BOA	1.287.258,96	336.684,38	0,00	81.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.704.981,43
412730	TERRA RICA	284.094,88	10.597,78	18.182,76	0,00	0,00	312.875,42	0,00	0,00	0,00
412740	TERRA ROXA	370.812,89	4.258,57	0,00	0,00	0,00	375.071,46	0,00	0,00	0,00
412750	TIBAGI	304.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.714,00	0,00	0,00	0,00
412760	TIJUCAS DO SUL	372.502,08	72.525,36	157.500,00	76.800,24	0,00	0,00	0,00	0,00	679.327,68
412770	TOLEDO	6.116.596,23	3.173.752,64	277.200,00	0,00	0,00	8.693.153,87	0,00	0,00	874.395,00
412780	TOMAZINA	321.023,40	8.902,97	0,00	0,00	0,00	329.926,37	0,00	0,00	0,00
412785	TRES BARRAS DO PARANA	326.306,52	89.961,83	0,00	0,00	0,00	416.268,36	0,00	0,00	-0,01
412788	TUNAS DO PARANA	8.068,66	0,00	60.000,00	0,00	0,00	68.068,66	0,00	0,00	0,00
412790	TUNEIRAS DO OESTE	207.814,31	4.074,88	0,00	0,00	0,00	211.889,18	0,00	0,00	0,01
412795	TUPASSI	183.278,08	85.617,55	0,00	0,00	0,00	268.895,64	0,00	0,00	-0,01
412796	TURVO	305.087,24	48.202,46	0,00	0,00	0,00	353.289,70	0,00	0,00	0,00
412800	UBIRATA	1.397.043,69	241.780,60	118.800,00	118.341,31	0,00	937.522,15	0,00	0,00	938.443,45

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

412810	UMUARAMA	13.149.617,73	12.194.447,09	389.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.733.464,82
412820	UNIAO DA VITORIA	5.088.470,86	2.892.191,49	1.712.145,48	0,00	0,00	9.353.147,83	0,00	0,00	339.660,00
412830	UNIFLOR	30.466,53	0,00	0,00	0,00	0,00	30.466,53	0,00	0,00	0,00
412840	URAI	287.083,53	87.025,99	0,00	0,00	0,00	374.109,52	0,00	0,00	0,00
412850	WENCESLAU BRAZ	370.523,74	10.781,55	0,00	0,00	0,00	381.305,29	0,00	0,00	0,00
412853	VENTANIA	22.598,32	0,00	0,00	0,00	0,00	22.598,32	0,00	0,00	0,00
412855	VERA CRUZ DO OESTE	208.232,06	0,00	0,00	0,00	0,00	208.232,06	0,00	0,00	0,00
412860	VERE	240.645,07	0,00	0,00	145.149,84	0,00	176.575,87	0,00	0,00	209.219,04
412862	ALTO PARAISO	143.645,88	0,00	0,00	6.091,92	0,00	0,00	0,00	0,00	149.737,80
412863	DOUTOR ULYSSES	23.341,27	0,00	0,00	0,00	0,00	23.341,27	0,00	0,00	0,00
412865	VIRMOND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
412870	VITORINO	21.214,64	0,00	0,00	0,00	0,00	21.214,64	0,00	0,00	0,00
412880	XAMBRE	65.671,20	0,00	0,00	9.905,88	0,00	0,00	0,00	0,00	75.577,08
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.212.566.779,26

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ - DEZEMBRO/2013

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód. IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	410690 - CURITIBA	Hospital de Clínicas	2384299	15545	11-11-2004	69.076.405,42
TOTAL						69.076.405,42

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 19 de dezembro de 2013

Ref.: Processo n.º 25000.125055/2013-85
Interessado: C V SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C V SILVA - ME, CNPJ nº 04.521.258/0001-94, em RIO BRANCO /AC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123708/2013-91
Interessado: M M MEDICAMENTOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M M MEDICAMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 00.561.725/0001-59, em LIMOEIRO DO NORTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123305/2013-42
Interessado: SMJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SMJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 17.300.794/0001-01, em ICARA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123843/2013-37
Interessado: DROGARIA MATTOSINHOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MATTOSINHOS LTDA - ME, CNPJ nº 08.307.824/0001-10, em CATAGUASES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123613/2013-78
Interessado: TERG COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TERG COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 07.628.809/0001-01, em BRASILIA /DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123828/2013-99
Interessado: ASSOC APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREV SOCIAL SPOLIS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ASSOC APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREV SOCIAL SPOLIS, CNPJ nº 80.164.981/0001-41, em SIDEROPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124305/2013-60
Interessado: TAMIRYS SCHULZ - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TAMIRYS SCHULZ - ME, CNPJ nº 18.001.474/0001-13, em SAO LUDGERO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123841/2013-48
Interessado: CAMELO FARMACIA E DISTRIBUIDORA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMELO FARMACIA E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, CNPJ nº 15.029.182/0001-09, em PARNAMIRIM /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126267/2013-80
Interessado: AGUIAR TEIXEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AGUIAR TEIXEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 18.180.115/0001-70, em SAO FIDELIS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123768/2013-12
Interessado: ROBERTO MARCIO SIMOES MACHADO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROBERTO MARCIO SIMOES MACHADO - ME, CNPJ nº 21.031.208/0001-48, em ITAJUBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123687/2013-12
Interessado: SILVA BENEVIDES FARMACEUTICA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVA BENEVIDES FARMACEUTICA LTDA - ME, CNPJ nº 18.169.510/0001-52, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124606/2013-93
Interessado: MARIANA GOMES DE ANDRADE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIANA GOMES DE ANDRADE - ME, CNPJ nº 17.558.561/0001-03, em BRASILIA /DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123221/2013-17
Interessado: DROGARIA HANE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA HANE LTDA ME, CNPJ nº 28.443.067/0001-10, em SERRA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.125004/2013-53
Interessado: D. JACOME COMERCIO FARMACEUTICO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D. JACOME COMERCIO FARMACEUTICO LTDA - ME, CNPJ nº 09.642.970/0001-65, em MOSSORO /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124795/2013-02
Interessado: MONTINI & FRANCA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MONTINI & FRANCA LTDA - ME, CNPJ nº 07.915.314/0001-63, em MARILIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.123953/2013-07
Interessado: FARMACIA BAIRRO MURUNDU LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BAIRRO MURUNDU LTDA - ME, CNPJ nº 09.011.822/0001-42, em RIO DE JANEIRO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123867/2013-96
Interessado: DROGARIA COLUMBIA DE MAUA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COLUMBIA DE MAUA LTDA - ME, CNPJ nº 00.208.639/0001-67, em MAUA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124787/2013-58
Interessado: SSS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SSS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.688.118/0001-33, em TIBAGI /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126034/2013-87
Interessado: EME DROGARIAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EME DROGARIAS LTDA - ME, CNPJ nº 11.903.997/0001-06, em MANAUS /AM na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123875/2013-32
Interessado: DROGARIA SARDOA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SARDOA LTDA - ME, CNPJ nº 04.423.169/0001-05, em GOVERNADOR VALADARES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123538/2013-45
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS BOHN LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS BOHN LTDA - ME, CNPJ nº 97.538.560/0001-36, em SALVADOR DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124674/2013-52
Interessado: GAMBETA & PAGNO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GAMBETA & PAGNO LTDA - ME, CNPJ nº 17.739.068/0001-90, em MAXIMILIANO DE ALMEIDA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126062/2013-02
Interessado: VANUZA CRISTINA NOBRE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VANUZA CRISTINA NOBRE - ME, CNPJ nº 11.535.884/0001-03, em BOA VISTA /RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123792/2013-43
Interessado: DROGARIA ARAUJO RODRIGUES & PEREIRA LIMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ARAUJO RODRIGUES & PEREIRA LIMA LTDA - ME, CNPJ nº 17.743.185/0001-27, em CONSELHEIRO LAFAIETE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126079/2013-51
Interessado: ZEQUI & LARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ZEQUI & LARA LTDA - ME, CNPJ nº 17.754.822/0001-60, em BARIRI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123933/2013-28
Interessado: JANAINA CRISTINA NEVES 03226994603
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JANAINA CRISTINA NEVES 03226994603, CNPJ nº 16.637.096/0001-33, em BARAO DE COCAIS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123986/2013-49
Interessado: D. PEDRO DE SOUZA E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D. PEDRO DE SOUZA E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 15.059.340/0001-65, em AGUA BOA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124231/2013-61
Interessado: FARMACIA MENGUE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MENGUE LTDA - ME, CNPJ nº 68.826.825/0001-01, em NOVO HAMBURGO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124077/2013-28
Interessado: DINIZ EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DINIZ EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 11.970.172/0001-04, em IPATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126068/2013-71
Interessado: SCHMIDT DIAS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SCHMIDT DIAS LTDA ME, CNPJ nº 84.938.695/0001-47, em LAGES /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123916/2013-91
Interessado: P. NORBERTO DE SOUZA EIRELI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa P. NORBERTO DE SOUZA EIRELI, CNPJ nº 14.983.232/0001-11, em BURITIS /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123223/2013-06
Interessado: FARMACIA AYRAO DE ITAOCARA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA AYRAO DE ITAOCARA LTDA - ME, CNPJ nº 07.455.765/0001-65, em ITAOCARA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124032/2013-53
Interessado: BRUNO FLAVIO VARALDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRUNO FLAVIO VARALDA - ME, CNPJ nº 17.892.137/0001-09, em BEBEDOURO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123908/2013-44
Interessado: ADRIANA O DE SOUZA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADRIANA O DE SOUZA - ME, CNPJ nº 14.473.831/0001-95, em CACERES /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123976/2013-11
Interessado: AS. LIMA - MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AS. LIMA - MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 07.698.499/0001-00, em GRAVATAI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.125028/2013-11
Interessado: FARMACIA ITOUPAVA CENTRAL LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ITOUPAVA CENTRAL LTDA EPP, CNPJ nº 80.985.690/0001-14, em BLUMENAU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.123915/2013-46
Interessado: FARMACIA TOSTES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA TOSTES LTDA - ME, CNPJ nº 29.035.185/0001-51, em MIRACEMA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.125014/2013-99
Interessado: EURIPEDES RAULINSON ARAUJO DE OLIVEIRA COSTA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EURIPEDES RAULINSON ARAUJO DE OLIVEIRA COSTA ME, CNPJ nº 01.456.029/0001-45, em DIANOPOLIS /TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124789/2013-47
Interessado: FELIPE REZENDE CONTE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FELIPE REZENDE CONTE - ME, CNPJ nº 13.866.283/0001-09, em PASSOS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124283/2013-38
Interessado: FARMA LESTE PRIMOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA LESTE PRIMOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.348.568/0001-40, em SUZANO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123243/2013-79
Interessado: DROGARIA POPULAR AVELAR LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA POPULAR AVELAR LTDA - ME, CNPJ nº 16.756.742/0001-81, em OLIVEIRA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123857/2013-51
Interessado: CAMPOS & MATEUS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMPOS & MATEUS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.809.519/0001-18, em SAO ROQUE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123506/2013-40
Interessado: DROGARIA NOVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA LTDA - ME, CNPJ nº 18.070.003/0001-67, em GOVERNADOR VALADARES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123333/2013-60
Interessado: FARMACIA DROGAMAIS BRASIL SENGES LTDA - ME - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DROGAMAIS BRASIL SENGES LTDA - ME - ME, CNPJ nº 17.551.114/0001-22, em SENGES /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.125507/2013-29
Interessado: FARMACIA PREV PONTA - EIRELI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PREV PONTA - EIRELI - ME, CNPJ nº 18.076.152/0001-33, em PONTA GROSSA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124067/2013-92
Interessado: F L A - MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F L A - MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 16.864.072/0001-17, em SAO PEDRO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126389/2013-76
Interessado: DROGARIA LUANA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LUANA LTDA - ME, CNPJ nº 03.342.325/0001-40, em AGUAS LINDAS DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124250/2013-98
Interessado: M & M DROGARIA E FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M & M DROGARIA E FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME, CNPJ nº 14.877.836/0001-83, em BAIXO GUANDU /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123793/2013-98
Interessado: NAIARA CRISTINA FERREIRA DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NAIARA CRISTINA FERREIRA DA SILVA - ME, CNPJ nº 15.693.695/0001-01, em BOM DESPACHO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123190/2013-96
Interessado: SCHERAIBER & VASCONCELOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SCHERAIBER & VASCONCELOS LTDA - ME, CNPJ nº 12.559.806/0001-01, em ARAGARCAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123762/2013-37
Interessado: DROGARIA SANTHORIAFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTHORIAFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 12.024.487/0001-21, em ITAPECERICA DA SERRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124301/2013-81
Interessado: FARMACIA DIURNA LIMITADA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DIURNA LIMITADA, CNPJ nº 84.310.523/0001-24, em ITAJAI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124224/2013-60
Interessado: DROGARIA SANTO AMARO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTO AMARO LTDA - ME, CNPJ nº 86.026.283/0001-66, em SANTO AMARO DA IMPERATRIZ /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126058/2013-36
Interessado: FRANCISCO MARCIO DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCISCO MARCIO DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 11.508.361/0001-60, em PICOS /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124069/2013-81
Interessado: FARMACIA SANTA RITA DE PEABIRU LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SANTA RITA DE PEABIRU LTDA - ME, CNPJ nº 09.147.132/0001-15, em PEABIRU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126329/2013-53
Interessado: DROGARIA SILVEIRA DE CAMPOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SILVEIRA DE CAMPOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.907.168/0001-90, em CAMPOS DOS GOYTACAZES /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124243/2013-96
Interessado: ANAFARMA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANAFARMA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.220.996/0001-02, em ANDRADINA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo n.º 25000.123277/2013-63
Interessado: DROGARIA NOSSO BAIRRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSO BAIRRO LTDA - ME, CNPJ nº 11.498.843/0001-86, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123756/2013-80
Interessado: LEOVEGILDO P SANTOS - DROGARIA VITAL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEOVEGILDO P SANTOS - DROGARIA VITAL - ME, CNPJ nº 15.572.711/0001-08, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.170149/2013-17
Interessado: RENATA BATISTA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RENATA BATISTA - ME, CNPJ nº 13.430.497/0001-20, em CAIBATE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123742/2013-66
Interessado: PROCOPIOS MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PROCOPIOS MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 14.144.720/0001-35, em INDIARA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.125043/2013-51
Interessado: FARMACIA ESPLANADA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ESPLANADA LTDA EPP, CNPJ nº 27.261.429/0001-99, em COLATINA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126435/2013-37
Interessado: A D CASSAL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A D CASSAL - ME, CNPJ nº 11.873.180/0001-32, em IGUATEMI /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124343/2013-12
Interessado: A. G. CESAR SAMPAIO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. G. CESAR SAMPAIO - ME, CNPJ nº 15.415.609/0001-07, em BOA VISTA /RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126047/2013-56
Interessado: P. S. DE ARAUJO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa P. S. DE ARAUJO - ME, CNPJ nº 13.511.244/0001-80, em TERESINA /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123605/2013-21
Interessado: DROGARIA DUCARMO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DUCARMO LTDA - ME, CNPJ nº 02.005.723/0001-09, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124237/2013-39
Interessado: P S DAMIAO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa P S DAMIAO - ME, CNPJ nº 75.000.596/0001-29, em ABATIA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124266/2013-09
Interessado: DROGARIA FARTURA VILA NOVA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FARTURA VILA NOVA LTDA-ME, CNPJ nº 47.794.557/0001-05, em FARTURA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124331/2013-98
Interessado: PEDRO & FERNANDES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEDRO & FERNANDES LTDA - ME, CNPJ nº 13.470.278/0001-74, em ARAGARCAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124841/2013-65
Interessado: MARQUES DI ROSA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARQUES DI ROSA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.807.265/0001-00, em PORTO NACIONAL /TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123234/2013-88
Interessado: GUTIERREZ ESCOBAR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GUTIERREZ ESCOBAR LTDA, CNPJ nº 01.631.766/0001-37, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123956/2013-32
Interessado: ALVES & ALVES FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALVES & ALVES FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 16.710.201/0001-12, em RESERVA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123488/2013-04
Interessado: DROGARIA MAIS GENERICA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAIS GENERICA LTDA - ME, CNPJ nº 12.092.639/0001-23, em LUZIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124071/2013-51
Interessado: FARMACIA BOA VENTURA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BOA VENTURA LTDA - ME, CNPJ nº 07.657.302/0001-86, em ITAPERUNA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124690/2013-45
Interessado: NGW FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NGW FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 25.025.453/0001-01, em VALPARAISO DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124258/2013-54
Interessado: ANA PAULA DE CASTRO FERREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA PAULA DE CASTRO FERREIRA - ME, CNPJ nº 16.991.737/0001-53, em SACRAMENTO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123927/2013-71
Interessado: FINAMOR E DIAS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FINAMOR E DIAS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.932.057/0001-21, em NEPOMUCENO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123210/2013-29
Interessado: EUDESFARMA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EUDESFARMA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.644.342/0001-47, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo n.º 25000.126371/2013-74
Interessado: E DAMASCENO PEREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E DAMASCENO PEREIRA - ME, CNPJ nº 15.491.902/0001-45, em FORTALEZA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123747/2013-99
Interessado: RUY ARAUJO NETO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RUY ARAUJO NETO - ME, CNPJ nº 08.375.766/0001-62, em PELOTAS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124040/2013-08
Interessado: TM COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TM COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA - EPP, CNPJ nº 18.024.211/0001-20, em CAMPO LIMPO PAULISTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126013/2013-61
Interessado: LOBO & LOBO LTDA - ME - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LOBO & LOBO LTDA - ME - ME, CNPJ nº 17.349.751/0001-10, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124603/2013-50
Interessado: RME DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RME DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.450.918/0001-35, em SANTA TERESA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124288/2013-61
Interessado: DROGARIA DOSE DE SAUDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DOSE DE SAUDE LTDA - ME, CNPJ nº 11.903.773/0001-02, em ITU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126275/2013-26
Interessado: APOLINARIO E KARITA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa APOLINARIO E KARITA LTDA - ME, CNPJ nº 00.131.078/0001-45, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123307/2013-31
Interessado: DROGARIA HIPERVIDA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA HIPERVIDA LTDA - ME, CNPJ nº 11.662.656/0001-96, em IBIRITE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123883/2013-89
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS GENESIS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS GENESIS LTDA - ME, CNPJ nº 00.407.062/0001-12, em CRATEUS /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124180/2013-78
Interessado: W. J. DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W. J. DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.629.436/0001-06, em PARAUAPEBAS /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124015/2013-16
Interessado: FARMACIA MARISA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MARISA LTDA - ME, CNPJ nº 15.700.268/0001-03, em TAIO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124171/2013-87
Interessado: T G PINHEIRO ARAUJO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa T G PINHEIRO ARAUJO LTDA - EPP, CNPJ nº 02.980.109/0001-68, em JAGUARIBE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123781/2013-63
Interessado: VIDA FORMULAS - FARMACIA E MANIPULACAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VIDA FORMULAS - FARMACIA E MANIPULACAO LTDA - ME, CNPJ nº 07.513.938/0001-54, em CAMBIRA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124613/2013-95
Interessado: DAIANA APARECIDA DE SOUZA DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DAIANA APARECIDA DE SOUZA DA SILVA - ME, CNPJ nº 15.404.370/0001-61, em ICARA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123899/2013-91
Interessado: FARMACIA UNIAO DA VITORIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA UNIAO DA VITORIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.750.066/0001-48, em FRANCISCO BELTRAO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124821/2013-94
Interessado: DROGARIA ALVES E RIBEIRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALVES E RIBEIRO LTDA - ME, CNPJ nº 15.340.523/0001-54, em BOA ESPERANCA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.124700/2013-42
Interessado: SIMONE V. A. RABELO & CIA. LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIMONE V. A. RABELO & CIA. LTDA. - ME, CNPJ nº 02.839.366/0001-84, em ARACAJU /SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.126308/2013-38
Interessado: TIAGO SOUZA FERNANDES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TIAGO SOUZA FERNANDES - ME, CNPJ nº 09.636.246/0001-29, em BARRA DO GARCAS /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo n.º 25000.123831/2013-11
Interessado: DANIELA GONCALVES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIELA GONCALVES - ME, CNPJ nº 12.916.858/0001-80, em CACHOEIRINHA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

12.916.858/0002-60 CACHOEIRINHA /RS

Ref.: Processo n.º 25000.198534/2010-78
Interessado: FARMACIA SOL DA TERRA LIMITADA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa FARMACIA SOL DA TERRA LIMITADA - EPP, CNPJ nº 76.611.904/0001-15, em FAXINAL DOS GUEDES /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

76.611.904/0003-87 FAXINAL DOS GUEDES /SC

Ref.: Processo n.º 25000.155014/2010-71
Interessado: DROGARIA VILLA MARIANA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa DROGARIA VILLA MARIANA LTDA - ME, CNPJ nº 13.448.766/0001-85, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

13.448.766/0002-66 SALVADOR /BA

Ref.: Processo n.º 25000.119298/2013-84
Interessado: SANDRA MARA DAVILA DE LIMA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa SANDRA MARA DAVILA DE LIMA - ME, CNPJ nº 07.676.161/0001-49, em SAO LEOPOLDO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

07.676.161/0002-20 SAO LEOPOLDO /RS

LEONARDO BATISTA PAIVA
Substituto

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o orçamento, referente ao exercício de 2013, do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV-E), operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, o art. 8º do Decreto nº 1.081, de 8 de março de 1994, e o inciso III do art. 1º da Resolução nº 196, de 13 de junho de 2013, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, e

considerando a solicitação de remanejamento de recursos entre as regiões do território nacional formulada pelo Agente Operador, resolve:

Art. 1º A execução do orçamento, referente ao exercício de 2013, do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV-E), operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), aprovado pela Resolução nº 196, de 13 de junho de 2013, do Conselho Curador do FDS, alterada pela Instrução Normativa nº 38, de 5 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, observará a seguinte distribuição:

REGIÃO	ORÇAMENTO - 2013 PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - ENTIDADES		
	%	Metas físicas previstas (em unidades habitacionais)	Valor (R$ 1,00)
Norte	12,87%	2.574	141.570.000
Nordeste	18,19%	3.638	200.090.000
Sudeste	23,82%	4.763	262.020.000
Sul	28%	5.601	308.000.000
Centro-Oeste	17,12%	3.424	188.320.000
Total	100,00%	20.000	1.100.000.000,00

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Instrução Normativa nº 38, de 5 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2013, Seção 1, pag. 72.

AGUINALDO RIBEIRO

PORTARIA Nº 593, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Divulga seleção de proposta apresentada pela Prefeitura de Mogi das Cruzes/SP, para execução de ações de transporte e de mobilidade urbana, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995,

considerando o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC,

considerando a Ata de reunião do Comitê Gestor do PAC - CGPAC, de 17 de julho de 2013, que registra a aprovação da inclusão do pleito na carteira de empreendimentos do PAC, e

considerando o subitem 6.1.1.5 - Seleção em Excepcionalidade, da Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, resolve:

Art. 1º. Tornar pública, na forma do Anexo, a seleção de proposta apresentada ao Ministério das Cidades, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para contratação de operação de crédito no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e/ou de linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Parágrafo Único - O proponente selecionado será oficialmente informado pelo Ministério das Cidades sobre o valor exato do financiamento aprovado.

Art. 2º. Eventuais alterações na proposta, que impliquem necessidade de aporte de recursos serão custeadas exclusivamente pelo proponente, devendo o Ministério das Cidades ser imediatamente informado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO

UF	Proponente	CNPJ	Município Beneficiado	Intervenção	Carta-Consulta
SP	Prefeitura	46.523.270/0001-88	Mogi das Cruzes	Passagem Subterrânea Praça Sacadura Cabral	003477.02.88/2013-19

PORTARIA Nº 594, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Divulga seleção de proposta apresentada pela Prefeitura de Mogi Guaçu/SP, para execução de ações de transporte e de mobilidade urbana, no âmbito do PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995,

considerando o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC,

considerando a Ata de reunião do Comitê Gestor do PAC - CGPAC, de 12 de novembro de 2013, que registra a aprovação da inclusão do pleito na carteira de empreendimentos do PAC, e

considerando o subitem 6.1.1.5 - Seleção em Excepcionalidade, da Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, resolve:

Art. 1º. Tornar pública, na forma do Anexo, a seleção de proposta apresentada ao Ministério das Cidades, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para contratação de operação de crédito no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e/ou de linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Parágrafo Único - O proponente selecionado será oficialmente informado, pelo Ministério das Cidades, sobre o valor exato do financiamento aprovado.

Art. 2º. Eventuais alterações na proposta que impliquem necessidade de aporte de recursos superiores serão custeadas exclusivamente pelo proponente do empreendimento, devendo o Ministério das Cidades ser imediatamente informado acerca desse valor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO

UF	Proponente	CNPJ	Município Beneficiado	Intervenção	Carta-Consulta
SP	Prefeitura	45.301.264/0001-13	Mogi Guaçu	Implantação de Corredores de ônibus e Qualificação do Sistema viário de Mogi Guaçu	009521.02.88/2013-40

PORTARIA Nº 595, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e considerando a Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, e o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n° 7.499, de 16 de junho de 2009, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do Anexo desta Portaria, os parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

Art. 2º Revogar a Portaria MCIDADES nº 610, de 26 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2011, Seção 1, páginas 59 e 60.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e os procedimentos para a seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), no que se refere às operações realizadas com os recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), recursos transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e por meio de oferta pública de recursos em municípios com até cinquenta mil habitantes.

2. CADASTRO DE CANDIDATOS

2.1 Os candidatos a beneficiários devem estar inscritos nos cadastros habitacionais do Distrito Federal, estados ou municípios.

2.1.1 No caso das operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS os candidatos a beneficiários deverão estar inscritos no cadastro habitacional da entidade organizadora proponente.

2.2 Os dados cadastrais do candidato a beneficiário devem contemplar as informações necessárias à aplicação dos critérios de hierarquização, priorização e seleção conforme disposto nesta Portaria.

2.3 O cadastramento dos candidatos a beneficiários, de que trata os subitens 2.1 e 2.1.1, deverá ser gratuito.

2.4 O cadastro de candidatos a beneficiários, contendo a identificação dos inscritos, deverá estar permanentemente disponível para consulta pela população, por meios físicos e eletrônicos.

2.4.1 A divulgação em forma não eletrônica deverá ser realizada por meio da disponibilização dos dados em meio físico, afixado em local apropriado nas sedes dos governos do Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras, bem como na Câmara de Vereadores do município e Câmara Distrital do Distrito Federal.

2.4.1.1 Quando a quantidade de inscritos inviabilizar a afixação da relação em meio físico, poderá ser promovida forma alternativa de disponibilização do cadastro, franqueada a consulta por qualquer interessado de forma permanente.

2.4.2 A divulgação em forma eletrônica deverá ser realizada nos respectivos sítios eletrônicos dos governos do Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras, quando existentes.

3. INDICAÇÃO DE CANDIDATOS

3.1 A indicação dos candidatos a beneficiários será realizada, preferencialmente, pelo Distrito Federal ou município onde será executado o empreendimento.

3.1.1 O estado poderá promover a indicação total ou parcial dos candidatos a beneficiários, quando for o responsável pelas contrapartidas aportadas no empreendimento ou nos casos em que o município não possua cadastro habitacional consolidado.

3.1.1.1 A indicação de que trata o subitem 3.1.1 deverá ser feita mediante acordo previamente formalizado entre o estado e o município onde será executado o empreendimento, onde o estado se compromete com o cumprimento das atribuições e procedimentos previstos nesta Portaria.

3.1.2 No caso de empreendimentos localizados em municípios integrantes de regiões metropolitanas das capitais estaduais, quando existentes, das regiões metropolitanas de Campinas/SP e Baixada Santista/SP, em municípios limítrofes à Teresina/PI ou que pertençam à respectiva Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE, no Distrito Federal, a indicação poderá ser promovida por um conjunto de municípios limítrofes, mediante entendimento prévio entre esses e formalização de acordo por meio de instrumento próprio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.1.2.1 A decisão de indicação pelo grupo de municípios deverá ser submetida à avaliação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, previamente à contratação do empreendimento.

3.1.3 Nos casos das operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS, a indicação dos candidatos a beneficiários será de responsabilidade da entidade organizadora proponente.

3.2 A indicação dos candidatos se dará a partir da aplicação dos critérios de priorização e procedimentos de seleção definidos nesta Portaria.

3.3 Será admitida a indicação de famílias provenientes de um mesmo assentamento irregular, em razão de estarem em área de risco, terem sido desabrigadas por motivo de risco ou outros motivos justificados em projetos de regularização fundiária e que tiverem que ser realocadas, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização de que trata o item 4 e processo de seleção de que trata o item 5 desta Portaria.

3.3.1 A indicação fica limitada a 50% (cinqüenta por cento) da quantidade de unidades habitacionais contratadas no município.

3.3.2 Consideram-se áreas de risco aquelas definidas no subitem 4.1.1.

3.4 Nos casos de indicação de famílias provenientes das situações descritas abaixo, ficam dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização de que trata o item 4 e processo de seleção de que trata o item 5 desta Portaria:

a) atendimento à demanda habitacional proveniente de situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos por Portaria da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em operações realizadas com os recursos advindos da integralização de cotas no FAR ou da transferência de recursos ao FDS, sendo as famílias beneficiadas aquelas que foram desabrigadas em razão do desastre natural; e

b) operações realizadas com os recursos advindos da integralização de cotas no FAR, vinculadas a intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo as famílias beneficiadas aquelas residentes nas respectivas áreas de intervenção, que tiverem que ser realocadas ou reassentadas.

4. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DE CANDIDATOS

Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários serão observados critérios nacionais e adicionais de priorização, conforme segue:

4.1 São considerados critérios nacionais de priorização, conforme o disposto na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e

c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

4.1.1 São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

4.2 De forma a complementar os critérios nacionais; Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras poderão estabelecer até três critérios adicionais de priorização.

4.2.1 Os critérios adicionais deverão harmonizar-se com os nacionais, estabelecidos no subitem 4.1 desta Portaria.

4.2.2 Não poderão ser definidos critérios adicionais que priorizem o atendimento de candidatos a beneficiários cadastrados em data anterior à publicação da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009.

4.2.3 O ente público ou entidade organizadora poderão, ao estabelecer os critérios adicionais, contemplar critérios de territorialidade ou de vulnerabilidade social, priorizando candidatos:

a) que habitam ou trabalham próximos à região do empreendimento, de forma a evitar deslocamentos intra-urbanos extensos; ou

b) que se encontrem em situação de rua e recebam acompanhamento sócio assistencial do DF, estados e municípios, bem como de instituições privadas sem fins lucrativos, que trabalhem em parceria com o poder público.

4.2.4 Os critérios adicionais estabelecidos pelo Distrito Federal ou municípios deverão ser aprovados pelos conselhos distritais ou municipais de habitação ou, nos casos de inexistência, nos respectivos conselhos de assistência social.

4.2.5 Nos casos previstos no subitem 3.1.1, os critérios adicionais deverão ser estabelecidos mediante prévio entendimento entre os entes públicos e deverão ser aprovados pelos conselhos municipais e estaduais de habitação ou, nos casos de inexistência destes, nos respectivos conselhos de assistência social.

4.2.6 Nos casos previstos no subitem 3.1.2 os critérios adicionais deverão ser formalizados no instrumento previsto no mesmo subitem e deverão ser aprovados pelos respectivos conselhos municipais de habitação ou, nos casos de inexistência destes, nos conselhos municipais de assistência social.

4.2.7 Os critérios adicionais deverão ser publicados por meio de Decreto, ratificando a aprovação pelos conselhos distrital, municipal ou estadual de habitação ou de assistência social, com divulgação nos meios citados nos subitens 2.4.1 e 2.4.2 e ainda, quando for o caso, no Diário Oficial dos estados ou do DF.

4.2.8 Nos casos de operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS as entidades organizadoras deverão, para cada proposta apresentada às instituições financeiras oficiais federais, aprovar os critérios adicionais em assembleia, registrada em ata, regulada pelos seus respectivos estatutos ou regimentos.

4.2.8.1 As entidades organizadoras deverão registrar as atas em cartório e dar conhecimento a todos os seus associados, divulgando-as em meios que garantam sua ampla publicidade.

4.2.9 Nos casos de estabelecimento de critérios adicionais, estes deverão ser definidos, aprovados e publicizados:

a) nas operações realizadas com os recursos advindos da integralização de cotas no FAR, em municípios da área de atuação de que trata o item 4, Anexo I da Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, no prazo máximo de 5 (cinco) meses após ser comunicado formalmente pela instituição financeira oficial federal da contratação do empreendimento;

b) nas operações realizadas com os recursos advindos da integralização de cotas no FAR, em municípios da área de atuação de que trata o item 4, Anexo I da Portaria nº 363, de 12 de agosto de 2013, do Ministério das Cidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ser comunicado formalmente pela instituição financeira oficial federal, da ocorrência da contratação do empreendimento;

c) nas operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS, antes da apresentação, pela entidade organizadora, da proposta de empreendimento à instituição financeira oficial federal; e

d) nas operações em municípios com população limitada até cinquenta mil habitantes realizadas por meio da oferta pública de recursos, antes da apresentação da relação de candidatos selecionados às instituições ou agentes financeiros.

4.2.9.1 Para o cumprimento do disposto na alínea "a" do subitem 4.2.9, as instituições financeiras oficiais federais deverão comunicar formalmente aos entes públicos, em no máximo 30 (trinta) dias contados da data da contratação da operação, a localização, as características e o quantitativo total das unidades habitacionais do empreendimento.

4.2.9.2 Para o cumprimento do disposto na alínea "b" do subitem 4.2.9, as instituições financeiras oficiais federais deverão comunicar formalmente aos entes públicos, imediatamente após a contratação da operação, a localização, as características e o quantitativo total das unidades habitacionais do empreendimento.

4.3 No caso de não adoção de critérios adicionais por parte dos entes públicos a decisão de adotar somente os critérios nacionais deverá ser submetida à aprovação dos conselhos distrital, municipal ou estadual de habitação ou de assistência social e deverá ser publicizada nos meios citados nos subitens 2.4.1 e 2.4.2 e ainda, quando for o caso, no Diário Oficial dos estados ou do DF.

4.4 No caso de não adoção de critérios adicionais por parte das entidades organizadoras, a decisão de adotar somente os critérios nacionais deverá ser aprovada em assembleia, registrada em ata, regulada pelos seus respectivos estatutos ou regimentos.

4.4.1 As entidades organizadoras deverão registrar as atas em cartório e dar conhecimento a todos os seus associados, divulgando-as em meios que garantam sua ampla publicidade.

4.5 No caso das operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS, fica facultada, às entidades organizadoras, a escolha de um critério adicional, entre aqueles estabelecidos, para efeito de desempate entre candidatos ao final do processo de seleção fixado nesta Portaria, aplicando-se os dispositivos referentes à sua aprovação e divulgação.

5. PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

O processo seletivo nortear-se-á pelo objetivo de priorização ao atendimento de candidatos que se enquadrem no maior número de critérios nacionais e adicionais.

5.1 O número de candidatos selecionados deverá corresponder à quantidade de unidades habitacionais do empreendimento, acrescida de 30% (trinta por cento).

5.1.1 Nas operações realizadas com os recursos transferidos ao FDS, fica facultada a aplicação do percentual fixado neste subitem.

5.2 Deverá ser reservado, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento para atendimento a pessoas idosas, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, e suas alterações.

5.2.1 Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

5.2.2 Para seleção, os candidatos pessoa idosa deverão ser hierarquizados em ordem decrescente de acordo com o atendimento ao maior número de critérios nacionais e adicionais.

5.2.2.1 Havendo empate, nas operações realizados com recursos transferidos ao FDS deverá ser aplicado o critério estabelecido no subitem 4.4, nas demais operações deverá ser realizado sorteio para o desempate.

5.2.2.2 Nas operações realizadas com recursos transferidos ao FDS, persistindo o empate após a aplicação do critério estabelecido no subitem 4.4, deverá ser realizado sorteio para a sua resolução.

5.3 Será assegurado que, do total de unidades habitacionais do empreendimento, pelo menos 3% (três por cento) serão destinadas ao atendimento a pessoa com deficiência ou à famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual.

5.3.1 Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subseqüente.

5.3.2 Para seleção, os candidatos pessoa com deficiência ou família de que façam parte pessoas com deficiência, deverão ser hierarquizados em ordem decrescente de acordo com o atendimento ao maior número de critérios nacionais e adicionais.

5.3.2.1 Havendo empate, nas operações realizados com recursos transferidos ao FDS deverá ser aplicado o critério estabelecido no subitem 4.4, nas demais operações deverá ser realizado sorteio para o desempate.

5.3.2.2 Nas operações realizadas com recursos transferidos ao FDS, persistindo o empate após a aplicação do critério estabelecido no subitem 4.4, deverá ser realizado sorteio para a sua resolução.

5.3.3 Nos casos de operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS, somente será admitido atendimento em percentual inferior ao estabelecido no item 5.3, nos casos em que o número de candidatos pessoa com deficiência ou família de que façam parte pessoas com deficiência, inscritos no cadastro da entidade organizadora proponente, não seja suficiente para esgotar o referido limite.

5.3.4 O candidato que ainda não tenha comprovado a condição indicada no subitem 5.3 junto ao ente responsável pela indicação da demanda, deverá fazê-lo apresentando atestado médico que comprove a deficiência alegada e que contenha o número da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a classificação da deficiência de acordo com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

5.4 Os candidatos pessoas idosas ou pessoas com deficiência que não forem selecionadas para as unidades de que tratam os subitens 5.2 e 5.3 deverão participar do processo de seleção de candidatos para as demais unidades do empreendimento.

5.5 Descontadas as unidades destinadas aos candidatos enquadrados nos subitens 5.2 e 5.3, a seleção dos demais candidatos deverá ser qualificada de acordo com a quantidade de critérios atendidos pelos candidatos, devendo ser agrupada conforme segue:

a) Grupo I - representado pelos candidatos que atendam de cinco a seis critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais; e

b) Grupo II - representado pelos candidatos que atendam até quatro critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais.

5.6 Os candidatos de cada grupo serão selecionados e ordenados por meio de sorteio, obedecendo a seguinte proporção:

a) 75% (setenta e cinco por cento) de candidatos do Grupo I; e

b) 25% (vinte e cinco por cento) de candidatos do Grupo II.

5.6.1 Caso o quantitativo de integrantes do Grupo I não alcance a proporção referida na alínea "a" do subitem 5.6, o ente responsável pela seleção deverá realizar sorteio entre os candidatos que atendam a três ou quatro critérios dentre os nacionais e adicionais, de forma a complementar o referido percentual.

5.6.1.1 Se após a complementação de que trata o subitem anterior, o número de candidatos selecionados ainda não alcançar o referido percentual, será admitido que sejam atendidos candidatos do Grupo II até se atingir o total de candidatos necessário.

5.7 Quando a quantidade total de critérios adotados for menor que cinco, deverá ser formado um único grupo e deverá ser aplicado o sorteio para a seleção dos candidatos.

5.8 Os candidatos a beneficiários, selecionados em decorrência do percentual adicional de que trata o subitem 5.1, que não se tornarem beneficiários ao final do processo de seleção, deverão permanecer no cadastro para participação de futuros processos de seleção.

5.9 Deverá ser dada publicidade, com divulgação no município em que será realizado o empreendimento, nos meios citados nos subitens 2.4.1 e 2.4.2, da data e do local de realização do sorteio para seleção dos candidatos.

5.9.1 Nos casos de operações realizadas por meio de transferência de recursos ao FDS a entidade organizadora deverá dar ampla publicidade da data e do local de seleção dos candidatos.

5.10 O ente público responsável pela seleção deverá encaminhar a relação dos candidatos a beneficiários selecionados para conhecimento dos conselhos distrital, municipal ou estadual de habitação ou de assistência social antes da apresentação da relação às instituições financeiras ou agentes financeiros.

5.11 O processo seletivo será finalizado pela validação, por parte da Caixa Econômica Federal, das informações prestadas pelos candidatos junto a outros cadastros de administração de órgãos ou entidades do Governo Federal, conforme disposto no item 8 desta Portaria, e deverá ser precedida da inclusão ou atualização dos dados dos candidatos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

6. INCLUSÃO/ATUALIZAÇÃO DO CADÚNICO

O Distrito Federal ou o município deverá providenciar a inclusão ou atualização dos candidatos selecionados no CadÚnico, antes da indicação do candidato às instituições financeiras ou agentes financeiros.

6.1 O atendimento às famílias enquadradas nas situações descritas nos subitens 3.3 e 3.4 ocorrerão sem prejuízo ao prescrito neste subitem.

6.2 As entidades organizadoras e os estados, quando responsáveis pela indicação dos candidatos selecionados, deverão solicitar ao Distrito Federal ou ao município, a inclusão ou atualização referida no subitem 6.1, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data da apresentação da relação de candidatos selecionados.

6.2.1 Nos casos de operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS, quando o Distrito Federal ou município não proceder à inclusão ou atualização dos candidatos selecionados no CadÚnico em tempo hábil para a apresentação da relação dos candidatos selecionados de que trata o subitem 6.2, será admitido que a relação de candidatos seja encaminhada à instituição financeira oficial federal acompanhada do ofício de solicitação da entidade organizadora com o ateste de recebimento pelo Gestor Local do CadÚnico.

7. APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS

A apresentação da relação dos candidatos à instituição financeira ou agente financeiro contratante da operação, deverá ser realizada pelo ente público ou entidade organizadora que, no ato da contratação da operação se responsabilizou pela seleção dos candidatos a beneficiários.

7.1 Nos casos de operações realizadas com os recursos advindos da integralização de cotas no FAR, a apresentação da relação de candidatos observará:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7.1.1 Nas operações realizadas em municípios da área de atuação de que trata o item 4, Anexo I da Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, a cada empreendimento contratado, a instituição financeira oficial federal deverá notificar formalmente o ente público 8 (oito) meses após a contratação do empreendimento, solicitando a relação de candidatos selecionados.

7.1.1.1 A relação de candidatos selecionados deverá ser protocolada pelo ente público na instituição financeira oficial federal, responsável pela contratação do empreendimento, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) após ser notificado formalmente.

7.1.1.2 Caso a relação de candidatos selecionados não seja protocolada na instituição financeira oficial federal até o prazo estabelecido e o empreendimento atingir 50% (cinquenta por cento) de execução, a indicação dos candidatos a beneficiários poderá ser feita:

a) pelo estado, se no ato da contratação do empreendimento o responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários era o município ou conjunto de municípios; ou

b) pelo município onde será executado o empreendimento, se no ato da contratação do empreendimento o responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários era o estado;

7.1.1.3 Se o empreendimento alcançar 50% (cinquenta por cento) de execução e a relação de candidatos a beneficiários não tiver sido protocolada, a instituição financeira oficial federal responsável pela contratação do empreendimento deverá notificar formalmente:

a) o ente público responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários no ato da contratação, informando que a indicação dos candidatos a beneficiários será feita por ente público substituto;

b) o ente publico substituto, informando a situação ocorrida e solicitando a relação de candidatos a beneficiários; e

c) a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, informando da situação ocorrida.

7.1.1.4 A seleção dos candidatos a beneficiários, pelo ente substituto, deverá seguir os critérios e procedimentos previstos nesta Portaria e deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação formal.

7.1.2 Nas operações realizadas em municípios da área de atuação de que trata o item 4, Anexo I da Portaria nº 363 de 12 de agosto de 2013, do Ministério das Cidades, a instituição financeira oficial federal deverá notificar formalmente o ente público imediatamente após a contratação do empreendimento, solicitando a relação de candidatos selecionados.

7.1.2.1 A relação de candidatos selecionados deverá ser protocolada pelo ente público na instituição financeira oficial federal, responsável pela contratação do empreendimento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após ser notificado formalmente da contratação do empreendimento.

7.1.2.2 Caso a relação de candidatos selecionados não seja protocolada na instituição financeira oficial federal até o prazo estabelecido e o empreendimento atingir 60% (sessenta por cento) de execução, a indicação dos candidatos a beneficiários poderá ser feita:

a) pelo estado, se no ato da contratação do empreendimento o responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários era o município ou conjunto de municípios; ou

b) pelo município onde será executado o empreendimento, se no ato da contratação do empreendimento o responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários era o estado.

7.1.2.3 Se o empreendimento alcançar 60% (sessenta por cento) de execução e a relação de candidatos a beneficiários não tiver sido protocolada, a instituição financeira oficial federal responsável pela contratação do empreendimento deverá notificar formalmente:

a) o ente público responsável pela indicação dos candidatos a beneficiários no ato da contratação do empreendimento, informando que a indicação dos candidatos a beneficiários será feita pelo ente público substituto;

b) o ente publico substituto, informando a situação ocorrida e solicitando a relação de candidatos a beneficiários; e

c) a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, informando da situação ocorrida.

7.1.2.4 A seleção dos candidatos a beneficiários, pelo ente substituto, deverá seguir os critérios e procedimentos previstos nesta Portaria e deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias após notificação formal.

7.2 Nos casos de operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS, a apresentação da relação dos candidatos selecionados, por parte das entidades organizadoras, deverá ser prévia à contratação da respectiva operação, representando condicionante à formalização do contrato.

7.3 A Caixa Econômica Federal regulamentará a forma de envio e recebimento das informações pelos entes públicos, entidades organizadoras e instituições financeiras oficiais federais nas operações enquadradas nos subitens 7.1 e 7.2.

7.4 Nas operações em municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes, realizadas por meio de oferta pública de recursos, o ente público deverá apresentar a relação dos candidatos selecionados à instituição financeira ou agente financeiro responsável pela contratação da operação, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do prazo final para contratação, fixado em normativo específico do Ministério das Cidades, que regulamenta a referida modalidade.

7.4.1 As instituições financeiras ou agentes financeiros deverão encaminhar a relação dos candidatos à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, em no máximo 15 (quinze) dias após o seu recebimento.

7.4.2 A Secretaria Nacional de Habitação regulamentará, por ato normativo próprio, a forma de envio e recebimento das informações pelos entes públicos, por meio das instituições financeiras e dos agentes financeiros.

7.5 A relação de candidatos selecionados, apresentada à instituição financeira ou agente financeiro responsável pela contratação do empreendimento, deverá estar acompanhada:

a) de comprovação de atendimento ao subitem 2.4 desta Portaria;

b) de cópia do Decreto e de documentação que comprove a divulgação dos critérios adicionais nos meios de comunicação do município de que trata o subitem 4.2.7, para os casos de operações realizadas com recursos advindos da integralização de cotas no FAR ou de operações em municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes, realizadas por meio de oferta pública de recursos;

c) de cópia da Ata de que trata o subitem 4.2.8 e de documentação que comprove sua divulgação, para os casos de operações realizadas com os recursos transferidos ao FDS;

d) da documentação que comprove a deficiência dos candidatos pessoa com deficiência ou família de que faça parte pessoa com deficiência, contendo atestado médico que comprove a deficiência alegada e que contenha o número da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a classificação da deficiência de acordo com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

e) de documento informando a data e local onde foi realizado o sorteio para seleção dos candidatos e de documentação que comprove a publicação do resultado desse sorteio na forma dos subitens 2.4.1 e 2.4.2; e

f) de declaração do ente público ou entidade organizadora, responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários, atestando que cumpriu os procedimentos de que tratam os itens 4 e 5 desta Portaria e que está ciente que estará sujeito à fiscalização pelos órgãos de controle.

7.5.1 A relação de candidatos selecionados deverá discriminar a quais critérios, nacionais e adicionais, o candidato atendeu no processo de seleção.

7.5.2 Serão dispensados da apresentação do Decreto e da documentação comprobatória da publicização dos critérios adicionais de que trata o subitem 4.2.7, além da discriminação dos critérios atendidos no processo de seleção, os candidatos indicados em decorrência do enquadramento nas situações descritas nos subitens 3.3 e 3.4.

7.5.3 A relação dos candidatos selecionados em decorrência do enquadramento na situação descrita na alínea "a" do subitem 3.4, deverá estar acompanhada da seguinte documentação:

a) Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CADÚNICO dos candidatos selecionados;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos candidatos selecionados;

c) AVADAM emitido pela Defesa Civil local;

d) cópia da Portaria publicada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional reconhecendo a situação de emergência ou estado de calamidade pública;

e) Relatório de Diagnóstico, conforme padrão disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional;

f) declaração do chefe do Poder Executivo responsável pela seleção dos candidatos, atestando que os candidatos selecionados foram desabrigados em razão do desastre natural;

g) declaração do beneficiário selecionado atestando que perdeu seu único imóvel residencial em razão do desastre natural.

8. VERIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

8.1 As informações dos candidatos selecionados serão verificadas pela Caixa Econômica Federal junto:

a) ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

b) ao Cadastro de participantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

c) à Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

d) ao Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT;

e) ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal- CADIN; e

f) ao Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária - SIACI.

8.2 As relações dos candidatos aptos a serem beneficiários e dos candidatos com informações incompatíveis com as diretrizes do programa, serão encaminhadas pela Caixa Econômica Federal à (ao):

a) ente público responsável pela indicação dos candidatos e à instituição financeira oficial federal responsável pela contratação da operação, nos casos de operações realizadas com os recursos advindos da integralização de cotas no FAR;

b) entidade organizadora, nos casos de operações realizadas por meio da transferência de recursos ao FDS;

c) Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, nos casos de operações em municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes, realizadas por meio da oferta pública de recursos.

8.3 Os entes públicos deverão publicar por meio de ato administrativo específico, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após ser comunicado, a relação dos candidatos aptos a serem beneficiários do PMCMV.

8.3.1 Os entes públicos deverão divulgar a relação no município onde será executado o empreendimento, nos meio citados nos subitens 2.4.1 e 2.4.2 e ainda, quando for o caso, no Diário Oficial dos estados ou do Distrito Federal.

8.4 As entidades organizadoras deverão divulgar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após serem comunicadas pela Caixa Econômica Federal, a relação dos candidatos aptos a serem beneficiários do PMCMV em assembléia específica, registrada em ata, regulada pelos seus respectivos estatutos.

8.4.1 As entidades organizadoras deverão registrar as atas em cartório e dar conhecimento a todos os seus associados, divulgando-as em meios que garantam sua ampla publicidade.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Serão utilizados, no que couberem, os conceitos de família, pessoa responsável pela unidade familiar, morador e outros previstos na legislação do CadÚnico, notadamente no Decreto n° 6.135, de 26 de junho de 2007 e na Portaria MDS n° 376, de 16 de outubro de 2008, publicada no DOU em 20 de outubro de 2008, seção 1, páginas 89 a 91.

9.2 O candidato que omitir informações ou as prestar de forma inverídica, sem prejuízo de outras sanções, deverá ser excluído, a qualquer tempo, do processo de seleção estabelecido neste instrumento.

9.3 Nos municípios onde o ente público responsável pela indicação dos candidatos a beneficiários não aplicar os dispositivos estabelecidos neste instrumento, sem prejuízo de outras sanções, as instituições financeiras e agentes financeiros ficarão impedidas de realizarem novas contratações no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

9.4 As entidades organizadoras responsáveis pela indicação dos candidatos a beneficiários que não aplicarem os dispositivos estabelecidos neste instrumento serão desabilitadas para fins de participação nos programas habitacionais sob gestão do Ministério das Cidades.

9.5 Nos casos de requalificação de imóveis, em que não seja possível executar unidades habitacionais em quantidade suficiente para atender o percentual de que trata o subitem 5.3, o percentual poderá ser cumprido no computo do total de unidades contratadas no município.

9.6 Nos casos de operações realizadas em municípios da área de atuação de que trata o item 4, Anexo I da Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, em que os processos de seleção de beneficiários estiverem em curso quando da publicação desta Portaria e os empreendimentos estiverem com 50% (cinquenta por cento) ou mais de execução de obra, o ente responsável pela indicação dos candidatos a beneficiários terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Portaria para protocolar, na instituição financeira oficial federal, a relação de candidatos selecionados.

9.6.1 Caso a relação de candidatos selecionados não seja protocolada na instituição financeira oficial federal até o prazo estabelecido, a indicação dos candidatos a beneficiários poderá ser feita:

a) pelo estado, se no ato da contratação do empreendimento o responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários era o município ou conjunto de municípios; ou

b) pelo município onde será executado o empreendimento, se no ato da contratação do empreendimento o responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários era o estado;

9.6.2 A instituição financeira oficial federal responsável pela contratação do empreendimento deverá notificar formalmente:

a) o ente público responsável pela seleção dos candidatos a beneficiários no ato da contratação, informando que a indicação dos candidatos a beneficiários será feita por ente público substituto;

b) o ente publico substituto, informando a situação ocorrida e solicitando a relação de candidatos a beneficiários; e

c) a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, informando da situação ocorrida.

9.6.3 A seleção dos candidatos a beneficiários, pelo ente substituto, deverá seguir os critérios e procedimentos previstos nesta Portaria e deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias após notificação formal.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 469, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera dispositivos e os Anexos da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, com redação dada pelas Deliberações nº 104 de 24 de dezembro de 2010 e nº 132 de 20 de dezembro de 2012, que estabelecem requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme Decreto n.º 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos para registro das características ou tipos de acessibilidade dos veículos de transporte coletivo de passageiros nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, bem como os requisitos para vistoria e fiscalização;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 18 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO o contido nos artigos 98 e 105 do Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO o que consta nos Processos Administrativos n.º 80000.033495/2012-34; 80000.034424/2012-59; 80000.034001/2012-39, resolve:

Art. 1º Alterar o quarto considerando da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"CONSIDERANDO o disposto nas normas ABNT NBR nº 14022, NBR nº 15320 e NBR nº 15570, e nas Portarias INMETRO nº 260/2007, 168/2008, 432/2008, 158/2009, 358/2009, 36/2010, 47/2010, 290/2010, 292/2010, 357/2010, 364/2010 e 27/2011; e"

Art. 2º Alterar o Artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, de aplicação rodoviária, urbana ou seletiva, fabricados ou adaptados com características de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, deverão apresentar essa informação das características ou tipos de acessibilidade dos veículos de transporte coletivo de passageiros, no CRV e no CRLV, conforme Anexo I, atendendo aos requisitos estabelecidos nesta Resolução e na legislação metrológica."

Art. 3º Alterar a letra "e" do Inciso I do Artigo 3º da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"e) Documento fiscal de aquisição do veículo de característica rodoviária que trafegam em vias urbanas, utilizados no serviço seletivo para transporte coletivo de passageiros, fabricado a partir de 18/12/2010, contendo a inscrição de atendimento à norma ABNT NBR nº 15320 complementados pelos requisitos de comunicação visual e de segurança estabelecidos pela Portaria n.º 364/2010, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO;"

Art. 4º Alterar os Incisos I; II; III; IV; V e VI - com acréscimo de parágrafo único ao Artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - os veículos equipados com plataforma elevatória veicular ou que possibilitem o embarque de pessoas com deficiência em cadeira de transbordo ou rampa de acesso deverão possuir o Símbolo Internacional de Acesso - SIA, conforme requisitos de diagramação e posicionamento estabelecidos pela ABNT NBR 14022 e pelo INMETRO de acordo com a aplicação indicada nas figuras ilustrativas (figuras 1 a 4 do anexo II);"

"II - no caso dos veículos fabricados a partir de 16/10/2008 e naqueles com característica de acessibilidade tipos 1, 1A e 4 (Anexo I), o letreiro que indica o destino e o número da linha, aplicado na parte frontal superior do veículo, deve ter caracteres na cor amarelo-limão ou verde-limão, fundo preto, podendo ser utilizado letreiro luminoso com caracteres na cor amarelo âmbar ou branco, garantindo visibilidade e legibilidade a determinada distância para os usuários, em especial as pessoas com baixa visão, conforme requisitos gerais definidos pela ABNT e pelo INMETRO e indicado na figura ilustrativa. (figura 5 do Anexo II);"

"III - os equipamentos destinados à acessibilidade, como plataforma elevatória veicular, rampa de acesso e cadeira de transbordo, bem como o sistema de ancoragem e cintos de segurança, quando aplicáveis nos veículos, deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;"

"IV - para os veículos de características urbanas, junto aos assentos preferenciais ou de uso reservado deve ser afixado um adesivo utilizando símbolos específicos, conforme figura ilustrativa 6 do anexo II, indicando quais são as pessoas que possuem o direito legal de uso desses assentos; para os veículos de características rodoviárias e seletivos o adesivo ilustrativo da figura 6 poderá possuir dimensões aproximadas de 220 mm de comprimento por 190 mm de largura, conforme requisitos gerais definidos pela ABNT e pelo INMETRO."

"V - os limites dos degraus de acesso dos veículos com acessibilidade devem possuir sinalização na cor amarela, permitindo visualização superior e frontal conforme requisitos gerais estabelecidos pela ABNT e pelo INMETRO, podendo ser utilizado dispositivo com iluminação própria na cor amarela ou branca;"

"VI - no salão de passageiros deve haver uma área reservada e identificada para a acomodação de forma segura de pelo menos uma cadeira de rodas ou para um cão-guia que acompanha a pessoa com deficiência visual, conforme figuras ilustrativas 7 e 8 do anexo II, observados os requisitos das normas técnicas ABNT NBR nº 14022, NBR 15570, NBR nº 7337 e NBR nº 6091, excetuando os veículos rodoviários e rodoviários seletivos."

"Parágrafo único. Dos equipamentos indicados no inciso III e para fins de fiscalização dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, a cadeira de transbordo deve fazer parte do sistema de operação e conforme previsto no Art. 8º da Portaria INMETRO 168/2008 e na Norma ABNT NBR 15320 que estabelece:

a) Todo terminal e ponto de parada de linhas regulares de veículos de características rodoviárias devem dispor de cadeira de transbordo, especialmente desenvolvida para uso interno.

b) Os veículos de características rodoviárias para o serviço de fretamento, quando transportando pessoas com deficiência, devem possuir cadeira de transbordo."

Art. 5º Alterar o Artigo 5º da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Para atendimento do disposto no art. 1º desta Resolução, o proprietário do veículo deverá providenciar as informações no CRV e no CRLV, quando do licenciamento anual referente ao exercício 2014, observado o calendário nacional estabelecido na Resolução CONTRAN nº 110/2000."

Art. 6º Acrescentar o Artigo 6º-A à Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 6º-A: Para fins de fiscalização e cumprimento do disposto no artigo 1º desta Resolução e conforme especificado na Portaria 357/2010 do INMETRO, o prazo final para a certificação compulsória dos veículos fabricados passou a vigorar a partir de 18/12/2010 e exclusivamente para os chassis fabricados a partir desta data."

Art. 7º Alterar o Artigo 7º da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados decorrentes das Deliberações n.º 104, de 24 de dezembro de 2010 e nº 132, de 19 de dezembro de 2012, do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, publicadas no Diário Oficial da União - DOU de 27 de dezembro de 2010 e de 20 de dezembro de 2012, respectivamente."

Art. 8º Alterar o Artigo 8º e os Anexos I e II da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º Os Anexos I e II desta Resolução encontram-se disponíveis no sitio eletrônico www.denatran.gov.br.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE
Presidente do Conselho
Em exercício

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
p/Ministério da Justiça

MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO
p/Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
p/Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
p/Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
p/Ministério da Saúde

JULIO EDUARDO DOS SANTOS
p/Ministério das Cidades

ATA DA 124ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se, no Gabinete do DENATRAN - Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco H, Sala 501, Brasília-DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da Justiça, da Defesa, dos Transportes, da Educação, da Saúde e das Cidades, sob a Presidência do Senhor Morvam Cotrim Duarte, Presidente do CONTRAN em Exercício, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: após a confirmação da existência de quórum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente em exercício. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) Leitura, discussão, deliberação e aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária de 2013. 2) Estiveram presentes a esta reunião para auxiliar na apresentação dos Processos: Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF; Milton Walter Frantz, Coordenador Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT; Roberto Craveiro Rodrigues, Coordenador Geral de Informatização e Estatística - CGIE; Marilene Santos da Silva, Assistente Técnica e Leonardo Zilo, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE. 3) O Senhor Presidente apresentou ao Conselho o Oficio nº 1620/2013/PGR/5ª CCR/MPF - que convida representante do Conselho para participar de reunião com Procuradores da Republica sobre peso por eixo. O Conselho decidiu que o CONTRAN será representado no evento pelo Conselheiro Rone Evaldo Barbosa representante do Ministério dos Transportes e Milton Walter Frantz DENATRAN/ CGIT. 4) Documento nº 80000.048594/2013-00; Interessado: Procuradoria da República em Minas Gerais; Assunto: Encaminha o Oficio nº 2714/2013, para que o CONTRAN se abstenha de prorrogar o percentual de 7,5 de tolerância previsto no artigo 17 da Resolução CONTRAN nº 258, o Conselho decidiu que seja informado a PGR/MG que os estudos referentes ao tema ainda não foram concluídos. 5) Tomando Conhecimento dos Documentos 80000.046669/2013-33 e 80000.048817/2013- 21 Ofícios do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental- PROAM e da Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Trânsito - ABETRANS solicitando alteração da Resolução CONTRAN nº 452/2013 que Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização das emissões de gases de escapamento de veículos automotores de que trata o artigo 231, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) o Conselho decidiu pela abertura de processo encaminhando ao Conselheiro representante do Ministério do Meio Ambiente para efetuar estudos sobre o tema, relatando em uma próxima reunião. 6) O Senhor Presidente deu conhecimento do Documento nº 80000.047596/2013-73 em que o Ministério da Saúde propõe revisão da Resolução CONTRAN nº 460/2013 que alterou a Resolução nº 425/2012, sobre exame de aptidão física e mental, avaliação psicológica e credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º, e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro. O Conselho decidiu, com voto contrário do Conselheiro Representante do Ministério da Saúde, não acolher a proposta. 8) Email do Ministério da Saúde - Diversos. Após as discursões sobre o assunto o Conselho decidiu relatar os fatos ao Ministro de Estado da Saúde. 9) O Coordenador da CGIJF deu conhecimento de Ação Civil Pública referente ao SINRAV, sugerindo aguardar manifestação jurídica da AGU, o que foi acolhido. 10) Processo nº 80000.017284-2013-35; Interessado Arno Bruno Weis; Assunto: Proposta de alteração de sinalização vertical de advertência. Após a leitura da Nota Técnica nº 869/CGIJF/2013, o Conselho decidiu que seja promovida a imediata retirada das placas em desacordo com o Código de Trânsito Brasileiro. 11) Processo nº 80000.041893/2013-13; Interessado Roberto Dias Esper: Assunto: Solicita esclarecimentos acerca de obtenção de credencial para os portadores de deficiência visual- Resolução 304/2008. O usuário deve dirigir-se ao órgão de trânsito com circunscrição de sua residência, que adotará o disposto no Anexo II da Resolução CONTRAN. nº 304/2008. 12) Processo nº 80000.025571/2010-76; Interessado: Sindicato Nacional dos Cegonheiros; Assunto: Requer simplificação no processo de amarração das rodas no transporte de veículos como carga. Após a leitura do Parecer nº 0073/2012/CTAV, o Conselho decidiu indeferir. 13) Processo nº 80000.017029/2013-92; Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Assunto: Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna. Após a leitura da Nota Técnica nº 04/CTE/2013, o Conselho decidiu que apenas a proposta de utilização de desenhos específicos de animais na composição de sua mensagem pode ser aceita devendo o Processo retornar à Câmara Temática de Engenharia para estudos e formulação de proposta. 14) Processo nº 80000. 055969/2011-18; Interessado Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.; Assunto: Solicita desativação do equipamento suplementar de segurança (Airbag) para portadores de nanismo. Após a leitura do Relatório da CTSMA nº 05/2013, o Conselho decidiu que, neste caso, a desativação do air-bag é competência da Junta Médica, mediante exame de prática de direção veicular, quanto às condições de dirigibilidade e adequação das adaptações no veículo para cada caso. 15) O Conselheiro Representante do Ministério da Saúde informou sobre a realização, em Brasília-DF, do II Encontro do Bloomberg Philanthropies Global Road Safety Programme (Projeto Vida no Trânsito) no período de 27 a 29 de novembro de 2013 e do planejamento das atividades da Global Road Safety Partnership - GRSP para 2014 que incluirá a capacitação dos agentes de trânsito a ser realizado em Palmas-TO e Teresina-PI, com apoio do Colegiado, DENATRAN, representante da Polícia Rodoviária Federal e da Câmara Temática de Esforço Legal. A programação deverá ser apresentada nas próximas reuniões. III - Assuntos, questões e propostas a serem examinados preliminarmente: a) Documento do CETRAN/TO; Assunto: recolhimento de CNH. O Conselho decidiu por encaminhar à Câmara Temática de Habilitação para análise e apresentação de proposta; b) Processo nº 80000.047493/2013-11; Interessado: DENATRAN; Assunto: Mini-Motos para crianças. O Conselho decidiu por encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares para análise e apresentação de proposta; c) Processo nº 80000.042058/2013-92; Interessado: Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários - ANFIR. O Conselho decidiu por encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares para análise e apresentação de proposta; d) Processo nº 80000.047494/2013-58; Interessado: Flávio Murilo G. Prates de Oliveira; Assunto: Certificação de capacetes fabricados no exterior. O Conselho decidiu por encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares para análise e apresentação de proposta; e) Documento nº 80000.046634/2013-71; Interessado: SDM-Comércio e Montagem de Componentes Eletrônicos Ltda.; Assunto: Semáforo com temporizador de que trata a Decisão CONTRAN nº 02/96. O Conselho decidiu por encaminhar à Câmara Temática de Engenharia da Via e da Sinalização, para análise e apresentação de proposta; f) Processo nº 80000.048289/2013-18; Interessado: Associação Brasileira de Frigoríficos-ABRAFIGO; Assunto: Tráfego diuturno de caminhão boiadeiro. O Conselho decidiu por encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares para análise e apresentação de proposta; IV - ORDEM DO DIA: 1) Processo: nº 80000.045476/2010-99; Interessado: DENATRAN; Assunto: Revisão da Resolução CONTRAN nº 282, que estabelece critérios para a regularização da numeração de motores dos veículos registrados ou a serem registrados no País. Após a leitura do Despacho de nº 416 da Coordenação Gral de Informatização e Estatística, da Nota Técnica nº 959/2013 da Coordenação Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/CIDADES nº 617 /2013, o Conselho decidiu por aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 466 /2013, cuja ementa é: "Estabelece procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular". 2) Processo: nº 80000.046195/2013-04; Interessado: DENATRAN; Assunto: Acrescenta o Art.10-A à Resolução CONTRAN nº 320/2009, que estabelece procedimentos para o registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e para lançamento do gravame correspondente no Certificado de Registro de Veículos - CRV, e dá outras providências. Após a leitura da Nota Técnica de nº 101 da Coordenação Gral de Informatização e Estatística, da Nota Técnica nº 892/2013 da Coordenação - Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/CIDADES nº 605 /2013O Conselheiro representante do Ministério das Cidades solicitou vista do Processo o que lhe foi concedido, ficando de apresentar proposta de ajustes. 3) Processo 80000.021813/2009-19, Interessado Associação dos Transportes de Cargas e Logísticas; Assunto: Revisão da Resolução CONTRAN nº 211/2006. Após as considerações apresentadas pelo Conselheiro Representante do Ministério dos Transportes sobre o tema e a solicitação do seu Ministério de mais tempo para conclusão dos estudos por parte do DNIT/MT, o Conselho decidiu por aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 467 /2013, cuja ementa é: "Altera o prazo previsto no artigo 17 da Resolução CONTRAN nº 258/2007, com redação dada pelas Resoluções nº 365/2010 e 403/2012, que regulamenta os artigos 231, X e 323 do Código de Trânsito Brasileiro, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências". 4) Processo nº 80000.015735/2011-38; Interessado: Casa Civil da Presidência da Republica. Assunto: Transporte de Biodisel. O representante do Ministério dos Transportes apresentou ao Plenário o representante da ABIOVE para explicações e maiores esclarecimentos sobre o transporte de Biodisel na oportunidade distribuiu ao Conselho diversos folhetos informando que o objetivo destes materiais é prestar orientações as empresas embarcadoras, transportadoras e distribuidoras de biodiesel sobre as melhores práticas de embarque do biodiesel. Após as considerações e perguntas ao

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

representante do Ministério dos Transportes e ao expositor da ABIOVE o Conselho decidiu que o assunto continua com vista ao Ministério dos Transportes. 5) Processo: nº 80001.004676/2008-67; Interessado: Procuradoria da Justiça Militar em Bagé/RS e Procuradoria da Justiça Militar em Santa Catirna/RS; Assunto: Uso de Cinto de Segurança em viatura de uso bélico. Após a leitura da Nota Técnica nº 831/2013 da Coordenação - Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/CIDADES nº 588/2013O Conselheiro representante do Ministério da Defesa solicitou vista do Processo o que lhe foi concedido. 6) Processo: nº 80000.004364/2013-21; Interessado: Revista Autoesporte; Assunto: Acionador energizado para janela, teto solar e painel divisor de veículos automotores. Após a leitura da Nota Técnica nº 868 /2013 da Coordenação - Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/CIDADES nº 604 /2013, o Conselho decidiu por aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 468 /2013, cuja ementa é: Dispõe sobre acionadores energizados para janela, teto solar e painel divisor de veículos automotores e dá outras providências. 7) Processo: nº 80000.034001/2012-39; Interessado: INMETRO e ABRATI; Assunto: Minuta que altera dispositivos e os Anexos da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, com redação dada pelas Deliberações nº 104 de 24 de dezembro de 2010 e nº 132 de 20 de dezembro de 2012, que estabelecem requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências. Após a leitura do Despacho nº 1175 /2013 da Coordenação - Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/CIDADES nº 586 /2013, o Conselho decidiu por aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 469/2013, cuja ementa é: "Altera dispositivos e os Anexos da Resolução CONTRAN nº 402, de 26 de abril de 2012, com redação dada pelas Deliberações nº 104 de 24 de dezembro de 2010 e nº 132 de 20 de dezembro de 2012, que estabelecem requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências". 8) Processo: 08654.001 848/2010-53; Interessado: Wellington Lucio Santiago Ventura; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SPRF; Relator: Rone Evaldo Barbosa - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer nº 1187/2013, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada à lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

MORVAM COTRIM DUARTE
Presidente do Conselho
Em exercício

PEDRO DE SOUZA DA SILVA
p/Ministério da Justiça

MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO
p/Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
p/Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
p/Ministério da Educação

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
p/Ministério da Saúde

JULIO EDUARDO DOS SANTOS
p/Ministério das Cidades

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 6.699, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas competências estabelecidas pelo art. 194 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001 e alterado pela Resolução n.º 489, de 5 de dezembro de 2007,

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações nº 53504.018828/2012, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa KOMNEXT TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 08.736.303/0001-89, a sanção de multa no valor de R$ 1.944,00 (mil novecentos e quarenta e quatro reais), por violação do art. 23 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, por não entrar em operação comercial na data regulamentar, com fundamento no art. 173, inciso II, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 3º, inciso II, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 589, de 7 de maio de 2012.

Art. 2.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 20 DE JUNHO DE 2013

Processo nº 53542.000110/2007

Nº 60 - Conselheiro Relator: Marcus Vinícius Paolucci. Fórum Deliberativo: Reunião nº 700, de 13 de junho de 2013. Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S/A - Filial Goiás/Tocantins (CNPJ/MF nº 76.535.764/0328-51)

EMENTA: PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES. SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DOS ARTS. 11, XXV E 17, §7º, DO RSTFC. FALTA DE RAZOABILIDADE DA MULTA BASEADA NO INFORME Nº 149/2008-PBCPA/PBCP, DE 26/05/2008. SUBSTITUIÇÃO DO ATENDIMENTO PESSOAL PELO AUTOATENDIMENTO, VIA "HOT-LINE". NÃO MANUTENÇÃO DAS GRAVAÇÕES DE CHAMADAS POR NO MÍNIMO 12 MESES. INFRAÇÕES CARACTERIZADAS. PEDIDO IMPROVIDO. PEDIDO DE SIGILO INDEFERIDO. 1. Infrações caracterizadas pela fiscalização e confessadas pela Recorrente. 2. Regularidade da sanção aplicada, sendo certo que a decisão combatida observou as disposições legais aplicáveis e foi calcada nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 3. Pedido de Reconsideração conhecido e improvido. 4. Pedido de Sigilo indeferido, ressaltando que tal indeferimento não impede a área técnica de avaliar a necessidade de conceder sigilo a documentos específicos.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 82/2013-GCMP, de 7 de junho de 2013, integrante deste acórdão: a) proponho conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado por BRASIL TELECOM S/A - Filial Goiás/Tocantins, CNPJ/MF nº 76.535.764/0328-51, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 24 do Plano Geral de Outorgas, em face de decisão do Conselho Diretor da Anatel consubstanciada no Despacho nº 114/2013-CD, de 10 de janeiro de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) indeferir o pedido de sigilo formulado pela BRASIL TELECOM S/A - Filial Goiás/Tocantins, CNPJ/MF nº 76.535.764/0328-51, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 24 do Plano Geral de Outorgas, ressaltando que tal indeferimento não impede a área técnica de avaliar a necessidade de conceder sigilo a documentos específicos, em observância ao disposto na Portaria nº 941/2011, de 28 de outubro de 2011;

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marcus Vinícius Paolucci. Ausente, justificadamente, o Presidente João Batista de Rezende, por motivo de férias.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo nº 53516.004267/2009

Nº 621 - Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 722, de 21 de novembro de 2013. Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S/A - TELECOMUNICAÇÕES (CNPJ/MF nº 01.371.416/0001-89)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INFRAÇÕES DEVIDAMENTE CARACTERIZADAS NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS OU DE ARGUMENTOS NOVOS A JUSTIFICAR A RECONSIDERAÇÃO QUANTO À CONFIGURAÇÃO DAS INFRAÇÕES PERPETRADAS. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE QUANTO À APLICAÇÃO DE SANÇÃO DE MULTA. NECESSIDADE DE REFORMA DE OFÍCIO DA MULTA IMPOSTA, ALTERADA POR OCASIÃO DA APRECIAÇÃO DO RECURSO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Argumentos trazidos pela SERCOMTEL no Pedido de Reconsideração não trouxeram fatos que poderiam alterar ou revogar as decisões tomadas pelo Conselho Diretor contidas no Despacho nº 6.712/2012-CD, de 31 de outubro de 2012. 2. Pedido de Reconsideração conhecido e não provido. 3. Necessidade de reforma de ofício da multa imposta, alterada por ocasião da apreciação do Recurso Administrativo pelo Conselho Diretor. 4. A área técnica deve tomar todas as medidas necessárias para que a determinação do item "c" do Despacho nº 6.712/2012-CD, de 31 de outubro de 2012, seja cumprida e avaliar a possibilidade de abertura de PADO, se já não o fez, para apurar o descumprimento dessa determinação, bem como o possível descumprimento da regulamentação. 5. Efeito suspensivo atribuído ao Pedido de Reconsideração, exclusivamente quanto às sanções de multa, e denegado em relação à determinação de reparação dos usuários.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade dos votantes, nos termos da Análise nº 274/2013-GCJV, de 11 de julho de 2013, integrante deste acórdão: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar de ofício o item "b" do Despacho nº 6.712/2012-CD, de 31 de outubro de 2012 (fl. 477), para que o valor da multa seja fixado em R$ 105.436,72 (cento e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos).

Participaram da deliberação o Presidente Substituto Jarbas José Valente e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Roberto Pinto Martins. Não participou da deliberação o Conselheiro Marcus Vinícius Paolucci, nos termos do § 2º do art. 5º do Regimento Interno da Anatel, por suceder o Conselheiro Marconi Thomaz de Souza Maya, que havia se manifestado por meio do Voto nº 16/2013-GCMM, de 6 de setembro 2013.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Processo nº 53508.001095/2007

Nº 536 - Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 718, de 24 de outubro de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Filial Rio de Janeiro (CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-76)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. STFC. DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS. CONHECER. PROVER PARCIALMENTE. 1. O PADO em análise tem por objeto a apuração de descumprimentos, pela TELEMAR, dos seguintes dispositivos contidos no RSTFC: § 3º do art. 35; § 1º do art. 75; § 4º do art. 100; caput e § 2º do art. 102; caput e § 1º do art. 104; § 1º do art. 109; e art. 112. 2. A abertura de prazo para alegações finais só seria necessária se, após a apresentação de defesa pela empresa, houvesse juntada de documentos ou provas pertinentes, visando a manifestação da prestadora sobre tais documentos antes da decisão. 3. As afirmações dos fiscais da Anatel são dotadas de presunção de veracidade juris tantum, pois partem de agentes públicos no exercício do Poder de Polícia, podendo ser desconstituídas mediante a apresentação de provas em contrário, sendo tal ônus imputado à Concessionária. 4. A presunção de veracidade juris tantum e a fé pública das declarações dos fiscais não trazem qualquer impedimento ou prejuízo ao direito de defesa, apenas obrigam a parte interessada, no caso a Concessionária, a produzir provas seguras, caso queira desconstituir as declarações. 5. O fato da infração, supostamente, não trazer algum tipo de prejuízo para o usuário, não exime a prestadora da obrigação de cumprir o prazo determinado pela regulamentação. 6. O bloqueio total de apenas um dia, no terminal telefônico do usuário, não afasta a violação perpetrada pela Prestadora ao não respeitar o prazo regulamentar. 7. A infração ao § 4º do art. 100 deve ser descaracterizada para todos os casos em que o intervalo entre a notificação do assinante e a suspensão parcial do serviço foi superior a 15 (quinze) dias, dada a inexistência de prejuízo ao assinante nestes casos. 8. Pedido conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 377/2013-GCJV, de 1º de outubro de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração interposto em face da decisão consubstanciada no Despacho nº 1.703/2013-CD, de 12 de março de 2013, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para reduzir o número de usuários afetados pela infração ao § 4º do art. 100 do RSTFC, de 38 (trinta e oito) para 11 (onze), reduzindo, consequentemente, o valor total da multa aplicada para R$ 18.423.043,38 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quarenta e três reais e trinta e oito centavos).

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marconi Thomaz de Souza Maya. Ausente o Conselheiro Marcelo Bechara de Souza Hobaika, devido à missão internacional oficial.

ACÓRDÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Processos n. 53500.024073/2011, 53500.026094/2012 e 53500.018304/2013

Nº 669 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 725, de 12 de dezembro de 2013. Recorrente/Interessado: TV BARIGUI LTDA. (CNPJ/MF nº 82,554.437/0001-31), RCA COMPANY DE TELECOMUNICAÇÕES S/A (CNPJ/MF nº 03.052.751/0001-40) e TECH CABLE DO BRASIL SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ/MF nº 02.239.104/0001-89)

EMENTA: PEDIDO DE RENOVAÇÃO E NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO DE OUTORGAS. EMPRESAS COLIGADAS. PARECER PFE-ANATEL. DECISÃO LIMINAR. IMPEDIMENTO DE MEDIDAS QUE RESTRINJAM A OUTORGA DA INTERESSADA. 1. Em primeira análise da documentação apresentada pelas Interessadas, a área técnica conclui pela extemporaneidade e insuficiência dos documentos e conseguinte impossibilidade de adaptação das outorgas das empresas coligadas e da renovação da concessão da empresa solicitante. 2. Parecer PFE-Anatel. Cientificação ao Conselho Diretor de que a Anatel deve se abster de efetuar qualquer ato que importe restrição à concessão para prestação do serviço de TV a Cabo da TV BARIGUI LTDA. no município de Curitiba-PR enquanto não houver posterior comunicação de eventual decisão judicial em sentido contrário. 3. Determinação à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR) de análise da documentação juntada aos autos. Determinação à Secretaria do Conselho Diretor (SCD) de atendimento à requisição do Parecer nº 1.333/2013/VIT/PGF/PFE-Anatel, de 24 de outubro de 2013, quanto à publicação da decisão do colegiado no DOU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 478/2013-GCMB, de 6 de dezembro de 2013, integrante deste acórdão, que a Anatel se abstém de efetuar qualquer ato que importe restrição à concessão para prestação do serviço de TV a Cabo da TV BARIGUI LTDA. no município de Curitiba-PR enquanto não houver posterior comunicação de eventual decisão judicial em sentido contrário.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marcus Vinícius Paolucci.

ACÓRDÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.028841/2013

Nº 670 - Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.057, de 18 de dezembro de 2013. Recorrente/Interessado: DANIEL SOUSA RODRIGUES (CPF/MF nº 953.482.631-68)

EMENTA: RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA. PEDIDO DE INFORMAÇÃO. E-SIC. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC destina-se ao fornecimento de informações disponíveis nos diversos órgãos da Administração Pública, não sendo canal adequado para a resolução de reclamações de usuários perante prestadoras de serviços de telecomunicações. 2. As informações requeridas já foram fornecidas ao interessado em instâncias anteriores. 3. Recurso em 2ª instância conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 482/2013-GCMB, de 18 de dezembro de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso em 2ª instância interposto por DANIEL SOUSA RODRIGUES, CPF/MF nº 953.482.631-68, em face de resposta ao Pedido de Informação nº 53850.004093/2013-20, registrado em 11 de dezembro de 2013 no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), nos termos da Lei nº 12.527/2011, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de dezembro de 2013

Nº 618 - 653500.027830/2013

Homologa o Contrato de Interconexão Classe I entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da Telefônica Brasil S.A. e Vivo S.A., nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da TPA Telecomunicações Ltda., nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de agosto de 2013

Nº 4.081 - Ref.: PADO n.º 53508.001017/2009 - Resolve : a) APLICAR sanção de MULTA, prevista no art. 173, inciso II, da Lei n.º 9.472/97, no valor de R$ 11.526,74 (onze mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo: R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo descumprimento do disposto no art. 39, III, da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), e R$ 6.526,74 (seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos) pelo descumprimento do art. 19, da Resolução n.º 426, de 9 de dezembro de 2005; b) NOTIFICAR a TELEMAR NORTE LESTE S/A do teor do presente Despacho.

ÁTILA AUGUSTO SOUTO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.726, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051092/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Barreirinha/AM-Canal 18. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.727, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051091/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Barcelos/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.728, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051125/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Anori/AM-Canal 17. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.729, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006094/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Apuí/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.730, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051127/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Atalaia do Norte/AM-Canal 18.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.731, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051087/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Atalaia do Norte (Estirão do Equador)/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.732, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051128/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Autazes/AM-Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.733, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051083/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Coari/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.734, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051086/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Envira/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.735, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051085/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Eirunepé/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.736, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051101/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Borba/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.737, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051098/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Boca do Acre/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.738, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051078/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Caapiranga/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.752, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006103/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Rio Preto da Eva/AM-Canal 16.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.753, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006109/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Santa Isabel do Rio Negro/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.754, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006108/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Santo Antônio do Içá/AM - Canal 17. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.755, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006097/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - São Paulo de Olivença/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.756, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006098/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - São Gabriel da Cachoeira/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.757, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006095/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Silves/AM - Canal 17. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.758, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006093/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Tabatinga/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.759, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006090/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Tefé/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.760, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006091/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Tapauá/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 7.761, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006102/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Tonantins/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.762, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006101/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Uarini/AM - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.763, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006089/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Urucará/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.764, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006100/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Urucurituba/AM - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.654, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008123/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Tarauacá/AC-Canal 14.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.655, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008124/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Xapuri/AC-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.656, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011532/11. AMAZONIA CABO LTDA - RTVD-Mâncio Lima/AC-Canal 46.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.657, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008112/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Mâncio Lima/AC-Canal 23.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.658, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008113/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Manoel Urbano/AC-Canal 14.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.659, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008115/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Plácido de Castro/AC-Canal 16.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.660, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008116/12. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Porto Acre/AC-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.661, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008120/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Rodrigues Alves/AC-Canal 21.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.662, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011526/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Tarauacá/AC-Canal 45.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.663, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011529/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Cruzeiro do Sul/AC-Canal 46.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.664, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008131/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Brasiléia/AC-Canal 14.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.665, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008122/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Sena Madureira/AC-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.666, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008110/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Feijó/AC-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.701, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.062715/12. TV PAJUCARA LTDA - RTVD-União dos Palmares/AL-Canal 44.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente , substituto

ATO Nº 7.702, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025965/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA-RTVD-Parintins/AM-Canal 25.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.703, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025961/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA-RTVD-Maués/AM-Canal 24.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.704, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025959/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA-RTVD-Manacapuru/AM-Canal 33.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.705, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.012829/09. ABRIL RADIODIFUSÃO S/A -RTVD-Manaus/AM -Canal 24.Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.706, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051084/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Codajás/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.707, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051080/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Carauari/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.708, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006119/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Lábrea/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.709, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006113/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Parintins/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.710, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.021826/11. FUNDAÇÃO TELEVISÃO E RÁDIO CULTURA DO AMAZONAS - RTVD - Itacoatiara/AM - Canal 42. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.711, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.003492/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Itacoatiara/AM - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.712, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.002901/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Humaitá/AM - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.713, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.003507/12. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Lábrea/AM - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.765, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025978/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Tabatinga/AM - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 7.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025973/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - São Gabriel da Cachoeira/AM - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.767, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025955/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Humaitá/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.768, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025953/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Fonte Boa/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.769, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025958/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Lábrea/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.770, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025962/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Nhamundá/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.771, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025948/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Borba/AM - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.772, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025949/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Carauari/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.773, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025951/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Coari/AM - Canal 33. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.774, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025952/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Codajás/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.775, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025941/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Anori/AM - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.776, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025945/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Barreirinha/AM - Canal 26. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.777, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025944/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Barcelos/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.778, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.025942/11. TELEVISÃO A CRITICA LTDA - RTVD - Amaturá/AM - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.779, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054392/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA - RTVD - Benjamin Constant/AM - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.780, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054398/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD-Barcelos/AM-Canal 22.Autoriza Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.781, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.064395/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD Coari/AM - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.782, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054396/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD-Eirunepé/AM-Canal 22.Autoriza Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.783, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054391/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD-Envira/AM-Canal 22.Autoriza Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.784, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054394/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD-Carauari/AM-Canal 21.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.785, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054397/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA - RTVD - Boca do Acre/AM - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.786, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054403/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD-Borba/AM - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.787, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054411/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA - RTVD - Manicoré/AM - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.788, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054410/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA - RTVD - Presidente Figueiredo/AM - Canal 20. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.789, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054406/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD-Lábrea/AM-Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.790, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054404/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA-RTVD-Humaitá/AM-Canal 22.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.791, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.054405/12. RÁDIO E TELEVISÃO RIO NEGRO LTDA - RTVD - Fonte Boa/AM - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.739, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051079/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Canutama/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.740, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006253/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Manicoré/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.741, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006110/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Presidente Figueiredo/AM - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.742, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006106/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Nova Olinda do Norte/AM - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 7.743, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006114/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Novo Aripuanã/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.744, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006882/1 . RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Manacapuru/AM-Canal 16.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.745, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006092/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Juruá (Tamaniquã)/AM-Canal 15.Autoriza Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.746, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006120/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Jutaí/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.747, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051095/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Japurá (Bitencourt)/AM - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.748, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051114/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Humaitá/AM-Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.749, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051129/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Humaitá (Auxiliadora)/AM - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.750, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051112/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Ipixuna/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.751, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051111/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Itacoatiara/AM-Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.714, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.003504/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Parintins/AM - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.715, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.002899/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Maués/AM - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.716, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.003506/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Borba/AM - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.717, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.002900/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Coari/AM - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.718, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.002905/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Tefé/AM - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.719, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.003495/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Santo Antônio do Içá/AM-Canal 38.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.720, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.002903/11. TELEV. INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA-RTVD-São Gabriel da Cachoeira (CUCUÍ)/AM -Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.721, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.002902/11. TELEV. INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - São Gabriel da Cachoeira/AM - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.722, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051123/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Alvarães/AM-Canal 15.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.723, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051124/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Amaturá/AM-Canal 16.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.724, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.051093/10. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Benjamin Constant/AM - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofrequencia.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.725, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.006115/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Barcelos (MOURA)/AM - Canal 16. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.642, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.016759/09. SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO NORTE LTDA - RTVD - Rio Branco/AC - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente , substituto

ATO Nº 7.643, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.000202/13. RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRACAO LTDA - RTVD - Mâncio Lima/AC - Canal 29. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.644, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.013002/09. RÁDIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA-RTVD-Brasiléia/AC-Canal 39.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente , substituto

ATO Nº 7.645, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.013001/09. RÁDIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA - RTVD - Senador Guiomard/AC - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente , substituto

ATO Nº 7.646, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.013003/09. RÁDIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA-RTVD-Feijó/AC-Canal 39.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.647, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.013004/09. RÁDIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA - RTVD - Plácido de Castro/AC - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.648, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.013008/09. RÁDIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA-RTVD-Xapuri/AC-Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.649, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.013007/09. RÁDIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA - RTVD - Tarauacá/AC - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 7.650, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.013006/09. RÁDIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA - RTVD - Sena Madureira/AC - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.651, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.060658/12. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Mâncio Lima (Japim)/AC-Canal 26.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.652, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.060659/12. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Sena Madureira/AC - Canal 27. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.653, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011527/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Sena Madureira/AC-Canal 46.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.667, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.004600/12. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Assis Brasil/AC-Canal 41.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.668, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.004604/12. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Brasiléia/AC-Canal 41.Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.669, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011528/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Feijó/AC-Canal 46.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.670, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008114/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA-RTVD-Marechal Thaumaturgo/AC-Canal 15.Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.671, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011533/11. AMAZONIA CABO LTDA - RTVD-Manoel Urbano/AC-Canal 46.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.672, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011539/11. AMAZONIA CABO LTDA - RTVD - Xapuri/AC - Canal 45. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.673, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011535/11. AMAZONIA CABO LTDA - RTVD-Plácido de Castro/AC-Canal 46.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.674, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.011537/11. AMAZONIA CABO LTDA - RTVD-Senador Guiomard/AC-Canal 43.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.677, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.005798/1998. RÁDIO TELEVISÃO DE UBERLANDIA LTDA - RTV - Frutal/MG - Canal 11+. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.826, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.047581/12. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Pouso Alegre/MG - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.828, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.056430/12. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Claraval/MG - Canal 20. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.829, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008849/13. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA - RTVD - Barbacena/MG - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.831, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008857/13. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA - RTVD - Juiz de Fora/MG - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.687, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.017849/09. SISTEMA TV PAULISTA LTDA-RTVD-Maceió/AL-Canal 25.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.688, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.017672/09. TELEV. CIDADE MODELO LTDA-RTVD-Maceió/AL-Canal 49.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.689, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.015317/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Arapiraca/AL -Canal 40. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.690, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.046708/12. TV PAJUCARA LTDA - RTVD-Arapiraca/AL-Canal 43.Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.691, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.015318/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Boca da Mata/AL-Canal 40.Autoriza o Uso de Rf.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.692, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.015928/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Colônia Leopoldina/AL-Canal 41. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.693, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.015322/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Matriz de Camaragibe/AL-Canal 40.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.694, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.066076/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Palmeira dos Índios/AL-Canal 26.Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.695, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.015929/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-Pão de Açúcar/AL-Canal 41.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.696, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.026411/11. TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA-RTVD-Penedo/AL-Canal 21.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.697, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.066073/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Penedo/AL - Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.698, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.062714/13. TV PAJUCARA LTDA - RTVD - Penedo/AL - Canal 44. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.699, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.021233/11. TELEV. CIDADE MODELO LTDA- RTVD-Penedo/AL-Canal 49.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 7.700, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.015930/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II -RTVD-União dos Palmares/AL-Canal 41. Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.835, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.008841/13. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA - RTVD - Montes Claros/MG - Canal 36. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.836, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.019005/13. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA - RTVD - Governador Valadares/MG-Canal 36.Autoriza o Uso de RF.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.837, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 53000.045036/12. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA - GTVD - Ipanema/MG - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.553, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Outorgar autorização para uso das radiofreqüências, sem exclusividade, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ nº 33.000.118/0014-93 para a prestação do Serviço STFC/RADIOTELEFONICO - ESTACOES TERRESTRES destinado ao uso do público em geral (STFC).

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.632, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Outorgar autorização para uso das radiofreqüências, sem exclusividade, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ nº 33.000.118/0014-93 para a prestação do Serviço STFC/RADIOTELEFONICO - ESTACOES TERRESTRES destinado ao uso do público em geral (STFC).

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.621, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Autorizar FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ARTES E DA COMUNICACAO, CNPJ nº 03.349.489/0001-08 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 22/11/2013 a 05/01/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem
no tempo,
registrando a
informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1° Criar o Consulado Honorário em Marraqueche, Reino do Marrocos, com jurisdição sobre a cidade de Marraqueche, subordinado à Embaixada em Rabat.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DOS SANTOS

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.451, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002316/2013-54. Interessado: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para os conjuntos de unidades consumidoras da área de concessão das Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON, para o período de 2014 a 2017, a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.459, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005936/2013-45. Interessados: Estação Transmissora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Objeto: (i) Anuir à transferência de concessão para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica da empresa Estação Transmissora de Energia S.A. mediante incorporação desta pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; (ii) o prazo para implementação da operação citada fica estabelecido em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta Resolução; e (iii) os Interessados deverão enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópias autenticadas dos documentos comprobatórios da formalização da operação citada, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.461, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001986/2013-53. Interessada: Granol Indústria, Comércio e Exportação S.A. Objeto: autorizar a Granol Indústria, Comércio e Exportação S.A. a estabelecer-se como autoprodutor de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Usina Termelétrica - UTE Granol OC, utilizando bagaço de cana-de-açúcar como combustível, com 7.000 kW de potência instalada e 5.400 kW de potência líquida, situada no município de Osvaldo Cruz, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seus anexos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.664, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013

Estabelece os montantes de potência contratada e energia vinculada referentes à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu para o ano de 2014 e os valores correspondentes às cotas-partes consideradas no rateio de potência e energia para o ano de 2019.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 8º, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 4.550, de 27 de dezembro de 2002, alterado pelo Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004, nos arts. 13 e 37 do Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, com base no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nas Resoluções Normativas nº 218, de 11 de abril de 2006, nº 331, de 16 de setembro de 2008, e nº 584, de 29 de outubro de 2013, o que consta do Processo nº 48500.005521/2013-71, e considerando que:

a potência da Usina de Itaipu contratada pelo Brasil é vendida por meio de cotas-partes às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de acordo com o mercado dessas empresas;

a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, que é o Agente Comercializador de Energia de Itaipu, encaminhou à ANEEL os montantes de potência contratada e de energia vinculada disponibilizados para contratação pelo Brasil em 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer, conforme os Anexos I, II e III, as cotas-parte e os montantes de potência contratada e energia vinculada referentes à Usina Hidrelétrica - UHE Itaipu, que deverão ser repassados às concessionárias de distribuição de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2014.

Art. 2º Estabelecer, conforme o Anexo IV, as cotas-partes para o rateio da potência contratada e da energia vinculada da UHE Itaipu a serem disponibilizadas às concessionárias de distribuição de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2019.

Art. 3º Os anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.667, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa os valores da Curva do Custo do Déficit de energia elétrica e os limites mínimo e máximo do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD para o ano de 2014.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 1º, § 4º, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 13, inciso III, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, no art. 57 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com base no art. 6º da Resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia - GCE nº 109, de 24 de janeiro de 2002, nas Resoluções ANEEL nº 392, de 15 de dezembro de 2009, nº 682, de 23 de dezembro de 2003, nº 922, e nº 923, ambas de 15 de dezembro de 2009, na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004, atualizada pela Resolução Normativa ANEEL nº 348, de 13 de janeiro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.002515/03-29, resolve:

Art. 1º Homologar a Curva do Custo do Déficit de energia elétrica e os limites mínimo (PLD_min) e máximo (PLD_max) do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, conforme os valores constantes do Anexo desta Resolução.

Parágrafo único. A Curva do Custo do Déficit de energia elétrica, o PLD_min e o PLD_max terão validade entre a primeira e a última semana operativa de preços de 2014, para todos os submercados.

Art. 2º A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS deverão adequar as Regras e Procedimentos de Comercialização e os Procedimentos de Rede, respectivamente, ao disposto nesta Resolução, submetendo-os à aprovação da ANEEL até 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO

Curva do Custo do Déficit de energia elétrica

Patamares (% de Redução de Carga - RC)	Custo do Déficit (R$/MWh)
0% RC ≤5%	**1.364,42**
5% RC ≤10%	**2.943,50**
10% RC ≤20%	**6.151,67**
RC 20%	**6.989,90**

Limites mínimo e máximo do preço de liquidação de diferenças

	(R$/MWh)
PLD_min	**15,62**
PLD_max	822,83

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.668, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão - Cerpro, fixa as Tarifas de Energia Elétrica - TE, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 07/2013 e com base nos autos do Processo n° 48500.005366/2011-21 e considerando que:

a metodologia utilizada está detalhado no Módulos 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 117/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Cerpro, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da base econômica da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão - Cerpro, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.133 de 12 de abril de 2011, ficam, em média, reposicionadas em -10,79% (dez vírgula setenta e nove cento negativos), sendo -11,87 (onze virgula oitenta e sete por cento negativos) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,08% (um vírgula zero oito por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3° As tarifas de aplicação, constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013.

Parágrafo único. A diferença de receita resultante da aplicação, durante o período de 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013, em caráter provisório, das tarifas prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.273/2012, de 10 de abril de 2012, será considerada nos processos tarifários subsequentes, nos termos da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 4° As tarifas da base econômica, constantes do Anexo II, que contemplam somente o reposicionamento tarifário econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas de aplicação, constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013; e

II - as tarifas de base econômica, constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reposicionamento tarifário econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 6° Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,15% (um vírgula quinze por cento) e 0,00% (zero por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da Cerpro de 2013 a 2015.

Art. 7° O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Cerpro de 2013, 2014 e 2015, fica definido em 3,48% (três vírgula quarenta e oito por cento) para as perdas na distribuição sobre a energia injetada.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora CPFL Paulista para a Cerpro, constantes do Anexo III, que estarão em vigor no período 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo usuário, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. O horário de ponta para a área de permissão da Cerpro compreende o período entre as 18 horas e 20 horas e 59 minutos.

Parágrafo único. Se aplicada na área de permissão da Cerpro a hora de verão, conforme disposto no Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, o horário de ponta compreende o período entre 19 horas e 21 horas e 59 minutos.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.669, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP, fixa as Tarifas de Energia Elétrica - TE, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 13/2013 e com base nos autos do Processo n° 48500.005365/2011-87 e considerando que:

a metodologia utilizada está detalhado no Módulos 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 115/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1° Homologar o resultado da primeira revisão tarifária periódica da CERRP, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da base econômica da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão - CERRP constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.134 de 12 de abril de 2011, ficam, em média, reposicionadas em -19,84% (dezenove vírgula oitenta e quatro por cento negativos), sendo -20,69 (vinte vírgula sessenta e nove por cento negativos) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3° As tarifas de aplicação, constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013.

Parágrafo único. A diferença de receita resultante da aplicação, durante o período de 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013, em caráter provisório, das tarifas prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.275, de 10 de abril de 2012, será considerada nos processos tarifários subsequentes, nos termos da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 4° As tarifas da base econômica, constantes do Anexo II, que contemplam somente o reposicionamento tarifário econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas de aplicação, constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013; e

II - as tarifas de base econômica, constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reposicionamento tarifário econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 6° Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,15% (um vírgula quinze por cento) e 2,00% (dois por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da CERRP de 2013 a 2015.

Art. 7° O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da CERRP de 2013, 2014 e 2015, fica definido em 8,38% (oito vírgula trinta e oito por cento) para as perdas na distribuição sobre a energia injetada.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD das distribuidoras CPFL Paulista e CNEE para a CERRP, constantes do Anexo III, que estarão em vigor no período 15 de abril de 2012 a 14 de abril de 2013.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo usuário, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. O horário de ponta para a área de permissão da CERRP compreende o período entre as 18 horas e 20 horas e 59 minutos.

Parágrafo único. Se aplicada na área de permissão da CERRP a hora de verão, conforme disposto no Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, o horário de ponta compreende o período entre 19 horas e 21 horas e 59 minutos.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.670, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Eletrificação Rural de Rezende LTDA. - Ceres, fixa as Tarifas de Energia Elétrica - TE, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Contrato de Permissão de Distribuição nº 010/2008 e com base nos autos do Processo n° 48500.005367/2011-76 e considerando que:

a metodologia utilizada está detalhado no Módulos 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET; e

as contribuições recebidas na Audiência Pública - AP nº 113/2013 permitiram o aperfeiçoamento deste ato, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Ceres, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da base econômica da Cooperativa de Eletrificação Rural de Rezende LTDA. - Ceres, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.119, de 15 de março de 2011, ficam, em média, reposicionadas em -23,58% (vinte e três vírgula cinquenta e oito por cento negativos), sendo -26,20% (vinte e seis vírgula vinte por cento negativos) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 2,61% (dois vírgula sessenta e um por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Art. 3° As tarifas de aplicação, constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 22 de março de 2012 a 21 de março de 2013.

Parágrafo único. A diferença de receita resultante da aplicação, durante o período de 22 de março de 2012 a 21 de março de 2013, em caráter provisório, das tarifas prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.267, de 20 de março de 2012, será considerada nos processos tarifários subsequentes, nos termos da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 4° As tarifas da base econômica, constantes do Anexo II, que contemplam somente o reposicionamento tarifário econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, constantes dos Anexos II-A e II-B, com vigência nas seguintes condições:

I - as tarifas de aplicação, constantes do Anexo II-A, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 22 de março de 2012 a 21 de março de 2013; e

II - as tarifas de base econômica, constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o reposicionamento tarifário econômico, deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 6° Estabelecer os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,15% (um vírgula quinze por cento) e 2,00% (dois por cento), respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da Ceres de 2013 a 2015.

Art. 7° O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da Ceres de 2013, 2014 e 2015, fica definido em 7,52% (sete vírgula cinquenta e dois por cento) para as perdas na distribuição sobre a energia injetada.

Art. 8° Homologar a Tarifa de Energia Elétrica - TE e a Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da distribuidora Ampla para a Ceres, constantes do Anexo III, que estarão em vigor no período 22 de março de 2012 a 21 de março de 2013.

Art. 9° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo usuário, das despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas pela Permissionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/Pasep e da Cofins, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Permissionária poderá compensar as diferenças verificadas, no mês subsequente.

Art. 10. O horário de ponta para a área de permissão da Ceres compreende o período entre as 18 horas e 20 horas e 59 minutos.

Parágrafo único. Se aplicada na área de permissão da Ceres a hora de verão, conforme disposto no Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, o horário de ponta compreende o período entre 19 horas e 21 horas e 59 minutos.

Art. 11. A íntegra desta Resolução e seus anexos encontram-se juntados aos autos, bem como estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

PORTARIA Nº 2.976, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV, do Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, em conformidade com deliberação da Diretoria e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.003645/2013-12, e considerando:

a realização da Audiência Pública nº 104/2013, no período de 20 de setembro a 21 de outubro de 2013, mediante intercâmbio documental, quando foram recebidas sugestões de concessionárias e de agentes do setor, assim como da sociedade em geral, as quais contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória Indicativa da ANEEL para o biênio 2014-2015, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 3 de dezembro de 2013

Nº 4.108 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.002942/2009-64, resolve i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela empresa Nacional Energia, Participações e Investimentos Ltda. em face do Despacho nº 1.882, de 14 de junho de 2013, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, que não aprovou o Estudo de Inventário Hidrelétrico do rio das Mortes no trecho entre a nascente do rio e o remanso do reservatório da Usina Hidrelétrica - UHE Água Limpa e de todos os seus afluentes; ii) revogar o Despacho nº 1.882, de 2013, e restabelecer o Despacho nº 3.336-SGH, de 3 de setembro de 2009, que concedeu o registro ativo, e o Despacho nº 3.408-SGH/ANEEL, de 5 de novembro de 2011, que anuiu ao aceite técnico do Estudo, e iii) determinar que a SGH, em até 60 dias, analise todo o conteúdo do Estudo de Inventário apresentado pela Nacional.

Nº 4.141 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.003972/2003-86, resolve não conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Associação das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE face à Resolução Normativa nº 55, de 2004, que estabeleceu a metodologia de cálculo do Fator X na Primeira Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

Em 10 de dezembro de 2013

Nº 4.180 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006750/2010-61, resolve: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Grantec Técnica de Construção Ltda. em face do Despacho nº 1.457, de 10 de maio de 2013, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH; que não aprovou o estudo de inventário hidrelétrico do rio Corumbataí, localizado na sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, no estado do Paraná; e (ii) no mérito, dar-lhe parcial provimento, para revogar o Despacho nº 1.457, de 10 de maio de 2013, restabelecer os efeitos do Despacho nº 1.481, de 6 de abril de 2011, e do Despacho nº 856, de 25 de fevereiro de 2011, e determinar que a SGH, em até 90 dias, analise todo o conteúdo do Estudo de Inventário apresentado pela Grantec Técnica de Construção Ltda., considerando os fundamentos apresentados no Recurso Administrativo.

Nº 4.181 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo n° 48500.000582/2008-85, resolve conhecer e, no mérito, dar provimento ao Pedido de Reconsideração da Santo Antônio Energia S.A. contra o Despacho nº 2.075, de 25 de junho de 2013, no sentido de excluir do referido Despacho os itens de III a VI.

Nº 4.187 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48100.003800/1995-89, resolve indeferir o pleito da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., para que o prazo de 35 anos da concessão da Usina Hidrelétrica - UHE Cubatão, objeto do Contrato nº 4/1996, fosse contado a partir da data de emissão de nova licença ambiental prévia.

Nº 4.188 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.005654/2001-70, resolve indeferir o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e de recomposição do prazo do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 20/2002, formulado pelas sociedades empresárias Alcoa Alumínio S.A., DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos S.A., integrantes do Consórcio Pai Querê.

Nº 4.189 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48100.001938/2010-12001282/1994-14, resolve conhecer do pedido de prorrogação do prazo de transferência fixado na Resolução Autorizativa nº 2.894, de 17 de maio de 2011, apresentado pela Boa Vista Energia S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 4.190 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005748/2013-17, resolve aprovar o reembolso à Petrobras Distribuidora S.A., com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, do custo incorrido com a aquisição de combustíveis para a UTE Alcoa Porto e para a UTE Alcoa Beneficiamento, entre maio de 2012 e janeiro de 2013, utilizando-se como montante de combustível a ser reembolsado o produto da produção de energia elétrica registrada no Sistema de Coleta de Dados Operacionais - SCD pela estimativa de consumo específico de 0,249 L/kWh para a UTE Alcoa Porto e de 0,265 L/kWh para a UTE Alcoa Beneficiamento, abatido o valor parcialmente reembolsado em janeiro de 2013.

Nº 4.192 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002778/2012-91, resolve: (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS contra o AI nº 86/2012, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, e, no mérito, dar provimento parcial, alterando a multa de R$ 1.502.086,46 (Hum milhão, quinhentos e dois mil, oitenta e seis reais e quarenta e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

seis centavos) para R$ 901.251,88 (Novecentos e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), a ser atualizado com os devidos acréscimos legais e (ii) autorizar a suspensão da exigibilidade das multas transitadas em julgado desde que atendidas as condicionantes listadas no Despacho nº 1.493/2013.

Nº 4.194 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002995/2012-81, resolve (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Centrais Elétricas Matogrossenses - Cemat contra o AI nº 79/2012, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, e, no mérito, dar provimento parcial, alterando a multa de R$ 14.726.403,88 (Quatorze milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e três reais e oitenta e oito centavos) para R$ 2.629.714,98 (Dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e quatorze reais e noventa e oito centavos), a ser atualizado com os devidos acréscimos legais e (ii) autorizar a suspensão da exigibilidade das multas transitadas em julgado desde que atendidas as condicionantes listadas no Despacho nº 1.493/2013.

Nº 4.200 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003073/2007-23, resolve conhecer do Recurso Administrativo interposto pela empresa Luiz Antônio Leão Engenharia Ltda. em face do Despacho nº 1.096, de 12 de abril de 2013, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, e, no mérito, dar-lhe provimento, para revogar o Despacho nº 1.096, de 2013, restabelecer o Despacho nº 2.513-SGH, 10 de agosto de 2007, que concedeu o registro ativo, e o Despacho nº 2.309-SGH, 25 de junho de 2009, que anuiu com aceite técnico ao Estudo, e conceder prazo até 25 de abril de 2014, para que seja apresentado o Estudo de Inventário Hidrelétrico do rio Jacuizinho, no estado do Rio Grande do Sul

Nº 4.201 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000384/2010-36, resolve: (i) não conhecer, por intempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Omega Energia Renovável S.A. em face do Despacho nº 1.374, de 6 de maio de 2013; (ii) revogar, de ofício, os efeitos do Despacho nº 1.374, de 6 de maio de 2013; (iii) conceder prazo até 8 de abril de 2014, para que seja reapresentada a revisão do estudo de inventário hidrelétrico do rio da Prata, no trecho entre a nascente e o remanso do reservatório da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Engano, no estado de Goiás, situação em que devem ser respeitadas as diretrizes contidas nas Notas Técnicas nº 135/2013-SGH/ANEEL e nº 534/2013-SGH/ANEEL, bem como as demais orientações técnicas expedidas pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH.

Nº 4.203 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005219/2013-13, resolve conhecer do Recurso interposto pela AES Eletropaulo S.A, em face da penalidade aplicada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp, pelo descumprimento às metas de universalização em 2004, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade, em valor a ser calculado pela SRE/ANEEL, considerando os 4.384 Pedidos de Fornecimento não Realizados - TNR, para a meta de 132.366 ligações.

Nº 4.204 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo n° 48500.003868/2012-07, resolve não conhecer, com base no inciso IV do art. 43 da Norma de Organização 001 da ANEEL, o pedido de reconsideração interposto pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE contra a Resolução Normativa nº 559, de 27 de junho de 2013, que estabelece o procedimento de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

Nº 4.205 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo n° 48500.002669/2011-92, resolve: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso administrativo interposto pela Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta contra a Resolução Autorizativa nº 3.897, de 1º de fevereiro de 2013, que emitiu, em favor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., a Declaração de Utilidade Pública, referente às áreas de terra necessárias à implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada nos municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA.

Nº 4.207 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001938/2010-12, resolve conhecer do pedido de prorrogação do prazo fixado na Resolução Autorizativa nº 2.898, de 17 de maio de 2011, apresentado pela Boa Vista Energia S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento.

Em 19 de dezembro de 2013

Nº 4.316 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto nos art. e 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, bem como no que consta do Processo nº 48500.005228/2010-61, resolve: reconsiderar, de ofício, a decisão constante dos Despachos nºs 4.224, de 11 de dezembro de 2013, e 4.246, de 13 de dezembro de 2013, para conhecer dos recursos e conceder o efeito suspensivo requerido, apenas para suspender os efeitos do art. 8º da REN nº 581/2013, por se encontrarem presentes os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora ensejadores da suspensividade.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de dezembro de 2013

Nº 4.318 - Processo nº: 48500.006561/2013-31. Interessada: HT Energia Ltda. Decisão: autorizar a HT Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.948.183/0001-37, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de dezembro de 2013

Nº 4.317 - Processos nº 48500.003779/2005-06. Interessados: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. e Galera Centrais Elétricas S.A. Decisão: não registrar o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de compra e venda de energia elétrica VPMI 1.119/AJU/2000. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de dezembro de 2013

Nº 4.322 - Processo nº: 48500.001116/2013-84. Interessado: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Decisão: suspender o Pagamento Base das Funções de Transmissão enquadradas no Parágrafo único do art. 33 da Resolução Normativa nº 270/2007.

Nº 4.323 - Processo nº: 48500.002240/2013-67. Interessado: CEMIG Distribuição S/A - Cemig-D Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante do Auto de Infração n°076/2013-SFE, alterando-a para R$ 26.572.167,59 (vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), adotando como fundamento aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração, com fulcro no disposto no art. 24, parágrafo único, e art. 25 da Resolução Normativa n°63/2004.

A íntegra destes Despachos (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS COMERCIAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de dezembro de 2013

Nº 4.324 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da CELG Distribuição S.A.; e (ii) aprovar a revisão das metas de universalização para o período 2013 a 2014 da CELG Distribuição S.A.

Nº 4.325 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da CEMIG Distribuição S.A; e (ii) determinar que a CEMIG Distribuição S.A. encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

A íntegra destes Despachos e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.327 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ; e (ii) determinar que a ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

Nº 4.328 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA; e (ii) determinar que a ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

Nº 4.329 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural do município da ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA; e (ii) determinar que a ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

Nº 4.330 - Decisão: (i) definir o prazo limite de universalização rural dos municípios da ENERGISA SERGIPE; e (ii) determinar que a ENERGISA SERGIPE encaminhe, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, as metas de ligação por município.

A íntegra destes Despachos e seus anexos constam do autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

OBERDAN ALVES DE FREITAS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de dezembro de 2013

Nº 4.320 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições e considerando o que consta do processo nº 48500.000083/2013-55, decide: (i) conhecer e dar provimento parcial ao requerimento apresentado pela Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. com desconsideração do período de julho de 2011 a novembro de 2011 do cálculo de geração média da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Presidente João Goulart em razão de reforma que trouxe ganhos operativos ao sistema elétrico; e (ii) permitir a permanência da PCH Presidente João Goulart no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a partir de janeiro de 2014.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 178, de 21 de agosto de 2013, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 1319 de 18 de dezembro de 2013, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de NOVEMBRO de 2013, para os campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000.

Art. 2º Os preços de que trata o artigo anterior não incluem a Contribuição ao Programa de Integração Social do Trabalhador - PIS, a Contribuição ao Programa de Formação do Servidor Público - PASEP, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

HELDER QUEIROZ PINTO JÚNIOR

ANEXO

Nº	Número do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Corrente/Metodologia de Cálculo	Preço Mínimo (R$/m³)
1	48000.003552/97-11	Abalone	Ostra	1.406,2443
2	48610.009231/2002	Acajá-Burizinho	Lagoa do Paulo Norte	1.535,1430
3	48610.003901/2000	Acauã	RGN Mistura	1.455,9090
4	48000.003629/97-43	Água Grande	Baiano Mistura	1.526,0140
5	48000.003842/97-09	Aguilhada	Sergipano Terra	1.348,3441
6	48000.003779/97-66	Agulha	RGN Mistura	1.455,9090

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7	48000.003703/97-02	Albacora	Albacora	1.361,8146
8	48000.003895/97-67	Albacora Leste	Albacora Leste	1.335,8753
9	48610.007985/2004	Albatroz	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.584,8697
10	48000.003784/97-04	Alto do Rodrigues	RGN Mistura	1.455,9090
11	48610.003892/2000	Anambé	Alagoano	1.565,0168
12	48610.007994/2004	Andorinha	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
13	48610.008002/2004	Andorinha Sul	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
14	48000.003730/97-77	Anequim	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
15	48000.003843/97-63	Angelim	Sergipano Terra	1.348,3441
16	48000.003484/97-62	Angico	RGN Mistura	1.455,9090
17	48000.003630/97-22	Apraiús	Baiano Mistura	1.526,0140
18	48000.003913/97-47	Arabaiana	Pescada	1.576,1203
19	48610.009487/2003	Araçari	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
20	48000.003631/97-95	Araçás	Baiano Mistura	1.526,0140
21	48610.009289/2005-93	Araçás Leste	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.483,1360
22	48610.009202/2005-88	Aracuã	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.571,8567
23	48610.001547/2009-17	Arapaçu	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.565,0168
24	48000.003632/97-58	Aratu	Baiano Mistura	1.526,0140
25	48000.003780/97-45	Aratum	RGN Mistura	1.455,9090
26	48000.003552/97-11	Argonauta	Ostra	1.406,2443
27	48000.003844/97-26	Aruari	Sergipano Terra	1.348,3441
28	48000.003482/97-37	Asa Branca	RGN Mistura	1.455,9090
29	48000.003845/97-99	Atalaia Sul	Sergipano Mar	1.559,7790
30	48000.003775/97-13	Atum	Ceara Mar	1.432,3901
31	48000.003705/97-20	Badejo	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
32	48000.003726/97-08	Bagre	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
33	48000.003785/97-69	Baixa do Algodão	RGN Mistura	1.455,9090
34	48000.003914/97-18	Baixa do Juazeiro	RGN Mistura	1.455,9090
35	48000.003560/97-49	Baleia Azul	Baleia Azul	1.478,3064
36	48000.003560/97-49	Baleia Franca	Cachalote	1.345,3968
37	48000.003756/97-61	Barra do Ipiranga	Espírito Santo	1.396,8772
38	48000.003897/97-92	Barracuda	Barracuda	1.372,7131
39	48000.003786/97-21	Barrinha	RGN Mistura	1.455,9090
40	48610.003901/2000	Barrinha Leste	RGN Mistura	1.455,9090
41	48610.003901/2000	Barrinha Sudoeste	RGN Mistura	1.455,9090
42	48610.009494/2003	Baúna	Baúna	1.494,2739
43	48610.004003/98	Benfica	RGN Mistura	1.455,9090
44	48000.003717/97-17	Bicudo	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
45	48610.07984/2004	Biguá	Espírito Santo	1.396,8772
46	48000.003709/97-81	Bijupirá	Bijupirá	1.437,7665
47	48000.003909/97-70	Biquara	RGN Mistura	1.455,9090
48	48000.003672/97-72	Biriba	Baiano Mistura	1.526,0140
49	48000.003787/97-94	Boa Esperança	RGN Mistura	1.455,9090
50	48000.003788/97-57	Boa Vista	RGN Mistura	1.455,9090
51	48610.009285/2005-13	Bom Lugar	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.468,9581
52	48000.003718/97-71	Bonito	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
53	48000.003658/97-41	Bonsucesso	Baiano Mistura	1.526,0140
54	48000.003789/97-10	Brejinho	RGN Mistura	1.455,9090
55	48000.003636/97-17	Brejinho	Baiano Mistura	1.526,0140
56	48000.003846/97-51	Brejo Grande	Sergipano Terra	1.348,3441
57	48000.003635/97-46	Buracica	Baiano Mistura	1.526,0140
58	48000.003735/97-91	Cação	Espírito Santo	1.396,8772
59	48000.003560/97-49	Cachalote	Cachalote	1.345,3968
60	48000.003791/97-61	Cachoeirinha	RGN Mistura	1.455,9090
61	48000.003736/97-53	Cacimbas	Espírito Santo	1.396,8772
62	48000.003836/97-06	Caioba	Sergipano Mar	1.559,7790
63	48000.003881/97-52	Camaçari	Baiano Mistura	1.526,0140
64	48000.003535/97-00	Camarupim	Camarupim	1.584,8697
65	48610.010724/2001	Camarupim Norte	Camarupim	1.584,8697
66	48000.003837/97-61	Camorim	Sergipano Mar	1.559,7790
67	48000.003737/97-16	Campo Grande	Espírito Santo	1.396,8772
68	48000.003637/97-71	Canabrava	Baiano Mistura	1.526,0140
69	48000.003535/97-00	Canapu	Golfinho	1.483,3075
70	48610.003899/2000	Canário	Canário	1.442,2249
71	48610.009491/2003	Cancã	Espírito Santo	1.396,8772
72	48000.003638/97-34	Candeias	Baiano Mistura	1.526,0140
73	48000.003902/97-21	Cangoá	Espírito Santo	1.396,8772
74	48000.003639/97-05	Cantagalo	Baiano Mistura	1.526,0140
75	48000.003792/97-24	Canto do Amaro	RGN Mistura	1.455,9090
76	48000.003868/97-94	Carapanaúba	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.561,6813
77	48000.003711/97-22	Carapeba	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
78	48610.009275/2005-71	Carapitanga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.465,0198
79	48000.003898/97-55	Caratinga	Caratinga	1.362,0123
80	48610.009127/2005-55	Carcará	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.444,9345
81	48610.008000/2004	Cardeal	Cardeal	1.417,4214
82	48000.003847/97-14	Carmópolis	Sergipano Terra	1.348,3441
83	48610.009197/2005-11	Carmópolis Noroeste	Sergipano Terra	1.348,3441
84	48000.003640/97-86	Cassarongongo	Baiano Mistura	1.526,0140
85	48000.003848/97-87	Castanhal	Sergipano Terra	1.348,3441
86	48000.003641/97-49	Cexis	Baiano Mistura	1.526,0140
87	48610.007481/2006-26	Chauá	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.453,3231
88	48000.003727/97-62	Cherne	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
89	48610.009284/2005-61	Cidade de Aracaju	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.433,5134
90	48000.003642/97-10	Cidade de Entre Rios	Baiano Mistura	1.526,0140
91	48000.003850/97-29	Cidade de São Miguel dos Campos	Alagoano	1.565,0168
92	48000.003919/97-23	Cidade de Sebastião Ferreira	Tabuleiro	1.459,8132
93	48000.003906/97-81	Cioba	RGN Mistura	1.455,9090
94	48610.009503/2003	Colibri	Colibri	1.487,5119
95	48000.003702/97-31	Conceição	Baiano Mistura	1.526,0140
96	48610.009134/2005-57	Concriz	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
97	48000.003714/97-11	Congro	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
98	48000.003851/97-91	Coqueiro Seco	Tabuleiro	1.459,8132
99	48000.003738/97-89	Córrego Cedro Norte	Espírito Santo	1.396,8772
100	48610.009188/2005-12	Córrego Cedro Norte Sul	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.584,8697
101	48000.003739/97-41	Córrego das Pedras	Espírito Santo	1.396,8772
102	48000.003740/97-21	Córrego dourado	Espírito Santo	1.396,8772
103	48000.003715/97-83	Corvina	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
104	48610.007484/2006-61	Crejoá	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.386,2538
105	48000.003869/97-57	Cupiúba	Urucu	1.561,6813
106	48000.003776/97-78	Curimã	Ceara Mar	1.432,3901
107	48000.003907/97-44	Dentão	Pescada	1.576,1203
108	48000.003644/97-37	Dom João	Baiano Mistura	1.526,0140
109	48000.003645/97-08	Dom João Mar	Baiano Mistura	1.526,0140
110	48610.009.198/2005-58	Dó-Ré-Mi	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.571,8567
111	48000.003838/97-23	dourado	Sergipano Mar	1.559,7790
112	48000.003719/97-34	Enchova	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
113	48000.003720/97-13	Enchova Oeste	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
114	48000.003777/97-31	Espada	Ceara Mar	1.432,3901
115	48000.003899/97-18	Espadarte	Espadarte	1.340,5617
116	48000.003793/97-97	Estreito	RGN Mistura	1.455,9090
117	48000.003742/97-56	Fazenda Alegre	Fazenda Alegre	1.327,8663
118	48610.004004/98	Fazenda Alto das Pedras	Baiano Mistura	1.526,0140
119	48000.003646/97-62	Fazenda Alvorada	Baiano Mistura	1.526,0140
120	48000.003647/97-25	Fazenda Azevedo	Baiano Mistura	1.526,0140
121	48000.003648/97-98	Fazenda Bálsamo	Baiano Mistura	1.526,0140
122	48000.003795/97-12	Fazenda Belém	Fazenda Belem	1.272,5727
123	48000.003649/97-51	Fazenda Belém	Baiano Mistura	1.526,0140
124	48000.003650/97-30	Fazenda Boa Esperança	Baiano Mistura	1.526,0140
125	48000.003796/97-85	Fazenda Canaan	RGN Mistura	1.455,9090
126	48000.003743/97-19	Fazenda Cedro	Espírito Santo	1.396,8772
127	48000.003745/97-44	Fazenda Cedro Norte	Espírito Santo	1.396,8772
128	48000.003797/97-48	Fazenda Curral	RGN Mistura	1.455,9090
129	48000.003651/97-01	Fazenda Imbé	Baiano Mistura	1.526,0140
130	48000.003915/97-72	Fazenda Junco	RGN Mistura	1.455,9090
131	48000.003798/97-19	Fazenda Malaquias	RGN Mistura	1.455,9090
132	48000.003891/97-14	Fazenda Matinha	Baiano Mistura	1.526,0140
133	48000.003652/97-65	Fazenda Onça	Baiano Mistura	1.526,0140
134	48000.003653/97-28	Fazenda Panelas	Baiano Mistura	1.526,0140
135	48000.003852/97-54	Fazenda Pau Brasil	Tabuleiro	1.459,8132
136	48000.003799/97-73	Fazenda Pocinho	RGN Mistura	1.455,9090
137	48000.003744/97-81	Fazenda Queimadas	Espírito Santo	1.396,8772
138	48000.003654/97-91	Fazenda Rio Branco	Fazenda Santo Estevão	1.464,3394
139	48000.003746/97-15	Fazenda Santa Luzia	Espírito Santo	1.396,8772
140	48000.003883/97-88	Fazenda Santa Rosa	Baiano Mistura	1.526,0140
141	48000.003655/97-53	Fazenda Santo Estevão	Fazenda Santo Estevão	1.464,3394
142	48000.003747/97-70	Fazenda São Jorge	Espírito Santo	1.396,8772
143	48000.003750/97-84	Fazenda São Rafael	Espírito Santo	1.396,8772
144	48000.003884/97-41	Fazenda Sori	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
145	48610.012913/2010-05	Florim	Área de Florim	1.468,8123
146	48610.009278/2005-11	Foz do Vaza-Barris	Sergipe - Vaza Barris	1.317,1381
147	48.000.003896/97-20	Frade	Frade	1.342,9851
148	48610.012913/2010-05	Franco	Franco	1.468,6189
149	48000.003854/97-80	Furado	Alagoano	1.565,0168
150	48610.009227/2002	Galo de Campina	Galo de Campina	1.488,0965
151	48000.003721/97-86	Garoupa	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
152	48000.003722/97-49	Garoupinha	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
153	48610.001418/2008-48	Gavião Azul	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.573,3765
154	48610.001418/2008-48	Gavião Real	Gavião Real	1.573,3765
155	48000.003535/97-00	Golfinho	Golfinho	1.483,3075
156	48000.003656/97-16	Gomo	Baiano Mistura	1.526,0140
157	48610.004750/99	Guaiamá	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.591,1510
158	48000.003800/97-51	Guamaré	RGN Mistura	1.455,9090
159	48610.009155/2005-72	Guamaré Sudeste	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
160	48610.008017/2004	Guanambi	Baiano Mistura	1.526,0140
161	48610.012913/2010-05	Guara_SUL	Área de Sul de Guará	1.436,8485
162	48000.003839/97-96	Guaricema	Sergipano Mar	1.559,7790
163	48000.003751/97-47	Guriri	Espírito Santo	1.396,8772
164	48610.009138/2005-35	Harpia	Harpia	1.291,3084
165	48000.003801/97-13	Icapuí	Fazenda Belém	1.272,5727
166	48000.003657/97-89	Ilha de Bimbarra	Baiano Mistura	1.526,0140
167	48000.003855/97-42	Ilha Pequena	Sergipano Terra	1.348,3441
168	48610.010735/2001	Inhambu	Espírito Santo	1.396,8772
169	48610.008001/2004	Iraúna	RGN Mistura	1.455,9090
170	48610.003900/2000	Irerê	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
171	48000.003659/97-12	Itaparica	Baiano Mistura	1.526,0140
172	48610.009225/2002	Jaçanã	RGN Mistura	1.455,9090
173	48000.003660/97-93	Jacuípe	Baiano Mistura	1.526,0140
174	48610.009492/2003	Jacutinga	Espírito Santo	1.396,8772
175	48610.009188/2005-12	Jacutinga Norte	Espírito Santo	1.396,8772
176	48610.009488/2003	Jandaia	Baiano Mistura	1.526,0140
177	48000.003802/97-86	Janduí	RGN Mistura	1.455,9090
178	48610.003892/2000	Japuaçu	Alagoano	1.565,0168
179	48000.003856/97-13	Jequiá	Tabuleiro	1.459,8132
180	48610.009282-2005-71	Jiribatuba	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.461,0815
181	48610.009509/2003	João de Barro	João de Barro	1.575,8908
182	48000.003803/97-49	Juazeiro	RGN Mistura	1.455,9090
183	48000.003560/97-49	Jubarte	Jubarte	1.319,8515
184	48610.008012/2004	Juriti	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
185	48000.003804/97-10	Lagoa Aroeira	RGN Mistura	1.455,9090
186	48000.003748/97-32	Lagoa Bonita	Espírito Santo	1.396,8772
187	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo	Lagoa do Paulo Norte	1.535,1430
188	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Norte	Lagoa do Paulo Norte	1.535,1430
189	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Sul	Lagoa do Paulo Norte	1.535,1430
190	48000.003921/97-76	Lagoa Pacas	Tabuleiro	1.459,8132
191	48000.003752/97-18	Lagoa Parda	Espírito Santo	1.396,8772
192	48000.003754/97-35	Lagoa Parda Norte	Espírito Santo	1.396,8772
193	48000.003753/97-72	Lagoa Parda Sul	Espírito Santo	1.396,8772
194	48000.003755/97-06	Lagoa Piabanha	Espírito Santo	1.396,8772
195	48000.003757/97-23	Lagoa Suruaca	Espírito Santo	1.396,8772
196	48000.003663/97-81	Lagoa Verde	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
197	48000.003.570/97-01	Lagosta	Condensado de Merluza	1.583,7381
198	48000.003664/97-44	Lamarão	Baiano Mistura	1.526,0140
199	48000.003665/97-15	Leodório	Baiano Mistura	1.526,0140
200	48610.004000/98	Leste de Poço Xavier	RGN Mistura	1.455,9090
201	48000.003627/97-18	Leste do Urucu	Urucu	1.561,6813
202	48000.003706/97-92	Linguado	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
203	48000.003805/97-74	Livramento	RGN Mistura	1.455,9090
204	48000.003807/97-08	Lorena	RGN Mistura	1.455,9090
205	48610.003886/2000	Lula	Lula	1.468,8440
206	48000.003808/97-62	Macau	RGN Mistura	1.455,9090
207	48000.003716/97-46	Malhado	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
208	48000.003666/97-70	Malombê	Baiano Mistura	1.526,0140
209	48000.003518/97-82	Manati	Baiano Mistura	1.526,0140
210	48000.003667/97-32	Mandacaru	Baiano Mistura	1.526,0140
211	48000.003633/97-11	Mapele	Baiano Mistura	1.526,0140
212	48000.003732/97-01	Marimbá	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
213	48000.003758/97-96	Mariricu	Espírito Santo	1.396,8772
214	48000.003760/97-38	Mariricu Norte	Espírito Santo	1.396,8772
215	48000.003759/97-59	Mariricu Oeste	Espírito Santo	1.396,8772
216	48610.008016/2004	Maritaca	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
217	48000.003723/97-10	Marlim	Marlim	1.347,8938
218	48000.003900/97-03	Marlim Leste	Marlim Leste	1.365,3955
219	48000.003724/97-74	Marlim Sul	Marlim Sul	1.361,0410
220	48000.003668/97-03	Massapê	Baiano Mistura	1.526,0140
221	48000.003669/97-68	Massuí	Baiano Mistura	1.526,0140
222	48000.003670/97-47	Mata de São João	Baiano Mistura	1.526,0140

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

223	48000.003857/97-78	Mato Grosso	Sergipano Terra	1.348,3441
224	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Noroeste	Sergipano Terra	1.348,3441
225	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Norte	Sergipano Terra	1.348,3441
226	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sudoeste	Sergipano Terra	1.348,3441
227	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sul	Sergipano Terra	1.348,3441
228	48000.003866/97-69	Merluza	Condensado de Merluza	1.583,7381
229	48000.003576/97-89	Mexilhão	Condensado de Mexilhão	1.591,1510
230	48000.003673/97-35	Miranga	Baiano Mistura	1.526,0140
231	48000.003676/97-23	Miranga Norte	Baiano Mistura	1.526,0140
232	48000.003809/97-25	Monte Alegre	RGN Mistura	1.455,9090
233	48000.003725/97-37	Moréia	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.478,3064
234	48000.003810/97-12	Morrinho	RGN Mistura	1.455,9090
235	48610.009283/2005-16	Morro do Barro	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.458,4428
236	48000.003541/97-02	Mosquito	Espírito Santo	1.396,8772
237	48610.009188/2005-12	Mosquito Norte	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.584,8697
238	48000.003811/97-77	Mossoró	RGN Mistura	1.455,9090
239	48610.003892/2000	Mutum	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.565,0168
240	48000.003728/97-25	Namorado	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
241	48000.003761/97-09	Nativo Oeste	Espírito Santo	1.396,8772
242	48000.003729/97-98	Nordeste de Namorado	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
243	48000.003812/97-30	No do Morro Rosado	RGN Mistura	1.455,9090
244	48000.003677/97-96	Norte de Fazenda Caruaçu	Baiano Mistura	1.526,0140
245	48000.003910/97-59	Oeste de Ubarana	RGN Mistura	1.455,9090
246	48000.003573/97-91	Oliva	TLD de Oliva	1.366,5386
247	48000.003552/97-11	Ostra	Ostra	1.406,2443
248	48000.003813/97-01	Pajeú	RGN Mistura	1.455,9090
249	48000.003707/97-55	Pampo	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
250	48000.003888/97-00	Paramirim do Vencimento	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
251	48000.003731/97-30	Parati	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
252	48610.009227/2002	Pardal	RGN Mistura	1.455,9090
253	48000.003712/97-95	Pargo	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
254	48000.003840/97-75	Paru	Sergipano Mar	1.559,7790
255	48610.001503/2009-97	Paturi	RGN Mistura	1.455,9090
256	48610.004001/98	Pedra Sentada	RGN Mistura	1.455,9090
257	48000.003678/97-59	Pedrinhas	Baiano Mistura	1.526,0140
258	48610.003887/2000	Peregrino	Peregrino	1.304,7919
259	48610.008005/2004	Periquito	Periquito	1.497,6917
260	48000.003903/97-93	Peroá	Peroá	1.563,6817
261	48000.003912/97-84	Pescada	Pescada	1.576,1203
262	48000.003859/97-01	Pilar	Alagoano	1.565,0168
263	48610.003901/2000	Pintassilgo	RGN Mistura	1.455,9090
264	48610.003882/2000	Piracucá	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.591,1510
265	48000.003560/97-49	Pirambu	Baleia Azul	1.478,3064
266	48000.003495/97-89	Piranema	Piranema	1.566,4818
267	48000.003733/97-65	Piraúna	CabiúnasMistura	1.369,2246
268	48610.010739/2001	Pitiguari	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
269	48000.003814/97-65	Poço Verde	RGN Mistura	1.455,9090
270	48000.003815/97-28	Poço Xavier	RGN Mistura	1.455,9090
271	48000.003679/97-11	Pojuca	Baiano Mistura	1.526,0140
272	48000.003680/97-09	Pojuca Norte	Baiano Mistura	1.526,0140
273	48610.003888/2000	Polvo	Polvo	1.377,6204
274	48000.003816/97-91	Ponta do Mel	RGN Mistura	1.455,9090
275	48000.003817/97-53	Porto Carão	RGN Mistura	1.455,9090
276	48000.003894/97-02	Quererá	Baiano Mistura	1.526,0140
277	48610.009198/2005-58	Rabo Branco	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.571,8567
278	48000.003818/97-16	Redonda	RGN Mistura	1.455,9090
279	48000.003819/97-89	Redonda Profundo	RGN Mistura	1.455,9090
280	48000.003671/97-18	Remanso	Baiano Mistura	1.526,0140
281	48000.003682/97-26	Riacho da Barra	Baiano Mistura	1.526,0140
282	48000.003821/97-21	Riacho da Forquilha	RGN Mistura	1.455,9090
283	48000.003683/97-99	Riacho Ouricuri	Baiano Mistura	1.526,0140
284	48000.003684/97-51	Riacho São Pedro	Baiano Mistura	1.526,0140
285	48610.007480/2006-81	Riacho Velho	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.461,0815
286	48000.003860/97-82	Riachuelo	Sergipano Terra	1.348,3441
287	48000.003765/97-51	Rio Barra Seca	Espírito Santo	1.396,8772
288	48000.003685/97-14	Rio da Serra	Baiano Mistura	1.526,0140
289	48000.003686/97-87	Rio do Bu	Baiano Mistura	1.526,0140
290	48000.003764/97-99	Rio doce	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.584,8697
291	48000.003687/97-40	Rio dos Ovos	Baiano Mistura	1.526,0140
292	48000.003749/97-03	Rio Ibiribas	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.584,8697
293	48610.007482/2006-71	Rio Ipiranga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.418,9417
294	48000.003688/97-11	Rio Itariri	Baiano Mistura	1.526,0140
295	48000.003766/97-14	Rio Itaúnas	Espírito Santo	1.396,8772
296	48000.003767/97-87	Rio Itaúnas Leste	Espírito Santo	1.396,8772
297	48000.003890/97-43	Rio Joanes	Baiano Mistura	1.526,0140
298	48000.003768/97-40	Rio Mariricu	Espírito Santo	1.396,8772
299	48610.009188/2005-12	Rio Mariricu Sul	Espírito Santo	1.396,8772
300	48000.003824/97-19	Rio Mossoró	RGN Mistura	1.455,9090
301	48000.003674/97-06	Rio Pipiri	Baiano Mistura	1.526,0140
302	48000.003689/97-75	Rio Pojuca	Baiano Mistura	1.526,0140
303	48000.003769/97-11	Rio Preto	Espírito Santo	1.396,8772
304	48000.003770/97-91	Rio Preto Oeste	Espírito Santo	1.396,8772
305	48610.009188/2005-12	Rio Preto Sudeste	Espírito Santo	1.396,8772
306	48000.003771/97-54	Rio Preto Sul	Espírito Santo	1.396,8772
307	48000.003772/97-17	Rio São Mateus	Espírito Santo	1.396,8772
308	48610.007984/2004	Rio São Mateus Oeste	Espírito Santo	1.396,8772
309	48000.003690/97-54	Rio Sauípe	Baiano Mistura	1.526,0140
310	48000.003691/97-17	Rio Subaúma	Baiano Mistura	1.526,0140
311	48000.003628/97-81	Rio Urucu	Urucu	1.561,6813
312	48610.009227/2002	Rolinha	Rolinha	1.370,6405
313	48000.003901/97-68	Roncador	Roncador	1.349,3833
314	48000.003916/97/35	Sabiá	RGN Mistura	1.455,9090
315	48610.009128/2005-16	Sabiá Bico-de-Osso	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
316	48610.009128/2005-16	Sabiá da Mata	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
317	48610.010735/2001	Saira	Espirito Santo	1.396,8772
318	48000.003710/97-60	Salema	Salema	1.445,5445
319	48000.003841/97-38	Salgo	Sergipano Terra	1.348,3441
320	48000.003825/97-81	Salina Cristal	RGN Mistura	1.455,9090
321	48610.007998/2004	Sanhaçu	RGN Mistura	1.455,9090
322	48000.003692/97-80	Santana	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.474,8656
323	48000.003693/97-42	São domingos	Baiano Mistura	1.526,0140
324	48000.003861/97-45	São Miguel dos Campos	Alagoano	1.565,0168
325	48610.007485/2006-12	São Manoel	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.440,6023
326	48000.003773/97-80	São Mateus	Espírito Santo	1.396,8772
327	48610.009188/2005-12	São Mateus Leste	Espírito Santo	1.396,8772
328	48000.003694/97-13	São Pedro	Baiano Mistura	1.526,0140
329	48610.003884/2000	Sapinhoá	Sapinhoá	1.437,0578
330	48000.003695/97-78	Sauípe	Fazenda Santo Estevão	1.464,3394
331	48610.009288/2005-49	Sempre Viva	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.526,0140
332	48000.003922/97-38	Sebastião Ferreira	Tabuleiro	1.459,8132
333	48610.007984/2004	Seriema	Espírito Santo	1.396,8772
334	48000.003781/97-16	Serra	RGN Mistura	1.455,9090
335	48000.003828/97-70	Serra do Mel	RGN Mistura	1.455,9090
336	48000.003829/97-32	Serra Vermelha	RGN Mistura	1.455,9090
337	48000.003830/97-11	Serraria	RGN Mistura	1.455,9090
338	48000.003696/97-31	Sesmaria	Baiano Mistura	1.526,0140
339	48000.003862/97-16	Siririzinho	Sergipano Terra	1.348,3441
340	48610.009197/2005-11	Siririzinho Sul	Sergipano Terra	1.348,3441
341	48000.003697/97-01	Socorro	Baiano Mistura	1.526,0140
342	48000.003698/97-66	Socorro Extensão	Baiano Mistura	1.526,0140
343	48000.003873/97-24	Sudoeste Urucu	Urucu	1.561,6813
344	48000.003863/97-71	Sul de Coruripe	Tabuleiro	1.459,8132
345	48000.003699/97-29	Sussuarana	Baiano Mistura	1.526,0140
346	48610.007986/2004	Tabuiaiá	Espírito Santo	1.396,8772
347	48000.003864/97-33	Tabuleiro dos Martins	Tabuleiro	1.459,8132
348	48000.003.577/97-41	Tambaú	Tambaú-Uruguá	1.502,8025
349	48610.009488/2003	Tangará	Baiano Mistura	1.526,0140
350	48610.001430/2008-52	Tapiranga	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
351	48000.003700/97-14	Taquipe	Baiano Mistura	1.526,0140
352	48000.003835/97-35	Tartaruga	Tartaruga	1.571,8567
353	48610.009156/2005-17	Tartaruga Mestiça	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.478,3064
354	48000.003834/97-72	Tatui	Sergipano Mar	1.559,7790
355	48610.008013/2004	Tico-Tico	Tico-Tico	1.448,1916
356	48610.001427/2008-39A	Tiê	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
357	48610.009279/05-58	Tigre	Tigre	1.498,9041
358	48610.009225/2002	Tiziu	RGN Mistura	1.455,9090
359	48000.003832/97-47	Três Marias	RGN Mistura	1.455,9090
360	48000.003708/97-18	Trilha	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
361	48610.008001/2004	Trinca Ferro	RGN Mistura	1.455,9090
362	48610.001293/2008-56	Trovoada	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
363	48610.001369/2008-43	Tubarão Azul	Tubarão Azul	1.353,9601
364	48610.0001367/2008-54	Tubarão Martelo	Tubarão Martelo	1.334,6744
365	48610.012913/2010-05	Tupi_NE	Área de Nordeste de Tupi	1.355,1623
366	48610.012913/2010-05	Tupi Sul	Área de Sul de Tupi	1.433,6487
367	48000.003782/97-71	Ubarana	RGN Mistura	1.455,9090
368	48610.003899/2000	Uirapuru	Uirapuru	1.552,6028
369	48000.003833/97-18	Upanema	RGN Mistura	1.455,9090
370	48000.003.577/97-42	Uruguá	Tambaú-Uruguá	1.502,8025
371	48610.009151/2005-94	Urutau	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
372	48610.004002/98	Varginha	RGN Mistura	1.455,9090
373	48000.003713/97-58	Vermelho	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
374	48000.003734/97-28	Viola	Cabiúnas Mistura	1.369,2246
375	48000.003704/97-67	Voador	Marlim	1.347,8938
376	48000.003778/97-01	Xaréu	Ceara Mar	1.432,3901
377	48610.009227/2002	1-RT-1-RN (BT-POT-10)	Riacho Tapuio	1.536,1057
378	48610.007984/2004	ES-T-381	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.584,8697
379	48610.001443/2008-21	PA-1ALV1BA-REC-T-129	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
380	48610.008008/2004	PA-1BRSA452-1BRSA453-POT-T-661	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
381	48610.009225/2002	PA-1BRSA489DRN-BT-POT-8	RGN Mistura	1.455,9090
382	48610.003884/2000	PA-1BRSA491SPS-BM-S-9 (CARIOCA NE)	TLD de Carioca Nordeste	1.319,4142
383	4810.009130/2005-79	PA-1BRSA558-1BRSA675-POT-T-744E745	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
384	48610.009121/05-88	PA-1BRSA568DBA-REC-T-265	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.552,6028
385	48610.009146/2005-81	PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.561,6813
386	48610.009128/2005-16	PA-1STAR8RN-POT-T-794	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
387	48610.009193/2005-25	PA-1VITA1ES-ES-T-466	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.445,3283
388	48610.001402/2008-35	PA-1VITA3ES-ES-T-392	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.435,4826
389	48610.001402/2008-35	PA-1VITA4ES-ES-T-391	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.381,9217
390	48610.007984/2004	PA-4BRSA416-ES-T-373	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.584,8697
391	48610.001502/2009-42	PA-1BRSA1000RN_POT-T-609_POT-T-610	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
392	48610.001504/2009-31	PA-1BRSA1025RN_POT-T-699	Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.576,1203
393	Autorização ANP 102/2000	UO SIX - SÃO MATEUS DO SUL	Óleo de Xisto	1.360,0220

Conforme o inciso IV do art. 6º da Portaria ANP nº 206, de 29 de agosto de 2000 caso as concessionárias não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação da composição de sua corrente, o preço mínimo do petróleo do campo em questão será o preço mínimo do petróleo de maior valor da bacia a que o campo pertencer, conforme tabela abaixo.

Bacia	Corrente de Maior Valor	Valor da Corrente (R$/m³)
Alagoas	Alagoano	1.565,0168
Camamu	Baiano Mistura	1.526,0140
Campos	Baleia Azul	1.478,3064
Ceara	Ceara Mar	1.432,3901
Espirito Santo	Camarupim	1.584,8697
Potiguar	Pescada	1.576,1203
Reconcavo	Uirapuru	1.552,6028
Santos	Condensado de Mexilhão	1.591,1510
Sergipe	Tartaruga	1.571,8567
Solimoes	Urucu	1.561,6813
Tucano Sul	Baiano Mistura	1.526,0140
Parnaiba	Gavião Real	1.573,3765
Maior Brasil	Condensado de Mexilhão	1.591,1510

Conforme o inciso III do art. 6º da Portaria ANP nº 206, de 29 de agosto de 2000, caso os campos/blocos operados por concessionários qualificados como C ou D não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação do seu preço mínimo, o mesmo será o preço mínimo do petróleo de maior valor calculado entre os campos operados por concessionários qualificados como C ou D e que disponham das informações técnicas para o cálculo de seu preço mínimo. Para o mês de NOVEMBRO de 2013 este preço corresponde ao preço do campo de Araçás Leste, no valor de R$ 1.483,1360.

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 178, de 21 de agosto de 2013, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 1320 de 18 de dezembro de 2013, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços de referência do gás natural produzido no mês de NOVEMBRO de 2013, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

HELDER QUEIROZ PINTO JÚNIOR

ANEXO

Núm.	N.º do Contrato	Nome do Campo	PRGN R$/m³
1	48000.003552/97-11	Abalone	0,60877
2	48610.009231/2002	Acajá-Burizinho	0,36097
3	48610.003901/2000	Acauã	1,89964
4	48000.003747/97-70	Água Grande	0,44598
5	48000.003842/97-09	Aguilhada	0,65906
6	48000.003779/97-66	Agulha	0,51455
7	48000.003703/97-02	Albacora	0,72012
8	48000.003895/97-67	Albacora Leste	0,47006
9	48000.003784/97-04	Alto do Rodrigues	0,23773
10	48610.003892/2000	Anambé	0,66100
11	48610.007994/2004	Andorinha	1,89964
12	48610.008002/2004	Andorinha Sul	1,89964
13	48000.003730/97-77	Anequim	0,58192
14	48000.003843/97-63	Angelim	0,51740
15	48000.003484/97-62	Angico	1,89964
16	48000.003630/97-22	Apraiús	0,71701
17	48000.003913/97-47	Arabaiana	0,61389
18	48610.009487/2003	Araçari	1,14697
19	48000.003631/97-95	Araçás	0,69220
20	48610.009289/2005-93	Araçás Leste	1,89964
21	48610.009202/2005-88	Aracuã	0,46689
22	48610.001547/2009-17	Arapaçu	1,89964
23	48000.003455/97-64	Araracanga	1,89964
24	48000.003632/97-58	Aratu	0,37904
25	48000.003780/97-45	Aratum	1,07597
26	48000.003552/97-11	Argonauta	0,32738
27	48000.003844/97-26	Aruari	1,36056
28	48000.003482/97-37	Asa Branca	0,78605
29	48000.003845/97-99	Atalaia Sul	0,43757
30	48000.003775/97-13	Atum	0,68758
31	48000.003460/97-02	Azulão	1,89964
32	48000.003705/97-20	Badejo	0,63040
33	48000.003726/97-08	Bagre	0,59455
34	48000.003785/97-69	Baixa do Algodão	1,89964
35	48000.003914/97-18	Baixa do Juazeiro	0,30503
36	48000.003560/97-49	Baleia Azul	0,63221
37	48000.003560/97-49	Baleia Franca	0,49347
38	48000.003756/97-61	Barra do Ipiranga	0,40162
39	48000.003897/97-92	Barracuda	0,75935
40	48000.003786/97-21	Barrinha	1,89964
41	48610.003901/2000	Barrinha Leste	1,89964
42	48610.003901/2000	Barrinha Sudoeste	1,89964
43	48610.009494/2003	Baúna	0,84680
44	48610.004003/98	Benfica	1,01977
45	48000.003717/97-17	Bicudo	0,47677
46	48610.007984/2004	Biguá	0,45667
47	48000.003709/97-81	Bijupirá	0,66912
48	48000.003909/97-70	Biquara	0,82515
49	48000.003672/97-72	Biriba	0,47435
50	48000.003787/97-94	Boa Esperança	0,78605
51	48000.003788/97-57	Boa Vista	1,01977
52	48610.009285/2005-13	Bom Lugar	0,82665
53	48000.003718/97-71	Bonito	0,54972
54	48000.003658/97-41	Bonsucesso	1,00221
55	48000.003789/97-10	Brejinho (Potiguar)	0,56868
56	48000.003636/97-17	Brejinho (Recôncavo)	0,95400
57	48000.003846/97-51	Brejo Grande	0,46822
58	48000.003635/97-46	Buracica	1,06813
59	48000.003735/97-91	Cação	0,64890
60	48000.003560/97-49	Cachalote	0,39620
61	48000.003791/97-61	Cachoeirinha	0,77164
62	48000.003736/97-53	Cacimbas	0,37232
63	48000.003836/97-06	Caioba	0,54346
64	48000.003881/97-52	Camaçari	1,89964
65	48000.003535/97-00	Camarupim	0,48319
66	48610.010724/2001	Camarupim Norte	0,48319
67	48000.003837/97-61	Camorim	0,42946
68	48000.003737/97-16	Campo Grande	0,55655
69	48000.003637/97-71	Canabrava	0,76587
70	48000.003535/97-00	Canapu	0,39258
71	48610.003899/2000	Canário	0,43703
72	48610.009491/2003	Cancã	0,30539
73	48000.003638/97-34	Candeias	0,51521
74	48000.003902/97-21	Cangoá	0,44538
75	48000.003639/97-05	Cantagalo	0,51764
76	48000.003792/97-24	Canto do Amaro	1,01977
77	48000.003868/97-94	Carapanaúba	1,89964
78	48000.003711/97-22	Carapeba	0,90134
79	48610.009275/2005-71	Carapitanga	0,46060
80	48000.003535/97-00	Carapó	1,89964
81	48000.003898/97-55	Caratinga	0,74559
82	48610.009127/2005-55	Carcará	1,89964
83	48610.008000/2004	Cardeal	1,89964
84	48000.003847/97-14	Carmópolis	0,62868
85	48610.009197/2005-11	Carmópolis Noroeste	0,51693
86	48000.003640/97-86	Cassarongongo	0,42850
87	48000.003848/97-87	Castanhal	0,24378
88	48000.003641/97-49	Cexis	0,64965
89	48610.007481/2006-26	Chauá	1,89964
90	48000.003727/97-62	Cherne	0,57562
91	48610.009284/2005-61	Cidade de Aracaju	1,89964
92	48000.003850/97-29	Cidade de São Miguel dos Campos	0,43520
93	48610.003919/97-23	Cidade de Sebastião Ferreira	1,89964
94	48000.003642/97-10	Cidade de Entre Rios	0,70706
95	48000.003906/97-81	Cioba	0,51455
96	48610.009503/2003	Colibri	1,89964
97	48000.003702/97-31	Conceição	0,48187
98	48610.009134/2005-57	Concriz	1,89964
99	48000.003714/97-11	Congro	0,59366
100	48000.003851/97-91	Coqueiro Seco	0,32785
101	48000.003738/97-89	Córrego Cedro Norte	0,37578
102	48000.003739/97-41	Córrego das Pedras	0,61960
103	48000.003740/97-21	Córrego Dourado	0,41231
104	48000.003715/97-83	Corvina	0,61057
105	48610.007484/2006-61	Crejoá	1,89964
106	48000.003869/97-57	Cupiúba	0,47202
107	48000.003776/97-78	Curimã	0,68758
108	48000.003907/97-44	Dentão	0,56372
109	48000.003644/97-37	Dom João	0,50512
110	48000.003645/97-08	Dom João Mar	0,61630
111	48000.003838/97-23	Dourado	0,41826
112	48000.003719/97-34	Enchova	0,55922
113	48000.003720/97-13	Enchova Oeste	0,47115
114	48000.003777/97-31	Espada	0,68758
115	48000.003899/97-18	Espadarte	1,11314
116	48000.003793/97-97	Estreito	1,89964
117	48000.003742/97-56	Fazenda Alegre	0,30481
118	48610.004004/98	Fazenda Alto das Pedras	0,54031
119	48000.003646/97-62	Fazenda Alvorada	0,33496
120	48000.003647/97-25	Fazenda Azevedo	0,69117
121	48000.003648/97-98	Fazenda Bálsamo	0,88409
122	48000.003795/97-12	Fazenda Belém (Potiguar)	1,89964
123	48000.003649/97-51	Fazenda Belém (Recôncavo)	0,57855
124	48000.003650/97-30	Fazenda Boa Esperança	0,85404
125	48000.003796/97-85	Fazenda Canaan	1,89964
126	48000.003743/97-19	Fazenda Cedro	0,56241
127	48000.003745/97-44	Fazenda Cedro Norte	0,63538
128	48000.003797/97-48	Fazenda Curral	1,89964
129	48000.003651/97-01	Fazenda Imbé	0,55877
130	48000.003915/97-72	Fazenda Junco	1,89964
131	48000.003798/97-19	Fazenda Malaquias	1,89964
132	48000.003891/97-14	Fazenda Matinha	0,57790
133	48000.003652/97-65	Fazenda Onça	0,86224
134	48000.003653/97-28	Fazenda Panelas	0,61520
135	48000.003852/97-54	Fazenda Pau Brasil	0,63929
136	48000.003799/97-73	Fazenda Pocinho	0,34029
137	48000.003744/97-81	Fazenda Queimadas	0,43667
138	48000.003654/97-91	Fazenda Rio Branco	1,89964
139	48000.003746/97-15	Fazenda Santa Luzia	0,44321
140	48000.003883/97-88	Fazenda Santa Rosa	0,44312
141	48000.003655/97-53	Fazenda Santo Estevão	1,89964
142	48000.003747/97-70	Fazenda São Jorge	0,43094
143	48000.003750/97-84	Fazenda São Rafael	0,51702
144	48610.012913/2010-05	Florim	1,89964
145	48610.009278/2005-11	Foz do Vaza-Barris	1,89964
146	48000.003896/97-20	Frade	0,37784
147	48610.012913/2010-05	Franco	1,89964
148	48000.003854/97-80	Furado	0,41431
149	48610.009227/2002	Galo de Campina	0,49381
150	48000.003721/97-86	Garoupa	0,68244
151	48000.003722/97-49	Garoupinha	0,63577
152	48610.001418/2008-48	Gavião Azul	1,89964
153	48610.001418/2008-48	Gavião Real	0,32495
154	48000.003535/97-00	Golfinho	0,67769
155	48000.003656/97-16	Gomo	0,52818
156	48000.003800/97-51	Guamaré	1,89964
157	48610.009155/2005-72	Guamaré Sudeste	1,89964
158	48610.008017/2004	Guanambi	0,77215
159	48610.012913/2010-05	Guara_SUL	1,89964
160	48000.003839/97-96	Guaricema	0,44397
161	48000.003751/97-47	Guriri	0,47043
162	48610.009138/2005-35	Harpia	1,89964
163	48000.003801/97-13	Icapuí	1,89964
164	48000.003657/97-89	Ilha de Bimbarra	0,48888
165	48000.003855/97-42	Ilha Pequena	0,89112
166	48610.010735/2001	Inhambu	0,30877
167	48000.003892/97-79	Iraí	0,29862
168	48610.008001/2004	Iraúna	0,78451
169	48610.003900/2000	Irerê	1,89964
170	48000.003659/97-12	Itaparica	0,71601
171	48610.009225/2002	Jaçanã	1,89964
172	48000.003660/97-93	Jacuípe	0,42663
173	48610.009492/2003	Jacutinga	1,89964
174	48610.009188/2005-12	Jacutinga Norte	1,89964
175	48610.009488/2003	Jandaia	0,56660
176	48000.003802/97-86	Janduí	0,56868
177	48610.003892/2000	Japuaçu	0,87879
178	48000.003856/97-13	Jequiá	0,96985
179	48610.009282/2005-71	Jiribatuba	0,60223
180	48610.009509/2003	João de Barro	0,85023
181	48000.003803/97-49	Juazeiro	0,59127
182	48000.003560/97-49	Jubarte	0,42107
183	48610.008012/2004	Juriti	0,91228
184	48000.003804/97-10	Lagoa Aroeira	1,89964
185	48000.003748/97-32	Lagoa Bonita	0,42938
186	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo	0,79859
187	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Norte	0,98575
188	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Sul	0,72845
189	48000.003921/97-75	Lagoa Pacas	0,30987
190	48000.003752/97-18	Lagoa Parda	0,47888
191	48000.003754/97-35	Lagoa Parda Norte	0,31389
192	48000.003753/97-72	Lagoa Parda Sul	0,55063
193	48000.003755/97-06	Lagoa Piabanha	0,46264
194	48000.003757/97-23	Lagoa Suruaca	0,58924
195	48000.003570/97-01	Lagosta	0,52260
196	48000.003664/97-44	Lamarão	0,44365
197	48000.003665/97-15	Leodório	0,77070
198	48610.004000/98	Leste de Poço Xavier	0,78605
199	48000.003627/97-18	Leste do Urucu	0,50419
200	48000.003706/97-92	Linguado	0,60676
201	48000.003805/97-74	Livramento	0,77164
202	48000.003807/97-08	Lorena	0,75105
203	48610.003886/2000	Lula	0,64606
204	48000.003808/97-62	Macau	1,07597

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

205	48000.003716/97-46	Malhado	0,64626
206	48000.003666/97-70	Malombê	1,74870
207	48000.003518/97-82	Manati	0,33797
208	48000.003667/97-32	Mandacaru	0,58522
209	48000.003633/97-11	Mapele	0,47011
210	48000.003732/97-01	Marimbá	0,68911
211	48000.003758/97-96	Mariricu	0,57446
212	48000.003760/97-38	Mariricu Norte	0,40284
213	48000.003759/97-59	Mariricu Oeste	0,40284
214	48000.003723/97-10	Marlim	0,53240
215	48000.003900/97-03	Marlim Leste	0,96902
216	48000.003724/97-74	Marlim Sul	0,52822
217	48000.003668/97-03	Massapê	0,51594
218	48000.003669/97-68	Massuí	0,62883
219	48000.003670/97-47	Mata de São João	0,43453
220	48000.003857/97-78	Mato Grosso	0,42663
221	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Noroeste	0,97006
222	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Norte	0,43979
223	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sudoeste	0,84147
224	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sul	0,38135
225	48000.003866/97-69	Merluza	0,52260
226	48000.003576/97-89	Mexilhão	0,55869
227	48000.003673/97-35	Miranga	0,60647
228	48000.003676/97-23	Miranga Norte	0,55660
229	48000.003809/97-25	Monte Alegre	0,28600
230	48000.003810/97-12	Morrinho	0,88604
231	48610.009283/2005-16	Morro do Barro	0,29446
232	48000.003541/97-02	Mosquito	0,31887
233	48610.009188/2005-12	Mosquito Norte	1,89964
234	48000.003811/97-77	Mossoró	1,89964
235	48000.003728/97-25	Namorado	0,76133
236	48000.003761/97-09	Nativo Oeste	0,61960
237	48000.003812/97-30	No do Morro Rosado	1,89964
238	48000.003677/97-96	Norte de Fazenda Caruaçu	0,37218
239	48000.003910/97-59	Oeste de Ubarana	0,51455
240	48000.003552/97-11	Ostra	0,36673
241	48000.003813/97-01	Pajeú	1,89964
242	48000.003707/97-55	Pampo	0,58960
243	48000.003556/97-71	Papa-Terra	1,89964
244	48000.003731/97-30	Parati	0,58097
245	48610.009227/2002	Pardal	1,89964
246	48000.003712/97-95	Pargo	1,12340
247	48000.003840/97-75	Paru	0,56480
248	48610.009226/2002	Patativa	1,89964
249	48610.001503/2009-97	Paturi	1,89964
250	48610.004001/98	Pedra Sentada	0,88604
251	48000.003678/97-59	Pedrinhas	0,51861
252	48610.003887/2000	Peregrino	1,89771
253	48610.008005/2004	Periquito	0,32248
254	48000.003903/97-93	Peroá	0,37435
255	48000.003912/97-84	Pescada	0,61389
256	48000.003859/97-01	Pilar	0,43685
257	48610.003901/2000	Pintassilgo	1,89964
258	48610.009494/2003	Piracaba	1,00123
259	48000.003560/97-49	Pirambu	0,57217
260	48000.003495/97-89	Piranema	0,78337
261	48000.003733/97-65	Piraúna	0,77116
262	48610.010739/2001	Pitiguari	1,03329
263	48000.003814/97-65	Poço Verde	1,89964
264	48000.003815/97-28	Poço Xavier	0,89906
265	48000.003679/97-11	Pojuca	0,48073
266	48000.003680/97-09	Pojuca Norte	0,47166
267	48610.003888/2000	Polvo	1,89964
268	48000.003816/97-91	Ponta do Mel	0,76766
269	48000.003817/97-53	Porto Carão	1,89964
270	48000.003894/97-02	Quererá	0,37855
271	48610.009198/2005-58	Rabo Branco	1,89964
272	48000.003818/97-16	Redonda	1,89964
273	48000.003819/97-89	Redonda Profundo	1,89964
274	48000.003671/97-18	Remanso	0,57324
275	48000.003682/97-26	Riacho da Barra	0,68673
276	48000.003821/97-21	Riacho da Forquilha	0,73836
277	48000.003683/97-99	Riacho Ouricuri	0,90719
278	48000.003684/97-51	Riacho São Pedro	0,29870
279	48610.007480/2006-81	Riacho Velho	1,89964
280	48000.003860/97-82	Riachuelo	0,72996
281	48000.003765/97-51	Rio Barra Seca	0,36049
282	48000.003685/97-14	Rio da Serra	0,91770
283	48000.003686/97-87	Rio do Bu	0,74622
284	48000.003687/97-40	Rio dos Ovos	0,55431
285	48610.007482/2006-71	Rio Ipiranga	0,41431
286	48000.003688/97-11	Rio Itariri	0,74121
287	48000.003766/97-14	Rio Itaúnas	0,36907
288	48000.003766/97-14	Rio Itaúnas Leste	0,34629
289	48000.003890/97-43	Rio Joanes	0,46221
290	48000.003768/97-40	Rio Mariricu	0,46463
291	48610.009188/2005-12	Rio Mariricu Sul	1,89964
292	48000.003824/97-19	Rio Mossoró	0,98519
293	48000.003674/97-06	Rio Pipiri	0,50581
294	48000.003689/97-75	Rio Pojuca	0,50856
295	48000.003769/97-11	Rio Preto	0,43437
296	48000.003770/97-91	Rio Preto Oeste	0,42551
297	48610.009188/2005-12	Rio Preto Sudeste	1,89964
298	48000.003771/97-54	Rio Preto Sul	0,35960
299	48000.003772/97-17	Rio São Mateus	0,34908
300	48610.007984/2004	Rio São Mateus Oeste	1,89964
301	48000.003690/97-54	Rio Sauípe	0,85334
302	48000.003691/97-17	Rio Subaúma	1,14581
303	48000.003628/97-81	Rio Urucu	0,46018
304	48610.009227/2002	Rolinha	1,89964
305	48000.003901/97-68	Roncador	0,70643
306	48000.003916/97-35	Sabiá	0,56868
307	48610.009128/2005-16	Sabiá Bico-de-Osso	1,89964
308	48610.009128/2005-16	Sabiá da Mata	1,89964
309	48610.010735/2001	Saíra	0,30877
310	48000.003710/97-60	Salema	0,87644
311	48000.003841/97-38	Salgo	0,48882
312	48000.003825/97-81	Salina Cristal	0,28869
313	48610.007998/2004	Sanhaçu	0,65338
314	48000.003692/97-80	Santana	1,89964
315	48000.003693/97-42	São Domingos	0,69272
316	48610.007485/2006-12	São Manoel	1,89964
317	48000.003773/97-80	São Mateus	0,43424
318	48610.009188/2005-12	São Mateus Leste	1,89964
319	48000.003861/97-45	São Miguel dos Campos	0,43710
320	48000.003694/97-13	São Pedro	0,92071
321	48610.003884/2000	Sapinhoá	0,66049
322	48000.003695/97-78	Sauípe	1,89964
323	48000.003922/97-38	Sebastião Ferreira	1,89964
324	48610.007984/2004	Seriema	0,30750
325	48000.003781/97-16	Serra	1,07597
326	48000.003828/97-70	Serra do Mel	0,83186
327	48000.003829/97-32	Serra Vermelha	1,89964
328	48000.003830/97-11	Serraria	0,89886
329	48000.003696/97-31	Sesmaria	0,56270
330	48000.003862/97-16	Siririzinho	0,60309
331	48610.009197/2005-11	Siririzinho Sul	0,74147
332	48000.003697/97-01	Socorro	0,56004
333	48000.003698/97-66	Socorro Extensão	0,50241
334	48000.003873/97-24	Sudoeste Urucu	0,46018
335	48000.003863/97-71	Sul de Coruripe	0,60454
336	48000.003699/97-29	Sussuarana	0,52958
337	48610.007986/2004	Tabuiaiá	0,27935
338	48000.003864/97-33	Tabuleiro dos Martins	0,63570
339	48000.003577/97-41	Tambaú	0,37232
340	48610.009488/2003	Tangará	0,48068
341	48610.001430/2008-52	Tapiranga	1,89964
342	48000.003700/97-14	Taquipe	0,63041
343	48000.003835/97-35	Tartaruga	1,03917
344	48610.009156/2005-17	Tartaruga Mestiça	0,84669
345	48000.003834/97-72	Tatui	0,34683
346	48610.008013/2004	Tico-Tico	1,89964
347	48610.001427/2008-39A	Tiê	0,68980
348	48610.009279/05-58	Tigre	0,86223
349	48610.009225/2002	Tiziu	1,89964
350	48000.003832/97-47	Três Marias	0,85621
351	48000.003708/97-18	Trilha	0,59669
352	48610.008001/2004	Trinca Ferro	1,89964
353	48610.001293/2008-56	Trovoada	1,00060
354	48610.001369/2008-43	Tubarão Azul	0,78316
355	48610.0001367/2008-54	Tubarão Martelo	0,78342
356	48610.012913/2010-05	Tupi_NE	1,89964
357	48610.012913/2010-05	Tupi Sul	1,89964
358	48000.003782/97-71	Ubarana	0,51455
359	48610.003899/2000	Uirapuru	0,40040
360	48000.003833/97-18	Upanema	0,56868
361	48000.003577/97-41	Uruguá	0,37232
362	48610.004002/98	Varginha	0,78605
363	48000.003790/97-07	Várzea Redonda	0,43211
364	48000.003713/97-58	Vermelho	0,40464
365	48000.003734/97-28	Viola	0,56648
366	48000.003704/97-67	Voador	1,31921
367	48000.003778/97-01	Xaréu	0,68758
368	48610.001443/2008-21	PA-1ALV1BA-REC-T-129	1,89964
369	48610.003901/2000	PA-1BRSA352RN-1BRSA509RN-1BRSA511RN-BTPO	1,89964
370	48610.009225/2002	PA-1BRSA489DRN-BT-POT-8	0,56938
371	48610.003884/2000	PA-1BRSA491SPS-BM-S-9(CARIOCA NE)	0,37844
372	48610.009130/2005-79	PA-1BRSA558-1BRSA675-POT-T-744E745	1,89964
373	48610.009146/2005-81	PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	0,54981
374	48610.009227/2002	PA-1POTI2RN-BT-POT-10	0,38448
375	48610.009227/2002	PA-1RT01RN-BT-POT-10	1,89964
376	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-10-RN	1,89964
377	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-11-RN	0,75598
378	48610.009227/2002	PA-1UTC2RN-BT-POT-10	0,30328
379	48610.009193/2005-25	PA-1VITA1ES-ES-T-466	1,89964
380	48610.001402/2008-35	PA-1VITA3ES-ES-T-392	1,89964
381	48610.001420/2008-35	PA-1VITA4ES-ES-T-391	1,89964
382	48610.001502/2009-42	PA-1BRSA1000RN_POT-T-609_POT-T-610	1,89964
383	48610.001504/2009-31	PA-1BRSA1025RN_POT-T-699	1,89964
384	Autorização ANP 102/2001	UO SIX - São Mateus do Sul	0,48019

1)Conforme o Art. 7º, da Resolução ANP nº 40, de 14 de dezembro de 2009, caso as informações necessárias para a fixação do PRGN do campo em questão não sejam prestadas pelo concessionário, na forma, condições e prazos estabelecidos nesta Resolução, o preço de referência será igual ao maior PRGN fixado no país para o gás natural, que para o mês de NOVEMBRO de 2013 foi o valor correspondente ao campo de POLVO - R$ 1,89964.

2)Com vistas ao cumprimento da RD nº 983/2011, para fins de pagamento de participações governamentais, publicamos o preço do gás processado (PGP) para os campos de Rio do Urucu e Leste do Urucu definido no § 6º do art. 2º da Resolução ANP 40/2009.

N.º do Contrato	Nome do Campo	PGP R$/m³
48000.003627/97-18	Leste do Urucu	0,27520
48000.003628/97-81	Rio Urucu	0,27831

DESPACHO DA DIRETORA-GERAL

Em 19 de dezembro de 2013

Nº 1.516 - O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 178, de 21 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria nº 206, de 29 de agosto de 2000, e da Resolução de Diretoria nº 1318 , de 18 de dezembro de 2013, torna pública a atualização dos Anexos II e III da referida Portaria, com data efetiva a partir do mês de novembro de 2013, conforme segue:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

RELAÇÃO DE TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAL

01- Alagoano - Grau API = 42,2
02- Albacora - Grau API = 26,7
03- Albacora Leste- Grau API = 20,0
04- Baiano Mistura - Grau API = 36,5
05- Barracuda - Grau API = 24,75
06- Baúna - Grau API = 33,3
07- Bijupirá - Grau API = 27,8
08- Cabiúnas Mistura - Grau API = 25,5
09- Cachalote - Grau API = 22,1
10- Camarupim - Grau API = 51,5
11- Canário - Grau API = 30,7
12- Caratinga - Grau API = 25,0
13- Cardeal - Grau API = 26,9
14- Ceará Mar - Grau API = 28,1
15- Colibri - Grau API = 33,8
16- Condensado de Merluza - Grau API = 49,6
17- Condensado de Mexilhão - Grau API = 47,2
18- Espadarte - Grau API = 21,0
19- Espírito Santo - Grau API = 24,8
20- Fazenda Alegre - Grau API = 13,2
21- Fazenda Belém - Grau API = 14,1
22- Fazenda Santo Estevão - Grau API = 35,3
23- Frade - Grau API = 19,8
24- Golfinho - Grau API = 28,8
25- Harpia - Grau API = 13,3
26- João de Barro - Grau API = 42,1
27- Jubarte - Grau API = 19,3
28- Lagoa do Paulo Norte - Grau API = 38,1
29- Marlim - Grau API = 20,3
30- Marlim Leste - Grau API = 24,7
31- Marlim Sul - Grau API = 23,1
32- Ostra - Grau API = 22,3
33- Periquito - Grau API = 34,3
34- Peroá - Grau API = 53,1
35- Pescada - Grau API = 49,5
36- Piranema - Grau API = 41,9
37- Lula - Grau API = 30,6
38- Polvo - Grau API = 20,7
39- RGN Mistura - Grau API = 30,6
40- Riacho Tapuio - Grau API = 37,5
41- Rolinha - Grau API = 22,5
42- Roncador - Grau API = 22,8
43- Salema - Grau API = 28,7
44- Sergipano Mar - Grau API = 43,7
45- Sergipano Terra - Grau API = 24,8
46- Sergipe - Vaza Barris - Grau API = 17,6
47- Tabuleiro - Grau API = 30,1
48- Tambaú-Uruguá - Grau API = 32,6
49- Tartaruga - Grau API = 40,9
50- Tigre - Grau API = 33,8
51- Sapinhoá = 29,5
52- Uirapuru - Grau API = 38,4
53- Urucu - Grau API = 48,5
54- Peregrino - Grau API = 13,7
55- TLD de Aruanã - Grau API = 24,7
56- Tubarão Azul - Grau API = 19,8
57- TLD de Carioca Nordeste - Grau API = 23,6
58- Baleia Azul - Grau API = 29,3
59- TLD de Oliva - Grau API = 25,7
60- Galo de Campina - Grau API = 35,6
61- Tico-Tico - Grau API = 32,9
62- Óleo de Xisto - UO SIX - SÃO MATEUS DO SUL- Grau API = 15,3
63- Papa - Terra - Grau API = 14,2
64- Gavião Real - Grau API = 56,2
65- Franco - Grau API = 28,4
66- Área de Sul de Tupi - Grau API = 28,8
67- Área de Nordeste de Tupi - Grau API = 26,2
68- Área de Sul de Guará - Grau API = 29,5
69- Área de Florim = 29,30
70- Tubarão Martelo = 21,20

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAIS

01 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALAGOANO

Grau API: 42,2		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	>500 °C
37,36%	47,54%	15,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003892/2000	ANAMBÉ	21,02%
48000.003850/97-29	CIDADE DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	3,52%
48000.003854/97-80	FURADO	23,53%
48610.003892/2000	JAPUAÇU	0,28%
48000.003859/97-01	PILAR	49,44%
48000.003861/97-45	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	2,21%
TOTAL		100,00%

02 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA

Grau API: 26,7		
Teor de Enxofre: 0,50%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,97%	14,31%	54,72%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003703/97-02	ALBACORA	100,00%
TOTAL		100,00%

03 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ALBACORA LESTE

Grau API: 20,0		
Teor de Enxofre: 0,59%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
22,76%	14,72%	62,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003895/97-67	ALBACORA LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

04 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BAIANO MISTURA

Grau API: 36,5		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
20,22%	49,58%	30,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003629/97-43	ÁGUA GRANDE	5,97%
48000.003630/97-22	APRAIUS	0,17%
48000.003631/97-95	ARAÇAS	10,04%
48000.003632/97-58	ARATU	0,00%
48000.003672/97-72	BIRIBA	0,04%
48000.003658/97-41	BONSUCESSO	0,20%
48000.003636/97-17	BREJINHO	0,20%
48000.003635/97-46	BURACICA	8,42%
48000.003881/97-52	CAMAÇARI	0,00%
48000.003637/97-71	CANABRAVA	0,04%
48000.003638/97-34	CANDEIAS	2,73%
48000.003639/97-05	CANTAGALO	0,02%
48000.003640/97-86	CASSARONGONGO	4,64%
48000.003641/97-49	CEXIS	1,46%
48000.003642/97-10	CIDADE ENTRE RIOS	2,53%
48000.003702/97-31	CONCEIÇÃO	0,02%
48000.003644/97-37	DOM JOÃO	3,37%
48000.003645/97-08	DOM JOÃO MAR	0,56%
48610.004004/98	FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	0,00%
48000.003646/97-62	FAZENDA ALVORADA	2,07%
48000.003647/97-25	FAZENDA AZEVEDO	0,13%
48000.003648/97-98	FAZENDA BÁLSAMO	7,23%
48000.003649/97-51	FAZENDA BELÉM	2,17%
48000.003650/97-30	FAZENDA BOA ESPERANÇA	5,82%
48000.003651/97-01	FAZENDA IMBÉ	1,95%
48000.003891/97-14	FAZENDA MATINHA	0,00%
48000.003652/97-65	FAZENDA ONÇA	0,16%
48000.003653/97-28	FAZENDA PANELAS	3,49%
48000.003883/97-88	FAZENDA SANTA ROSA	0,01%
48000.003656/97-16	GOMO	0,31%
48610.008017/2004	GUANAMBI	0,17%
48000.003657/97-89	ILHA BIMBARRA	0,00%
48000.003659/97-12	ITAPARICA	0,09%
48000.003660/97-93	JACUÍPE	0,01%
48610.009488/2003	JANDAIA	2,77%
48000.003664/97-44	LAMARÃO	0,02%
48000.003665/97-15	LEODÓRIO	0,03%
48000.003666/97-70	MALOMBÊ	1,57%
48000.003518/97-82	MANATI	1,44%
48000.003667/97-32	MANDACARU	0,03%
48000.003633/97-11	MAPELE	0,00%
48000.003668/97-03	MASSAPÊ	1,67%
48000.003669/97-68	MASSUÍ	0,24%
48000.003670/97-47	MATA DE SÃO JOÃO	2,22%
48000.003673/97-35	MIRANGA	5,04%
48000.003676/97-23	MIRANGA NORTE	0,17%
48000.003677/97-96	NORTE FAZENDA CARUAÇU	0,45%
48000.003678/97-59	PEDRINHAS	0,01%
48000.003679/97-11	POJUCA	0,07%
48000.003680/97-09	POJUCA NORTE	0,00%
48000.003894/97-02	QUERERÁ	0,01%
48000.003671/97-18	REMANSO	1,51%
48000.003682/97-26	RIACHO DA BARRA	1,85%
48000.003683/97-99	RIACHO OURICURI	0,52%
48000.003684/97-51	RIACHO SÃO PEDRO	0,00%
48000.003685/97-14	RIO DA SERRA	0,25%
48000.003686/97-87	RIO DO BU	4,87%
48000.003687/97-40	RIO DOS OVOS	0,56%
48000.003688/97-11	RIO ITARIRI	0,80%
48000.003890/97-43	RIO JOANES	0,00%
48000.003674/97-06	RIO PIPIRI	0,01%
48000.003689/97-75	RIO POJUCA	1,44%
48000.003690/97-54	RIO SAUÍPE	0,01%
48000.003691/97-17	RIO SUBAÚMA	0,07%
48000.003693/97-42	SÃO DOMINGOS	0,01%
48000.003694/97-13	SÃO PEDRO	0,05%
48000.003696/97-31	SESMARIA	0,51%
48000.003697/97-01	SOCORRO	0,52%
48000.003698/97-66	SOCORRO EXTENSÃO	0,11%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48000.003699/97-29	SUSSUARANA	0,02%
48000.003700/97-14	TAQUIPE	6,30%
48610.001430/2008-52	TAPIRANGA	0,00%
48610.009488/2003	TANGARÁ	0,83%
TOTAL		100,00%

05 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BARRACUDA

Grau API: 24,75		
Teor de Enxofre: 0,61%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
33,90%	14,50%	51,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003897/97-92	BARRACUDA	100,00%
TOTAL		100,00%

06 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BAUNA

Grau API: 33,3		
Teor de Enxofre: 0,240%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
38,68%	31,02%	30,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009494/2003	BAUNA	100,00%
TOTAL		100,00%

07 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BIJUPIRÁ

Grau API: 27,8		
Teor de Enxofre: 0,44%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,48%	28,82%	38,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003709/97-81	BIJUPIRÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

08 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CABIÚNAS MISTURA

Grau API: 25,5		
Teor de Enxofre: 0,47%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
32,76%	14,58%	52,66%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003730/97-77	ANEQUIM	0,40%
48000.003705/97-20	BADEJO	0,60%
48000.003726/97-08	BAGRE	0,00%
48000.003717/97-17	BICUDO	3,88%
48000.003718/97-71	BONITO	3,91%
48000.003711/97-22	CARAPEBA	10,52%
48000.003727/97-62	CHERNE	12,15%
48000.003714/97-11	CONGRO	2,24%
48000.003715/97-83	CORVINA	3,66%
48000.003719/97-34	ENCHOVA	0,90%
48000.003720/97-13	ENCHOVA OESTE	3,25%
48000.003721/97-86	GAROUPA	2,86%
48000.003722/97-49	GAROUPINHA	0,00%
48000.003706/97-92	LINGUADO	0,88%
48000.003716/97-46	MALHADO	3,56%
48000.003732/97-01	MARIMBÁ	17,42%
48000.003728/97-25	NAMORADO	9,06%
48000.003729/97-98	NORDESTE DE NAMORADO	0,00%
48000.003707/97-55	PAMPO	12,94%
48000.003731/97-30	PARATI	0,03%
48000.003712/97-95	PARGO	2,64%
48000.003733/97-65	PIRAÚNA	1,56%
48000.003708/97-18	TRILHA	0,28%
48000.003713/97-58	VERMELHO	5,57%
48000.003734/97-28	VIOLA	1,69%
TOTAL		100,00%

09 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CACHALOTE

Grau API: 22,1		
Teor de Enxofre: 0,48%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,64%	15,36%	60,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	CACHALOTE	92,47%
48000.003560/97-49	BALEIA FRANCA	7,53%
TOTAL		100,00%

10 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CAMARUPIM

Grau API: 51,5		
Teor de Enxofre: 0,02%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
65,80%	34,20%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CAMARUPIM	30,51%
48000.010724/2001	CAMARUPIM NORTE	69,49%
TOTAL		100,00%

11 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CANÁRIO

Grau API: 30,70		
Teor de Enxofre: 0,17%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
18,60%	32,00%	49,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	CANÁRIO	100,00%
TOTAL		100,00%

12 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARATINGA

Grau API: 25,0		
Teor de Enxofre: 0,50%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,44%	14,72%	54,84%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003898/97-55	CARATINGA	100,00%
TOTAL		100,00%

13 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CARDEAL

Grau API: 26,9		
Teor de Enxofre: 0,27%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
21,80%	24,50%	53,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.008000/2004	CARDEAL	100,00%
TOTAL		100,00%

14 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CEARÁ MAR

Grau API: 28,1		
Teor de Enxofre: 0,49%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
30,04%	29,42%	40,54%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003775/97-13	ATUM	31,25%
48000.003776/97-78	CURIMÃ	15,33%
48000.003777/97-31	ESPADA	25,20%
48000.003778/97-01	XARÉU	28,22%
TOTAL		100,00%

15 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : COLIBRI

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,16%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
27,38%	36,57%	36,05%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009503/2003	COLIBRI	100,00%
TOTAL		100,00%

16 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MERLUZA

Grau API: 49,6		
Teor de Enxofre: 0,011%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
59,82%	37,68%	2,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003866/97-69	MERLUZA	14,29%
48000.003923/97-09	LAGOSTA	85,71%
TOTAL		100,00%

17 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : CONDENSADO DE MEXILHÃO

Grau API: 47,2		
Teor de Enxofre: 0,01%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
50,66%	45,04%	4,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003576/97-89	MEXILHÃO	100,00%
TOTAL		100,00%

18 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPADARTE

Grau API: 21,0		
Teor de Enxofre: 0,496%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
25,30%	11,30%	63,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003899/97-18	ESPADARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

19 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ESPIRITO SANTO

Grau API: 24,8		
Teor de Enxofre: 0,31%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
29,40%	15,20%	55,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003756/97-61	BARRA DO IPIRANGA	0,00%
48000.007984/2004	BIGUÁ	0,06%
48000.003735/97-91	CAÇÃO	0,00%
48000.003736/97-53	CACIMBAS	0,00%
48000.003737/97-16	CAMPO GRANDE	0,29%
48000.009491/2003	CANCÃ	15,85%
48000.003902/97-21	CANGOA	0,84%
48000.003738/97-89	CÓRREGO CEDRO NORTE	1,15%
48000.003739/97-41	CÓRREGO DAS PEDRAS	0,34%
48000.003740/97-21	CÓRREGO DOURADO	1,16%
48000.003743/97-19	FAZENDA CEDRO	1,58%
48000.003745/97-44	FAZENDA CEDRO NORTE	0,42%
48000.003744/97-81	FAZENDA QUEIMADAS	1,31%
48000.003746/97-15	FAZENDA SANTA LUZIA	13,97%
48000.003747/97-70	FAZENDA SÃO JORGE	5,34%
48000.003750/97-84	FAZENDA SÃO RAFAEL	21,25%
48000.003751/97-47	GURIRI	0,16%
48610.010735/2001	INHAMBU	13,81%
48000.009492/2003	JACUTINGA	1,05%
48000.009188/2005-12	JACUTINGA NORTE	0,00%
48000.003748/97-32	LAGOA BONITA	0,14%
48000.003752/97-18	LAGOA PARDA	3,06%
48000.003754/97-35	LAGOA PARDA NORTE	0,14%
48000.003753/97-72	LAGOA PARDA SUL	0,00%
48000.003755/97-06	LAGOA PIABANHA	0,66%
48000.003757/97-23	LAGOA SURUACA	1,86%
48000.003758/97-96	MARIRICU	0,13%
48000.003760/97-38	MARIRICU NORTE	0,09%
48000.003759/97-59	MARIRICU OESTE	0,05%
48000.003541/97-02	MOSQUITO	0,00%
48000.003761/97-09	NATIVO OESTE	0,28%
48000.003765/97-51	RIO BARRA SECA	0,00%
48000.003766/97-14	RIO ITAÚNAS	2,07%
48000.003767/97-87	RIO ITAÚNAS LESTE	0,00%
48000.003768/97-40	RIO MARIRICU	0,00%
48000.009188/2005-12	RIO MARIRICU SUL	0,04%
48000.003769/97-11	RIO PRETO	1,17%
48000.003770/97-91	RIO PRETO OESTE	2,60%
48000.009188/2005-12	RIO PRETO SUDESTE	0,56%
48000.003771/97-54	RIO PRETO SUL	1,76%
48000.003772/97-17	RIO SÃO MATEUS	0,76%
48000.007984/2004	RIO SÃO MATEUS OESTE	0,09%
48000.010735/2001	SAIRA	0,04%
48000.003773/97-80	SÃO MATEUS	4,83%
48000.009118/2005-12	SÃO MATEUS LESTE	0,22%
48610.007984/2004	SERIEMA	0,85%
48610.007986/2004	TABUIAIA	0,02%
TOTAL		100,00%

20 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA ALEGRE

Grau API: 13,2		
Teor de Enxofre: 0,31%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
10,18%	11,88%	77,94%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003742/97-56	FAZENDA ALEGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

21 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA BELÉM

Grau API: 14,1		
Teor de Enxofre: 0,926%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
9,25%	11,17%	79,58%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003795/97-12	FAZENDA BELÉM	98,15%
48000.003801/97-13	ICAPUÍ	1,85%
TOTAL		100,00%

22 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FAZENDA SANTO ESTEVÃO

Grau API: 35,3		
Teor de Enxofre: 0,07%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
23,90%	33,60%	42,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003654/97-91	FAZENDA RIO BRANCO	52,92%
48000.003655/97-53	FAZENDA SANTO ESTEVÃO	47,07%
48000.003695/97-78	SAUÍPE	0,01%
TOTAL		100,00%

23 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : FRADE

Grau API: 19,8		
Teor de Enxofre: 0,73%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
22,82%	16,14%	61,05%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003896/97-20	FRADE	100,00%
TOTAL		100,00%

24 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GOLFINHO

Grau API: 28,8		
Teor de Enxofre: 0,13%		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
23,08%	38,32%	38,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CANAPU	5,21%
48000.003535/97-00	GOLFINHO	94,79%
TOTAL		100,00%

25 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : HARPIA

Grau API: 13,3		
Teor de Enxofre: 0,56%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
10,20%	14,34%	75,47%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009138/2005-35	HARPIA	100,00%
TOTAL		100,00%

26 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JOÃO DE BARRO

Grau API: 42,1		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
35,20%	51,30%	13,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009509/2003	JOÃO DE BARRO	100,00%
TOTAL		100,00%

27 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : JUBARTE

Grau API: 19,3		
Teor de Enxofre: 0,518%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
20,26%	13,18%	66,56%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	JUBARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

28 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : LAGOA DO PAULO NORTE

Grau API: 38,1		
Teor de Enxofre: 0,06%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
19,62%	51,98%	28,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO NORTE	62,48%
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO SUL	0,98%
48000.009231/2002	LAGOA DO PAULO	31,34%
48000.009231/2002	ACAJÁ-BURIZINHO	5,21%
TOTAL		100,00%

29 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM

Grau API: 20,3		
Teor de Enxofre: 0,74%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
25,46%	15,30%	59,24%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003723/97-10	MARLIM	94,74%
48000.003704/97-67	VOADOR	5,26%
TOTAL		100,00%

30 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM LESTE

Grau API: 24,7		
Teor de Enxofre: 0,553%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,18%	14,20%	53,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003900/97-03	MARLIM LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

31 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : MARLIM SUL

Grau API: 23,1		
Teor de Enxofre: 0,67%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
30,04%	14,80%	55,16%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003724/97-74	MARLIM SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

32 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : OSTRA

Grau API: 22,3		
Teor de Enxofre: 0,346%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
20,35%	22,93%	56,73%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003552/97-11	OSTRA	89,68%
48000.003552/97-11	ABALONE	0,00%
48000.003552/97-11	ARGONAUTA	10,32%
TOTAL		100,00%

33 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PERIQUITO

Grau API: 34,3		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
35,60%	33,70%	30,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008005/2004	PERIQUITO	100,00%
TOTAL		100,00%

34 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEROÁ

Grau API: 53,1		
Teor de Enxofre: 0,0059%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
78,30%	21,70%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003903/97-93	PEROÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

35 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PESCADA

Grau API: 49,5		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
57,40%	37,50%	5,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003913/97-47	ARABAIANA	29,19%
48000.003907/97-44	DENTÃO	0,00%
48000.003912/97-84	PESCADA	70,81%
TOTAL		100,00%

36 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PIRANEMA

Grau API: 41,9		
Teor de Enxofre: 0,17%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
37,83%	47,58%	14,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003495/97-89	PIRANEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

37 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : LULA

Grau API: 30,6		
Teor de Enxofre: 0,345%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
33,74%	28,46%	37,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003886/2000	LULA	100,00%
TOTAL		100,00%

38 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : POLVO

Grau API: 20,7		
Teor de Enxofre: 1,15%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
24,30%	22,20%	53,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003888/2000	POLVO	100,00%
TOTAL		100,00%

39 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RGN MISTURA

Grau API: 30,6		
Teor de Enxofre: 0,29%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
29,14%	28,46%	42,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003901/2000	ACAUÃ	0,02%
48000.003779/97-66	AGULHA	0,35%
48000.003784/97-04	ALTO DO RODRIGUES	5,21%
48000.003484/97-62	ANGICO	0,02%
48000.003780/97-45	ARATUM	0,47%
48610.009225/2002	AREIA DO 1BRSA489DRN	0,10%
48610.009130/2005-79	AREIA DO 1BRSA558/675RN	0,03%
48610.003482/97-37	ASA BRANCA	0,08%
48000.003785/97-69	BAIXA DO ALGODÃO	0,81%
48000.003914/97-18	BAIXA DO JUAZEIRO	0,00%
48000.003786/97-21	BARRINHA	0,01%
48000.003901/2000	BARRINHA LESTE	0,00%
48610.000641/98-62	BENFICA	0,77%
48610.003909/97-70	BIQUARA	0,00%
48000.003787/97-94	BOA ESPERANÇA	0,39%
48000.003788/97-57	BOA VISTA	1,40%
48000.003789/97-10	BREJINHO	1,06%
48000.003791/97-61	CACHOEIRINHA	0,40%
48000.003792/97-24	CANTO DO AMARO	36,17%
48000.003906/97-81	CIOBA	0,83%
48000.003793/97-97	ESTREITO	10,46%
48000.003796/97-85	FAZENDA CANAAN	0,05%
48000.003797/97-48	FAZENDA CURRAL	0,37%
48000.003915/97-72	FAZENDA JUNCO	0,00%
48000.003798/97-19	FAZENDA MALAQUIAS	0,85%
48000.003799/97-73	FAZENDA POCINHO	6,26%
48000.003800/97-51	GUAMARÉ	0,87%
48610.009155/2005-72	GUAMARÉ SUDESTE	0,01%
48610.008001/2004	IRAUNA	0,02%
48610.009225/2002	JAÇANÃ	0,43%
48000.003802/97-86	JANDUÍ	0,00%
48000.003803/97-49	JUAZEIRO	0,03%
48000.003804/97-10	LAGOA AROEIRA	0,14%
48610.000637/98-95	LESTE DE POÇO XAVIER	0,90%
48000.003805/97-74	LIVRAMENTO	1,86%
48000.003807/97-08	LORENA	0,96%
48000.003808/97-62	MACAU	0,05%
48000.003809/97-25	MONTE ALEGRE	1,18%
48000.003810/97-12	MORRINHO	0,25%
48000.003811/97-77	MOSSORÓ	1,23%
48000.003812/97-30	NOROESTE DO MORRO ROSADO	0,00%
48000.003910/97-59	OESTE DE UBARANA	0,25%
48000.003813/97-01	PAJEU	0,80%
48610.000638/98-58	PEDRA SENTADA	0,01%
48610.003901/2000	PINTASSILGO	0,78%
48000.003814/97-65	POÇO VERDE	0,51%
48000.003815/97-28	POÇO XAVIER	0,02%
48000.003816/97-91	PONTA DO MEL	0,62%
48000.003817/97-53	PORTO CARÃO	0,27%
48000.003818/97-16	REDONDA	0,39%
48000.003819/97-89	REDONDA PROFUNDO	0,66%
48000.003821/97-21	RIACHO DA FORQUILHA	5,30%
48000.003824/97-19	RIO MOSSORÓ	0,05%
48000.003916/97-35	SABIA	0,00%
48000.003825/97-81	SALINA CRISTAL	3,98%
48610.007998/2004	SANHAÇU	0,17%
48000.003781/97-16	SERRA	7,82%
48000.003828/97-70	SERRA DO MEL	0,00%
48000.003829/97-32	SERRA VERMELHA	0,01%
48000.003830/97-11	SERRARIA	0,52%
48000.003832/97-47	TRÊS MARIAS	0,07%
48000.008001/2004	TRINCA FERRO	0,08%
48000.003782/97-71	UBARANA	3,35%
48000.003833/97-18	UPANEMA	0,15%
48610.000640/98-08	VARGINHA	0,15%
TOTAL		100,00%

40 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RIACHO TAPUIO

Grau API: 37,50		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
14,00%	55,70%	30,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	1-RT-1-RN (BT-POT-10)	100,00%
TOTAL		100,00%

41 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ROLINHA

Grau API: 22,5		
Teor de Enxofre: 0,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,00%	11,50%	62,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.009227/2002	ROLINHA	100,00%
TOTAL		100,00%

42 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : RONCADOR

Grau API: 22,8		
Teor de Enxofre: 0,59%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,50%	14,88%	58,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003901/97-68	RONCADOR	100,00%
TOTAL		100,00%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

43 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SALEMA

Grau API: 28,7		
Teor de Enxofre: 0,45%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,02%	29,34%	36,64%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003710/97-60	SALEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

44 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO MAR

Grau API: 43,7		
Teor de Enxofre: 0,14%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
41,78%	43,62%	14,60%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003845/97-99	ATALAIA SUL	1,77%
48000.003836/97-06	CAIOBA	1,61%
48000.003837/97-61	CAMORIM	26,33%
48000.003838/97-23	DOURADO	0,24%
48000.003839/97-96	GUARICEMA	58,88%
48000.003840/97-75	PARU	10,34%
48000.003834/97-72	TATUÍ	0,83%
TOTAL		100,00%

45 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPANO TERRA

Grau API: 24,8		
Teor de Enxofre: 0,42%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
26,94%	14,36%	58,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003842/97-09	AGUILHADA	0,61%
48000.003843/97-63	ANGELIM	0,24%
48000.003844/97-26	ARUARI	0,15%
48000.003846/97-51	BREJO GRANDE	0,80%
48000.003847/97-14	CARMÓPOLIS	66,82%
48610.009197/2005-11	CARMÓPOLIS NOROESTE	0,10%
48000.003848/97-87	CASTANHAL	1,31%
48000.003855/97-42	ILHA PEQUENA	0,65%
48000.003857/97-78	MATO GROSSO	1,92%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO NOROESTE	0,14%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO NORTE	0,23%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO SUDOESTE	0,01%
48000.009197/2005-11	MATO GROSSO SUL	0,13%
48000.003860/97-82	RIACHUELO	10,22%
48000.003841/97-38	SALGO	0,53%
48000.003862/97-16	SIRIRIZINHO	16,14%
48610.009197/2005-11	SIRIRIZINHO SUL	0,00%
TOTAL		100,00%

46 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SERGIPE-VAZA BARRIS

Grau API: 17,6		
Teor de Enxofre: 0,37%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380 °C
27,05%	7,89%	65,06%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009278/2005-11	FOZ DO VAZA BARRIS	100,00%
TOTAL		100,00%

47 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TABULEIRO

Grau API: 30,1		
Teor de Enxofre: 0,32%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
27,90%	30,10%	42,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003864/97-33	TABULEIRO DOS MARTINS	88,58%
48000.003919/97-23	CIDADE DE SEBASTIÃO FERREIRA	0,00%
48000.003863/97-71	SUL DE CORURIPE	8,66%
48000.003851/97-91	COQUEIRO SECO	1,12%
48000.003852/97-54	FAZENDA PAU BRASIL	1,30%
48000.003921/97-75	LAGOA PACAS	0,00%
48000.003856/97-13	JEQUIÁ	0,34%
TOTAL		100,00%

48 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TAMBAÚ-URUGUÁ

Grau API: 32,6		
Teor de Enxofre: 0,13%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
34,18%	35,72%	30,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003577/97-41	TAMBAÚ	2,53%
48000.003577/97-41	URUGUÁ	97,47%
TOTAL		100,00%

49 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TARTARUGA

Grau API: 40,9		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
30,40%	53,40%	16,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003835/97-35	TARTARUGA	100,00%
TOTAL		100,00%

50 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TIGRE

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,33%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
35,20%	34,22%	30,58%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009279/2005-58	TIGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

51 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : SAPINHOÁ

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,376%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450 °C
32,96%	28,34%	38,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003884/2000	SAPINHOA	100,00%
TOTAL		100,00%

52 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : UIRAPURU

Grau API: 38,4		
Teor de Enxofre: 0,03%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
29,53%	49,67%	20,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	UIRAPURU	100,00%
TOTAL		100,00%

53 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : URUCU

Grau API: 48,5		
Teor de Enxofre: 0,05%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500 °C
48,90%	39,60%	11,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003868/97-94	CARAPANAUBA	0,00%
48000.003869/97-57	CUPIUBA	0,55%
48000.003627/97-18	LESTE DO URUCU	54,19%
48000.003628/97-81	RIO URUCU	43,84%
48000.003873/97-24	SUDOESTE URUCU	1,42%
TOTAL		100,00%

54 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PEREGRINO

Grau API: 13,7		
Teor de Enxofre: 1,80%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
16,70%	12,58%	70,72%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003887/2000	PEREGRINO	100,00%
TOTAL		100,00%

55 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE ARUANÃ

Grau API: 24,7		
Teor de Enxofre: 0,76%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
31,43%	30,10%	38,47%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009156/2005-17	PA-1BRSA713RJS_BM-C-36_C-M-401	100,00%
TOTAL		100,00%

56 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TUBARÃO AZUL

Grau API: 19,8		
Teor de Enxofre: 1,04%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
26,81%	15,61%	57,59%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001369/2008-43	TUBARÃO AZUL	100,00%
TOTAL		100,00%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

57 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE CARIOCA NORDESTE

Grau API: 23,6		
Teor de Enxofre: 0,56%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
23,09%	11,12%	65,79%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003884/2000	PA-1BRSA491SPS-BM-S-9 (CARIOCA)	100,00%
TOTAL		100,00%

58 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : BALEIA AZUL

Grau API: 29,3		
Teor de Enxofre: 0,32%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
34,30%	30,21%	35,49%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	BALEIA AZUL	87,50%
48000.003560/97-49	PIRAMBU	12,50%
TOTAL		100,00%

59 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TLD DE OLIVA

Grau API: 25,7		
Teor de Enxofre: 0,815%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
32,10%	14,49%	53,41%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003573/97-91	OLIVA	100,00%
TOTAL		100,00%

60 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GALO DE CAMPINA

Grau API: 35,6		
Teor de Enxofre: 0,05%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
27,70%	36,50%	35,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	GALO DE CAMPINA	100,00%
TOTAL		100,00%

61 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TICO-TICO

Grau API: 32,9		
Teor de Enxofre: 0,08%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
19,60%	32,70%	47,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008013/2004	TICO-TICO	100,00%
TOTAL		100,00%

62 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : Óleo de Xisto - UO SIX - SÃO MATEUS DO SUL

Grau API: 15,30		
Teor de Enxofre: 1,20%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
19,22%	22,13%	58,64%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
Autorização ANP 102/2000	UO SIX - SÃO MATEUS DO SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

63 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : PAPA-TERRA

Grau API: 14,2		
Teor de Enxofre: 0,727%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
14,85%	11,38%	73,77%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003556/97-71	PAPA-TERRA	100,00%
TOTAL		100,00%

64 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : GAVIÃO REAL

Grau API: 56,2		
Teor de Enxofre: 0,0928%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 210 °C	210 °C a 500 °C	> 500°C
72,58%	27,42%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001418/2008-48	GAVIÃO REAL	100,00%
TOTAL		100,00%

65 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : Franco

Grau API: 28,4		
Teor de Enxofre: 0,0308%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
31,07%	30,08%	38,86%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	FRANCO	100,00%
TOTAL		100,00%

66 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÁREA DE SUL DE TUPI

Grau API: 28,8		
Teor de Enxofre: 0,368%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
30,48%	29,37%	40,15%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	TUPI SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

67 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÁREA DE NORDESTE DE TUPI

Grau API: 26,2		
Teor de Enxofre: 0,38%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
32,07%	12,18%	55,75%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	TUPI_NE	100,00%
TOTAL		100,00%

68 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÁREA DE SUL DE GUARÁ

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,376%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
33,30%	28,06%	38,64%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	GUARA_SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

69 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : ÁREA DE FLORIM

Grau API: 29,30		
Teor de Enxofre: 0,25%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 270 °C	270 °C a 450 °C	> 450°C
34,45%	28,01%	37,54%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	FLORIM	100,00%
TOTAL		100,00%

70 - TIPO DE PETRÓLEO (CORRENTE) : TUBARÃO MARTELO

Grau API: 21,20		
Teor de Enxofre: 0,997%		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 290 °C	290 °C a 380 °C	> 380°C
24,30%	13,40%	62,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001367/2008-54	TUBARÃO MARTELO	100,00%
TOTAL		100,00%

HELDER QUEIROZ PINTO JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 899, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP n.º 48610.000656/2012-12, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 06.226.808/0001-78, constituído pelas empresas Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, Nova Transportadora do Sudeste S/A - NTS, Nova Transportadora do Nordeste S/A - NTN e Petrobras Transporte S/A - Transpetro, autorizado a operar o Ponto de Entrega denominado "Ponto de Entrega de Guaratinguetá" interligado ao Gasoduto Campinas-Rio 28" (GASCAR), situado próximo ao km 265 deste gasoduto, no município de Lorena, no Estado de São Paulo, com vazão máxima de 1.500.000 Nm³/dia.

Art. 2º O Consórcio Malhas Sudeste Nordeste deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental da instalação objeto da presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 3º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 4º A publicação desta autorização não implica a dispensa de realização de processo de chamada pública para a contratação de serviço de transporte firme, em capacidade disponível, tal como disposto no Art. 34 da Lei nº 11.909/2009.

Art. 5º Esta Autorização substitui Autorização n° 715 de 20/09/2013, publicada no DOU de 23/09/2013, seção 1, página 696.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 208/2013 - SEDE - DF

Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
815.118/1994-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A-Nos termos da manifestação do Senhor Superintendente do DNPM/SC, quanto ao do PARECER de fls. 8410/8411, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NÃO CONHEÇO do Recurso interposto pela Interessada e, no mérito, MANTENHO a decisão do Superintendente do DNPM/SC, às fls. 8390, publicado no D.O.U. de 30/04/2013.

SERGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
858.160/2011-AMAZON GLOBAL CONSULT LTDA-OF. N°141-DOU de 20/04/2012
858.040/2013-SONIZE PIMENTEL DOS SANTOS-OF. N°172-DOU de 03/07/2013
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
850.817/1982-EMPRESA DE MINERAÇÃO E PESQUISA DO AMAPÁ- Publicado DOU de 25/03/2011
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
858.053/2011-G DA SILVA CORREIA ME- Registro de Licença N°06-858.053/2011 - G da Silva Correia - ME, publicada de 154 do 12/08/2013 na relação nº 34/2013 , seção 1 pag. 48 onde se lê para extrair cascalho leia-se Cascalho; areia e seixos.

RELAÇÃO Nº 55/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
858.090/2005-MAX TONNY LOPES ANDRADE- Alvará n°1813/2006 - Cessionario:858.115/2013-Amapa Metais Corporatins Ltda- CPF ou CNPJ 10.767.462/0001-92
858.090/2005-MAX TONNY LOPES ANDRADE- Alvará n°1813/2006 - Cessionario:858.114/2013-Amapa Metais Corporatins Ltda- CPF ou CNPJ 10.767.462/0001-92
858.090/2005-MAX TONNY LOPES ANDRADE- Alvará n°1813/2006 - Cessionario:858.044/2013-CAMPOS & CAMPOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 34.949.396/0001-30
Torna sem efeito anuência da Cessão Parcial de Direitos(533)
858.090/2005-MAX TONNY LOPES ANDRADE- DOU de 12/08/2013
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
858.108/2012-ALAM RODRIGUES AMANAJÁS - PLG N°06/2013 de 10/12/2013 - Prazo 05/Anos anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
858.071/2013-FORTIFIX INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS & MINERAÇÃO LTDA-Registro de Licença N°19/2013 de 17/12/2013-Vencimento em 27/12/2013
858.116/2013-SONIZE PIMENTEL DOS SANTOS-Registro de Licença N°20/2013 de 18/12/2013-Vencimento em 11/11/2014

ANTÔNIO DA JUSTA FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 263/2013

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Fica(m) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (Código 5.49)
Processo de Cobrança nº 915.618/2013 - Notificado: OURO PRETO MINERAÇÃO LTDA
CNPJ: 83.493.973/0001-37 - NFLDP nº 322/2013 - Valor: R$ 417.481,07

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

RELAÇÃO Nº 463/2013

LICENCIAMENTO
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (7.72)

Processo de Cobrança n.º 961.336/2013 Notificado: Calistrato e Guimarães Ltda..

CNPJ n.º 02.241.288/0001-11 NFLDP n.º 817/2013

Valor: R$ 76.927,96 Decisão n.º 069/2013

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 177/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.517/2013-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°198/13
867.187/2013-TRANSTERRA MINERAÇÃO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°197/13
867.188/2013-TRANSTERRA MINERAÇÃO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°197/13
867.208/2013-GONÇALO CLODOMIRO DE OLIVEIRA LEITE GUERREIRO-OF. N°196/13
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.244/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
866.246/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
866.250/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
866.251/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
866.253/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
866.254/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
866.255/2008-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
866.386/2012-RICARDO BRUNIERA OLIVEIRA
866.388/2012-RICARDO BRUNIERA OLIVEIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.429/2004-LUIZ EDUARDO DOS SANTOS-OF. N°201/2013/Fis
867.372/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°202/2013/Fis
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.934/2008-COUGAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°9782/2009
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
866.583/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°3987/2009
866.733/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°1874/2009
866.633/2009-COUGAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°15954/2010
866.883/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°5664/2010
866.884/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°5665/2010
866.124/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°5101/2010
866.125/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°4272/2010
866.233/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°6733/2010
866.649/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°8136/2010
866.701/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°10182/2010
866.702/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°10183/2010
866.703/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°10184/2010
866.728/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°10191/2010
866.731/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°10194/2010
866.734/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°10259/2010
866.735/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-ALVARÁ N°10260/2010
867.139/2010-LVR COMÉRCIO E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-ALVARÁ N°15991/2010
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
866.319/2008-VANGUARDA MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.- Alvará n°4015/2009 - Cessionário: Calcário Vale do Araguaia S/A- CNPJ 05.872.541/0001-23
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
867.299/2007-Draga Porto Seguro Ltda-ME- Substância Aprovada:Granito
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(601)
866.598/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME- PLG n°53/2008- Cessionario:867.023/2013-PC Traven (Minérios)#- CNPJ 17.194.340/0001-01-
866.603/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME- PLG n°80/2008- Cessionario:867.022/2013-PC Traven (Minérios)#- CNPJ 17.194.340/0001-01-
866.340/2009-COOPERATIVA BRASILEIRA DE DIAMANTES- PLG n°52/2012- Cessionario:867.186/2013-Gilmar de Jesus da Silva#- CNPJ 353.007.791-72-
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
866.113/2012-MONTOURO & CIA LTDA

JOSÉ DA SILVA LUZ

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.325/2013-CALCARIO MIRANDA LTDA EPP-OF. N°1645/13
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.004/2004-TOSSIO NOMURA-OF. N°1678/13
868.010/2004-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.013/2004-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.014/2004-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.121/2006-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.122/2006-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.123/2006-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.124/2006-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.125/2006-KAZUTO HORII-OF. N°1672/13
868.200/2007-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1674/13

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

868.210/2007-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°1674/13
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
868.613/2008-MINERAÇÃO ORO-YTE LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
966.001/1993-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA- AI Nº 183/13
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
811.442/1972-NEY LOURENÇO DE FREITAS COSTA-OF. N°1664/13
866.011/1991-PEDREIRA SANTO ONOFRE LTDA-OF. N°1694/13
868.104/1997-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA-OF. N°1659/13
868.017/2000-INDÚSTRIA DE GRANILHA MINERAL-OF. N°1668/13
868.017/2000-INDÚSTRIA DE GRANILHA MINERAL-OF. N°1729/13
968.225/2007-PEDREIRA SANTO ONOFRE LTDA-OF. N°1694/13
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.700/2008-IVONE FATIMA PINTO - ME-OF. N°1660/13
868.353/2009-CHAIM & ROSA LTDA ME-OF. N°1666/13
868.241/2010-MANOEL MESSIAS ALVES SILVA ME-OF. N°1657/13
868.091/2013-KARRÚ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°1661/13
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.062/2012-APARECIDO CALDO ME- Registro de Licença N°:28/2013 - Vencimento em 24/01/2017
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
868.218/2005-TIJOLOS TREVO LTDA ME -AI N°229/13
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
868.124/2005-MARCOS JOSE FELIX- NOT Nº1548/13
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.302/2013-APARECIDO VITAL DA SILVA-OF. N°1667/13
868.304/2013-ULISSES NUMMAN GALVAN FILHO-OF. N°1670/13
868.306/2013-RUPOLO & SELANE LTDA EPP-OF. N°1671/13
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
868.215/2013-TREVO AREEIRO COMERCIAL LTDA ME
868.271/2013-LUCAS PAULINO FERREIRA
868.272/2013-LUCAS PAULINO FERREIRA
868.303/2013-JOSE ANTONIO CECILIO DE LIMA

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 894/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(262)
833.386/2004-GILBERTO TRANSPORTES LTDA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
833.386/2004-GILBERTO TRANSPORTES LTDA-ALVARÁ N°4431/07
831.815/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7167/10
831.823/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7175/10
831.825/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7177/10
831.826/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7178/10
831.827/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7179/10
831.831/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4693/10
831.832/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4694/10
831.833/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4695/10
831.847/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°5404/10
831.868/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4705/10
831.871/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4707/10
831.872/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4708/10
831.874/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4710/10
831.876/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4712/10
831.878/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4714/10
831.880/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4716/10
831.888/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°5498/10
831.918/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6895/10
831.919/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6896/10
831.920/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3259/10
831.922/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6897/10
831.923/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6898/10
831.925/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6900/10
831.927/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6902/10
831.929/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7782/10
831.930/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7783/10
831.932/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7667/10
831.933/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7668/10
831.939/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6903/10
831.943/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6907/10
831.944/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6908/10
831.952/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6912/10
831.970/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7785/10
831.971/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7684/10
831.975/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3272/10
832.010/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7802/10
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.850/2005-MINERAÇÃO CALFENIX LTDA-ALVARÁ N°597/07
831.144/2009-VALE FERTILIZANTES S.A.-ALVARÁ N°4684/10
831.779/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°13081/10
831.803/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12840/10
831.851/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12596/10
831.854/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12843/10
831.864/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12553/10
831.866/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12555/10
831.867/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12556/10
831.872/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12559/10
831.876/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12600/10
831.968/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°13185/10
831.975/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12632/10
831.991/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12636/10
832.056/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12569/10
832.081/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12672/10
832.098/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12680/10
832.115/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12874/10
832.117/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°13142/10
832.119/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°13143/10
832.219/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°13195/10
832.246/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°13202/10

RELAÇÃO Nº 895/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.153/1988-BONSUCESSO MARMORES E GRANITOS LTDA
831.500/2001-NILSON OLIVEIRA
833.172/2007-RURALPAR LTDA

RELAÇÃO Nº 896/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.211/2003-ECB ARDÓSIAS LTDA- Área de 887,36 ha para 474,48 ha-Ardósia
831.382/2004-VILARINHO COMÉRCIO DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA.- Área de 937,20 ha para 887,64 ha-Quartzito
833.049/2006-ABRAÃO MOREIRA DE SOUZA- Área de 971,80 ha para 354,82 ha-Granito Ornamental
831.250/2010-CERAMICA WE CRUZEIRO LTDA ME-Área de 85,91 ha para 49,59 ha-Argila
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.001/2001-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-Granito (uso Revestimento)
830.815/2008-SERGIO LUIS DA SILVA-Areia
833.687/2008-AMILCAR MAGELA ALVES CPF 545.331.046-49-Minério de Ferro
831.451/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-Turfa
831.453/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-Turfa
831.454/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-Argila e Turfa
830.914/2011-BONICENHA LOCADORA LTDA ME-Areia (agregado)

RELAÇÃO Nº 897/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.745/1994-NIVA COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA-OF. N°3951/13-FISC
831.277/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°353/13-ERPM
830.700/2010-MARIA LÚCIA DE MELO-OF. N°3815/13-FISC
830.831/2010-SÃO JUDAS TADEU EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°3972/13-FISC
834.466/2011-JULIO CESAR DE RESENDE CPF 000.310.056-16 ME-OF. N°3954/13-FISC
830.514/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°364/13- ERPM
830.821/2013-RJ EXPORTACAO SLATE LTDA-OF. N°3893/13-FISC
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.814/2001-CONSTRUSOL EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°357/13- ERPM
830.642/2007-GERALDO DE QUEIROZ CANCADO SOBRINHO-OF. N°3907/13-FISC

RELAÇÃO Nº 898/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
802.467/1974-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°3961/13-FISC
831.399/2002-LAMIL LAGE MINÉRIOS LTDA-OF. N°3974/13-FISCAM
832.150/2002-AGOSTINHO CAL DE SOUZA NETO-OF. N°3960/13-FISC
833.026/2002-LAMIL LAGE MINÉRIOS LTDA-OF. N°3983/13-FISCAM
830.566/2005-UMBERTO VALADARES DE LUCENA-OF. N°3977/13-FISC, e para (cessionário)- Agriminas Mineração Ltda
832.608/2006-JULIO GONÇALVES DOS REIS-OF. N°3353 e 3781/13-FISCAM
833.613/2006-FERNANDO ESTEVES FERNANDES-OF. N°365/13- ERPM
830.866/2007-CYNTHIA NARA GUEDES ÁVILA-OF. N°3970/13-FISC
832.288/2007-VICENTE PAULO DO COUTO - FI-OF. N°361/13- ERPM
830.694/2010-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°3975/13-FISC,e Extração de Areia Olhos D´água Ltda (cessionário)
830.444/2011-EXTRAÇAO E TRANSPORTE DE AREIA VALE DO TIJUCO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°363/13- ERPM

RELAÇÃO Nº 899/2013

Fase de Requerimento de Lavra
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
830.961/2001-PEDREIRA GM COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA- Guia de Utilização N°003/13

RELAÇÃO Nº 900/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
831.067/2013-J.ALVES PEREIRA ENGENHARIA AMBIENTAL ME
831.068/2013-J.ALVES PEREIRA ENGENHARIA AMBIENTAL ME
Indefere pedido de reconsideração(181)
830.231/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.002/2001-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°152/13-ESCGV
830.186/2011-AREIAS DO DINHO-OF. N°2457/13-FISCAM
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.679/2006-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-AI N°2605/13-FISC
831.748/2006-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-AI N°2606/13-FISC
831.750/2006-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-AI N°2607/13-FISC
834.075/2006-ADÉLIA MARIA DE MENEZES-AI N°2610/13-FISC
830.085/2007-MINERAÇÃO SALINAS IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME-AI N°2612/13-FISC
830.544/2007-MINERAÇÃO AZUL TROPICAL LTDA. ME.-AI N°2611/13-FISC
832.674/2007-COMPANHIA GERAL DE MINAS-AI N°2436/13-FISC
830.803/2008-ANTÔNIO C. DA SILVA MÁRMORES E GRANITOS ME-AI N°2613/13-FISC
830.970/2009-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL-AI N°2608/13-FISC
830.977/2009-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL-AI N°2609/13-FISC
831.648/2009-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-AI N°2434/13-FISC
832.577/2009-MARLOS VILAS BOAS COELHO ME-AI N°2433/13-FISC
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
831.381/2006-AFRANIO CESAR IRENO - AI N°1216/13-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.431/2004-CC4 MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA-ME-OF. N°3892/13-FISC
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
830.437/2007-Luiz Carlos de Castro Almeida -ME- AI N°2469/13-FISC
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
806.569/1977-MINERAÇÃO DUAS BARRAS LTDA.- AI N° 2226,2227,2228,2229 e 2230/13-MG
832.267/1983-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.- AI N° 1741 e 1742/13-FISC
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
000.015/1961-URBEL Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte- AI N° 302,303 e 304/07-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
806.569/1977-MINERAÇÃO DUAS BARRAS LTDA.-OF. N°3813 e 3820/13-FISC
832.267/1983-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-OF. N°3462/13-FISC
831.456/1985-GIACAMPOS DIAMOND LTDA-OF. N°3681/13-FISC
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
001.193/1936-VERMELHÃO MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°3921/13-FISC
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
002.592/1935-EMPRESA DE CAOLIM LTDA.- AI N°2600,2601,2602,2603 e 2604/13-FISC
027.710/1935-A P HOMEM JR- AI N°2595,2596,2597,2598 e 2599/13-FISC
002.916/1936-ESPOLIO DE SERAFIM DA SILVA GOMES- AI N°2567/13-FISC
000.994/1940-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI N°2572 e 257313-FISC
011.565/1943-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-AI N°2565/13-FISC
007.337/1951-MAGNESITA S.A.- AI N°2566/13-FISC
820.099/1972-MINERAÇÃO TAPEREBA S/A- AI N°2589,2590,2591,2592 e 2593/13-FISC
812.409/1973-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA- AI N°2579,2580,2581,2582 e 2583/13-FISC
816.951/1973-MINERAÇÃO TAPEREBA S/A- AI N°2584,2585,2586,2587 e 2588/13-FISC
831.596/1991-BONARGILA LTDA- AI N°2570 e 2571/13-FISC
930.138/1999-NACIONAL DE GRAFITE LTDA- AI N°2594/13-FISC
830.973/2003-EMPRESA MINERADORA ITAJIPORÃ LTDA.- AI N°2574,2575,2576,2577 e 2578/13-FISC
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
832.267/1983-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-OF. N°1335/13-FISC
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
806.569/1977-MINERAÇÃO DUAS BARRAS LTDA.-OF. N°3812/13-FISC
832.267/1983-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-OF. N°1334/13-FISC
831.456/1985-GIACAMPOS DIAMOND LTDA-OF. N°3680/13-FISC
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
831.277/2003-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA. M.E-AI N°3090/05-ARR-TAH-MG
831.278/2003-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA. M.E-AI N°3091/05-ARR-TAH-MG
831.290/2003-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA. M.E-AI N°3092/05-ARR-TAH-MG
831.297/2003-CRISTIANO FONSECA PEREIRA-AI N°21/10-MG
832.506/2003-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA. M.E-AI N°3067/05-ARR-TAH-MG
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
831.181/2000-LUCIANO LOPES GUEDES
830.717/2008-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
831.571/2008-INGO GUSTAV WENDER
830.937/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.
830.952/2010-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
830.953/2010-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
831.459/2010-VANDER FERNANDES CAMPOS
831.628/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
831.723/2010-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
831.583/2013-CERAMICA MASSAMBARÁ LTDA
831.585/2013-CERAMICA ANDRADE & LOPES LTDA
831.858/2013-PAULO MATIAS DA SILVA

RELAÇÃO Nº 904/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
831.287/2009-TERRATIVA MINERAIS S.A.
833.906/2011-ROMULO NUNES MANSUR
833.907/2011-ROMULO NUNES MANSUR
833.909/2011-ROMULO NUNES MANSUR
830.711/2013-CARLOS TADEU CHAVES REGO
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.897/2007-RUBENS SILVA GOMES -Alvará N°12934/11
831.117/2011-ANDRÉ REBELLO PIRES -Alvará N°13275/11
832.721/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°3379/13
832.722/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°3380/13
832.723/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°2525/13
832.724/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°3381/13
832.725/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°3382/13
833.944/2011-COMERCIAL BUZATO & SOARES LTDA -Alvará N°5644/12
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
832.364/2004-CERAMICA SANTO ANTONIO LTDA
832.665/2004-ILHA BELA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
830.375/2005-CERAMICA BRAUNAS LTDA.
830.469/2005-ILHA BELA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
832.819/2005-JOSUÉ OLIMPIO FERREIRA FI
832.665/2006-MARIA DE ABREU REZENDE
834.168/2006-INDÚSTRIA CERÂMICA MINAS LTDA - EPP
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
833.119/2006-AREAL ONOFRI LTDA.
832.758/2009-PEDRO MOREIRA GUEDES ME
831.351/2010-SARA DE PAIVA LIMA ME
834.340/2010-IVANE QUEIROZ
834.986/2011-MINERAÇÃO IRMÃOS GOMES LTDA

RELAÇÃO Nº 905/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
833.172/2007-RURALPAR LTDA
832.839/2010-O & P PARTCIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

RELAÇÃO Nº 906/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
834.293/2012-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-OF. N°2967/13-DGTM
834.294/2012-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-OF. N°2967/13-DGTM
831.462/2013-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-OF. N°2987/13-DGTM
831.466/2013-HUGO PRADO DE CASTRO-OF. N°3002/13-DGTM
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
831.700/2009-TESOURO DO PARAÍBA LTDA-AI N°462/11
832.810/2010-MINERAÇÃO GRANITOS DE MINAS LTDA-AI N°17/11-MG
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
833.768/2012-ALPE EMPREENDIMENTOS LTDA. ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.534/2003-VALE S A-OF. N°2990/13-DGTM
830.232/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°2781/13-DGTM
832.475/2011-DIOGENES TIMO SILVA-OF. N°143/13-ESCGV
831.627/2012-RENATA EVANGELISTA DE SOUZA TOMICH-OF. N°156/13-ESCGV
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
831.628/1997-JOSÉ PAULO DE MORÃES FILHO-AI N°2940/05-MG
831.637/1998-JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS-AI N°16/10-MG
830.287/2002-JOÃO HENRIQUE PEREIRA-AI N°17/10-MG
830.288/2002-JOÃO HENRIQUE PEREIRA-AI N°3063/05-MG
831.207/2006-SANDRO APARECIDO DA SILVA-AI N°1198/10-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
814.680/1973-VALE MANGANÊS S A-OF. N°3031/13-DGTM
831.608/2002-NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°2962/13-DGTM
832.807/2002-JOAQUIM MENEZES RIBEIRO DA SILVA EPP-OF. N°355/13- ERPM
832.284/2006-MORRO ESCURO MINERAIS S.A.-OF. N°3046/13-DGTM
833.606/2006-TEJUCANA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2981/13-DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.922/1998-JOAQUIM MENEZES RIBEIRO DA SILVA EPP-OF. N°359/13- ERPM-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.301/2002-EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTA ROSA LTDA.-OF. N°2963/13-DGTM
833.446/2003-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA-OF. N°2996/13-DGTM
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.072/1974-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.- AI N° 007/13-ERPM
830.280/1983-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.- AI N° 1734/13-FISC
830.858/1983-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-AI N° 1743 e 1744/13-FISC
832.451/1986-GRANITA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA- AI N° 1735 e 1736/13-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.280/1983-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.-OF. N°3448/13-FISC
830.858/1983-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°3465/13-FISC
832.451/1986-GRANITA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°3453/13-FISC
832.168/1989-PITEIRAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2995/13-DGTM
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
830.260/2001-AREIAS PAI JOAQUIM LTDA- AI N°2568 e 2569/13-FISC
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
832.451/1986-GRANITA MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°1283/13-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
815.072/1974-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°345/13-ERPM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
831.275/2003-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA. M.E-AI N°3088/05-MG
832.494/2006-MINERAMINAS - MINERAÇÃO MINAS GERAIS LTDA-AI N°821/09-MG
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
832.250/2006-CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA
831.733/2008-JOÃO BATISTA SOARES DOS SANTOS
831.724/2010-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

836.000/1995-ANTÔNIO LUIZ DE VASCONCELOS-OF. N°2982/13-DGTM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

834.703/2008-AREIAS BEIRA RIO LTDA-OF. N°2989/13-DGTM

832.524/2010-ATILA ALVES GROSSI ME-OF. N°2971/13-DGTM

834.255/2010-BELMONT MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2986/13-DGTM

833.079/2012-ERNANE INACIO DOS SANTOS ME-OF. N°2984/13-DGTM

830.735/2013-JOSÉ MARCOS PEREIRA FERREIRA-OF. N°2973/13-DGTM

831.232/2013-TAC TRANSPORTES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-OF. N°2979/13-DGTM

831.233/2013-TAC TRANSPORTES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-OF. N°2978/13-DGTM

831.287/2013-JOÃO FRANCISCO MESQUITA ME-OF. N°2980/13-DGTM

831.607/2013-ALYSSON PEREIRA SALGADO-OF. N°2974/13-DGTM

831.859/2013-R.R. CERÂMICA LTDA ME-OF. N°2975/13-DGTM

831.948/2013-JOSÉ PAULO BORGES-ME-OF. N°2976/13-DGTM

831.949/2013-JOSÉ PAULO BORGES-ME-OF. N°2969/13-DGTM

831.969/2013-ARMANDO FERREIRA DA SILVA-OF. N°2970/13-DGTM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)

831.442/2010-MS TRANSPORTES E MINERADORA LTDA ME-OF. N°2983/13-DGTM

834.495/2010-SANTOS & DIAS TRANSPORTES E CARVOEJAMENTO LTDA-OF. N°2972/13-DGTM

830.506/2012-SOLANGE CASTRO MEDRADO-OF. N°2968/13-DGTM

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)

831.822/2013-SEC LTDA-OF. N°2977/13-DGTM

831.980/2013-VANDER SOARES DE SOUSA ME-OF. N°2998/13-DGTM

832.012/2013-ZILMAR TEIXEIRA LIMA-OF. N°2988/13-DGTM

RELAÇÃO Nº 907/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

830.994/2000-REYNALDO GUAZZELLI FILHO-OF. N°358/13- ERPM

RELAÇÃO Nº 908/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

832.354/2008-RUBY RED DO BRASIL MINERAÇÃO, COM. E IND. LTDA-ALVARÁ N° 11924/09 Publicado DOU de 29/10/2009- Onde se lê:"... numa área de 1304,36 ha..." Leia-se:"... numa área de 1231,65 ha conforme memorial descritivo disponível no sítio etetrônico do DNPM..."

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

830.256/2005-Marcelo Carvalhaes Timo- NOT. N°1202/13-MG

Fase de Requerimento de Lavra

Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)

830.418/2003-Roberto Galery- NOT. N°2533/12-MG

RELAÇÃO Nº 909/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

836.143/1994-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°362/13- ERPM

RELAÇÃO Nº 911/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

832.860/2009-ALFIÉ MINÉRIOS LTDA-OF. N°3976/13-FISC

Defere pedido de reconsideração(262)

832.860/2009-ALFIÉ MINÉRIOS LTDA

RELAÇÃO Nº 913/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

831.960/2000-DRAGAGEM BRASIL LTDA ME-BRUMADINHO/MG - Guia n° 329/2013-40.500 toneladas/ano-Areia- Validade:05/11/2016

832.107/2003-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA-CARMO DO PARANAÍBA/MG, TIROS/MG - Guia n° 333/2013-12.000 m3(0,017 ct/m3)-Cascalho Diamantífero- Validade:22/07/2017

832.527/2004-JOSÉ FLÁVIO DA SILVEIRA.-GUAPÉ/MG - Guia n° 342/2013-3.500 toneladas/ano-Quartzito- Validade:da LOP 30/09/2015

832.199/2005-GONÇALO ALVES FILHO ME-RESPLENDOR/MG - Guia n° 305/2013-49.200 toneladas/ano-Areia- Validade:04/02/2017 ou PL

831.089/2006-MTM MINERAÇÃO LTDA.-ITAMBACURI/MG - Guia n° 322/2013-7.200 toneladas/ano-Granito- Validade:20/09/2017 ou PL

830.060/2007-OURO MINAS GRANITOS LTDA.-CURRAL DE DENTRO/MG - Guia n° 323/2013-3.240 toneladas/ano-Granito- Validade:18/02/2017 ou PL

830.829/2008-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA.-GOVERNADOR VALADARES/MG - Guia n° 328/2013-9.612 toneladas/ano-Granito- Validade:17/10/2017 ou PL

832.628/2008-AREIAS DO PORTO LTDA ME-ARAÚJOS/MG, PERDIGÃO/MG - Guia n° 316/2013-50.000 toneladas/ano-Areia- Validade:15/08/2016

831.769/2009-GRANITOS ROCHA BRANCA LTDA EPP-CONSELHEIRO PENA/MG - Guia n° 318/2013-9.600 toneladas/ano-Granito- Validade:12/09/2017

832.528/2010-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.-NOVA MÓDICA/MG, SÃO FÉLIX DE MINAS/MG - Guia n° 327/2013-3.240 toneladas/ano-Granito- Validade:04/11/2017 ou PL

832.997/2010-MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.-CAMPANÁRIO/MG - Guia n° 326/2013-9.612 toneladas/ano-Granito- Validade:04/11/2017

833.209/2011-MINERAÇÃO JF BRAGA E MOURA LTDA.-CURVELO/MG, POMPÉU/MG - Guia n° 330/2013-40.000 toneladas/ano-Areia- Validade:19/04/2015

835.008/2011-CERÂMICA LAGOA GRANDE LTDA-TAIOBEIRAS/MG - Guia n° 324/2013-6.000 toneladas/ano-Argila-Validade:09/10/2014 - (Venc.Alvará)

832.145/2012-AGENOR XAVIER MACHADO ME-FELIXLÂNDIA/MG, TRÊS MARIAS/MG - Guia n° 304/2013-2.580 toneladas/ano-Argilito- Validade:13/12/2015

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

830.625/1985-MINERACAO PARAISO LTDA. ME-PONTO DOS VOLANTES/MG, PADRE PARAÍSO/MG - Guia n° 311/2013-8.000 toneladas/ano-Granito- Validade:11/09/2017 (ou obtenção de PL)

830.635/1992-EMPRESA DE MINERAÇÃO - SIQUEIRA E IRMÃOSLTDA.-OURO PRETO/MG - Guia n° 306/2013-43,6 kg/ano-Topázio- Validade:29/10/2016

830.207/2000-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-ITINGA/MG - Guia n° 317/2013-9.360 toneladas/ano-Granito- Validade:08/10/2017

830.445/2000-L. J. EXTRAÇÃO DE MINERAL SÃO JOSÉ LTDA-CAMBUQUIRA/MG - Guia n° 307/2013-2.600 toneladas/ano-Quartzito- Validade:25/10/2017

831.824/2001-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-MEDINA/MG - Guia n° 321/2013-3.120 toneladas/ano-Granito- Validade:02/08/2017 (ou obtenção da PL)

830.454/2003-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-RUBELITA/MG - Guia n° 332/2013-3.240 toneladas/ano-Granito- Validade:03/10/2017

832.493/2005-CASCALHEIRA UBERABINHA LTDA.-PRATA/MG - Guia n° 313/2013-50.000 toneladas/ano-Areia- Validade:18/09/2017

832.672/2007-GRAN VALE LTDA ME-BANDEIRA/MG, DIVISÓPOLIS/MG, MATA VERDE/MG - Guia n° 310/2013-9.300 toneladas/ano-Granito- Validade:21/05/2016

RELAÇÃO Nº 915/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Defere pedido de reconsideração(262)

834.731/2007-FERNANDA SILVA MELO

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

834.731/2007-FERNANDA SILVA MELO-ALVARÁ N°4190/10

831.822/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7174/10

831.824/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7176/10

831.875/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4711/10

831.877/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4713/10

831.879/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4715/10

831.881/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4717/10

831.882/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4718/10

831.883/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4719/10

831.885/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4721/10

831.886/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°4722/10

831.887/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°5878/10

831.889/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°5499/10

831.912/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°5938/10

831.913/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°5939/10

831.915/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3257/10

831.916/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3258/10

831.917/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°9276/10

831.924/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6899/10

831.936/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7671/10

831.957/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7676/10

832.008/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°7800/10

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

830.023/2007-MÍNERO METALÚRGICA SABINÓPOLIS LTDA-ALVARÁ N°2414/10

830.877/2010-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11836/10

830.878/2010-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11837/10

831.903/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12849/10

831.983/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°13103/10

832.084/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12673/10

832.106/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-ALVARÁ N°12682/10

RELAÇÃO Nº 922/2013

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

830.367/2000-EMPRESA DE MINERACAO ITAGRAN LTDA.

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 369/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

850.614/2004-MAPEX MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°2467

850.616/2004-MAPEX MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°2468

850.046/2005-MAPEX MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°2469

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

850.674/1986-VALE S A- Área de 5.000ha para 415,44ha-COBRE

850.460/1993-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A- Área de 9.836,20ha para 4.252,45ha-CAULIM

855.529/1996-VALE S A- Área de 1.747,03ha para 400,83ha-CAULIM

850.453/2000-MINERAÇÃO GRADAUS LTDA- Área de 955,48ha para 475,04ha-OURO

850.063/2004-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A- Área de 10.000ha para 8.174,30ha-BAUXITA

850.505/2005-VALE S A- Área de 9.900ha para 9.776,70ha-COBRE E NÍQUEL

850.763/2007-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA- Área de 201,93ha para 73,73ha-CALCÁRIO

850.095/2009-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-Área de 969,73ha para 912,71ha-CALCÁRIO

850.634/2010-VERTICAL MINERAÇÃO LTDA- Área de 1.348,46ha para 1.226,53ha-FERRO

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

850.104/2006-TPI MOLPLASTIC LTDA

850.557/2009-COAL & COOPER MINERAÇÃO LTDA.

850.900/2010-ARAGUAIA NÍQUEL MINERAÇÃO LTDA.

850.909/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.

850.944/2010-VALE S A

850.964/2010-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

850.795/2010-JOSÉ ROBERTO FERREIRA-ALVARÁ N°15.840/2010

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

850.135/1987-VALE S A-ALVARÁ N°13.760/2009

850.465/2008-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A-ALVARÁ N°11.042/2009

850.796/2008-PARÁ PIGMENTOS SA-ALVARÁ N°8.522/2010

JOSE LUIZ BASTOS RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.934/2011-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
826.935/2011-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
826.936/2011-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
826.937/2011-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
826.938/2011-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.424/2012-DELTA SUL COMÉRCIO DE CONCRETO BRITA AREIA INDUSTRIAL E ASFALTO LTDA
826.577/2012-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
826.708/2012-ETR COMÉRCIO DE AREIA LTDA
826.096/2013-ODY PARK PARQUE AQUÁTICO ME
826.548/2013-BEATRIZ MARIA FERRI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.839/2013-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA-OF. N°977/2013/DGTM/DNPM/PR
826.839/2013-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA-OF. N°977/2013/DGTM/DNPM/PR
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
826.607/2012-E.B. PERES & CIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.335/2000-WOITAS E CIA LTDA-OF. N°1755/2013
826.336/2000-TB COMERCIO DE AREIA LTDA-OF. N°1756/2013
826.028/2010-LUIZ CARLOS CAMPOS-OF. N°1743/2013
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.583/2008-AREAL AGUA AZUL LTDA.- Cessionário:R. MINAS LTDA.- CPF ou CNPJ 15.007.226/0001-91- Alvará n°Alvará de Pesquisa n. 10.106/2009
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.185/2004-JOÃO RODRIGO CHEMIN- Área de 512,08 para 49,02-Areia e Argila
826.028/2010-LUIZ CARLOS CAMPOS- Área de 99,99 para 27,63-AREIA e ARENITO
826.362/2012-PEDREIRA MEDEIROS LTDA- Área de 49,00 para 13,46-Diabásio
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.397/2006-MAURÍCIO HOEFLICH -Alvará N°5946/2007
826.605/2012-COMPACTA MINERADORA LTDA -Alvará N°3034/2013
826.326/2013-CONBASE MINERADORA LTDA -Alvará N°8639/2013
826.327/2013-CONBASE MINERADORA LTDA -Alvará N°8640/2013
826.328/2013-CONBASE MINERADORA LTDA -Alvará N°8641/2013
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.013/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.472/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.476/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.478/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.479/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
826.765/2007-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
826.545/2009-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
826.609/2009-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS
826.610/2009-ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERÂMICOS
826.397/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME
826.452/2010-IBELMAR SELEME
826.481/2010-WILHEM MARQUES DIB
826.482/2010-WILHEM MARQUES DIB
826.519/2010-OSVALDO PEREZ FRAZATTO
826.165/2012-SOLOMON'S ROYAL ONIX MINING DO BRASIL LTDA
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
826.156/2012-PAWLOWSKI E PAWLOWSKI LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
827.005/2013-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°1751/2013/DNPM-PR
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.175/1992-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA-PAULA FREITAS/PR, PORTO UNIÃO/SC - Guia n° 139/2013-50.000ton-Areia-Validade:02/12/2014
826.624/2003-LUIZ NABOSNE FIRMA INDIVIDUAL-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 140/2013-50.000ton-Areia- Validade:09/12/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.148/2002-AREAL AGUA AZUL LTDA.- Alvará n° 6.354/2004 - Cessionário: R. MINAS LTDA.- CNPJ 15.007.226/0001-91
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.260/2002-IRMÃOS RESNER LTDA-OF. N°976/2013/DGTM/DNPM/PR
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
820.707/1985-SAIBREIRA BOA ESPERANÇA LTDA.- AI N° 478/2013
826.457/2005-HOBI & CIA.LTDA.- AI N° 475/2013, 476/2013 e 477/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
003.538/1957-TUPI MINERADORA DE CALCÁRIO LTDA.-OF. N°988/2013/DGTM/DNPM/PR
826.457/2005-HOBI & CIA.LTDA.-OF. N°861/2013
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
826.653/1996-JAMRA ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA-OF. N°866/2013
826.114/1999-JAMRA ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA-OF. N°866/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.461/2009-KLABIN SA-Registro de Licença N°55/2013 de 09/12/2013-Vencimento em 16/07/2015
826.989/2013-PAWLOWSKI E PAWLOWSKI LTDA-Registro de Licença N°55/2013 de 10/12/2013-Vencimento em 29/11/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.819/2013-JOSÉ MARCELO MIQUELETTO ME-OF. N°975/2013/DGTM/DNPM/PR
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
826.974/2011-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
826.056/2010-CERÂMICA MEDIANEIRA LTDA
Fase de Licenciamento
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
826.581/2007-E.B. PERES & CIA LTDA
Fase de Disponibilidade
Nega provimento a defesa apresentada:(1847)
826.685/2010-MAURICIO HOEFLICH ÁGUA MINERAL

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
803.130/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
803.137/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.138/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.139/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.140/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.144/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
803.145/2011-ESPBRASIL MINERAÇÃO LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
803.382/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Defere pedido de reconsideração(182)
803.674/2011-MINERA BRITAGEM E ENERGIA RENOVAVEL LTDA
803.678/2011-MINERA BRITAGEM E ENERGIA RENOVAVEL LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(270)
803.154/2010-VANIA ZANON FACHINI
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
803.410/2010-VALE DO PRATA EMPREENDIMENTOS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA
803.283/2011-VALE DO PRATA EMPREENDIMENTOS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA
803.284/2011-VALE DO PRATA EMPREENDIMENTOS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.332/2008-REMANSO MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA
803.013/2010-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA
803.157/2010-RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES
803.306/2011-MT4 PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S A
803.307/2011-MT4 PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S A
803.239/2013-TIAGO DA FONSECA LIMA BARROS
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.247/2011-STAFF DE CONSTRUÇÕES E DRAGAGEM LTDA-AI N°164/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
803.155/2007-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-FRONTEIRAS/PI - Guia n° 05/2013-16000toneladas-Granito- Validade:06/11/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.354/2013-EP CRONEMBERGER & CIA LTDA ME-Registro de Licença N°50/2013 de 11/12/2013-Vencimento em 07/08/2014
803.398/2013-MARQUES E BANDEIRA LTDA ME-Registro de Licença N°53/2013 de 11/12/2013-Vencimento em 03/08/2014
803.414/2013-ANTONIO JOSÉ FERREIRA LIMA-Registro de Licença N°51/2013 de 11/12/2013-Vencimento em 01/01/2014
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
803.365/2013-MINERADORA JMDF LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza transformação do regime do Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1285)
803.621/2011-CERAMICA ALVORADA LTDA (M.A.GL. GONÇALVES)

EVALDO FREITAS LIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 189/2013

Fica o abaixo relacionado ciente que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente, restando-lhe pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 990.029/2013
Notificado: Holcim Brasil S/A
CNPJ/CPF: 60.869.336/0001-17
NFLDP nº 076/2013
Valor: R$ 450.768,13

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 257/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
815.343/2013-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.914/2013-MAURINO RIZZI-OF. N°5158/2013
816.010/2013-PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°5157/2013
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.137/2004-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA-OF. N°5193/2013
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.728/2010-PEDRO PAULO PHILIPPI-BIGUAÇU/SC - Guia n° 124/2013-12.000t-Argila- Validade:16/12/2014
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.343/2010-WEEK GEO MINERAÇÃO LTDA- Área de 167,73 ha para 23,06 ha-Diabásio
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.852/1994-FRANCISCO DE ASSIS ABREU -Alvará N°874/1997
815.795/2007-THIAGO GARLET LAZZARETTI -Alvará N°10.274/2011
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.746/2010-MARIO CESAR POLI
815.755/2010-CYSY MINERAÇÃO LTDA
815.757/2010-CYSY MINERAÇÃO LTDA
815.758/2010-CYSY MINERAÇÃO LTDA
815.779/2010-MARIO CESAR POLI
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.298/2000-AGUA MINERAL SERRA DO TABULEIRO LTDA-OF. N°5177/2013
815.071/2004-NUNES INDUSTRIA DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA.-OF. N°5161/2013
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.097/1990-MINERAÇÃO ZANATTA LTDA- Fonte Furnas/Água Mineral Natural Cristalina do Monte/ Embalagens descartáveis: 1,5 l com e sem gás, 500 ml com e sem gás e rótulo tipo manga também para embalagem de 500 ml com e sem gás, 10 l sem gá, 5 l sem gás/Embalagens Retornáveis: 20 l sem gás.- SOMBRIO/SC
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
809.746/1972-ÁGUAS MORNAS MINERADORA LTDA-AI N° 1235/2011
Fase de Licenciamento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.631/2013-REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES ME-OF. N°5190/2013
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.095/2006-SEIVA S A FLORESTAS E INDÚSTRIAS-Registro de Licença N°:1237/2006 - Vencimento em 02/12/2018
815.096/2006-SEIVA S A FLORESTAS E INDÚSTRIAS-Registro de Licença N°:1236/2006 - Vencimento em 02/12/2018
815.292/2010-TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM RODRIGUES LTDA.- Registro de Licença N°:1451/26/05/2010 - Vencimento em 31/12/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
815.596/2013-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP
815.600/2013-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP

RELAÇÃO Nº 260/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.674/2008-ERIVELTO TESTONI EPP-AI N°845/2013
815.731/2008-EGÍDIO DE FARIAS - ME-AI N°906/2013
815.735/2008-OLARIA JOAIA LTDA. EPP-AI N°907/2013
815.743/2008-PEDRO GIOVANE MONDINI-AI N°908/2013
815.744/2008-PEDRO GIOVANE MONDINI-AI N°909/2013
815.747/2008-CALWER MINERAÇÃO LTDA-AI N°910/2013
815.748/2008-SERRANA ENGENHARIA LTDA-AI N°911/2013
815.755/2008-VENEZIA MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE FERRO VELHO LTDA-AI N°912/2013
815.864/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-AI N°853/2013
815.026/2009-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°846/2013
815.027/2009-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°847/2013
815.028/2009-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°848/2013
815.030/2009-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°849/2013
815.031/2009-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°850/2013
815.059/2009-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA-AI N°854/2013
815.121/2009-IVAN CARLOS FANTONI-AI N°858/2013
815.122/2009-IVAN CARLOS FANTONI-AI N°859/2013
815.123/2009-ILSON LUIZ FANTONI-AI N°856/2013
815.124/2009-ILSON LUIZ FANTONI-AI N°857/2013
815.125/2009-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°851/2013
815.179/2009-ERNANDES AUGUSTO BENDINI-AI N°852/2013

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 126, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria MME nº 337, de 30 de setembro de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 17 da Portaria MME nº 132, de 25 de abril de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.001155/2008-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Central Geradora Eólica Icaraí I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.476.987/0001-31, a alterar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o modelo das Unidades Geradoras da Central Geradora Eólica denominada EOL Icaraí I, outorgada por meio da Portaria MME nº 827, de 4 de outubro de 2010, mantida a capacidade instalada de 27.300 kW, constituída por treze Unidades Geradoras de 2.100 kW, instaladas em Torres com cem metros de altura, cujas Coordenadas Geográficas encontram-se indicadas no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º As alterações de características técnicas de que trata esta Portaria não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento do projeto da EOL Icaraí I no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

Coordenadas Geográficas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Icaraí I

Aerogerador	Modelo do Aerogerador	Coordenadas UTM		Fuso	Datum
		E (m)	N (m)		
1	Suzlon S95	433371.000	9657478.000	24S	SIRGAS2000
2	Suzlon S95	433404.000	9657694.000	24S	SIRGAS2000
3	Suzlon S95	433436.000	9657907.000	24S	SIRGAS2000
4	Suzlon S95	433467.000	9658111.000	24S	SIRGAS2000
5	Suzlon S95	433678.000	9658820.000	24S	SIRGAS2000
6	Suzlon S95	433635.000	9658992.000	24S	SIRGAS2000
7	Suzlon S95	433593.000	9659164.000	24S	SIRGAS2000
8	Suzlon S95	434428.000	9659584.000	24S	SIRGAS2000
9	Suzlon S95	434394.000	9659749.000	24S	SIRGAS2000
10	Suzlon S95	434361.000	9659915.000	24S	SIRGAS2000
11	Suzlon S95	434265.000	9660082.000	24S	SIRGAS2000
12	Suzlon S95	434260.000	9660269.000	24S	SIRGAS2000
13	Suzlon S95	434269.000	9660449.000	24S	SIRGAS2000

PORTARIA Nº 127, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria MME nº 337, de 30 de setembro de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 17 da Portaria MME nº 132, de 25 de abril de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.006733/2011-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos do Farol Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.167.180/0001-78, a alterar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, as seguintes características técnicas da Central Geradora Eólica denominada EOL Força 2, outorgada por meio da Portaria MME nº 326, de 29 de maio de 2012, e que passa a ser denominada EOL Cabo Verde 2:

I - a capacidade instalada de 29.900 kW, constituída por treze Unidades Geradoras de 2.300 kW, cujas Coordenadas Geográficas encontram-se indicadas no Anexo à presente Portaria; e

II - o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora de 34,5/230 kV, compartilhada com as EOL Cabo Verde, EOL Cabo Verde 3 e EOL Granja Vargas 1, constituída por quatro Transformadores Elevadores de 34,5/230 kV, denominada Subestação Lagoa do Casamento, e por uma Linha de Transmissão de 230 kV, em Circuito Simples, com aproximadamente noventa quilômetros de extensão, conectada ao Barramento de 230 kV da Subestação Viamão 3, de propriedade da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. - TESB.

Art. 2º As alterações de características técnicas de que trata esta Portaria somente terão eficácia com a comprovação, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da titularidade ou o direito de usar ou dispor do local definido na nova configuração das Unidades Geradoras da EOL Cabo Verde 2.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

Coordenadas Geográficas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Cabo Verde 2

Aerogerador	Coordenadas UTM		Fuso	Datum
	E (m)	N (m)		
1	552.130	6.649.511	22 S	SIRGAS2000
2	552.180	6.649.235	22 S	SIRGAS2000
3	552.229	6.648.960	22 S	SIRGAS2000
4	552.278	6.648.657	22 S	SIRGAS2000
5	552.340	6.648.357	22 S	SIRGAS2000
6	552.389	6.648.082	22 S	SIRGAS2000
7	552.439	6.647.806	22 S	SIRGAS2000
8	552.489	6.647.531	22 S	SIRGAS2000
9	552.539	6.647.255	22 S	SIRGAS2000
10	552.589	6.646.980	22 S	SIRGAS2000
11	552.638	6.646.704	22 S	SIRGAS2000
12	552.688	6.646.429	22 S	SIRGAS2000
13	552.738	6.646.153	22 S	SIRGAS2000

PORTARIA Nº 128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 337, de 30 de setembro de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.001858/2012-61, resolve:

Art. 1º Definir em 3,39 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Fábio Botelho Notini, com potência instalada de 9,20 MW, de propriedade da empresa Ferlig Ferro Liga Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.482.228/0001-06, localizada no Rio Pará, Município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da PCH Fábio Botelho Notini refere-se ao Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Fábio Botelho Notini poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 13 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria INCRA nº. 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia subseqüente, e tendo em vista à decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência, em 13 de dezembro de 2013 e,

CONSIDERANDO que foram obedecidas as normas dispostas no artigo 17, inciso II, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e, sendo que, dentre os 13 veículos destinados a doação, 02 foram excluídos do processo por decisão da Divisão de Administração e, os demais, em número de 11, foram classificados como inservíveis e antieconômicos, nos termos dos incisos I e II, respectivamente, do artigo 15 do Decreto Federal nº. 99.658/90;

CONSIDERANDO que, a seleção dos veículos foi precedida por um minucioso trabalho de avaliação, objeto do Processo Administrativo nº. 54170.003780/2013-40, e com a fiel observância dos procedimentos contidos na legislação que rege a matéria;

CONSIDERANDO que, os pré-candidatos a se tornarem os próximos proprietários dos veículos, declararam que os mesmos serão colocados a disposição dos projetos sociais de seus municípios;

CONSIDERANDO, ainda, a inexistência de irregularidades com relação à situação dos pretendentes, junto aos sistemas informativos do Governo Federal, resolve:

Artigo 1º: - Aprovar, no uso das atribuições conferidas ao CDR pelo inciso I do artigo 13 do Regimento Interno do INCRA, a doação de :

I - 01 veículo oficial de placa GMF-4894, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 2006/2006, doado à Prefeitura Municipal de Jampruca / MG, detentora do CNPJ Nº. 66.230.384/0001-47;

II - 01 veículo oficial de placa GMF-5956, marca Mahindra, modelo Scorpio, fabricado em 2009/2009, doado à Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste / MG, detentora do CNPJ Nº. 25.042.556/0001-34;

III - 02 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4617, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20005/2005, e outro de placa GMF-4892, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20006/2006, doado à Prefeitura Municipal de Gameleiras / MG, detentora do CNPJ Nº. 01.612.482/0001-01;

IV - 02 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4616, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20005/2005, e outro de placa GMF-4891, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20006/2006, doados à Prefeitura Municipal de Presidente Olegário / MG, detentora do CNPJ Nº. 18.602.060/0001-40;

V - 02 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4555, marca Toyota, modelo Hilux, fabricado em 20004/2005, e outro de placa DKQ-1017, marca FIAT, modelo Uno Mille, fabricado em 20003/2004, doados à Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro / MG, detentora do CNPJ Nº. 18.404.889/0001-38;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - 03 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4378, marca Toyota, modelo Hilux, fabricado em 20003/2004; outro de placa GMF-2143, marca Volkswagen, modelo Gol, fabricado em 1989/1989 e, outro de placa GMF-2143, marca Volkswagen, modelo Gol, fabricado em 1989/1989, doados à Prefeitura Municipal de Matias Cardoso / MG, CNPJ Nº. 25.209.115/0001-11;

Artigo 2º: - Autorizar o Superintendente Regional a baixar portaria para a execução desta Resolução;

Artigo 3º: - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO
Coordenador

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 132, Inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente; pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/Incra/nº 62, de 21 de junho de 2010; e pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 de novembro de 2007, do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 21 de novembro de 2013 e,

CONSIDERANDO o acordo homologado pela 12ª Vara Federal em Minas Gerais, em 22 de maio de 2013, firmado entre os sucessores de Névio Figueiredo Neves, proprietário da Fazenda Muquém-Brejinho e esta Autarquia, visando encerrar a ação de desapropriação,

CONSIDERANDO o Parecer de Força Executória nº. 244/2013 - SEDAD-DMF/PFMG/PGF/AGU,

CONSIDERANDO que o INCRA deverá cancelar os 8.947 Títulos da Dívida Agrária vincendos a partir de 2014 até 2021, lotes nº. 06100231 a 0610238, do demonstrativo de lançamento emitido em 31/10/2006, no total de 15.649 títulos, sendo que esses títulos foram bloqueados junto à Caixa Econômica Federal - CEF por ordem do juízo e em função do acordo, porque 80% desses títulos já haviam sido levantados pelo expropriado, mas não foram comercializado com terceiros,

CONSIDERANDO que o INCRA deverá lançar 8.497 Títulos da Dívida Agrária com prazo de resgate de 05 anos e juros de 6% ao ano, tendo por base a data da intimação da homologação do acordo (30/10/2013),

CONSIDERANDO que o INCRA deverá lançar mais R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em Títulos da Dívida Agrária com prazo de resgate de 05 anos e juros de 6% ao ano, tendo por base a data da intimação da homologação do acordo (30/10/2013),

CONSIDERANDO que o INCRA deverá descentralizar R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para pagamento do desmonte já ordenado pelo juízo em 2010, depositando este valor na mesma conta corrente inerente ao processo judicial (Conta Corrente: 005.356491-3)

CONSIDERANDO que todos os Títulos a Dívida Agrária deverão ser lançados em favor dos sucessores do proprietário do imóvel, haja vista a finalização do respectivo inventário, de acordo com as proporções a seguir: Ana Maria Tolentino Figueiredo (50%) CPF Nº. 541.431.106-44, Ana Cristina Tolentino Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 633.212.626-49, Bernardo Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 003.165.486-00, Dea Tolentino Figueiredo Coursin (8,33%) CPF Nº. 877.960.236-34, Emerita Helena Tolentino de Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 612.224.536-49, Jaime Tolentino de Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 628.007.876-00 e Maria do Carmo Figueiredo Guimarães Santos (8,33%) CPF Nº. 612.224.616-66,

CONSIDERANDO que o INCRA deverá pagar a diferença entre a área registrada e a área medida do imóvel correspondente a 15,5009 hectares, desde que os proprietários promovam a retificação do registro,

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público Federal aquiesceu com o acordo;

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações da Procuradoria Regional e Divisão Obtenção de Terras desta Superintendência Regional, resolve:

Art. 1º - Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo para indenização do proprietário, no bojo de ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Muquém-Brejinho, localizado no Município de Capitão Enéas (MG), acordo feito mediante concordância do Ministério Público Federal. A Fazenda Muquém-Brejinho possui área registrada de 1.145,30 hectares e medida de 1.160,8009 hectares, sendo inicialmente avaliada com base na área de 1.145,60 hectares. O valor global do imóvel apurado no laudo administrativo estabeleceu o montante de R$ 1.610.447,36 (um milhão seiscentos e dez mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos), sendo R$ 1.379.339,68 (um milhão trezentos e setenta e nove mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos) em títulos agrários para pagamento da terra-nua e R$ 231.107,68 (duzentos e trinta e um mil cento e sete reais e sessenta e oito centavos) relativos às benfeitorias indenizáveis em dinheiro. O acordo estabelece que o INCRA deverá cancelar os 8.947 Títulos da Dívida Agrária vincendos a partir de 2014 até 2021, lotes nº. 06100231 a 0610238, do demonstrativo de lançamento emitido em 31/10/2006, no total de 15.649 títulos, sendo que esses títulos foram bloqueados junto à Caixa Econômica Federal - CEF por ordem do juízo e em função do acordo, porque 80% desses títulos já haviam sido levantados pelo expropriado, mas não foram comercializado com terceiros; o INCRA deverá lançar 8.497 Títulos da Dívida Agrária com prazo de resgate de 05 anos e juros de 6% ao ano, tendo por base a data da intimação da homologação do acordo (30/10/2013); que o INCRA deverá lançar mais R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em Títulos da Dívida Agrária com prazo de resgate de 05 anos e juros de 6% ao ano, tendo por base a data da intimação da homologação do acordo (30/10/2013), que o INCRA deverá descentralizar R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para pagamento do desmonte já ordenado pelo juízo em 2010, depositando este valor na mesma conta corrente inerente ao processo judicial (Conta Corrente: 005.356491-3); que todos os Títulos a Dívida Agrária deverão ser lançados em favor dos sucessores do proprietário do imóvel, haja vista a finalização do respectivo inventário, de acordo com as proporções a seguir: Ana Maria Tolentino Figueiredo (50%) CPF Nº. 541.431.106-44, Ana Cristina Tolentino Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 633.212.626-49, Bernardo Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 003.165.486-00, Dea Tolentino Figueiredo Coursin (8,33%) CPF Nº. 877.960.236-34, Emerita Helena Tolentino de Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 612.224.536-49, Jaime Tolentino de Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 628.007.876-00 e Maria do Carmo Figueiredo Guimarães Santos (8,33%) CPF Nº. 612.224.616-66, que o INCRA deverá pagar a diferença entre a área registrada e a área medida do imóvel correspondente a 15,5009 hectares, desde que os proprietários promovam a retificação do registro.

Art. 2º - Aprovar a proposta de acordo homologada em juízo, no bojo da ação de desapropriação.

Art. 3º - Autorizar o Superintendente Regional a encaminhar solicitação à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento visando a autorizar a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cumprimento do acordo.

Art. 4º - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para a execução desta Resolução.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO
Coordenador

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto n° 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA n° 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua 19ª Reunião Extraordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2013, objeto do processo administrativo 54340.000583/2005-60 e;

Considerando, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal e artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os Decretos 4.886 e 4887, ambos de 20 de novembro de 2003, a Instrução Normativa/INCRA n° 16, de 24 de março de 2004; a Instrução Normativa INCRA n° 20, de 19 de setembro de 2005; a Instrução Normativa INCRA n° 49, de 29 de setembro de 2008 e a Instrução Normativa 57, de 29 de setembro de 2009, que rezam sobre a identificação, demarcação e titulação de territórios quilombolas.

Considerando a Convenção n° 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Considerando os recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas pessoas: Air Vaillant e sua mulher Geni Vaillant; Antônio Luiz Colodette; Elisabeth Amaral Callegari Pinto e outros; Altair Laurindo Soares e outros e Rui Pereira.

Considerando, a informação de fls. 1.190 a 1.191, consubstanciada pelo DESPACHO N° 015/2013/TX/GAB/PFE-INCRA-ES/PGF/AGU, de fls. 1.199 a 1.200, do processo supramencionado; resolve:

Art. 1º. Aprovar, por unanimidade, o indeferimento das contestações apresentadas pelas pessoas: Air Vaillant e sua mulher Geni Vaillant; Antônio Luiz Colodette; Elisabeth Amaral Callegari Pinto e outros; Altair Laurindo Soares e outros e Rui Pereira.

I. Notificar os impugnantes sobre o resultado dos recursos administrativos apresentados.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO REZENDE
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 8, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, que lhe foi delegada pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs 5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção I, de 1º de fevereiro de 2013.

Considerando a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado FAZENDA PEDRA BRANCA, com área de 438,1766 ha (quatrocentos e trinta e oito hectares, dezessete ares e sessenta e seis centiares), localizado no município de Campestre, no Estado de Alagoas, declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto de 08 de dezembro de 2004, cuja imissão na posse se deu em 10/07/2013, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Pedra Branca, código SIPRA nº AL0234000, área de 438,1766 ha (quatrocentos e trinta e oito hectares, dezessete ares e sessenta e seis centiares), localizado no município de Campestre, no Estado de Alagoas.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 49 (quarenta e nove) famílias, tendo em vista a Laudo de Vistoria.

Art. 3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-22)F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I.Atualização Cadastral do imóvel no SNCR.

II.Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras (SR-22)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I.Apresentar no prazo de 02 (dois) anos soluções técnicas viáveis (preventiva/corretiva/pontuais/educativas/legislativa) de recursos hídricos.

II.Realizar ações, em parceria com a Prefeituras Municipais envolvidas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para inclusão das famílias candidatas no CADÚnico, para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III.Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(22)/D as seguintes providências:

I.Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

II. Encaminhar às entidades financiadoras e à coordenação nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III.Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV.Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional, no prazo de 2 (dois) anos.

V. Formalizar parceria com a Prefeitura Municipal para a construção e recuperação de estradas vicinais que darão acesso ao Projeto de Assentamento, no prazo de 2 (dois) anos..

VI.Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

VII.Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 02 (dois) anos.

VIII.Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas, no prazo de 02 (dois) anos.

IX.Encaminhar à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde e de Educação do Governo Estadual comunicado sobre a demanda para os serviços de competências daqueles órgãos, em 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º a 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

LENILDA LIMA DA SILVA

PORTARIA Nº 14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, que lhe foi delegada pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs 5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção I, de 1º de fevereiro de 2013.

Considerando a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado FAZENDA ITAMARATY, com área de 229,4235 ha (duzentos e vinte e nove hectares, quarenta e dois ares e trinta e cinco centiares), localizado no município de Belo Monte, no Estado de Alagoas, declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto de 13 de setembro de 2006, cuja imissão na posse se deu em 19/05/2009; resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Itamaraty, código SIPRA nº AL0235000, 229,4235 ha (duzentos e vinte e nove hectares, quarenta e dois ares e trinta e cinco centiares), localizado no município de Belo Monte, no Estado de Alagoas.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 21 (vinte e uma) famílias, tendo em vista o Laudo de Vistoria.

Art. 3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-22)F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I.Atualização Cadastral do imóvel no SNCR.

II.Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras (SR-22)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I.Apresentar no prazo de 02 (dois) anos soluções técnicas viáveis (preventiva/corretiva/pontuais/educativas/legislativa) de recursos hídricos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II.Realizar ações, em parceria com as Prefeituras Municipais envolvidas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para inclusão das famílias candidatas no CADÚnico, para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III.Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(22)/D as seguintes providências:

I.Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

II. Encaminhar às entidades financiadoras e à coordenação nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III.Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV.Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional, no prazo de 2 (dois) anos.

V. Formalizar parceria com a Prefeitura Municipal para a construção e recuperação de estradas vicinais que darão acesso ao Projeto de Assentamento, no prazo de 2 (dois) anos.

VI.Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

VII.Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 02 (dois) anos.

VIII.Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas, no prazo de 02 (dois) anos.

IX.Encaminhar à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde e de Educação do Governo Estadual comunicado sobre a demanda para os serviços de competências daqueles órgãos, em 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º a 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

LENILDA LIMA DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR(22)/Nº 17 de 29/10/2007, publicada no Diário Oficial da União Nº. 216 de 09/11/2007, Seção 1, que criou o Projeto de Assentamento LOANGO, ONDE SE LÊ: "...que prevê a criação de 79 (setenta e nove) unidades...", LEIA-SE: ...que prevê a criação de 90 (noventa) unidades...

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 90, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto , aprovado pelo Decreto 6.812 , de 3 de abril de 2009, que foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção1, de1º de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Boa Esperança / Calabouço com área de 1536,3159 (mil, quinhentos e trinta e seis hectares, trinta e um ares, cinqüenta e nove centiares) ha localizado no município de Arari, Estado do Maranhão declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 7 de abril de 2010, cuja imissão na posse em 11 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Picos Canarana II código SIPRA MA1099000, área 1536,3159(mil, quinhentos e trinta e seis hectares, trinta e um ares, cinqüenta e nove centiares) ha, localizado no município de Arari, Estado do Maranhão.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 57 (cinqüenta e sete) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento aprovados.

Art.3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(12)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR .

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras SR(12)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 180(cento e oitenta)dias soluções técnicas viáveis de (preventiva /corretiva /pontuais /educativas /legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Arari (MA), no prazo de 90(noventa) dias, para inclusão das famílias no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(12)D as seguintes providências:

I. Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos(ou concessionária de energia elétrica), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e a Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação dos beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional (ou outra), no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

V. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias.

VI. Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas no prazo de 180(cento e oitenta) dias.

VIII.. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º e 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA SANTANA

PORTARIA Nº 91, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto , aprovado pelo Decreto 6.812 , de 3 de abril de 2009, que foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção1, de1º de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Santo Antonio/Data Cumbre com área de 1310,1400(mil, trezentos e dez hectares, quatorze ares)ha localizado no município de São Benedito do Rio Preto Estado do Maranhão declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 23 de dezembro de 2011, cuja imissão na posse em 10 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Santo Antônio/Capinal código SIPRA MA 1010100, área 1310,1400(mil, trezentos e dez hectares, quatorze ares)ha, localizado no município de São Benedito do Rio, Preto Estado do Maranhão.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 43(quarenta e três) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento aprovados.

Art.3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(12)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR .

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras SR(12)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 180(cento e oitenta)dias soluções técnicas viáveis de (preventiva/corretiva/pontuais/educativas/legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto (MA), no prazo de 90(noventa) dias, para inclusão das famílias no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(12)D as seguintes providências:

I. Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos(ou concessionária de energia elétrica), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e a Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação dos beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional (ou outra), no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

V. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias.

VI..Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas no prazo de 180(cento e oitenta) dias.

VIII.. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 180 (cento e oitenta) dias. .

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º e 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA SANTANA

PORTARIA Nº 92, DE 17 DE DEZEMBRO 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto , aprovado pelo Decreto 6.812 , de 3 de abril de 2009, que foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção1, de1º de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Vista Verde com área de 1421,6016(mil, quatrocentos e vinte e um hectares, sessenta ares e dezesseis centiares)ha localizado no município de São Benedito do Rio Preto Estado do Maranhão declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 23 de dezembro de 2011, cuja imissão na posse em 10 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Gomes/ Vista Verde, código SIPRA MA 1010200, área 1421,6016(mil, quatrocentos e vinte e um hectares, sessenta ares e dezesseis centiares)ha, localizado no município de São Benedito do Rio, Preto Estado do Maranhão.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 52 (cinqüenta e duas) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento aprovados.

Art.3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(12)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR .

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras SR(12)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 180(cento e oitenta)dias soluções técnicas viáveis de (preventiva/corretiva/pontuais/educativas/legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto (MA), no prazo de 90(noventa) dias, para inclusão das famílias no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(12)D as seguintes providências:

I. Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos(ou concessionária de energia elétrica), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e a Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação dos beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional (ou outra), no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

V. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias.

VI..Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas no prazo de 180(cento e oitenta) dias.

VIII.. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 180 (cento e oitenta) dias. .

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º e 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA SANTANA

PORTARIA Nº 94, DE 17 DE DEZEMBRO 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto , aprovado pelo Decreto 6.812 , de 3 de abril de 2009, que foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção1, de1º de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Olho D'água /Bom Principio com área de 1680,4621(mil, seiscentos e oitenta hectares, quarenta e seis ares e vinte e um centiares)ha localizado no município de São Benedito do Rio Preto Estado do Maranhão declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 23 de dezembro de 2011, cuja imissão na posse em 10 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Olho D'água dos Calixtos, código SIPRA MA 1010300, área 1680,4621(mil, seiscentos e oitenta hectares, quarenta e seis ares e vinte e um centiares) ha, localizado no município de São Benedito do Rio, Preto Estado do Maranhão.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 64 (sessenta e quatro) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento aprovados.

Art.3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(12)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR .

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras SR(12)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 180(cento e oitenta)dias soluções técnicas viáveis de (preventiva /corretiva /pontuais /educativas /legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto (MA), no prazo de 90(noventa) dias, para inclusão das famílias no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(12)D as seguintes providências:

I. Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos(ou concessionária de energia elétrica), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e a Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação dos beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional (ou outra), no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

V. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias.

VI. Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas no prazo de 180(cento e oitenta) dias.

VIII.. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 180 (cento e oitenta) dias. .

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º e 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA SANTANA

PORTARIA Nº 95, DE 17 DE DEZEMBRO 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto , aprovado pelo Decreto 6.812 , de 3 de abril de 2009, que foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção1, de1º de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Boa Esperança/São Braz/Arrupiado com área de 896,2782(oitocentos e noventa e seis hectares, vinte e sete ares e oitenta e dois centiares)ha localizado no município de Coelho Neto declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 23 de dezembro de 2011, cuja imissão na posse em 11 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Ubiracy Teles/Boa Esperança/São Braz/Arrupiado código SIPRA MA 1010400, área 896,2782(oitocentos e noventa e seis hectares, vinte e sete ares e oitenta e dois centiares)ha, localizado no município de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 27(vinte e sete) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento aprovados.

Art.3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(12)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR .

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras SR(12)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 180(cento e oitenta)dias soluções técnicas viáveis de (preventiva /corretiva /pontuais /educativas /legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Coelho Neto (MA), no prazo de 90(noventa) dias, para inclusão das famílias no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(12)D as seguintes providências:

I. Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos(ou concessionária de energia elétrica), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e a Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação dos beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional (ou outra), no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

V. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias.

VI..Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas no prazo de 180(cento e oitenta) dias.

VIII.. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 180 (cento e oitenta) dias. .

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º e 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA SANTANA

PORTARIA Nº 96, DE 17 DE DEZEMBRO 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto , aprovado pelo Decreto 6.812 , de 3 de abril de 2009, que foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção1, de1º de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Santa Emília com área de 6807,1843(seis mil, oitocentos e sete hectares dezoito ares e quarenta e três centiares)ha localizado no município de São Benedito do Rio Preto declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 23 de dezembro de 2011, cuja imissão na posse em 10 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento Santa Emília código SIPRA MA 1010500, área 6807,1843(seis mil,oitocentos e sete hectares, dezoito ares e quarenta e três centiares)ha, localizado no município de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade mínima do assentamento de 219(duzentos e dezenove) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento aprovados.

Art.3º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(12)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR .

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras SR(12)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 180(cento e oitenta)dias soluções técnicas viáveis de (preventiva/corretiva/pontuais/educativas/legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Benedito do Rio Preto (MA), no prazo de 90(noventa) dias, para inclusão das famílias no CadÚnico para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento SR(12)D as seguintes providências:

I. Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos(ou concessionária de energia elétrica), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e a Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação dos beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional (ou outra), no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias.

V. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias.

VI.Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas no prazo de 180(cento e oitenta) dias.

VIII.. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 180 (cento e oitenta) dias. .

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º e 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 37, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº. 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia subseqüente, e tendo em vista à RESOLUÇÃO/CDR/MG/Nº. 08, de 13 de dezembro 2013, criada em decorrência da decisão adotada em reunião do Comitê de Decisão Regional desta Superintendência, ocorrida na mesma data, resolve:

Artigo 1º: - Ratificar o ATO DE APROVAÇÃO do Comitê de Decisão Regional, com referência à doação dos seguintes veículos oficiais:

I - 01 veículo oficial de placa GMF-4894, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 2006/2006, doado à Prefeitura Municipal de Jampruca / MG, detentora do CNPJ Nº. 66.230.384/0001-47;

II - 01 veículo oficial de placa GMF-5956, marca Mahindra, modelo Scorpio, fabricado em 2009/2009, doado à Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste / MG, detentora do CNPJ Nº. 25.042.556/0001-34;

III - 02 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4617, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20005/2005, e outro de placa GMF-4892, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20006/2006, doado à Prefeitura Municipal de Gameleiras / MG, detentora do CNPJ Nº. 01.612.482/0001-01;

IV - 02 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4616, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20005/2005, e outro de placa GMF-4891, marca Mitsubishi, modelo L200, fabricado em 20006/2006, doados à Prefeitura Municipal de Presidente Olegário / MG, detentora do CNPJ Nº. 18.602.060/0001-40;

V - 02 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4555, marca Toyota, modelo Hilux, fabricado em 20004/2005, e outro de placa DKQ-1017, marca FIAT, modelo Uno Mille, fabricado em 20003/2004, doados à Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro / MG, detentora do CNPJ Nº. 18.404.889/0001-38;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - 03 veículos oficiais - sendo 01 de placa GMF-4378, marca Toyota, modelo Hilux, fabricado em 20003/2004; outro de placa GMF-2143, marca Volkswagen, modelo Gol, fabricado em 1989/1989 e, outro de placa GMF-2143, marca Volkswagen, modelo Gol, fabricado em 1989/1989, doados à Prefeitura Municipal de Matias Cardoso / MG, CNPJ Nº. 25.209.115/0001-11;

Artigo 2º: - Os veículos em referência foram avaliados e classificados através do Processo Administrativo nº 54170.003780/2013-40, de 08/07/2013.

Artigo 3º: - Os processos de doação serão instruídos pela Comissão Permanente de Classificação de Material, desta Superintendência Regional;

Artigo 4º: - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO

PORTARIA Nº 38, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 132, Inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente; pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/Incra/nº 62, de 21 de junho de 2010; e pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União no dia 06 de novembro de 2007, do Conselho Diretor desta Autarquia Federal, e tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 21 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º - Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo para indenização do proprietário, no bojo de ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Muquém-Brejinho, localizado no Município de Capitão Enéas (MG), acordo feito mediante concordância do Ministério Público Federal. A Fazenda Muquém-Brejinho possui área registrada de 1.145,30 hectares e medida de 1.160,8009 hectares, sendo inicialmente avaliada com base na área de 1.145,60 hectares. O valor global do imóvel apurado no laudo administrativo estabeleceu o montante de R$ 1.610.447,36 (um milhão seiscentos e dez mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos), sendo R$ 1.379.339,68 (um milhão trezentos e setenta e nove mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos) em títulos agrários para pagamento da terra-nua e R$ 231.107,68 (duzentos e trinta e um mil cento e sete reais e sessenta e oito centavos) relativos às benfeitorias indenizáveis em dinheiro. O acordo estabelece que o INCRA deverá cancelar os 8.947 Títulos da Dívida Agrária vincendos a partir de 2014 até 2021, lotes nº. 06100231 a 0610238, do demonstrativo de lançamento emitido em 31/10/2006, no total de 15.649 títulos, sendo que esses títulos foram bloqueados junto à Caixa Econômica Federal - CEF por ordem do juízo e em função do acordo, porque 80% desses títulos já haviam sido levantados pelo expropriado, mas não foram comercializado com terceiros; o INCRA deverá lançar 8.497 Títulos da Dívida Agrária com prazo de resgate de 05 anos e juros de 6% ao ano, tendo por base a data da intimação da homologação do acordo (30/10/2013); que o INCRA deverá lançar mais R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em Títulos da Dívida Agrária com prazo de resgate de 05 anos e juros de 6% ao ano, tendo por base a data da intimação da homologação do acordo (30/10/2013), que o INCRA deverá descentralizar R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para pagamento do desmonte já ordenado pelo juízo em 2010, depositando este valor na mesma conta corrente inerente ao processo judicial (Conta Corrente: 005.356491-3); que todos os Títulos a Dívida Agrária deverão ser lançados em favor dos sucessores do proprietário do imóvel, haja vista a finalização do respectivo inventário, de acordo com as proporções a seguir: Ana Maria Tolentino Figueiredo (50%) CPF Nº. 541.431.106-44, Ana Cristina Tolentino Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 633.212.626-49, Bernardo Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 003.165.486-00, Dea Tolentino Figueiredo Coursin (8,33%) CPF Nº. 877.960.236-34, Emerita Helena Tolentino de Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 612.224.536-49, Jaime Tolentino de Figueiredo (8,33%) CPF Nº. 628.007.876-00 e Maria do Carmo Figueiredo Guimarães Santos (8,33%) CPF Nº. 612.224.616-66, que o INCRA deverá pagar a diferença entre a área registrada e a área medida do imóvel correspondente a 15,5009 hectares, desde que os proprietários promovam a retificação do registro.

Art. 2º - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento que autorize a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cumprimento do acordo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 24, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeado pela Portaria INCRA Nº 270, de 17 de junho de 2011, publicada no D.O.U., de 20 de junho de 2011, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso VIII, do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA/nº 20, de 8 de abril de 2009,

CONSIDERANDO a Resolução/BACEN/Nº. 2.629, de 10 de agosto de 1999, que criou o PRONAF, inclusive criando linha especial denominado Grupo "A" voltado para os beneficiários de Reforma Agrária e a Resolução/BACEN/Nº 3.559, de 28 de março de 2008, que dispõe sobre alterações no regulamento do PRONAF;

CONSIDERANDO a Norma de Execução/INCRA/DD/Nº 79, de 26 de dezembro de 2008, que estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO que se trata de Projeto de Assentamento Rural do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criado através de Portaria da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo nº 26/2013, de 26 de novembro de 2013; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(11)/Nº 54220.003110/2013-91 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Reconhecer o Projeto de Assentamento denominado PE NOVA ESPERANÇA, código SIPRA RS1153000, criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com área de 267,7120 ha (duzentos e sessenta e sete hectares, setenta e um ares e vinte centiares), visando atender 14 (catorze) famílias de pequenos produtores rurais, administrado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, situado no Charqueadas/RS.

Art. 2º - Determinar que tal aprovação permita ao Projeto de Assentamento reconhecido participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo "A", obedecidas as normas desta Autarquia.

ROBERTO RAMOS

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

PORTARIA Nº 50, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno da Secretaria da Agricultura Familiar, aprovado pela Portaria Ministerial nº. 19, de 03 de abril de 2009, publicada em 06 de abril de 2009 no Diário Oficial da União, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter precário, as Entidades Contratadas para prestarem serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a emitir Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAP, observadas as seguintes exigências:

I - Esta autorização é limitada pelo prazo de cento e oitenta dias, podendo ser prorrogado, até o prazo de vigência do contrato, desde que devidamente justificado, mediante solicitação formal à Secretaria da Agricultura Familiar - SAF;

II - A emissão das DAP de que trata esta autorização é delimitada à área de abrangência do contrato;

III - A autorização tratada neste artigo abrange exclusivamente as Unidades Familiares de Produção Rural beneficiárias do projeto objeto do contrato.

Art. 2º O processo de autorização tem inicio a partir de solicitação formal encaminhada pela Entidade Contratada para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural à Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário da Unidade da Federação de localização da execução do contrato de prestação dos serviços contratados.

Art. 3º A solicitação de que trata o Art. 2º deve ser individualizada por Lote da Chamada Pública, e obrigatoriamente especificar:

I - Justificativa circunstanciada da solicitação;

II - Caracterização da área de atuação do contrato, especificando o(s) município(s);

III - Identificação da entidade solicitante, contendo os seguintes dados:

a. CNPJ
b. Razão Social
c. Número do Contrato dos Serviços de ATER
d. Número da Chamada Pública
e. Número do Lote

IV - Identificação das Unidades Familiares de Produção Rural para as quais serão emitidas as DAP, contendo os seguintes dados:

a. CPF do Primeiro Titular
b. Nome do Primeiro Titular
c. CPF do Segundo Titular
d. Nome do Segundo Titular
e. Município de Localização do Estabelecimento da UFPR

Art. 4º Compete às Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário - DFDA proceder a análise e pertinência da solicitação, encaminhando parecer conclusivo à Secretaria da Agricultura Familiar.

Art. 5º Após a autorização concedida, a Entidade Contratada para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural poderá emitir DAP em rigoroso atendimento ao que estabelece os normativos vigentes para a matéria, encaminhando à DFDA, mensalmente, relatório que contenha a listagem e cópias das DAP emitidas no período.

Art. 6º A SAF autuará processo administrativo individualizado por solicitação de autorização, com a finalidade de registrar todas as ocorrências relativas àquela autorização.

Art. 7º As autorizações serão canceladas sempre que identificadas falta grave no processo de emissão de DAP.

§ 1º Entende-se por falta grave a não observância dos normativos que regulam o processo de emissão de DAP.

§ 2º A SAF garantirá amplo direito de defesa aos envolvidos no processo de cancelamento de autorização.

Art. 8º A DFDA deverá enviar à SAF, trimestralmente, relatório consolidado das emissões de DAP realizadas no período, à partir dos relatórios previstos no Art. 5° desta Portaria, com parecer sobre seu conteúdo.

Art. 9º As DFDA cabe, ainda, efetuar as análises preliminares das solicitações de dilação de prazo, tratado no Art. 1º, inciso I.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER BIANCHINI

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 369, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, bem como o disposto no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 7.969, de 28 de março de 2013, e nº 8.015, de 17 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa EVER ELETRIC APPLIANCES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ/MF: 06.194.010/0001-91, conforme Processo nº 52000.002625/2013-32, de 05 de fevereiro de 2013.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de novembro de 2013 até 31 de outubro de 2014, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de setembro de 2014, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de novembro de 2014.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Oitocentos veículos, no período de 1º de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

II - Quatro mil veículos, no período de 1º de janeiro de 2014 até 31 de outubro de 2014.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

§ 2º. O disposto neste artigo se aplica aos veículos objetos dos contratos de distribuição anexados ao Processo nº 52000.002625/2013-32, de 05 de fevereiro de 2013.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 51, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições previstas no art. 3º da Resolução CAMEX nº 80, de 9 de novembro de 2010, regulamentada pela Portaria SECEX nº. 39, de 11 de novembro de 2011, e tendo em vista a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e o disposto no Acordo sobre Regras de Origem da Organização Mundial de Comércio - OMC, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, decide:

Art.1º Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial com a desqualificação da origem Malásia para o produto "malhas de viscose com ou sem elastano", classificado nos itens 6006.44.00 e 6006.42.00 da NCM, uma vez que a empresa Recron (Malaysia) SDN. BHD. não fabrica o produto em questão, nem tampouco realizou transações comerciais com a empresa ex-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

portadora Day-Pro Industrial CO. LTD., tendo esta utilizado indevidamente seu nome nas declarações de origem apresentadas nas licenças de importação.

Art. 2º Indeferir as licenças de importação solicitadas pelos importadores brasileiros referentes ao produto e produtor mencionados no art. 1º, quando a origem declarada for Malásia.

ANDRÉ MARCOS FAVERO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1. Conforme Resolução Camex nº 20, de 7 de abril de 2011, foi aplicado direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de malhas de viscose com ou sem elastano, originárias da República Popular da China, classificadas nos subitens 6004.10.41, 6004.10.42, 6004.10.43, 6004.10.44, 6004.90.40, 6006.41.00, 6006.42.00, 6006.43.00 e 6006.44.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

2. Em 27 de novembro de 2012, a Associação Brasileira de Indústria Têxtil, por meio de seus representantes legais, apresentou denúncia a esta Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), protocolada com o número 52000.028434/2012-10, contendo indícios de falsa declaração de origem nas importações do produto "malha de viscose com ou sem elastano", com origem declarada Malásia, para todos os subitens da NCM com direito antidumping aplicado.

3. Após análise, constatou-se que havia indícios de riscos relevantes de descumprimento das regras de origem não preferenciais nas importações de malhas de viscose com origem declarada Malásia. Assim, conforme previsto na Portaria SECEX nº 39, de 11 de novembro de 2011, o Departamento de Negociações Internacionais (DEINT) passou a fazer análise de risco das importações de malhas de viscose com origem declarada Malásia e selecionou os pedidos de licenciamento de importação nº 13/2394971-7, 13/2392542-7, 13/2395042-1 e 13/2395038-3. Os referidos pedidos, que estavam amparados por suas respectivas Declarações de Origem, conforme previsto na Portaria SECEX nº 06, de 22 de fevereiro de 2013, provocaram o início do procedimento especial de verificação de origem.

2. DA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ESPECIAL DE VERIFICAÇÃO DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAL

4. De posse das Declarações de Origem e com base na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a SECEX instaurou, em 14 de agosto de 2013, procedimento especial de verificação de origem não preferencial para o produto malhas de viscose com ou sem elastano, classificado nos subitens 6006.42.00 e 6006.44.00 da NCM, declarado como produzida pela empresa Recron (Malaysia) SDN. BHD., doravante denominada Recron e exportado pela empresa Day-Pro Industrial CO. LTD., doravante denominada Day-Pro.

5. A investigação de origem obedece aos parâmetros fornecidos na licença de importação (LI) preenchida pelo importador. Desta forma, ainda que o antidumping seja aplicado às NCM 6004.10.41, 6004.10.42, 6004.10.43, 6004.10.44, 6004.90.40, 6006.41.00, 6006.42.00, 6006.43.00 e 6006.44.00, apenas as NCM 6006.42.00 e 6006.44.00 são objeto desta investigação.

6. O produto objeto do procedimento especial de verificação de origem não preferencial consiste no tecido de malha de viscose, contendo ou não filamentos elastômetros (comercialmente conhecidos como "lycra"), de largura superior a 30 cm, cru, branqueado, tinto, estampado ou de fios de diversas cores, de qualquer gramatura, conforme definição do produto contido na Resolução Camex nº 20, de 2011.

7. O referido produto é resultado de um fio que passa por várias agulhas e assume, desta forma, laçadas, as quais passam por dentro das laçadas da carreira anterior de fio e assim sucessivamente formando o tecido, sendo utilizado um tear circular nesse processo. Conforme o enquadramento das diversas NCM onde a malha de viscose se classifica, o tecido pode ser constituído predominantemente de fios de fibras ou filamentos de viscose, podendo conter, ou não, filamentos elastoméricos.

8. Possuem larguras e pesos variáveis, sendo as mais comuns as de 1,5m a 1,6m de largura e gramatura de 150 a 300 g/m2. Normalmente, são acondicionados em rolos, com largura de aproximadamente de 1,5 m e são embaladas em sacos plásticos individuais.

9. As principais características do tecido de malha de viscose são: flexibilidade, capacidade de recuperação elástica e facilidade de modelagem. Estas características são resultado das laçadas em formato senoidal que se sustentam entre si e são livres para moverem-se umas sobre as outras quando submetidas à tensão, seja no sentido da largura, seja no sentido do comprimento do artigo.

10. Os tecidos de malha de viscose, segundo a Resolução Camex nº 20, de 2011, são utilizados normalmente na confecção de vestuários, principalmente para o público feminino, sendo os mais comuns, blusas, saias, vestidos ou acessórios como faixas.

11. De acordo com as informações fornecidas na denúncia, os insumos utilizados para a fabricação das malhas de viscose são os fios de fibras (classificados nos subitens 5510.11.00, 5510.12.00, 5510.20.00, 5510.30.00 e 5510.90.00 da NCM) ou filamentos de viscose (classificados nos subitens 5405.00.00, 5403.10.00, 5403.31.00, 5403.32.00 e 5403.41.00), podendo ou não conter filamentos elastoméricos (classificado no subitem 5404.11.00 da NCM).

3. DA REGRA DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAL APLICADA AO CASO

12. As regras de origem não preferenciais utilizadas como base para esta investigação de origem são aquelas estabelecidas no art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011, que dispõe:

Art. 31. Respeitados os critérios decorrentes de ato internacional de que o Brasil seja parte, tem-se por país de origem da mercadoria aquele onde houver sido produzida ou, no caso de mercadoria resultante de material ou de mão de obra de mais de um país, aquele onde houver recebido transformação substancial.

§ 1º Considera-se mercadoria produzida, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - os produtos totalmente obtidos, assim entendidos:

a) produtos do reino vegetal colhidos no território do país;

b) animais vivos, nascidos e criados no território do país;

c) produtos obtidos de animais vivos no território do país;

d) mercadorias obtidas de caça, captura com armadilhas ou pesca realizada no território do país;

e) minerais e outros recursos naturais não incluídos nas alíneas "a" a "d", extraídos ou obtidos no território do país;

f) peixes, crustáceos e outras espécies marinhas obtidos do mar fora de suas zonas econômicas exclusivas por barcos registrados ou matriculados no país e autorizados para arvorar a bandeira desse país, ou por barcos arrendados ou fretados a empresas estabelecidas no território do país;

g) mercadorias produzidas a bordo de barcos-fábrica a partir dos produtos identificados nas alíneas "d" e "f" deste inciso, sempre que esses barcos-fábrica estejam registrados, matriculados em um país e estejam autorizados a arvorar a bandeira desse país, ou por barcos-fábrica arrendados ou fretados por empresas estabelecidas no território do país;

h) mercadorias obtidas por uma pessoa jurídica de um país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho; e

i) mercadorias obtidas do espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidas por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país;

II - os produtos elaborados integralmente no território do país, quando em sua elaboração forem utilizados, única e exclusivamente, materiais dele originários.

§ 2º Entende-se por transformação substancial, para efeito do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei, os produtos em cuja elaboração forem utilizados materiais não originários do país, quando resultantes de um processo de transformação que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados em uma posição tarifária (primeiros 4 (quatro) dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias - SH) diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território, pelo qual adquire a forma final em que será comercializado, quando, na operação ou no processo, for utilizado material ou insumo não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que essas operações alterem a classificação do produto, considerada a 4 (quatro) dígitos.

13. Ressalta-se que a simples existência de fabricação regular do produto malhas de viscose no país investigado é condição suficiente para conferir origem ao produto, independentemente da origem dos insumos utilizados. No processo de fabricação de malhas de viscose, fica evidenciada a mudança de posição tarifária dos insumos: fios de fibra (classificados na posição 55.10), filamentos de viscose (classificados nas posições 54.03, 54.05) e filamentos elastoméricos (classificados na posições 54.04); com relação ao produto final (classificado na posição 60.06).

4. DA NOTIFICAÇÃO DA ABERTURA

14. De acordo com o art. 12 da Portaria nº 39, de 11 de novembro de 2011, as partes interessadas devem ser notificadas da abertura do procedimento especial pela SECEX. Neste sentido, em 14 de agosto de 2013, foram notificadas:

i) a Embaixada da Malásia no Brasil;

ii) a empresa Recron, identificada como produtora;

iii) a empresa Day-Pro, identificada como exportadora;

iv) as empresas declaradas como importadoras nos pedidos de licenciamento;

v) a denunciante.

15. Adicionalmente, em cumprimento ao art. 44 da Lei nº 12.546, de 2011, notificou-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre a abertura da presente investigação.

5. DO ENVIO DOS QUESTIONÁRIOS ÀS EMPRESAS PRODUTORA E EXPORTADORA

16. Conjuntamente com a notificação de abertura do procedimento especial de verificação de origem, foram enviados, tanto à empresa identificada como produtora, Recron, quanto à empresa identificada como exportadora, Day-Pro, os respectivos questionários do produtor e do exportador, solicitando informações destinadas a comprovar o cumprimento das regras de origem para o produto objeto da verificação de origem. Determinou-se como prazo máximo para resposta o dia 14 de setembro de 2013.

17. O questionário enviado ao produtor continha instruções detalhadas (em português e em inglês) para o envio das seguintes informações, referentes ao período de janeiro de 2011 a junho de 2013:

I - Sobre os insumos utilizados na produção de malhas de viscose:

a) descrição completa dos insumos;

b) classificação no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH);

c) nome, endereço e país de origem do fornecedor dos insumos;

d) valor unitário dos insumos (US$ FOB);

e) quantidade de cada insumo utilizada na produção de malhas de viscose;

f) coeficiente técnico dos insumos; e

g) estoque dos insumos.

II - Sobre o processo produtivo de malhas de viscose:

a) descrição completa do processo de fabricação (incluindo em que momento os insumos foram usados durante o processo);

b) capacidade instalada de produção da empresa produtora e sua produção efetiva, com detalhamento dos últimos dois anos (por ano) e meses do ano corrente (janeiro a junho de 2013);

c) leiaute da fábrica; e

d) diagrama completo do processo produtivo, baseado na disposição das máquinas dentro da fábrica.

III - Sobre as transações comerciais da empresa:

a) importação do produto objeto de verificação e controle de origem, caso tenha ocorrido, por origem, nos últimos dois anos (por ano) e meses do ano corrente (janeiro a junho de 2013);

b) compras do produto no mercado interno, caso tenha ocorrido, nos últimos dois anos (por ano) e meses do ano corrente (janeiro a junho de 2013);

c) exportações totais do produto, em valor e em quantidade, por destino, nos últimos dois anos (por ano) e meses do ano corrente (janeiro a junho de 2013);

d) vendas nacionais do produto, em valor e em quantidade, nos últimos dois anos (por ano) e meses do ano corrente (janeiro a junho de 2013); e

e) estoque do produto sob verificação e controle de origem, nos últimos dois anos (por ano) e meses do ano corrente (janeiro a junho de 2013).

18. Já o questionário enviado ao exportador continha instruções detalhadas (em português e em inglês), para o envio das seguintes informações referentes às transações comerciais da empresa envolvendo o produto objeto procedimento especial de verificação de origem não preferencial, no período de janeiro de 2011 a junho de 2013:

a) importação do produto objeto do procedimento especial;

b) aquisição do produto;

c) exportações totais, por destino;

d) vendas nacionais, em valor e em quantidade; e

e) estoques finais do produto sob verificação e controle de origem.

6. DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS ÀS EMPRESAS PRODUTORA E EXPORTADORA

6.1 Da Resposta da Empresa Exportadora

19. A empresa Day-Pro enviou o questionário preenchido, por meio de mensagem eletrônica, no dia 9 de setembro de 2013, sendo que a correspondência em meio físico foi protocolada na SECEX, no dia 17 de setembro de 2013, portanto, dentro do prazo estipulado.

20. O responsável pelo preenchimento do referido questionário não informou seu cargo dentro da empresa. Além disso, apesar de a empresa exportadora estar localizada em Londres, Reino Unido, o questionário foi preenchido e assinado, no dia 9 de setembro de 2013, em Hong Kong, China.

21. O correio eletrônico institucional fornecido (cathy@ivantextile.com) tem como domínio outra empresa que não a Day-Pro. Em pesquisa realizada pela SECEX, descobriu-se que o referido domínio pertence à empresa Shaoxing Ivan Textile And Garment Co. Ltd., localizada na província de Zejhiang, na China (http://ivantex.en.alibaba.com). De acordo com o sítio eletrônico, a empresa aparenta ser uma trading.

22. Na resposta em questão, a empresa Day-Pro confirma ter emitido as Declarações de Origem, que atestam a origem Malásia do produto objeto do procedimento especial de verificação de origem não preferencial supostamente fabricado pela empresa Recron.

23. Ainda sobre a resposta da empresa Day-Pro, esta informou, no Anexo D, que nos últimos dois anos e seis meses do ano corrente (janeiro a junho de 2013), realizou importações de malhas de viscose somente da Malásia.

24. Informou no Anexo E o nome dos fornecedores e o detalhamento de quatro aquisições realizadas no período.

25. No Anexo F informou que exportou para a Malásia as mesmas quantidades adquiridas daquele país. A mesma quantidade importada e exportada em 2011 foi declarada como estoque naquele ano, conforme informações prestadas no Anexo H.

6.2 Das Respostas da Empresa Produtora

26. A primeira correspondência da empresa Recron foi recebida, por meio de mensagem eletrônica, no dia 10 de setembro de 2013, sendo que esta, em meio físico, foi protocolada, no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no dia 19 de setembro de 2013, portanto, dentro do prazo estipulado.

27. O rastreamento do código de postagem da correspondência confirmou que esta foi, de fato, remetida do endereço da empresa em Kuala Lumpur, Malásia.

28. Na referida correspondência, a empresa Recron, por meio de seu representante, afirma que não produz nenhum tipo de malha de viscose, produto objeto desta verificação e controle de origem. Informou, ainda, que nunca vendeu nenhum de seus produtos à empresa Day-Pro. Declarou que, aparentemente, a empresa Day-Pro usou, indevidamente, o nome e o endereço da empresa Recron para declarar a origem do produto.

29. Por fim, tendo em vista não ser produtora, nem tampouco vendedora de malhas de viscose, a empresa declarou não ser possível preencher o referido questionário do produtor.

30. A correspondência protocolada na SECEX foi enviada em papel timbrado e assinada pelo diretor da empresa e a resposta em meio eletrônico foi expedida por correio eletrônico institucional da empresa (jagadish.sundar@recron.com).

31. No dia 11 de setembro de 2013, foi recebida nova mensagem eletrônica, supostamente, da mesma empresa Recron. A correspondência em meio físico foi protocolada na SECEX, no dia 17 de setembro de 2013, dentro do prazo determinado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

32. Diferentemente, da primeira resposta da Recron, o responsável pelo preenchimento do referido questionário não informou sua função dentro da empresa. O questionário foi preenchido e assinado, no dia 10 de setembro de 2013. Todavia, não foi informado o local de preenchimento. Além disso, ainda que a resposta em meio físico tenha sido assinada e carimbada, não foi remetida nenhuma correspondência em papel timbrado que pudesse dar maior credibilidade à resposta nem foi identificado o cargo da pessoa responsável pela resposta.

33. O remetente constante no envelope da referida correspondência é a empresa Winsbriged Industries, que não figura como produtora ou exportadora do produto objeto da verificação e controle de origem.

34. Em pesquisa realizada pela SECEX, por meio do rastreamento do código de postagem da correspondência, descobriu-se que a empresa que figura como remetente da referida correspondência está localizada na cidade de Penang, Malásia, e comercializa produtos de aço inoxidável.

35. Não foi fornecido o correio eletrônico institucional da empresa. Ao invés disso, a resposta em meio eletrônico foi enviada de um domínio público (wilsonyong808@yahoo.com).

36. Ainda sobre a resposta em questão, foram fornecidas informações incompletas do leiaute da fábrica e do processo de fabricação do produto. Também não foi fornecida informação contendo detalhamento das compras dos insumos utilizados para a fabricação do produto sob verificação e controle de origem, de acordo com o Anexo B do questionário.

37. Além disso, a empresa informou não importar e nem adquirir no mercado interno o produto em questão, conforme os Anexos D e E do questionário.

38. Chama atenção o fato de a capacidade de produção, informada no Anexo C, ser inferior às quantidades exportadas e vendidas pela empresa em seu mercado interno, fornecidas no Anexo F e Anexo G, respectivamente.

39. Por fim, não foi apresentada informação detalhada sobre o estoque do produto, de acordo com metodologia proposta no Anexo H do questionário.

7. DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

40. Com base no art. 20 da Portaria SECEX nº 39, de 2011, encerrou-se a fase de instrução do Processo MDIC/SECEX 52100.002460/2012-61 em 30 de outubro de 2013, tomando-se como base para conclusão as informações completas e consistentes apresentadas durante o processo de verificação e controle de origem não preferencial.

41. Na ocasião, considerou-se que:

a) Nas informações prestadas pela empresa exportadora, o responsável pelo seu fornecimento não informou sua função na empresa e apresentou endereço de correio eletrônico de outra empresa que, por sua vez, está localizada na China, país sujeito à aplicação de direito antidumping;

b) A resposta apresentada pela empresa exportadora foi remetida de Hong Kong, China, apesar de a empresa exportadora declarar que está localizada em Londres, Reino Unido;

c) As informações prestadas pela empresa exportadora, na resposta ao questionário, são incompletas e contraditórias;

d) Foram apresentadas duas respostas com conteúdos discrepantes e, supostamente, enviadas pela mesma empresa produtora;

e) Na primeira resposta, a empresa afirmou não produzir, nem tampouco vender nenhum tipo de malha de viscose;

f) Essa resposta foi enviada em papel timbrado e assinada pelo diretor da empresa e, em meio eletrônico, foi enviada por correio eletrônico institucional da empresa;

g) A segunda resposta recebida, contendo questionário, supostamente da mesma empresa, não estava em papel timbrado, o suposto representante da empresa, responsável pelo fornecimento de dados, não informou seu cargo na empresa, nem utilizou endereço eletrônico institucional para envio da resposta;

h) Na segunda resposta, não foi informado o local de preenchimento e o remetente constante no envelope da referida correspondência é outra empresa que não a Recron e que se dedica a atividade econômica de outro setor;

i) As informações prestadas na segunda resposta ao questionário foram julgadas incompletas e inconsistentes; e

j) A primeira resposta da empresa Recron traz evidências de ser a resposta verdadeira.

Dessa forma, de acordo com o estabelecido no art. 22 da Portaria SECEX nº 39, de 2011, em 1º de novembro de 2013 foram notificadas: i) a Embaixada da Malásia em Brasília; ii) as empresas produtora e exportadora; iii) as empresas importadoras; e iv) a denunciante, tendo 10 dias de prazo para direito de manifestação sobre os fatos e fundamentos essenciais sob julgamento.

8. DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

42. Com base na Lei nº 12.546, de 2011, e tendo em conta as informações trazidas aos autos na fase de instrução do processo, concluiu-se que não ficou comprovado o cumprimento das regras de origem do produto malhas de viscose, classificado nos subitens 6006.42.00 e 6006.44.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, com origem declarada Malásia, e cuja empresa produtora informada é a Recron (Malaysia) SDN. BHD, uma vez que a mencionada empresa informou não fabricar este tipo de produto.

9. DA NOTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR

43. Tendo em vista que, em 1º de novembro de 2013, as partes interessadas foram notificadas, o prazo de 10 dias para manifestação sobre os fatos e fundamentos essenciais sob julgamento expirou em 13 de novembro de 2013.

10. DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS ACERCA DO RELATÓRIO PRELIMINAR

10.1 Da Manifestação da Empresa Produtora

44. Em 13 de novembro de 2013, a SECEX recebeu, por meio de mensagem eletrônica, manifestação da empresa Recron. A referida manifestação, assinada pelo Diretor da empresa, Sr. Jain Praveen Kumar, acusou o recebimento do Relatório Preliminar nº 5, de 30 de outubro de 2013, e reafirmou que a empresa não produz nenhum tipo de malha de viscose, produto objeto desta verificação e controle de origem. Reiterou nunca ter feito contratos comerciais com a empresa Day-Pro, afirmando que esta usou, indevidamente, o nome e o endereço da empresa Recron para declarar a origem do produto.

10.2 Das Manifestações das Empresas Importadoras

45. Ainda no dia 13 de novembro, esta SECEX recebeu também, por meio de mensagens eletrônicas, manifestação das empresas Ikinha Indústria Têxtil Ltda. e Jule Indústria Têxtil Ltda, as quais constam como importadoras nos pedidos de licenciamento. As referidas manifestações são idênticas e estão assinadas pelo Sr. Dyego Scherer, coordenador administrativo das duas empresas.

46. Nas manifestações, as empresas declararam que as compras adquiridas da trading company Day-Pro, referentes aos pedidos de licenciamento, não cumpriam com as condições necessárias para serem consideradas como originárias da Malásia. Afirmaram ainda que esta informação tinha sido trazida pela própria empresa Day-Pro. Adicionalmente, informaram estarem cancelando a compra e solicitando devolução do pagamento parcial efetuado a título de antecipação, para posterior repatriamento ao Brasil.

10.3 Da Manifestação da Denunciante

47. A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), na condição de denunciante, também enviou manifestação, recebida no dia 13 de novembro de 2013. Na referida comunicação, a denunciante solicita que o direito antidumping aplicado às importações de origem chinesa seja estendido às importações com declaração de origem malaia realizadas no período investigado, tendo em vista a constatação de que houve falsa declaração de origem.

11. DA ANÁLISE ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS

11.1 Da Análise Acerca da Manifestação da Empresa Produtora

48. A respeito da manifestação da empresa Recron, cabe observar que o referido ofício foi enviado em papel timbrado e assinado pelo mesmo diretor da empresa, responsável pelas informações trazidas pela empresa na fase de instrução do procedimento especial de verificação e controle de origem, e que a resposta em meio eletrônico foi enviada por correio eletrônico institucional. Isto reforça a tese de que se trata de uma manifestação autêntica. Não foram trazidos fatos novos que alterem a decisão preliminar sobre a matéria.

11.2 Da Análise Acerca das Manifestações das Empresas Importadoras

49. As manifestações das empresas importadoras reconhecem que os produtos adquiridos não cumpriram com as condições necessárias para serem considerados originários da Malásia, com base em informações trazidas a elas pela empresa exportadora Day-Pro. Trata-se de um fato novo que corrobora a decisão preliminar sobre a matéria.

11.3 Da Análise Acerca da Manifestação da Denunciante

50. Quanto à manifestação trazida pela denunciante, cabe esclarecer que, desde que foi acatada a denúncia quanto a indícios de fraude, todos os pedidos de licenciamento de importação de malhas de viscose estão sendo criteriosamente analisados quanto ao risco de fraude relativo à origem declarada. Portanto, desde o início deste procedimento especial de verificação de origem não preferencial, não houve deferimento de licenças de importação relativas ao produto e produtor investigados. Neste sentido, ao não haver registros de novas importações de malhas de viscose no qual a Malásia foi declarada como país de origem, não há que se falar em extensão do direito antidumping.

12. DA CONCLUSÃO FINAL

51. Considerando que:

a) Nas informações prestadas pela suposta empresa exportadora, o responsável pelo seu fornecimento não informou seu cargo na empresa e apresentou endereço de correio eletrônico de outra empresa que, por sua vez, está localizada na China, país sujeito à aplicação de direito antidumping;

b) A resposta apresentada pela empresa exportadora foi remetida de Hong Kong, China, apesar de a empresa exportadora declarar que está localizada em Londres, Reino Unido;

c) As informações prestadas pela empresa exportadora, na resposta ao questionário, são incompletas e incoerentes;

d) Foram apresentadas duas respostas com conteúdos contraditórios e, supostamente, enviadas pela mesma empresa produtora;

e) Na primeira resposta, a empresa afirmou não produzir, nem tampouco vender nenhum tipo de malha de viscose;

f) Essa resposta foi enviada em papel timbrado e assinada pelo diretor da empresa e enviada por correio eletrônico institucional;

g) A segunda resposta recebida, contendo questionário, supostamente da mesma empresa, não estava em papel timbrado e o suposto representante da empresa, responsável pelo fornecimento de dados, não informou seu cargo na empresa, nem utilizou endereço eletrônico institucional para envio da resposta;

h) Na segunda resposta, tampouco foi informado o local de preenchimento, e o remetente constante no envelope da referida correspondência é outra empresa que não a Recron e que se dedica a atividade econômica de outro setor;

i) As informações prestadas na segunda resposta ao questionário foram julgadas incompletas e inconsistentes;

j) A primeira resposta da empresa Recron traz evidências de ser a resposta verdadeira;

k) Após apresentação do Relatório Preliminar, houve uma única resposta da empresa Recron, declarada como empresa produtora, a qual reafirmou não produzir nenhum tipo de malha de viscose; e

l) As empresas importadoras, Ikinha e Jule, afirmaram que os produtos adquiridos não cumprem com as condições necessárias para serem considerados originários da Malásia, e que tal informação foi dada pela própria empresa exportadora Day-Pro.

Conclui-se que o produto malhas de viscose com ou sem elastano, classificado nos subitens 6006.42.00 e 6006.44.00 da NCM, com origem declarada Malásia, não cumpre com as condições para ser considerado originário daquele país, uma vez que a empresa Recron (Malaysia) SDN. BHD declarou não fabricar o produto.

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 551, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/10/2013 e 03/12/2013 e nas reuniões extraordinárias realizadas em 15/10/2013 e 18/12/2013.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/10/2013 e 03/12/2013 e nas reuniões extraordinárias realizadas em 15/10/2013 e 18/12/2013.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.011621/2013-24
Proponente: Instituto Rumo Naútico
Título: Bons Ventos 2016
Registro: 02RJ004542007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.989.542/0001-27
Cidade: Niterói - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 120.708,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2907 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50574-9
Período de Captação: até: 25/02/2014.
2 - Processo: 58701.007481/2013-90
Proponente: Fundação Settaport de Responsabilidade Social e Integração Porto Cidade
Título: Projeto Esportivo Educacional Settaport II - Guarujá
Registro: 02SP027782008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.474.791/0001-66
Cidade: Santos- UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 518.737,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0004 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 84233-8
Período de Captação: até: 19/12/2014.
3- Processo: 58701.005477/2012-14
Proponente: Associação dos Servidores da Prefeitura do Municipio de Araucária
Título: Araucária - Centro de excelência do Voleibol Paranaense
Registro: 01PR112862012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 76.071.208/0001-63
Cidade: Araucária - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 498.219,32
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1467 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 48575-6
Período de Captação: até: 01/10/2014.
4 - Processo: 58701.011136/2013-51
Proponente: Instituto Faça Esporte e Cultura
Título: Copa Rio de Janeiro 2014
Registro: 02RJ080782011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 11.397.319/0001-19

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cidade: Rio de Janeiro- UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.928.667,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1572 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 21538-4
Período de Captação: até 01/03/2014.
5 - Processo: 58701.009984/2013-08
Proponente: Confederação Brasileira de Mountain Bike
Título: Descida das Escadas de Santos
Registro: 02SP066112010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.726.269/0001-03
Cidade: Santos - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.048.146,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44873-7
Período de Captação: até: 10/02/2014.
6 - Processo: 58701.001946/2013-07
Proponente: InstitutoViva Vida
Título: Escola de Esporte e Cidadania
Registro: 02RS086382011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.377.509/0001-05
Cidade: Vila Velha - UF: ES
Valor aprovado para captação: R$ 856.069,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1240 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 62984-7
Período de Captação: até: 19/12/2014.
7- Processo: 58701.007504/2013-66
Proponente: Organização Funilense de Atletismo
Título: Equipe Competitiva ORCAMPI 2014
Registro: 02SP007072007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.534.214/0001-07
Cidade: Campinas- UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.608.905,78
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0052 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 89509-1
Período de Captação: até: 31/12/2014.
8- Processo: 58701.007434/2013-46
Proponente: Grama Recuperação Ambiental e Geração de Renda
Título: Atleta Ricardo Santos Rumo aos Jogos do Rio 2016
Registro: 02SP015512007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.134.400/0001-64
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 630.809,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3565 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30378-X
Período de Captação: até: 18/12/2014.
9- Processo: 58701.009826/2013-40
Proponente: Asociação de Judô Rogerio Sampaio
Título: Judô Educando para a Vida III - Núcleo Parque Bitarú
Registro: 02SP01582007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 71.548.838/0001-62
Cidade: Santos - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 370.865,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2896 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38490-9
Período de Captação: até: 30/12/2014.
10- Processo: 58701.009938/2013-09
Proponente: Associação de Judô Rogerio Sampaio
Título: Judô Educando Para a Vida III
Registro: 02SP015082007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 71.548.838/0001-62
Cidade: Santos - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 886.754,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2896 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38491-7
Período de Captação: até: 30/12/2014.
11- Processo: 58701.009970/2013-86
Proponente: Associação Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental
Título: Campeonato Internacional Juvenil de Tênis de Porto Alegre 2014
Registro: 02RJ034802008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.517.922/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.112.668,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38713-4
Período de Captação: até: 19/03/2014.
12- Processo: 58701.009570/2013-71
Proponente: Confederação Brasileira de Hipismo
Título: Brasil Medalhas Olímpicas
Registro: 02RJ043952009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.095.935/0001-10
Cidade:Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.187.643,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38673-1
Período de Captação: até: 04/01/2014
13- Processo: 58701.009855/2013-10
Proponente: Associação Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental
Título: Melhores do Mundo: Brasil x Estados Unidos - Vôlei de Praia
Registro: 02RJ034802008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.517.922/0001-10
Cidade:Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 450.628,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38712-6
Período de Captação: até: 25/01/2014.
14- Processo: 58701.002181/2013-14
Proponente: Instituto Lance Livre
Título: Lance Livre Ano IV
Registro: 02SP020492008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.817.095/0001-42
Cidade:Santo André - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.629.942,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2894 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20980-5
Período de Captação: até: 31/12/2014.
15- Processo: 58701.007441/2013-48
Proponente: Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico Arari
Título: Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico Arari Ano III
Registro: 02MA089452011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.810.720/0001-76
Cidade: Arari - UF: MA
Valor aprovado para captação: R$ 2.619.707,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0020 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 83453-X
Período de Captação: até: 03/12/2014.

ANEXO II

1-Processo-58701.001281/2012-42
Proponente: Federação Paranaense de Ciclismo
Título: Clube Educacional da Bicicleta
Valor aprovado para captação: R$ 291.697,47
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1458 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22064-7
Período de Captação: até: 04/12/2014
2-Processo-58701.001927/2012-91
Proponente: Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima
Título: IVCL Núcleo de Base
Valor aprovado para captação: R$ 557.889,27
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0052 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 84702-X
Período de Captação: até: 20/06/2014
3-Processo-58701.001735/2011-02
Proponente: Club Athletico Paulistano
Título: Badminton Paulistano
Valor aprovado para captação: R$ 521.627,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2947 DV:5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16114-4
Período de Captação: até: 30/12/2014
4-Processo-58701.001929/2012-81
Proponente: Celta Basquete Social
Título: CBS 2013 - Cidadania Através do Esporte
Valor aprovado para captação: R$ 94.088,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0024 DV:8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 110818-2
Período de Captação: até: 30/12/2014
5-Processo-58701.000927/2012-74
Proponente: Associação de Moradores de Cohab Adventista
Título: Mulheres em Movimento
Valor aprovado para captação: R$ 1.470.562,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1744 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20976-7
Período de Captação: até: 06/11/2014

DELIBERAÇÃO Nº 552, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/11/2013 e na reunião extraordinária realizada em 18/12/2013.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/10/2013 e 03/12/2013 e na reunião extraordinária realizada em 18/12/2013.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.011326/2013-78
Proponente: Federação Paulista de Esporte & Fitness
Título: Ativação
Registro: 02SP012082007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 03.282.347/0001-62
Cidade: São Paulo- UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.104.038,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV:X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44909-1
Período de Captação: até 10/12/2014.
2 - Processo: 58701.007639/2013-21
Proponente: Federação Paranaense de Triathlon
Título: Triathlon Rio 2016
Registro: 02PR112032012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.664.625/0001-10
Cidade: Curitiba - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 168.815,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1780 DV:9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23490-7
Período de Captação: até 18/12/2014.
3- Processo: 58701.011225/2013-05
Proponente: Rio Yactch Club
Título: Equipe Olímpica Vela - Classe Nacra 17 Ano I
Registro: 02RJ093172011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 30.106.074/0001-78
Cidade: Niterói UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 779.244,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência 3788 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº26301-X
Período de Captação: até: 19/12/2014.
4- Processo: 58701.011200/2013-01
Proponente: ADD - Associação Desportiva para Deficientes
Título: ADD - Nadando com Daniel Dias
Registro: 02SP001802007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.207.939/0001-94
Cidade: Aparecida - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.296.100,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3567 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34510-5
Período de Captação: até: 18/12/2014.
5- Processo: 58701.007529/2013-60
Proponente: Associação Esportiva Janeth Arcain
Título: Ampliação - Núcleo Esportivo Educacional - João Pessoa
Registro: 02SP003292007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.243.334/0001-00
Cidade: Santo André - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$267.716,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº1557 DV:1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23844-9
Período de Captação: até: 31/12/2014
6- Processo: 58701.011660/2013-21
Proponente: Instituto Para o Desenvolvimento do Esporte e da Cultura
Título: Desporto Universitário - ano II
Registro: 02RJ067142010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.688.611/0001-37
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$757.756,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43413-2
Período de Captação: até: 30/12/2014
7- Processo: 58701.007444/2013-81
Proponente: Instituto XTerra
Título: Campeonato de Golzinho
Registro: 02RJ087712011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.300.465/0001-47
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$1.447.968,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0289 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25382-0
Período de Captação: até: 30/12/2014
8- Processo: 58701.007713/2013-18
Proponente: Fundação Gol de Letra
Título: Ano 1 Projeto Lazer na Vila
Registro: 02RJ087712011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 02.820.605/0001-54
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$356.465,45
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1199 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23343-4
Período de Captação: até: 31/12/2014

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.001864/2012-73

No Diário Oficial da União nº 232 de 29 de novembro de 2013, na Seção 1, página 167 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 536/2013, ANEXO II, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1458 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23699-3 leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0406 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58054-6.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÕES DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 510ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013, com fundamento II, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, no art. 2º do Decreto nº 4.024, de 21/11/2001, e na Resolução nº 194, de 16/09/2002, resolveu:

Nº 1.480 - Emitir, em favor da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, CNPJ/CPF nº 13.018.171/0001-09, este Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH referente ao Sistema Adutor Integrado de Itabaianinha, localizado nos municípios de Itabaianinha, Umbaúba e Tomador do Geru, no Estado de Sergipe, com a finalidade de abastecimento público.

Nº 1.481 - Emitir, em favor do Governo do Estado de Roraima, através de sua Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, CNPJ/CPF nº 84.012.012/0001-26, este Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH referente ao Perímetro de Irrigação Passarão, estado de Roraima, com a finalidade de irrigação.

O inteiro teor das Resoluções e seus Certificados, bem como as demais informações pertinentes, encontram-se disponíveis no site www.ana.gov.br

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.482, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 510ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu:

Art. 1º Declarar reservada, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na seção do rio Paranaíba situada às coordenadas geográficas 18º 04' 47" de latitude sul e 47º 16' 31" de longitude oeste, a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, constantes do Anexo I, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante conforme Anexo II.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade do aproveitamento hidrelétrico Gamela, Município de Coromandel - MG.

O inteiro teor desta Resolução o seu anexo I, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

PORTARIA Nº 286, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, incisos III e XIII, do Anexo I da Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 509ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013, com fundamento no art. 7º, inciso XIII, do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, e

considerando os objetivos do Decênio Internacional para a Ação: "Água para a Vida - 2005-2015", estabelecidos pela Assembléia Geral das Nações Unidas e corroborados no país pela Década Brasileira da Água, iniciada em 22 de março de 2005;

considerando a importância de reconhecer e premiar aqueles que se destaquem em estudos, pesquisas, projetos e atividades que reforcem as ações da ANA e as boas práticas de uso de recursos hídricos no País;

considerando, por fim, a instituição do Prêmio ANA, nos termos da Portaria nº 39, de 22 de março de 2005, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 3, de 4 de abril de 2007, resolveu:

Art. 1º Promover a Quinta Edição do Prêmio ANA, que será regulada pelas normas constantes dos Anexos a esta Portaria.

Parágrafo único. Será premiado o melhor trabalho de cada categoria.

Art. 2º A Quinta Edição do Prêmio ANA - Prêmio ANA 2014 terá sete categorias em disputa:

I - Governo;
II - Empresas;
III -Organizações Não Governamentais;
IV - Organismos de Bacia;
V -Ensino;
VI - Pesquisa e Inovação Tecnológica; e
VII - Imprensa.

Art. 3º O Regulamento, constante do Anexo I desta Portaria, e todas as informações sobre o concurso estarão disponíveis no endereço eletrônico da Agência Nacional de Águas (http://www.ana.gov.br) ou em sua sede, no endereço: Comissão Organizadora do Prêmio ANA, Agência Nacional de Águas (ANA), SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco "M", Sala 118, CEP 70610-200 - Brasília (DF).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor desta Portaria e os seus anexos I, II, III e IV, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 06, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 1.486 - Pedro Pereira de Sales, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Nº 1.487 - Águas e Esgotos do Piauí - AGESPISA, açude Petrônio Portela (rio Piauí), Município de São Raimundo Nonato/Piauí, abastecimento público.

Nº 1.490 - Usina Caeté S.A - Unidade Cachoeira, rio Mundaú, Município de Murici/Alagoas, irrigação.

Nº 1.491 - Manoel Alberto Araújo do Nascimento, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 1.492 - Valdir César Dominato, rio Jaguari-Mirim, Município de São João da Boa Vista/São Paulo, irrigação.

Nº 1.493 - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Reservatório da UHE Itaparica (rio São Francisco), Município de Tacaratu/Pernambuco, irrigação.

Nº 1.494 - José Luiz de Azevedo Araújo, Reservatório da UHE Furnas (rio Grande), Município de Guapé/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.495- Wilson Tavares Filho, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.496 - Gilmar Orletti, rio Cotaxé ou braço norte do rio São Mateus, Município de Boa Esperança/Espírito Santo, irrigação.

Nº 1.498 - Empresa de Mineração Brissolare Ltda. rio Moji-Guaçu, Município de Rincão/São Paulo, mineração.

Nº 1.499 - Empresa de Mineração Brissolare Ltda. rio Moji-Guaçu, Município de São Carlos/São Paulo, mineração.

Nº 1.500 - Cerâmica Maniezzo Ltda. EPP, rio Moji-Guaçu, Município de Itapira/São Paulo, mineração.

Nº 1.502 - Zenir Luis Guarienti, rio Paranaíba, Município de Lagamar/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.505 - Manoel Messias Tavares Soares, Reservatório da Barragem Anagé (rio Gavião), Município de Belo Campo/Bahia, irrigação.

Nº 1.506 - Rosângela de Cássia Martins Soares, açude Anagé (rio Gavião), Município de Belo Campo/Bahia, irrigação.

Nº 1.507 - Roberson de Faria Costa, Reservatório da UHE Furnas (rio Grande), Município de Boa Esperança/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.508 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento - S.A - EMBASA, rio São Francisco, Município de Malhada/Bahia, abastecimento público.

Nº 1.509 - Solidez Engenharia Ltda. EPP, rio Mundaú, Município de Rio Largo/Alagoas, mineração.

Nº 1.510 - Cimapra - Cia Mercantil Agro Pecuária Pratagy, rio Mundaú, Município de Rio Largo/Alagoas, mineração.

Nº 1.511 - Ademir das Chagas Barbosa, rio Mundaú, Município de Branquinha/Alagoas, mineração.

Nº 1.512 - Cícero Rafael Tenório da Silva, rio Mundaú, Município de Rio Largo/Alagoas, irrigação.

Nº 1.514 - Francisco Galdino Neto, rio Piancó, Município de Cazazeirinhas/Paraíba, irrigação.

Nº 1.515 - Cupertino & Silveira Construções Ltda. EPP, rio Paraíba ou Riacho Breião, Município de Pilar/Alagoas, mineração.

Nº 1.516 - Cerâmica Bandeira Ltda., rio Paraíba ou Riacho Breião, Município de Capela/Alagoas, mineração.

Nº 1.517 - Ivanir de Oliveira, rio Jequitinhonha, Município de Itaobim/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.518 - Wilber José Palazzo, Reservatório da UHE Ilha Solteira (rio Paranaíba), Município de Itarumã/Goiás, irrigação.

Nº 1.519 - Clube de Regatas Ribeirão Preto, rio Pardo, Município de Ribeirão Preto/São Paulo, esgotamento sanitário.

Nº 1.520 - Henoch Alves Pantaleão, Reservatório da UHE de Marimbondo (rio Grande), Município de Frutal/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.521 - Adervan Gonçalves da Silva, Reservatório da UHE Pedra (rio das Contas), Município de Jequié/Bahia, irrigação.

Nº 1.523 - Genivaldo dos Santos Silva, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 1.525 - Maria Otávio da Silva, açude Anagé/Deputado Elquison Soares, Município de Anagé/Bahia, irrigação.

Nº 1.527 - Damião da Silva Castro, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 1.528 - Valmir Pires da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 1.529 - Daniel Bento Guimarães, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 1.530 - Josimar Odilon da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 1.531 - Josival Odilon Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 1.532 - Rodovaldo Maia Jorge, Reservatório da UHE Volta Grande (rio Grande), Município de Miguelópolis/São Paulo, irrigação.

Nº 1.533 - Geraldo Canela, rio Mogi-Guaçu, Município de Leme/São Paulo, irrigação.

Nº 1.534 - Leoni Luiz Gasparetto, Reservatório da UHE Batalha (rio São Marcos), Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Nº 1.535 - Valdemar de Souza Freire, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 1.536 - José Eustáquio Natal, rio Doce, Município de Governador Valadares/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.537 - Josezito Santos, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.538 - Epitácio Alves de Almeida, rio Piancó, Município de Cajazeirinhas/Paraíba, irrigação.

Nº 1.539 - Márcio Cleido Almeida de Moura, rio Piancó, Município de Pombal/Paraíba, irrigação.

Nº 1.540 - Danilo Alves da Silva, rio do Peixe, Município de Santo Antônio do Jacinto/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.541 - José Ulisses de Jesus, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 1.542 - Izabel dos Santos Oliveira, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Nº 1.543 - Marcos Paulo Risso & Cia Ltda., rio Sapucaí, Município de São Sebastião da Bela Vista/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.544 - Marceno Nascimento Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 1.545 - Alexisandro Souza Sá, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 1.546 - Manoel dos Santos, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 1.547 - Adailton Nestor da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 1.548 - Fabiana Bitencourt da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 1.549 - Genesio Gomes Campos, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 1.550 - Antoniela Ottoni, rio Santa Tereza, Município de Sucupira/Tocantins, irrigação.

Nº 1.551 - Henrique Perez de Souza, Reservatório da UHE Furnas (rio Grande), Município de Alfenas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.552 - Domingos Silva, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 06, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu:

Nº 1.488 - Revogar, a partir de 19 de novembro de 2013, a Resolução nº. 106 de 19 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 03/03/2009, Seção 1, página 144, a qual outorgou a Helena Engel Velano o uso de recursos hídricos no reservatório da UHE Furnas, no rio Grande, com a finalidade de irrigação, no munícipio de Alfenas/MG, em virtude dos usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, e que, portanto, independem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 1.489 - Revogar, a partir de 19 de novembro de 2013, a Resolução nº. 839 de 18 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 23/12/2008, Seção 1, página 154, a qual outorgou a Edna Marchesotti Engel o uso de recursos hídricos no Reservatório da UHE Furnas, no rio Grande, com a finalidade de irrigação, no munícipio de Alfenas/MG, em virtude dos usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, e que, portanto, independem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 1.497 - Revogar, a partir de 12 de novembro de 2013, a Resolução ANA nº 538, de 10 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 2009, Seção 1, página 192, a qual outorgou a João Hélio Teixeira Monteiro - ME o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no rio Tocantins, com a finalidade de Mineração, no Município de Tocantínia/TO, em virtude dos usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, e que, portanto, independem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 1.501 - Revogar, a partir de 8 de novembro de 2013, a Resolução nº. 17, de 18 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2012, Seção 1, página 61, a qual outorgou a Extração de Areia Santa Mônica Ltda o uso de recursos hídricos no reservatório da UHE de Marimbondo, no rio Grande, com a finalidade de mineração, no munícipio de Fronteira/MG, em virtude dos usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, e que, portanto, independem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 1.503 - Revogar, a partir de 8 de novembro de 2013, a Resolução nº. 130 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 19/04/2012, Seção 1, página 72, a qual outorgou a Walmir dos Santos Minotelli o uso de recursos hídricos no reservatório da UHE Jupiá, no rio Paraná, com a finalidade de dessedentação animal, no munícipio de Itapura/SP, em virtude dos usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, e que, portanto, independem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Nº 1.504 - Revogar, a partir de 8 de novembro de 2013, a Resolução nº. 401 de 14 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 17/06/2011, Seção 1, página 131, a qual outorgou a Walmir dos Santos Minotelli o uso de recursos hídricos no reservatório da UHE Jupiá, no rio Paraná, com a finalidade de irrigação, no munícipio de Itapura/SP, em virtude dos usos pleiteados serem considerados de pouca expressão, e que, portanto, independem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

O inteiro teor das Resoluções de revogação, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/2/2010, publicada no DOU de 3/2/2010, resolveu emitir as outorgas preventivas à:

Nº 1.513 - União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Paranã (rio Paranã), Município de Formosa/Goiás, aquicultura.

Nº 1.522 - Compressoluções Ltda., rio Buranhém, Município de Eunápolis/Bahia, indústria.

Nº 1.524 - ET&S Tratamento Ambiental e Saneamento Ltda., rio Doce, Município de Linhares/Espírito Santo, indústria.

Nº 1.526 - Atar do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda., rio Paraíba do Sul, Município de Resende/Rio de Janeiro, indústria.

O inteiro teor das Resoluções de outorgas preventivas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RETIFICAÇÃO

No extrato de publicação das Resoluções de 16/12/2013, publicado no DOU de 19/12/2013, Seção 1, págs. 332 e 333, no preâmbulo onde se lê: "... O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23 de maio de 2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 504ª Reunião Ordinária, realizada em 04 de novembro de 2013..." leia-se: "... O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23 de maio de 2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 510ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2013...".

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 524, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e no Decreto nº 8.152, de 12 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º São obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das obras e serviços de engenharia e à aquisição de máquinas e equipamentos custeados pelas ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, constantes do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O disposto no caput refere-se às dotações orçamentárias do exercício de 2013 e aplica-se apenas aos termos de compromisso celebrados após a publicação desta Portaria.

Art. 2º Compete ao órgão ou entidade da Administração Pública Federal ao qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante do Anexo a análise, aprovação formal e celebração do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

§ 1º Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, caberá a essas entidades a análise, aprovação formal e celebração de que trata o caput.

§ 2º Excepcionalmente, os termos de compromisso de que trata este artigo poderão ser registrados no SICONV com as marcações de convênio ou contrato de repasse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO

Funcional	Título	Código Empreendimento	Título
20.608.2014.20ZV.0001	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0011	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Rondônia	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0012	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Acre	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0013	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Amazonas	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0014	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Roraima	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0015	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Pará	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0017	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Tocantins	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0021	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Maranhão	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0023	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Ceará	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0024	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Rio Grande do Norte	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0025	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado da Paraíba	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0026	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Pernambuco	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0028	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Sergipe	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0029	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado da Bahia	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0031	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Minas Gerais	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0032	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Espírito Santo	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0033	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Rio de Janeiro	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0035	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de São Paulo	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0041	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Paraná	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0042	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Santa Catarina	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0043	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Rio Grande do Sul	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0051	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Mato Grosso	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0052	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Goiás	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.0054	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Mato Grosso do Sul	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.1013	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Barreira - CE	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.1586	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Bom Conselho - PE	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.1597	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Caetés - PE	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3207	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Barra de São Francisco - ES	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3243	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Mimoso do Sul - ES	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3249	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Pancas - ES	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3286	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Cachoeiras de Macacu - RJ	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3287	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Cambuci - RJ	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3297	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Duas Barras - RJ	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3309	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Laje do Muriaé - RJ	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3331	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Porciúncula - RJ	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3455	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Brodowski - SP	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3584	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Iacanga - SP	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.3760	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Palestina - SP	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

20.608.2014.20ZV.4035	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Assis Chateaubriand - PR	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.4091	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Congonhinhas - PR	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.4101	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Cruzeiro do Sul - PR	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.4184	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Jardim Alegre - PR	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.4262	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Paranacity - PR	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.4376	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Siqueira Campos - PR	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.5464	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Caiapônia - GO	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.5497	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Doverlândia - GO	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7002	Fomento ao Setor Agropecuário - Santana do Acaraú - CE	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7006	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas - No Estado do Rio Grande do Sul	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7012	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas - No Estado de Santa Catarina	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7020	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Pará	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7022	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Rio de Janeiro	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7024	Fomento ao Setor Agropecuário - Implantação da Agroindústria de Suco na Ilha Massangano - Petrolina - PE	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7032	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas - No Estado do Tocantins	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7040	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de patrulha mecanizada - No Estado do Paraná	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7054	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado do Amapá	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7064	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas - No Estado de São Paulo	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7076	Fomento ao Setor Agropecuário - Adequação ou Readequação de Estradas Vicinais - Patos de Minas - MG	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7078	Fomento ao Setor Agropecuário - Construção do Parque de Exposições Agropecuárias - Guaçuí - ES	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7086	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada - No Estado da Paraíba	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7092	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Mecanizada - Itaúna do Sul - PR	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
20.608.2014.20ZV.7096	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas - No Estado do Espírito Santo	MAPA.00001	Infraestrutura Agropecuária
27.812.2035.5450.0001	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0013	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Amazonas	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0015	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Pará	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0021	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Maranhão	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0022	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Piauí	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0023	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Ceará	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0024	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio Grande do Norte	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0025	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado da Paraíba	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0026	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Pernambuco	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0027	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Alagoas	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0028	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Sergipe	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0029	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado da Bahia	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0031	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Minas Gerais	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0032	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Espírito Santo	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0033	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio de Janeiro	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0035	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de São Paulo	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0041	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Paraná	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0042	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Santa Catarina	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0043	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado do Rio Grande do Sul	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0051	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Mato Grosso	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0052	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Goiás	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.0054	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Estado de Mato Grosso do Sul	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.1150	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de São Benedito - CE	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.1424	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Guarabira - PB	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.1992	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Cafarnaum - BA	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.2014	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Carinhanha - BA	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.2783	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Liberdade - MG	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3282	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Belford Roxo - RJ	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3284	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3309	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Laje do Muriaé - RJ	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3331	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Porciúncula - RJ	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3346	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de São Gonçalo - RJ	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3353	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Sapucaia - RJ	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3578	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Guarulhos - SP	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.3696	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Mauá - SP	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.4285	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Ponta Grossa - PR	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.4349	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de São Carlos do Ivaí - PR	ME.00052	Infraestrutura Esportiva

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

27.812.2035.5450.4888	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Gravataí - RS	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.5420	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Acreúna - GO	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.7022	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Escola Municipal Francisco de Castro - No Município do Rio de Janeiro - RJ	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.7040	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Campo do Guaraní - No Município de Pará de Minas - MG	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.7062	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Jardim Santo Eduardo - No Município de Embu das Artes - SP	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
27.812.2035.5450.7078	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Quadras Poliesportivas - No Estado do Ceará	ME.00052	Infraestrutura Esportiva
15.244.2029.7K66.0023	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Ceará	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.0024	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Rio Grande do Norte	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.0027	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Alagoas	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.0035	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de São Paulo	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.1807	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Murici - AL	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.7016	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Em Municípios - No Estado do Sergipe	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.7028	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Em Municípios - No Estado de Minas Gerais	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.0031	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Minas Gerais	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.0718	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Santo Antônio dos Lopes - MA	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.7000	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Em Municípios - No Estado do Maranhão	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
15.244.2029.7K66.7026	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Na Região do Seridó - No Estado do Rio Grande do Norte	MI.00913	Infraestrutura para Desenvolvimento Local
23.695.2076.10V0.0001	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0015	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Pará	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0017	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Tocantins	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0021	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Maranhão	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0022	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Piauí	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0023	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Ceará	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0024	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Rio Grande do Norte	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0025	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado da Paraíba	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0026	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Pernambuco	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0027	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Alagoas	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0028	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Sergipe	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0029	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado da Bahia	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0031	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Minas Gerais	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0033	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Rio de Janeiro	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0035	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de São Paulo	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0041	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Paraná	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0042	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Santa Catarina	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0043	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado do Rio Grande do Sul	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0051	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Mato Grosso	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0052	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Goiás	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.0054	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Estado de Mato Grosso do Sul	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.1645	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Itaíba - PE	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.1667	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Macaparana - PE	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.1906	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Propriá - SE	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.3304	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Italva - RJ	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.3652	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Jaú - SP	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.3865	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Rubinéia - SP	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.3935	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de São Vicente - SP	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.5100	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de São Leopoldo - RS	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.5314	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de Cuiabá - MT	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.7004	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Reforma de Praças - No Estado do Rio de Janeiro	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.7050	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Implantação, Ampliação ou Recuperação de Praças Públicas - no Município de Belford Roxo - RJ	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
23.695.2076.10V0.7060	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Implantação, Ampliação ou Recuperação de Praças Públicas - no Município do Rio de Janeiro - RJ	MTUR.00002	Infraestrutura Turística
15.451.2054.1D73.0001	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0015	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Pará	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0017	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Tocantins	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0021	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Maranhão	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0022	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Piauí	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0023	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Ceará	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0024	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Rio Grande do Norte	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0025	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado da Paraíba	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0026	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Pernambuco	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0027	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Alagoas	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0028	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Sergipe	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0029	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado da Bahia	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0031	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Minas Gerais	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0032	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Espírito Santo	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0033	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Rio de Janeiro	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0035	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de São Paulo	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0041	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Paraná	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0042	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Santa Catarina	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0043	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado do Rio Grande do Sul	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0051	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Mato Grosso	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0052	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Goiás	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0054	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Estado de Mato Grosso do Sul	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.0101	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional (Crédito Extraordinário)	MCID.02855	Infraestrutura Urbana

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

15.451.2054.1D73.0388	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Ulianópolis - PA	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.1017	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Beberibe - CE	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.1070	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Ipu - CE	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.1150	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de São Benedito - CE	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.1551	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Sousa - PB	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.1584	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Bezerros - PE	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.1674	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Olinda - PE	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.1687	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Pesqueira - PE	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.2190	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Mucuri - BA	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.2297	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Sento Sé - BA	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.2299	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Serra Preta - BA	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.2313	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Teixeira de Freitas - BA	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.2323	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Ubatã - BA	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.2332	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Várzea da Roça - BA	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3226	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Ibiraçu - ES	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3227	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Ibitirama - ES	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3272	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Vila Velha - ES	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3277	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Areal - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3282	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Belford Roxo - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3306	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Itaperuna - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3319	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Natividade - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3323	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Nova Iguaçu - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3338	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Rio Claro - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3345	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de São Fidélis - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3346	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de São Gonçalo - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3351	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de São Pedro da Aldeia - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3354	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Saquarema - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3474	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Campinas - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3533	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Embu das Artes - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3534	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Embu-Guaçu - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3572	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Guararapes - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3591	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Ibiúna - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3623	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Itapevi - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3664	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Laranjal Paulista - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3672	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Lorena - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3696	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Mauá - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3894	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Santana de Parnaíba - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.3960	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Tanabi - SP	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.4370	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Sarandi - PR	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.4656	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de São Joaquim - SC	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.4888	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Gravataí - RS	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.5066	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Santa Maria - RS	MCID.02855	Infraestrutura Urbana
15.451.2054.1D73.7004	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Obras e Ações de Infraestrutura Urbana na Comunidade Rio das Pedras do bairro de Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ	MCID.02855	Infraestrutura Urbana

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 288, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A DIRETORA DE GESTÃO INTERNA DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 8.091, de 3 de setembro de 2013, e conforme competência delegada pela Portaria ENAP nº 164, de 25 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até o dia 31 de março de 2014, o prazo de validade do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI da ENAP, aprovado pelo Presidente desta Fundação, através da Portaria nº 114, de 30 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 105, de 31 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AÍLA VANESSA DAVID DE OLIVEIRA SOUSA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 228, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, e a delegação de competência de que trata o art. 3º, inciso I, da Portaria MP nº 207, de 31 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DO DECRETO Nº 7.995, DE 2 DE MAIO DE 2013)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Demais (a)*	Obrigatórias (b)	Total (c) = (a+b)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	131.131.806	0	131.131.806
TOTAL	131.131.806	0	131.131.806

* Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013122000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DO DECRETO Nº 7.995, DE 2 DE MAIO DE 2013)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Demais (a)*	Obrigatórias (b)	Total (c) = (a+b)
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	11.960.000		11.960.000
30000	Ministério da Justiça	2.800.000	0	2.800.000
35000	Ministério das Relações Exteriores	1.000.000	0	1.000.000
36000	Ministério da Saúde	100.000	0	100.000
42000	Ministério da Cultura	3.900.000	0	3.900.000
44000	Ministério do Meio Ambiente	6.121.951	0	6.121.951
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.750.000	0	3.750.000
51000	Ministério do Esporte	7.640.000	0	7.640.000
52000	Ministério da Defesa	10.000.000	0	10.000.000
53000	Ministério da Integração Nacional	4.600.000	0	4.600.000
54000	Ministério do Turismo	53.084.655	0	53.084.655
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.500.000	0	5.500.000
56000	Ministério das Cidades	19.225.200	0	19.225.200
64000	Secretaria de Direitos Humanos	1.450.000	0	1.450.000
TOTAL		131.131.806	0	131.131.806

* Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 41, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTETEDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria SPU nº 06, de 31 de janeiro de 2001, da Secretária do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de acordo com o art. 22 da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Permitir o uso, a título precário e gratuito, a PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA/ES, CNPJ 27.165.554/0001-03, a utilização de 350 m² de Área de Uso comum do povo, Praia de Itapoã, cruzamento da Rua Dr. Jair Andrade com Av. Gil Veloso, Município de Vila Velha/ES, para "CONCERTO DE NATAL", no período de 20/12/2013 á 21/12/2013, conforme consta do Ofício n.º 0083/2013 e Requerimento de Permissão de Uso no Processo nº. 04947.001804/2012-49.

Art. 2º Serão cobrados o valor de R$ 334,07(trezentos e trinta e quatro reais e sete centavos), da Permissionária, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta e indiretamente com o evento, nos termos do disposto a Portaria n.º 06 de 31 de Janeiro de 2001 - Artigo 5º e no parágrafo 6º, do artigo 14, do Decreto n.º 3.725, de 10/01/2001.

Art. 3° Durante o período a que se refere a presente permissão de uso, fica a Permissionária obrigada a fixar na área em que se realizará o evento, no mínimo, uma (01) placa em lugar visível, com a seguinte informação "Área de propriedade da União - uso comum do povo, PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - Vitória - ES".

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

MAGNO PIRES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 39, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010; tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pelo artigo 33, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 e nos termos do Processo nº. 04952.002555/2013-11 e, de acordo com as normas e condições a seguir, resolve:

Art. 1º - Autorizar o município de São Luís - MA, CNPJ nº. 06.307.102/0001-30, a realizar as obras em áreas de domínio da União, conforme dispõe o art. 20, inciso VII da Constituição Federal, compostas por terrenos de marinha e acrescidos de marinha, para implantação da estação elevatória de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Bacanga, em São Luis - MA.

Parágrafo Único. A área do empreendimento, em áreas da União, assim se descreve e caracteriza: Partindo do vértice V1, de coordenadas N 9.720.234,120 m e E 576.056,310 m; deste segue com os seguintes azimutes e distancias: 89º46'01" e 12,00m até o vértice V2; 179º46'01" e 18,00 m até o vértice V3; 269º46'01" e 12,00 m até o vértice V4; deste segue azimute 359º46'01" e distancia de 18.00 m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro; FECHANDO O PERÍMETRO. Dessa forma, tem-se a descrição da faixa a ser utilizada pelo empreendimento, totalizando uma área de 216,00 m², em um perímetro de 60,00 metros. Sendo o proprietário desta área a União.

Art. 2º - A presente autorização se dá em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, ante a necessidade da Administração ou a inobservância dos termos da presente portaria.

Art. 3º - A presente autorização não implica na transferência de posse ou domínio, de terrenos de marinha e seus acrescidos, referidos no Art. 1º deste instrumento.

Art. 4º - A realização das obras fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamento de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º - Responderá o Município de São Luís - MA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a serem efetuadas por terceiros, em decorrência da construção de que trata a presente Portaria.

Art. 6º Durante o período a que se refere a presente Portaria, fica o Município de São Luís - MA obrigado a afixar às suas expensas, placa de publicidade, nos termos da Portaria SPU nº. 122, de 13 de Junho de 2000, observado o art. 73, inciso IV, alínea "b" da Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

PORTARIA Nº 40, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010; tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pelo artigo 33, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 e nos termos do Processo nº. 04952.002912/2013-41 e, de acordo com as normas e condições a seguir, resolve:

Art. 1º - Autorizar o município de São Luís - MA, CNPJ nº. 06.307.102/0001-30, a realizar as obras em áreas de domínio da União, conforme dispõe o art. 20, inciso VII da Constituição Federal, compostas por terrenos de marinha e acrescidos de marinha, para implantação da estação elevatória de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Bacanga, em São Luis - MA.

Parágrafo Único. A área do empreendimento, em áreas da União, assim se descreve e caracteriza: Partindo do vértice V1, de coordenadas N 9.717.025,088 m e E 575.738,474 m; deste segue com os seguintes azimutes e distancias: 17º53'18" e 12,00m até o vértice V2; 107º53'18" e 18,00 m até o vértice V3; 197º53'18" e 12,00 m até o vértice V4; deste segue azimute 287º53'18" e distancia de 18.00 m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro; FECHANDO O PERIMETRO. Dessa forma, tem-se a descrição da faixa a ser utilizada pelo empreendimento, totalizando uma área de 216,00 m², em um perímetro de 60,00 metros. Sendo o proprietário desta área a União.

Art. 2º - A presente autorização se dá em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, ante a necessidade da Administração ou a inobservância dos termos da presente portaria.

Art. 3º - A presente autorização não implica na transferência de posse ou domínio, de terrenos de marinha e seus acrescidos, referidos no Art. 1º deste instrumento.

Art. 4º - A realização das obras fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamento de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º - Responderá o Município de São Luís - MA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a serem efetuadas por terceiros, em decorrência da construção de que trata a presente Portaria.

Art. 6º Durante o período a que se refere a presente Portaria, fica o Município de São Luís - MA obrigado a afixar às suas expensas, placa de publicidade, nos termos da Portaria SPU nº. 122, de 13 de Junho de 2000, observado o art. 73, inciso IV, alínea "b" da Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

PORTARIA Nº 41, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010; tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pelo artigo 33, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 e nos termos do Processo nº. 04952.002911/2013-04 e, de acordo com as normas e condições a seguir, resolve:

Art. 1º - Autorizar o município de São Luís - MA, CNPJ nº. 06.307.102/0001-30, a realizar as obras em áreas de domínio da União, conforme dispõe o art. 20, inciso VII da Constituição Federal, compostas por terrenos de marinha e acrescidos de marinha, para implantação da estação elevatória de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Bacanga, em São Luis - MA.

Parágrafo Único. A área do empreendimento, em áreas da União, assim se descreve e caracteriza: Partindo do vértice V1, de coordenadas N 9.717.183,334 m e E 575.333,841 m; deste segue com os seguintes azimutes e distancias: 22º24'16" e 13,00m até o vértice V2; 112º24'16" e 24,00 m até o vértice V3; 202º24'16" e 13,00 m até o vértice V4; deste segue azimute 292º24'16" e distancia de 24.00 m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro; FECHANDO O PERIMETRO. Dessa forma, tem-se a descrição da faixa a ser utilizada pelo empreendimento, totalizando uma área de 312,00 m², em um perímetro de 74,00 metros. Sendo o proprietário desta área a União.

Art. 2º - A presente autorização se dá em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, ante a necessidade da Administração ou a inobservância dos termos da presente portaria.

Art. 3º - A presente autorização não implica na transferência de posse ou domínio, de terrenos de marinha e seus acrescidos, referidos no Art. 1º deste instrumento.

Art. 4º - A realização das obras fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamento de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º - Responderá o Município de São Luís - MA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a serem efetuadas por terceiros, em decorrência da construção de que trata a presente Portaria.

Art. 6º Durante o período a que se refere a presente Portaria, fica o Município de São Luís - MA obrigado a afixar às suas expensas, placa de publicidade, nos termos da Portaria SPU nº. 122, de 13 de Junho de 2000, observado o art. 73, inciso IV, alínea "b" da Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

PORTARIA Nº 42, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010; tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pelo artigo 33, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 e nos termos do Processo nº. 04952.002910/2013-51 e, de acordo com as normas e condições a seguir, resolve:

Art. 1º - Autorizar o município de São Luís - MA, CNPJ nº. 06.307.102/0001-30, a realizar as obras em áreas de domínio da União, conforme dispõe o art. 20, inciso VII da Constituição Federal, compostas por terrenos de marinha e acrescidos de marinha, para implantação da estação elevatória de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Bacanga, em São Luis - MA.

Parágrafo Único. A área do empreendimento, em áreas da União, assim se descreve e caracteriza: Partindo do vértice V1, de coordenadas N 9.717.879,294 m e E 576.286,593 m; deste segue com os seguintes azimutes e distancias: 3º23'30" e 12,00m até o vértice

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V2; 93º23'30" e 18,00 m até o vértice V3; 183º23'30" e 14,00 m até o vértice V4; deste segue azimute 273º23'30" e distancia de 18.00 m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro; FECHANDO O PERIMETRO. Dessa forma, tem-se a descrição da faixa a ser utilizada pelo empreendimento, totalizando uma área de 216,00 m², em um perímetro de 60,00 metros. Sendo o proprietário desta área a União.

Art. 2º - A presente autorização se dá em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, ante a necessidade da Administração ou a inobservância dos termos da presente portaria.

Art. 3º - A presente autorização não implica na transferência de posse ou domínio, de terrenos de marinha e seus acrescidos, referidos no Art. 1º deste instrumento.

Art. 4º - A realização das obras fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamento de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º - Responderá o Município de São Luís - MA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a serem efetuadas por terceiros, em decorrência da construção de que trata a presente Portaria.

Art. 6º Durante o período a que se refere a presente Portaria, fica o Município de São Luís - MA obrigado a afixar às suas expensas, placa de publicidade, nos termos da Portaria SPU nº. 122, de 13 de Junho de 2000, observado o art. 73, inciso IV, alínea "b" da Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

PORTARIA Nº 43, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010; tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pelo artigo 33, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 e nos termos do Processo nº. 04952.000987/2013-97 e, de acordo com as normas e condições a seguir, resolve:

Art. 1º - Autorizar o município de São Luís - MA, CNPJ nº. 06.307.102/0001-30, a realizar as obras em áreas de domínio da União, conforme dispõe o art. 20, inciso VII da Constituição Federal, compostas por terrenos de marinha e acrescidos de marinha, para implantação da estação elevatória de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Bacanga, em São Luis - MA.

Parágrafo Único. A área do empreendimento, em áreas da União, assim se descreve e caracteriza: Partindo do vértice V1, de coordenadas N 9.717.698,947 m e E 575.128,190 m; deste segue com os seguintes azimutes e distancias: 70º29'47" e 12,00m até o vértice V2; 160º29'47" e 18,00 m até o vértice V3; 250º29'47" e 12,00 m até o vértice V4; deste segue azimute 340º29'47" e distancia de 18.00 m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro; FECHANDO O PERIMETRO. Dessa forma, tem-se a descrição da faixa a ser utilizada pelo empreendimento, totalizando uma área de 216,00 m², em um perímetro de 60,00 metros. Sendo o proprietário desta área a União.

Art. 2º - A presente autorização se dá em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, ante a necessidade da Administração ou a inobservância dos termos da presente portaria.

Art. 3º - A presente autorização não implica na transferência de posse ou domínio, de terrenos de marinha e seus acrescidos, referidos no Art. 1º deste instrumento.

Art. 4º - A realização das obras fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamento de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º - Responderá o Município de São Luís - MA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a serem efetuadas por terceiros, em decorrência da construção de que trata a presente Portaria.

Art. 6º Durante o período a que se refere a presente Portaria, fica o Município de São Luís - MA obrigado a afixar às suas expensas, placa de publicidade, nos termos da Portaria SPU nº. 122, de 13 de Junho de 2000, observado o art. 73, inciso IV, alínea "b" da Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

PORTARIA Nº 44, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010; tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pelo artigo 33, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 e nos termos do Processo nº. 04952.002909/2013-27 e, de acordo com as normas e condições a seguir, resolve:

Art. 1º - Autorizar o município de São Luís - MA, CNPJ nº. 06.307.102/0001-30, a realizar as obras em áreas de domínio da União, conforme dispõe o art. 20, inciso VII da Constituição Federal, compostas por terrenos de marinha e acrescidos de marinha, para implantação da estação elevatória de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Bacanga, em São Luis - MA.

Parágrafo Único. A área do empreendimento, em áreas da União, assim se descreve e caracteriza: Partindo do vértice V1, de coordenadas N 9.718.730,350 m e E 574.823,818 m; deste segue com os seguintes azimutes e distancias: 116º41'25" e 12,00m até o vértice V2; 206º41'25" e 18,00 m até o vértice V3; 296º41'25" e 12,00 m até o vértice V4; deste segue azimute 26º45'25" e distancia de 18.00 m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro; FECHANDO O PERIMETRO. Dessa forma, tem-se a descrição da faixa a ser utilizada pelo empreendimento, totalizando uma área de 216,00 m², em um perímetro de 60,00 metros. Sendo o proprietário desta área a União.

Art. 2º - A presente autorização se dá em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, ante a necessidade da Administração ou a inobservância dos termos da presente portaria.

Art. 3º - A presente autorização não implica na transferência de posse ou domínio, de terrenos de marinha e seus acrescidos, referidos no Art. 1º deste instrumento.

Art. 4º - A realização das obras fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamento de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º - Responderá o Município de São Luís - MA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a serem efetuadas por terceiros, em decorrência da construção de que trata a presente Portaria.

Art. 6º Durante o período a que se refere a presente Portaria, fica o Município de São Luís - MA obrigado a afixar às suas expensas, placa de publicidade, nos termos da Portaria SPU nº. 122, de 13 de Junho de 2000, observado o art. 73, inciso IV, alínea "b" da Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

PORTARIA Nº 45, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VII, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010; tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pelo artigo 33, da Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 e nos termos do Processo nº. 04952.002937/2013-44 e, de acordo com as normas e condições a seguir, resolve:

Art. 1º - Autorizar o município de São Luís - MA, CNPJ nº. 06.307.102/0001-30, a realizar as obras em áreas de domínio da União, conforme dispõe o art. 20, inciso VII da Constituição Federal, compostas por terrenos de marinha e acrescidos de marinha, para implantação da estação elevatória de esgoto do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Bacanga, em São Luis - MA.

Parágrafo Único. A área do empreendimento, em áreas da União, assim se descreve e caracteriza: Partindo do vértice V1, de coordenadas N 9.718.208,373 m e E 576.281,270 m; deste segue com os seguintes azimutes e distancias: 109º34'40" e 12,00m até o vértice V2; 199º34'40" e 18,00 m até o vértice V3; 289º34'40" e 12,00 m até o vértice V4; deste segue azimute 19º34'40" e distancia de 18.00 m até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro; FECHANDO O PERIMETRO. Dessa forma, tem-se a descrição da faixa a ser utilizada pelo empreendimento, totalizando uma área de 216,00 m², em um perímetro de 60,00 metros. Sendo o proprietário desta área a União.

Art. 2º - A presente autorização se dá em caráter precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, ante a necessidade da Administração ou a inobservância dos termos da presente portaria.

Art. 3º - A presente autorização não implica na transferência de posse ou domínio, de terrenos de marinha e seus acrescidos, referidos no Art. 1º deste instrumento.

Art. 4º - A realização das obras fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamento de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º - Responderá o Município de São Luís - MA, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a serem efetuadas por terceiros, em decorrência da construção de que trata a presente Portaria.

Art. 6º Durante o período a que se refere a presente Portaria, fica o Município de São Luís - MA obrigado a afixar às suas expensas, placa de publicidade, nos termos da Portaria SPU nº. 122, de 13 de Junho de 2000, observado o art. 73, inciso IV, alínea "b" da Lei 9.504, de 30 de Setembro de 1997.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIS PINTO

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 52, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 842, de 17 de outubro de 2011, observada a Portaria SE N° 09, de 05 de janeiro de 2006, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e com fundamento na Portaria 217, de 16 de agosto de 2013, publicada no DOU, Seção 1, pág. 102, de 19/08/2013, c/c com o art. 22 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1° Permitir o uso, a título oneroso e precário, à Sra. Ana Emilia Lima e Moura de Souza, CPF 309.243.084-00, de uma área de 200,00m² de uso comum do povo, na Avenida Argemiro de Figueiredo, em frente a casa de recepções Porto Pinheiro, nesta cidade de João Pessoa/PB, como o objetivo de realizar uma cerimônia de casamento. A presente autorização é válida para o dia 18 de janeiro de 2014, tudo em conformidade com os elementos constantes do Processo n° 04931.001925/2013-41, após o qual toda a área deverá estar totalmente livre.

Art. 2° A outorga da permissão de uso atribui à Sra. Ana Emilia Lima e Moura de Souza, além de outras obrigações como o zelo e responsabilidade pela área no período mencionado, o pagamento de R$ 574,09 (quinhentos e setenta e quatro reais e nove centavos) à União pelo uso do bem público.

Art. 3° Durante o período do evento a que se refere a permissão de uso ora autorizada, fica o permissionário obrigado a afixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma (01) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU".

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLA ALMEIDA BANDEIRA
DE MIRANDA PEREIRA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.027, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Fixa normas de constituição de Grupos Especiais de Fiscalização Móvel - GEFM, no âmbito da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e de acordo com o disposto no art. 6º do Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 e o art. 14, incisos I e II, do anexo I ao Decreto nº 5.063, de 03 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Os Grupos Especiais de Fiscalização Móvel - GEFM, compostos por servidores da carreira da Auditoria Fiscal do Trabalho, devem ser constituídos, em caráter transitório ou definitivo, por ato do Secretário de Inspeção do Trabalho, no âmbito da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT.

Art. 2º Os GEFM, com atuação em todo o território nacional, têm por finalidade o combate ao trabalho em condições análogas às de escravo, a eliminação das piores formas de trabalho infantil, a auditoria de condições de trabalho em obras de infraestrutura e a fiscalização do trabalho portuário e aquaviário, dentre outras situações a serem definidas pela SIT.

Art. 3º Os GEFM devem ser organizados em:

I - Coordenação Nacional, exercida pelo Secretário de Inspeção do Trabalho;

II - Coordenação Operacional;

III - Grupo Operacional; e

IV - Coordenação Regional, em caso de necessidade, a partir das características do GEFM.

Art. 4º Compete ao Coordenador Nacional:

I - coordenar e supervisionar as atividades dos GEFM;

II - proporcionar recursos, estrutura e apoio técnico necessários à realização das operações;

III - designar os Coordenadores Operacionais, Coordenadores e Subcoordenadores de Equipe e integrantes efetivos dos GEFM, bem como definir suas competências; e

IV - requisitar, a qualquer momento, os veículos das unidades regionais para realização de fiscalização móvel, especialmente aqueles adquiridos para esta finalidade.

Art. 5º As competências definidas para as coordenações poderão ser delegadas ou acumuladas.

Art. 6º Os Grupos Operacionais podem ser compostos por:

I - Coordenador de Equipe;

II - Subcoordenador de Equipe;

III - integrantes efetivos; e

IV - integrantes eventuais, em quantidade definida em razão da complexidade da operação a ser realizada.

§ 1º Respeitadas as composições já existentes quando da publicação desta Portaria, a designação de Auditor Fiscal do Trabalho - AFT, como integrante efetivo dos GEFM deve ser feita mediante processo seletivo a ser definido e divulgado pela SIT.

§ 2º Os integrantes eventuais devem ser convocados de acordo com o cadastro de voluntários mantido pela Coordenação Operacional de cada grupo.

Art. 7º Os integrantes dos GEFM podem ficar à disposição da SIT, conforme Portaria de constituição do respectivo GEFM, a ser publicada pela SIT.

Art. 8º Os AFT integrantes das equipes dos GEFM à disposição da SIT, devem ficar vinculados técnica e administrativamente a esta, preservando-se suas unidades de lotação e exercício.

Parágrafo único. Cabe ao Coordenador Operacional gerenciar a vida funcional dos AFT integrantes do respectivo grupo, que estejam à disposição da SIT, por meio das seguintes atribuições:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - realização de avaliações para fins de progressão funcional e estágio probatório, além das previstas na Portaria GM nº 546, de 11 de março de 2010, e na Instrução Normativa SIT nº 86, de 11 de agosto de 2010;

II - acompanhamento mensal de frequência e de cumprimento de jornada de trabalho; e

III - autorização para o usufruto de férias.

Art. 9º Como período de repouso necessário após participação em operação dos GEFM por mais de dez dias contínuos, devem ser concedidas folgas compensatórias em número correspondente ao de dias não úteis trabalhados, a serem usufruídas, obrigatoriamente, na semana subsequente ao encerramento da operação.

Parágrafo único. Para efeito de aferição da assiduidade ou produtividade do AFT, as folgas compensatórias devem ser computadas como turnos de efetivo exercício de atividade da inspeção do trabalho.

Art. 10 As Ordens de Serviço Administrativas correspondentes ao disposto no artigo anterior e aquelas necessárias ao desenvolvimento de tarefas complementares às operações dos GEFM devem ser emitidas pela SIT.

Art. 11 Os processos de Autos de Infração e Notificações de Débito oriundos dos GEFM devem ter tramitação prioritária.

Parágrafo Único. Os Autos de Infração e Notificações Fiscais para Recolhimento de FGTS e Contribuição Social decorrentes das ações fiscais em que se constate a existência de trabalho em condição análoga à de escravo serão autuados e identificados por meio de capas diferenciadas e terão prioridade de tramitação perante os demais.

Art. 12 As unidades regionais devem prestar o apoio logístico e administrativo necessário ao desenvolvimento das operações dos GEFM.

Art. 13 O Secretário de Inspeção do Trabalho expedirá as instruções necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revoga-se a Portaria MTE Nº 195, de 26 de janeiro de 2012, a Portaria MTE nº 265, de 06 de junho 2002 e a Portaria MTE nº. 188, de 05 de julho de 2010.

MANOEL DIAS

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 414, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de revisão do Anexo n.º 3 (Limites de Tolerância para Exposição ao Calor) da Norma Regulamentadora n.º 15.

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 4º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Disponibilizar para consulta pública o texto técnico básico para revisão do Anexo 3 (Limites de Tolerância para Exposição ao Calor) da Norma Regulamentadora n.º 15 (Atividades e Operações Insalubres), disponível no sitio: http://www.mte.gov.br.

Art. 2º Fixar o prazo de sessenta dias, após a publicação deste ato, para o recebimento de sugestões ao texto, que deverão ser encaminhadas para o e-mail: normatizacao.sit@mte.gov.br ou via correio para o endereço: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Coordenação-Geral de Normatização e Programas (Esplanada dos Ministérios - Bloco "F" - Anexo "B" - 1º Andar - Sala 107 - CEP 70059-900 - Brasília/DF).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 13 de dezembro de 2013

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 e 27 da Portaria nº 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR e INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto nos arts. 26 e 27, da Portaria nº 326/2013.

Processo	46254.000111/2012-87
Entidade	SINTRASERV - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PEDERNEIRAS, BORACÉIA E ITAJÚ
CNPJ	08.639.408/0001-10
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 2181/2013/CGRS/SRT/MTE

Em 17 de dezembro de 2013

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais,com fundamento no art. 5º, da Portaria 186/08, c/c com art. 27, da Portaria nº 326, publicada em 11 de março de 2013, e na seguinte Nota Técnica resolve ARQUIVAR o(s) processo(s) de Pedido de Alteração Estatutária do(s) sindicato(s) abaixo relacionado(s), em observância ao disposto no art. 51 da Portaria nº 326/2013:

Processo:	46215.000654/2013-41
Entidade	Federação dos Empregados no Comércio e Serviços dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo
CNPJ:	33.758.657/0001-71
Fundamento:	Nota Técnica n° 2182/2013/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria n° 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013:

Processo:	46204.001635/2012-81
Entidade	FEDERACAO BAIANA DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO DO ESTADO DA BAHIA
CNPJ:	14.935.655/0001-66

Representação Estatutária: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenha representação da Categoria Econômica dos Hotéis, Restaurantes, Bares, Apart-hotéis, Resorts, Hotéis Fazendas, Pousadas, Pensões, Motéis, Cafeterias, Sorveterias, Casas de Chás, Casas de Repouso, Albergues, Lanchonetes, Casas de Festas, Buffets, Pizzarias, Boates, Camping, Hospedarias, Churrascarias, Cantinas, Cervejarias, Fast-Foods, Casas de Lazer e Diversãona base territorial da Bahia.

Obs: As entidades de grau superior coordenam o somatório das entidades a elas filiadas

Entidades fundadoras: SIMHSUL - SIMHSUL - Sindicato dos Meios de Hospedagem do Litoral Sul da Bahia (Processo nº 46000.001479/00-67, CNPJ nº 07.505.633/0001-09); Sindicato dos Hotéis e Pousadas de Mata de São João - SINDIHMAT, BA (processo nº 46000.011536/00-25, CNPJ nº 04.736.065/0001-50); Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares dos Municípios de Itaparica e Vera Cruz - BA (processo nº.: 46000.001667/98-81, CNPJ n.º.: 02.953.210/0001-20); Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Extremo Sul da Bahia - SINDHESUL - BA (processo nº 46000.001091/98-98, CNPJ nº 01.014.426/0001-67); SHRBS - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Salvador e Litoral Norte - BA (processo nº.: 46000.012001/00-53, CNPJ nº 15.246.291/0001-70).

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/13 e Nota Técnica Nº 2183/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR impugnação apresentada pelo FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA , CNPJ 83.901.108/0001-82 e processo 46000.001511/2012-91, nos termos do inciso II e IX do art. 18 c/c caput dos artigos 17 e 51 da Portaria 326/13. Resolve, ainda, nos termos do art. 25 inciso II da Portaria 326/13, DEFERIR o pedido de alteração sindical formulado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ARAQUARI E BARRA DO SUL, CNPJ 82.588.369/0001-21 e processo 46220.004347/2009-84, para representar Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, na ativa; aposentados e aposentadas, nos termos do inciso I do art. 1º do Decreto Lei 1.166/71, nos municípios de Araquari e Balneário Barra do Sul, no Estado de Santa Catarina.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA RAE Nº 2185/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação da Grande Florianópolis e do Vale do Rio Tijucas - SC, processo n. 46220.004489/2011-66, CNPJ 80.673.478/0001-11, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação: Trabalhadores na Indústria do Trigo, Milho, Soja e Mandioca; Trabalhadores na Indústria do Arroz; Trabalhadores na Indústria de Aveia; Trabalhadores na Indústria do Açúcar; Trabalhadores na Indústria de Torrefação e Moagem do Café; Trabalhadores na Indústria de Refinação de Sal; Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria; Trabalhadores na Indústria de Produtos de Cacau e Balas; Trabalhadores na Indústria do Mate; Trabalhadores na Indústria de Laticínios e de Produtos Derivados; Trabalhadores na Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos; Trabalhadores na Indústria de Cerveja e Bebidas em Geral; Trabalhadores na Indústria do Vinho; Trabalhadores na Indústria de Águas Minerais; Trabalhadores na Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios; Trabalhadores na Indústria de Doces e Conservas Alimentícias; Trabalhadores na Indústria de Carnes e de Derivados; Trabalhadores na Indústria de Frios; Trabalhadores na Indústria do Fumo; Trabalhadores na Indústria de Imunização e Tratamento de Frutas; Trabalhadores na Indústria do Beneficiamento de Café; Trabalhadores na Indústria Alimentar de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados; Trabalhadores na Indústria de Rações Balanceadas; Trabalhadores na Indústria do Café Solúvel e Trabalhadores na Indústria da Pesca, com abrangência nos municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José, Tijucas. Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Leoberto Leal, São Pedro de Alcântara e Rancho Queimado, no Estado de Santa Catarina - SC. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; conforme determina o art. 30 da portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica N° 2200/2013/CGRS/SRT/MTE resolve ARQUIVAR as Impugnações apresentadas pelo Sindicato dos Empregados em Escritório de Empresas de Transportes Rodoviários no Setor Administrativo de Cargas Secas e Molhadas, Rodoviários Urbanos de Passageiros Intermunicipal, Interestadual, Suburbano, Turismo e Fretamento de São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba e Respectivas Regiões - SP - CNPJ 11.695.927/0001-00, processo de impugnação 46000.021697/2007-38, pelo Sindicato dos Empregados Condutores de Empresas Distribuidoras de Gêneros em Geral do Estado de São Paulo - CNPJ 02.292.083/0001-65, processo de impugnação 46000.022475/2007-32 e do Sindicato dos Empregados em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas Empresas de Transporte de Passageiros e Trabalhadores no Sistema de Veículos Leves sobre Caneletas e Pneus no Estado de São Paulo - SINDFICOT - VLP - CNPJ 67.142.174/0001-60, processo de impugnação 46000.020524/2007-01 nos termos do Artigo 18, Inciso IV da Portaria 326/2013 e DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária do Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Urbanos e de Passageiros de Lençóis Paulista - SINCOVELPA. CNPJ 51.519.585/0001-91, processo 46000.022219/2005-83, para representar a Categoria Profissional dos Condutores de Veículos, Motoristas de Bitrem, Rodotrem, Carreta, Truck, Bi-Truck, Toco, Empilhadeira, Motociclista, Ajudante de Motorista, Arrumador, Lavador, Borracheiro, Mecânico, Empregados em Empresas de Transportes de Cargas Rodoviárias, Secas e Molhadas, conforme discriminados no anexo do artigo 577 da CLT, 2º Grupo - Empresas de Transportes Rodoviários - Confederação Nacional de Transportes Terrestres, motoristas de ônibus urbanos, municipais, intermunicipais, Suburbanos, Serviços de Fretamento, Turismo, Motoristas, Cobrador, Funileiro, Auxiliar de Funileiro, Mecânico, Auxiliar de Mecânico, Eletricista, Auxiliar de Eletricista, Borracheiro, Abastecedor, Lavador, Lubrificador e Vigia Noturno, Motoristas e Ajudantes de Empresas Comerciais Atacadistas, Industriais, Agrícolas, inclusive Motoristas, Operadores de Máquinas Motorizadas, Tratoristas e Motoristas de Empilhadeiras Automotivas, nos Perímetros Urbano e Rural, que tenham sido contratados ou que prestem serviços na base territorial da Entidade, com exceção dos Trabalhadores do Setor Diferenciado de Transporte do Comércio Varejista nos municípios de Areiópolis, Borebi, Lençóis Paulista, Macatuba e Pederneiras no estado de São Paulo, nos termos do Artigo 25, inciso II e IV.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA RES Nº 2188/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao SINDSMU/BA. - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Uauá/BA, Processo n. 46204.007990/2011-82, CNPJ 07.263.376/0001-38, para representar a categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais ativos e aposentados do Município de Uauá/BA, com abrangência municipal e base territorial no Município de Uauá/BA. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; resolve ainda, DETERMINAR a exclusão da categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais ativos e aposentados do Município de Uauá/BA, da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo n. 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67, conforme determina o art. o art. 30 da portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA RES Nº 2189/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao "Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta de Belo Jardim - SISMUBEJA/PE", Processo 46213.017245/2011-32, CNPJ 04.808.785/0001-84, para representar a categoria profissional dos "Servidores Públicos municipais ativos e inativos dos poderes executivo e legislativos do município de Belo Jardim - PE, sendo estes: Assistente Social; Administrador Especial; Auxiliar de Enfermagem; Auxiliar de Laboratório; Agente Administrativo; Agente de Saúde; Agente de Endemias; Auxiliar de Administrativo; Auxiliar de Serviços Gerais; Ajudante Bioquímico; Caldeireiro; Coveiro; Enfermeiro; eletricista; Encanador; Farmacêutico; Fiscal; Fiscal Fazendário; Fiscal Sanitário; Gari; Marceneiro; Magarefe; Medico; Mecânico; Merendeira; Motorista; Nutricionista: Odontólogo; Operador de Máquina; Porteiro; Pintor; Professor; Procurador Geral; Procurador Judicial; Psicólogo; Telefonista; Técnico Agrícola; Técnico de Enfermagem; Técnico em Raio X; Veterinário; Vigilante; Guarda Municipal; Zelador" Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; resolve ainda, DETERMINAR a exclusão da categoria dos "Servidores Públicos municipais ativos e inativos dos poderes executivo e legislativos do município de Belo Jardim - PE, sendo estes: Assistente Social; Administrador Especial; Auxiliar de Enfermagem; Auxiliar de Laboratório; Agente Administrativo; Agente de Saúde; Agente de Endemias; Auxiliar de Administrativo; Auxiliar de Serviços Gerais; Ajudante Bioquímico; Caldeireiro; Coveiro; Enfermeiro; eletricista; Encanador; Farmacêutico; Fiscal; Fiscal Fazendário; Fiscal Sanitário; Gari; Marceneiro; Magarefe; Medico; Mecânico; Merendeira; Motorista; Nutricionista: Odontólogo; Operador de Máquina; Porteiro; Pintor; Professor; Procurador Geral; Procurador Judicial; Psicólogo; Telefonista; Técnico Agrícola; Técnico de Enfermagem; Técnico em Raio X; Veterinário; Vigilante; Guarda Municipal; Zelador" da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil.", Processo de número 24000.004348/89-11, CNPJ de número 33.721.911/0001-67, e da representação do "Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco", Processo 46000.000983/97-54, CNPJ 24.416.364/0001-15, conforme determina o art. 30 da portaria 326/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA RES Nº 2190/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao "SINDISERVSD - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Simão Dias - SE", Processo 46221.004847/2011-21, CNPJ 11.091.884/0001-53, para representar a categoria Profissional dos "Servidores Públicos do Município de Simão Dias-SE". Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; resolve ainda, DETERMINAR a exclusão da categoria dos "Servidores Públicos do Município de Simão Dias-SE", da representação do "UNSP-SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacionais dos Servidores Públicos Civis do Brasil." Processo de número 24000.004348/89-11, CNPJ de número 33.721.911/0001-67, e da representação do "SINTRASE - Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos do Estado de Sergipe", Processo 46221.002136/94-22, CNPJ 32.724.254/0001-49, conforme determina o art. 30 da portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica Nº 2191/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao SINPRAF - Sindicato dos Produtores Rurais de Abel Figueiredo - PA, processo n. 46222.007341/2011-63, CNPJ 08.657.042/0001-01, para representar a categoria Econômica dos Produtores, Empresários e empregadores rurais, plano CNA nos termos do inciso I, do Art. 1º do Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971. Municipal e base territorial no Município de Abel Figueiredo - PA.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica Nº 2192/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao SINDTTRUP - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Intermunicipal dos Municípios de Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes - RJ, processo n. 46215.027293/2011-19, CNPJ 13.656.200/0001-49, para representar a categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais, nos termos do inciso I, do Art. 1º do Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Paracambi - RJ.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA RES Nº 2193/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao SINDSERV - Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos do Município de Chácara/MG, Processo n. 46245.002892/2011-72, CNPJ 13.988.943/0001-16, para representar a categoria Profissional dos Funcionários e Servidores Públicos do Município de Chácara/MG, com abrangência municipal e base territorial no Município de Chácara/MG. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; resolve ainda, DETERMINAR a exclusão da categoria Profissional dos Funcionários e Servidores Públicos do Município de Chácara/MG, da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo n. 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67; e na representação do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais - MG, processo n. 24260.003438/90-86 CNPJ 17.441.270/0001-30, conforme determina o art. 30 da portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326, de 11 de março de 2013, e na Nota Técnica Nº 2194/2013/CGRS/SRT/MTE resolve, nos termos do inciso III do artigo 18 da Portaria 326/13, ARQUIVAR a impugnação apresentada pelo Sindicato Rural de Figueirão, CNPJ 07.488.219/0001-20, processo n. 46000.003962/2011-82, e, por conseguinte, nos termos do art. 25, II, deferir o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Figueirão, CNPJ 12.405.199/0001-17, processo 46312.003657/2010-96, para representar a categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, todos assim definidos nos termos do inciso I, art. 1º, do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, no município de Figueirão, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na Nota Técnica Nº 2198/2013/CGRS/SRT/MTE resolve, nos termos do II do art. 18 c/c caput do art. 17 da Portaria 326/13, ARQUIVAR a impugnação apresentada pela ASAV-ASSOCIACAO DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA UFV, CNPJ 20.322.335/0001-33 e processo 46000.004735/2013-36. Resolve, ainda, nos termos do inciso II, art. 25 da Portaria 326/13, DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA, CNPJ 26.120.980/0001-50 e processo 46240.000245/2011-76, para representar a categoria profissional dos servidores da Universidade Federal de Viçosa, no município de Viçosa no Estado de Minas Gerais. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, resolve EXCLUIR a categoria dos servidores da Universidade Federal de Viçosa no município de Viçosa no Estado de Minas Gerais da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, processo 24000.004348/89-11, conforme determina o art. 30 da Portaria 326, de 11 de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica Nº 2199/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ernestina - RS, processo nº. 46000.012745/2004-54, CNPJ nº. 92.412.543/0001-34, para representar a categoria dos Trabalhadores rurais, agricultoras familiares, assalariados rurais, nos termos do inciso I, do Art. 1º do Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Ernestina e Tio Hugo - RS.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA RES Nº 2201/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tupi Paulista - SP, processo n. 46258.002129/2011-01, CNPJ 01.687.438/0001-52, para representar a categoria profissional de Todos os Servidores Públicos Municipais ativos e inativos, inclusive pensionistas; Funcionários de Empresas Municipais e Autarquias existentes e/ou que vierem a existir no município sede da entidade, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Tupi Paulista-SP. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES; resolve ainda, DETERMINAR a exclusão da categoria dos de Todos os Servidores Públicos Municipais ativos e inativos, inclusive pensionistas; Funcionários de Empresas Municipais e Autarquias existentes e/ou que vierem a existir no município sede da entidade, no Município de Tupi Paulista-SP, da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, processo n. 24000.004348/89-11, CNPJ n. 33.721.911/0001-67, conforme determina o art. 30 da portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA nº 2187/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve RETIFICAR o despacho de interesse do Sindicato dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Alagoas - SINOREG - AL, CNPJ: 07.052.805/0001-28, processo nº 46000.021170/2004-61 publicado no DOU de 24/07/2009, Seção I, Pág. 82, nº. 140; para que onde se lê: '(...) para representar a Categoria Profissional dos Titulares de serventia e efetivos em seus cargos, exercido em caráter privado por delegação do Poder Público de acordo com a lei 8935/94, com abrangência Estadual e base Territorial no Estado de Alagoas"; leia-se: "para representar a Categoria Econômica dos Titulares de serventia e efetivos em seus cargos, exercido em caráter privado por delegação do Poder Público de acordo com a Lei n° 8935/94, com abrangência Estadual e base Territorial no Estado de Alagoas.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na NOTA TÉCNICA nº 2186/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve RETIFICAR o despacho de interesse do SINOREG/AM. - Sindicato dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Amazonas, CNPJ: 07.352.335/0001-18, processo nº 46000.017127/2006-62 publicado no DOU de 24/07/2009, Seção I, Pág. 81, nº 140; para que onde se lê: '(...) para representar a Categoria Profissional dos Titulares dos Serviços Notariais e de Registro, com abrangência Estadual e base Territorial no Estado do Amazonas"; leia-se: "para representar a Categoria Econômica dos Titulares dos Serviços Notariais e de Registro, com abrangência Estadual e base Territorial no Estado de Amazonas.

Em 18 de dezembro de 2013

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais,com fundamento no art. 5º, da Portaria 186/08, c/c com art. 27, da Portaria nº 326, publicada em 11 de março de 2013, e na seguinte Nota Técnica resolve ARQUIVAR o(s) processo(s) de Pedido de Registro Sindical do(s) sindicato(s) abaixo relacionado(s), em observância ao disposto no art. 51 da Portaria nº 326/2013:

Processo	46473.000923/2012-48
Entidade	Sindicato dos Ambulantes, Camelôs, Autônomos e Micro Empreendedores Individuais do Estado de São Paulo - SINDIMEI
CNPJ	04.236.351/0001-57
Fundamento	NOTA TÉCNICA N° 2180/2013/CGRS/SRT/MTE

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de dezembro de 2013

Processo nº 46290.002845/2013-45 - Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise e parecer técnico às fls. 09, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria SRT nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de maio de 2006, HOMOLOGO a alteração do Anexo II - Quadro de Pontuação para Progressões Horizontais do Plano de Cargos e Salários da Faculdade Metropolitana de Anápolis, cuja homologação do referido Plano foi publicada no DOU em 17/09/2013, por meio do Processo nº 46290.0000764/2013-19.

Fica expresso que qualquer alteração a ser feita no presente Plano, para ter validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério.

ARQUIVALDO BITES LEÃO LEITE

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 4.212, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova a 5ª Revisão Ordinária, a 5ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP, do Contrato de Concessão da BR-116/SP/PR, São Paulo - Curitiba, explorado pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S/A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 219, de 17 de dezembro de 2013, no que consta dos Processos nºs 50500.158480/2013-67 e 50500.111395/2013-35;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo VI, Cláusulas 6.26 a 6.42, do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2007, firmado com a Concessionária Autopista Régis Bittencourt S/A; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a 5ª Revisão Ordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio - TBP,de R$ 1,34372 para R$ 1,31092, com um decréscimo de 2,44% (dois inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento).

Art. 2º Aprovar a 5ª Revisão Extraordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio de R$ 1,31092 para R$ 1,28296, com um decréscimo de 2,13% (dois inteiros e treze centésimos por cento).

Art. 3º Aprovar o Reajuste, que indicou o percentual positivo de 5,71 % (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento), correspondente à projeção da variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária.

Art. 4º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 1,79884 para R$ 1,81559, com um acréscimo de 0,93% (noventa e três centésimos por cento).

Art. 5º Manter inalterada, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, em R$ 1,80 (um real e oitenta centavos) em todas as praças de pedágio.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 29 de dezembro de 2013.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças P1, P2, P3, P4, P5 e P6

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	R$ 1,80
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	R$ 3,60
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	R$ 2,70
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	R$ 5,40
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	R$ 3,60
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	R$ 7,20
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	R$ 9,00
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	R$ 10,80
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	R$ 0,90

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 4.213, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa o resultado do Leilão de Concessão da BR-060, BR-153 e BR-262-DF/GO/MG: trecho de 1.176,50 km das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 221, de 19 de dezembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.126853/2013-31, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Leilão de Concessão para a exploração de BR-060, BR-153 e BR-262-DF/GO/MG: trecho de 1.176,50 km das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, à proponente consagrada vencedora - TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., que apresentou valor de Tarifa Básica de Pedágio Proposta de R$ 0,02851, nos termos e condições dispostos no Edital nº 004/2013.

Art. 2º A homologação vincula à TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A ao cumprimento das condições prévias à assinatura do Contrato, contidas no Edital a que se refere o art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 4.214, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa o resultado do Leilão de Concessão da BR-163/MT: trecho de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163/MT e 28,1 km na MT-407

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 220, de 19 de dezembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.168140/2013-44, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Leilão de Concessão para a exploração da BR-163/MT: trecho de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163/MT e 28,1 km na MT-407, à proponente consagrada vencedora - ODEBRECHET TRANSPORT S/A., que apresentou valor de Tarifa Básica de Pedágio Proposta de R$ 0,02638, nos termos e condições dispostos no Edital nº003/2013.

Art. 2º A homologação vincula à ODEBRECHET TRANSPORT S/A ao cumprimento das condições prévias à assinatura do Contrato, contidas no Edital a que se refere o art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e no que consta do Voto DG - 052, de 18 de dezembro de 2013, delibera:

Art. 1º Alterar os quantitativos dos Cargos Comissionados desta Agência, conforme quadro a seguir:

Cargo	Quantidade
CD I	1
CD II	4
CGE I	10
CGE II	30
CGE III	7
CGE IV	45
CA I	0
CA II	4
CA III	17
CAS I	18
CAS II	25
CCT I	49
CCT II	49
CCT III	22
CCT IV	26
CCT V	86

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 338, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 080, de 19 de dezembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.181737/2013-84, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.031.060/0001-34, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT nº 3.561, publicada em 24 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 339, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 195, de 12 de dezembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.142633/2013-54, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa VIAÇÃO NOVA INTEGRAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 80.544.885/0001-29, atualizados até a presente data, sendo que a primeira parcela deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do total dos débitos consolidados e o restante em 59 (cinquenta e nove) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT n° 3.561, de 24 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela, no valor de 50% (cinquenta por cento) do total dos débitos consolidados e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 341, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 218, de 16 de dezembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.175563/2013-11, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa TRANSUL SERVIÇOS LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 35.196.765/0001-23, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT nº 3.561, publicada em 24 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 342, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 189, de 16 de dezembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.143901/2013-55, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 28.670.958/0001-09, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT nº 3.561, publicada em 24 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 343, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 195, de 16 de dezembro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.154083/2013-16, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa TRANSPORTES TRANSONPA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 92.111.889/0001-00, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT nº 3.561, publicada em 24 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

Conselho Nacional do Ministério Público

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 13 de dezembro de 2013

Processo CNMP nº 0.00.000.001682/2013-09
Requerente: Aparecido Ribeiro de Magalhães
DESPACHO

(...) Sem embargo disso, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para ciência e adoção de providências que entender cabíveis, em razão da competência para apreciar a matéria.

Publique-se. Comunique-se ao requerente.

Processo CNMP nº 0.00.000.001683/2013-45
Requerente: Sigiloso
DESPACHO

(...) Portanto, no âmbito deste Conselho Nacional, determino o arquivamento do pedido nos termos do art. 12, XXX, do Regimento Interno do CNMP.

Sem embargo disso, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Maranhão, para ciência e adoção de providências que entender cabíveis, em razão da competência para apreciar a matéria. Por fim, defiro o sigilo pleiteado, uma vez que o requerente alegou sofrer ameaças à sua vida em decorrência dos fatos narrados no presente procedimento.

Publique-se, com atenção ao sigilo decretado. Comunique-se ao requerente.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.000661/2013-68
RELATOR: CONSELHEIRO MARCELO FERRA
REQUERENTE:SIGILOSO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA
EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA. REMOÇÃO COMPULSÓRIA. AUSÊNCIA DE CARÁTER PUNITIVO. RESPEITO À AMPLA DEFESA E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INCONVENIÊNCIA NA PERMANÊNCIA DO MEMBRO NA COMARCA DE ORIGEM. INSTAURAÇÃO DE DIVERSAS SINDICÂNCIAS JUSTIFICADA PELOS INDÍCIOS DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL. PROCEDIMENTO REGULAR NA ORIGEM. IMPROCEDÊNCIA

1. A instauração de diversas sindicâncias, por si só, não configura afronta à ampla defesa, desde que observado o devido processo legal. Os indícios de infração disciplinar por parte do requerente afasta a hipótese de perseguição do órgão correcional local, que tem por dever a apuração.

2. Não houve qualquer irregularidade no Procedimento de Remoção Compulsória, que no presente caso não teve a natureza de penalidade, visto se baseou no interesse público e não a punição do requerente, que será aferida nas sindicâncias instauradas.

3. O direito de defesa e o contraditório foram regularmente exercidos, sendo que houve inclusive a majoração dos prazos a pedido da defesa, que se manifestou por diversas vezes no processo, inclusive realizando sustentação oral, sempre por intermédio de advogado, constituído pelo requerente.

4. A aplicação do procedimento previsto no RICNMP é obrigatória apenas para os feitos iniciados neste Colegiado, nada impedindo a adoção de outros procedimentos, desde que assegurado a defesa o direito de conhecimento da imputação e manifestar sobre ela, bem como o julgamento pelo quórum qualificado do órgão colegiado com atribuição.

5. Improcedência para determinar o prosseguimento das sindicâncias em desfavor do requerente e confirmar a sua remoção compulsória.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar improcedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do relator, revogando a cautelar concedida na 20ª Sessão Ordinária.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro Relator

PROCESSO: PP Nº 1.152/2012-71
RELATOR: CONSELHEIRO ALEXANDRE SALIBA
REQUERENTE: SIGILOSO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE INÉRCIA E EXCESSO DE PRAZO, DECORRENTE DO NÚMERO REDUZIDO DE PROMOTORES NA COMARCA. PEDIDO DE CORREIÇÃO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS FÁTICOS CONCRETOS E SUFICIENTES PARA AFERIR RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS. AUMENTO DO NÚMERO DE PROMOTORES NA COMARCA. JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DO ADMINISTRADOR PÚBLICO. MATÉRIA INSERIDA NA ATIVIDADE-FIM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. INCOMPETÊNCIA DO CNMP. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. A situação trazida a exame neste procedimento apresenta-se desprovida de qualquer documento ou referência a situações concretas de onde se possam extrair responsabilidades por inércia ou excesso de prazo.

2. O fato de o próprio requerente apontar, como solução para o problema por ele identificado, a designação de mais Promotores de Justiça para atuar na região, conduz necessariamente à conclusão de que o requerente não se dirigiu a este Conselho Nacional para buscar a responsabilização deste ou daquele Membro do Parquet fluminense, mas, sim, para sugerir uma distribuição funcional diferente da adotada pela Administração.

3. O Conselho Nacional do Ministério Público não detém competência para invadir o plano da discricionariedade administrativa do Procurador-Geral de Justiça, no tocante à eleição de prioridades para a atuação do Ministério Público por ele chefiado.

4. Eventuais situações de inércia ou excessos injustificados de prazos ocorridos em casos concretos não só podem como devem ser apreciados por este Conselho Nacional em sede de procedimento administrativo específico, não sendo o caso, contudo, do objeto tratado nos presentes autos.

5. Improcedência do pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em julgar improcedente o Pedido de Providências, tudo nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente.

ALEXANDRE SALIBA
Conselheiro-Relator

PROCESSO N° 0.00.000.001017/2012-26
RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR
RECORRENTE: EDSON ABDON PEIXOTO FILHO - PROCURADOR DA REPÚBLICA
RECORRIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMENTA RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DEVERES FUNCIONAIS. REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS RELIGIOSAS NA SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO. UTILIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA PARA A DEFESA DE INTERESSES INDIVIDUAIS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL. IMPOSIÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO IRREGULAR. ARQUIVAMENTO PELA CORREGEDORIA NACIONAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS. INEXISTÊNCIA DE FALTA DISCIPLINAR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. RECURSO INTERNO CONHECIDO E IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer do recurso interno e julgá-lo improcedente, mantendo a decisão da Corregedoria Nacional.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro-Relator

PROCESSO N° 0.00.000.001301/2012-01
ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR
EMBARGANTE: ANTÔNIO ALEXANDRE DA SILVA - PROMOTOR DE JUSTIÇA/MT
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO
EMENTA EMBARGOS DE DECLAÇÃO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. TEMPESTIVIDADE. CONHECIMENTO. MANIFESTA TENTATIVA DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO PELA VIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMISSÃO APENAS EXCEPCIONALMENTE. REJEITADO.

1. Embargos de Declaração no Procedimento de Controle Administrativo em face da Decisão proferida pelo Plenário deste Conselho Nacional do Ministério Público.

2. O Embargante visa o reexame da matéria já decidida pelo plenário deste Conselho Nacional do Ministério Público, o que só se admite excepcionalmente, como em casos de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não é a hipótese.

3. Embargos de Declaração conhecido ante a tempestividade e, no mérito, rejeitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em julgar pela rejeição dos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

PROCESSO: 0.00.000.001466/2012-74
ASSUNTO: REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES REQUISITADOS
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR
EMBARGANTES: ALDENIERE JACOME COSTA E OUTROS
EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SERVIDORES CONCURSADOS REQUISITADOS PELO MPU. SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E GDF. REDISTRIBUIÇÃO. QUADRO DO MPU. FORÇA DE TRABALHO USUFRUÍDA POR DUAS DÉCADAS. ATO JURÍDICO QUE SE PERPETUOU NO TEMPO. RECONHECIMENTO PELO CNMP. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO QUANTO A FORMA DE REDISTRIBUIÇÃO. OMISSÃO QUANTO AO DIREITO DOS SERVIDORES DO GDF. GARANTIA DE PERMANÊNCIA NOS QUADROS DO MPU ATÉ EFETIVAÇÃO POR LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. PRAZO PARA OFERECIMENTO DE PROJETO DE LEI. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO SANADA. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

- Na decisão embargada o CNMP já reconheceu o direito dos servidores que ao longo de duas décadas dedicaram sua vida funcional para garantir o bom funcionamento do MPU, de modo que o retorno aos órgãos de origem, certamente, ser-lhes-ia prejudicial.

- Em sede de embargos declaratórios não se pode mais discutir, em regra, o acerto ou desacerto meritório da decisão embargada, mas, apenas, sanar omissões contradições e obscuridade nela contida.

- Os servidores/embargantes do GDF - Governo do Distrito Federal também se encontram na mesma situação aos servidores/embargantes que são efetivos do Poder Executivo Federal, pelo que o direito atribuído a uns não pode ser diferente do concedido aos outros, haja vista que AMBOS, estão na mesma situação jurídica.

- Fica garantido aos embargantes, que tenham origem no Poder Executivo Federal ou no GDF, de se manter na estrutura do MPU - como já reconhecido na decisão embargada - até o advento de suas respectivas aposentadorias, cabendo ao Procurador Geral da República regularizar formalmente na forma que lhe couber.

ACÓRDÃO

Acordam os membros vistos relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer e acolher os Embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

PROCESSO: 0.00.000.000262/2013-05
ASSUNTO: REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR REQUISITADO
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO RODRIGUES BORGES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SERVIDOR REQUISITADO PELO MPU. SERVIDOR DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. REDISTRIBUIÇÃO. DESAPENSAMENTO DOS PROCESSOS. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO OPOSTOS PELA REQUERENTE. INEXISTÊNCIA DE RECURSO. TRÂNSITO EM JULGADO.

- A decisão julgou parcialmente procedente o feito enquanto os processos estavam apensados, oportunidade em que foram opostos embargos declaratórios por alguns requerentes. A requerente do presente procedimento, contudo, não subcreveu os embargos, inexistindo recurso a seu favor, operando o trânsito em julgado do feito.

ACÓRDÃO

Acordam os membros vistos relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em reconhecer o trânsito em julgado, nos termos do voto do relator.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

PROCESSO: 0.00.000.000505/2013-05
ASSUNTO: REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORA REQUISITADA
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR
REQUERENTE: LEUNIDES NEIDER FREITAS PERES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SERVIDORA REQUISITADA PELO MPU. SERVIDORA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. REDISTRIBUIÇÃO. DESAPENSAMENTO DOS PROCESSOS. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO OPOSTOS PELA REQUERENTE. INEXISTÊNCIA DE RECURSO. TRÂNSITO EM JULGADO.

- A decisão julgou parcialmente procedente o feito enquanto os processos estavam apensados, oportunidade em que foram opostos embargos declaratórios por alguns requerentes. A requerente do presente procedimento, contudo, não subcreveu os embargos, inexistindo recurso a seu favor, operando o trânsito em julgado do feito.

ACÓRDÃO

Acordam os membros vistos relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em reconhecer o trânsito em julgado, nos termos do voto do relator.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

PROCESSO: 0.00.000.001545/2012-85
ASSUNTO: REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES REQUISITADOS
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR
REQUERENTES: UACI ALVES PEREIRA E OUTROS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SERVIDORES CONCURSADOS REQUISITADOS PELO MPU. SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E GDF. REDISTRIBUIÇÃO. QUADRO DO MPU. FORÇA DE TRABALHO USUFRUÍDA POR DUAS DÉCADAS. ATO JURÍDICO QUE SE PERPETUOU NO TEMPO. RECONHECIMENTO PELO CNMP. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO QUANTO A FORMA DE REDISTRIBUIÇÃO. OMISSÃO QUANTO AO DIREITO DOS SERVIDORES DO GDF. GARANTIA DE PERMANÊNCIA NOS QUADROS DO MPU ATÉ EFETIVAÇÃO POR LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. PRAZO PARA OFERECIMENTO DE PROJETO DE LEI. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO SANADA. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

- Na decisão embargada o CNMP já reconheceu o direito dos servidores que ao longo de duas décadas dedicaram sua vida funcional para garantir o bom funcionamento do MPU, de modo que o retorno aos órgãos de origem, certamente, ser-lhes-ia prejudicial.

- Em sede de embargos declaratórios não se pode mais discutir, em regra, o acerto ou desacerto meritório da decisão embargada, mas, apenas, sanar omissões contradições e obscuridade nela contida.

- Os servidores/embargantes do GDF - Governo do Distrito Federal também se encontram na mesma situação aos servidores/embargantes que são efetivos do Poder Executivo Federal, pelo que o direito atribuído a uns não pode ser diferente do concedido aos outros, haja vista que AMBOS, estão na mesma situação jurídica.

- Fica garantido aos embargantes, que tenham origem no Poder Executivo Federal ou no GDF, de se manter na estrutura do MPU - como já reconhecido na decisão embargada - até o advento de suas respectivas aposentadorias, cabendo ao Procurador Geral da República regularizar formalmente na forma que lhe couber.

ACÓRDÃO

Acordam os membros vistos relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer e acolher os Embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000188/2013-19
ASSUNTO: RECURSO INTERNO
REQUERENTE: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
EMENTA RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. MEDIDA JUDICIAL POSTULADA PELO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS ESTRITOS TERMOS DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E DO EXERCÍCIO REGULAR DAS FUNÇÕES. INEXISTÊNCIA DE CAMPO PARA A ATUAÇÃO DO CNMP EM MATÉRIA DISCIPLINAR.

1. Irretocável a decisão da Corregedoria Nacional ao reconhecer que o requerimento judicial deduzido pelo membro do Ministério Público é fruto de sua atribuição e independência funcional, sob o amparo do seu íntimo convencimento motivado, despido de repercussão para a atuação deste CNMP na seara disciplinar.

2. Recurso interno conhecido e, no mérito, desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer do recurso interno e julgá-lo improcedente, mantendo a decisão da Corregedoria Nacional.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro-Relator

ED-ED EM PD N° 0.00.000.000741/2012-32
EMBARGANTE: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
ADVOGADO: HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (OAB/DF 37797)
EMBARGADO: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)
RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSO DISCIPLINAR. MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. IMPROVIMENTO DOS "EMBARGOS DOS EMBARGOS" E DETERMINAÇÃO DE IMEDIATO TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO.

1. O membro do Ministério Público Militar pretende novo julgamento de seu feito, alegando, para tanto, omissão e contradição no acórdão que julgou os primeiros embargos declaratórios.

2. Pretensão de rediscussão de matérias já decididas.

3. Inocorrência de omissão quanto à fundamentação sobre o ato de interromper as férias sem retorno imediato ao local de trabalho.

4. Também não houve contradição na decisão que considerou a publicação da Portaria como termo a quo para a contagem do prazo do art. 253 da LC 75/1993.

5. Proporcionalidade na pena de 45 (quarenta e cinco) dias de suspensão.

6. Manifesta improcedência e caráter protelatório dos "embargos dos embargos".

7. Determinação de imediato trânsito em julgado e cumprimento do acórdão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em em julgar improcedentes os presentes embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Conselheiro Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃOS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.000504/2013-52
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO DE FARIAS DUARTE
REQUERENTE: CLARICE TEIXEIRA MAIA
REQUERIDO: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE
EMENTA REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. TRANSCURSO DE MAIS DE DOIS ANOS NA CONDUÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. PRORROGAÇÃO DE PRAZO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA REGULARIDADE DO FEITO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA.

1. O transcurso de mais de dois anos na condução de inquérito policial, com intervenção meramente genérica, sugere a ocorrência de falta funcional relativa ao dever de controle externo da atividade policial por parte do promotor de Justiça encarregado do feito.

2. Instauração de sindicância.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar parcialmente procedente a presente representação por inércia ou por excesso de prazo, nos termos do voto do Relator.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Conselheiro-Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.001109/2013-97
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO DE FARIAS DUARTE
REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - SISEMPPA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. PEDIDO DE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA AOS DIRETORES DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO MP-PA. DEFERIMENTO PARCIAL. ART. 95, §1º, DA LEI ESTADUAL Nº 5.810/1994. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI 8.112/1990. PROPORCIONALIDADE ENTRE O NÚMERO DE SERVIDORES LICENCIADOS PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA E O NÚMERO DE ASSOCIADOS DA ENTIDADE SINDICAL. INTERESSE PÚBLICO NA CONTINUIDADE E NA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS. IMPROCEDÊNCIA.

1. O art. 95, §1º, da Lei Estadual nº 5.810/1994 concedeu, ao administrador, margem de liberdade para decidir, no caso concreto, o número de servidores a serem licenciados para o exercício de mandato classista, até o limite de quatro diretores de entidade sindical.

2. A limitação do número de servidores licenciados, levando em consideração o número de associados (art. 92, da Lei nº 8.112/90), é razoável e se mostra em consonância com o interesse público, não havendo que se falar em violação à liberdade de associação, constitucionalmente assegurada.

3. Pedido julgado improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade/maioria, pela improcedência do presente procedimento de controle administrativo, nos termos do voto do relator.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Conselheiro-Relator

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.001440/2011-45
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO DE FARIAS DUARTE
REQUERENTE: EMÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMENTA REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. TRANSCURSO DE GRANDE LAPSO DE TEMPO NA CONDUÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. PRORROGAÇÃO DE PRAZO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA REGULARIDADE DO FEITO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA.

1. O transcurso de mais de dez anos na condução de inquérito policial, com intervenções meramente genéricas, sugerem a ocorrência de falta funcional relativa ao dever de controle externo da atividade policial por parte dos promotores de Justiça encarregados do feito.

2. Instauração de sindicância.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar parcialmente procedente a presente representação por inércia ou por excesso de prazo, nos termos do voto do Relator.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Conselheiro-Relator

DECISÕES DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

PROCESSO N° 0.00.000.001167/2013-11
ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
RELATOR: CONSELHEIRO ESDRAS DANTAS DE SOUZA
REQUERENTE: JOÃO ANTÔNIO DESIDÉRIO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

(...) POR TAIS CONSIDERAÇÕES, julgo extinto o presente Procedimento de Controle Administrativo interposto por João Antônio Desidério de Oliveira, em desfavor de Roberto Monteiro Gurgel Santos e Rômulo Moreira Conrado, em razão de manifesta improcedência das alegações do Requerente e, o faço com fundamento no artigo 43, IX, "b", do RI/CNMP. Após o trânsito em julgado, ao arquivo.

ESDRAS DANTAS DE SOUZA
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PCA Nº 1.720/2013-15
RELATOR: CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR DA COSTA ASSUNÇÃO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

(...)Em face do exposto, INDEFIRO a liminar requerida às fls. 21 e, diante da impossibilidade jurídica do pedido do requerente, que confronta diretamente dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí (LC nº 12/1993), bem como em face da incompetência do Conselho Nacional do Ministério Público para exercer controle difuso de constitucionalidade de normas, ainda que de modo indireto, DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste procedimento de controle administrativo, com fulcro no art. 43, IX, alíneas "b" e "c" do RICNMP. Dê-se ciência às partes mediante publicação no Diário Oficial da União, bem como por meio de correio eletrônico ao requerente e por meio de ofício à Procuradora-Geral de Justiça do Piauí.

ALEXANDRE SALIBA
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001624/2013-77
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: ALINE SILVA FÁVERO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

(...)Ante o exposto, constatada a regularidade, dentro do possível, da atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo, determino o arquivamento do presente PP nº 0.00.000.001624/2013-77, por perda de objeto, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP. Dê-se imediata ciência ao requerente, com as homenagens de praxe.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001665/2013-63
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: SIGILOSO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

(...)Ante o exposto, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP, determino o arquivamento do presente feito, tendo em vista a falta de interesse do requerente. Arquive-se. Intime-se.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

PROCESSO: RPD Nº 0.00.000.000749/2013-80
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

(...)Ante o exposto, constato a regularidade da atuação da corregedoria local, evidenciando-se a manifesta improcedência da presente revisão, bem como sua incompatibilidade com enunciado deste Conselho Nacional, de modo que determino o arquivamento da presente Revisão de Processo Disciplinar - RPD nº 0.00.000.000749/2013-80, com fundamento nos arts. 111, Art. 43, IX, alíneas b e d do RICNMP, e Enunciado nº 07 do CNMP. Intimem-se.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

PROCEDIMENTO INTERNO DE COMISSÃO Nº 0.00.000.001321/2013-54
REQUERENTE: COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ASSUNTO: TRATA-SE DE EXPEDIENTE ENCAMINHADO PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SOLICITANDO A APURAÇÃO DE SUPOSTA PRÁTICA DE ATO ILEGAL PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAQUELE ESTADO, O QUAL DETERMINA A IMEDIATA ADOÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCESSOS JUDICIAIS (E-JUD2) PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

DECISÃO

(...) Ante o exposto, diante da conciliação amistosa realizada entre MPES e TJES, e não havendo qualquer providência a ser adotada no âmbito deste Conselho Nacional, determino o arquivamento do presente feito com base no artigo 43, IX, "c", do Regimento Interno do CNMP. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro do CNMP
Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

PROCEDIMENTO INTERNO DE COMISSÃO Nº 0.00.000.000693/2013-63
REQUERENTE: CLÁUDIO DA SILVA LEIRIA
ASSUNTO: REQUER PROVIDÊNCIAS DESTE CONSELHO NACIONAL EM RELAÇÃO ÀS RESOLUÇÕES Nº 101 E 154 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, QUE VIOLAM AS ATRIBUIÇÕES DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM INDICAR OS BENEFICIÁRIOS DAS TRANSAÇÕES PENAIS E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.

DECISÃO

(...) Por fim, determino o arquivamento do presente feito, bem como do PIC 867/2013-98 e do PIC 1328/2013-76, com base no artigo 43, IX, "c", do Regimento Interno do CNMP, após a juntada de cópia desta decisão nestes dois procedimentos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro do CNMP
Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

DECISÕES DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.001040/2013-00
RELATOR: CONSELHEIRO JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
REQUERENTE: SIGILOSO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

(...)Ademais, colacionou-se aos autos farta documentação comprobatória das providências adotadas pelo MP/BA quanto às irregularidades praticadas pela Prefeitura de Serrinha/BA (fls. 18/33 e fls. 37/183), o que afasta a alegação de inércia ou morosidade por parte da instituição requerida.

Com essas considerações, DETERMINO o arquivamento da presente representação, com fulcro no art. 43, IX, b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Conselheiro Nacional do Ministério Público

PROCESSO N° 0.00.000.001131/2013-37
REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO
REQUERENTE: AÇÃO CEARENSE DE COMBATE A CORRUPÇÃO E A IMPUNIDADE - ACECCI
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

(...)Ante o exposto, determino o arquivamento monocrático da presente RIEP, após as providências de estilo pela Coordenadoria de Processamento de Feitos, nos termos do art. 43, IX, "c" do RICNMP.

Publique-se e cumpra-se.

Comuniquem-se ao Coordenador da Ação Cearense de Combate a Corrupção e a Impunidade e a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro Relator

DECISÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo nº 0.00.000.001741/2013-31 (Apensos: 0.00.000.001745/2013-19, 0.00.000.001751/2013-76 e 0.00.000.001756/2013-07)
Procedimento de Controle Administrativo - PCA
Requerido: Ministério Público do Trabalho

DECISÃO

(...) Assim, o argumento apresentado não se mostra suficiente para justificar a aplicação da exceção do sigilo, ficando, por conseguinte, revogada a determinação que inicialmente concedeu a medida.

Diante disso, intimem-se o requerente deste feito e dos PCA's nos 1745/2013-19 e 1751/2013-76, em apenso, dando-lhes ciência desta decisão e conferindo-lhes oportunidade para manifestar, no prazo de 5 dias, sobre o interesse no prosseguimento dos autos, nos termos do artigo 43, § 4º, do Regimento Interno do CNMP.

Comunique-se também o autor do PCA nº 1756/2013-07 do teor da presente decisão.

Oficie-se ao Procurador-Geral do Trabalho com cópia desta, para conhecimento, e para, caso queira, apresentar informações adicionais a respeito dos fatos, no prazo de 15 dias.

Junte-se cópia da decisão nos procedimentos em apenso.

Publique-se edital para conhecimento de eventuais interessados, conforme artigo 126 do Regimento Interno do CNMP.

Conselheiro MARCELO FERRA DE CARVALHO
Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 928, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, §1º, inciso III, da Lei n.º 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013), e a autorização constante no art. 4º, inciso XVI, da Lei n.º 12.798, de 04 de abril de 2013 (LOA 2013), e tendo em vista o disposto na Portaria SOF n.º 27, de 12 de abril de 2013, resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 12.798, de 04 de abril de 2013), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							400.000
		ATIVIDADES							
03 365	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							335.000
03 365	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	335.000
03 306	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							65.000
03 306	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	65.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							400.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							400.000
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

PORTARIA Nº 929, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, §1º, inciso III, da Lei n.º 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO 2013), e a autorização constante no art. 4º, inciso XVI, da Lei n.º 12.798, de 04 de abril de 2013 (LOA 2013), e tendo em vista o disposto na Portaria SOF n.º 27, de 12 de abril de 2013, resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 12.798, de 04 de abril de 2013), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 467.500,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							170.000
		ATIVIDADES							
03 301	0581 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							128.000
03 301	0581 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	128.000
03 306	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							42.000
03 306	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	42.000
TOTAL - FISCAL									42.000
TOTAL - SEGURIDADE									128.000
TOTAL - GERAL									170.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							130.000
		ATIVIDADES							
03 306	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							130.000
03 306	0581 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							130.000
			F	3	1	90	0	100	130.000
TOTAL -FISCAL									130.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							167.500
		ATIVIDADES							
03 365	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							167.500
03 365	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							167.500
			F	3	1	90	0	100	167.500
TOTAL - FISCAL									167.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									167.500

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							170.000
		ATIVIDADES							
03 365	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							85.412
03 365	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							85.412
			F	3	1	90	0	100	85.412
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							84.588
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							84.588
			F	3	1	90	0	100	84.588
TOTAL - FISCAL									170.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									170.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							130.000
		ATIVIDADES							
03 365	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							100.000
03 365	0581 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							100.000
			F	3	1	90	0	100	100.000
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							30.000
03 331	0581 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							30.000
			F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									130.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									130.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							167.500
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							167.500
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							167.500
			F	3	1	90	0	100	167.500
TOTAL - FISCAL									167.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									167.500

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 930, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 524, de 22 de novembro de 2013, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 49, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, e os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos de Outras Despesas Correntes e de Capital constantes da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior e dos créditos adicionais supracitados, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no anexo II desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGR nº 852, de 27 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 232, Seção 1, de 29 de novembro de 2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013122000149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
LIMITAÇÃO DE EMPENHO

34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.13AV.5664 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Brasília - DF - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	140.000
03.122.0581.7J45.3273 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES	4.4.90.00	100	1.990.766
03.122.0581.1I42.4071 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR - No Município de Campo Mourão - PR	4.4.90.00	100	105.000
03.122.0581.13A2.5296 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Cáceres - MT - No Município de Cáceres - MT	4.4.90.00	100	240.000
03.122.0581.5269.5314 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Cuiabá - MT - No Município de Cuiabá - MT	4.4.90.00	100	374.000
03.125.0581.2508.0001 - Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - Nacional	3.3.90.00 4.4.90.00	100 100	12.529.225 10.000.000
T O T A L			25.378.991

34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.12DN.3341 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ	4.4.90.00	100	1.939.036
T O T A L			1.939.036

34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.062.0581.4261.0053 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal	3.3.90.00 4.4.90.00	100 100	31.100 400.000
03.131.0581.2549.0001 - Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	3.3.90.00	100	34.916
03.122.0581.13C1.0053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia em Brasília - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	318.050
03.122.0581.13C2.0053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião em Brasília - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	383.667
03.122.0581.1A51.0053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Ceilândia em Brasília - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	72.938
03.122.0581.13C9.0053 - Ampliação do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga em Brasília - DF - No Distrito Federal	4.4.90.00	100	3.387.658
T O T A L			4.628.329

34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO — R$1,00

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.062.0581.4262.0001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	3.3.90.00 4.4.90.00	100 100	500.000 2.820.534
03.122.0581.7E48.1048 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE - No Município de Fortaleza - CE	4.4.90.00	100	1.620.318
03.122.0581.14PM.0795 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Bom Jesus - PI - No Município de Bom Jesus - PI	4.4.90.00	100	600.000
03.122.0581.13CB.5027 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS - No Município de Porto Alegre - RS	4.4.90.00	100	5.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

03.122.0581.13CC.2053 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Eunápolis - BA - No Município de Eunápolis - BA	4.4.90.00	100	7.000
03.122.0581.13CD.1695 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Recife - PE - No Município de Recife - PE	4.4.90.00	100	567.147
03.122.0581.13CA.5664 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	1.701.441
03.122.0581.7T77.0166 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Rio Branco - AC - No Município de Rio Branco - AC	4.4.90.00	100	13.600
03.122.0581.7T93.0421 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Araguaína - TO - No Município de Araguaína - TO	4.4.90.00	100	630.000
03.122.0581.13CG.0269 - Reforma, Adaptação e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Belém - PA - No Município de Belém - PA	4.4.90.00	100	298.400
03.122.0581.14PQ.5218 - Aquisição de Imóvel para Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande - MS - No Município de Campo Grande - MS	4.5.90.00	100	700.000
03.122.0581.14PN.5512 - Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho de Goiânia - GO - No Município de Goiânia - GO	4.5.90.00	100	5.700.000
03.122.0581.7772.5664 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília - DF - Em Brasília - DF	4.4.90.00	100	500.000
T O T A L			20.658.440
T O T A L G E R A L			52.604.796

ANEXO II

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2013
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
ATÉ DEZEMBRO	3.380.274.600	1.223.704.068

Nota 1: Esta programação poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.
Nota 2: Recurso recebido pelo Ministério Público da União até 18 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 931, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, §1º, inciso III da Lei n.º 12.708, de 17 de agosto de 2012, e a autorização constante no art. 4º, inciso VI, alínea "a" da Lei n.º 12.798, de 4 de abril de 2013 e tendo em vista o disposto na Portaria SOF n.º 27, de 12 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 28.750.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.900.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.900.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.900.000
			S	1	1	90	0	100	8.900.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.900.000
TOTAL - GERAL									8.900.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.200.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.200.000
			S	1	1	90	0	100	2.200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.200.000
TOTAL - GERAL									2.200.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.850.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.850.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							9.850.000
			S	1	1	90	0	100	9.850.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.850.000
TOTAL - GERAL									9.850.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.800.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.800.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							7.800.000
			S	1	1	90	0	100	7.800.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.800.000
TOTAL - GERAL									7.800.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							24.000.000
		ATIVIDADES							
03 122	0581 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							24.000.000
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							24.000.000
			F	1	1	90	0	100	24.000.000
TOTAL - FISCAL									24.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.000.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							550.000
		ATIVIDADES							
03 122	0581 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							550.000
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							550.000
			F	1	1	90	0	100	550.000
TOTAL - FISCAL									550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									550.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.600.000
		ATIVIDADES							
03 122	0581 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.600.000
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							1.600.000
			F	1	1	90	0	100	1.600.000
TOTAL - FISCAL									1.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.600.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							2.600.000
		ATIVIDADES							
03 122	0581 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							2.600.000
03 122	0581 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							2.600.000
			F	1	1	90	0	100	2.600.000
TOTAL - FISCAL									2.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.600.000

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 168, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a obrigatória publicação mensal dos mapas demonstrativos de movimento de processos, nos termos da Resolução nº 27, de 21/05/97, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho,

Determina a publicação, no Diário Oficial da União, dos Mapas de Produtividade e de Atuação Custos Legis de 1° Grau, anexos, referentes ao mês de novembro de 2013.

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MAPA DE PRODUTIVIDADE (CUSTOS LEGIS)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
7ª REGIÃO
MÊS/ANO: NOVEMBRO /2013
I - ATUAÇÃO NO 1º GRAU (CUSTOS LEGIS)

PROCURADOR	SIT.	SALDO ANT.	DISTRIB.	TOTAL	RESTITUÍDOS		SALDO ATUAL				AUD.	INTERV.	DIV.
					NORMAL	COTA	EXERC. ANT.	MESES ANT.	MÊS ATUAL	TOTAL			
Antonio de Oliveira Lima	10	1	2	3	-	1	-	-	2	2	-	-	-
Ana Valéria Targino De Vasconcelos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Leonardo Holanda Silva	11	1	2	3	2	1	-	-	-	-	1	2	-
Cláudio Alcântara Meireles	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2	3	-	-
Francisca Helena Duarte Camelo	-	4	-	4	-	-	-	4	-	4	1	-	-
Francisco Gérson Marques de Lima	-	1	1	2	1	-	-	-	1	1	-	1	-
Francisco José Parente Vasconcelos Júnior	-	2	2	4	2	2	-	-	-	-	-	2	-
Geórgia Maria da Silveira Aragão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juliana Sombra Peixoto Garcia	15	1	-	1	-	-	-	1	-	1	1	-	-
Lorena Brandão Landim Camarotti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mariana Férrer Carvalho Rolim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ricardo Araújo Cozer	15	-	2	2	1	1	-	-	-	-	1	1	-
TOTAL		10	11	21	6	5	-	5	5	10	7	6	-

Situação(SIT): 10-Proc-Chefe 11-Proc-Chefe Substituto 14-Férias 15 - Licença-Médica 16 - Licença Prêmio
II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM AS VARAS

RECEBIDOS	REMETIDOS	DIFERENÇA ENTRE RECEBIDO/REMETIDO
11	11	-

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA

AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMESSA	TOTAL EXIST.
-	10	-	10

Publicação obrigatória de acordo com a Resolução nº 27/97 de 04.04.97 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho

Fortaleza, 6 de dezembro de 2013.
LAUREDÍSIA CARVALHO RIBEIRO PASSOS
Chefe da Secretaria da Coordenadoria de 2º Grau

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA
Procurador-Chefe

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
7ª REGIÃO
MÊS/ANO: NOVEMBRO / 2013
I - PRODUTIVIDADE

PROCURADOR	SIT.	SALDO ANTERIOR	DISTRIB.	REDISTRIB.	TOTAL	RESTITUÍDOS		SALDO ATUAL				SESSÕES	AUD. D.C.	PAREC. ORAL
						NORMAL	COTA	EXERC. ANT.	MESES ANT.	MÊS ATUAL	TOTAL			
Antonio de Oliveira Lima	10	-	19	-	19	1	-	-	-	18	18	1	-	-
Carlos Leonardo Holanda Silva	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Evanna Soares	14	-	120	-	120	107	13	-	-	-	-	4	-	-
Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque	-	-	121	-	121	107	14	-	-	-	-	4	-	-
Francisco Gérson Marques de Lima	14	-	2	-	2	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Nicodemos Fabrício Maia	-	1	86	-	87	78	7	-	1	1	2	4	-	1
TOTAL		1	348	-	349	294	34	-	1	20	21	16	-	1

Situação (SIT) : 10-Proc-Chefe 11-Proc-Chefe Substituto 14 - Férias 15 - Licença Médica
II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM O TRIBUNAL

RECEBIDOS	REMETIDOS	DIFERENÇA ENTRE RECEBIDO/REMETIDO
348	328	20

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA

AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMESSA	TOTAL EXIST.
-	21	-	21

IV - OBSERVAÇÕES:

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA:
4/11 - Entrevista sobre a ACEPETI - Agenda Cearense de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, concedida à TV Diário, ao Jornal O Povo, à TV Justiça e à Rádio Verdes Mares;
4 e 5/11 - 1º Seminário da Agenda Cearense de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - ACEPETI;
5/11 - Entrevista sobre a ACEPETI - Agenda Cearense de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, concedida à Rádio Universitária;
7 a 10/11 - XXV Encontro Nacional de Procuradores do Trabalho, em Salvador-BA;
12/11 - Entrevista sobre o Disque 100 (Disque Direitos Humanos da Presidência da República), concedida ao Informativo Dom Bosco - 2ª edição;
12/11 - Entrevista sobre a Escola no Combate ao Trabalho Infantil, concedida à Rede Promenino Fundação Telefônica;
13/11 - Reunião da CONAETI - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, em Brasília-DF;
14/11 - Palestrante na Audiência Pública sobre "o Projeto de Lei nº 4.330/2004 e a Terceirização no Serviço Público";
18/11 - XIX Reunião Nacional da CONAP, em Brasília;
20/11 - Fórum Nacional de Aprendizagem, na SRTE, em Fortaleza;
22/11 - Reunião com a Coordenação Nacional da COORDINFÂNCIA, com os Gerentes de Projetos Nacionais, a Assessoria de Gestão Estratégica e Coordenação do MPT Digital, para deliberação dos procedimentos a serem adotados com vistas à coleta de dados dos Projetos Nacionais, relativos ano de 2013 - Participação na condição de Gerente Nacional do Projeto MPT na Escola;
27 e 28/11 - II Seminário Internacional de Educação Integral em Jornada Ampliada, promovido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), por intermédio da Diretoria de Currículos e Educação Integral (DICEI), em Brasília, tendo proferido palestra sobre "A Educação Integral e seu impacto na superação das vulnerabilidades sociais";
28/11 - Entrevista sobre o II Seminário Internacional de Educação Integral em Jornada Ampliada, concedida à Rádio MPT/Agência web;
29/11 - Entrevista concedida à Revista F, da FETAMCE, sobre Terceirizações - PL 4330/2004;
29/11 - Entrevista concedida à Rádio Assembleia sobre a ACEPETI.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANA VALÉRIA TARGINO DE VASCONCELOS:
7 a 10/11 - XXV Encontro Nacional de Procuradores do Trabalho, em Salvador-BA.
CARLOS LEONARDO HOLANDA SILVA:
18 a 24/11; 29 e 30/11 - Férias;
26 e 27/11 - Reunião da CONAET, em Bauru-SP.
FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE:
20/11 - 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Ceará - COETRAE/CE;
28/11 - Solenidade de inauguração da 2ª Vara do Trabalho de Sobral e implantação do Processo Eletrônico.
FRANCISCA HELENA DUARTE CAMELO:
21 e 22/11 - 1º Congresso Regional de Trabalho Seguro no Transporte Rodoviário, em Campinas-SP.
FRANCISCO GÉRSON MARQUES DE LIMA:
7 a 10/11 - XXV Encontro Nacional de Procuradores do Trabalho, em Salvador-BA;
21/11 - Gravação de Vídeo para o novo Curso de Ambientação ao MPT, realizado em Brasília no período de 18 a 22 de novembro de 2013;
25/11 - Participar como Representante do MPT no Simpósio "Organização e Garantias Sindicais", realizado pelo TST, em Brasília-DF, apresentando o tema "Garantias dos Dirigentes Sindicais e Proteção em Face dos Atos Antissindicais";
26/11 - Ministrar palestra com o tema "As Fontes de Custeio do Movimento Sindical", no Encontro Nacional Jurídico dos Trabalhadores, organizado pela CONTRACS em Brasília.
FRANCISCO JOSÉ PARENTE VASCONCELOS JÚNIOR:
20 a 24/11 - Licença Paternidade;
GEORGIA MARIA DA SILVEIRA ARAGÃO:
7 a 10/11 - XXV Encontro Nacional de Procuradores do Trabalho, em Salvador-BA;
20 a 22/11 - Curso de Aperfeiçoamento sobre "Recurso de Revista e Recurso Extraordinário", realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília-DF.
JULIANA SOMBRA PEIXOTO GARCIA:
29/10 a 12/11 e 13 a 26/11 - Licença Médica.
LORENA BRANDÃO LANDIM CAVALCANTTI:
28/10 a 16/11 - Férias;
18/11 - Participação no I Seminário de Fortalecimento de Rede Propostas de Ações Urgentes e Prioritárias do Município de Juazeiro em relação à Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em atendimento à ACEPETI - Agenda Cearense de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;
21/11 - Reunião do FRETISUL - Fórum Regional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente no Cariri e Centro Sul do Ceará;
28/11 - VI Encontro Macrorregional de Saúde do Trabalhador: Acidente do Trabalho, tendo proferido palestra com o tema: "Acidente do Trabalho com Criança e Adolescente".
MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM:
26/11 a 25/12 - Licença médica.
NICODEMOS FABRÍCIO MAIA:
08/11 - Lançamento do Livro do Juiz do Trabalho Konrad Saraiva Mota;
19 a 22/11 - Reunião Nacional da CONATPA, em Recife-PE;
19 a 22/11 - II Congresso Brasileiro de Direito Portuário e Aquaviário.
RICARDO ARAÚJO COZER:
4/10 a 2/11 - Licença médica.
Última distribuição ordinária de processos em 22/11/2013.

Publicação obrigatória de acordo com a Resolução nº 27/97 de 21.05.97 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho

Fortaleza, 6 de dezembro de 2013.
LAUREDÍSIA CARVALHO RIBEIRO PASSOS
Chefe da Secretaria da Coordenadoria de 2º Grau

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA
Procurador-Chefe

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 782, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001602.2013.20.000/2
REPRESENTADO: JAIRO
TEMA(s): 07.01.01. Exploração Sexual Comercial

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 07.01.01. Exploração Sexual Comercial, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº783, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001745.2013.20.000/1
REPRESENTADO: JOELMA, PILO
TEMA(s): 07.04.01. Trabalho com idade Inferior a 16 anos

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 07.04.01. Trabalho com idade Inferior a 16 anos, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor WELDON DE BRITO FONSECA para atuar como secretário;

LUIS FABIANO PEREIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº784, DE 19 DE DEZMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001825.2013.20.000/6
REPRESENTADO: HIPER MERCADO J M LTDA - EPP
TEMA(s): 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.10. FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.04. CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.10. FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor WELDON DE BRITO FONSECA para atuar como secretário;

LUIS FABIANO PEREIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº785, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001820.2013.20.000/9
REPRESENTADO: CASANOVA HABITACAO E CONSTRUCOES LTDA.
TEMA(s): 09.14.01. Alimentação do Trabalhador

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.14.01. Alimentação do Trabalhador, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor WELDON DE BRITO FONSECA para atuar como secretário;

LUIS FABIANO PEREIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº786, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001755.2013.20.000/8
REPRESENTADO: CRISTINA, JUNINHA, MARIA DO CARMO
TEMA(s): 07.01.01. Exploração Sexual Comercial

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 07.01.01. Exploração Sexual Comercial, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor WELDON DE BRITO FONSECA para atuar como secretário;

LUIS FABIANO PEREIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 787, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001593.2013.20.000/8
REPRESENTADO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF) - CODEVASF
TEMA(s): 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 788, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001592.2013.20.000/2
REPRESENTADO: MULTSERV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
TEMA(s): 09.01. ABUSOS DECORRENTES DO PODER HIERÁRQUICO DO EMPREGADOR (campo de especificação obrigatória), 09.06.03.05. Feriados

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.01. ABUSOS DECORRENTES DO PODER HIERÁRQUICO DO EMPREGADOR (campo de especificação obrigatória), 09.06.03.05. Feriados, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 789, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001757.2013.20.000/9
REPRESENTADO: PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
TEMA(s): 06.01.02.04. Exercício Regular de um Direito, inclusive de Ação ou de Denúncia

O Ministério Público do Trabalho, pelo Procurador que ao final subscreve, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 06.01.02.04. Exercício Regular de um Direito, inclusive de Ação ou de Denúncia, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 790, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001766.2013.20.000/0
REPRESENTADO: YAZAKI DO BRASIL LTDA.
TEMA(s): 01.01.01. Acidente de Trabalho Típico ou por Equiparação, 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, 01.01.10. Ergonomia, 01.01.12. PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, 01.01.14. PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.14.01. Alimentação do Trabalhador

O Ministério Público do Trabalho, pelo Procurador que ao final subscreve, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.01. Acidente de Trabalho Típico ou por Equiparação, 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, 01.01.10. Ergonomia, 01.01.12. PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, 01.01.14. PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.14.01. Alimentação do Trabalhador, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 791, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001749.2013.20.000/3
REPRESENTADO: JC E JV IRMÃOS LTDA. ME
TEMA(s): 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 01.01.12. PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, 01.01.14. PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, 01.02.07. Máquinas e Equipamentos

O Ministério Público do Trabalho, pelo Procurador do Trabalho que ao final subscreve, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 01.01.12. PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, 01.01.14. PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, 01.02.07. Máquinas e Equipamentos, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 792, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001631.2013.20.000/6
REPRESENTADO: VIAÇÃO PROGRESSO LTDA.
TEMA(s): 09.01. ABUSOS DECORRENTES DO PODER HIERÁRQUICO DO EMPREGADOR (campo de especificação obrigatória), 09.10. FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, 09.14.09. Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios (campo de especificação obrigatória)

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.01. ABUSOS DECORRENTES DO PODER HIERÁRQUICO DO EMPREGADOR (campo de especificação obrigatória), 09.10. FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, 09.14.09. Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios (campo de especificação obrigatória), resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 794, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001598.2013.20.000/5
REPRESENTADO: SÉRGIO BEZERRA
TEMA(s): 07.04.01. Trabalho com idade Inferior a 16 anos, 07.06. OUTROS TEMAS PREVISTOS NAS DEMAIS ÁREAS TEMÁTICAS (incluir obrigatoriamente o código do tema complementar)

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 07.04.01. Trabalho com idade Inferior a 16 anos, 07.06. OUTROS TEMAS PREVISTOS NAS DEMAIS ÁREAS TEMÁTICAS (incluir obrigatoriamente o código do tema complementar), resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº795, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001744.2013.20.000/6
REPRESENTADO: SERVIO RAIMUNDO SOBRINHO PINTURAS - ME
TEMA(s): 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.09. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor WELDON DE BRITO FONSECA para atuar como secretário;

LUIS FABIANO PEREIRA
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 796, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001591.2013.20.000/7
REPRESENTADO: ROCHA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME
TEMA(s): 09.06.03.04. Férias, 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias, 09.10. FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.06.03.04. Férias, 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias, 09.10. FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 798, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001628.2013.20.000/8
REPRESENTADO: CEMASTER CENTRO DE EXCELENCIA MASTER (COLÉGIO MASTER)
TEMA(s): 06.01.03.03. Informação Desabonadora

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 06.01.03.03. Informação Desabonadora, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

PORTARIA Nº 799, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001666.2013.20.000/2
REPRESENTADO: PINHEIRO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
TEMA(s): 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 01.01.07. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor RAFAEL IKEJIRI CARRARA para atuar como secretário;

MANOEL ADROALDO BISPO
Procurador do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

DECISÕES DO PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PROTOCOLO 1591/2013/PGJM
PEÇA DE INFORMAÇÃO 50-25.2013.1105
EMENTA. INFORMAÇÕES SUPOSTAMENTE INVERÍDICAS PRESTADAS PELA DIREÇÃO DO HCE AO MPF. ST E SGT ESCALADOS PARA EXERCER FUNÇÕES DE AUXÍLIO À ENFERMAGEM SEM REGISTRO NO COREN/RJ. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE CRIME MILITAR. ARQUIVAMENTO COM RELAÇÃO AO OFICIAL-GENERAL REPRESENTADO.

Notícia-crime apresentada por ex-Sargento em desfavor do Diretor do Hospital Central do Exército, além de outros militares e civis. Informações supostamente inverídicas prestadas pela Direção do HCE em Procedimento Administrativo do MPF instaurado para apurar possíveis irregularidades na escala de ST e Sgt para exercer funções de auxílio à enfermagem sem registro no COREN/RJ. Ausência de indícios da prática de crime militar por parte do Oficial-General representado. Arquivamento do feito com relação ao militar detentor de foro por prerrogativa de posto por falta de justa causa para a instauração de procedimento de natureza criminal no âmbito da PGJM.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2013.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

PROTOCOLO 2866/2013/PGJM
PEÇAS DE INFORMAÇÃO
EMENTA. ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. NORMAS INTERNAS DE AVALIAÇÃO. PLEITO DE ANULAÇÃO. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE DADOS CONCRETOS A RESPEITO DE ALUNOS PREJUDICADOS OU MILITARES QUE COMETAM INJUSTIÇAS NAS AVALIAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

Requerimento anônimo de anulação de normas internas de avaliação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Alegação de injustiça na avaliação de alunos no tocante à Nota da Área Afetiva. Matéria administrativa. Ausência de dados concretos a respeito de quais capitães-alunos vêm sendo prejudicados, bem como acerca de quais militares vêm cometendo as alegadas injustiças nas avaliações, a impedir, por ora, qualquer atuação do Ministério Público Militar. Arquivamento do feito determinado pelo PGJM.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2013.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 96, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O Promotor de Justiça Adjunto do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.264487/13-85, que tem como interessado Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, para apurar atos improbidade supostamente ocorridos no Sistema de Bilhetagem Automática, aplicado ao Serviço de Transporte Público Coletivo do DF - STPC-DF, bem como irregularidades na Concorrência nº 01/2011 - ST/DF, Lotes nº 1 e 2.

CLÁUDIO JOÃO MEDEIROS MIYAGAWA FREIRE

PORTARIA Nº 97, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O Promotor de Justiça Adjunto do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.264477/13-21, que tem como interessados Novacap e CVE Maroclo Construtora LTDA-ME, para apurar atos improbidade administrativa relacionados à contratação de empresa para elaboração de projetos básicos e executivos para reforma do Ginásio Nilson Nelson e Tenda, Centro Poliesportivo Ayrton Senna.

CLÁUDIO JOÃO MEDEIROS MIYAGAWA FREIRE

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 307, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NA PRESIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 28, inciso XXXIV, e 31, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

Considerando o disposto no art. 39, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO), combinado com o art. 4º, inciso VI, alínea "a", da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (LOA),

Considerando as disposições contidas na Portaria SOF nº 27, de 12 de abril de 2013; e

Tendo em vista as informações constantes do Processo nº TC-002.932/2013-0, resolve:

Art. 1º Fica aberto, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito adicional suplementar no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para atender à programação exposta no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os créditos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ

ANEXOS

ANEXO I

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9 0.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9 0.000
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							90.000
			S	1	1	90	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9 0.000
TOTAL - GERAL									9 0.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União

UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0550		Controle Externo							9 0.000
		ATIVIDADES							
01 122	0550 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							9 0.000
01 122	0550 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional							90.000
			F	1	1	90	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL									90 .000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9 0.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 272, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a alteração da localização de varas federais, no âmbito da 3ª Região, estabelecida nos Anexos I e II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido nos Processos n. CJF-PPN-2013/00060, CJF-PPN-2013/00061 e CJF-PPN-2013/00064, na sessão realizada em 9 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar a localização das varas federais originalmente destinadas aos municípios de Campinas - SP, Ribeiro Preto - SP e Sorocaba - SP, com instalação prevista para 2014, remanejando-as para os municípios de Mauá - SP, São Vicente - SP e Barueri - SP, respectivamente.

Art. 2º Atualizar, em decorrência do disposto no artigo anterior, os Anexos I e II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Min. FELIX FISCHER

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
1ª Região	Distrito Federal	Brasília	1	
	Acre	Cruzeiro do Sul	1	
	Amapá	Laranjal do Jari*	1	
		Oiapoque*	1	
	Amazonas	Manaus	2	
		Tefé	1	
	Bahia	Salvador	1	
		Alagoinhas	1	
		Bom Jesus da Lapa	1	
		Feira de Santana	2	
		Irecê	1	
		Itabuna	1	
		Teixeira de Freitas	1	
		Vitória da Conquista	1	
	Goiás	Goiânia	2	
		Anápolis	1	
		Itumbiara	1	
		Jataí	1	
		Formosa	1	
		Uruaçu	1	
	Mato Grosso	Cuiabá	3	
		Cáceres	1	
		Barra do Garças	1	
		Diamantino	1	
		Juína	1	
		Sinop	1	
	Maranhão	São Luís	6	
		Balsas	1	
		Bacabal	1	
		Imperatriz	1	
	Minas Gerais	Belo Horizonte	3	
		Contagem	3	
		Governador Valadares	1	
		Ipatinga	1	
		Ituiutaba	1	
		Janaúba	1	
		Juiz de Fora	2	
		Manhuaçu	1	
		Montes Claros	2	
		Muriaé	1	
		Paracatu	1	
		Patos de Minas	1	
		Ponte Nova	1	
		Poços de Caldas	1	
		Pouso Alegre	1	
		Teófilo Otoni	1	
		Uberaba	2	
		Uberlândia	2	
		Unaí	1	
		Varginha	1	
		Viçosa	1	
	Pará	Belém	4	
		Itaituba	1	
		Marabá	1	
		Paragominas	1	
		Redenção	1	
		Santarém	1	
		Tucuruí	1	
	Piauí	Teresina	2	
		Corrente	1	
		Floriano	1	
		Parnaíba	1	
		São Raimundo Nonato	1	
	Rondônia	Porto Velho	2	
		Guajará Mirim*	1	
		Ji-Paraná	1	
		Vilhena	1	
	Roraima	Boa Vista	1	
	Tocantins	Palmas	1	
		Araguaína	1	
		Gurupi	1	
Total			94	41%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
2ª Região	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	14	
		São Pedro da Aldeia	1	
		Campos dos Goytacazes	1	
		Duque de Caxias	2	
		Itaboraí	1	
		Nova Iguaçu	2	
		São Gonçalo	1	
		São João de Merití	1	
	Espiríto Santo	Serra	1	
		Cachoeiro do Itapemirim	1	
Total			25	11%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
3ª Região	São Paulo	São Paulo	5	
		Americana	1	
		Araçatuba	1	
		Araraquara	1	
		Avaré	1	
		Barueri	1	
		Bauru	1	
		Barretos	1	
		Botucatu	1	
		Bragança Paulista	1	
		Campinas	1	
		Guarulhos	1	
		Limeira	2	
		Cruzeiro	1	
		Franca	1	
		Itapeva	1	
		Jundiaí	1	
		Lins	1	
		Mauá	2	
		Mogi das Cruzes	1	
		Osasco	2	
		Ourinhos	1	
		Piracicaba	2	
		Presidente Prudente	1	
		Santo André	1	
		Santos	1	
		Sorocaba	1	
		São Bernardo do Campo	1	
		São José dos Campos	1	
		São Vicente	2	
		Taubaté	2	
	Mato Grosso do Sul	Ponta Porã*	1	
		Dourados	1	
Total			43	19%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
4ª Região	Rio G. do Sul	Porto Alegre	2	
		Canoas	1	
		Capão da Canoa	1	
		Carazinho	1	
		Erechim	1	
		Gravataí	1	
		Palmeira das Missões	1	
	Paraná	Curitiba	2	
		Apucarana	1	
		Campo Mourão	1	
		Foz do Iguaçu	2	
		Guaíra*	1	
		Ponta Grossa	1	
	Santa Catarina	Criciúma	1	
		Itajaí	1	
		Joaçaba	1	
		Joinville	1	
Total			20	9%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
5ª Região	Ceará	Fortaleza	6	
		Itapipoca	1	
		Juazeiro do Norte	2	
		Limoeiro do Norte	1	
		Maracanaú	2	
		Sobral	2	
	Rio G. do Norte	Natal	1	
		Açu	1	
		Mossoró	2	
		Ceará-Mirim	1	
		Pau dos Ferros	1	
	Paraíba	João Pessoa	2	
		Guarabira	1	
		Monteiro	1	
		Patos	1	
		Sousa	1	
	Pernambuco	Recife	4	
		Arcoverde	1	
		Jaboatão dos Guararapes	2	
		Cabo de Santo Agostinho	2	
		Caruaru	3	
		Garanhuns	1	
		Serra Talhada	1	
	Alagoas	Maceió	3	
		Arapiraca	2	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Santana do Ipanema	1	
	Sergipe	Lagarto	1	
		Propriá	1	
Total			48	21%
Total Geral			230	100%

Nota:
* Municípios em região de fronteira
Legenda:
Municípios na cor Azul não possuem a presença da Justiça Federal

Anexo II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010, alterada pela Resolução n. CJF-RES-2013/00272, de 18 de dezembro de 2013.
CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2010

Região	Municípios
1ª Região	1. Araguaína/TO
	2. Bacabal/MA
	3. Belém/PA
	4. Belo Horizonte/MG
	5. Brasília/DF
	6. Cuiabá/MT
	7. Diamantino/MT
	8. Guajará Mirim/RO
	9. Manaus/AM
	10. Paracatu/MG
	11. Parnaíba/PI
	12. Formosa/GO
	13. Porto Velho/RO
	14. São Luís/MA
	15. São Luís/MA
	16. Teófilo Otoni/MG
	17. Teresina/PI
	18. Unaí/MG
	19. Uruaçu /GO
2ª Região	1. Duque de Caxias/RJ
	2. Nova Iguaçu/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. São Gonçalo/RJ
	5. Serra/ES
3ª Região	1. Barretos/SP
	2. Itapeva/SP
	3. Mauá/SP
	4. Osasco/SP
	5. Osasco/SP
	6. Piracicaba/SP
	7. Presidente Prudente/SP
	8. São Paulo/SP
	9. Taubaté/SP
4ª Região	1. Canoas/RS
	2. Guaíra/PR
	3. Itajaí/SC
5ª Região	1. Caruaru/PE
	2. Fortaleza/CE
	3. Fortaleza/CE
	4. Fortaleza/CE
	5. Juazeiro do Norte/CE
	6. Monteiro/PB
	7. Mossoró/RN
	8. Recife/PE
	9. Recife/PE
	10. Sobral/CE

Anexo II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010, alterada pela Resolução n. CJF-RES-2013/00272, de 18 de dezembro de 2013.
CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2011

Região	Municípios
1ª Região	1. Barra do Garças/MT
	2. Contagem/MG
	3. Contagem/MG
	4. Feira de Santana/BA
	5. Goiânia/GO
	6. Gurupi/TO
	7. Ipatinga/MG
	8. Irecê/BA
	9. Jataí/GO
	10. Laranjal do Jari/AP
	11. Manhuaçu/MG
	12. Marabá/PA
	13. Montes Claros/MG
	14. Muriaé/MG
	15. Oiapoque/AP
	16. Redenção/PA
	17. São Luís/MA
	18. Teixeira de Freitas/BA
	19. Uberlândia/MG
2ª Região	1. Duque de Caxias/RJ
	2. Itaboraí/RJ
	3. Nova Iguaçu/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. Rio de Janeiro/RJ
3ª Região	1. Americana/SP
	2. Campinas/SP
	3. Dourados/MS
	4. Jundiaí/SP
	5. Lins/SP
	6. Mogi das Cruzes/SP
	7. Ponta Porã/MS
	8. Santo André/SP
	9. São Vicente/SP
4ª Região	1. Capão da Canoa/RS
	2. Foz do Iguaçu/PR
	3. Gravataí/RS
	4. Porto Alegre/RS
5ª Região	1. Açu/RN
	2. Arcoverde/PE
	3. Caruaru/PE
	4. Guarabira/PB
	5. Itapipoca/CE
	6. Jaboatão dos Guararapes/PE
	7. Jaboatão dos Guararapes /PE
	8. Maceió/AL
	9. Pau dos Ferros/RN

Anexo II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010, alterada pela Resolução n. CJF-RES-2013/00272, de 18 de dezembro de 2013.
CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2012

Região	Municípios
1ª Região	1. Alagoinhas/BA
	2. Belém/PA
	3. Belo Horizonte/MG
	4. Floriano/PI
	5. Goiânia/GO
	6. Imperatriz/MA
	7. Itumbiara/GO
	8. Juiz de Fora/MG
	9. Ji-Paraná/RO
	10. Manaus/AM
	11. Paragominas/PA
	12. Ponte Nova/MG
	13. Pouso Alegre/MG
	14. Santarém/PA
	15. Sinop/MT
	16. Tefé/AM
	17. Tucuruí /PA
	18. Viçosa/MG
	19. Vitória da Conquista/BA
2ª Região	1. São Pedro da Aldeia/RJ
	2. Campos dos Goytacazes/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. São João do Merití/RJ
3ª Região	1. Araraquara/SP
	2. Bauru/SP
	3. Botucatu/SP
	4. Franca/SP
	5. Limeira/SP
	6. Ourinhos/SP
	7. Santos/SP
	8. São Paulo/SP
	9. Sorocaba/SP
4ª Região	1. Carazinho/RS
	2. Foz do Iguaçu/PR
	3. Criciúma/SC
5ª Região	1. Arapiraca/AL
	2. Fortaleza/CE
	3. Garanhuns/PE
	4. João Pessoa/PB
	5. Juazeiro do Norte/CE
	6. Limoeiro do Norte/CE
	7. Mossoró/RN
	8. Natal/RN
	9. Patos/PB
	10. Santana do Ipanema/AL

Anexo II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010, alterada pela Resolução n. CJF-RES-2013/00272, de 18 de dezembro de 2013.
CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2013

Região	Municípios
1ª Região	1. Belém/PA
	2. Bom Jesus da Lapa/BA
	3. Cáceres/MT
	4. Cuiabá/MT
	5. Cruzeiro do Sul/AC
	6. Itaituba/PA
	7. Juína/MT
	8. Juiz de Fora/MG
	9. Montes Claros/MG
	10. Palmas/TO
	11. Patos de Minas/MG
	12. Salvador/BA
	13. São Luís/MA
	14. São Raimundo Nonato/PI
	15. Teresina/PI
	16. Uberaba/MG
	17. Uberaba/MG
	18. Uberlândia/MG
	19. Vilhena/RO
2ª Região	1. Rio de Janeiro/RJ
	2. Rio de Janeiro/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. Cachoeiro de Itapemirim/ES
3ª Região	1. Araçatuba/SP
	2. Bragança Paulista/SP
	3. Guarulhos/SP
	4. Limeira/SP
	5. Piracicaba/SP
	6. São José dos Campos/SP
	7. São Paulo/SP
	8. Taubaté/SP
4ª Região	1. Curitiba/PR
	2. Erechim/RS
	3. Joinville/SC
	4. Palmeira das Missões/RS
	5. Ponta Grossa/PR
5ª Região	1. Arapiraca/AL
	2. Cabo de Santo Agostinho/PE
	3. Cabo de Santo Agostinho/PE
	4. Lagarto/SE
	5. Maceió/AL
	6. Maceió/AL
	7. Recife/PE
	8. Sobral/CE
	9. Sousa/PB

Anexo II da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010, alterada pela Resolução n. CJF-RES-2013/00272, de 18 de dezembro de 2013.
CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO DAS VARAS - 2014

Região	Municípios
1ª Região	1. Anápolis/GO
	2. Balsas/MA
	3. Belém/PA
	4. Belo Horizonte/MG
	5. Boa Vista/RR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	6. Contagem/MG
	7. Corrente/PI
	8. Cuiabá/MT
	9. Feira de Santana/BA
	10. Governador Valadares/MG
	11. Itabuna/BA
	12. Ituiutaba/MG
	13. Janaúba/MG
	14. Porto Velho/RO
	15. Poços de Caldas/MG
	16. São Luis/MA
	17. São Luis/MA
	18. Varginha/MG
2ª Região	1. Rio de Janeiro/RJ
	2. Rio de Janeiro/RJ
	3. Rio de Janeiro/RJ
	4. Rio de Janeiro/RJ
	5. Rio de Janeiro/RJ
3ª Região	1. Avaré/SP
	2. Barueri/SP
	3. Cruzeiro/SP
	4. Mauá/SP
	5. São Bernardo do Campo/SP
	6. São Paulo/SP
	7. São Paulo/SP
	8. São Vicente/SP
4ª Região	1. Apucarana/PR
	2. Campo Mourão/PR
	3. Curitiba/PR
	4. Joaçaba/SC
	5. Porto Alegre/RS
5ª Região	1. Caruaru/PE
	2. Fortaleza/CE
	3. Fortaleza/CE
	4. Propriá/SE
	5. João Pessoa/PB
	6. Maracanaú/CE
	7. Maracanaú/CE
	8. Ceará-Mirim/RN
	9. Recife/PE
	10. Serra Talhada/PE

RESOLUÇÃO Nº 273, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre os critérios de distribuição de competência das varas federais especializadas em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e naqueles praticados por organizações criminosas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o decidido no Processo n. CJF-PPN-2013/00024, na sessão realizada em 9 de dezembro de 2013 e considerando a Recomendação n. 3 do Conselho Nacional de Justiça, de 30 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º Os tribunais regionais federais, na área de sua jurisdição, deverão especializar varas federais criminais com competência exclusiva ou concorrente para processar e julgar:

I - os crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

II - os crimes praticados por organizações criminosas, independentemente do caráter transnacional ou não de suas infrações, assim definidas no § 1º do art. 1º da Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013.

Parágrafo único. Nas seções judiciárias onde houver três ou mais varas federais com competência criminal exclusiva, a especialização a que se referem os incisos deste artigo recairá em pelo menos duas delas, conforme o que dispuser o normativo de cada tribunal regional federal.

Art. 2º Deverá ser observada, no que for cabível, a Recomendação n. 3 do Conselho Nacional de Justiça, de 30 de maio de 2006.

Art. 3º Revogam-se as Resoluções n. 314, de 12 de maio de 2003, e a 517, de 30 de junho de 2006.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

RESOLUÇÃO Nº 275, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre alteração da Resolução n. CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 10, XXIII, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, e considerando o decidido no Processo n. CF-PPN-2012/00089, ad referendum, resolve:

Art. 1º O art. 13 da Resolução n. CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Os recursos disponíveis para o pagamento de passivos serão distribuídos de forma proporcional à participação do Conselho da Justiça Federal, dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias no total do passivo.

§ 1º Quando os recursos disponíveis forem insuficientes para o cumprimento integral dos passivos, será observada a seguinte ordem de prioridade, por unidade gestora, para o efetivo pagamento:

I - dívidas cujos beneficiários forem portadores de doença grave, especificada em lei;

II - dívidas cujos beneficiários tiverem idade igual ou superior a 60 anos;

III - ordem cronológica da decisão de concessão do benefício.

§ 2º Havendo vários beneficiários na mesma ordem de prioridade de que trata o § 1º, será feita a distribuição proporcional entre eles.

§ 3º Ressalvam-se do disposto neste artigo os passivos de valores brutos irrelevantes, assim considerados aqueles cujo montante total devido, por objeto e beneficiário, não ultrapassar R$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 4º O disposto no § 1º não se aplica quando existirem recursos orçamentários específicos alocados no orçamento para o cumprimento parcial de determinado passivo.

§ 5º Na hipótese do § 4º, a distribuição dos recursos será realizada de forma a atender todos os beneficiários na mesma proporção."

Art. 2º Acrescentar à Resolução n. CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012, o art. 13-A, com a seguinte redação:

"Art. 13-A. Observada a disponibilidade orçamentária, não se aplica o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 13 desta resolução às despesas com acertos da folha normal do exercício corrente e do mês de dezembro do ano anterior.

Parágrafo único. Para os efeitos do caput deste artigo, consideram-se acertos da folha normal despesas com pagamento a magistrados, servidores e pensionistas já previstas no mês de competência da obrigação, mas não processadas em época própria pela fonte pagadora, referentes a:

I - cargo efetivo;

II - subsídios;

III - cargo em comissão e função comissionada;

IV - Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ);

V - Vantagem Pecuniária Individual (VPI - Lei n. 10.698/2003);

VI - Adicional de Qualificação (AQ);

VII - Gratificação de Atividade Externa (GAE);

VIII - Gratificação de Atividade de Segurança (GAS);

IX - gratificação natalina;

X - adiantamento de férias;

XI - obrigações patronais;

XII - benefícios a magistrados e servidores;

XIII - progressão funcional;

XIV - substituições;

XV - proventos de aposentadorias e pensões;

XVI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XVII - abono de permanência;

XVIII - adicionais de férias, de trabalho noturno, de periculosidade e de insalubridade;

XIX - auxílio-natalidade e auxílio-funeral;

XX - indenização de férias;

XXI - indenizações decorrentes de extinção de vínculo funcional."

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

RESOLUÇÃO Nº 276, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n. CJF-RES-2013/00226, de 3 de janeiro de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, XXIII, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, e considerando o decidido no Processo n. CF-EOF 2012/00004, ad referendum, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Resolução n. CJF-RES-2013/00226, de 3 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os limites financeiros e as alterações no detalhamento dos elementos de despesa relativos às obrigações de que tratam os arts. 13, § 3º, e 13-A da Resolução n. CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012, serão encaminhados nos prazos fixados no item "a" dos Anexos I e II desta resolução."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 45, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 9.820.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 39 da Lei n.º 12.708/12, de 17 de agosto de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2013) c/c art. 4º da Lei n.º 12.798, de 4 de abril de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2013), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 27, de 12 de abril de 2013, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 11, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 457 com compensação, no valor global de R$ 9.820.000,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

ANEXO

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.074.973
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.074.973

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 306	0571 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	1.074.973 1.074.973
TOTAL - FISCAL									1.074.973
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.074.973

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							545.488
		ATIVIDADES							
02 365	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
02 365	0571 2010 0035	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	20.000 20.000
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							525.488
02 306	0571 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	525.488 525.488
TOTAL - FISCAL									545.488
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									545.488

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.023.554
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.023.554
02 306	0571 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100	1.023.554 1.023.554
TOTAL - FISCAL									1.023.554
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.023.554

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							972.294
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							972.294
02 306	0571 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100	972.294 972.294
TOTAL - FISCAL									972.294
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									972.294

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							754.434
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							754.434
02 306	0571 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	100	754.434 754.434
TOTAL - FISCAL									754.434
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									754.434

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							537.209
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							537.209
02 306	0571 2012 0026	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	100	537.209 537.209
TOTAL - FISCAL									537.209
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									537.209

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							67.819
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							67.819
02 306	0571 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará							67.819
			F	3	1	90	0	100	67.819
TOTAL - FISCAL									67.819
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									67.819

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							291.290
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							291.290
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							291.290
			F	3	1	90	0	100	291.290
TOTAL - FISCAL									291.290
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									291.290

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							633.509
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							633.509
02 306	0571 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							633.509
			F	3	1	90	0	100	633.509
TOTAL - FISCAL									633.509
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									633.509

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							359.514
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							359.514
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							359.514
			F	3	1	90	0	100	359.514
TOTAL - FISCAL									359.514
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									359.514

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							235.386
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							235.386
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							235.386
			F	3	1	90	0	100	235.386
TOTAL - FISCAL									235.386
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									235.386

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							456.651
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							456.651
02 306	0571 2012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina							456.651
			F	3	1	90	0	100	456.651
TOTAL - FISCAL									456.651
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									456.651

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							234.004
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							234.004
02 306	0571 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	0	100	234.004
TOTAL - FISCAL									234.004
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									234.004

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							206.716
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							206.716
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	206.716
TOTAL - FISCAL									206.716
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									206.716

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.110.753
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.110.753
02 306	0571 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	1.110.753
TOTAL - FISCAL									1.110.753
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.110.753

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							15.136
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							15.136
02 306	0571 2012 0021	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	0	100	15.136
TOTAL - FISCAL									15.136
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.136

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							82.127
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							82.127
02 306	0571 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	100	82.127
TOTAL - FISCAL									82.127
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									82.127

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							299.109
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							299.109
02 306	0571 2012 0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás	F	3	1	90	0	100	299.109
TOTAL - FISCAL									299.109
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									299.109

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							172.282
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							172.282
02 306	0571 2012 0027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas							172.282
			F	3	1	90	0	100	172.282
TOTAL - FISCAL									172.282
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									172.282

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							116.294
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							116.294
02 306	0571 2012 0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe							116.294
			F	3	1	90	0	100	116.294
TOTAL - FISCAL									116.294
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									116.294

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							85.146
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							85.146
02 306	0571 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte							85.146
			F	3	1	90	0	100	85.146
TOTAL - FISCAL									85.146
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									85.146

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							102.953
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							102.953
02 306	0571 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí							102.953
			F	3	1	90	0	100	102.953
TOTAL - FISCAL									102.953
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									102.953

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							231.045
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							231.045
02 306	0571 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							231.045
			F	3	1	90	0	100	231.045
TOTAL - FISCAL									231.045
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									231.045

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							212.314
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							212.314
02 306	0571 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul							212.314
			F	3	1	90	0	100	212.314
TOTAL - FISCAL									212.314
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									212.314

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.800.000
		ATIVIDADES							
02 306	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							9.800.000
02 306	0571 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							9.800.000
			F	3	1	90	0	100	9.800.000
TOTAL - FISCAL									9.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.800.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							20.000
		ATIVIDADES							
02 365	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
02 365	0571 2010 0042	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									20.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Fixa os valores de anuidades, da taxa de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e da taxa de emissão de carteira profissional para o exercício de 2014 e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 29, inciso III da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, o art. 70, inciso I do Regimento Geral aprovado pela Resolução CAU/BR n° 33, de 6 de setembro de 2012, e as Resoluções CAU/BR n° 3, de 15 de dezembro de 2011, e n° 14, de 3 de fevereiro de 2012, com a redação dada pela Resolução n° 37, de 9 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1° São fixados, para vigorarem a partir de 1° de janeiro de 2014, os seguintes valores de anuidades e taxas devidas aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF):

I) R$ 413,21 (quatrocentos e treze reais e vinte e um centavos) para a anuidade prevista no art. 42 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, devido pelos profissionais e pessoas jurídicas inscritos nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF);

II) R$ 70,83 (setenta reais e oitenta e três centavos), para a taxa de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) prevista no art. 49 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010;

III) R$ 42,23 (quarenta e dois reais e vinte e três centavos), para a taxa de emissão de carteira profissional prevista no art. 3° da Resolução CAU/BR n° 14, de 3 de fevereiro de 2012, com a redação dada pela Resolução CAU/BR n° 37, de 9 de novembro de 2012.

Art. 2° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 331, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a Instituição da Cédula de Identidade Profissional do Biólogo.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, criado pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a decisão do Plenário do CFBio na 277ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 13 de dezembro de 2013,resolve:

Art. 1º Instituir o modelo da Cédula de Identidade Profissional do Biólogo, a ser expedida pelos Conselhos Regionais de Biologia, que passará a ter as seguintes características: formato aberto: 85mm largura x 120mm altura e formato fechado: 85mm largura x 60mm altura; papel de segurança com marca d'água do fabricante e fibras coloridas 94g/m^2, impressão invisível reagente a luz ultravioleta azul; Impressão calcográfica cilíndrica (talho doce) e imagem latente da sigla CFBio; fundo numismático duplex, brasão e tarja especial com filigranas em negativo e positivo, texto microscópico em negativo e positivo com falha técnica e numeração tipográfica cor preta com 6 dígitos, no verso da cédula. Art. 2º A Cédula de Identidade Profissional do Biólogo emitida pelos Conselhos Regionais de Biologia, tem fé-pública, nos termos do disposto no art. 1º da Lei nº 6.206 de 07 de maio de 1975, e servirá de identidade pessoal do Biólogo, para fins de direito. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 2, de 21 de julho de 1997.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 01 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 01 que dispõe sobre redução ao valor recuperável de ativos.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1. Altera os itens 5, 20, 28, 78, as alíneas (a), (b) e (c) do item 4, a alínea (a) dos itens 12, 105 e 111, a alínea (b) do item 22, a alínea (f) do item 130, as alíneas (c) e (e) do item 134 e o inciso (i) da alínea (d) do item 134, altera a definição "valor justo" e exclui as definições "mercado ativo" e "valor residual" do item 6, inclui o item 53A e exclui os itens 25, 26 e 27 na NBC TG 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS que passam a vigorar com as seguintes redações:

"4. (...)

(a)controladas, conforme definido na NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas;

(b)coligadas, conforme definido na NBC TG 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e

(c)empreendimento controlado em conjunto, conforme definido na NBC TG 19 - Negócios em Conjunto.

5. Esta Norma não se aplica a ativos financeiros dentro do alcance da NBC TG 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, propriedades para investimento mensuradas ao valor justo, dentro do alcance da NBC TG 28 - Propriedade para Investimento ou ativos biológicos relacionados à atividade agrícola mensurados ao valor justo líquido de despesas de vendas dentro do alcance da NBC TG 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Entretanto, esta Norma é aplicada a ativos que são registrados pelo valor reavaliado (valor justo na data de reavaliação, se permitida legalmente, menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável subsequentes) em consonância com outras normas do CFC e com a legislação brasileira, conforme modelo de reavaliação previsto na NBC TG 27 - Ativo Imobilizado e na NBC TG 04 - Ativo Intangível. A única diferença entre o valor justo do ativo e seu valor justo menos custos de alienação são os custos incrementais diretos atribuíveis à alienação do ativo:

(a)se as despesas para a baixa são insignificantes, o valor recuperável do ativo reavaliado está necessariamente próximo a (ou pouco maior do que) seu valor reavaliado. Nesse caso, depois de serem aplicadas as determinações para contabilizar a reavaliação, é improvável que o ativo reavaliado não seja recuperável e, portanto, o valor recuperável não precisa ser estimado;

(b)eliminada;

(c)se os custos de alienação não forem insignificantes, o valor justo menos os custos de alienação do ativo reavaliado é necessariamente menor que o seu valor justo. Portanto, o ativo reavaliado apresenta problemas de recuperação se o seu valor em uso for menor que o seu valor reavaliado. Nesse caso, após a aplicação dos requisitos de reavaliação, a entidade aplica esta Norma para determinar se o ativo pode apresentar problemas de recuperação.

6. (...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo).

12. (...)

(a)há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

20. É possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação, mesmo que não haja preço cotado em mercado ativo para ativo idêntico. Entretanto, algumas vezes não é possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação porque não há base para se fazer estimativa confiável do preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do ativo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado. Nesse caso, o valor em uso pode ser utilizado como seu valor recuperável.

22. (...)

(b) o valor em uso do ativo possa ser estimado como sendo próximo do valor justo líquido de despesas de alienação e este possa ser mensurado.

25 a 27. Eliminados.

28. As despesas com a baixa, exceto as que já foram reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas ao se mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação. Exemplos desses tipos de despesas são as despesas legais, tributos, despesas com a remoção do ativo e gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e as associadas à redução ou reorganização de um negócio em seguida à baixa de um ativo não são despesas incrementais para baixa do ativo.

53A. O valor justo difere do valor em uso. O valor justo reflete as premissas que os participantes do mercado utilizam ao precificar o ativo. Por outro lado, o valor em uso reflete os efeitos de fatores que podem ser específicos para a entidade e não aplicáveis às entidades de modo geral. Por exemplo, o valor justo não reflete nenhum dos seguintes fatores, na medida em que eles geralmente não estejam disponíveis a participantes do mercado:

(a)valor adicional obtido a partir do agrupamento de ativos (como, por exemplo, a criação de carteira de propriedades para investimento em diferentes locais);

(b)sinergias entre o ativo que está sendo mensurado e outros ativos;

(c)direitos legais ou restrições legais que sejam específicos somente ao proprietário atual do ativo; e

(d)benefícios fiscais ou ônus fiscais que sejam específicos ao proprietário atual do ativo.

78. Pode ser necessário considerar alguns passivos reconhecidos para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Isso pode ocorrer se na baixa de uma unidade geradora de caixa houver a exigência de que o comprador assuma um passivo.

Nesse caso, o valor justo líquido de despesas de alienação (ou o fluxo de caixa estimado advindo da baixa final) da unidade geradora de caixa é o preço de venda dos ativos da unidade geradora de caixa e o passivo em conjunto, menos as despesas a serem incorridas com a baixa. A fim de levar a efeito uma comparação que faça sentido entre o valor contábil da unidade geradora de caixa e o seu valor recuperável, o valor contábil do passivo deve ser deduzido ao se determinar tanto o valor em uso da unidade geradora de caixa quanto seu valor contábil.

105. (...)

(a)seu valor justo líquido de despesas de alienação (se puder ser mensurado);

111. (...)

(a)há indicações observáveis de que o valor do ativo tenha aumentado significativamente durante o período;

130. (...)

(f)se o valor recuperável for o valor justo líquido de despesas de alienação, a base utilizada para mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação (por exemplo, se o valor justo foi mensurado tendo como referência preço cotado em mercado ativo para ativo idêntico). A entidade não é obrigada a fornecer as divulgações exigidas pela NBC TG 46;

134. (...)

(c)o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) e a base sobre a qual o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) tenha sido determinado (por exemplo, valor em uso ou o valor justo líquido de despesas de alienação);

(d)(...)

(i) cada premissa-chave sobre a qual a administração tenha baseado suas projeções de fluxo de caixa para o período coberto pelo mais recente orçamento ou previsão. Premissas-chave são aquelas para as quais o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) é mais sensível;

(ii) (...)

(e)se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) tiver sido baseado no valor justo líquido de despesas de alienação, as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação. A entidade não é obrigada a fornecer as divulgações exigidas pela NBC TG 46. Se o valor justo líquido de despesas de alienação não é mensurado, utilizando-se o preço cotado para a unidade idêntica (grupo de unidades), a entidade deve divulgar as seguintes informações:

(i) cada premissa-chave sobre a qual a administração tenha baseado a determinação do valor justo líquido de despesas de alienação. Premissas-chave são aquelas para as quais o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) é mais sensível;

(ii) (...)

(iia) o nível da hierarquia de valor justo (ver NBC TG 46) no qual a mensuração do valor justo se classifica em sua totalidade (sem levar em conta a o nível de observação dos custos de alienação);

(iib)se tiver ocorrido mudança na técnica de avaliação, a mudança e as razões para fazê-la;

Se o valor justo líquido das despesas de alienação tiver sido mensurado, utilizando projeções de fluxo de caixa descontado, a entidade deve divulgar as seguintes informações:

(...)"

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla NBC TG 01, publicada no DOU, Seção I, de 7/10/10, passa a ser NBC TG 01 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 02 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 02 que dispõe sobre efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1. Altera os itens 18, 33, 44, 45, 46 e 48A, as alíneas (b) do item 3 e (c) do item 23, a definição "valor justo" do item 8, na NBC TG 02 - EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"3.(...)

(b) na conversão de resultados e posição financeira de operações no exterior que são incluídos nas demonstrações contábeis da entidade por meio de consolidação ou pela aplicação do método da equivalência patrimonial; e

8.(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver NBC TG 46).

18. Muitas entidades que reportam a informação são compostas de um número de entidades individuais (exemplo: grupo econômico é formado pela controladora e uma ou mais controladas). Vários tipos de entidades, sejam elas membros de grupo econômico, ou não, podem ter investimentos em coligadas ou negócios em conjunto. Elas podem ter também filiais, agências, sucursais ou dependências. É necessário que os resultados e a posição financeira de cada entidade individual incluída na entidade que reporta a informação sejam convertidos para a moeda segundo a qual essa entidade que reporta a informação apresenta suas demonstrações contábeis. Esta Norma permite que a moeda de apresentação da entidade que reporta a informação seja qualquer moeda (ou moedas). Os resultados e a posição financeira de qualquer entidade individual incluída na entidade que reporta a informação, cuja moeda funcional difira da moeda de apresentação, devem ser convertidos em consonância com os itens 38 a 50.

23. (...)

(c)os itens não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo for mensurado.

33.Quando um item monetário faz parte do investimento líquido em entidade no exterior da entidade que reporta a informação e está expresso na moeda funcional da entidade que reporta a informação, surge uma variação cambial nas demonstrações contábeis individuais da entidade no exterior, de acordo com o item 28. Se esse item está expresso na moeda funcional da entidade no exterior, surge uma variação cambial nas demonstrações contábeis separadas e nas individuais da entidade que reporta a informação, de acordo com o item 28. Se esse item está expresso em moeda que não é nem a moeda funcional da entidade que reporta a informação tampouco a moeda funcional da entidade no exterior, surge uma variação cambial nas demonstrações separadas e nas individuais da entidade que reporta a informação e nas demonstrações contábeis individuais da entidade no exterior, de acordo com o item 28. Tais diferenças cambiais devem ser reconhecidas em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido nas demonstrações contábeis que incluem a entidade no exterior e a entidade que reporta a informação (exemplo: demonstrações contábeis nas quais a entidade no exterior é consolidada ou é tratada contabilmente pelo método da equivalência patrimonial).

44.Os itens 45 a 47, adicionalmente aos itens 38 a 43, devem ser observados quando os resultados e a posição financeira da entidade no exterior forem convertidos para moeda de apresentação que permita que a entidade no exterior possa ser incluída nas demonstrações contábeis da entidade que reporta a informação por meio de consolidação ou pelo método da equivalência patrimonial.

45.A incorporação de resultados e a posição financeira da entidade no exterior àqueles da entidade que reporta a informação seguem os procedimentos usuais de consolidação, tais como a eliminação de saldos e transações intragrupo de controlada (ver NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas). Entretanto, um ativo (ou passivo) monetário intragrupo, seja ele de curto ou longo prazo, não pode ser eliminado contra o passivo (ou o ativo) intragrupo correspondente, sem que sejam apresentados os resultados das flutuações da moeda nas demonstrações contábeis consolidadas. Isso ocorre porque o item monetário representa um compromisso de converter uma dada moeda em outra e expõe a entidade que reporta a informação a ganhos e perdas derivados das flutuações da moeda. Dessa forma, nas demonstrações contábeis consolidadas da entidade que reporta a informação, tal variação cambial deve ser reconhecida na demonstração do resultado ou, se resultante das circunstâncias descritas no item 32, deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido até a baixa da entidade no exterior.

46.Quando as demonstrações contábeis da entidade no exterior são levantadas em data diferente da data em que são levantadas as demonstrações contábeis da entidade que reporta a informação, a entidade no exterior deve normalmente elaborar demonstrações adicionais referentes à mesma data das demonstrações contábeis da entidade que reporta a informação. Quando isso não for feito, a NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas permite a utilização de data diferente, contanto que a diferença não seja maior do que dois meses e que ajustes sejam feitos para os efeitos de quaisquer transações significativas ou outros eventos que possam ocorrer entre as diferentes datas. Nesse caso, ativos e passivos da entidade no exterior devem ser convertidos pela taxa de câmbio em vigor na data de encerramento do período de reporte da entidade no exterior. Os ajustes devem ser feitos para mudanças significativas nas taxas cambiais até a data de encerramento do período de reporte da entidade que reporta a informação, em consonância com NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas. A mesma abordagem deve ser adotada ao se aplicar o método da equivalência patrimonial para coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos moldes requeridos pela NBC TG 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

48A Além do tratamento contábil previsto para a baixa integral da participação da entidade em entidade no exterior, as seguintes baixas parciais devem ser contabilizados como baixa:

(a)quando a baixa parcial envolver a perda de controle de controlada que contenha entidade no exterior, mesmo que a entidade mantenha participação na ex-controlada após a baixa parcial; e

(b)quando a participação retida após a alienação parcial de uma participação em um negócio em conjunto ou uma alienação parcial de uma participação em coligada que incluir uma operação no exterior for um ativo financeiro que inclui uma operação no exterior.

(c)eliminada."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla NBC TG 02, publicada no DOU, Seção I, de 7/10/10, passa a ser NBC TG 02 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 03 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 03 que dispõe sobre a demonstração dos fluxos de caixa.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1. Altera os itens 37, 38 e 42B e exclui a alínea (b) do item 50 na NBC TG 03 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"37. Quando o critério contábil de investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada basear-se no método da equivalência patrimonial ou no método de custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a entidade na qual participe (por exemplo, coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada), representados, por exemplo, por dividendos e por adiantamentos.

38. A entidade que apresenta seus interesses em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método da equivalência patrimonial deve incluir, em sua demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa referentes a seus investimentos na coligada ou empreendimento controlado em conjunto e as distribuições de lucros e outros pagamentos ou recebimentos entre a entidade e o empreendimento controlado em conjunto.

42B. As mudanças no percentual de participação em controlada que não resultem na perda de controle, tais como compras ou vendas subsequentes de instrumentos patrimoniais da controlada pela controladora, devem ser tratadas contabilmente como transações de capital (ver NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas). Portanto, os fluxos de caixa resultantes devem ser classificados da mesma forma que outras transações entre sócios ou acionistas, conforme descrito no item 17.

50.(...)

(b) eliminada;"

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 03, publicada no DOU, Seção I, de 7/10/10, passa a ser NBC TG 03 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - ITG 03 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a ITG 03 que dispõe sobre aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Inclui comentário à alínea (a) do item 15 e NBC TG 46 no título Referências da Parte A na Interpretação ITG 03 - ASPECTOS COMPLEMENTARES DAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Referências

(...)

NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo

15. (...)

(a)(...)

(*) A NBC TG 06 utiliza o termo "valor justo" de modo que difere, em alguns aspectos, da definição de valor justo da NBC TG 46. Portanto, ao aplicar a NBC TG 06, a entidade mensura o valor justo de acordo com a NBC TG 06 e não com a NBC TG 46.

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Interpretação são mantidas e a sigla da ITG 03, publicada no DOU, Seção I, de 24/12/09, passa a ser ITG 03 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 04 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 04 que dispõe sobre ativo intangível.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.Altera os itens 33, 47, 50, 75, 78, 82, 84, a alínea (e) do item 3, a alínea (b) do item 100, altera a definição "valor justo" e exclui as definições "mercado ativo", "combinação de negócios" e "data de aquisição" do item 8, e exclui os itens 39, 40, 41, e a alínea (c) do item 124, na NBC TG 04 - ATIVO INTANGÍVEL, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"3.(...)

(e)ativos financeiros, conforme definido na NBC TG 39. O reconhecimento e a mensuração de alguns ativos financeiros são tratados pela NBC TG 35 - Demonstrações Separadas, NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas e NBC TG 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;

8.(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo).

33.De acordo com a NBC TG 15 - Combinação de Negócios, se um ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, o seu custo deve ser o valor justo na data de aquisição, o qual reflete as expectativas dos participantes do mercado na data de aquisição sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo serão gerados em favor da entidade. Em outras palavras, a entidade espera que haja benefícios econômicos em seu favor, mesmo se houver incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios. Se um ativo adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que exista informação suficiente para mensurar com confiabilidade o seu valor justo. Portanto, o critério de mensuração previsto no item 21(b) é sempre considerado atendido para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios.

39 a 41. Eliminados.

47.O item 21(b) especifica que uma das condições de reconhecimento de ativo intangível é a mensuração do seu custo com confiabilidade. O valor justo de ativo intangível é mensurado com confiabilidade: (a) se a variabilidade da faixa de mensuração de valor justo razoável não for significativa ou (b) se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, possam ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar com confiabilidade tanto o valor justo do ativo recebido como do ativo cedido, então o valor justo do segundo deve ser usado para mensurar o custo, a não ser que o valor justo do primeiro seja mais evidente.

50.As diferenças entre valor justo da entidade e o valor contábil de seu patrimônio líquido, a qualquer momento, podem incluir uma série de fatores que afetam o valor justo da entidade. No entanto, essas diferenças não representam o custo dos ativos intangíveis controlados pela entidade.

75.Após o seu reconhecimento inicial, se permitido legalmente[1], um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação. Para efeitos de reavaliação nos termos da presente Norma, o valor justo deve ser mensurado em relação a um mercado ativo. A reavaliação deve ser realizada regularmente para que, na data do balanço, o valor contábil do ativo não apresente divergências relevantes em relação ao seu valor justo.

78. É raro existir mercado ativo para um ativo intangível, mas pode acontecer. Por exemplo, em alguns locais, pode haver mercado ativo para licenças de táxi, licenças de pesca ou cotas de produção transferíveis livremente. No entanto, pode não haver mercado ativo para marcas, títulos de publicações, direitos de edição de músicas e filmes, patentes ou marcas registradas porque esse tipo de ativo é único. Além do mais, apesar de ativos intangíveis serem comprados e vendidos, contratos são negociados entre compradores e vendedores individuais e transações são relativamente raras. Por essa razão, o preço pago por um ativo pode não constituir evidência suficiente do valor justo de outro. Ademais, os preços muitas vezes não estão disponíveis para o público.

82.Se o valor justo de ativo intangível reavaliado deixar de poder ser mensurado em relação a um mercado ativo, o seu valor contábil deve ser o valor reavaliado na data da última reavaliação em relação ao mercado ativo, menos a eventual amortização acumulada e a perda por desvalorização.

84.Se o valor justo do ativo puder ser mensurado em relação a um mercado ativo na data de avaliação posterior, o método de reavaliação deve ser aplicado a partir dessa data.

100.(...)

(b)exista mercado ativo (como definido na NBC TG 46) para ele e:

124.(...)

(c)eliminada."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 04, publicada no DOU, Seção I, de 2/12/10, passa a ser NBC TG 04 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 05 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 05 que dispõe sobre divulgação sobre partes relacionadas.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 3 e 15, as alíneas (b) do item 11, (b) e (e) do item 19 e (a) e (b) do item 25, inclui parágrafo no final do item 9 e exclui as definições "controle", "controle conjunto" e "influência significativa" do item 9 na NBC TG 05 - DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"3. Esta Norma requer a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas, de transações e saldos existentes com partes relacionadas, incluindo compromissos, nas demonstrações contábeis consolidadas e separadas de controladora ou investidores com controle conjunto da investida ou com influência significativa sobre ela, apresentadas de acordo com a NBC TG 35 - Demonstrações Separadas e a NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas. Esta Norma também deve ser aplicada às demonstrações contábeis individuais.

9.(...)

Os termos "controle", "controle conjunto" e "influência significativa" são definidos na NBC TG 36, NBC TG 19 e NBC TG 18 e são utilizados nesta Norma com os significados especificados naquelas normas.

11. (...)

(b) dois empreendedores em conjunto simplesmente por compartilharem o controle conjunto sobre um empreendimento controlado em conjunto (joint venture);

15.A obrigatoriedade de divulgação de relacionamentos de partes relacionadas entre controladoras e suas controladas é uma exigência adicional ao já requerido na NBC TG 35 - Demonstrações Separadas e NBC TG 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades.

19. (...)

(b) entidades com controle conjunto da entidade ou influência significativa sobre a entidade que reporta a informação;

(...)

(e) empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) em que a entidade seja investidor conjunto;

25. (...)

(a)um ente estatal que tenha controle, controle conjunto ou que exerça influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; e

(b)outra entidade que seja parte relacionada, pelo fato de o mesmo ente estatal deter o controle ou o controle conjunto, ou exercer influência significativa, sobre ambas as partes (a entidade que reporta a informação e a outra entidade)."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 05, publicada no DOU, Seção I, de 7/10/10, passa a ser NBC TG 05 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 06 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 06 que dispõe sobre operações de arrendamento mercantil.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Inclui o item 6A na NBC TG 06 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, com a seguinte redação:

"6A.Esta Norma utiliza o termo valor justo de modo que difere, em alguns aspectos, da definição de valor justo da NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo. Portanto, ao aplicar esta Norma, a entidade mensura o valor justo de acordo com a NBC TG 06 e não com a NBC TG 46."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 06, publicada no DOU, Seção I, de 2/12/10, passa a ser NBC TG 06 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 07 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 07 que dispõe sobre subvenção e assistência governamentais.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera a definição "valor justo" do item 3 na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 07, publicada no DOU, Seção I, de 2/12/10, passa a ser NBC TG 07 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - ITG 07 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a ITG 07 que dispõe sobre distribuição de lucros in natura.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 7, a alínea (c) do item 17 e inclui NBC TG 46 no título Referências na Interpretação ITG 07 - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS IN NATURA, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Referências

(...)

NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo

7. De acordo com o item 5, esta Interpretação não é aplicável quando a entidade distribui parte de sua participação em controlada, mas retém o controle sobre a mesma. A entidade que procede à distribuição, que resulta no reconhecimento de participação de não controladores na sua controlada, deve ser contabilizada de acordo com o previsto na NBC TG 36.

17. (...)

(c) o valor justo do ativo a ser distribuído ao término do período de elaboração do balanço patrimonial, se for diferente do seu valor contábil, e a informação acerca do método utilizado para mensurar o valor justo requerido pela NBC TG 46, itens 93(b), (d), (g) e (i) e 99.

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Interpretação são mantidas e a sigla da ITG 07, publicada no DOU, Seção I, de 24/12/09, passa a ser ITG 07 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 10 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 10 que dispõe sobre pagamentos baseado em ações

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 5, inclui o item 6A e exclui o item 63A na NBC TG 10 - PAGAMENTOS BASEADO EM AÇÕES, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"5.Conforme o disposto no item 2, esta Norma deve ser aplicada às transações com pagamento baseado em ações por meio das quais produtos ou serviços são adquiridos por uma entidade. Os produtos incluem estoques, materiais de consumo, itens do imobilizado, ativos intangíveis ou outros ativos não financeiros. Contudo, a entidade não deve aplicar esta Norma às transações por meio das quais a entidade adquire produtos que integram os ativos líquidos adquiridos em operação de combinação de negócios, conforme definido na NBC TG 15 - Combinação de Negócios, em combinação de entidades ou negócios sob o mesmo controle, conforme descrito nos itens B1 a B4 da NBC TG 15, ou quando da contribuição de negócio na formação de empreendimento controlado em conjunto, conforme definido na NBC TG 19 - Negócios em Conjunto. Assim, a emissão de instrumento patrimonial em combinação de negócios para efetivar a obtenção do controle de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

outra entidade não está dentro do alcance desta Norma. Apesar disso, os instrumentos patrimoniais outorgados aos empregados da entidade adquirida (em retorno pela continuidade dos serviços prestados) é uma transação que está dentro do alcance desta Norma. Similarmente, o cancelamento, a substituição ou outra modificação dos acordos com pagamento baseado em ações em decorrência de combinação de negócios ou outra reestruturação societária devem ser contabilizados de acordo com esta Norma. A NBC TG 15 dá orientação para se determinar se instrumentos patrimoniais emitidos em combinação de negócios são parte do montante transferido para a obtenção do controle da adquirida (estando, portanto, dentro do alcance da NBC TG 15) ou se representam um retorno pela continuidade na prestação de serviços para o período pós-combinação (estando, portanto, dentro do alcance desta Norma).

6A.Esta Norma usa o termo valor justo de forma diferente em alguns aspectos da definição de valor justo da NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo. Portanto, quando se aplica esta Norma, a entidade mensura o valor justo de acordo com esta Norma, não pela NBC TG 46."

2.Altera o Apêndice A - Definição de Termos com a alteração da definição "Acordo com pagamento baseado em ações" e da nota (*).

3.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 10, publicada no DOU, Seção I, de 17/12/10, passa a ser NBC TG 10 (R1).

4.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 11 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 11 que dispõe sobre contratos de seguro.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Exclui a alínea (b) do item 39 e renumera e altera as alíneas (c) a (e). Altera o item 39A na NBC TG 11 - CONTRATOS DE SEGURO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"39. (...)

(b) eliminada;

(c) informação sobre riscos de seguro (antes e depois da mitigação do risco por resseguro), incluindo informações sobre:

(i) sensibilidade ao risco de seguro (ver item 39A);

(ii) concentração de riscos de seguro, incluindo uma descrição da forma como a administração determina concentrações, bem como uma descrição das características comuns que identificam cada concentração (por exemplo, tipo de evento segurado, área geográfica ou moeda);

(iii) sinistros ocorridos comparados com estimativas prévias (isto é, o desenvolvimento de sinistros). A divulgação sobre desenvolvimento de sinistros deve retroceder ao período do sinistro material mais antigo para o qual ainda haja incerteza sobre o montante e a tempestividade do pagamento de indenização, mas não precisa retroagir mais que dez anos. A seguradora não precisa divulgar essa informação para sinistros cuja incerteza sobre montante e tempestividade da indenização é tipicamente resolvida no período de um ano.

(d) informações sobre risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado que os itens 31 a 42 da NBC TG 40 requerem quando o contrato de seguros está dentro do alcance da NBC TG 40. Entretanto:

(i) a seguradora não precisa apresentar a análise de maturidade requerida pelos itens 39(a) e (b) da NBC TG 40 se, divulgar informações sobre a tempestividade estimada dos fluxos de caixa líquidos resultantes de passivos de seguro reconhecidos. Essa divulgação pode assumir a forma de uma análise, por tempestividade estimada, das quantias reconhecidas no balanço;

(ii) se a seguradora usar um método alternativo de gestão de sensibilidade às condições de mercado, tal como uma análise de valor embutido, pode usar essa análise de sensibilidade para cumprir o requerimento previsto no item 40(a) da NBC TG 40. Essa seguradora deverá também apresentar as divulgações requeridas no item 41 da NBC TG 40;

(e) informações sobre a exposição ao risco de mercado dos derivativos embutidos em contrato de seguro principal se a seguradora não for requerida a mensurar, e não mensurar, os derivativos embutidos a valor justo.

39A.Para cumprir o item 39(c)(i), a seguradora deve divulgar o constante das alíneas (a) e (b) que seguem:

(...)

41A a 41E. (Eliminados)."

2.Altera o Apêndice A - Definição de Termos com a alteração da definição "valor justo".

3.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 11, publicada no DOU, Seção I, de 27/1/09, passa a ser NBC TG 11 (R1).

4.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - ITG 13 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a ITG 13 que dispõe sobre direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 8 e o conteúdo do título Referências na Interpretação ITG 13 - DIREITOS A PARTICIPAÇÕES DECORRENTES DE FUNDOS DE DESATIVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO AMBIENTAL, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Referências

NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas

NBC TG 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

NBC TG 19 - Negócios em Conjunto

NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

NBC TG 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

8. O contribuinte deve determinar se possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre o fundo por referência à NBC TG 18, à NBC TG 19 e à NBC TG 36. Em caso positivo, o contribuinte deve contabilizar sua participação no fundo de acordo com essas normas.

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Interpretação são mantidas e a sigla da ITG 13, publicada no DOU, Seção I, de 9/8/10, passa a ser ITG 13 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 15 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 15 que dispõe sobre combinação de negócios.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 20, 29, 33 e 47 na NBC TG 15 - Combinação de Negócios, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"20.Os itens 24 a 31 especificam os tipos de ativos identificáveis e passivos assumidos que incluem itens para os quais esta Norma prevê limitadas exceções ao princípio de mensuração.

29.O adquirente deve mensurar o valor de direito readquirido, reconhecido como ativo intangível, com base no prazo contratual remanescente do contrato que lhe deu origem, independentemente de os participantes do mercado considerarem a potencial renovação do contrato na mensuração do valor justo desse ativo intangível. Os itens B35 e B36 fornecem orientações para aplicação dessa exigência.

33.Em combinação de negócios em que o adquirente e a adquirida (ou seus ex-proprietários) trocam somente participações societárias, o valor justo, na data da aquisição, da participação na adquirida pode ser mensurado com maior confiabilidade que o valor justo da participação societária no adquirente. Se for esse o caso, o adquirente deve determinar o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) utilizando o valor justo, na data da aquisição, da participação societária na adquirida em vez do valor justo da participação societária transferida. Para determinar o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios onde nenhuma contraprestação é efetuada para obter o controle da adquirida, o adquirente deve utilizar o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida, no lugar do valor justo, na data da aquisição, da contraprestação transferida - item 32(a)(i). Os itens B46 a B49 fornecem orientações para aplicação dessa exigência.

47.O adquirente deve considerar todos os fatores pertinentes para determinar se a informação obtida após a data de aquisição teria resultado em ajuste nos valores provisórios reconhecidos ou se essa informação é proveniente de eventos que ocorreram após a data da aquisição. Fatores pertinentes incluem a data em que a informação adicional é obtida, bem como se o adquirente consegue identificar uma razão para a alteração dos valores provisórios. É mais provável que uma informação obtida logo após a data da aquisição represente circunstâncias existentes na data de aquisição do que uma informação obtida vários meses depois. Por exemplo, a menos que um evento interveniente que altere o valor justo possa ser identificado, a venda de ativo para terceiros logo após a data da aquisição por um valor significativamente diferente do valor justo mensurado provisoriamente para esse ativo constitui um evento indicativo de que o valor provisório reconhecido provavelmente estava errado."

2.Altera o Apêndice A - Definição de Termos com a alteração da definição "valor justo" e a exclusão da definição "controle".

3.Altera o Apêndice B - Definição de Termos com a alteração dos itens B40, B43 a B46 e B49, das alíneas (d) do item B22 e (j) do item B64 e dos incisos (iv) da alínea (f) e (ii) da alínea (o) ambos do item B64.

4.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 15, publicada no DOU, Seção I, de 5/8/11, passa a ser NBC TG 15 (R1).

5.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - ITG 16 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a ITG 16 que dispõe sobre extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 7 e inclui a NBC TG 46 e altera a denominação da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL no título Referências na Interpretação ITG 16 - EXTINÇÃO DE PASSIVOS FINANCEIROS COM INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Referências

•NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

(...)

•NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo

7. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puder ser mensurado, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. Ao mensurar o valor justo de passivo financeiro extinto que inclua característica de demanda (por exemplo, depósito à vista), o item 47 da NBC TG 46 não deve ser aplicado.

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Interpretação são mantidas e a sigla da ITG 16, publicada no DOU, Seção I, de 17/12/10, passa a ser ITG 16 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 16 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 16 que dispõe sobre estoques.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 7 e a definição "valor justo" do item 6 na NBC TG 16 - ESTOQUES que passam a vigorar com as seguintes redações:

"6.(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

7.O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios. O valor justo reflete o preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do mesmo estoque no mercado principal (ou mais vantajoso) para esse estoque ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração. O primeiro é um valor específico para a entidade, ao passo que o segundo já não é. Por isso, o valor realizável líquido dos estoques pode não ser equivalente ao valor justo deduzido dos gastos necessários para a respectiva venda."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 16, publicada no DOU, Seção I, de 12/6/09, passa a ser NBC TG 16 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 19 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 19 que dispõe sobre negócios em conjunto.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens C2, C3, C4, C5, C7, C8, C10, as alíneas (a) e (b) do item 9 e (b) do item 12 e inclui os itens C1A, C1B, C12A e C12B na NBC TG 19 - NEGÓCIOS EM CONJUNTO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"C1A.Eliminado.

Transição

C1B. Não obstante os requisitos do item 28 da NBC TG 23, quando esta Norma for aplicada pela primeira vez, a entidade somente precisa apresentar as informações quantitativas exigidas pelo item 28(f) da NBC TG 23 para o período anual imediatamente precedente à data de aplicação inicial desta Norma (período imediatamente precedente). A entidade pode também apresentar essas informações em relação ao período atual ou a períodos comparativos anteriores, mas não está obrigada a fazê-lo.

C2.Ao mudar o tratamento contábil de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial (MEP), a entidade deve reconhecer o seu investimento no empreendimento controlado em conjunto (joint venture) pelo MEP, a partir do período imediatamente precedente. Esse investimento inicial deve ser mensurado como o total dos valores contábeis dos ativos e passivos que a entidade havia anteriormente consolidado proporcionalmente, incluindo qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) resultante de aquisição. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) tiver composto anteriormente uma unidade geradora de caixa maior, ou um grupo de unidades geradoras de caixa, a entidade deve alocar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ao empreendimento controlado em conjunto (joint venture) com base nos valores contábeis relativos do empreendimento controlado em conjunto (joint venture) e da unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa ao qual pertenceu.

C3.O saldo de abertura do investimento determinado de acordo com o item C2 é considerado como custo atribuído (deemed cost) do investimento no reconhecimento inicial. A entidade deve aplicar os itens 40 a 43 da NBC TG 18 ao saldo de abertura do investimento para avaliar se o investimento apresenta problemas com relação ao seu valor de recuperação e deve reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável como ajuste aos lucros ou prejuízos acumulados no início do período imediatamente precedente. A exceção de reconhecimento inicial dos itens 15 e 24 da NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro não deve ser aplicada quando a entidade reconhecer um investimento em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) como resultado da aplicação dos requisitos de transição para empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) que haviam sido anteriormente consolidados proporcionalmente.

C4.Se a agregação de todos os ativos e passivos anteriormente consolidados proporcionalmente resultar em ativos líquidos negativos, a entidade deve avaliar se tem obrigações legais ou construtivas em relação aos ativos líquidos negativos e, em caso afirmativo, a entidade deve reconhecer o respectivo passivo. Se a entidade concluir que não tem obrigações legais ou construtivas em relação aos ativos líquidos negativos, a entidade não deve reconhecer o respectivo passivo, mas deve ajustar os lucros ou prejuízos acumulados no início do período imediatamente precedente. A entidade deve divulgar esse fato, juntamente com a sua parcela acumulada não reconhecida das perdas com os seus empreendimentos controlado em conjunto (joint ventures) no início do período imediatamente precedente e na data em que esta Norma for aplicada pela primeira vez.

C5.A entidade deve divulgar a composição dos ativos e passivos que foram agregados ao saldo de investimentos em rubrica única no início do período imediatamente precedente. Essa divulgação deve ser elaborada de forma agregada para todos os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) sobre os quais a entidade aplicar os requisitos de transição referidos nos itens C2 a C6.

C7.Ao mudar o tratamento contábil do método da equivalência patrimonial para a contabilização de ativos e passivos em relação à sua participação em operação em conjunto, a entidade deve desreconhecer, no início do período imediatamente precedente, o investimento contabilizado anteriormente utilizando-se o método da equivalência patrimonial e quaisquer outros itens que faziam parte do investimento líquido da entidade no negócio, em conformidade com o item 38 da NBC TG 18 e deve reconhecer sua participação em cada um dos ativos e passivos em conformidade com a sua participação na operação em conjunto, incluindo qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) que possa ter feito parte do valor contábil do investimento.

C8.A entidade deve determinar sua participação nos ativos e passivos relacionados à operação em conjunto com base em seus direitos e obrigações na proporção determinada em conformidade com o acordo contratual. A entidade deve mensurar os valores contábeis iniciais dos ativos e passivos por meio de sua desagregação do valor contábil do investimento no início do período imediatamente precedente, com base nas informações utilizadas pela entidade ao aplicar o método da equivalência patrimonial.

C9.(...)

(a)compensada com qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) relativo ao investimento, sendo que qualquer diferença remanescente deve ser ajustada contra os lucros ou prejuízos acumulados no início do período imediatamente precedente, se o valor líquido reconhecido dos ativos e passivos, incluindo qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), for superior ao investimento desreconhecido (e quaisquer outros itens que faziam parte do investimento líquido da entidade);

(b)ajustada contra os lucros ou prejuízos acumulados no início do período imediatamente precedente, se o valor líquido reconhecido dos ativos e passivos, incluindo qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), for inferior ao investimento desreconhecido (e quaisquer outros itens que faziam parte do investimento líquido da entidade).

C10. A entidade que mudar do método da equivalência patrimonial para a contabilização de ativos e passivos deve fornecer uma conciliação entre o investimento desreconhecido e os ativos e passivos reconhecidos, juntamente com qualquer diferença remanescente ajustada contra os lucros ou prejuízos acumulados, no início do período imediatamente precedente.

C12.(...)

(b) fornecer uma conciliação entre o investimento desreconhecido contabilmente e os ativos e passivos reconhecidos, juntamente com qualquer diferença restante ajustada nos lucros acumulados, no início do período imediatamente precedente.

Referências ao "período imediatamente precedente"

C12A. Não obstante as referências ao "período imediatamente precedente" nos itens C2 a C12, a entidade também pode apresentar informações comparativas ajustadas para quaisquer períodos anteriores apresentados, mas não é obrigada a fazê-lo. Se a entidade efetivamente apresentar informações comparativas ajustadas para quaisquer períodos anteriores, todas as referências ao "período imediatamente precedente" nos itens C2 a C12 devem ser lidas como o "período comparativo ajustado mais antigo apresentado".

C12B. Se a entidade apresentar informações comparativas não ajustadas para quaisquer períodos anteriores, ela deve identificar claramente as informações que não foram ajustadas e declarar que elas foram elaboradas em base diferente e explicar essa base."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 19, publicada no DOU, Seção I, de 26/11/12, passa a ser NBC TG 19 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 21 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 21 que dispõe sobre demonstração intermediária.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Inclui as alíneas (ea) no item 5 e (j) no item 16A na NBC TG 21 - DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"5.(...)

(ea)informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A da NBC TG 26;

16A. (...)

(j)para instrumentos financeiros, as divulgações sobre valor justo exigidas pelos itens 91 a 93(h), 94 a 96, 98 e 99 da NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo e pelos itens 25, 26 e 28 a 30 da NBC TG 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 21, publicada no DOU, Seção I, de 4/8/09, passa a ser NBC TG 21 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 23 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 23 que dispõe sobre políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera a alínea (b) do item 52 na NBC TG 23 - POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"52. (...)

(b)teria estado disponível quando as demonstrações contábeis desse período anterior foram autorizadas para divulgação. Para alguns tipos de estimativas (por exemplo, a mensuração do valor justo que utiliza dados significativos não observáveis), é impraticável distinguir esses tipos de informação. Caso a aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir que se faça uma estimativa significativa para a qual seja impossível distinguir esses dois tipos de informação, é impraticável aplicar a nova política contábil ou retificar o erro de período anterior retrospectivamente."

2.Em razão dessa alteração, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 23, publicada no DOU, Seção I, de 4/8/09, passa a ser NBC TG 23 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 24 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 24 que dispõe sobre evento subsequente.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 11 na NBC TG 24 - EVENTO SUBSEQUENTE, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"11. Um exemplo de evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não origina ajustes é o declínio do valor justo de investimentos ocorrido no período compreendido entre o final do período contábil a que se referem as demonstrações e a data de autorização de emissão dessas demonstrações. O declínio do valor justo não se relaciona normalmente à condição dos investimentos no final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas reflete circunstâncias que surgiram no período seguinte. Portanto, a entidade não ajusta os valores reconhecidos para os investimentos em suas demonstrações contábeis. Igualmente, a entidade não atualiza os valores divulgados para os investimentos na data do balanço, embora possa necessitar dar divulgação adicional conforme o item 21."

2.Em razão dessa alteração, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 24, publicada no DOU, Seção I, de 15/09/09, passa a ser NBC TG 24 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 26 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 26 que dispõe sobre apresentação das demonstrações contábeis.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 119, 124, 128 e 133, as alíneas (f) do item 10 e (b) e (c) do item 123, inclui os itens 10A, 10B, 38A, 38B, 38C, 38D, 40A, 40B, 40C e 40D e a alínea (ea) no item 10, renumera as alíneas do item 10 e exclui os itens 39, 40, 83 e 84 e a alínea (d) do item 123 da NBC TG 26 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, que passam a vigorar com as seguintes redações:

10.(...)

(ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A;

(f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D.

(...)

A entidade pode usar outros títulos nas demonstrações em vez daqueles usados ??nesta Norma, desde que não contrarie a legislação societária brasileira vigente. (...)

10A. A entidade pode, se permitido legalmente, apresentar uma única demonstração do resultado do período e outros resultados abrangentes, com a demonstração do resultado e outros resultados abrangentes apresentados em duas seções. As seções devem ser apresentadas juntas, com o resultado do período apresentado em primeiro lugar seguido pela seção de outros resultados abrangentes. A entidade pode apresentar a demonstração do resultado como uma demonstração separada. Nesse caso, a demonstração separada do resultado do período precederá imediatamente a demonstração que apresenta o resultado abrangente, que se inicia com o resultado do período.

10B. Quando da aprovação desta Norma a legislação societária brasileira requer que seja apresentada a demonstração do resultado do período como uma seção separada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

38A. A entidade deve apresentar como informação mínima dois balanços patrimoniais, duas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, duas demonstrações do resultado (se apresentadas separadamente), duas demonstrações dos fluxos de caixa, duas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e duas demonstrações dos fluxos de caixa (se apresentadas), bem como as respectivas notas explicativas.

38B. Em alguns casos, as informações narrativas disponibilizadas nas demonstrações contábeis do(s) período(s) anterior(es) continuam a ser relevantes no período corrente. Por exemplo, a entidade divulga no período corrente os detalhes de uma disputa legal, cujo desfecho era incerto no final do período anterior e ainda está para ser resolvido. Os usuários podem se beneficiar da divulgação da informação de que a incerteza existia no final do período anterior e da divulgação de informações sobre as medidas que foram tomadas durante o período para resolver a incerteza.

Informação comparativa adicional

38C. A entidade pode apresentar informações comparativas adicionais ao mínimo exigido pelas normas para as demonstrações contábeis, contanto que a informação seja elaborada de acordo com essas normas. Essa informação comparativa pode consistir de uma ou mais demonstrações referidas no item 10, mas não precisa compreender o conjunto completo das demonstrações contábeis. Quando este for o caso, a entidade deve apresentar em nota explicativa a informação quanto a estas demonstrações adicionais.

38D. Por exemplo, a entidade pode apresentar comparativamente uma terceira demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes (apresentando assim o período atual, o período anterior e um período adicional comparativo). No entanto, a entidade não é obrigada a apresentar uma terceira demonstração do balanço patrimonial, da demonstração dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, ou da demonstração do valor adicionado (se apresentado), (ou seja, uma demonstração contábil comparativa adicional). A entidade é obrigada a apresentar, nas notas explicativas às demonstrações contábeis, a informação comparativa adicional relativa à demonstração do resultado e à demonstração de outros resultados abrangentes.

39 e 40. Eliminados.

Mudança na política contábil, demonstração retrospectiva ou reclassificação

40A. A entidade deve apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior, adicional aos comparativos mínimos das demonstrações contábeis exigidas no item 38A se:

(a)aplicar uma política contábil retrospectivamente, fizer uma reapresentação retrospectiva de itens nas suas demonstrações contábeis ou reclassificar itens de suas demonstrações contábeis; e

(b)a aplicação retrospectiva, a reapresentação retrospectiva ou a reclassificação tem efeito material sobre as informações do balanço patrimonial no início do período anterior.

40B. Nas circunstâncias descritas no item 40A, a entidade deve apresentar três balanços patrimoniais no:

(a)final do período corrente;

(b)final do período anterior; e

(c)no início do período precedente.

40C. Quando a entidade é requerida a apresentar um balanço patrimonial adicional, de acordo com o item 40A, deve divulgar a informação exigida pelos itens 41 a 44 e pela NBC TG 23. No entanto, não precisa apresentar as notas explicativas relacionadas com o balanço patrimonial de abertura no início do período anterior.

40D. A data do balanço patrimonial de abertura deve ser igual a data do período anterior, independentemente de as demonstrações contábeis da entidade apresentarem informação comparativa para períodos mais antigos (como previsto no item 38C).

83 e 84. Eliminados.

119. Ao decidir se determinada política contábil deve ou não ser divulgada, a administração deve considerar se sua divulgação proporcionará aos usuários melhor compreensão da forma em que as transações, outros eventos e condições estão refletidos no desempenho e na posição financeira relatadas. A divulgação de determinadas políticas contábeis é especialmente útil para os usuários quando essas políticas são selecionadas entre alternativas permitidas em norma, interpretação e comunicado técnico. Um exemplo é a divulgação se a entidade aplica o valor justo ou modelo de custo para suas propriedades de investimento (Ver NBC TG 28 - Propriedade para Investimento). Algumas normas, interpretações e comunicados técnicos exigem especificamente a divulgação de determinadas políticas contábeis, incluindo escolhas feitas pela administração entre diferentes políticas permitidas. Por exemplo, a NBC TG 27 - Ativo Imobilizado requer a divulgação das bases de mensuração utilizadas para as classes do ativo imobilizado.

123. (...)

(b) quando os riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos financeiros e de ativos arrendados são substancialmente transferidos para outras entidades; e

(c) se, em essência, determinadas vendas de bens decorrem de acordos de financiamento e, portanto, não dão origem a receitas de venda.

(d) eliminada.

124. Algumas divulgações feitas de acordo com o item 122 são requeridas por outras normas, interpretações e comunicados técnicos. Por exemplo, a NBC TG 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades requer que a entidade divulgue os julgamentos que foram feitos ao determinar se a entidade controla outra entidade. A NBC TG 28 - Propriedade para Investimento requer a divulgação dos critérios utilizados pela entidade para distinguir a propriedade de investimento da propriedade ocupada pelo proprietário e da propriedade mantida para venda no curso ordinário dos negócios, nas situações em que a classificação das propriedades é difícil.

128. As divulgações descritas no item 125 não são requeridas para ativos e passivos que tenham risco significativo de que seus valores contábeis possam sofrer alteração significativa ao longo do próximo exercício social se, ao término do período das demonstrações contábeis, forem mensurados pelo valor justo com base em preço cotado em mercado ativo para ativo ou passivo idêntico. Nesse caso, os valores justos podem alterar-se materialmente ao longo do próximo exercício social, mas essas alterações não serão fruto de pressupostos ou de outras fontes da incerteza das estimativas ao término do período das demonstrações contábeis.

133. A divulgação de alguns dos pressupostos do item 125 é requerida por outras normas, interpretações e comunicados técnicos. Por exemplo, a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes requer a divulgação, em circunstâncias específicas, de pressupostos importantes relativos a futuros eventos que afetem determinadas provisões. A NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo requer a divulgação de pressupostos significativos (incluindo as técnicas de avaliação e as informações) que a entidade aplica na mensuração do valor justo de ativos e de passivos que sejam avaliados pelo valor justo.

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 26, publicada no DOU, Seção I, de 15/9/09, passa a ser NBC TG 26 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 27 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 27 que dispõe sobre ativo imobilizado.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 26 e 77, a alínea (a) do item 35, a definição "valor justo" do item 6, exclui os itens 32 e 33 e as alíneas (c) e (d) do item 77 na NBC TG 27 - ATIVO IMOBILIZADO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"6.(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

26.O valor justo de um ativo é mensurável de forma confiável: (a) se a variabilidade da faixa de mensuração de valor justo razoável não for significativa ou (b) se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar com segurança tanto o valor justo do ativo recebido como do ativo cedido, então o valor justo do segundo é usado para mensurar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do primeiro seja mais evidente.

32 e 33. Eliminados.

35.(...)

(a) atualizada proporcionalmente à variação no valor contábil bruto do ativo, para que esse valor, após a reavaliação, seja igual ao valor reavaliado do ativo. Esse método é frequentemente usado quando o ativo é reavaliado por meio da aplicação de índice para determinar o seu custo de reposição (ver NBC TG 46); ou

77.Caso os itens do ativo imobilizado sejam contabilizados a valores reavaliados, quando isso for permitido legalmente, a entidade deve divulgar, além das divulgações exigidas pela NBC TG 46, o seguinte: (...)

(c)eliminada;

(d) eliminada;"

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 27, publicada no DOU, Seção I, de 4/8/09, passa a ser NBC TG 27 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 28 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 28 que dispõe sobre propriedade para investimento.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 26, 29, 32, 40, 48, 53, as alíneas (b) do item 78, (e) do item 79 e (a) do item 80, a definição "valor justo" do item 5, exclui a alínea (d) do item 75 e os itens 36 a 39, 42 a 47, 49 e 51 na NBC TG 28 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"5.(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo).

26. Qualquer prêmio pago por arrendamento é tratado como parte dos pagamentos mínimos do arrendamento para essa finalidade, e é, portanto, incluído no custo do ativo, mas excluído do passivo. Se um interesse em propriedade mantido sob arrendamento for classificado como propriedade para investimento, o item contabilizado pelo valor justo é esse interesse e não a propriedade subjacente. Orientação sobre mensuração do valor justo de interesse em propriedade é desenvolvida no método do valor justo nos itens 33 a 35, 40, 41, 48, 50 e 52 e na NBC TG 46. Essa orientação também é relevante para a determinação do valor justo quando esse valor é usado como custo para finalidades do reconhecimento inicial.

29. O valor justo de ativo é confiavelmente mensurável se (a) a variabilidade na faixa de mensurações razoáveis do valor justo não for significativa para esse ativo ou (b) as probabilidades de várias estimativas dentro dessa faixa puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar com confiabilidade o valor justo tanto do ativo recebido como do ativo cedido, então o valor justo do ativo cedido é usado para mensurar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do ativo recebido seja mais claramente evidente.

32. Esta Norma exige que todas as entidades mensurem o valor justo de propriedades para investimento para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o método do valor justo) ou de divulgação (se usar o método do custo). Incentiva-se a entidade, mas não se exige dela, a mensurar o valor justo das propriedades para investimento tendo por base a avaliação de avaliador independente que tenha qualificação profissional relevante e reconhecida e que tenha experiência recente no local e na categoria da propriedade para investimento que esteja sendo avaliada.

36 a 39. Eliminados.

40.Ao mensurar o valor justo da propriedade para investimento, de acordo com a NBC TG 46, a entidade deve assegurar que o valor justo reflete, entre outras, receitas provenientes de arrendamentos correntes e outros pressupostos que participantes do mercado utilizariam na precificação de propriedade para investimento sob condições correntes de mercado.

42 a 47. Eliminados

48.Em casos excepcionais, há clara evidência, quando a entidade adquire pela primeira vez uma propriedade para investimento (ou quando a propriedade existente se torna pela primeira vez propriedade para investimento após a alteração em seu uso), de que a variabilidade no intervalo de mensurações razoáveis de valor justo seria tão grande, e as probabilidades dos vários efeitos tão difíceis de avaliar, que a utilidade de uma única mensuração de valor justo é negada. Isso pode indicar que o valor justo da propriedade não será mensurável com confiabilidade em base contínua (ver item 53).

49. Eliminado.

51. Eliminado.

53. Há presunção refutável de que a entidade pode confiavelmente mensurar o valor justo de propriedade para investimento em base contínua. Porém, em casos excepcionais, quando a entidade adquire pela primeira vez uma propriedade para investimento (ou quando a propriedade existente se torne pela primeira vez propriedade para investimento na sequência da conclusão da construção ou do desenvolvimento, ou após a alteração de uso), há clara evidência de que o valor justo da propriedade para investimento não é mensurável com confiabilidade em base contínua. Isso ocorre quando, e apenas quando, o mercado de propriedades comparáveis ??está inativo (por exemplo, há poucas transações recentes, preços cotados não são atuais ou preços de transação observados indicam que o vendedor foi forçado a vender) e quando não estão disponíveis mensurações alternativas confiáveis de valor justo (por exemplo, com base em projeções de fluxos de caixa descontados). Se a entidade conclui que o valor justo de propriedade para investimento em construção não é mensurável com confiabilidade, mas é esperado que o valor justo da propriedade seja mensurável com confiabilidade quando a construção for concluída, a propriedade para investimento em construção deve ser mensurada ao custo até que seu valor justo se torne confiavelmente mensurável ou a construção seja concluída (o que ocorrer primeiro). Se a entidade conclui que o valor justo de propriedade para investimento (outra que não uma propriedade para investimento em construção) não é confiavelmente mensurável, a entidade mensura essa propriedade para investimento usando o método do custo da NBC TG 27 - Ativo Imobilizado. O valor residual da propriedade para investimento deve ser assumido como sendo zero. A entidade deve aplicar a NBC TG 27 até a alienação da propriedade para investimento.

75. (...)

(d)eliminada;

78. (...)

(b)explanação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado com confiabilidade;

79. (...)

(e)o valor justo das propriedades para investimento. Nos casos excepcionais descritos no item 53, quando a entidade não puder mensurar o valor justo da propriedade para investimento com confiabilidade, ela deve divulgar: (...)

80. (...)

(a)se a entidade tiver anteriormente divulgado publicamente (nas demonstrações contábeis ou de outro modo) o valor justo dessas propriedades em períodos anteriores (mensurado em base que satisfaça a definição de valor justo da NBC TG 46), a entidade é incentivada, mas não é exigida a: (...)"

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 28, publicada no DOU, Seção I, de 4/8/09, passa a ser NBC TG 28 (R1).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 29 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 29 que dispõe sobre ativo biológico e produto agrícola.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 15, 16, 25 e 30, a definição "valor justo" do item 8, exclui os itens 9, 17 a 21, 23, 47 e 48 e a definição "mercado ativo" do item 8, na NBC TG 29 - ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"8. (...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo).

9.Eliminado.

15.A mensuração do valor justo de ativo biológico ou produto agrícola pode ser facilitada pelo agrupamento destes, conforme os atributos significativos reconhecidos no mercado em que os preços são baseados, por exemplo, por idade ou qualidade. A entidade deve identificar os atributos que correspondem aos atributos usados no mercado como base para a fixação de preço.

16.Entidades, frequentemente, fazem contratos para vender seus ativos biológicos ou produtos agrícolas em data futura. Os preços contratados não são, necessariamente, relevantes na mensuração do valor justo porque este reflete as condições do mercado corrente em que compradores e vendedores participantes do mercado realizariam a transação. Como consequência, o valor justo de ativo biológico ou produto agrícola não é ajustado em função da existência do contrato. Em alguns casos, um contrato para venda de ativo biológico ou produto agrícola pode ser um contrato oneroso, como definido na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e que se aplica aos contratos onerosos.

17 a 21. Eliminados.

23.Eliminado.

25.Ativos biológicos são, muitas vezes, implantados na terra (por exemplo, árvores de floresta plantada). Pode não existir mercado separado para os referidos ativos, mas pode existir mercado ativo para a combinação deles, isto é, para os ativos biológicos, terra nua e terras com melhorias, como um conjunto. A entidade pode usar informações sobre ativos combinados para mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Por exemplo, o valor justo da terra nua e da terra com melhorias pode ser deduzido do valor justo dos ativos combinados, visando obter o valor justo do ativo biológico.

30.Há uma premissa de que o valor justo dos ativos biológicos pode ser mensurado de forma confiável. Contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser cotado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para mensurá-los não são, claramente, confiáveis. Em tais situações, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas. Quando o valor justo de tal ativo biológico se tornar mensurável de forma confiável, a entidade deve mensurá-lo ao seu valor justo menos as despesas de venda. Quando o ativo biológico classificado no ativo não circulante satisfizer aos critérios para ser classificado como mantido para venda (ou incluído em grupo de ativo mantido para essa finalidade), de acordo com a NBC TG 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, presume-se que o valor justo possa ser mensurado de forma confiável.

47 e 48. Eliminados."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 29, publicada no DOU, Seção I, de 15/9/09, passa a ser NBC TG 29 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 31 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 31 que dispõe sobre ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 28 e inclui o item 33A na NBC TG 31 - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"28. A entidade deve incluir qualquer ajuste exigido no valor contábil de ativo não circulante que deixe de ser classificado como mantido para venda no resultado (*) de operações em continuidade no período em que os critérios dos itens 7 a 9 já não estiverem mais satisfeitos. Demonstrações contábeis relativas aos períodos desde a classificação como mantido para venda devem ser alteradas, se o ativo não circulante que deixar de ser classificado como mantido para venda for controlada, operação em conjunto, empreendimento controlado em conjunto, coligada, ou parcela de participação em empreendimento controlado em conjunto ou em coligada. A entidade deve apresentar esse ajuste na mesma linha da demonstração do resultado usado para apresentar o ganho ou a perda, se houver, reconhecida de acordo com o item 37.

(*) A não ser que o ativo seja um imobilizado ou um intangível que tenha sido reavaliado (se permitido legalmente), de acordo com a NBC TG 04 ou NBC TG 27, antes da classificação como mantido para venda, quando o ajuste deve ser tratado como acréscimo ou decréscimo da reavaliação.

33A. Se a entidade apresentar a demonstração do resultado como uma demonstração separada, conforme, descrito no item 10A da NBC TG 26, uma seção identificada como relacionada às operações descontinuadas deve ser apresentada nessa demonstração."

2.Altera o Apêndice A - Definição de Termos com a alteração da definição "valor justo".

3.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 31, publicada no DOU, Seção I, de 15/9/09, passa a ser NBC TG 31 (R1).

4.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 32 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 32 que dispõe sobre tributos sobre o lucro.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 10, 39, 43, renumera o item 52 para 51A e inclui os itens 51B, 51C, 51D, 51E na NBC TG 32 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"10. Quando a base fiscal de um ativo ou passivo não for imediatamente identificada, é necessário considerar o princípio fundamental sobre o qual esta Norma está baseada: o de que a entidade deve, com determinadas exceções, reconhecer um passivo (ativo) fiscal diferido sempre que a recuperação ou a liquidação do valor contábil de ativo ou passivo faça com que os futuros pagamentos de tributos sejam maiores (menores) do que eles seriam se referidas recuperação ou liquidação não tivessem nenhum efeito fiscal. O Exemplo C seguinte ao item 51A ilustra as circunstâncias em que pode ser necessário considerar esse princípio fundamental, por exemplo, quando a base fiscal de ativo ou passivo depende da forma esperada de recuperação ou liquidação.

39.A entidade reconhece passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis associadas com investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em negócios em conjunto, exceto quando ambas as seguintes condições sejam atendidas:

(a)a empresa controladora, o investidor, o empreendedor em conjunto ou o operador em conjunto seja capaz de controlar a periodicidade da reversão da diferença temporária; e

43.O acordo entre as partes de negócios em conjunto geralmente trata da distribuição de lucros e identifica se as decisões sobre esses assuntos exigem o consentimento de todas as partes ou de grupo das partes. Quando o empreendedor em conjunto ou o operador em conjunto puder controlar a época da distribuição de sua parcela dos lucros de negócios em conjunto e esta parcela não será distribuída em futuro previsível, o passivo fiscal diferido não deve ser reconhecido.

51A. Em alguns países, a forma pela qual a entidade recupera (liquida) o valor contábil de um ativo (passivo) pode afetar uma ou ambas as condições seguintes:

(a)alíquota de tributo aplicável quando a entidade recupera (liquida) o valor contábil de ativo (passivo); e

(b)a base fiscal do ativo (passivo).

Nesses casos, a entidade deve mensurar os passivos fiscais diferidos e os ativos fiscais diferidos utilizando a alíquota de tributo e a base fiscal que são consistentes com a maneira esperada de recuperação ou liquidação.

Exemplo A

Um item do imobilizado possui o valor contábil de $ 100 e a base fiscal de $ 60. A alíquota de tributo de 20% seria aplicada ao lucro caso o item fosse vendido e a alíquota de tributo de 30% seria aplicada aos demais lucros.

A entidade reconhece o passivo fiscal diferido de $ 8 ($ 40 a 20%) se ela espera vender o item sem qualquer outro uso e o passivo fiscal diferido de $ 12 ($ 40 a 30%) se ela espera manter o item e recuperar seu valor contábil por meio do uso.

Exemplo B

Um item do imobilizado com custo de $ 100 e valor contábil de $ 80 é reavaliado para $ 150. Nenhum ajuste equivalente é feito para fins fiscais. A depreciação acumulada para fins fiscais é $ 30 e a alíquota do tributo é 30%. Se o item é vendido por mais do que o custo, a depreciação acumulada para fins fiscais de $ 30 será incluída no lucro tributável, mas a receita da venda superior ao custo não será tributável.

A base fiscal do item é $ 70 e existe a diferença temporária tributável de $ 80. Se a entidade espera recuperar o valor contábil usando o item, ela deve gerar lucro tributável de $ 150, mas somente pode deduzir a depreciação de $ 70. Nessa base, existe o passivo fiscal diferido de $ 24 ($ 80 a 30%). Se a entidade espera recuperar o valor contábil vendendo o item imediatamente com receita de $ 150, o passivo fiscal diferido deve ser computado como segue:

	Diferença Temporária Tributável	Alíquota do Tributo	Passivo Fiscal Diferido
Depreciação acumulada para fins fiscais	30	30%	9
Rendimentos excedentes ao custo	50	Zero	-
Total	80		9

(Observação: de acordo com o item 61A, o tributo diferido adicional que surge da reavaliação é reconhecido em outros resultados abrangentes).

Exemplo C

Os fatos ocorrem como no exemplo B, exceto que se o item for vendido por valor maior do que o custo, a depreciação acumulada para fins fiscais será incluída no rendimento tributável (tributado a 30%) e a receita da venda será tributada a 40%, depois da dedução do custo ajustado pela inflação de $ 110.

Se a entidade espera recuperar o valor contábil usando o item, ela deve gerar lucro tributável de $ 150, mas somente pode deduzir a depreciação de $ 70. Assim, a base fiscal é $ 70, existe uma diferença temporária tributável de $ 80 e existe o passivo fiscal diferido de $ 24 ($ 80 a 30%), como no exemplo B.

Se a entidade espera recuperar o valor contábil vendendo o item imediatamente para obter receita de $ 150, a entidade pode deduzir o custo indexado de $ 110. Os rendimentos líquidos de $ 40 serão tributados a 40%. Além disso, a depreciação acumulada para fins fiscais de $ 30 será incluída no lucro tributável à base de 30%. Nesse caso, a base fiscal é $ 80 ($ 110 menos $ 30), existe a diferença temporária tributável de $ 70 e existe o passivo fiscal diferido de $ 25 ($ 40 a 40%, mais $ 30 a 30%). Se a base fiscal não é imediatamente identificada neste exemplo, pode ser necessário considerar o princípio fundamental exposto no item 10.

(Observação: de acordo com o item 61A, o tributo diferido adicional que surge da reavaliação deve ser reconhecido em outros resultados abrangentes).

51B. Se o passivo fiscal diferido ou o ativo fiscal diferido decorre de ativo não depreciável mensurado utilizando o modelo de reavaliação da NBC TG 27, a mensuração do passivo fiscal diferido ou do ativo fiscal diferido deve refletir os efeitos fiscais da recuperação do valor contábil do ativo não depreciável por meio da venda, independentemente da base de mensuração do valor contábil desse ativo. Consequentemente, se a lei fiscal especificar uma alíquota fiscal aplicável ao valor tributável derivado da venda do ativo que seja diferente da alíquota fiscal aplicável ao valor tributável derivado do uso do ativo, a primeira alíquota é aplicada na mensuração do passivo fiscal diferido ou ativo relacionado ao ativo não depreciável.

51C. Se o passivo fiscal diferido ou o ativo decorre de propriedade para investimento que é mensurada utilizando o método do valor justo da NBC TG 28, existe a presunção refutável de que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por meio da venda. Consequentemente, salvo se a presunção for refutada, a mensuração do passivo fiscal diferido ou ativo fiscal diferido deve refletir os efeitos fiscais de recuperar inteiramente o valor contábil da propriedade para investimento por meio da venda. Essa presunção é refutada se a propriedade para investimento for depreciável e mantida dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja consumir substancialmente todos os benefícios econômicos incorporados à propriedade para investimento ao longo do tempo, e não por meio da venda. Se a presunção for refutada, os requisitos dos itens 51 e 51A devem ser seguidos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Exemplo ilustrativo

Uma propriedade para investimento tem o custo de $ 100 e o valor justo de $ 150. Ela é mensurada utilizando o método de valor justo da NBC TG 28. Ela inclui terreno com o custo de $ 40 e o valor justo de $ 60 e o prédio com o custo de $ 60 e o valor justo de $ 90. O terreno possui vida útil ilimitada.

A depreciação acumulada do prédio para propósitos fiscais é $ 30. Mudanças não realizadas no valor justo da propriedade para investimento não afetam o lucro tributável. Se a propriedade para investimento for vendida por mais do que o custo, a reversão da depreciação fiscal acumulada de $ 30 deve ser incluída no lucro tributável e tributada à alíquota fiscal normal de 30%. Para os rendimentos da venda superiores ao custo, a lei fiscal especifica alíquotas fiscais de 25% para ativos mantidos por menos de dois anos e 20% para ativos mantidos por dois anos ou mais.

Como a propriedade para investimento é mensurada utilizando o método de valor justo da NBC TG 28, existe a presunção refutável de que a entidade deve recuperar inteiramente o valor contábil da propriedade para investimento por meio da venda. Se essa presunção não for refutada, o imposto diferido deve refletir inteiramente os efeitos fiscais da recuperação do valor contábil por meio da venda, mesmo que a entidade espere obter receita de aluguel da propriedade antes da venda.

A base fiscal do terreno, se for vendido, é $ 40 e existe a diferença temporária tributável de $ 20 (60 - 40). A base fiscal do prédio, se for vendido, é $ 30 (60 - 30) e existe a diferença temporária tributável de $ 60 (90 - 30). Como resultado, a diferença temporária tributável total relativa à propriedade para investimento é $ 80 (20 + 60).

De acordo com o item 47, a alíquota fiscal é a alíquota que se espera aplicar ao período quando a propriedade para investimento é realizada. Dessa forma, o passivo fiscal diferido é calculado conforme abaixo, se a entidade espera vender a propriedade após mantê-la por mais de dois anos:

	Diferença Temporária Tributável	Alíquota do Tributo	Passivo Fiscal Diferido
Depreciação acumulada para fins fiscais	30	30%	9
Rendimentos excedentes ao custo	50	20%	10
Total	80		19

Se a entidade espera vender a propriedade após mantê-la por menos de dois anos, o cálculo acima deve ser alterado para aplicar a alíquota fiscal de 25%, em vez de 20%, para os rendimentos superiores ao custo.

Se, em vez disso, a entidade mantém o prédio dentro de modelo de negócios cujo objetivo é consumir substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos incorporados ao prédio ao longo do tempo, e não por meio da venda, essa presunção deve ser refutada para o prédio. Entretanto, o terreno não é depreciável. Portanto, a presunção de recuperação por meio da venda não deve ser refutada para o terreno. Ocorre que o passivo fiscal diferido deve refletir os efeitos fiscais da recuperação do valor contábil do prédio por meio do uso e o valor contábil do terreno por meio da venda.

A base fiscal do prédio, se for utilizado, é $ 30 (60 - 30) e existe a diferença temporária tributável de $ 60 (90 - 30), resultando no passivo fiscal diferido de $ 18 (60 a 30%).

A base fiscal do terreno, se for vendido, é $ 40 e existe a diferença temporária tributável de $ 20 (60 - 40), resultando no passivo fiscal diferido de $ 4 (20 a 20%).

Como resultado, se a presunção de recuperação por meio da venda for refutável para o prédio, o passivo fiscal diferido relativo à propriedade para investimento é $ 22 (18 + 4).

51D. A presunção refutável do item 51C também é aplicável quando o passivo fiscal diferido ou o ativo fiscal diferido resultar da mensuração da propriedade para investimento em combinação de negócios caso a entidade utilize o método do valor justo ao mensurar subsequentemente essa propriedade para investimento.

51E. Os itens 51B a 51D não mudam os requisitos de aplicação dos princípios dos itens 24 a 33 (diferenças temporárias dedutíveis) e dos itens 34 a 36 (prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados) desta Norma ao reconhecer e mensurar ativos fiscais diferidos.

52.Renumerado para 51A."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 32, publicada no DOU, Seção I, de 15/9/09, passa a ser NBC TG 32 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 36 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 36 que dispõe sobre demonstrações consolidadas.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens C2, C3, C4, C5 e C6, inclui os itens C1A, C2A, C2B, C4A, C4B, C4C, C5A, C6A e C6B, na NBC TG 36 - DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"C1A. (Eliminado).

C2.A entidade deve aplicar esta Norma retrospectivamente, de acordo com a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, salvo conforme especificado nos itens C2A a C6.

C2A. Não obstante os requisitos do item 28 da NBC TG 23, quando esta Norma for aplicada pela primeira vez, uma entidade somente precisará apresentar as informações quantitativas exigidas pelo item 28(f) da NBC TG 23 para o período anual imediatamente precedente à data de aplicação inicial desta Norma (o "período imediatamente precedente"). A entidade pode também apresentar essas informações em relação ao período atual ou a períodos comparativos anteriores, mas não está obrigada a fazê-lo.

C2B. Para as finalidades desta Norma, a data de aplicação inicial é o início do período de relatório anual ao qual se aplica esta Norma pela primeira vez.

C3. Na data de aplicação inicial, a entidade não está obrigada a efetuar ajustes na contabilização anterior para refletir seu envolvimento com:

(a)entidades que seriam consolidadas nessa data de acordo com a NBC TG 36 (versão R2) e a Interpretação Técnica anexa àquela Norma (equivalente a SIC 12 do IASB) e que ainda são consolidadas de acordo com esta Norma; ou

(b) entidades que não seriam consolidadas nessa data de acordo com a NBC TG 36 (versão R2) e a Interpretação Técnica anexa àquela Norma (equivalente a SIC 12 do IASB), e que não são consolidadas de acordo com esta Norma.

C4.Se, na data de aplicação inicial, o investidor conclui que consolidará a investida que não era consolidada de acordo com a NBC TG 36 (versão R2) e a Interpretação Técnica anexa àquela Norma (equivalente a SIC 12 do IASB), esse investidor:

(a)se a investida for um negócio (tal como definido na NBC TG 15), deve mensurar os ativos, passivos e participações de não controladores nessa investida anteriormente não consolidada como se essa investida tivesse sido consolidada (e, assim, tivesse aplicado a contabilização de aquisição de acordo com a NBC TG 15) desde a data em que o investidor obteve o controle dessa investida com base nos requisitos desta Norma. O investidor deve ajustar retrospectivamente o período anual imediatamente anterior à data de aplicação inicial. Quando a data em que esse controle tenha sido obtido for anterior ao início do período imediatamente precedente, o investidor deve reconhecer, como ajuste ao patrimônio líquido no início do período imediatamente precedente, qualquer diferença entre:

(i) o valor de ativos, passivos e participações de não controladores reconhecidos; e

(ii) o valor contábil anterior do envolvimento do investidor com a investida;

se a investida não for um negócio (tal como definido na NBC TG 15), deve mensurar os ativos, passivos e participações de não controladores nessa investida anteriormente não consolidada como se essa investida tivesse sido consolidada (aplicando o método de aquisição, tal como descrito na NBC TG 15, sem reconhecer qualquer ágio para a investida) desde a data em que o investidor obteve o controle dessa investida com base nos requisitos desta Norma. O investidor deve ajustar retrospectivamente o período anual imediatamente anterior à data de aplicação inicial. Quando a data em que esse controle tenha sido obtido for anterior ao início do período imediatamente precedente, o investidor deve reconhecer, como ajuste ao patrimônio líquido no início do período imediatamente precedente, qualquer diferença entre:

(i) o valor de ativos, passivos e participações de não controladores reconhecidos; e

(ii) o valor contábil anterior do envolvimento do investidor com a investida;

C4A. Se mensurar os ativos, passivos e participações de não controladores da investida de acordo com o item C4(a) ou (b) for impraticável (tal como definido na NBC TG 23), o investidor deve:

(a)se a investida for um negócio, aplicar os requisitos da NBC TG 15 na data de aquisição presumida. A data de aquisição presumida deve ser o início do período mais antigo para o qual a aplicação do item C4(a) for praticável, que pode ser o período atual;

(b)se a investida não for um negócio, aplicar o método de aquisição, conforme descrito na NBC TG 15, mas sem reconhecer qualquer ágio para a investida na data de aquisição presumida. A data de aquisição presumida deve ser o início do período mais antigo para o qual a aplicação do item C4(b) for praticável, que pode ser o período atual.

O investidor deve ajustar retrospectivamente o período anual imediatamente precedente à data de aplicação inicial, a menos que o início do período mais antigo para o qual a aplicação deste item seja praticável seja o período atual. Quando a data de aquisição presumida for anterior ao início do período imediatamente precedente, o investidor deve reconhecer, como ajuste ao patrimônio líquido no início do período imediatamente precedente, qualquer diferença entre:

(c) o valor de ativos, passivos e participações de não controladores reconhecidos; e

(d) os valores contábeis anteriores do envolvimento do investidor com a investida.

Se o período mais antigo para o qual a aplicação deste item for praticável for o período atual, o ajuste do patrimônio líquido deve ser reconhecido no início do período atual.

C4B. (Eliminado).

C4C. Quando um investidor aplica os itens C4 e C4A e a data em que esse controle tenha sido obtida de acordo com esta Norma é posterior à data de vigência da NBC TG 36 (versão R2), o investidor deve aplicar os requisitos desta Norma para todos os períodos em que a investida é retrospectivamente consolidada de acordo com os itens C4 e C4A.

C5.Se, na data de aplicação inicial, o investidor conclui que não consolidará a investida que era consolidada de acordo com a versão anterior da NBC TG 36 (versão R2) e a Interpretação Técnica anexa àquela Norma (equivalente a SIC 12 do IASB), o investidor deve mensurar sua participação na investida pelo valor pelo qual essa participação teria sido mensurada se os requisitos desta Norma estivessem em vigor quando o investidor se envolveu (mas não obteve o controle de acordo com esta Norma) com a investida ou perdeu o seu controle. O investidor deve ajustar retrospectivamente o período anual imediatamente anterior à data de aplicação inicial. Quando a data em que o investidor se envolveu (mas não obteve o controle de acordo com esta Norma) com a investida ou quando perdeu o controle dela for anterior ao início do período imediatamente precedente, o investidor deve reconhecer, como ajuste ao patrimônio líquido no início do período imediatamente precedente, qualquer diferença entre:

(a) o valor contábil anterior de ativos, passivos e participações de não controladores; e

(b) o valor reconhecido da participação do investidor na investida.

C5A. Se mensurar a participação na investida de acordo com o item C5 for impraticável (tal como definido na NBC TG 23), o investidor deve aplicar os requisitos desta Norma no início do período mais antigo para o qual a aplicação do item C5 for praticável, que pode ser o período atual. O investidor deve ajustar retrospectivamente o período anual imediatamente precedente à data de aplicação inicial, a menos que o início do período mais antigo para o qual a aplicação deste item seja praticável seja o período atual. Quando a data em que o investidor se envolveu (mas não obteve o controle de acordo com esta Norma) com a investida ou quando perdeu o controle dela for anterior ao início do período imediatamente precedente, o investidor deve reconhecer, como ajuste ao patrimônio líquido no início do período imediatamente precedente, qualquer diferença entre:

(a) o valor contábil anterior de ativos, passivos e participações de não controladores; e

(b) o valor reconhecido da participação do investidor com a investida.

Se o período mais antigo para o qual a aplicação deste item for praticável for o período atual, o ajuste do patrimônio líquido deve ser reconhecido no início do período atual.

C6.Os itens 23, 25, B94 e B96 a B99 são assuntos que já constavam da NBC TG 36 (versão R2) e foram incorporadas nesta versão revisada desta Norma. Salvo quando aplicar o item C3, ou for obrigada a aplicar os itens C4 a C5A, a entidade deve aplicar os requisitos desses itens da seguinte forma:

Referências ao "período imediatamente precedente"

C6A. Não obstante as referências ao período anual imediatamente precedente à data de aplicação inicial (período imediatamente precedente) nos itens C4 a C5A, a entidade pode também apresentar informações comparativas ajustadas para quaisquer períodos anteriores apresentados, mas não está obrigada a fazê-lo. Se a entidade efetivamente apresentar informações comparativas ajustadas para quaisquer períodos anteriores, todas as referências ao "período imediatamente precedente" nos itens C4 a C5A devem ser lidas como "período comparativo ajustado mais antigo apresentado".

C6B. Se a entidade apresentar informações comparativas não ajustadas para quaisquer períodos anteriores, ela deve identificar claramente as informações que não foram ajustadas e deve declarar que elas foram elaboradas em base diferente e explicar essa base."

2.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 36, publicada no DOU, Seção I, de 30/1/13, passa a ser NBC TG 36 (R1).

3.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 37, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 37 que dispõe sobre adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Inclui os itens 4A, 4B, 23A, 23B, 27A, 31B, 31C, a alínea (c) no item 32, exclui os itens 19 e 36 a 39S, na NBC TG 37 - ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE, que passam a vigorar com as seguintes redações:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4A. Independente dos requerimentos dos itens 2 e 3, a entidade que tenha aplicado as IFRSs em suas demonstrações contábeis anteriores, mas que a sua mais recente demonstração contábil não contém declaração explícita e sem ressalvas que essas demonstrações estão em conformidade com as IFRSs deve aplicar esta Norma ou, ainda, aplicar as IFRSs retrospectivamente de acordo com IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors (NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro).

4B. Quando a entidade não elege aplicar esta Norma de acordo com o item 4A, ela deve adotar os requerimentos de divulgação dos itens 23A e 23B desta Norma em adição aos requerimentos da IAS 8 (NBC TG 23).

19.Eliminado.

23A. A entidade que adotou as IFRSs em período anterior, como descrito no item 4A, deve divulgar:

(a)o motivo de ter parado de aplicar as IFRSs; e

(b)o motivo de ter retomado a aplicação das IFRSs.

23B. Quando a entidade, de acordo com o item 4A, decide não aplicar a IFRS 1, deve explicitar as razões para decidir aplicar as IFRSs como se nunca tivesse parado de aplicá-las.

27A. Se durante o período relativo às primeiras demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs a entidade mudar suas políticas contábeis ou o uso das isenções contidas nesta Norma, ela deve explicar as mudanças entre seu primeiro relatório contábil intermediário de acordo com as IFRSs e suas primeiras demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs, conforme item 23, e deve atualizar as conciliações requeridas pelo item 24(a) e (b).

Uso de custo atribuído para operações sujeitas a tarifas reguladas

31B. Se a entidade utilizar a isenção no item D8B para operações sujeitas a tarifas reguladas, ela deve divulgar esse fato e a base sobre a qual os valores contábeis foram determinados de acordo com as práticas contábeis anteriores à aplicação das IFRSs.

Uso do custo atribuído após hiperinflação severa

31C. Se a entidade decidir mensurar ativos e passivos ao valor justo e utilizar esse valor justo como custo atribuído em sua demonstração contábil de abertura, de acordo com as IFRSs, devido à hiperinflação severa (ver itens D26 a D30), as primeiras demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs divulgarão uma nota explicativa sobre como, e por que, a entidade tinha, e a seguir deixou de ter, moeda funcional que possuía ambas das seguintes características:

(a)índice geral de preços confiável não está disponível para as entidades com transações e saldos na moeda;

(b)não existe conversibilidade entre a moeda e uma moeda estrangeira considerada estável.

32.(...)

(c)se a entidade mudar suas políticas contábeis ou seu uso de isenções contidas nesta Norma, ela deve explicar as mudanças em cada uma das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o item 23 e deve atualizar as conciliações requeridas nos itens (a) e (b).

36 a 39S. Eliminados.

2. Altera o Apêndice A - Glossário de termos utilizados com a alteração da definição "valor justo".

3. Altera o Apêndice B - Exceções à aplicação retroativa de outras IFRSs com a alteração dos itens B1 e B7 e a inclusão dos itens B9 a B12.

4.Altera o Apêndice C - Isenções para combinação de negócios com a alteração do item C1.

5.Altera o Apêndice D - Isenções de outras IFRSs com a alteração dos itens D1, D8B e D15, a inclusão dos itens D26 a D32 e a exclusão dos itens D10, D11 e D19D.

6.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 37, publicada no DOU, Seção I, de 2/10/10, passa a ser NBC TG 37 (R1).

7.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 38 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 38 que dispõe sobre instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera os itens 13, 15, 28 e 80, as alíneas (a) dos itens 2 e 47 e (d) do item 88 e parágrafo e a definição "valor justo" do item 9, inclui o item 43A e exclui os itens 48, 48A, 49, na NBC TG 38 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS: RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

2.(...)

(a)aqueles representados por participações em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto que sejam contabilizados segundo a NBC TG 35 - Demonstrações Separadas, a NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas, ou a NBC TG 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Contudo, as entidades devem aplicar esta Norma a uma participação em controlada, coligada ou empreendimento controlado em conjunto que, de acordo com a NBC TG 35 e a NBC TG 18, supramencionadas, seja contabilizada segundo esta Norma. As entidades também devem aplicar esta Norma a derivativos de participação em controlada, coligada ou empreendimento controlado em conjunto, a não ser que o derivativo satisfaça a definição de instrumento patrimonial contida na NBC TG 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação;

9. (...)

Definic?ões de quatro categorias de instrumentos financeiros

(...)

É de notar que a NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo estabelece os requisitos para mensuração do valor justo de ativo financeiro ou passivo financeiro, quer seja por designação ou por outro método, ou cujo valor justo seja divulgado.

(...)

Definic?ões relativas a reconhecimento e mensuração

(...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo).

13. Se a entidade não estiver em condições de mensurar confiavelmente o valor justo de derivativo embutido com base nos seus termos e condições (por exemplo, porque o derivativo embutido se baseia em instrumento patrimonial que não tem preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico, isto é, informações de Nível 1), o valor justo do derivativo embutido é a diferença entre o valor justo do instrumento híbrido (combinado) e o valor justo do contrato principal. Se a entidade não estiver em condições de mensurar o valor justo do derivativo embutido usando esse método, aplica-se o item 12 e o instrumento híbrido (combinado) é indicado pelo valor justo por meio do resultado.

15. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os itens 16 a 23 e o Apêndice A, itens AG34 a AG52, são aplicados ao nível consolidado. Assim, a entidade consolida primeiro todas as controladas de acordo com a NBC TG 36 e depois aplica os itens 16 a 23 e o Apêndice A, itens AG34 a AG52, ao grupo resultante.

28. Quando a entidade aloca a quantia contabilizada anterior de ativo financeiro maior entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que é desreconhecida, o valor justo da parte que continua a ser reconhecida necessita ser mensurada. Quando a entidade tem histórico de venda de partes semelhantes à parte que continua a ser reconhecida ou quando outras transações de mercado existem para essas partes, os preços recentes das transações reais proporcionam a melhor estimativa do seu valor justo. Quando não há cotações de preços ou transações de mercado recentes para dar suporte ao valor justo da parte que continua a ser reconhecida, a melhor estimativa do valor justo é a diferença entre o valor justo do ativo financeiro maior como um todo e a contraprestação recebida de quem recebeu a transferência pela parte que é desreconhecida.

43A. No entanto, se o valor justo do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial difere do preço da transação, a entidade deve aplicar o item AG76.

47. (...)

(a)passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados pelo valor justo, exceto no caso de passivo derivativo que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de instrumento patrimonial que não tem preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (isto é, informações de Nível 1), cujo valor justo não possa ser, de outro modo, confiavelmente mensurado, o qual deve ser mensurado pelo custo;

48 a 49. Eliminados.

80. Para a contabilidade de hedge, somente ativos, passivos, compromissos firmes ou transações altamente prováveis que envolvem uma parte externa à entidade podem ser indicados como instrumentos de hedge. A contabilidade de hedge somente pode ser aplicada a transações entre entidades do mesmo grupo nas demonstrações contábeis individuais dessas entidades e não nas demonstrações consolidadas do grupo, exceto para as demonstrações contábeis de uma entidade investidora, conforme definido na NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas, onde as transações entre a entidade investidora e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado não devem ser eliminadas nas demonstrações consolidadas. Como exceção, o risco cambial de item monetário intragrupo (por exemplo, valor a pagar/receber entre duas controladas) pode se qualificar como item coberto nas demonstrações consolidadas se resultar em exposição a ganhos ou perdas nas taxas de câmbio que não forem totalmente eliminados na consolidação, em conformidade com a NBC TG 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Em conformidade com a NBC TG 02, os ganhos e as perdas cambiais resultantes de itens monetários intragrupo não são totalmente eliminados na consolidação quando o item monetário intragrupo é transacionado entre duas entidades do grupo que tenham moedas funcionais diferentes. Além disso, o risco cambial de transação intragrupo prevista e altamente provável pode se qualificar como item coberto nas demonstrações consolidadas, desde que a transação seja denominada em moeda que não a moeda funcional da entidade participante na transação e o risco cambial venha a afetar os lucros ou prejuízos consolidados.

88. (...)

(d)a eficácia do hedge pode ser confiavelmente mensurada, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de hedge podem ser confiavelmente mensurados;

3.Altera o Apêndice A - Guia de aplicação com a alteração dos itens AG3, AG4I, AG36, AG37, AG38, AG46, AG52, AG64, AG76, AG76A, AG80, AG81 e AG 96 e a inclusão dos itens AG99BA, AG99E, AG99F, AG110A e AG110B e a exclusão dos itens AG69 a AG75, AG77 a AG79 e AG82.

4.Altera o Apêndice B - Remensuração de derivativos embutidos com a alteração do item B5.

5.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 38, publicada no DOU, Seção I, de 23/11/09, passa a ser NBC TG 38 (R1).

6.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 39 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 39 que dispõe sobre instrumentos financeiros: apresentação.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

1.Altera o item 23, a alínea (a) do item 4, a definição "valor justo" do item 11 e inclui o item 35A, na NBC TG 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS: APRESENTAÇÃO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"4. (...)

(a)as participações em controladas, coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto que sejam contabilizados de acordo com a NBC TG 35 - Demonstrações Separadas, a NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas ou a NBC TG 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Entretanto, em alguns casos, essas normas permitem que a entidade contabilize participações em controlada, coligada ou empreendimento controlado em conjunto utilizando a NBC TG 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; nesses casos a entidade deve aplicar os requisitos desta Norma. A entidade também deve aplicar esta Norma a todos os derivativos vinculados a participações em controladas, coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto;

11. (...)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo).

23.Com exceção das circunstâncias descritas nos itens 16A e 16B ou itens 16C e 16D, um contrato que contém a obrigação para a entidade de comprar seus próprios instrumentos patrimoniais em caixa ou outro ativo financeiro dá origem a um passivo financeiro no valor presente do montante de resgate (por exemplo, pelo valor presente do preço de recompra futura, preço de prática da opção, ou outra quantia de resgate). Esse é o caso mesmo quando o contrato em si é um instrumento patrimonial. Um exemplo é a obrigação da entidade, num contrato futuro, de comprar seus próprios instrumentos patrimoniais em caixa. O passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor presente do montante de resgate e deve ser reclassificado do patrimônio líquido. Posteriormente, o passivo financeiro deve ser mensurado de acordo com a NBC TG 38. Se o contrato expirar sem entrega, o valor contábil do passivo financeiro deve ser reclassificado para o patrimônio líquido. A obrigação contratual da entidade de comprar seus próprios instrumentos patrimoniais dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente do montante de resgate mesmo que a obrigação de compra seja condicionada ao exercício do direito de resgate pela contraparte (por exemplo, opção de compra lançada que dá à contraparte o direito de vender um instrumento patrimonial da própria entidade à entidade por um preço fixo).

35A. Tributos sobre o lucro relacionado a distribuições aos titulares de instrumentos patrimoniais e custos de transação de capital próprio devem ser contabilizados de acordo com a NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro."

2.Altera o Apêndice A - Guia de aplicação com a alteração dos itens AG31 e AG38 e a exclusão do item AG40.

3.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 39, publicada no DOU, Seção I, de 23/11/09, passa a ser NBC TG 39 (R1).

4.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TG 41 (R1), DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a NBC TG 41 que dispõe sobre resultado por ação.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a alteração da seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.Altera os itens 4, 8, 40 e 47A, na NBC TG 41 - RESULTADO POR AÇÃO, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"4.Quando a entidade apresentar tanto demonstrações consolidadas quanto demonstrações separadas elaboradas de acordo com a NBC TG 36 - Demonstrações Consolidadas e com a NBC TG 35 - Demonstrações Separadas, respectivamente, as divulgações exigidas por esta Norma devem ser apresentadas somente com base nas informações consolidadas. A entidade que escolher divulgar o lucro por ação com base em suas demonstrações separadas deve apresentar essas informações do lucro por ação somente em sua demonstração do resultado abrangente. A entidade não deve apresentar essas informações do lucro por ação nas demonstrações consolidadas.

8.Os termos definidos na NBC TG 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação são usados nesta Norma com os significados especificados no seu item 11, exceto quando indicado de forma diferente. A NBC TG 39 define instrumento financeiro, ativo financeiro, passivo financeiro e instrumento patrimonial e proporciona orientação sobre a aplicação dessas definições. A NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo define valor justo e estabelece requisitos para sua aplicação.

40.Uma controlada, um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou uma coligada pode, se admitido legalmente, emitir, para outras partes que não sejam a controladora, ou investidores com controle conjunto da investida ou com influência significativa sobre ela, ações ordinárias potenciais que sejam conversíveis em ações ordinárias da controlada ou em ações do empreendimento controlado em conjunto ou em ações da coligada, ou em ações ordinárias da controladora, de investidores com controle conjunto ou com influência significativa (a companhia que reporta) sobre a investida. Se essas ações ordinárias potenciais da controlada, do empreendimento controlado em conjunto ou da coligada tiverem efeito diluidor no resultado básico por ação da companhia que reporta, elas devem ser incluídas no cálculo do resultado diluído por ação.

47A. Relativamente a opções sobre ações e outros contratos de pagamento baseado em ações aos quais se aplica a NBC TG 10 - Pagamento Baseado em Ações, o preço de emissão referido no item 46 e o preço de exercício referido no item 47 devem incluir o valor justo (mensurado de acordo com a NBC TG 10) de quaisquer bens ou serviços a serem fornecidos à companhia no futuro no âmbito da opção sobre ações ou outro contrato de pagamento baseado em ações."

2.Altera o Apêndice A1 - Guia de aplicação com a alteração dos itens A2 e A11.

3.Em razão dessas alterações, as disposições não alteradas desta Norma são mantidas e a sigla da NBC TG 41, publicada no DOU, Seção I, de 9/8/10, passa a ser NBC TG 41 (R1).

4.As alterações desta Norma entram em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 20.444, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Processo Eleitoral nº 51/2013. Nº originário: s/n. Requerente: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Interessado: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Relator: PRESIDENCIA DO CFF. EMENTA: A investidura para as funções públicas da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60, com redação dada pela Lei Federal nº 9.120/65, se dá pelo voto direto do seu plenário legitimamente constituído. Previsão do Regimento Interno da Entidade, aprovado pela Resolução/CFF nº 483/08 e Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução/CFF nº 569/12. Membros da Mesa Receptora e Apuradora nomeados pela Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2011, composta pelas farmacêuticas: HORTÊNCIA SALLET MÜLLER TIERLING - Presidente, MARISOL DOMINGUEZ MURO - Mesária, e MARTTHA DE AGUIAR FRANCO - Mesária, dispensada a publicação por ser norma interna corporis da Administração. Ausência de impugnação e recurso. Pela homologação do escrutínio. Chapa única concorrente: Walter da Silva Jorge João (CRF/PA) - Presidente, Valmir de Santi (CRF/PR) - Vice-Presidente, João Samuel de Morais Meira (CRF/PB) - Tesoureiro e José Vílmore Silva Lopes Júnior - Secretário-Geral (CRF/PI). Do colegiado composto por 27 (vinte e sete) Conselheiros Federais, restou eleita por unanimidade a chapa única com 27 (vinte e sete) votos, sem voto branco ou nulo, observada assim a maioria absoluta prevista no parágrafo único do artigo 5º da Lei Federal nº 3.820/60. Eleição da Comissão de Tomada de Contas na forma do Regimento, composta por titulares e suplentes. Vistos, Relatados e discutidos os presentes autos, resolvem os Conselheiros Federais do Plenário do Conselho Federal de farmácia, por unanimidade, considerando os termos da CDXIV Sessão Plenária do Conselho Federal de Farmácia, HOMOLOGAR AS ELEIÇÕES PARA DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O BIÊNIO DE 1º DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, COMPOSTA PELOS INTEGRANTES DA CHAPA ÚNICA, TENDO COMO PRESIDENTE: WALTER DA SILVA JORGE JOÃO; VICE-PRESIDENTE: VALMIR DE SANTI; TESOUREIRO: JOÃO SAMUEL DE MORAIS MEIRA; E SECRETÁRIO-GERAL: JOSÉ VÍLMORE SILVA LOPES JÚNIOR, declarando-os desde já eleitos e empossados para gozo das prerrogativas legais. Homologam-se ainda as eleições para Comissão de Tomada de Contas, para mesmo mandato idêntico ao da Diretoria tendo como titulares os Conselheiros Federais: CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA (CRF/PE), ERLANDSON UCHOA LACERDA (CRF/RR) e JOSE GILDO DA SILVA (CRF/AL) e, ainda, como Conselheiros Suplentes: LENIRA DA SILVA COSTA (CRF/RN), ROSSANA SANTOS FREITAS SPIGUEL (CRF/AC) e LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA (CRF/RO), conforme os termos do escrutínio eleitoral realizado, devidamente arquivado nesta autarquia.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 8868/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Processo nº 0032/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão do Conselho de origem, de Interdição Cautelar total do exercício profissional, prevista na Resolução CFM nº 1.987/2012, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de novembro de 2013. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7751/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7.408-470/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 31 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 3º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de agosto de 2013. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9506/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 33/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO do Apelante, descaracterizando infração ao artigo 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de agosto de 2013. (data do julgamento) GERSON ZAFALON MARTINS, Presidente da Sessão; ABDON JOSÉ MURAD NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0607/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 1.787/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU o apelado, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de agosto de 2013. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3291/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.444-510/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe ABSOLVEU os apelados, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 21 de agosto de 2013. (data do julgamento) ABDON JOSÉ MURAD NETO, Presidente da Sessão; GERSON ZAFALON MARTINS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5646/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (Processo nº 0008/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8135/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Processo nº 0079/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; CACILDA PEDROSA DE OLIVEIRA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8752/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 7.916-491/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela 1ª apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29, 57, 62 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988); em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo 2º apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, qual seja, "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 34 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 6º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela 3ª apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; GERSON ZAFALON MARTINS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8868/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.152-218/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, o 1º apelante por infração aos artigos 29 e 39 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 11 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e o 2º apelante por infração aos artigos 69 e 79 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 87 e 50 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9728/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 70/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 43 e 60 do Código de Ética Médica, (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 15 e 35 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10.374/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Processo nº 09/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 36 e 37 do Código de Ética Médica, (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 8º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; GERSON ZAFALON MARTINS, Relator ad hoc.

VEDADA IMPRESSÃO E VENDA - EXEMPLAR DE ASSINANTE

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10744/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Processo nº 20/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 64 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0702/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 61/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013, (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0854/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8641-178/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 112 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2580/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 0027/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29, 30 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3155/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima (Processo nº 03/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 93 e 95 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 64 e 65 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) DESIRÉ CARLOS CALLEGARI, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3236/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8087-153/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO descaracterizando infração ao artigo 35 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3292/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.596-133/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração aos artigos 69 e 116 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6930-109/2000 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 2633-041/95). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 131, 132 e 133 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e, por unanimidade, extinguindo a punibilidade em relação ao artigo 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Revisor. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE V. VON TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1437/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 0043/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 45 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9504/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.447-513/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 132, 133 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Presidente da Sessão; PAULO ERNESTO COELHO DE OLIVEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10103/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.345-411/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 34 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 6º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11176/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 003/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que Absolveu o apelado, para aplicar a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigo 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE B. RIBEIRO, Presidente da Sessão; HERMMANN ALEXANDRE V. V. TIESENHAUSEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11.937/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 0002/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 38 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 10 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO, Presidente da Sessão; CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12.124/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.669-206/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 33, 38, 45 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º, 10, 17 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FILHO, Presidente da Sessão; CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12.125/2012 Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 0064/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 124 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 102 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0701/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6.706-288/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º, 4º e 5º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2382/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 16/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela 1ª apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009); por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela 2ª apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988) e, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela 3ª apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena "Suspensão do Exercício Profissional

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8284/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 257/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que se instaure o competente processo ético-profissional em desfavor do apelado, para apurar indícios de infração aos artigos 18 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2013.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11.215/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Processo nº 28/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) ALOÍSIO TIBIRIÇÁ MIRANDA, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0379/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8.459-525/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 80, 101, 104, 131, 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 51, 71, 75, 111, 112 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 16 de outubro de 2013. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11026/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (Processo nº 10/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0926/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 24/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 7º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 27 de novembro de 2013. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12.080/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 7247/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 10 de setembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1181/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (Sindicância nº 160/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 09 de setembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2584/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 7482/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 09 de setembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7629/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 83.523/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10.201/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão (Sindicância nº 0001/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) LUIZ CARLOS BEYRUTH BORGES, Presidente da Sessão; RENATO FRANÇOSO FILHO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11410/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 411/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11.565/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 485/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) ANTÔNICO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RENATO FRANÇOSO FILHO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11.568/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 031/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 2º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 0147/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 92.806/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Presidente da Sessão; MANUEL LOPES LAMEGO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1919/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 8.709/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RENATO FRANÇOSO FILHO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2216/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 8658/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2223/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 7450/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2251/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Sindicância nº 84/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3218/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 438/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3517/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 8.600/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RENATO FRANÇOSO FILHO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3894/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 30240/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA VENDA PROIBIDA

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3937/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 84/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4919/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 8840/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4921/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 99.952/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Presidente da Sessão; MANUEL LOPES LAMEGO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5032/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 7.218/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5350/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 114.433/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5367/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 267/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RENATO FRANÇOSO FILHO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5501/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 194/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que se instaure o competente processo ético-profissional em desfavor da apelada, para apurar indícios de infração ao artigo 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6825/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 257/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6858/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 66.292/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora.Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7197/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 8765/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) LUIZ CARLOS BEYRUTH BORGES, Presidente da Sessão; ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7913/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 123.229/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 18 de novembro de 2013. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; ALDAIR NOVATO SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8889/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 0392/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 45, 132 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 17, 112 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 19 de novembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 0802/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 36/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 17 de dezembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4974/2012 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 77/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, mantendo, em relação à 2ª e 3º Apelados, a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, e quanto à 1ª Apelada pela reforma da decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, para que se instaure o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), determinando ainda, instauração do competente PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL em desfavor dos Drs. M.N.T e F.E.L.N a cargo do ilustrado Conselho de origem, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 17 de dezembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7870/2013 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 133.711/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 17 de dezembro de 2013. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; DÍLSON FERREIRA DA SILVA, Relator.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2013.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

ACÓRDÃO

Processo CFN nº 15/2011. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 20/9/2013. Relatora: Conselheira: Nádia Alinne Fernandes Corrêa. Recorrente: K.C.F. Órgão recorrido: CRN-8. Decisão: Conhecimento e Provimento parcial do Recurso com redução da pena para 1 (um) ano de suspensão do exercício profissional. Decisão por maioria de votos. Brasília, 20/9/2013.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 903, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a prorrogação da Intervenção do Conselho Federal dos Representantes Comerciais no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Bahia - Core-BA.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua diretoria executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 4.886/65, de 09/12/1965, com a redação dada pela Lei nº 8.420/92, de 08/05/1992, e no artigo 12, "X", do seu Regimento Interno, Considerando que o ato que decretou a intervenção no Core-BA foi publicado no Diário Oficial da União, em 09/11/2010, na seção I, fls.87 e, que o prazo fixado na Resolução nº 896/2013 - Confere, de 20/09/2013, publicada no Diário Oficial da União, em 09/10/2013, Seção I, fls.192, expira no próximo dia 08 de janeiro de 2014; Considerando a necessidade de finalização das obras de adaptação do espaço físico que estão sendo realizadas na nova sede do Core-BA; Considerando o fato de que inexiste diretoria regularmente eleita para assumir a gestão do Core-BA; Considerando a necessidade de realização de eleições para composição do Core-BA, com a escolha da diretoria para a qual será transferida a administração do órgão; Considerando que o artigo 2º da Resolução nº 896/2013 - Confere, de 20/09/2013, estabelece que a Intervenção no Core-Bahia poderá ser prorrogada por novo período, constatada a necessidade; Considerando o que ficou decidido em Reunião de Diretoria convocada para deliberar sobre o assunto, realizada nesta data, resolve:

Art. 1º - Prorrogar a Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado da Bahia, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do dia 09 de janeiro de 2014. Art. 2º - A Intervenção poderá ser encerrada em menor prazo, no caso de cessarem os motivos que determinaram sua prorrogação, ou prorrogada por novo período, caso necessário para a conclusão dos trabalhos de saneamento da entidade. Art. 3º - Permanece como interventor o Dr. Rodrigo Henrique Morais de Souza, com poderes de representação do Core-Bahia perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive poder judiciário, junto às instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira, de forma a garantir o pleno funcionamento do Conselho Regional e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que motivaram a intervenção e de outras constatadas, podendo admitir funcionários por prazo determinado em caráter emergencial e demiti-los, celebrar contratos, movimentar contas bancárias do órgão, assinar, requisitar e endossar cheques, depositar, sacar, transferir valores, abrir contas em instituição oficial e encerrá-las, nomear e destituir procuradores e prepostos, assinar orçamentos, balancetes e prestações de contas, autorizar despesas necessárias ao funcionamento do órgão e para cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Presidente do Conselho

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 663, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Homologa a criação do Conselho Regional de Serviço Social da 26ª Região, com jurisdição no Estado do ACRE e sede em RIO BRANCO e altera a jurisdição do CRESS da 23ª Região.

O Conselho Federal de Serviço Social, por sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a deliberação da reunião de seu Conselho Pleno, realizada em 15 de dezembro de 2013;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a solicitação do Conselho Regional de Serviço Social da 23ª Região, corroborada pela Seccional do Acre, quanto à transformação desta em Conselho Regional;

Considerando os termos consubstanciados no artigo 2º da Resolução CFESS nº 582, de 1º de julho de 2010, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2010, Seção 1, páginas 275/278, que prevê: "poderá constituir-se em Região autônoma o Estado que, já tendo uma Seccional instalada, contar com o número mínimo de 500 (quinhentos) profissionais, exercendo a profissão na área a ser desmembrada da jurisdição do CRESS de origem, nos termos do artigo 12 e parágrafos da Lei 8662/93";

Considerando que foram cumpridas as exigências previstas pelos incisos do artigo 3º da Resolução CFESS nº 582/2010, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS;

Considerando que a proposta de criação do Conselho Regional da 26ª Região foi aprovada por todas as instâncias a que se refere o artigo 4º Resolução CFESS nº 582/2010, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, especialmente, pela Assembleia da categoria, convocada regularmente para tal fim;

Considerando os termos da Manifestação Jurídica nº 47/13, prolatada pelo assessor jurídico do CFESS Vitor Silva Alencar, devidamente acatada pelo Conselho Pleno do CFESS;

Considerando a efetiva autonomia de fato, que já vem sendo exercida pela Seccional do Acre e as condições estruturais, políticas, orçamentárias e financeiras desta;

Considerando que a transformação da Seccional do Acre será acompanhada pelo CFESS, durante seu primeiro ano de implantação, monitorando seu desempenho, no que couber, de forma a garantir que o novo CRESS realize a execução financeira e administrativa de forma responsável, competente e com probidade;

Considerando a homologação da criação do CRESS 26ª Região pelo Conselho Pleno do CFESS, em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica criado o Conselho Regional de Serviço Social da 26ª Região, de sigla CRESS 26ª Região, com jurisdição no Estado do Acre e sede na cidade de Rio Branco.

Art. 2º O CRESS da 26ª Região será integrado pelos(as) assistentes sociais no exercício da profissão da respectiva área territorial e passará a ter existência legal a partir de 15 de maio de 2014, com a posse da primeira gestão eleita.

Art. 3º A eleição para ocupação dos cargos da primeira Direção do CRESS 26ª Região observará as disposições contidas no Código Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS, instituído pela Resolução CFESS nº 659, de 1º de outubro de 2013, republicada no Diário Oficial da União nº 243, de 16 de dezembro de 2013, Seção 1, páginas 136/139, e demais disposições à espécie, bem como o Edital de Convocação das Eleições do Conjunto CFESS/CRESS - Gestão 2014/2017 e Calendário Eleitoral respectivo, publicado no Diário Oficial da União nº 218, de 8 de novembro de 2013, Seção 3, página 232, com as adequações que se fizerem necessárias.

Art. 4º Os bens patrimoniais existentes na Seccional do Acre, pertencentes ao CRESS da 23ª Região, serão transferidos, através de termo próprio, para o patrimônio do CRESS da 26ª Região.

Art. 5º O orçamento do CRESS da 26ª Região para o exercício de 2014 e, para os anos subsequentes, será constituído pelas receitas constantes dos recebimentos das anuidades, taxas oriundas dos(as) profissionais e entidades registrados(as) na jurisdição do CRESS da 26ª Região e de outras.

Art. 6º O CRESS da 23ª Região, em face da criação do CRESS da 26ª Região, passará a ter como jurisdição somente o Estado de Rondônia.

Art. 7º Caberá ao CRESS da 23ª Região proceder ao levantamento dos(as) profissionais inscritos(as), residentes no Estado do Acre, repassando, a partir de 15 de maio de 2014, ao CRESS da 26ª Região, as listagens correspondentes, os expedientes, processos, prontuários, papéis, documentos e outros que sejam de interesse e competência da jurisdição do CRESS da 26ª Região.

Art. 8º O CRESS da 23ª Região, após o cumprimento das disposições constantes do art. 7º da presente, deverá excluir e dar baixa de seus controles internos, através de expedição de Resolução, os(as) profissionais que passam a compor a jurisdição do CRESS da 26ª Região, bem como proceder ao registro, em livro próprio ou através de ata, todos os prontuários, documentos, processos e outros encaminhados ao novo CRESS.

Art. 9º Até a posse da primeira Diretoria eleita, em 15 de maio de 2014, o CRESS da 26ª. Região manterá sua condição de Seccional, porém já realizando todos os procedimentos necessários para a transição, juntamente com o CRESS da 23ª. Região.

Art. 10 A eleição para o CRESS da 26ª. Região será realizada em sua jurisdição e, para tanto, será designada uma Comissão Regional Eleitoral, para dirigir o processo eleitoral, sem prejuízo da designação da Comissão Regional Eleitoral do CRESS da 23ª. Região.

Parágrafo primeiro Dada a situação de excepcional, a Comissão Regional Eleitoral que dirigirá o processo eleitoral do CRESS da 26ª. Região será escolhida, conjuntamente pelo CRESS da 23ª. Região e pela Seccional do Acre e referendada pelo Conselho Pleno do CRESS 23ª. Região.

Parágrafo segundo Os custos com a eleição serão arcados pelo CRESS da 23ª. Região, bem como a responsabilidade para o atendimento das demandas da Comissão Regional Eleitoral do CRESS da 26ª. Região, inclusive, com o acompanhamento jurídico e outros.

Art. 11. A implantação e funcionamento do CRESS da 26ª. Região serão acompanhados pelo CFESS, durante seu primeiro ano, monitorando seu desempenho, no que couber, de forma a garantir que o novo CRESS realize a execução financeira e administrativa de forma responsável, competente e com probidade.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SÂMYA RODRIGUES RAMOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o Remanejamento Orçamentário do Ano de 2013, Resolução 47/2012, do Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região - Estados da Bahia e Sergipe.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO - CREF13/BA-SE, no uso de suas atribuições estatutárias, CONSIDERANDO os princípios constitucionais da moralidade, legalidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37, caput, CF/88; CONSIDERANDO os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal; CONSIDERANDO o disposto no art. 36, V e VI do Estatuto do CREF13/BA-SE, resolve:

Art. 1° - Proceder no remanejamento orçamentário, nos termos constantes do Anexo I desta Resolução, tendo em vista a suplementação das contas.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data e seus efeitos retroagem a 01 de setembro de 2013.

PAULO CÉSAR VIEIRA LIMA

ANEXO 1

REMANEJAMENTO ORÇAMENTARIO - SETEMBRO/2013

DESPESAS
PESSOAL - REDUÇÃO:
SALÁRIO R$ 103.000,00 SUPLEMENTAÇÃO: GRATIFICAÇÃO EM GERAL R$ 3.000,00 - VALE TRANSPORTE R$ 12.000,00 - VALE REFEIÇÃO R$ 12.000,00 - AJUDA DE CUSTOS R$ 20.000,00 - DIÁRIAS R$14.000,00
SUPEMENTAÇÃO: OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS; FGTS; PIS R$ 40.000,00 - SUPLEMENTAÇÃO: DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CONDOMINIO R$ 4.000,00 - IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO R$ 6.000,00 - PUBLICAÇÃO R$ 11.000,00 - REDUÇÃO: HOSPEDAGENS E FESTIVIDADES R$ 4.000,00 - SUPLEMENTAÇÃO: ALUGUEL DE BENS MÓVEIS R$ 5.000,00 - DIVERSAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS R$ 3.000,00 - IMÓVEL - SUPLEMENTAÇÃO- ALUGUEL DE IMÓVEIS R$ 2.000,00 - REDUÇÃO - PESSOAL SECCIONAL SERGIPE R$ 25.000,00 - TOTAL DE REDUÇÃO R$ 132.000,00 - TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO R$ 132,000,00

RESOLUÇÃO Nº 54, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a proposta orçamentária para o ano de 2014 do Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região - Estados da Bahia e Sergipe.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO - CREF13/BA-SE, no uso de suas atribuições estatutárias, CONSIDERANDO os princípios constitucionais da moralidade, legalidade, publicidade e eficiência previsto no art. 37, caput, CF/88; CONSIDERANDO os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal; CONSIDERANDO o disposto no art. 31, IX, do Estatuto do CREF13/BA-SE; CONSIDERANDO a deliberação tomada em Reunião Plenária do CREF13/BA-SE realizada em 13 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1° - Fica aprovada a proposta orçamentária, constante do anexo I desta Resolução, para o ano de 2014 a ser executada pelo CREF13/BA-SE. Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2014. Art. 3 º - Para a abertura de créditos adicionais será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos, ficando o Presidente autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento.

PAULO CÉSAR VIEIRA LIMA

ANEXO I

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2014.
1.RECEITA
1.1 ANUIDADES PF/PJ R$ 2.193.100,00
1.2 INSCRIÇÕES R$ 4.000,00
1.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS R$ 130.000,00
1.4 TRANSFERENCIAS CORRENTES R$ 107.000,00
1.5 MULTAS / JUROS R$ 106.000,00
1.6 RECEITA DE CAPITAL R$ 650.000,00
TOTAL R$ 3.190.100,00
2. DESPESA
2.1. PESSOAL R$ 987.950,00
2.2. MATERIAL CONSUMO R$ 41.000,00
2.3 SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS R$ 108.000,00
2.4. OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS R$ 760.150,00
2.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES R$ 3.000,00
* SUBTOTAL 1 R$ 1.900.100,00
3. DESPESAS DE CAPITAL
3.1 INVESTIMENTOS
3.1.1.EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 90.000,00
3.2 INVERSÕES FINANCEIRAS
3.2.1 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS R$ 1.200.000,00
* SUBTOTAL 2 R$ 1.290.000,00
DESPESA TOTAL (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2) R$3.190.100,00

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Processo Administrativo n.º 12391/2013 - Objeto: Publicação do Termo de Distrato do Contrato de Prestação de Assessoria Contábil. Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos e com arrimo no Parecer Jurídico exarado dentro da legislação pertinente, no uso das atribuições legais a mim conferidas pela lei 5.517/68 e pela alínea "i" do art. 11 da Resolução do CFMV nº 591/92 e com fulcro no inciso VIII do art. 24 da lei 8.666/93, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da IMPRENSA NACIONAL, nome fantasia: IMPRENSA NACIONAL, CNPJ: 04.196.645/0001-00, tendo como objeto a Publicação de Termo de Distrato do Contrato de Prestação de Assessoria Contábil no DOU, no valor total de R$ 151,85 (Cento e cinqüenta e um reais e oitenta e cinco centavos). Utilizar-se-á a rubrica contábil n.º 622.11.01.02.02.006.015 para pagamento do serviço/produto.

Processo Administrativo n.º 12392/2013 - Objeto: Publicação do Termo de Distrato do Contrato de Prestação de Assessoria Jurídica. Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos e com arrimo no Parecer Jurídico exarado dentro da legislação pertinente, no uso das atribuições legais a mim conferidas pela lei 5.517/68 e pela alínea "i" do art. 11 da Resolução do CFMV nº 591/92 e com fulcro no inciso VIII do art. 24 da lei 8.666/93, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da IMPRENSA NACIONAL, nome fantasia: IMPRENSA NACIONAL, CNPJ: 04.196.645/0001-00, tendo como objeto a Publicação de Termo de Distrato do Contrato de Prestação de Assessoria Jurídica no DOU, no valor total de R$ 60,74 (Sessenta reais e setenta e quatro centavos). Utilizar-se-á a rubrica contábil n.º 622.11.01.02.02.006.015 para pagamento do serviço/produto.

Processo Administrativo n.º 12723/2013 - Objeto: Publicação de aviso de licitação - Pregão Presencial n.º 03/2013 no DOECE. Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos e com arrimo no Parecer Jurídico exarado dentro da legislação pertinente, no uso das atribuições legais a mim conferidas pela lei 5.517/68 e pela alínea "i" do art. 11 da Resolução do CFMV nº 591/92 e com fulcro no inciso VIII do art. 24 da lei 8.666/93, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da CEARA SECRETARIA DA FAZENDA, nome fantasia: CE SFI GABINETE DO SECRETARIO, CNPJ: 07.954.597/0001-52, tendo como objeto a Publicação de aviso de licitação - Pregão Presencial n.º 03/2013 no DOECE, no valor total de R$ 210,60 (Duzentos e dez reais e sessenta centavos). Utilizar-se-á a rubrica contábil n.º 622.11.01.02.02.006.015 para pagamento do serviço/produto.

JOSÉ MARIA DOS SANTOS FILHO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
1ª CÂMARA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2013.009702-3/PCA. Recte: Paulo Roberto Silva. (Adv: Walter Francisco Sampaio Filho OAB/SP 298838 e OAB/MG 140622). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Mauricio Gentil Monteiro (SE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Gaspare Saraceno (BA). EMENTA N. 080/2013/PCA. FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. INCOMPATIBILIDADE. Inteligência do art. 28, V, da Lei de Regência. Atividade de polícia com sujeição às regras do Direito Administrativo. Arsenal Jurídico Fiscalizatório de que se vale o Recorrente para determinar multifacéticas ações interventivas no quotidiano da vida das pessoas e das atividades econômicas. Poder de decisão relevante sobre terceiros. Art. 3º, da Lei n.º 10883/2004. Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do CFOAB, por maioria (12x4), em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto divergente apresentado pelo Conselheiro Federal Gaspare Saraceno (BA). Brasília, 01 de dezembro de 2013. Cléa Carpi da Rocha, Presidente em exercício. Gaspare Saraceno, Relator para o acórdão.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2013.
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO
Presidente da 1ª Câmara

VERSÃO DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO

RECURSO N. 49.0000.2013.013548-2/PCA. Recte: Claudio Bispo Neri. (Adv: Ana Lucia Cruz de Souza OAB/SP 304865). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). DESPACHO: "O Recorrente Interpôs recurso, através de sua procuradora à Primeira Câmara do Conselho Federal contra decisão da Primeira Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB-SP que lhe negou inscrição por incompatibilidade da função que exerce como Técnico da Fazenda Estadual do Estado de São Paulo com a atividade profissional da advocacia. (...). É certo que força de dispositivo expresso no art. 138, § 1º do Regulamento Geral, e do art. 153 do Regimento Interno da Seccional da OAB-SP, o juízo de admissibilidade é do relator do órgão julgador superior a que se dirige o recurso, não podendo a autoridade ou órgão recorrido rejeitar o encaminhamento. Pelo Exposto, e com base no art. 140 do Regulamento Geral da OAB, indefiro liminarmente o recurso interposto por ser intempestivo, devolvendo-se por conseguinte o recurso a Seccional da OAB-SP para cumprimento do acórdão que indeferiu a inscrição do Requerente. Brasília, 01 de dezembro de 2013. Helder José Freitas de Lima Ferreira, Relator". DESPACHO: "Com fulcro no artigo 140 do Regulamento Geral do EAOAB, acolho o despacho de fls. 89 e 90, proferido pelo eminente Relator, para indeferir liminarmente o recurso interposto. Publique-se. Brasília, 17 de dezembro de 2013. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente".

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2013.
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO
Presidente da 1ª Câmara

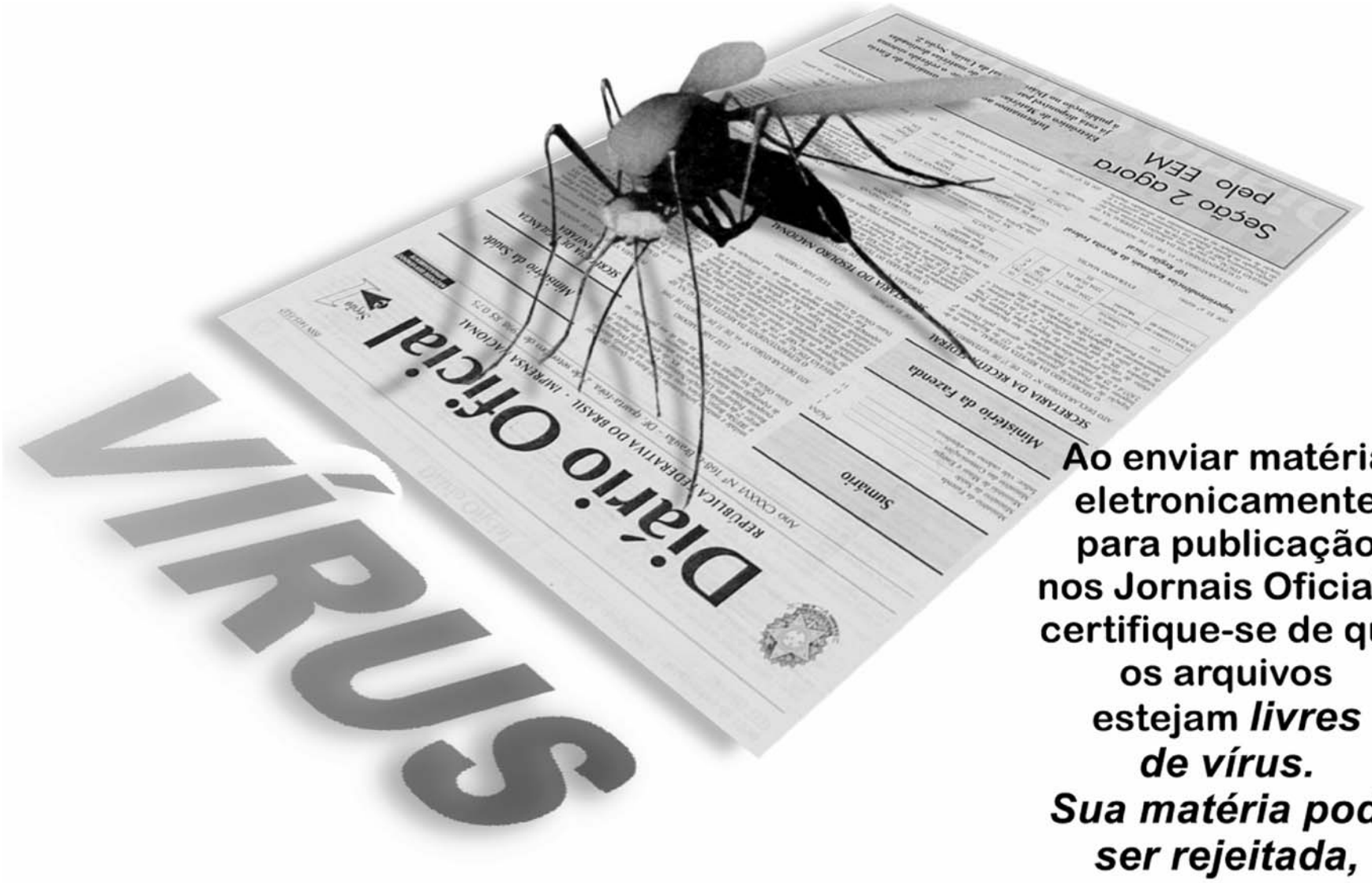
3ª CÂMARA

DESPACHO

RECURSO Nº 49.0000.2012.011705-3/TCA. Assunto: Processo. Pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso contra a decisão da Comissão Eleitoral que deferiu o registro da chapa Advogado Valorizado. Decisão 180/2012, em Minas Gerais. Reqte: Luiz Fernando Valladão Nogueira OAB/MG 47254 (Adv: Milton Fernando da Costa Valladão OAB/MG 41666). Reqdo: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Interessado: Chapa advogado valorizado - OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Carlos Frederico Nobrega Farias (PB). DESPACHO: Vistos, etc. Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso contra a decisão da comissão eleitoral que deferiu o registro da chapa advogado valorizado - decisão 180/2012, em Minas Gerais. Por objetivar apenas a atribuição do efeito suspensivo a outro recurso, resta patente que o presente feito perdeu o objeto após a realização das eleições da Seccional de Minas Gerais, em 24 de novembro de 2012. (...). Desta feita, extingo o presente feito, sem resolução do mérito, por perda do objeto, nos termos do art. 267, VI do CPC. Brasília, 01 de dezembro de 2013. Carlos Frederico Nóbrega Farias. Relator. DESPACHO DO PRESIDENTE: Acolho o r. despacho de fls. 441/442, proferido pelo relator, Conselheiro Federal Carlos Frederico Nóbrega Farias (AL). Publique-se. Após, arquivem-se os autos.

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2013.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara



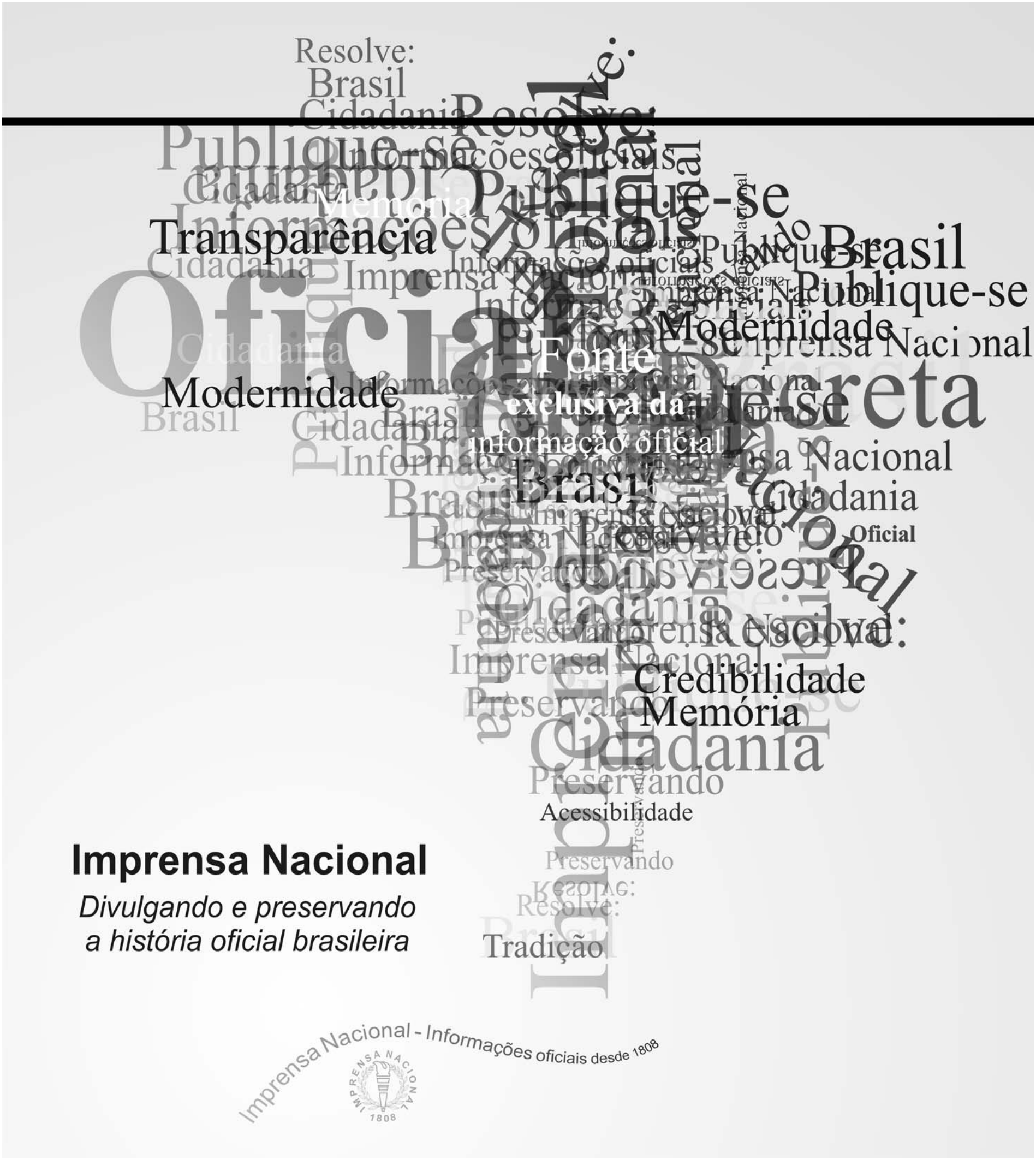


ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013122000179

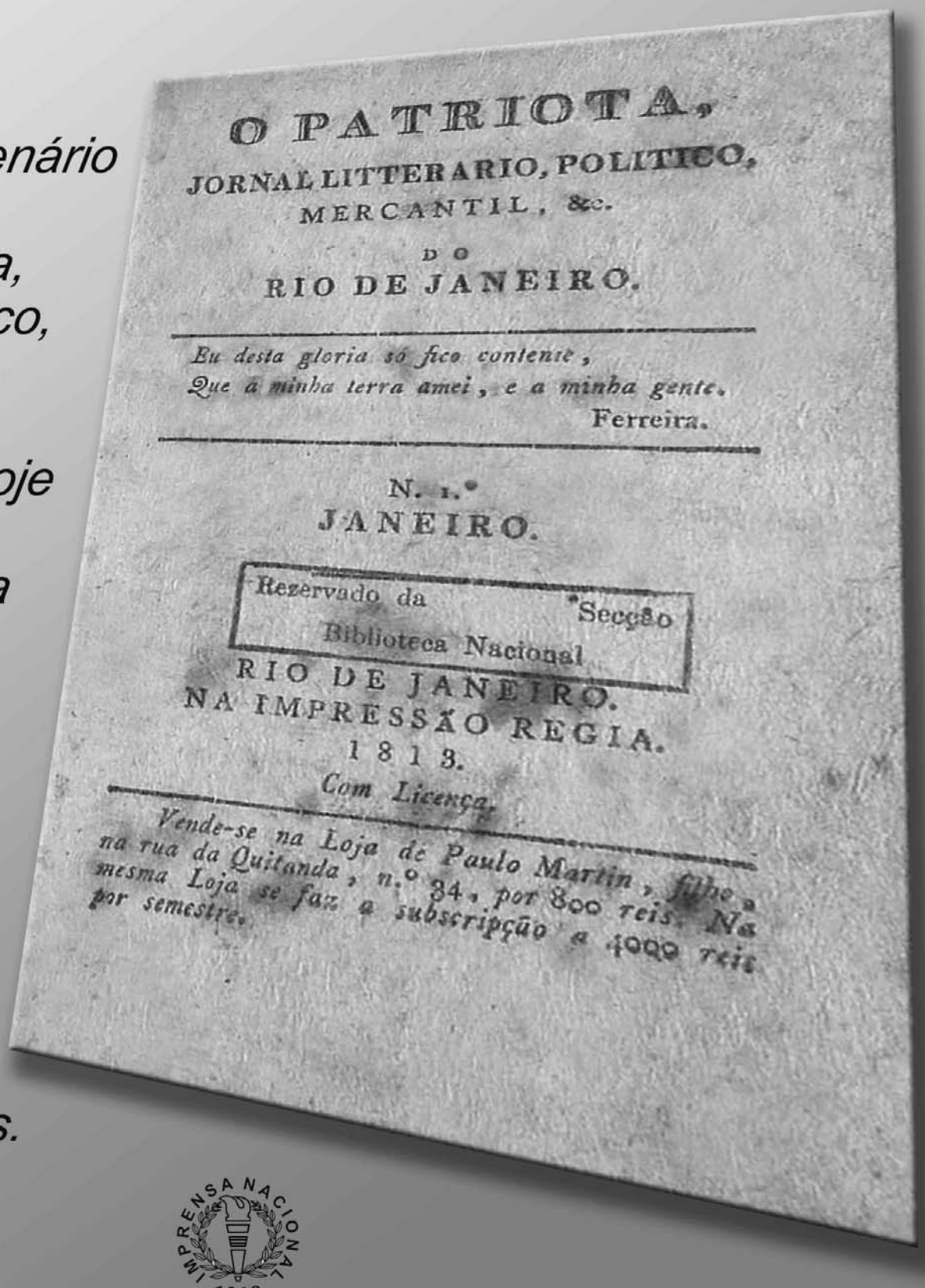
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Resolve:
Publique-se
Informações oficiais
Cidadania
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte exclusiva da informação oficial
Brasil
Oficial
Credibilidade
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
Divulgando e preservando a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808
1808

O PATRIOTA

Em 2013, o Brasil comemora o bicentenário de lançamento do periódico "O Patriota, jornal literário, político, mercantil & C", impresso pela Impressão Régia, hoje Imprensa Nacional, de janeiro de 1813 a dezembro de 1814, num total de 18 números.

"O Patriota" é reconhecido como o primeiro jornal brasileiro a publicar artigos literários, científicos, políticos e mercantis.



O PATRIOTA,

JORNAL LITTERARIO, POLITICO,
MERCANTIL, &c.

DO

RIO DE JANEIRO.

Eu desta gloria só fico contente,
Que á minha terra amei, e a minha gente.
Ferreira.

N. 1.º
JANEIRO.

Rezervado da Secção
Biblioteca Nacional
RIO DE JANEIRO.
NA IMPRESSÃO REGIA.
1813.
Com Licença.

Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda, n.º 84, por 800 reis. Na mesma Loja se faz a subscripção a 4000 reis por semestre.

IMPRENSA NACIONAL 1808

VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo
é uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. Oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013122000184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.